



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FRANCISCO RAMON DE MATOS MACIEL**

**TRAJETÓRIAS SERTANEJAS: AGENCIAMENTO, CONFLITO E MIGRAÇÃO NO**  
**RIO GRANDE DO NORTE (1877 a 1904)**

**FORTALEZA**

**2020**

FRANCISCO RAMON DE MATOS MACIEL

TRAJETÓRIAS SERTANEJAS: AGENCIAMENTO, CONFLITO E MIGRAÇÃO NO RIO  
GRANDE DO NORTE (1877 A 1904)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História Social, Linha de Pesquisa Trabalho e Migração, da Universidade Federal do Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M138t Maciel, Francisco Ramon de Matos.  
Trajetórias sertanejas: : agenciamento, conflito e migração no Rio Grande do Norte (1877 a 1904) /  
Francisco Ramon de Matos Maciel. – 2020.  
337 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação  
em História, Fortaleza, 2020.  
Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.
1. Seca. 2. Retirantes. 3. Migração. 4. Movimentos populares. I. Título.

CDD 900

---

FRANCISCO RAMON DE MATOS MACIEL

TRAJETÓRIAS SERTANEJAS: AGENCIAMENTO, CONFLITO E MIGRAÇÃO NO RIO  
GRANDE DO NORTE (1877 a 1904)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História Social, Linha de Pesquisa Trabalho e Migração, da Universidade Federal do Ceará.

Aprovada em: 18 / 12 / 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido  
Universidade Estadual do Ceará (UECE/FECLESC)

---

Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macêdo  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES)

---

Profa. Dra. Juliana Teixeira Souza  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Aos homens e mulheres errantes dos sertões  
nordestinos

## AGRADECIMENTOS

A escrita acadêmica é um labor solitário, mas impossível de delinear sem os encontros e trajetórias com diversas pessoas importantes na construção de sua narrativa. Portanto, esse espaço de agradecimentos torna-se imprescindível no reconhecimento da ajuda intelectual, afetiva e emocional que muitos pesquisadores vivem, principalmente, nesse contexto de descaso que a sociedade brasileira enfrenta com o Governo, como o distanciamento social e mortes causadas pela pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19). Assim, quero deixar nessas breves linhas meu reconhecimento por esses homens e mulheres que fazem parte desse trabalho.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida, pois, sem ela, teria sido impossível a realização deste trabalho, além das necessidades econômicas básicas que todo pesquisador vivencia como alimentação, transporte, livros e moradia.

Agradeço a meu orientador, Frederico de Castro Neves, por suas leituras, sugestões e confiança depositadas na escrita dessa tese. Sua ajuda foi extraordinária para aprender o olhar, a sensibilidade e a crítica que um historiador social deve possuir em suas pesquisas. Também não posso esquecer-me de suas caronas à rodoviária nos primeiros anos do doutorado, depois dos encontros com o grupo de pesquisa “Seca, Cultura e Movimentos Sociais”. Muito obrigado por tudo, mestre.

Aos meus companheiros e companheiras da turma de doutorado de 2016: vocês foram fraternos e solidários em muitos momentos, fossem nas discussões em sala de aula, fossem nas risadas e conversas triviais nos corredores, tomando aquele velho e bom café nos intervalos e, de vez em quando, a cerveja gelada nos bares do Benfica em Fortaleza. Guardo vocês no lado esquerdo do peito e espero reencontrá-los em breve.

Deixo meu reconhecimento aos professores da banca de qualificação, como Edson Holanda Lima Barbosa e Tyrone Apollo Cândido, por seus apontamentos e sugestões para o crescimento da minha pesquisa. Professores de história que levo como referência, não somente como profissionais, mas como seres humanos. Obrigado.

Agradeço também aos meus companheiros do “Bike Vegan” pela estadia na cidade de Fortaleza. Sem a hospitalidade, afeto e solidariedade de vocês teria sido uma tarefa árdua ficar meses na cidade de Fortaleza, além, é claro, da oportunidade de conhecer mais a causa vegana e libertária existente na capital.

A minha gratidão aos professores da pós-graduação em História Social por suas excelentes aulas e ensinamentos nas disciplinas. Educadores e educadoras como Regis Lopes, Ana Amélia, Adelaide Pereira, e Antonio Gilberto foram relevantes para meu crescimento como pesquisador e professor de história militante.

Agradeço aos meus companheiros de pesquisa e ratos de arquivos como Fernando Brito (Tatala) e Lucas Efraim, que ajudaram na busca de algumas documentações no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Pernambuco). A contribuição de ambos foi fundamental em alguns capítulos dessa tese, além do entusiasmo de vê-la concluída.

Deixo minha gratidão aos funcionários do Arquivo Nacional e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e aos do Arquivo Público do Estado do Ceará, pelo acesso e disponibilidade das fontes documentais acerca das comissões de socorros públicos, hospedaria de imigração e mensagens oficiais que, mesmo na “desordem” do acervo no prédio, ainda foi possível realizar a pesquisa dos mesmos.

Não teria como não deixar registrada a importância de reencontrar meus amigos Elielvir e Geiza na cidade de Fortaleza. Um casal afetuoso e solidário que não se furtava em convidar para almoçar em sua casa e colocar nossas conversas sobre música, política e filosofia em dia.

Aos amigos de infância da cidade de Russas (CE) e Quixeré (CE): Bruno Radner, Christiano Ramalho, Paulo Silva e Júnior Valério. Pessoas que tiveram a paciência de me ouvir desabafar e até de tecer comentários e curiosidades sobre minha pesquisa, e também pela contribuição nos momentos de “desligar-se” do mundo acadêmico, daquele espaço muitas vezes preenchido de ansiedade, super produtividade e distanciamento. Minha sincera gratidão.

Quero agradecer à minha família, especialmente a minha mãe, Maria de Matos Maciel, a conhecida “Geni”, professora de história e técnica de saúde aposentada, e que sempre batalhou para oferecer a melhor educação, saúde e afeto que uma família poderia ter. Você não imagina o quanto esse trabalho pertence muito a senhora, que mesmo alertando-me que a vida de professor é difícil nesse país, nunca deixou de me apoiar nos meus sonhos. Obrigado por tudo, mãe.

Não poderia esquecer-me também de mencionar meu irmão, Francisco Leandro de Matos Maciel, quem abriu as portas da sua residência para morarmos juntos no último ano do doutorado e de ter a possibilidade de possuir um quarto com uma mesa para escrever e um

caixote cheio de livros e, assim, fugir e me isolar do restante do mundo e, às vezes, até de mim mesmo.

Agradeço também a duas amigas a quem o devir me colocou ao lado em alguns momentos da minha vida: Ítala Alves e Dayna Evelin. As duas sempre acreditaram (e ainda acreditam) que eu conseguiria ingressar no doutorado, continuar minhas pesquisas e estudos acadêmicos, junto ao amor e carinho que tenho pela sala de aula. Muitas vezes fiquei confuso e desmotivado e cada uma, no seu tempo e espaço, souberam revigorar-me os ânimos quando a vida nos fez tropeçar. Vocês duas também fazem parte dessas linhas. Obrigado por tudo.

Por fim, agradeço à minha filha Maria Elena. Ela nasceu no período da pesquisa e cresceu no momento da escrita desse trabalho. Sua contribuição afetiva e subjetiva foi enorme para o argumento e sensibilidade dessa tese, pois, na medida em que fui aprendendo a ser um pai ao seu lado enfrentando as incertezas e dificuldades, fui percebendo a importância da família retirante, sobretudo da mulher e dos filhos, nas lutas coletivas, desarranjos familiares e agenciamento na trajetória de milhares de sertanejos nas grandes secas do final do dezenove. Assim, minha “ragazza de coração vermelho”, você foi, é e ainda será uma das minhas grandes inspirações como educador, historiador e, é claro, como pai.



## RESUMO

Esse trabalho busca analisar pela escrita da história social como sertanejos do Rio Grande do Norte e igualmente do Ceará, Paraíba e Pernambuco, vão compartilhar experiências no processo de migração, organização e resolução de conflitos nas secas de 1877 a 1904. Mais do que isso, nossa perspectiva foi a de compreender a formação de uma política popular sertaneja que se formava no cotidiano das crises de abastecimento e relações de trabalho, além das estratégias de readaptação dos retirantes nos vários lugares que a migração alcançou. Essa política popular dos sertanejos está inserida num conjunto de costumes, normas e valores, que fazem parte de um repertório de ações e resistências que os subalternos desenvolveram nas relações traçadas com os agentes do poder, sua cultura e momentos de conflito. Assim, a organização dos retirantes ocorreu através da instituição familiar, do papel feminino, das ações coletivas e do confronto (in)direto com os poderes públicos. Os agenciamentos ocorreram por onde a diáspora sertaneja territorializou-se, delineando algumas de suas experiências nos espaços das cidades, colônias agrícolas e hospedarias de imigração. Algumas das fontes utilizadas nessa pesquisa foram periódicos, relatórios de comissões de socorros públicos e colônias agrícolas, listas de hospedarias de imigração, correspondências e falas dos presidentes de províncias, ofícios de promotores públicos, documentos oficiais da justiça, fotografias e livros de memória. Portanto, compreender essa formação como um fenômeno social do período é estar atento às trajetórias de resiliência e resistência dos retirantes do Rio Grande do Norte na sociedade brasileira no final do dezenove.

**Palavras-chave:** Agenciamento. Migração. Retirantes. Seca. Rio Grande do Norte.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze through the writings of social history how people from Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba and Pernambuco alike, shared their experiences on the migration, organization and resolution of conflicts during the drought of 1877 until 1904. More than that our perspective was to understand the development of a regional popular politics which grew on the everyday supply crisis and work relations, aside from the re-adaptation strategies adopted by the migrants on the several places reached by the migration. This popular politics is settled on a group of customs, rules and values, which belong to a set of actions that the subordinates have developed in their relations with the agents of power, their culture and moments of conflict. Therefore, the migrants organization happened through the family institution, the feminine role, the collective actions and the (in)direct conflict with the political powers. The agencying occurred wherever the sertanejo's spreading reached, outlining some of its experiences on city spaces, agricultural colonies and immigration inns. Some of the sources used on this research were periodicals, reports of public aid commission and agricultural colonies, migrational inn's checklists, letters and speeches of the presidents of the province, documents of public prosecutors and justice officials, pictures and memory books. Therefore, understanding this formation as a social phenomenon of the time is to be attentive to the trajectory of resilience and resistance of the migrants from Rio Grande do Norte in Brazilian society in the end of the 19th century.

**Key words:** Agencying. Migration. Migrants. Drought. Rio Grande do Norte.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Representação histórica da região do Alto Sertão no Rio Grande do Norte.....	43
Imagem 2 – Esquema de serviços da Hospedaria de Imigrantes, 1920.....	154
Imagem 3 – Quadro dos imigrantes embarcados em diversos portos do Norte e do Sul da República (1904).....	167
Imagem 4 – Locais de origem das famílias retirantes na colônia Socorro (1878-1880).....	187
Imagem 5 – Marcha das mulheres retirantes na cidade de Natal/RN (1904).....	268
Imagem 6 – “Os Horrores da Secca no Rio Grande do Norte”.....	271
Imagem 7 – “O Flagello da Seca no Rio Grande do Norte”.....	271
Imagem 8 – “Os Horrores da Secca no Rio Grande do Norte”.....	274
Imagem 9 – “Os Horrores da Secca no Rio Grande do Norte”.....	275
Imagem 10 – “O Flagello da Seca no Rio Grande do Norte”.....	275
Imagem 11 – “O Flagello da Seca no Rio Grande do Norte”.....	276

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapa geral do sertão da Ribeira do Apody, em A Capitania do Rio Grande do Norte, Anno de 1792.....	47
Quadro 2 – Distribuição de socorros públicos na cidade de Pau dos Ferros em 1877.....	68
Quadro 3 – Retirantes naturais da província do Rio Grande do Norte.....	83
Quadro 4 – Retirantes naturais da província da Paraíba.....	84
Quadro 5 – 2º Distrito de São Luiz e Aldeota.....	86
Quadro 6 – Retirantes naturais da Paraíba e Rio Grande do Norte nos 2º, 3º e 4º distritos na cidade de Fortaleza (1877).....	88
Quadro 7 – Abarracamento do Cocó.....	89
Quadro 8 – Abarracamento Boa Esperança.....	91
Quadro 9 – Estado civil dos retirantes do Rio Grande do Norte.....	114
Quadro 10 – Registro dos retirantes na Hospedaria de Imigração na cidade de Fortaleza....	117
Quadro 11 – Migração de norte-rio-grandenses para o extremo Norte.....	138
Quadro 12 – Indigentes naturais do Rio Grande do Norte sepultados no cemitério São João Batista na cidade de Manaus em 1904.....	148
Quadro 13 – Registro civil de retirantes naturais do Rio Grande do Norte na Hospedaria de Imigração em 1904.....	155
Quadro 14 – Quantidade de retirantes colonos pelas províncias do Norte na Colônia Socorro (Abril de 1878).....	183
Quadro 15 – Quantidade de retirantes colonos pelas províncias do Norte na Colônia Socorro (Abril a primeiro de Maio de 1878).....	184
Quadro 16 – Demonstrativo dos gêneros alimentícios, fazendas e ferragens da Colônia Sinimbu (1878).....	204
Quadro 17 – Crimes de roubos e furtos no Rio Grande do Norte (1873-1878).....	250

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
	<b>PRIMEIRA PARTE – TRAJETÓRIAS DE RESILIÊNCIA: “A GENTE NÃO É DE FICAR NO MUNDO PRA SEMENTE”</b> .....	35
<b>2</b>	<b>ENTRE ESTRADAS E BARRACOS: EXPERIÊNCIAS DA MIGRAÇÃO RETIRANTE NO RIO GRANDE DO NORTE NA SECA (1877-1879)</b> .....	37
<b>2.1</b>	<b>Rastros de migração, relatos de viagem: precedentes do deslocamento e trabalho sertanejo no sertão do Rio Grande do Norte</b> .....	44
<b>2.2</b>	<b>Do Alto Sertão ao litoral: migração para as cidades do Rio Grande do Norte na seca de 1877-1879</b> .....	62
<b>2.3</b>	<b>A cidade abarracada: famílias retirantes do Norte na cidade de Fortaleza (1877-1879)</b> .....	80
<b>3</b>	<b>UMA ESPERA PARA O ALHURES: RETIRANTES DO NORTE NAS HOSPEDARIAS DE EMIGRANTES DO CEARÁ E RIO DE JANEIRO (1889)</b> ...	95
<b>3.1</b>	<b>A Hospedaria-Geral de Imigração de Fortaleza: entreposto da migração de sertanejos na seca de 1889</b> .....	100
<b>3.2</b>	<b>Sertanejos do Norte na Hospedaria Morro da Saúde no Rio de Janeiro (1889)</b> .....	123
<b>4</b>	<b>DO ALTO SERTÃO A HOSPEDARIAS OUTRA VEZ: MIGRAÇÃO SERTANEJA NO AMAZONAS, RIO GRANDE DO NORTE, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO (1904)</b> .....	136
<b>4.1</b>	<b>Do Alto Sertão ao litoral outra vez: migração de norte-rio-grandenses para o litoral e extremo Norte na seca de 1904</b> .....	136
<b>4.2</b>	<b>A Hospedaria da Imigração e Ilha das Flores: zonas de contato sertanejas na seca de 1904</b> .....	151
<b>5</b>	<b>AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS SOCORRO E SINIMBU: ORDENAMENTO, FAMÍLIA E MISÉRIA NA MIGRAÇÃO DE RETIRANTES NAS PROVÍNCIAS DE PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO NORTE (1878-1880)</b> . 169	
<b>5.1</b>	<b>A colônia agrícola Socorro: migração, família e trabalho na província de Pernambuco (1878-1880)</b> .....	177
<b>5.2</b>	<b>A colônia agrícola Sinimbu: abandono, descaso e corrupção na província do Rio Grande do Norte (1878)</b> .....	198
	<b>SEGUNDA PARTE – TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA: “OU FARINHA OU REVOLUÇÃO!”</b> .....	215

<b>6</b>	<b>DESTA HORDA SEM DEUS NEM LEI: AÇÕES EM MASSA DE RETIRANTES NAS PROVÍNCIAS DO NORTE (1877-1879).....</b>	<b>216</b>
<b>6.1</b>	<b>O medo da multidão: ações em massa, criminosos e retirantes nas províncias do Norte na seca de 1877-1879.....</b>	<b>224</b>
<b>6.2</b>	<b>“Que mais parecem bestas-feras”: ações coletivas de retirantes na província do Rio Grande do Norte na seca de 1877-1879.....</b>	<b>241</b>
<b>7</b>	<b>MARCHAS, INSULTOS E CACETADAS: AÇÕES EM MASSA DE MULHERES RETIRANTES NA PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE (1877-1879-1904).....</b>	<b>261</b>
<b>7.1</b>	<b>As mulheres retirantes na fotografia de um alemão: trabalho e protesto na seca de 1904 no Rio Grande do Norte.....</b>	<b>267</b>
<b>7.2</b>	<b>“A necessidade não tem lei e com famintos não se brinca”: ações coletivas, mulheres retirantes e conflitos nas secas da Paraíba e Rio Grande do Norte (1889-1904).....</b>	<b>279</b>
<b>7.3</b>	<b>“Sedentas de sangue”: mulheres retirantes e o confronto de Areia Branca no Rio Grande do Norte (1879).....</b>	<b>292</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>309</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>314</b>
	<b>ANEXO A – FONTES CONSULTADAS.....</b>	<b>328</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A jornada começava antes mesmo de partir. Na mente do sertanejo, a escolha seleciona as estratégias pelo contexto de entre ficar enfrentando os rigores de seu torrão, ou desenraizar-se para tocar a vida em outras paragens. Foi o que aconteceu com Raimundo Nonato da Silva. Sertanejo, nascido na cidade de Martins, estado do Rio Grande do Norte, em 18 de agosto de 1907. Filho de um casal de lavradores migrou aos 12 anos com uma leva de famílias retirantes para a cidade de Mossoró, na seca de 1919. Sua narrativa, escrita décadas depois, constrói uma memória sobre indivíduos, paisagem urbana e atividades comerciais encontradas na sua chegada. As estradas que ligavam os sertões, o fluxo social e as vidas em trânsito naquela cidade durante a seca de 1919 eram o registro de uma história do deslocar-se, que ganhava forma no jogo entre tinta, papel e memória daquele jovem retirante.

Do mirante improvisado, podia observar o intenso movimento das ruas, com a circulação de numerosos animais que formavam os comboios, os tropeiros que conduziam essas peças pelas estradas, algumas em grande número, que transitavam pela frente daquela moradia, pois por ali se estendia a estrada tronco que ligava Mossoró a muitos lugares do alto sertão nordestino [...] numa distância aproximada de três léguas, a estrada toda era alegrada pelo desusado movimento dos comboieiros, pela conversa, vozear e gritos daquela gente, que vinha de todas as partes, demandando de todos os sertões à procura da cidade que era ainda o vasto celeiro comercial, centro abastecedor de interior de vários Estados Nordestinos através do volume de suas operações mercantis. [...] Todo o interior sertanejo ouvia contar pelos velhos tropeiros a história daquela pequenina capela, cujo local, era como uma porta aberta por onde penetravam os que chegavam para a grande e desconhecida aventura de novos dias e de outras esperanças, de possibilidades de trabalho e riquezas com que a cidade, que se abria, lhes acenava para a luta, para a vitória ou para a derrota. [...] A cidade, àquela época, ainda no seu franco florescimento mercantil, vivia de um intenso comércio, não abrindo, destarte, caminhos de vitórias a quem não dispusesse de certa soma de condições, reclamadas pelas numerosas ocupações da sua atividade e das suas casas de negócio. [...] quando cheguei em Mossoró, tentei com os Apolinários, com Aristides Rebouças e Antônio Costa, arranjar-me naquele serviço, esforço de todo inútil, pois não havia vaga, nem eles confiavam na possibilidade do meu rendimento<sup>1</sup>.

A narrativa de Raimundo Nonato da Silva é salutar para questões centrais da nossa pesquisa. Retirou-se sozinho, sem a presença de familiares, da cidade de Martins para outro lugar na companhia de famílias retirantes que buscavam meios de subsistência naquela seca

---

<sup>1</sup> NONATO, Raimundo. *Memórias de um Retirante* - minhas memórias do oeste potiguar 2ª edição - Coleção Mossoroense, 1987, p. 41, 44 e 48.

de 1919. Chegado a Mossoró reconheceu uma possibilidade de construir sua vida, pois observou um significativo comércio local, logo, procurou trabalho nas firmas e estabelecimentos, não obtendo sucesso de imediato. Foi então que assumiu diversas atividades para sobreviver naquele contexto urbano: foi engraxate, lavador de pratos, varredor de hotel, ajudante de bodega no Mercado Público Municipal, dentre outras ocupações<sup>2</sup>. Parte da trajetória de Raimundo Nonato nos faz pensar a relação entre as experiências de *agenciamento, migração, e trabalho* nos episódios de grandes secas da região norte do Brasil na passagem do XIX. Escrevendo de outra forma: como aconteciam as formas de ação e organização dos retirantes nas fronteiras do trabalho e migração ocorridos nos momentos de crise hídrica e social na estrutura agrária daquela sociedade do oitocentos? Portanto, o escopo desse trabalho é compreender a travessia e formas de agenciamento dos retirantes norte-riograndenses no processo de migração das grandes secas no final dos oitocentos (1877-1889-1904). Essa questão precisa de contextualização a partir de uma história social sobre as secas.

•••

A seca nem sempre foi vista como um “problema” regional. Sua “invenção” efetua-se na seca de 1877, quando o Norte enfrentava uma crise político-econômica, levando suas elites a uma progressiva perda de representatividade política. Dessa forma, a seca acentuou a crise vivenciada nesse contexto, “levando a que se estabeleça uma situação de caos, seja no plano econômico e social, seja no que se refere ao controle social, colocando em cheque vários mecanismos de dominação, que garantiam a manutenção da ordem e do *status quo*”<sup>3</sup>. Portanto, ela reuniu toda uma série de circunstâncias, práticas e discursos que a diferenciava das demais, tornando-a, assim, um referencial na história das secas. A partir dela que a seca se torna um “problema” que o norte e nordeste<sup>4</sup> terão que enfrentar sendo, ainda, a explicação

---

<sup>2</sup> Raimundo Nonato da Silva chegou a ingressar na Escola Normal, saindo de lá professor com 18 anos de idade em 1925. Formou-se em direito pela Faculdade de Alagoas e nomeado juiz da comarca de Apodi, do qual se aposentou anos depois. Dedicou-se a escrita a partir de 1949, publicando mais de 80 livros entre romances, crônica, memória, história, etc. Foi membro em diversas instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), a Academia Norte Rio Grandense de Letras (ANL), e Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP). Faleceu no dia 22 de agosto de 1993, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. In: *Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife. Bagaço. 2008, p. 232.

<sup>4</sup> O termo “Nordeste” começou a ser utilizado para representar aquele espaço geográfico e regional na década de 1920. Teve forte influência dos estudos do IFOCS (Instituto Federal de Obras Contra as Secas) no ano de 1918. Antes desse período a nomenclatura utilizada para a divisão regional era “Norte” e “Sul”. Nessa tese utilizaremos a expressão extremo Norte para indicar as províncias acima do Ceará como Maranhão, Pará e



para todos os demais estorvos encontrados nessas regiões do país. Assim nasce o discurso da seca ao longo do tempo<sup>5</sup>. A seca foi antes uma invenção e um produto histórico, nos quais as elites procuraram reconquistar seu poder e espaço a níveis nacionais para então disporem das “condições necessárias para perpetuar a sua exploração e dominação secular, nesta área do país. Seca, pois, invenção não apenas de palavras que calcinam, mas de palavras que dominam<sup>6</sup>”.

Ela também é compreendida pela história social do trabalho e migração por sua dimensão sociocultural em várias cidades do Norte. A pobreza, fome, crime e desordem, além de toda uma série de relações entre campo e a cidade, são colocadas em jogo nessas experienciais dos sujeitos envolvidos na sua trama. Se antes a seca era enfrentada no meio rural, pautada nos padrões de deferência do paternalismo agrário, agora a “vida urbana passa a ser o cenário privilegiado do drama da seca”, pois, ela “adentrou o mundo do poder constituído, avançou sobre o centro imaginário deste poder, sem respeitar-lhe os canais competentes<sup>7</sup>”. Todavia, as cidades litorâneas seriam os lugares para onde a multidão se deslocará, pois estariam mais próximas dos poderes públicos e socorros. A urbe “se incorporava ao arsenal de opções que o sertanejo tem a sua disposição dentro dos modelos sociais em que se transita, transformando-se em experiências concretas de vida<sup>8</sup>”. Assim, as cidades surgem como espaços idealizados da “civilização” e lugares de expressão dos hábitos burgueses nos oitocentos. O convívio com a pobreza e miséria, ampliados com a chegada dos sertanejos, causaria pânico nas elites, porém, esses espaços sofreriam reformas em sua malha urbana através de planos modernizadores dos poderes públicos que acabaram convertendo os sertanejos em operários da construção civil, como ocorreu em algumas cidades daquela região do Brasil<sup>9</sup>.

---

Amazonas. Sobre a invenção de o termo Nordeste consultar: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.

<sup>5</sup> Sobre a constituição do “discurso da seca” como um produto histórico imagético-discursivo ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. *“Falas de Astúcias e de Angustia”*: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877- 1922). Campinas, São Paulo, 1988, 449f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1988.

<sup>6</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Palavras que calcinam, palavras que dominam*: a invenção da seca do Nordeste. p. 245.

<sup>7</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a história*: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000 p. 25.

<sup>8</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*. p. 32.

<sup>9</sup> Sobre as cidades de Fortaleza e Natal consultar FERREIA, Ângela Lúcia de Araújo; DANTAS, George A. F. *Os “indesejáveis” na Cidade*: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930). Script Nova. Universidade de Barcelona, 01 de agosto de 2001, nº 94 (96) e GARCIA, Ana Karine Martins. *A Sombra da Pobreza na Cidade do Sol*: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. São Paulo, 2006, 208f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

O universo do labor que os sertanejos encontraram nas grandes secas ocasionou o contato com novas formas de deferência, regras e dilemas, entrando em choque com o seu imaginário e referências de mundo. O trabalho então se estabelece ao longo das secas como instrumento central do ordenamento retirante pelos poderes públicos: a disciplina nos serviços de obras de construção conteria a desordem e vadiagem nas cidades, ocupando as mentes e corpos de homens, mulheres e crianças. Se nas primeiras secas os serviços centravam-se nos melhoramentos urbanos, logo os projetos de modernização dos territórios provinciais e estaduais, através da construção de ferrovias, açudes e estradas de rodagem, entraram no rol das atividades dos retirantes. Assim, o ideário civilizador dos poderes públicos nessa passagem de século será praticado e assegurado pela força de trabalho sertaneja em alguns períodos. Portanto, a seca não trouxe apenas a oportunidade das elites “fundamentarem mais explicitamente seu discurso, trouxe também a rara condição de reunir a preciosa mão de obra dispersa e em condições extraordinárias, permitindo maior facilidade na quebra do homem do campo em adotar novas relações de trabalho”<sup>10</sup>.

Esse mecanismo de controle não foi o único meio encontrado nas secas. A migração em massa e isolamento foram práticas corriqueiras no cotidiano dos sertanejos. Abarracamentos, colônias agrícolas, hospedagens e transporte coletivo para outras regiões, formaram o conjunto de estratégias de contenção sobre a multidão de retirantes pela governabilidade do império e república no final do século XIX. Lugares do extremo Norte como Amazonas, Pará e Maranhão, eram territórios que recebiam milhares de sertanejos para trabalhar e povoar os sertões adentro. A extração da borracha, confrontos com indígenas e exploração no trabalho marcaram o cotidiano dos emigrados. São Paulo e Rio de Janeiro também entraram na rota das migrações de retirantes, num período de intensa discussão e prática da imigração estrangeira, crescimento da economia cafeeira, industrialização e reforma das grandes cidades do Centro-Sul. Se o deslocamento era a estratégia e arma dos subalternos contra o contexto opressor, ele se tornaria, paulatinamente, um dispositivo político e governamental.

As formas de ação e resistência dos retirantes foram outros aspectos presentes nos estudos. Elas surgiram intrinsecamente aos processos de controle e ordenamento das massas pobres e suas noções populares de política. Os poderes governamentais notaram que suas estratégias não eram totalmente eficazes sobre a multidão retirante e que elas aprenderam rapidamente, nos espaços de trabalho, habitação e migração, variadas formas de pressão aos

---

<sup>10</sup> SILVA, Jeovah Lucas. *Retirante e Trabalho: a seca de 1877-79 e o ideário de civilidade no Ceará*. Ágora. Santa Cruz do Sul, V. 7º, nº 1, 2001, p 112.

seus aparelhos constitucionais. A frequência de saques, confrontos com a polícia e mesmo pequenas ações cotidianas como, por exemplo, a desobediência nos serviços, foram algumas das formas de ações e resistências que os sertanejos praticaram. O mundo do trabalho e migração nas secas será esse lugar propício para a resistência e agenciamento, pois os conflitos e tensões com os agentes do poder público e particulares estavam presentes, logo, “os canteiros de obras eram um espaço de concentração de expectativas contraditórias, ao mesmo tempo em que um campo propício para a tessitura de laços de reciprocidades solidárias”<sup>11</sup>.

Partindo dos desdobramentos, portanto, a tese buscou através de uma história social atenta a formação das experiências<sup>12</sup> de agenciamentos, ações e resistências, reconstruir os rastros deixados por milhares de sertanejos que migraram do Rio Grande do Norte, tornando-se, então, retirantes das grandes secas nas décadas finais dos oitocentos. Esses sujeitos viveram também no interior de territórios como Ceará, Paraíba e Pernambuco. Sua grande maioria compartilhou os dramas da seca como a fome, doenças e mortes, além de dividir espaços de trabalho, habitação e isolamento<sup>13</sup>. A migração foi outro elemento comum a todos. O êxodo sertanejo rearranjou suas vidas e padrões de referência de mundo a partir das novas relações construídas em outras zonas de contato transcultural, implodidos de normas, conflitos e alteridade. Desse modo, esta pesquisa ousou recontar suas narrativas, reconstruindo suas experiências fragmentadas no tempo-espaço e, como tal um pescador de pérolas, mergulhamos no fundo do mar para trazer outra forma de configuração do passado, emergindo “estilhaços brilhantes de pensamento”<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. 2014. 352 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014, p. 206.

<sup>12</sup> O conceito de *experiência* abordado por E. P. Thompson traz um conjunto de elementos nos quais tratam de uma linha culturalista da tradição inglesa, que enfatiza o simbolismo, o imaginário, os discursos e as retóricas de homens, que utilizando desses segmentos “contestaram o poder e a subordinação vindos de cima, criando seus próprios rituais de resistência e experiência compartilhada” TAYLOR. Miles. *As Guinadas Linguísticas na História Social Britânica*. Campinas-SP, nº5, 1998, p.77-90. Mas a própria definição de experiência, nas palavras do historiador, é quando “homens e mulheres retornam como sujeitos”, não apenas indivíduos livres, “mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”, tratando essas experiências em sua cultura e consciência das “mais complexas maneiras, e em seguida, agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”, enfim, a experiência é compreendida como uma “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. THOMPSON. E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros* (Uma crítica ao Pensamento de Althusser) Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981, p. 182-13.

<sup>13</sup> Em muitas ocasiões as travessias dos retirantes nortes rio grandenses cruzavam com os demais sertanejos pobres em deslocamento, como cearenses e paraibanos. Portanto, nossa análise algumas vezes irá focar na construção coletiva da experiência dessa migração, como também das formas de agenciamento.

<sup>14</sup> ARENDT, Hannah. *Walter Benjamin 1892-1940*. Paris: ed. Allia. 2007, p.111.

A princípio, escolhemos tratar especificamente dos retirantes do território do Rio Grande do Norte nas grandes secas do XIX, mas ampliamos essa abordagem em alguns capítulos para compreender os sertanejos de forma relacional, tanto entre si quanto de outros lugares. Portanto, nossa análise partiu da formação social e territorial do Rio Grande do Norte para reconstruir as experiências de organização e migração de vários sertanejos nas secas de 1877, 1889 e 1904, mas também procedentes dos sertões do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Todavia, nosso enfoque gira em torno das experiências vividas dos retirantes em seus deslocamentos e organização nas secas, muito mais que o discurso identitário e geográfico da formação do estado-nação no período. Não obstante, tivemos alguns entraves no trajeto.

No estado do Rio Grande do Norte ainda são poucas as pesquisas que abordam a problemática das secas na linha da história social<sup>15</sup>. Os assuntos como saques e ações da multidão, rotas de migração, colônias agrícolas e formações de trabalhadores, foram algumas das temáticas discutidas pela historiografia cearense.<sup>16</sup> Isto não indica a “inexistência” de fontes sobre esses assuntos, pelo contrário, mostra-se um campo ainda pouco explorado e, por essa razão, deve-se buscar novos olhares e interpretações. Outrossim, alguns trabalhos de historiadores do Ceará são relevantes para nossa discussão, correspondentes às temáticas das ações populares, relações de trabalho e migrações nas grandes secas do norte.

Tyrone Cândido discutiu em sua tese como o recrutamento de milhares de retirantes aos serviços de obras de construção (estradas, ferrovias, açudes, etc.) por parte do poder público foi uma estratégia de controle social e condição para o acesso aos socorros durante as secas de 1877-1919 no Ceará. Porém, esses retirantes estiveram experienciando em seu cotidiano de trabalho diversos tipos de arranjos e desarrajos que compuseram suas formas de resistência e organização, tornando-os uma categoria específica de trabalhadores, isto é, proletários das secas<sup>17</sup>. Como frisado, o trabalho transforma-se em instrumento disciplinador

---

<sup>15</sup> Algumas pesquisas são ALVES, Glênio de Azevedo. *Uma História da Multidão: saques e outras ações em massa no Rio Grande do Norte (1877-1879 e 1958)*. Mossoró: Queima Bucho, 2011. 64p. ALVES, Jeferson Cândido. *Tempos de angústia: seca e cotidiano nos sertões da província do Rio Grande do Norte – vila do príncipe, zona do Seridó*. João Pessoa, RN, Dissertação (mestrado), UFCG, PPGH, 2014, 126p. BRITO, João Fernando Barreto de. *Colônia Agrícola Sinimbuí: entre a regularidade do espaço projetado e os violentos confrontos do espaço vivido (Rio Grande do Norte, 1850-1880)*. Natal, RN, Dissertação (mestrado), UFRN, PPGH, 2015. 189f. MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *“A produção de Flagelo”*: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915), 2013. 222 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2013. MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *Da Seca ao Balaio: o retirante e sua inserção ao trabalho salineiro e obras públicas na cidade de Mossoró (1877-1920)*. Mossoró, Rio Grande do Norte, 2010, 82f. Monografia (Graduação em História na Universidade Estadual do Estado do Rio Grande do Norte), Mossoró, 2010.

<sup>16</sup> Podemos citar autores como Frederico de Castro Neves, Tyrone Apollo Cândido e Edson Holanda Lima Barbosa.

<sup>17</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Proletários das secas. Op. Cit.*

dos corpos retirantes nas tramas das secas nordestinas. Por outro lado, em seu universo repleto de tensões e conflitos, plantam e brotam-se as diversificadas formas de resistência e associação entre os sertanejos pobres.

Na tentativa de compreender a constituição da multidão como um sujeito político, Frederico de Castro Neves examinou o processo histórico da formação dos conflitos que lhe deu origem, até que estabelecesse uma “tradição” de ações diretas como mecanismos de pressão política pelos sertanejos pobres durante as secas do XIX e XX. Esse processo demonstrou, ao contrário da interpretação da “visão espasmódica” da fome, uma compreensão generalizada e popular de que a distribuição da riqueza social deveria ser regulada, em momentos de crise, por um conjunto de regras morais diferente das regras econômicas. A intervenção agenciada pela multidão nos mercados de alimentos e de trabalho mostra a presença de uma “economia moral” que orienta, motiva e, principalmente, “legitima as ações da multidão”<sup>18</sup>. Mas o que era moral e economicamente correto para os agricultores durante as secas não foi circunscrito ao território do Ceará. O processo migratório dos retirantes expandiu suas ações e organização além fronteiras e limites governamentais.

Edson Holanda Lima Barbosa discorreu sobre as interferências exercidas pelos retirantes cearenses na composição de rotas migratórias em direção às províncias do extremo Norte (Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas). Esse êxodo ocorreu durante os anos da seca de 1877 a 1880 e foi percebido pelo segmento de trabalhadores escravizados do Ceará e províncias vizinhas enquanto formas de reverter suas identificações e padrões de vida, oferecendo a cativos e clandestinos acesso a projetos de mobilidade e inserção sociais negados pela governabilidade. Nesses processos e trajetórias, homens livres, escravizados e estrangeiros, formaram zonas de contato onde foi possível a troca de experiências e solidariedades. Alguns dos pontos de interseção desses grupos ocorreram através das frentes de trabalho e colônias agrícolas na região Norte. Na província do Pará, próxima a Belém, foi construído o Núcleo Colonial de Nossa Senhora do Carmo de Benevides. Esse espaço seria um dos palcos de ação em massa e lutas abolicionistas do período. Assim, o esforço da pesquisa foi em problematizar a diversidade étnica entre as populações de retirantes e suas múltiplas possibilidades de inserção na sociedade amazônica, processo construído a partir das experiências de migração e ações de autonomia dos sujeitos em mobilidade<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>19</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense. Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. Tese (Doutorado). 2013. PUC-SP.

Dialogando com os autores, nossa perspectiva no texto foi a de compreender a formação de uma política popular sertaneja que se formava no cotidiano das crises de abastecimento e relações de trabalho nas grandes secas nos vários lugares que a migração retirante alcançou na passagem do século XIX ao XX. Essa política popular dos sertanejos está inserida num conjunto de práticas, costumes e normas, que fazem parte de um repertório de ações decenárias que os subalternos desenvolveram nas relações traçadas com os agentes da política governamental, sua cultura e momentos de conflito<sup>20</sup>. Assim, a organização dos retirantes norte-rio-grandenses ocorreu em nossa pesquisa através da *instituição familiar*, das *ações coletivas*, e do *confronto (in)direto* com os poderes públicos nas longas estiagens no Norte do Brasil. Os agenciamentos ocorreram por onde a mobilidade sertaneja territorializou-se, traçando algumas de suas experiências nos espaços das cidades (abarracamentos, choupanas...), colônias agrícolas e hospedarias de imigrantes, todos entendidos como lugares e territórios da espera. Portanto, compreender essa formação como um fenômeno social do período é estar atento à interface das lutas imediatas e das trajetórias dos retirantes do Rio Grande do Norte, mas também do Ceará e da Paraíba naquele contexto. Contudo, para esse suporte de ideias algumas categorias e abordagens foram centrais no trabalho.

•••

Os estudos atuais da *História Global do Trabalho* vêm discutir sobre alguns dos erros da abordagem dessa historiografia no último século. Pesquisas anteriores combinavam o *nacionalismo metodológico* com o *eurocentrismo* acerca da formação dos trabalhadores. Sobre o primeiro ponto, Marcel Van der Linden discorre que o nacionalismo metodológico funde sociedade e Estado, tratando ainda os diferentes estados-nações como unidades simples e indivisíveis incorrendo, assim, em dois graves erros: o primeiro seria a naturalização da formação dos governos e, em seguida, a sua não-relativização, frente a elementos subnacionais, supranacionais e transnacionais. Em segundo lugar, aglutina sociedades (formação social) com Estado e território nacional, como se elas fossem geograficamente idênticas aos estados-nações<sup>21</sup>. Essa abordagem foi salutar para nosso trabalho, pois procuramos compreender o *tornar-se* retirante a partir das experiências de mobilidade e

---

<sup>20</sup> Alguns dos movimentos populares da região norte seriam o Ronco da Abelha, Quebra-quilos, alistamento militar, Canudos, etc, ocorridos na segunda metade do XIX.

<sup>21</sup> LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 11, 13, 15 e 16.

organização dos sertanejos em vários espaços sociais durante as grandes secas e não apenas no viés geográfico-estatal, apesar de este não estar, necessariamente, indissociável aos aparelhos do estado-nação brasileiro.

Outras categorias que nos ajudaram a enxergar os retirantes em sua mobilidade e organização durante as secas foram as *zonas de contato* e os *territórios da espera*. As zonas de contato propõem tirar de foco a comunidade imaginária<sup>22</sup> (a identidade, seu corolário) do centro para examinar as formas como os laços sociais vão fazendo-se por entre “linhas de diferenças, de hierarquia e de pressupostos conflituosos ou não compartilhados”. Essa abordagem considera o modo como as diferenças e as hierarquias são produzidas “no contato e pelo contato” dessas linhas umas com as outras. Desse modo, as diferenças de classe, etnia e gênero, seriam analisadas em termos de (re)produção dessas mesmas diferenças no “contato socialmente estruturado entre grupos que vêm sendo forçosamente aglutinados em sua irremediável separação”. Na perspectiva de contato, um fenômeno de segregação consistiria como forma de ajuntamento que assume a “copresença social e historicamente estruturada de grupos dentro de um espaço – uma zona de contato”. Nessa abordagem, as fronteiras são trazidas para o centro da discussão, enquanto os centros homogêneos e as comunidades são deslocados para as margens<sup>23</sup>. Os territórios da espera estão escritos numa ótica da *história social da espera*, que trata da compreensão do deslocamento como agente de mudança cultural e identitária, da riqueza heurística dos entremeios, e dos tempos intermediários dos sujeitos em condição de espera, seja por vários motivos. É uma história atenta às relações dos espaços intersticiais e momentos de transição<sup>24</sup>. Logo, os territórios da espera seriam a criação de dispositivos administrativos, espaços liminares de acolhimento, controle, triagem e redistribuição de sujeitos em situação de espera, nas trajetórias e deslocamentos da época moderna e contemporânea.

Os olhares de Vidal e Pratt acerca das relações socioculturais em espaços de contato e espera nos ajudou a enxergar a formação do retirante como um sujeito plural e móvel, mediada pelo contato com outros grupos, lugares e tradições, mas, também, no seu *auto-fazer-se*, sobre sua cultura e experiência convivida nas situações em que transita. Assim, os abarracamentos, colônias agrícolas e hospedarias de imigração são territórios de contato e

<sup>22</sup> A ideia de comunidade e estado-nação foi desenvolvida no livro de ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>23</sup> PRATT, Mary Louise. *A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora do foco*. Travessia, nº 38, 1999, p. 12-13. Para saber mais sobre essa abordagem consultar da mesma autora, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru/SP: Edusc, 1999, 394p.

<sup>24</sup> VIDAL, Laurent. Por uma história social da espera. In: *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)*. Tradução. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2008, p. 278-279.

espera onde os sertanejos experimentaram e reconfiguraram, através deles, seus costumes, hábitos e repertório nas grandes secas do Norte.

Por último, as noções de *política popular* concebidas nessa pesquisa são influenciadas pelo viés histórico-sociológico a partir de autores como Charles Tilly, Sidney Tarrow, James Scott, E. P. Thompson e George Rudé. O termo gerador que transpassa esses autores, todos com matizes conceituais distintas, é a noção de *conflito* como elemento de organização da cultura política dos sujeitos na sociedade.

Charles Tilly definiu *repertório de ações coletivas* como o conjunto de estratégias conhecidas e localizadas por estratégias anteriores e recursos usados por grupos e movimentos sociais para alcançarem seus objetivos. Esse repertório é um meio definido e familiar de ações coletivas que estão à disposição das pessoas comuns num dado momento histórico<sup>25</sup>. Ele é um conjunto variável de performances presente, e os sentidos e usos dos sujeitos em suas interações de confronto, compatibilizando simbolismos e estratégias de ações. O repertório, assim, surge como um “conjunto limitado, familiar, historicamente criado de performances reivindicativas que, sob a maioria das circunstâncias, circunscreve em muito os meios pelos quais as pessoas se engajam em confrontos políticos”<sup>26</sup>.

Sidney Tarrow, seguindo essa linha, articulou a ideia de confronto como sendo as relações de poder dos movimentos sociais e políticos na história. Para ele, as pessoas não “agem coletivamente apenas. Elas pedem, se reúnem, fazem greves e passeatas, ocupam recintos, interrompem o trânsito, põe fogo e atacam os outros com intenção de ferir”. Não diferente dos rituais religiosos e celebrações cívicas, “o confronto político não nasce da cabeça dos organizadores, mas está culturalmente inscrito e é socialmente comunicado. As convenções aprendidas do confronto fazem parte de uma cultura pública da sociedade”. Portanto, as formas de confronto são herdadas ou raras, “habituais ou pouco conhecidas, solitárias ou parte de campanhas conjuntas. Podem ser ligadas a temas que estão inscritas na cultura ou são inventadas na hora, ou – mais comumente – combinam elementos de convenção com novos quadros de significados”<sup>27</sup>. Mas o confronto político também pode assumir formas não declaradas e abertas no cotidiano dos subalternos.

O sociólogo James Scott discorre que os grupos historicamente dominados praticaram formas de *resistências disfarçadas* e discretas de luta política em seus contextos. As

<sup>25</sup> TILLY, Charles. *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1995, 517p.

<sup>26</sup> ALONSO, Ângela. *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. Sociologia & Antropologia. V. 02. 03, 2012, p. 36.

<sup>27</sup> TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 39-40.



resistências cotidianas surgem como um discurso oculto dos grupos subalternos a partir de experiências de sofrimento, perseguição e exploração, que representam uma “crítica do poder expressa nas costas dos dominadores”. Nessa perspectiva, o autor propõe interpretar os rumores, falatório, histórias tradicionais, canções, gestos, anedotas e o teatro dos oprimidos como “veículos que servem, entre outras coisas, para que os desvalidos insinuem uma crítica do poder ao mesmo tempo que se escondem por detrás do anonimato ou de leituras inócuas da sua conduta”<sup>28</sup>. Assim, cada uma das formas de resistência disfarçada, ou *infrapolítica*, é uma companheira silenciosa de um modelo vociferante de resistência política. A *infrapolítica* “pressiona, testa e questiona constantemente as fronteiras do permissível”. A qualquer descuido ou afrouxamento da vigilância e das sanções, as práticas adiadas no trabalho, por exemplo, podem converter-se numa guerra declarada. Nesta ótica, a *infrapolítica* pode ser “entendida como a forma elementar – no sentido fundacional – da política. [...] Nas situações de tirania e perseguição em que vive a grande maioria dos sujeitos históricos, a *infrapolítica* é a vida política”<sup>29</sup>. Saindo do terreno das resistências e confrontos disfarçados dos subalternos, existem também as ações diretas coletivas dos atores sociais. Os historiadores E. P. Thompson e George Rudé discutiram esses episódios.

Para Rudé a multidão seria aquilo que os sociólogos chamariam de grupo “frente-a-frente”, de contato direto, separado de outras formas coletivas, “como a nação, o clã, a casta, o partido político, a comunidade aldeã, a classe social, o público em geral ou qualquer outra coletividade demasiado ampla para agregar-se.”<sup>30</sup> Ele alerta ao uso e maneira de se pensar e visualizar a multidão, “situar o fato do qual a multidão participa em seu contexto histórico adequado.” Na reflexão de sua formação e liderança “que proporções tinha a multidão em questão, como agiu, quem (se houve) foram seus promotores, quem a compunha e quem a liderou?” O historiador discorre outros pontos, como as vítimas e os alvos da multidão, quem seriam? Como também, quais medidas das forças de repressão (lei e ordem) da sociedade eram eficazes? “Assim, tendo dissecado a multidão e seus componentes, seus líderes e suas vítimas, voltamos à questão da qual partimos – a natureza e a importância de um fato na história.”<sup>31</sup> O autor fala dos “impulsos” que motivavam essa multidão, nos estudos de motins da fome na França e Inglaterra do século XVIII, não apenas a uma visão espasmódica, oriunda da fome, recorrente na literatura tradicional mas, sim, de uma racionalização das

<sup>28</sup> SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Tradução Pedro Serras Pereiro. Lisboa/Portugal: Terra Livre, 2013, p. 19.

<sup>29</sup> SCOTT, James. *Op. Cit.* p. 273, 274 e 275.

<sup>30</sup> RUDÉ, George. *A Multidão na História: estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1991, p. 01.

<sup>31</sup> RUDÉ, George. *Op. Cit.* p. 10.

ações da multidão, nutrida de outros interesses e objetivos, “podiam tomar a forma de simples saques de depósitos, de ataques às casas dos comerciantes ou de obstrução a barcos estrangeiros destinados ao exterior”, ou até mesmo vestir formas mais “requintadas de imposição de um teto aos preços, ou taxation popularire.”<sup>32</sup> Todavia, na combinação desses esforços, “a multidão pode acabar surgindo não como uma formula abstrata, mas como um fenômeno histórico vivo e multifacetado.”<sup>33</sup>

E. P. Thompson dedicou-se aos estudos dos movimentos do campesinato inglês do século XVIII. O autor trata das relações paternalistas, do direito, leis e costumes, e consegue abordar a ideia de moralidade nas ações e conflitos em massa a partir do conceito de *economia moral*. Essa noção problematiza o que era “certo e errado” para os camponeses em relação às práticas de mercado justas. Era uma concepção comum que a comunidade acreditava ser violada nos tempos de escassez de alimentos e preços, levando-os a se rebelarem na forma de motins. Esses sujeitos estariam, na verdade, inspirados por suas crenças de que estavam defendendo direitos e costumes tradicionais, e a sua segurança e garantia eram o consenso da comunidade. Assim, os camponeses lutavam para resgatar “modelos paternalistas” como a melhor maneira de distribuição de mercado; tirava a sua noção de legitimação desse modelo, que existia no “corpo desgastado da lei estatutária, bem como no direito consuetudinário e no costume”<sup>34</sup>.

Não poderíamos deixar de trazer a influência dos estudos de Gênero e História das Mulheres nessa pesquisa<sup>35</sup>. Eles foram fundamentais para sensibilizar nosso olhar sobre o papel das mulheres retirantes no processo de migração e nas formas de organização nas grandes secas. O protagonismo feminino e a cooperação de gênero muitas vezes encontram-se silenciados na análise documental, seja pela própria cultura e dominação masculinas<sup>36</sup> do pesquisador, seja das fontes históricas de trabalho. Autoras como Maria Odila, Marinete Rodrigues, Deepika Bahri, Gayatri Spivak, Michele Perrot e Joan Scott foram relevantes, além dos autores já citados como E. P. Thompson e James C. Scott, para enxergarmos as

---

<sup>32</sup> Idem. *Op. Cit.* p. 38.

<sup>33</sup> Idem. *Op. Cit.*, p. 9, 10 e 14.

<sup>34</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 155.

<sup>35</sup> BAHRI, Deepika. *Feminismo e/no Pós-colonialismo*. Estudos Feministas. Florianópolis: 21 (2), 336, 2013, p. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. SPIVAK, Gayatri C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 133p. SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*. Educação e realidade. Porto Alegre. Vol. 20. N. 2. Jul/dez, 1995. RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Mulheres, Violência e Justiça no Século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. PERROT, Michelle. *Minha História Das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007, 190p.

<sup>36</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena. Kühner. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.

formas de atuação, cooperação e agenciamento das mulheres retirantes na organização familiar e formação da multidão nos episódios de ações em massa.

Na historiografia social sobre os retirantes das secas são tímidas as análises que abordam o papel feminino em uma política popular e como sujeitos coletivos<sup>37</sup>. Por outro lado, sabemos de sua participação em vários episódios de revoltas populares ao longo do século XIX<sup>38</sup> e, claro, nos contextos de crise de abastecimento nas grandes secas não poderia ser diferente. Portanto, seria estranho o apagamento dessas mulheres camponesas, naqueles momentos de migração e organização retirante, algo que procuramos contornar nessa pesquisa.

Todos esses autores e autoras nos ajudaram a tecer o processo de formação da luta e organização dos sertanejos nas grandes secas da passagem do XIX. A abordagem da história global do trabalho trilha rotas paralelas aos perigos do *nacionalismo metodológico*. Alguns dos espaços administrativos nos quais os retirantes viam-se inseridos, concomitantemente construindo suas relações de diferença e solidariedade, são exemplos das *zonas de contato* e *territórios da espera*. O conjunto de ações e práticas culturais mediadas pelas relações conflituosas entre dominantes e dominados nos episódios das secas do Norte nos oferece poder enxergar os retirantes como uma multidão móvel, um *sujeito coletivo* que (re)produz um *repertório de ações*, herdados e reconfigurados historicamente. Por meio e através desse repertório (re)cria tanto resistências disfarçadas (a *infrapolítica* como terreno da política fora de cena), quanto um repertório de confronto aberto a seus dominantes, legitimado pelos costumes consuetudinários e cultura moral da comunidade (*economia moral*). A confluência dessas abordagens e categorias de análise está circunscrita no trabalho na busca de compreendermos as formas de agenciamento e migração dos sertanejos do Rio Grande do Norte como um fenômeno social durante as grandes secas do final dos oitocentos.

• • •

O corpo documental para a construção desse trabalho girou em torno de alguns arquivos públicos e plataformas de pesquisa digital. Uma descrição dessas fontes e o processo

---

<sup>37</sup> Na própria historiografia apresentada nessa introdução são poucas as referências acerca dessa questão do protagonismo feminino retirante em episódios de ações coletivas e migração.

<sup>38</sup> A atuação de mulheres em revoltas populares não é uma novidade na sociedade do Brasil Império. Podemos citar os movimentos do “Ronco da Abelha”, “Quebra-Quilos” e “Carne Sem Osso e Farinha Sem Caroço” como alguns dos episódios em que existiu a participação feminina nos motins de forma direta e indiretamente. Ver: Mônica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, 570p.

de trabalho sobre elas são importantes para entendermos o diálogo entre as questões levantadas nessa tese. A *imprensa* foi uma ferramenta relevante para conseguirmos alcançar os vestígios das ações e cotidiano dos retirantes no processo de migração para alhures. Utilizamos vários periódicos da região Norte e Sul procurando costurar as trajetórias e qualquer informação acerca dos retirantes norte-rio-grandenses. Jornais das províncias do Amazonas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo foram essenciais para cartografarmos a atuação e deslocamento dos retirantes nas grandes secas finais dos oitocentos, e o diálogo de narrativas desses periódicos amparou na percepção de alguns elementos de similitude e diferenças dessa imprensa<sup>39</sup>. A maioria deles foi encontrada na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.

Os documentos sobre as *comissões de socorros públicos, colônias agrícolas, correspondências entre presidentes, ofícios de promotores públicos, inquérito policial e listas de hospedagem de imigrantes* foram utilizados do *Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Recife/Pernambuco, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, e Arquivo Público do Estado do Ceará*. Esses arquivos ofereceram a possibilidade para compreendermos muitas questões ainda obscuras sobre a migração das famílias retirantes do Rio Grande do Norte, além de trazerem informações acerca das políticas públicas de socorros, as ações coletivas em episódios de saques e revoltas, listas de embarcados e hospedarias, política de imigração e colonização, entre outros assuntos que abrangem o universo das grandes secas na passagem do XIX. Esses materiais ajudaram na construção de quadros para muitas de nossas análises no decorrer da pesquisa como, por exemplo, acerca dos arranjos e desarranjos familiares, os abarracamentos e os perfis desses sertanejos.

Infelizmente o *Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte* não ofereceu um suporte desejado pelo difícil acesso a documentos que não estavam mais disponíveis ao público (como os jornais *A República* e *Diário de Natal* do ano de 1904) ou encontrando-se perdidos no próprio estabelecimento. Do mesmo modo, o *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, o qual se encontra em reforma há alguns anos, inviabilizando a pesquisa local em seu acervo. Nossa sorte foi o trabalho desenvolvido pelo *Laboratório de Imagens (LABIM)* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que criou um repositório com o objetivo de divulgar seu acervo digital, assim como do Departamento de História da UFRN. O acervo é composto por livros, artigos, fotografias, jornais, teses, dissertações, monografias e outras produções bibliográficas e alguns documentos

---

<sup>39</sup> Sobre o trabalho com fontes periódicas ver: LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

digitalizados do Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte e do Instituto Histórico e Geográfico.

*Os relatórios dos presidentes de província, mensagens de governadores estaduais e ministros da agricultura, justiça e império*, assim como outras fontes oficiais, foram utilizados pelo site de pesquisa *Center for Research Libraries*. Esses documentos foram importantes para conhecermos o contexto político e econômico do período, as primeiras impressões acerca das secas nas províncias, os registros sobre as verbas dos socorros públicos, a salubridade e tranquilidade pública nas cidades, as leis de imigração e colonização e também um pouco da migração dos retirantes do Rio Grande do Norte. Esse corpo documental ajudou tanto para entendermos o discurso oficial dos presidentes, governadores e ministros como para termos uma ideia das suas principais ações administrativas nos períodos das grandes secas de 1877, 1889 e 1904.

O acervo digital do *Museu da Imigração do Estado de São Paulo* foi outro espaço muito importante de pesquisa documental. Nele encontramos informações de listas de passageiros em vapores, listas de hospedarias e dados sobre as famílias que migraram para a região de Santos e São Paulo. Foi através desse acervo que conseguimos desenvolver pequenas trajetórias de retirantes do Rio Grande do Norte para a região Centro-Sul, criando quadros de embarcados e os perfis das famílias sertanejas migradas. Também essas fontes foram essenciais na compreensão dos espaços das hospedarias e políticas de imigração como formas de controle e isolamento dos trabalhadores sertanejos, e entendermos esses locais como territórios da espera no processo de migração e das experiências dos sujeitos em trânsito. Com esse tipo de material foi possível enxergarmos a presença das mulheres como chefes de famílias, os desarranjos familiares e a sua estruturação como uma das primeiras formas de agenciamento coletivo dos sertanejos durante as secas finais dos oitocentos. Esses foram os principais espaços e documentos utilizados em nossa pesquisa, além de alguns livros e manuscritos digitalizados pelo *Laboratório de Imagem (LABIM)* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e um acervo de jornais microfilmados da cidade de Mossoró entre os anos de 1904-1905, publicados pela *Coleção Mossoroense/Fundação Guimarães Duque*, que atualmente está localizado no Museu Lauro da Escócia na cidade de Mossoró/Rio Grande do Norte.

•••

A pergunta central que vai conduzir a narrativa dessa história é: como ocorreram as formas de agenciamento e experiências dos retirantes norte rio grandenses no processo de migração nas grandes secas da passagem do XIX (1877-1889-1904)? Como eles construíram suas trajetórias, organizaram suas famílias e partiram para as ações coletivas nos contextos de deslocamento entre as cidades, hospedarias e colônias agrícolas? Essas são algumas das questões exploradas ao longo desse trabalho. Portanto, dividimos a história da travessia sertaneja dos nortes rio grandenses em duas partes no corpo do texto, que representam intrinsecamente a experiência do êxodo e a sua organização como sujeitos políticos.

Na primeira parte da tese, *“A gente não é de ficar no mundo pra semente!” (Trajetórias de Resiliência)*, foram construídos quatro capítulos que trazem a experiência de migração sertaneja do interior para as cidades litorâneas e depois para outros lugares do território nacional, como a região Centro-Sul. No capítulo *“Entre estradas e barracos”: experiência da migração de retirantes no Rio Grande do Norte na seca (1877-1879)* discorreu-se acerca do deslocamento de retirantes do Rio Grande do Norte na seca de 1877-1879. A mobilidade entrou como elemento estratégico de milhares de sertanejos para enfrentar a crise de abastecimento causada pela seca e pelas relações de mercado. A instituição familiar será uma das primeiras formas de organização dos sertanejos saídos do alto sertão para as áreas mais arejadas e próximas dos poderes públicos nas províncias do Ceará e Rio Grande do Norte. A diáspora sertaneja para a cidade de Fortaleza reunirá nos abarracamentos da comissão de socorros da capital retirantes procedentes da Paraíba e Rio Grande do Norte. Esses espaços provisórios tornam-se uma das primeiras formas de contato entre diferentes sertanejos dos sertões.

Em *“Uma espera para o alhures”: retirantes do Norte nas Hospedarias de Imigração do Ceará e Rio de Janeiro (1888-1889)* discutiu-se a política de migração sobre os retirantes na seca de 1888-89 nos governos do Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, e como foram (re)apropriados os dispositivos de internalização (hospedarias, navios, ferrovias) de estrangeiros para as famílias sertanejas, embarcadas nos portos do Norte para a tornarem-se mão de obra nas lavouras do Centro-Sul do país.

No capítulo *“Do Alto Sertão à Hospedaria Outra Vez”: retirantes do Rio Grande do Norte no Rio de Janeiro e São Paulo (1904)* continua-se a narrativa da jornada dos sertanejos do alto sertão para os centros urbanos no início do século XX e seus deslocamentos nos vapores marítimos para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como também de suas experiências nas Hospedarias de Imigração. As hospedarias surgem como territórios de contato e espera para os retirantes que escolheram emigrar à custa do Estado para outras

regiões do Brasil como, por exemplo, o Centro-Sul. Novamente, a categoria de família sertaneja torna-se um agenciamento relevante no processo das relações de trabalho e migração que os retirantes vivenciaram nas Hospedarias da Ilha das Flores (Rio de Janeiro) e Hospedaria da Imigração (São Paulo) na seca de 1904. Igualmente abordamos a corrente migratória para a região do extremo Norte do país, apesar de não encontrarmos registros de retirantes norte rio grandenses em dispositivos de internalização (hospedarias) nas capitais como Manaus e Belém.

No capítulo *“As Colônias Agrícolas Socorro e Sinimbu”*: *ordenamento, família e miséria na migração de retirantes nas províncias de Pernambuco e Rio Grande do Norte (1878-1880)* vamos abordar a criação, organização e experiência de dois núcleos agrícolas nas províncias afetadas pela seca de 1877-1879 e enxergá-los como espaços de zonas de contato e territórios da espera para os retirantes do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nesses lugares, os sertanejos pobres encontraram formas de conversão em colonos agrícolas, mas também viram-se isolados e controlados pela dinâmica da administração dos estabelecimentos, que procuravam seguir uma política de colonização encabeçada naquele contexto pelos poderes do Império. Contudo, as experiências das colônias não foram totalmente satisfatórias para os retirantes, tampouco para algumas autoridades. Muitos vão encontrar casos de maus tratos, desvio de verbas e péssima administração de seus diretores nos núcleos agrícolas, ocasionando, assim, o abandono dos sertanejos das terras dos núcleos agrícolas.

A segunda parte do trabalho, *“Ou Farinha ou Revolução” (Trajetórias de Resistências)*, está dividida em dois capítulos que abarcam o universo da trama de ações coletivas dos retirantes nas grandes secas no Rio Grande do Norte e outras províncias (1877-1889-1904). Nosso enfoque é discutir as formas de organização desse grupo subalterno móvel, além de compreender seus protocolos de ações, formas de resistência e lutas cotidianas vividas durante os episódios de secas em cidades como Mossoró, Macau e Natal, e nas províncias do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Todavia, a segunda parte procura compreender outros agenciamentos e formas de conflito dos retirantes, entendendo como essas práticas estão relacionadas a uma experiência política popular decenária numa relação de força e poder assimétrica entre dominantes e subalternos da sociedade brasileira do segundo quartel do XIX, e que também só foram possíveis de tornarem-se um fenômeno social de protesto desterritorializado por causa da migração desses retirantes para vários lugares das províncias do Norte.

Em “*Desta horda sem Deus nem lei*”: ações em massa de retirantes nas províncias do Norte (1877-1879) analisaram-se episódios de organização sertaneja sobre a crise de abastecimento, corrupção nas verbas de socorros e comissionados e a exploração nas relações de trabalho. A multidão retirante vai surgir como sujeito coletivo e político nos momentos de luta, conflito e negociação com as autoridades competentes. Estratégias de agenciamentos coletivos serão efetuadas, como a cooperação com fugitivos da justiça, ações de furtos, marchas públicas e saques, revelando, assim, padrões de um fenômeno social amplo de revoltas não somente entre retirantes norte rio grandenses como também das províncias do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

O capítulo final, “*Marchas, insultos e cacetadas*”: ações em massa de mulheres retirantes na Paraíba e Rio Grande do Norte (1877-1889-1904), trazem o protagonismo e papel das mulheres retirantes na constituição das ações em massa e formas populares de protestos durante os confrontos diretos com a força pública nas grandes secas do fim do XIX. Assim, elas surgem como agentes sociais importantes, não apenas na proteção e organização de suas famílias no processo migratório, mas como sujeitos independentes e de expressões próprias de atuação na política popular, além de construírem uma cooperação com seus companheiros retirantes nas ações coletivas durante essas secas.



**PRIMEIRA PARTE -  
TRAJETÓRIAS DE RESILIÊNCIA:  
“A GENTE NÃO É DE FICAR NO MUDO PRA SEMENTE!”**

“Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado. Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas” (ROSA, 2019, p.46)

## 2 ENTRE ESTRADAS E BARRACOS: EXPERIÊNCIA DA MIGRAÇÃO RETIRANTE NO RIO GRANDE DO NORTE NA SECA (1877-1879)

Retirar-se do interior das províncias do Norte em períodos de grandes secas foi um aprendizado construído pelos sertanejos numa relação intrínseca com a terra, trabalho e relações de poder no Brasil do século XIX. Sair com suas famílias, pertences e a esperança de encontrar algum lugar para estabelecer-se eram recursos que os sertanejos possuíam quando sua frágil estabilidade era ameaçada. A memória também era um instrumento confiável, pois a sabedoria em conhecer as rotas e estradas para regiões abastadas, ler sinais da natureza, indicativos de locais mais frescos, e compor uma rede de sociabilidades com outros grupos na arte de migrar, revela uma estratégia regular desses sujeitos no espaço do sertão.

As populações das províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte foram alguns dos territórios que viveram o drama secular das grandes secas<sup>40</sup>. A primeira possui uma vasta literatura produzida, reunindo discursos técnicos, administrativos, romances e memórias acerca das secas<sup>41</sup>. A historiografia cearense também possui estudos relevantes sobre essa temática nas últimas décadas: entre trabalhos de História Social discutiu-se sobre as ações em massa, abarracamentos, doenças, espaço urbano, formação de trabalhadores, migração, política popular, entre outros assuntos que flertam com os momentos de crise hídrica e político-econômica da região Norte<sup>42</sup>.

<sup>40</sup> Essa “rota leste” representa as províncias, onde consideradas parte do seu território era do semiárido, logo, periodicamente, experimentavam grandes secas nas áreas do alto sertão.

<sup>41</sup> Consultar ALVES, Joaquim. História das Secas: século XVII a XIX. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003, 242p. CAPANEMA, Guilherme Schüch de (Barão de), GABAGLIA, Giacomo Raja. A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Org. RIOS, Kenia Souza. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. 2006, 226p. SOBRINHO POMPEU, Thomaz. História das Secas: século XX. Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1953, 539p. TEÓFILO, Rodolfo. A Fome. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

<sup>42</sup> Uma bibliografia básica dessa historiografia, CHAVES, José O. de Souza. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995. BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. 2014. 352 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014. LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas” os engenheiros civis e as obras públicas: Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) e a construção do açude Tucunduba (1909-1919)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1906)*. Fortaleza, 2012. 200f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Pós Graduação em História. MORAES, Kleiton de Sousa. *O Sertão Descoberto aos Olhos do Progresso: A Inspeção de Obras Contra as Secas (1909-1918)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. MORAIS. Viviane Lima de. *Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia

Por outro lado, essa literatura, aliada aos movimentos artísticos e demais meios de circulação, ajudou a criar um discurso imagético-discursivo ao longo do tempo na sociedade brasileira, criando uma imagem “associativa” direta entre Ceará e o fenômeno da seca, como se essa experiência fosse exclusiva daquele espaço social<sup>43</sup>. O drama da migração, miséria e socorros públicos para os cearenses foi uma realidade inquestionável, inclusive na perspectiva quantitativa para a história das secas e agricultores pobres; todavia, buscamos vestígios deixados por outros sertanejos, como os norte rio grandenses, que compartilharam ao lado de seus vizinhos a experiência de deslocar-se com suas famílias, sobreviver nas grandes cidades e organizar-se em ações de massa na luta para garantir os socorros públicos. Assim nossa preocupação são as conexões e trajetórias que esses sertanejos viveram nas grandes secas da passagem do XIX, especificamente às de 1877, 1889 e 1904. Mas para discorrer sobre as populações do interior do sertão norte rio grandense é preciso alguns apontamentos para compreender as singularidades da experiência da migração nesses lugares.

É preciso esclarecer que o espaço regional nordestino não é homogêneo em seu aspecto físico e geográfico. Ele divide-se entre territórios do vasto semiárido, zona da mata e agreste. O geógrafo Aziz Nacib Ab’sáber descreve que o nível de interiorização do ambiente sertanejo atinge centenas de quilômetros (entre 600 a 700 km), “desde os limites com a zona da mata até os sertões mais distantes, ou desde a praia até o chamado *alto sertão* ou, ainda, desde o Rio Grande do Norte até o sul-sudeste do Piauí”. Na sua área nuclear, essa região estende-se em “seu eixo sul-norte por um espaço que vai desde Poções e Milagres, no município de Amargosa (BA), até o extremo noroeste do Ceará, atingindo a costa em largos setores tanto desse estado quanto do Rio Grande do Norte”<sup>44</sup>. Manuel Correia de Andrade também afirma ser uma tarefa difícil compreender historicamente o processo de produção do espaço do Ceará e Rio Grande do Norte sem mencionar a problemática da seca. Para o geógrafo pernambucano, deve ser levado em conta que 90% do território norte rio grandense se encontra “inserido no chamado Polígono das Secas e que estas constituem um grave

---

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993. RIOS, Kênia, Souza. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 144 p.

<sup>43</sup> Sobre a constituição do “discurso da seca” como um produto histórico imagético-discursivo, ALBURQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. *“Falas de Astúcias e de Angústia”*: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877- 1922). Campinas, São Paulo, 1988, 449f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Capinas, 1988.

<sup>44</sup> SÁBER, Aziz Nacib ab. *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida*. Estudos Avançados 13 (36), 1999, p. 13-14.

problema, pois quase sempre, em cada decênio, ocorre uma seca de grandes proporções que prejudica as atividades econômicas e flagela as populações”<sup>45</sup>. Apesar da construção do espaço cearense ocupar territorialmente em sua totalidade o semiárido nordestino, não seria o único da região a sentir os efeitos socioambientais recorrentes da seca, assim, o Rio Grande do Norte, em sua proporção, também estaria entre um desses lugares.

Portanto, nesse capítulo queremos narrar como os sertanejos dessa região foram sujeitos do seu próprio destino ao enfrentar as crises de carestia e subsistência, procurando formas de deslocarem-se com suas famílias do *alto sertão* ao litoral, do interior para o agreste na busca de áreas mais arejadas, além das cobranças pelos socorros públicos às autoridades responsáveis. Entretanto, é salutar abordar sobre a região chamada de “alto sertão”, ou seja, territórios do semiárido e do êxodo retirante, pois ele representa um recorte espacial e histórico produzido pelas relações políticas, econômicas e culturais dos homens em sociedade. Mas antes de tratar do termo “alto sertão” é necessário discutir a própria noção de sertão para entendermos o lugar de origem dos retirantes do Rio Grande do Norte.

O sertão surge como uma categoria histórica na formação da sociedade brasileira, pois apresenta-se como recorte espacial secular<sup>46</sup>. No século XIX identificam-se dois sentidos na palavra “sertão”: um associado à ideia de semiárido, e outro priorizando atividades econômicas e padrões de sociabilidade, relacionado à pecuária. Assim, percebe-se que essa concepção dual associou o termo “sertão” a conceitos geográficos (semiárido) e econômicos (pecuária), “apresentando o seu sentido numa percepção espacial (interior) e noutra social (região pouco povoada), ambas, categorias da geografia”, porém, trazendo subentendidas a noção de “ação humana ou a concepção de espaço social historicamente construído, um pressuposto da ideia de região”<sup>47</sup>.

Por conseguinte, generalizou-se esse conceito para uma vasta área do interior brasileiro que expressaria uma “pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, equiparando-se a ideia de ‘região’, exposta como espacialização destacada num continente, país ou subunidade setorial de poder”, logo, caracterizadas pelas “relações sociais e de

<sup>45</sup> ANDRADE, Manuel Correia. *A produção do espaço norte-rio-grandense*. “Clássicos do Rio Grande do Norte”. Revista GeoInterações, Assú, v.1, n.2, p.101-123 jul./dez. 2017, p. 114.

<sup>46</sup> Para uma historiografia contemporânea sobre o sertão consultar: ARRUDA, G. *Cidades e Sertões: entre a história e memória*. Bauru: Edusc, 2000. BARBOSA, I. C. *Sertão, um lugar incomum*. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado, 2000. LEONARDI, V. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 1996. LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj – Ucam, 1999.

<sup>47</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural*. Vitória da Conquista. Politeia: Hist. e Soc. V. 03, nº 01, 2003, p. 156.

trabalho, condições materiais, recursos ambientais, natureza do que produz, espécies de bens comercializados, formação étnica, manifestações culturais”. Todavia, como uma categoria analítica da divisão espacial, o “sertão” exprime condição de território interior de uma região ou unidade administrativa interna, “sertão nordestino, sertão da Bahia”, ou de zoneamento dessas espacializações, “alto sertão da Bahia, sertão de Canudos, sertão de São Francisco, Sertão do Araripe”<sup>48</sup>. Essa lógica zonal dos sertões brasileiros aparece também na Grande Enciclopédia Delta Larousse, registrados em documentos de portarias, alvarás e cartas<sup>49</sup>.

Partindo da pluralidade desse recorte espacial, o termo “alto sertão” parece ser utilizado em várias ocasiões para designar territórios secos ou considerados do semiárido nordestino. O termo foi preciso, na medida em que “todas as vezes em que foi registrado, no século XIX, referiu-se à área semiárida: ‘sendo o Piauí sujeito a secas como todos os altos sertões do Brasil [...]; afluxo de retirantes do alto sertão que a seca prolongada expelira de seus lares”<sup>50</sup>. Se o alto sertão seriam esses territórios conhecidos por suas secas periódicas, ele também se apresenta de maneiras diversas em várias províncias do Norte. Um exemplo é o alto sertão da Bahia, estudado pelo historiador Erivaldo Fagundes Neves. O autor discorre que o alto sertão baiano é um espaço construído “pela sua população, consciente da identidade socioambiental, desenvolvida com vínculos de parentesco e de vizinhança, práticas comuns dos folgedos, religião, tradições, representação política, atividades econômicas”, enfim, usos e costumes, “na convicção de conterraneidade e no sentimento de integração naquele sertão”. Portanto, todos esses elementos se desenvolveram num espaço geográfico específico que “constituem práticas sociais, políticas, econômicas e culturais de uma comunidade, aglutinada num determinado contexto, a partir de certo tempo – a transição para o século XVIII, quando iniciou a ocupação econômica regional”<sup>51</sup>. Mas o que seria o alto sertão do Rio Grande do Norte no século XIX?

<sup>48</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Op. Cit.*, p. 157.

<sup>49</sup> Sertão: s.m. Região agreste afastada das terras cultivadas e dos núcleos urbanos. Terreno coberto de mato, afastado do litoral. Zona pouco povoada do interior, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura (sertão é, de modo geral, o interior do país. O termo aplica-se sobretudo ao setor semiárido norte-ocidental. As tentativas de caracterizá-lo têm sido convencionais. Equivale a dizer que é toda a região do interior ligada ao ciclo do gado, onde permanecem tradições e costumes antigos. O nome fixou-se mais no Norte, Nordeste, Centro, Minas Gerais e Goiás, que no Sul). A enciclopédia relaciona, também, vários sertões e seus municípios: Zona de Sertão, Sertão Alto, Sertão Central, Sertão Centro-Norte, Sertão de Moxotó, Sertão de Santana, Sertão do Alto Moxotó, Sertão do Alto Pajeú, Sertão do Baixo Jaguaribe, Sertão do Médio Jaguaribe, Sertão do Oeste, Sertão do Piranhas, Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, Sertão do São Francisco, Sertão Sudeste, Sertãozinho. MELLO, Ceres Rodrigues. *O Sertão Nordestino na longa duração (Séc. XVI ao XIX)*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1985. (Dissertação) História do Brasil, p. 13.

<sup>50</sup> MELLO, Ceres Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>51</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Recife. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p.18.

Uma resposta encontrada foi pelo escritor Rocha Pombo em seu livro *História do Rio Grande do Norte*, quando discorre sobre a geografia física. Para ele o Estado estaria dividido nas seguintes regiões ou zonas: litoral, agreste, centro e alto sertão. Destaca-se que a partir das regiões marítimas, penetrando nas terras do interior, passa-se a “zona chamada agreste, a mais vizinha do litoral, plana e extensa seguindo-se-lhe a região de que é centro a chapada da Borborema; e depois o alto sertão”<sup>52</sup>. Essa terceira zona da região, compreendendo toda a parte sul da vertente setentrional, são terras muito “ricas de excelentes forragens para criação de aspecto acidentado, de serras e colinas pedregosas, mas de admirável propriedade para a cultura do algodão”. Limítrofe com o Ceará reparte-se o território quase igualmente entre as bacias de dois grandes rios: “o Apody, inteiramente rio-grandense, cuja vertente confina a oeste e ao sul com o Ceará e a Parayba”, o outro é o Assú que, depois de drenar, sob o nome de Piranhas, “as águas paraybanas em uma ampla bacia que abrange a metade central do Estado contíguo, entra no Rio Grande do Norte pelos sertões do Seridó; e descendo, quasi a meio do território, de sul a norte, vai alcançar o Atlântico em Macau”<sup>53</sup>. Nos invernos com chuvas abundantes estes dois rios que se avolumam com o curso dos numerosos tributários “descem tão peçados que o leito, comquanto amplo, não lhes basta, e derramam-se pelas margens, alagando e submergindo as grandes planícies que atravessam e fecundam”. Na extensão de quilômetros pelo curso desses rios só há “uma vegetação enchendo toda a várzea de lado a lado, e formando uma floresta das mais curiosas e mais bellas – os imensos carnaubas”. Além das carnaúbas, uma planta típica do sertão, “tem esta zona outras riquezas, e é considerada como o empório de grande fortuna econômica do Estado, constituída pela cultura do algodão e pela indústria pastoril”. É exatamente nessa região que “começa com as caatingas e continua, sertões adentro – é que as crises climáticas são mais rigorosas”<sup>54</sup>.

Deste modo, o alto sertão seria um recorte espacial e temporal para uma determinada zona dos territórios do semiárido na província, onde grande parcela dos retirantes começaria sua diáspora sertaneja para o alhures. Embora não seja o único sertão, pois, ainda se tinha o Sertão do Seridó<sup>55</sup>, outro espaço onde também deslocaram-se contingentes de homens e

---

<sup>52</sup> POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922, p. 72.

<sup>53</sup> POMBO, Rocha. *Op. Cit.*, p. 73.

<sup>54</sup> POMBO, Rocha. *Op. Cit.*, p. 74.

<sup>55</sup> Para o historiador Helder Macedo (2013), o Seridó historicamente construído engloba os municípios atuais de “Caicó, Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, Currais Novos, Florânia, Parelhas, São João do Sabugi, Ouro Branco, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, São Vicente, São Fernando, Equador, Santana do Seridó, São José do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Lagoa Nova, Ipueira e Tenente Laurentino Cruz”. Para o autor, escolher essa territorialização do Seridó significa “aperceber-se da história da região, vez que o mapa traçado com esses 23 municípios responde a prerrogativas de natureza política, econômica e cultural. Em outras palavras, dar a precedência a Caicó enquanto primeira municipalidade da região – com o título de Vila do Príncipe – e de onde surgiram os demais municípios é reafirmar os processos de estruturação e

mulheres nas grandes secas. Assim, o “Alto Sertão” do Rio Grande do Norte representar-se-ia pelas vilas, cidades e povoações que estariam na região oeste, cortadas pelos grandes rios Apodi e Açú, com uma vegetação típica da caatinga e de clima semiárido, fazendo fronteira com as províncias do Ceará e da Paraíba. Sua principal atividade econômica era a pecuária e a cotonicultura, que veio se fortalecendo com o processo de interiorização ao longo do século XIX e XX<sup>56</sup>. Porém, o termo “alto sertão”, apesar de uma referência “genérica” para entender a procedência espacial dos sertanejos, será frequentemente utilizado pela documentação analisada nesse trabalho para sugerir o lugar de origem das famílias de retirantes que migravam para as vilas e cidades litorâneas nas grandes secas da passagem dos oitocentos. A seguir temos uma representação do que seria o *alto sertão* historicamente construído.

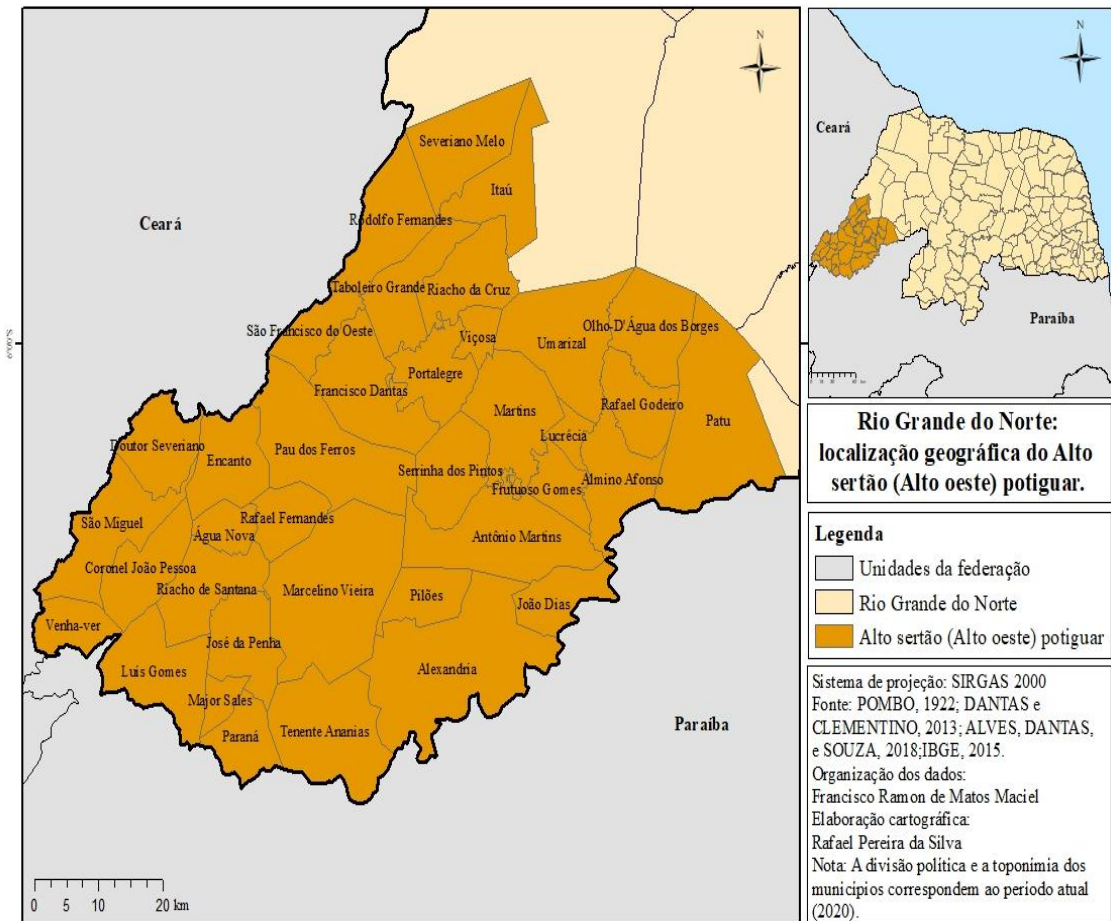
---

reestruturação desse território ao longo do tempo”. MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. Recife, 2013. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2013, p. 35.

<sup>56</sup> O termo “Alto Sertão” foi substituído pela noção espacial “Alto Oeste” no século XX. Essa nova expressão representaria uma fronteira interna de expansão e territorialização dos novos municípios criados nas décadas seguintes. Para uma melhor discussão dessa formação territorial consultar: ALVES, Larissa da Silva Ferreira; DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; SOUZA, Gilton Sampaio. *Dinâmicas Urbano-Regionais em Territórios de Fronteira Interna*. Mercator (Fortaleza), Fortaleza, v. 17, e17003, 2018. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-22012018000100203&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012018000100203&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 Aug. 2020. Epub Mar 12, 2018. <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17003>. DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. *O Papel das Cidades (Inter) Médias para o Desenvolvimento Regional*. GeoUERJ, Rio de Janeiro, ano 15, n. 24, v.1, 2013 p. 228-255.



Imagem 1: Representação histórica da região do Alto Sertão no Rio Grande do Norte



Fonte: POMBO, 1922; DANTAS & CLEMENTINO, 2013; ALVES, DANTAS, e SOUZA, 2018, IBGE, 2015.

Assim, a migração é compreendida em nossa perspectiva como uma forma de estratégia e resistência do indivíduo, traço de suas *lutas imediatas*<sup>57</sup> a não sujeitar-se às condições vividas nas relações de poder presente na propriedade, isto é, a estrutura agrária em constante conflito e exploração dos subalternos, onde encontra seu superlativo nos momentos das grandes secas, essas, que não são as protagonistas da história, mas, sim, o próprio sertanejo nortista. Todavia, a migração não pode ser entendida historicamente apenas pelo viés da fatalidade, mas também pelo desejo de mudança dos atores sociais. Como a historiadora Isabel Guillen aponta, migrar, portanto, “tem sempre um sentido ambíguo –

<sup>57</sup> As lutas imediatas são a diversidade das respostas dos subalternos as forças hegemônicas e relações de poder. Essas lutas estão inseridas num processo de reprodução social que geram situações de incerteza e fluidez na vida das pessoas. Assim, são ações das classes dominadas que enquadram-se em formatos de resistência, seja cotidiana ou esporádica, permitindo viver, evitando maiores danos em suas vidas. GODINHO, Paula. *O Futuro é para sempre: experiência, expectativa e práticas possíveis*. Lisboa: Editora Através, 2017, p. 27, 30 e 39.

como uma imposição das condições econômicas e sociais ou ambientais – e, nesse caso, ela aparece no mais das vezes como um dos mais fortes elementos que explicariam uma destinação do ser nordestino”, mas igualmente como uma escolha contra a miséria da vida no sertão. Migrar é em última instância, “dizer não à situação em que se vive, é pegar o destino com as próprias mãos, resgatar sonhos e esperanças de vida melhor ou mesmo diferente”. Para a autora, o problema está no aspecto de que numa vasta produção discursiva “retirou-se do migrante a sua condição de sujeito, como se migrar não fosse uma escolha, como se ele não tivesse vontade própria”. Portanto, migrar pode ser entendido como “estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano, mas também para buscar um lugar social onde se possa driblar a exclusão pretendida pelas elites brasileiras através de seus projetos modernizantes”<sup>58</sup>.

## **2.1 Rastros de migração e relatos de viagem: precedentes do deslocamento e trabalho sertanejo no sertão do Rio Grande do Norte**

A história da migração sertaneja nos momentos de crise hídrica começa ainda no período do Brasil Colônia, quando intensifica-se o povoamento do interior das capitâncias hereditárias. No Rio Grande, a primeira metade do século XVIII, caracterizou-se pela “instalação de fazendas pertencentes a senhores de engenho da Zona da Mata açucareira, fossem eles residentes em Pernambuco, Bahia, Paraíba ou no próprio Rio Grande, como foi o caso dos Albuquerque Maranhão”. Os motivos encontram-se no caso de que apenas os mais ricos habitantes da Colônia tinham o capital suficiente para lidar com os custos da montagem das primeiras fazendas criatórias. Nessa etapa, “esses senhores rurais permaneciam residindo em seus engenhos litorâneos, deixando a fazenda sob a responsabilidade do vaqueiro, que era pago, depois de alguns anos, com um em cada quatro bezerros nascidos”. Essa espécie de pagamento - chamado de "a quarta" - tornava possível ao sertanejo constituir seu próprio rebanho bovino. Mas foi a partir de meados do século XVIII que o sertão começou “a ser mais povoado pelos colonizadores, quando muitos sesmeiros e grandes posseiros passaram a residir em suas terras com suas famílias, escravos e trabalhadores, consolidando todo o interior da capitania como território de domínio da Coroa portuguesa”. A maioria desses homens acumulava, com a terra, patentes militares de capitães, tenentes e coronéis nas

---

<sup>58</sup> GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica*. Trabalhos para discussão n. 111/2001. Agosto 2001.

Milícias e nas Ordenanças que eram, junto com as Tropas de Linha, as forças armadas da capitania, concedendo-lhes poder político nas respectivas áreas onde se alojaram. Assim, por exemplo, “o coronel Cipriano Lopes Galvão recebeu sesmaria e instalou-se com sua fazenda de gado, por volta de 1755, na região do atual município de Currais Novos, tendo sido o primeiro coronel do Regimento de Cavalaria da Ribeira do Seridó”<sup>59</sup>.

Os caminhos do gado, ou civilização do couro, através das fazendas criatórias, é um traço importante no povoamento das capitanias que, juntamente com os engenhos de açúcar no litoral, formaram uma estrutura sociocultural que marcaria o habitus daquelas sociedades na esfera familiar, econômica e política<sup>60</sup>. Porém, nesse contexto de interiorização, essas populações aprenderiam na prática a conviver com a falta de água que assolava grandes áreas dos sertões das capitanias. Podemos por meio da memória do padre Joaquim José Pereira, ter uma ideia das ações dos sujeitos que se achavam no sertão da Ribeira do Apodi, capitania do Rio Grande do Norte, durante a seca de 1792 e 1793. A investigação desta carta temporária

[...] nasceu de uma atenta e escrupulosa observação feita e meditada sobre a estação dos annos de 1792 e 1793, nos quaes a cada passo se esperava a morte. Ella devastou, pelo excesso a que chegou, e despovoou os sertões por falta das chuvas, que se esperavão do céu, de que resultaram tristíssimas consequencias e desgraçados fins. *A geral penúria que houve de viveres e mais mantimentos, causou uma excessiva fome, sem recurso algum mais que a tudo quanto se encontrava pelos campos, e que podia encher os estômagos famintos: calamidade esta que assolou os povos daquele continente, e que como bloqueados de um assedio, em que estavam constituídos, suportavam com gemidos e lagrimas o desamparo da sua infeliz situação, em que os pozera o céu naquele castigo; onde lhes pareciam estar abandonados do mesmo céu e da mesma terra.* O grande desamparo em que a Providencia e a natureza os entregou ao jogo dos tempos, os encheu de receios e de temores tantos, *que se viram obrigados por tudo a procurar, ávidos da conservação da cara vida, que é preciosa e estimável ao homem, o sustento naquello que o mesmo acaso lhes deparava, sem terem o verdadeiro conhecimento das suas perniciosas qualidades. De sorte que os agrestes e desconhecidos alimentos, e que por suas qualidades deletérios da saúde e da vida daqueles habitadores, produziram nelles inchações disformes, vômitos de sangue extraordinários, dysenterias ferinas, males cutâneos cruéis, marasmos últimos; vindo por este motivo a povoarem as sepulturas dos campos e dos povoados*<sup>61</sup>. (grifos nossos).

<sup>59</sup> MONTEIRO. Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 4º ed. Natal, RN: Flor do Sal, 2015. p. 61.

<sup>60</sup> Os pensadores sociais na figura de Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre discutiram em sua literatura a influência da cultura da cana de açúcar e das fazendas de criação na formação da sociedade brasileira no período colonial, consultar textos. ABREU, Capistrano de. 1853-1924. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p. \_\_\_\_\_. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. 192p. FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 6a ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. \_\_\_\_\_. *Casa-Grande & Senzala*, 50ª edição. Global Editora. 2005.

<sup>61</sup> *Memoria sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody da capitania do Rio Grande do Norte, da comarca da Parahiba de Pernambuco; onde se descrevem os meios de ocorrer a estes males futuros; etc., etc. Pelo Padre Joaquim José Pereira, que dirige ao Ilm<sup>a</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr. D. Rodrigo de*

A falta de gêneros alimentícios, aliada ao abandono administrativo sobre as populações dos sertões da Ribeira do Apodi, revela a luta pela sobrevivência durante essa seca do XVIII. Mas existia a sabedoria de alguns indivíduos sobre o clima do sertão e as regulares estiagens e como se deveria agir sobre a criação bovina nas fazendas, “[...] Este clima, pela posição do seu sertão, segundo Deus é servido, suscita aquelles povos de dez em dez anos, conforme a observação feita pelos habitantes os mais prudentes e experimentados, secas, que devoram”, logo, eles estão sempre no “estado de principiarem, porque não tem outro modo de poderem subsistir do que o da criação de seus gados e animaes, e ainda do langero e cabrum. A observação de alguns anos pretéritos dará provas da verdade que se tem ponderado”<sup>62</sup>. A indústria do gado era o principal meio de sustento, porém, não era o único para os sertanejos da Ribeira, se explorassem mais a riqueza da terra, “um continente aridíssimo e que de sorte alguma pode produzir mais que por benefício somente da chuva do céu, como ella produz a terra todos os viveres, e é capaz de criar o melhor trigo, se lhe semearem”<sup>63</sup>.

As vilas no litoral eram alguns dos locais onde se poderiam encontrar gêneros alimentícios para a população sertaneja, embora a distância da Ribeira do Apodi fosse uma realidade a ser conquistada, “apenas houveram alguns recursos neste anno nos portos de mar mais consideráveis, como fosse o do Aracaty, ou Villa de Santa Cruz, e no do Assú, ou Villa Nova da Princeza, distante do centro deste sertão dias de viagem”<sup>64</sup>. Aspecto importante observado pelo padre Joaquim sobre as populações naquele episódio de seca foi o deslocamento de milhares de famílias de suas terras, além da preocupação da ordem pública naquelas paragens. Migração e a segurança, equação presente nos discursos e práticas das autoridades futuras.

[...] *Quaes outras formigas errantes dos seus formigueiros pareciam as famílias daquele sertão, procurando o sustento á ventura, cruzando caminhos e nelle encontrando-se uma com as outras. Pelas estradas se viam os mortos, uns aqui outros acolá, que pareciam querer despovoar os termos e capitancias de seus domicílios: então foi que se vio nelas o crime e o delicto, de sorte que os bons se tornaram mãos, e os mãos ficavam peiores. A mesma justiça não havia quem a administrasse.* Circunstancias de uma maior

---

*Souza Coutinho, Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios ultramarinos, etc., etc. Anno 1798.* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo XX. Vol 20. Rio de Janeiro: Kraus reprint, 1857, p.175-176.

<sup>62</sup> *Memoria...*, 1857, p. 176.

<sup>63</sup> *Op. Cit.* p. 180.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 177.

desventura, a qual costuma seguir o caminho da calamidade ao seu maior auge<sup>65</sup>. (grifos nossos).

O padre Joaquim José Pereira também deixou em seu registro uma ideia da organização da Ribeira do Apodi. Nela encontramos informações sobre o número de pessoas, trabalhadores do campo, consumo agrícola e os povoados do termo, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Mapa geral do Sertão da Ribeira do Apody em A Capitania do Rio Grande do Norte, Anno de 1792

	<i>Número de Almas.</i>	<i>Adultos.</i>	<i>Menores Ambos Sexo.</i>	
<i>Vargens do Apody.</i>	3,170	2,600	570	
<i>Villa de Port` Alegre.</i>	1,183	864	319	
<i>Pao dos Ferros.</i>	4,357	4,070	287	
<i>Total.</i>	8,710	7,534	1,176	
	<i>Serras de Plantagens.</i>	<i>Brejos de Plantagens.</i>	<i>Covas de Mandioca que Plantam.</i>	<i>Alqueires de Farinha que Recolhem.</i>
<i>Apody.</i>	3	4	44,000	1,320
<i>Villa Port` Alegre.</i>	1	0	400,000	12,000
<i>Pao dos Ferros.</i>	12	0	1,444,000	43,320
<i>Total.</i>	16	4	1,888,000	56,640
	<i>Alqueires de Farinha que Gastam por anno.</i>	<i>Lavradores de Cada plantagem.</i>		
<i>Apody.</i>	19,020	11		
<i>Port` Alegre.</i>	7,098	100		
<i>Pao dos Ferros.</i>	26,142	361		
<i>Total.</i>	52,260	427		

Fonte: *Memoria sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody da capitania do Rio Grande do Norte, da comarca da Parahiba de Pernambuco; onde se descrevem os meios de occorrer a estes males futuros; etc., etc. Pelo Padre Joaquim José Pereira, que dirige ao Ilm<sup>a</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios ultramarinos, etc., etc. Anno 1798.* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo XX. Vol 20. Rio de janeiro: Kraus reprint, 1857, p. 183.

<sup>65</sup> *Idem*, p. 179-180.

A partir do Quadro 1 podemos inferir que o sertão do Apodi possuía uma agricultura voltada para o plantio da mandioca e produção de farinha, localizada em serras da região (total 16) e alguns brejos (total 04), que reunia uma mão de obra de 427 lavradores dos três locais da Ribeira (Apody, Port`Alegre e Pao dos Ferros). Esse número de lavradores se comparado com as 7,534 almas (subtração do número total de habitantes – 8.710 - com o total de menores do ambos os sexos – 1.176) mostra uma pequena quantidade de agricultores responsáveis por cada plantio de mandioca na região. Todavia, temos que considerar que o ano registrado pelo padre era de grande seca, logo, pondo em risco os braços para a lavoura de subsistência, além de que uma das principais atividades do local era a criação de gado, responsável pela formação das fazendas no interior da capitania, mas, infelizmente não mencionado, quantitativamente, pelo missionário. Pelo lado do povoamento, é interessante pensarmos na grande probabilidade da miscigenação com os povos indígenas dessas áreas, pois, o próprio Joaquim José estava a serviço da coroa como vigário de índios na Vila de Port`Alegre. Essa memória não é a única existente acerca da experiência do sertanejo nos sertões norte rio grandenses nos períodos de secas. A região do Seridó<sup>66</sup> no Rio Grande do Norte será outro território que acompanharemos essa trajetória.

O proprietário Manoel Antônio Dantas Corrêa deixou vestígios registrados sobre a vida cotidiana na região do Seridó no Rio Grande do Norte na passagem do século XVIII ao XIX<sup>67</sup>. Em documento pertencente aos seus familiares podemos encontrar elementos acerca das migrações e organização sertaneja durante os anos de estiagens. No ano de 1791 não caiu chuvas na região do Seridó, “havendo proprietário que recolhia 600 bezerros e findando os mezes de inverno do costume de alguns criadores retiraram seus gados para os agrestes de beira-mar; outros os retiraram para os sertões visinhos ao Poente”, mas os gados que ficaram

---

<sup>66</sup> A região do Seridó foi um espaço construído pela economia e sociedade de âmbito da expansão colonial pelos sertões. Produto das atividades pastoris, sua primeira denominação foi a Ribeira do Seridó. Nesse espaço ocorreu a chamada *Guerra dos Bárbaros*, confrontos bélicos e etnocídios que instituíram a hegemonia do homem branco sobre os nativos tapuia. MACEDO, Muirakitan K. de. *Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó- Século XVIII)*. Natal/RN: Flor do Sal. EDUFRN, 2015. Para saber mais sobre o contexto da Guerra dos Bárbaros e o episódio da Guerra de Açú na capitania do Rio Grande do Norte ver: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec/Edusp/Fapesp, 2002. A pecuária foi o fator determinante das fundações das primeiras localidades seridoenses. A própria toponímia atual, mostra a origem das grandes fazendas que circunscreveria seu espaço regional no Rio Grande do Norte: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Florância, Jardim do Seridó, Jucurutu, Parelhas, São João do Sabugi e Serra Negra, todas elas foram fazendas de gado em suas origens. FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Sertões do Seridó*. Brasília: Senado Federal, 1980.

<sup>67</sup> Manoel Antônio Dantas Corrêa nasceu em 5 de fevereiro de 1769 e faleceu em 23 de Outubro de 1853. Filho de Caetano Dantas Correia e Josefa de Araújo Pereira, residiu na vila de Acari no Rio Grande do Norte, sendo proprietário da fazenda Cajueiro. Esse manuscrito pertenceu ao coronel Manuel Maria do Nascimento Silva, transcrito para um caderno de anotações em 1909. Manoel Antônio era tio-avô de Manuel Maria. Esse documento foi publicado com atualizações no livro “Secas Contra a Seca” de Felipe e Teófilo Guerra em 1909.

no pasto no mês de Setembro, “fixou a morrinha que parecia acabar-se”. As famílias mais abastadas do lugar, “se retirou para beira-mar, onde com o seu ter passaram com fortuna; e os que ficaram cá não sentiram fome este primeiro anno”, porém, em 1792, o qual faltou chuvas em todos os sertões, “a morrinha em gados foi geral, de sorte que os que tinham botado os seus gados para os sertões vizinhos, voltaram sem cousa nenhuma, deixando o que tinha conduzido”<sup>68</sup>. A prática de famílias de cabedais em levarem sua criação bovina para outras áreas, como os brejos e beira-mar, mostra o processo de ligação por estradas e rotas entre o sertão, litoral e alhures habitados. Júnior Vieira argumenta que essa variedade de propriedades “poderia significar um maior gama de alternativas de deslocamento dos gados e das famílias dos fazendeiros”<sup>69</sup>. Por outro lado, a crônica de Manoel Corrêa descreve também as ações dos agricultores pobres nessa seca. [...] ora, vamos ao povo.

[...] acabados os mezes de inverno sem nenhuma chuva, acabados os mantimentos e o gado juntamente foi um geral clamor; ver famílias inteiras a pé, em busca dos agrestes da beira-mar, distantes 50 léguas, morrendo á fome pela estrada; enternando se pelos mattos com filhinhos e trem as costas; isso por decurso de mezes. Fallar deste seu sertão: os que ficaram e não se retiraram, entraram a descobrir raízes e fructas de plantas agrestes para seu sustento; bem como o chique-chique que é uma planta brava por ser cercada de espinhos, o miolo da vergotea servindo de bom sustento, posto que alguns que o tratavam mal, findaram as vidas; outros usaram couros crus, torrados ao fogo, para sustento; Chegou a fome a tanto extremo que foi visto um viadante cozinhando os nervos duros do gado que havia morrido para comer, que tanto era a necessidade que padecia. Famílias houveram que com a sua indústria não soffreram o rigor da fome; outras padeceram; algumas morreram; e houveram que disseram, sangradas de morcegos; estes mesmos anomaes ajudaram acabar os gados netes sertão; os povos que haviam retirado para beira mar ali mesmo morreu muita gente<sup>70</sup>.

As personagens centrais da descrição de Dantas são as famílias sertanejas do Seridó. A escolha de partir para tentar a sorte no litoral, a difícil jornada a pé com filhos e objetos pessoais nas costas, é o preço assumido pela decisão de migrar; por outro lado, quem escolheu permanecer em sua terra enfrentou a fome, reinventou hábitos alimentares e travou uma luta diária com a morte e natureza hostil. Mas nem todas as famílias tinham cabedais iguais no

<sup>68</sup> GUERRA, Phelipe. GUERRA, Theophilo. *Seccas Contra a Secca*. 4º Ed. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 2004, p. 10-11.

<sup>69</sup> “[...] Os proprietários de tais terras tinham um poder de maior resistência diante da seca, haja vista que seus deslocamentos aconteciam entre as suas propriedades e com isso dependiam menos de auxílio alheio. Ter várias terras em regiões diferentes, principalmente nas sedes e vilas e nas proximidades das serras poderia representar uma estratégia de combate à seca. Estratégia essa adotada por segmentos sociais mais abastados, onde esses grupos saíam de uma casa para ir para outra, conforme o período do ano ou a intensidade da seca”. JÚNIOR VIEIRA, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Hucitec, 2004, p. 47-48.

<sup>70</sup> GUERRA, Phelipe. GUERRA, Theophilo. *Seccas Contra a Secca*. p. 11.

Seridó. A disparidade de recursos e desigualdade social no campo revelam um aspecto presente na narrativa da fonte: quem possuía alguma riqueza escapou do rigor da fome. Assim, a experiência cotidiana do trabalhador rural era alicerçada na coletividade, na figura da família e nas relações de poder e posição com a propriedade; a decisão de ficar ou retirar-se do sertão passaria por essas esferas. A fome continuou por todo o resto daquele ano; e findo 1792 entrou de 93

[...], que logo em janeiro entrou a chover, porem poucas e salteadas; plantou-se lavouras; nasceu abundância de maxixes que logo pegaram a dar fructas; e finalmente melancias que foi sanando a fome, que famílias houveram que só com este sustento se nutrirem, misturando a fructa com a massa da semente; foram-se decorrendo mezes de inverno com pouca chuva e pouca pastagem; recolheram-se os gados que haviam retirado para os agrestes, em diminuta quantidade; e por essa razão se plantou pelos mattos lavouras de gerimús, melancias e cabeças sem haver nelas destruição. Mitigou-se a fome, porque a bemfazeja Providencia fez com que tão pouca chuva, tão pouca semente de milho e feijão ajudada com o leite de cabras fizesse fartura no povo, não sendo esse numeroso neste sertão, porque os que haviam se retirado, a maior parte por lá ficaram, uns mortos, e alguns de morada.<sup>71</sup>

A migração trouxe uma reestruturação de famílias sertanejas ao espaço da capitania do Rio Grande do Norte nessa seca do XVIII. O agreste, beira-mar e sertão, foram territórios escolhidos por esses sujeitos na constituição de suas trajetórias, seja nas Ribeiras do Apodi ou Seridó. A “estrutura” do sertão dos setecentos (clima, família, trabalho e propriedade), assim, reestruturava-se em tempos de crise financeira, climática e social. Como o historiador Muirakytan Macedo discorre,

Potencializados pelas constantes secas e pelas conjunturas de crise no setor produtivo açucareiro, os sertões da caatinga reformataram, nesse contexto, suas relações sociais, embora seguissem o modelo colonial da sociedade escravista. Sendo assim, os arranjos familiares tecidos no sertão do semiárido seguiram padrões que obedeceram as vicissitudes desse meio histórico, ambiental e social, no qual a estrutura complexa de parentesco foi determinada para construir sociabilidades e solidariedades próprias de uma realidade humana em que imperava a precariedade das relações das relações econômico-financeiras e o relativo isolamento, que refletiam, na propriedade da terra e sua fragmentação (herança, compra e venda), alianças matrimoniais, cultura material e simbólica<sup>72</sup>.

<sup>71</sup> GUERRA, Phelipe. GUERRA, Theophilo. *Op. Cit.* p. 11.

<sup>72</sup> MÁCEDO, Muirakytan K. de. *Op. Cit.* 2015, p. 223-224.



A indústria do gado sofrera prejuízos nesses anos como já descrito, levando as populações que ficaram em suas terras a trabalharem exclusivamente na lavoura de subsistência, tirando o seu sustento para escapar da fome; todavia, deve-se considerar que o trabalho de subsistência também ocorria em períodos não secos como uma prática complementar da economia doméstica sertaneja. A agricultura familiar, vista como atividade secundária em detrimento do comércio da carne, mostra-se um recurso de segurança para o sertanejo nos períodos de crise, embora, nunca se abandona por completo o cultivo de seu roçado. A tinta da escrita de Manoel Dantas parece uma confluência entre a atividade de criação bovina, ações de migração e aprendizado sertanejo, principalmente quando narra os anos de secas de 1825 e 1845. Foram decorrendo os tempos

[...] com mais ou menos chuvas até que chegou o de 25; neste faltaram as chuvas totalmente; não só neste e sertões vizinhos, como mesmo pelos brejos. Acabados os mezes de inverno logo sucedeu a morrinha nos gados. O povo que já era numero pegou a dispersar-se; uns para cima, buscando Carirys Novos e Agrestes do Piahy; outros para os brejos e beira mar. Alguns criadores retiraram seus gados para os Brejos e Agrestes; uns a vendel-os, outros a refrigerar-os; e outros cuidaram em tratá-los a rama do bom chique-chique, o qual tendo servido para o sustento do povo na secca de 92.<sup>73</sup>

O deslocamento dos gados e de pessoas procurando regiões arejadas em províncias vizinhas como Ceará e Piauí, aliado ao conhecimento alimentar compartilhado entre homem e animal, são frutos das experiências das grandes secas pelos sertanejos nessas décadas de povoamento do interior do Brasil. Sobre a seca ocorrida em 1845-46 novamente a descrição do coronel traz subsídios para compreender a narrativa da ação do homem, animal e natureza.

Findou esse anno, e entrou 45. Ah! 45! Neste faltaram totalmente as chuvas não só neste como em todos aos sertões vizinhos ao Nascente, ao Sul, Norte e mesmo nos mais remotos ao poente. Os gados deste sertão por serem já poucos, e mesmo por se estarem tratando acostumados a curtir fome, pouca morrinha; mas nos outros sertões onde costumava chover cedo, faltando-lhe morrerão totalmente. Ora, findo os mezes do costume do inverno sem algum refrigerio para os gados, e para o povo. Ao mesmo tempo a Divina Providência com mão liberal e bemfajeza, fez florescer e fructificar todos os Brejos da beira mar desde o Rio Grande do Sul de Pernambuco; que os povos dos sertões vizinhos se alvoroçaram, e mesmo dos mais remotos concorrendo para os mesmos brejos, principalmente para os de Bananeiras, Guarabira e de Areia; uns a plantar, outros a comprar mantimentos, e conduzil-os para os sertões; e faz admirar que havendo já nos mesmos Brejos numeroso povo tenha podido achar alojamento para tantos imigrados

---

<sup>73</sup> GUERRA, Phelipe. GUERRA, Theophilo. *Op. Cit.* p. 12.

que se supõe em maior numero, e todos acharam mantimentos a fartar, e por preços razoáveis<sup>74</sup>.

A seca de 1845 parecia não atingir os sertões do Seridó na descrição de Manuel Dantas; poucos foram os efeitos socioclimáticos naquela região da província do Rio Grande do Norte. Porém, o mesmo não ocorreu em outros sertões do Norte, nos quais os brejos e áreas arejadas de Pernambuco e Paraíba foram o chamariz de retirantes e comerciantes de vários lugares para sobreviver contra a crise de abastecimento. Mas a transumância ocorreu em mão dupla para o Seridó nessa estiagem.

[...] só os moradores deste rio Acauã, hoje freguesia da villa do Acary, só uma pesada família de uma família se retirou; antes para aqui concorreram varias famílias de diversos freguesias a buscar abrigo para a vida, que na extensão de quatro a cinco légoas fez um povo numeroso com uma só varzante (tendo algum poço para o comercio) servindo de sustento os legumes, não só para seus donos como também para os viadantes que por aqui transitavam com suas cavagaduras, e mesmo os d'aqui conduziram mantimentos, e por preços razoáveis, pois a bemfazeja Providencia fez com que por todo o tempo do verão houvessem novas chuvas e novas colheitas e não ser preciso virem de fora como no principio de 45, sendo transportados por mar, de vários paizes, e logo que chegou a colheita de terra ficaram emprezados; toda a sorte de mantimentos que por aqui se vendia era por preços razoáveis e não houve mortandade no povo por causa da fome; o que não sucedeu pelos Cariris Novos e sertões visinhos que morreu bastante povo; vendeu-se cento de rapadura á 48\$ e mais; quarteirão de farinha a 5\$; comeu-se couro e ossos de gado seccos, feito massa, etc. E no decurso daquele anno não cessaram os povos dos sertões de seguir de retirada em procura dos Brejos onde acacharam abrigo para remir as vidas. [...] Finalmente findou o anno, entrou o de 46; e quando neste se esperava bom inverno passou Janeiro, Fevereiro, e entrou o de Março, e nada de chuvas nem por aqui, nem mesmo pelos Brejos [...]. Os povos dos sertões de cima e mesmo de suas serras, continuaram a descer de retirada em direitura dos Brejos; inda mesmo alguns que se haviam retirado para beira mar ao Norte, alguns deixando filhinhos mortos pelos mattos, outros escondidos pelas moitas para não ver morrer à sua vista.<sup>75</sup>

Muitos habitantes dos sertões do Norte acabariam aprendendo os caminhos e rotas para os brejos, fosse para vender e proteger seu rebanho, fosse para iniciar novas lavouras de subsistências nesses territórios arejados, apesar da mortandade e fome ainda serem presentes nesses dramas da seca. O preço dos gêneros de primeira necessidade acompanhava as flutuações causadas pela escassez da lavoura, aumentando assim seus valores de mercado. Essa mudança era sentida nas populações dos sertões do Norte e, mesmo áreas mais arejadas,

<sup>74</sup> GUERRA, Phelipe. GUERRA, Theophilo. *Idem*. p. 14.

<sup>75</sup> GUERRA, Phelipe. GUERRA, Theophilo. *Idem*. p. 14-15.

como os Cariris da Paraíba e Ceará, migraram dos “sertões de cima” muitas famílias sertanejas. No dicionário da língua portuguesa de Antônio de Moraes Silva (1890) a palavra brejo significa “planta silvestre semelhante ao alecrim (*erice.*). Terra húmida, todosa, alagadiça, pantanosa”<sup>76</sup>. Etimologicamente, seu significado responde à sabedoria popular de retirar-se em tempos de crise hídrica e social para essas áreas húmidas, mostrando que a transumância sertaneja é mediada por muitos condicionantes, incluindo a experiência sobre o território do sertão. O geógrafo Aziz Nacib Ab’Sáber explica essa característica do semiárido Nordeste.

Muito mais importantes do que os meros acidentes topográficos, de grande expressão paisagística e pequeno significado para a produtividade, são as ocorrências, em diversos pontos dos sertões secos, de *ilhas de umidade* e solos férteis. Estamos nos referindo aos *brejos* locais, ou paisagens ditas *abrejadas*, que conseguem quebrar a monotonia das condições físicas e ecológicas dos sertões secos, enriquecendo a produtividade agrária local. Na cultura popular dos sertões é costume reconhecer-se por brejo qualquer subsector mais úmido existente no interior do domínio semiárido; isto é, qualquer porção de terreno dotada de maior umidade, solos de matas e filetes d’água perenes ou subperenes, onde é possível produzir quase todos os alimentos e frutas peculiares aos trópicos úmidos. Um *brejo*, por essa mesma razão, é sempre um enclave de tropicalidade no meio semiárido: uma ilha de paisagens úmidas, quentes ou subquentes, com solos de matas e sinais de antigas coberturas florestais, quebrando a continuidade dos sertões revestidos de caatingas. É evidente que isso só ocorre em determinados sítios, como serras e encostas de maciços que captam a umidade de barlavento, piemontês com acumulações detríticas retentoras de água, agrupamentos de nascentes ou fontes (designadas *olhos d’água*), encostas ou sopés de escarpas, bordas de chapadas, bolsões aluviais de planícies alveolares (*baixios*) e setores de vales bem arejados por correntezas de ar marítimo (*ribeiras* e vales úmidos).<sup>77</sup>

Os chamados brejos encontrados nas serras, encostas, chapadas, vales e ribeiras evidenciam a diversidade do ecossistema do semiárido sertanejo<sup>78</sup>. O conhecimento sobre esses atributos foram construídos ao longo do povoamento do interior, através das fazendas, miscigenação indígena e experiências regulares com os anos de secas, além das redes de

<sup>76</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 8º ed. Vol I. Rio de Janeiro: Editora Empreza Litterada Fluminense, 1890, p. 359.

<sup>77</sup> SÁBER, Aziz Nacib ab. *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida*. p. 16-17.

<sup>78</sup> “Propus em 1955 (Garanhuns, PE) a primeira tipologia de sítios de brejos para o Nordeste seco, que destacava: *brejos* de cimeira ou de altitude (Triunfo, Garanuns e Serra Negra, PE); *brejos* de encostas ou vertentes de serras ou maciços antigos (sudeste da Borborema, AL e PE; Baturité oriental, CE); *brejos* de piemonte ou de pé-de-serra (Frecheirinha, CE; Alagoa Grande, PB; Buíque, PE; Oliveira dos Brejinhos, BA); *brejos* de vales úmidos ou de ribeiras (vales úmidos do Rio Grande do Norte e do Ceará; Ribeira do Pombal, BA); *brejos* de olhos d’água, em situação coalescente (Cariris Novos e Baturité oriental, CE; Borborema oriental, entre Areia e Alagoa Grande, PB)”. *Op. Cit.*, p. 17.

sociabilidades criadas pelas estradas e veredas do comércio do gado; assim, a migração do homem e animal, como a luta pela sobrevivência, estavam intrinsecamente aliadas à memória espacial do sertão pelos seus habitantes.

Muitos relatos de viajantes estrangeiros que visitaram a região Norte do Brasil no primeiro quartel do século XIX também oferecem uma leitura sobre o deslocamento dos sertanejos e sua relação com os anos de seca. O historiador Joaquim Alves trabalhou em seu livro *História das Sêcas* uma parte sobre essa literatura de viagem, abordando descrições de estrangeiros sobre as secas e províncias do Norte, ao mesmo tempo numa análise sobre a história do Ceará e esse fenômeno no oitocentos. Voltaremos nosso olhar para essas fontes para analisar os discursos de dois estrangeiros sobre o espaço do Rio Grande do Norte e sua relação com a migração sertaneja em anos de secas na primeira metade do século XIX.

No ano de 1810 o viajante inglês Henry Koster<sup>79</sup> viajou a cavalo pelo Norte do Brasil, passando entre Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e depois regressou a Recife, embarcando, meses depois, em um navio até o Maranhão. Essa jornada foi registrada em anotações de viagem, publicada no formato de livro no ano de 1816. Nele encontramos vestígios dos costumes e hábitos das populações, além do olhar estrangeiro sobre as cidades, vilas e geografia da região. Como frisado, iremos acompanhar a percepção de Henry Koster sobre o sertanejo e o espaço do sertão durante sua passagem pelo Rio Grande do Norte em ano de grande seca, procurando-se, assim, os vestígios da experiência de migração desses sujeitos. Há dias saindo da Paraíba com seu grupo, chegava finalmente na cidade de Natal. Lá adquiriu um outro cavalo

[...] Passei o rio em Canoa. Os homens e animais passaram em jangadas. Desembarcamos sobre o novo aterro onde encontramos várias pessoas que iam para Lagoa Seca, o lugarejo de que já falei, em cujo arredores em devia comprar milho e a farinha indispensáveis para o tempo gasto em atravessar a parte do país, banhado pelo rio do Ceará-Mirim [...]. Chegamos a Lagoa Seca às seis horas da tarde e fizemos alto junto a uma cabana. Na manhã seguinte fiz conhecido meu propósito e que também desejava comprar outro cavalo. *A gente que residia nessas redondezas se retirara das altas regiões que a seca tornara improdutivas. Construíram algumas choupanas e muitas não estavam terminadas, vivendo a família ao ar livre. Essas choupanas tinham apenas o teto para abrigar seus moradores que esperavam, com*

<sup>79</sup> “Filho do comerciante inglês de Liverpool, John Theodore Koster, Henry Koster nasceu em Lisboa, Portugal. Não se sabe ao certo a data do seu nascimento, mas ao chegar no Recife, no dia 7 de setembro de 1809, consta que tivesse 25 anos de idade. Considerado um dos mais importantes cronistas sobre o Nordeste brasileiro, Koster viajou para o Brasil em busca de um clima tropical para curar uma tuberculose. Teve um papel importante na vida social, artística e até política do Recife na época. Fez muitas amizades, conheceu governadores, senhores-de-engenho, comerciantes, coronéis.”. Site < [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=291](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=291)>. Acesso em 18 de dezembro de 2017.

*impaciência, as primeiras chuvas abundantes para empurrá-los as suas terras. Estas daqui, com as chuvadas intensas, ficam inundadas. Cada homem possuía um pequeno campo de mandioca e milho*<sup>80</sup>. (grifos nossos).

O lugarejo *Lagoa Seca* parecia um espaço de refúgio para as populações que abandonaram suas terras decorrentes da seca, um lugar de espera onde os habitantes viviam em choupanas improvisadas, pois sabiam que iriam abandoná-las com a chegada das chuvas, fazendo-os voltarem aos seus trabalhos no roçado de mandioca e milho. Assim, os domicílios eram “afetados pela pobreza e miséria que se acentuava com a escassez das chuvas. A falta de água e de alimentos para a população fazia dos deslocamentos familiares uma estratégia de sobrevivência”<sup>81</sup>. Os viajantes ficaram um dia inteiro na *Lagoa Seca* e na manhã seguinte partiram com a ideia de dormir no povoado chamado *Pai Paulo*, “[...]perguntou ao guia onde intentava dormir, e respondemos: - em Pai Paulo. Disse-nos que os poços em Pai Paulo estavam esgotados e os moradores haviam abandonado suas casas”<sup>82</sup>. A prática de abandonar sua moradia e o conhecimento de poços e cacimbas pelos sertões revela-se para Koster através dos guias e moradores durante sua viagem. Na mesma manhã seguiram para *Pai Paulo*, umas três léguas distantes, sempre atravessando

a mesma planície, na extremidade da qual nós nos aproximávamos de Ceará-Mirim e no lado oposto está sobre um terreno elevado, aldeia de Pai Paulo. Era, sem exceção alguma, o mais desolado lugar que tinha visto. Os tetos de muitas choupanas haviam desabado e as paredes de outras estavam desmoronadas, mas algumas cobertas resistiam. O curso do rio só era marcado pela depressão de seu leito e todo solo vizinho era de um areal solto, sem vegetação alguma e em tudo semelhante ao que se encontrava no canal do rio. As árvores tinham, em sua maior parte, perdido inteiramente as folhas. Entrava eu para o sertão e este merecia o nome<sup>83</sup>.

O registro físico do povoado a partir dos tetos e paredes desabadas das choupanas, leito do rio seco, sinais de pouca vegetação no lugar, trouxe para Henry Koster a sensação de solidão, tristeza e abandono que, no seu entendimento, era o que esperava-se do espaço do sertão da região Norte. A dificuldade em encontrar água e vencer o terreno nessas veredas desertas, debaixo de um sol aterrador por horas, foi uma vivência marcante na descrição do

---

<sup>80</sup> KOSTER, Henry. 1793-1820. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e prefácio de Luís da Câmara Cascudo; estudo introdutório e organização de Leonardo Dantas Silva; 11ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2002, 2v, p. 172.

<sup>81</sup> JÚNIOR VIEIRA, Antonio Otaviano. *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>82</sup> KOSTER, Henry. 1793-1820. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. p. 173.

<sup>83</sup> KOSTER, Henry. 1793-1820. *Op. Cit.* p. 176.

viajante; porém, não enfrentado somente por eles, mas também pelos sertanejos que vagavam nessas terras.

Passamos Pai Paulo e, ao meio dia encontramos um poço d'água salobra, aberto mesmo no leito do rio [...]. A noite acomodamo-nos mais ou menos agradavelmente colocados, porque a água, embora salobra, era comparativamente mais clara. No outro dia, tivemos a mesma região e o mesmo rio para atravessar. A certeza da nossa caminhada anterior era o que nos dava a impressão de haveremos mudado de lugar, tanto era igual a fisionomia do ambiente. Ao meio dia não tivemos ainda um abrigo para o sol. A água era pouca diversa da encontrada no dia precedente. Deitei-me à sombra de um rochedo até que o sol, tendo mudado, iluminou, em sua declinação, o meu refúgio. Tínhamos visto apenas o gado ao redor dos poços e charcos, e nesta ocasião uma miserável vaca apareceu, procurando beber. [...] *No mesmo dia encontramos um grupo de sertanejos, assim são chamados os habitantes do sertão, que seguiam o mesmo caminho*<sup>84</sup>. (grifos nossos).

O destino escolhido pelo grupo era a vila de Assú, mas parecia que demoraria mais alguns dias para alcançar tal objetivo. Atravessar o *Ceará-Mirim e Pai Paulo*, subindo para a região oeste, nesse período de seca, era uma tarefa árdua para quem não era acostumado às condições físicas do sertão do Rio Grande do Norte. Sua narrativa continua a descrever suas impressões e sensações dessa aventura.

[...] *Passamos o descanso perto de algumas cabanas desertas. A noite foi terrível e vários cavalos recusaram acabar a ração de milho. [...] Pela manhã, às nove horas com grande alegria nossa, descobrimos um poço. Felizmente para nós a água era tão má que não a pudemos beber muito. [...] Quando em torno de nós, vimos algumas cabras. Júlio se aproximou e viu também algumas galinhas e a pequena distância enxergou-se uma choupana habitada. Veio para dar-nos a feliz notícia e resolvemos parar, para tomar algum repouso, tendo esperança de obter dos moradores um pouco de alimento para os cavalos. Encontrei uma velha e duas filhas na cabana. O pai estava ausente. A velha pareceu assombrada quando soube que havíamos atravessado o Ceará-Mirim. Disse-nos não saber se ela própria e a família não terminariam abandonando a casinha, como outras tantas tinha feito. Indicou ao major e aos criados um pequeno vale à pouca distância onde se podia descobrir relva seca e algumas folhas de árvores. Essa infeliz gente é na maior parte das vezes roubada de modo revoltante pelos viajantes que se aboletam em sua casinha, dispõem de seu galinheiro e saem sem nada pagar. Quando considero a inexistência de leis nessas paragens, fico surpreso de que grandes crimes não sejam cometidos. É verdade que todos os homens estão no mesmo caso. Saindo de suas propriedades, deixam famílias e bens indefesos. Esses indivíduos e suas propriedades ficam à mercê dos viajantes e se forem assassinados e a casa ficar deserta, suporão que os seus moradores, como muitos outros, emigraram e não perguntarão que direção*

<sup>84</sup> KOSTER, Henry. 1793-1820. *Op. Cit.* p. 178.

*tomaram. Tal é a disposição errante do povo em geral nessa parte do país no período que me refiro. Não há nada que os faça fixar em um determinado ponto, por maior conforto e segurança. Passado o meio-dia, reencontramos nossa viagem, como sempre, assando muitas choupanas desertas mas, no fim da jornada, chegamos a lugares habitados e ao escurecer paramos, depois de haver cruzado o Ceará-Mirim pela quadragésima segunda e última vez<sup>85</sup>. (grifos nossos).*

A história da migração sertaneja não pode ser compreendida apenas se olharmos para a ação do deslocamento. As escolhas de retirar ou ficar têm iguais medidas de resistência dos sujeitos nesses sertões. A velha e sua família são um exemplo dessa resistência encontrado por Henry Koster no Rio Grande do Norte, apesar de que a dúvida de partir esteja sempre presente nessas circunstâncias, o peso da decisão de ficar passa pela esfera das relações de gênero dentro da família, afinal, foi a mulher e suas filhas que estão resistindo em uma terra desolada. Mas, para o inglês, a disposição errante do sertanejo é algo que lhe impressiona nesses períodos de estiagem. Não se fixar em qualquer lugar, mesmo com pouco conforto e segurança, pode ser a estratégia das populações pobres rurais a não submeterem-se aos grilhões que a estrutura agrária lhes impõe, afinal, sabem que a qualquer oscilação de mercado, a crise também afetaria suas relações paternalistas com os latifundiários. No primeiro dia de dezembro chegaram ao Assú,

[...] após ter feito cerca de 340 milhas em 19 dias. A inquietude contínua em que vivi impossibilitara-me de escrever um diário regular da jornada. Do Assu ao Aracati registei as denominações dos lugares que parava. A região é mais habitada e fomos mais próximos ao litoral. Viajava-se mais a cômodo que entre Natal e Assu, excetuando o abandonado “Pai Paulo”, não atravessei lugar que justificasse o nome de povoação. Encontrei, muito separadas umas das outras, algumas choupanas, algumas desertas, concentrando toda população do distrito. É uma região desolada e pobre<sup>86</sup>.

Interessante como a impossibilidade de escrever de Henry Koster nos 19 dias de viagem pelo interior do Rio Grande do Norte mostrou-se diferente quando continuou sua jornada próximo ao litoral à procura da vila do Aracati, no Ceará. Parece que sua inquietude da ausência de registros sobre sua experiência no sertão adentro revela que nesse espaço, diferente das comodidades e povoamentos encontrados no litoral, é preciso, antes de tudo, uma supra-atenção, entregando-se mais às atividades laboriosas que ao papel e tinta dos cadernos. Sertão, antes um lugar de práticas e sentidos, depois representação. A seguir,

---

<sup>85</sup> Idem. *Op. Cit.* p. 180, 181 e 182.

<sup>86</sup> Idem. *Op. Cit.* p. 193.

acompanharemos o relato de viagem do francês L. F. de Tollenare sobre sua passagem entre Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte; nesse último, nosso enfoque continuará sendo sobre os territórios do sertão norte rio grandense e vestígios da experiência de migração sertaneja.

L. F. de Tollenare permaneceu em terras brasileiras nos anos de 1816, 1817 e 1818. Nesse triênio, visitou a região Norte do Brasil para estabelecer relações comerciais, influência da abertura dos portos às nações amigas, a partir da chegada da família real em 1808. Em sua descrição de viagem consta a parte relativa à Pernambuco, mas que contempla outros lugares que Tollenare conheceu. Com o recurso de cartas topográficas para auxiliar na sua jornada, encontramos suas impressões acerca da passagem da Paraíba ao Rio Grande do Norte.

Para se ir da Parahyba ao povoado de Mamanguape (15 léguas) é preciso passar a noute ao ar livre, estando as habitações muito afastadas umas das outras; mas, perto de Mamanguape pôde-se encontrar pousada em alguns engenhos. A carta annuncia muito fastosamente que Mananguape está situada sobre um rio; este, porém, quasi nunca tem agua. De Mamanguape até Natal (27 léguas) ha apenas casas esparsas a grandes distancias. Cunhaú não passa de uma propriedade; mas, tem mais de 14 leguas de comprimento; pertence á familia dos Albuquerque, muito celebres nos fastos do Brasil. Tem um engenho; mas, a criação do gado e o plantio do algodão formam a sua renda principal. E' perto desta propriedade que começam os limites da capitania do Rio Grande do Norte. Papary, que se acha a léguas mais adiante, é um povoado de 300 habitantes, perto do qual ha uma lagoa salgada; toda a população vive da pesca. A quatro léguas para o Norte fica a aldeia indígena de S. José, situada em meio de terrenos áridos e deshabitados, e, 4 a 5 léguas mais além, Natal, capital da capitania do Rio Grande. Assim cumpre contar do Recife a Goyanna 15 léguas. De Goyanna a Natal 56 »71 » ao todo, e nesta distancia se encontram, até Cunhaú, alguns engenhos, fazendas de algodão, e o resto são terrenos vagos para o gado. Todos os rios indicados nas cartas seccam durante o verão, mesmo o Parahyba<sup>87</sup>.

Habitações afastadas umas das outras cortadas por rios quase secos no verão, engenhos espalhados, fazendas para plantação de algodão e criação bovina, são traços pintados da paisagem que Tollenare encontrou entre a Paraíba e Rio Grande do Norte. Seu registro de viagem possui semelhanças com os escritos de Henry Koster, sendo provável que tenha obtido o livro publicado pelo inglês nesse ano de 1816, antes mesmo de iniciar sua jornada pelo Brasil. As referências acerca da cidade de Natal, o vale do Ceará-Mirim, Pai

---

<sup>87</sup> TOLLENARE L. F. de. *Notas Dominicaes*. Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818. Parte relativa a pernambuco traduzida do manuscripto francez inédito por Alfredo de Carvalho Com um prefacio de M. de OLIVEIRA LIMA. RECIFE: Jornal do Recife.1905, p. 150.



Paulo, e os perigos de atravessar esse percurso até a vila do Assú em anos de secas, bem como a dificuldade de encontrar poços salubres e sertanejos migrando-se, são algumas matizes análogas da descrição de Koster sobre o Rio grande do Norte.

[...] *A estrada de Natal ao pequeno povoado de Pai Paulo é celebre por causa dos perigos que nella se corre por falta d'agua, e, entretanto, passa bem próximo do pretenso Rio Grande; viaja-se ali quasi como as caravanas do Oriente. Ha guias especiaes que conhecem os logares onde ha fontes e que disto fazem, por assim dizer, mysterio; nesta vasta extensão de terra encontram-se apenas alguns pastores ocupados na guarda do gado vaccum, que se deixa vagar pelos pastos. Três annos consecutivos de secca—ha quatro e cinco annos— destruíram uma grande parte delle, arruinaram famílias ricas, fizéram perecer muita gente, de sorte que hoje é uma região muito pouco povoada; não é raro encontrar-se ali aldeiolas desertas, cujos habitantes morreram ou se retiraram para outros logares. Não obstante esta secca, o terreno arçuoso está ainda çoberto de algumas mattas pouco elevadas, principalmente de cajueiros. A secca mais terrível foi a de 1793; a de 1801 foi muito funesta, e a deste anuo deixa tristes recordações. [...]* emfim, sahindo de Natal, para ir a Açú, viaja-se durante 40 léguas para encontrar habitações. A região só se tornará interessante quando forem descobertas boas fontes, porquanto todos os rios que a atravessam seccam durante grande parte do anno. *O amor á terra do berço ainda fixa ali alguns raros habitantes que se obstinam em crear gado; mas, crê-se que, a menos que occurram algumas mudanças na constituição physica do paiz, os habitantes serão forçados a abandonal-o. Este anno, 1816 a 1817, foi ainda muito secco, e as noticias que chegam das margens do Rio Grande dizem ter havido ali' muitas victimas e novos estabelecimentos abandonados. Açú, que figura nas cartas com letras maiúsculas, contem 300 habitantes, duas igrejas e uma casa da camará.*<sup>88</sup> (grifos nossos).

Os relatos de Tollenare reforçam a imagem do sertão deserto, pouco habitado e seco na estação do verão; por outro lado, seu olhar sobre o amor e obstinação de alguns sertanejos para a pecuária e cotonicultura, mesmo nas situações adversas, lhe causa admiração, apesar de não ter expectativa, caso não ocorram mudanças materiais naquela parte do Brasil. Um dos aspectos relevantes de sua descrição recai nas áreas limítrofes do Rio Grande do Norte com a capitania do Ceará, mais especificamente o povoado de Santa Luzia, futura cidade de Mossoró. Esse ponto será um dos locais escolhidos pelos sertanejos cearenses, paraibanos e norte rio grandenses, na procura dos socorros públicos do governo nas grandes secas do oitocentos. Região de fronteira, Santa Luzia manterá um fluxo migratório com a cidade de Aracati no Ceará, ambas com uma rede portuária, ligando-as com outras capitais do Norte e

---

<sup>88</sup> TOLLENARE L. F. de. *Notas Dominicaes*. p. 151-152.

Sul do Brasil. O francês narra alguns elementos físicos e humanos encontrados na sua jornada entre a vila de Assú até Santa Luzia de Mossoró.

O rio Açú, sobre o qual está situada a cidade, representa quasi o mesmo papel que o Rio Grande; só tem agua na estação das grandes chuvas; mas, algumas boas fontes e as ordens do governo, ao qual convém ter este ponto de apoio em meio dos desertos, fixaram ali esta pequena população em volta de um magistrado, um vigário, um notário e um cirurgião. Por mais remota e pouco cultivada que seja a região, nella não se encontram ainda Índios selvagens. As cobras são ali abundantes; mas, os tigres e as onças são poucos, o que é de admirar no meio de tanto gado, e quando se considera que há pouco tempo que foi morta uma ouça, apenas a dez léguas do Recife. *O caminho, deixando Açú para ir a Aracaty (45 léguas), sobre o rio Jaguaribe, passa perto da lagoa do Piato, cujas adjacências são muito arborizadas e muito férteis por causa da humidade reinante; cultiva-se ali milho, canna e algodão. E por ali que se encontra a carnaúba, ou arvore da cera; entretanto, até S. Luzia não ha um só povoado e veem-se apenas raras habitações isoladas. S. Luiza tem uma igreja e 300 a 400 habitantes; o seu rio apresenta apenas um barranco secco que separa a capitania do Rio Grande da do Ceará. O golpe de vista geral do capitania do Rio Grande apresenta um pouco de fertilidade ao sul de Natal e a mais triste esterilidade ao Norte, salvo nos districtos muito próximos da lagoa do Piato e das margens do Potengy. Approximando-se da costa, a partir de S. Luzia, encontram-se alguns pequenos aggrupamentos de pescadores. Areias, que figura nas cartas, não passa da reunião de seis cabanas situadas em meio de areias estéreis, conforme indica o seu nome. Cajuães, duas léguas mais longe, tem seis a sete choupanas; mas, a região é pouco fértil e coberta de cajueiros que dão o seu nome á aldeiola. Retiro não é mais habitado; ha ahi muitas carnaúbas<sup>89</sup>. (grifos nossos)*

A experiência da migração sertaneja em períodos de grande seca na passagem do século XVIII ao XIX no Rio Grande do Norte é um antecedente importante para a compreensão da arqueologia desse fenômeno social, que reúne uma série de fatores culturais, econômicos e políticos, além da própria ação de escolha de mudança do sertanejo ao desenraizar-se. Acompanhamos que esse processo se construiu a partir do povoamento e relações de trabalho nos sertões, trazendo implicações nos modos de vida das populações que se encontravam ou foram viver nesses territórios, isto é, brancos, índios, negros e mestiços, sejam nas fazendas de criação ou plantação do algodão. Entretanto, na forma como essa estrutura agrária foi sendo encabeçada, muitas dessas populações continuaram inseridas nas relações de exploração, miséria e exclusão social pelos administradores e latifundiários, traços presentes nas fontes discutidas. Não era à toa que as famílias que não enfrentavam os rigores da fome ou retiravam-se de suas propriedades eram, em sua maioria, sujeitos de posses.

---

<sup>89</sup> TOLLENARE L. F. de. *Notas Dominicaes*. p. 152-153.

Assim a estratégia encontrada pelos sertanejos pobres era não se fixar em um determinado local por muito tempo, logo, escapariam de desenvolver fortes laços ou até mesmo dívidas com grandes fazendeiros. Portanto, parecia ser uma questão da construção de sua própria *autonomia*, principalmente nos períodos de crises de abastecimento, onde poderiam ficar jogados à sua própria sorte. O saber popular, construído nas vivências, também foi fundamental para as ações de migração dos sertanejos, pois, a partir dele, conheciam os caminhos para os territórios mais arejados dos sertões a fim de plantarem suas pequenas lavouras para sobreviver nos períodos de seca. Deste modo, o caráter errante dos sertanejos pode ser compreendido como elemento de suas *lutas imediatas*, estas surgidas em grande parcela nas regulares estiagens no mundo agrário do Norte do Brasil. Não podendo vencer e mudar sistematicamente essa estrutura móvel de exploração, relações de poder e reprodução social do mundo rural, eles encontravam na ação de deslocar-se o seu subterfúgio e resistência para amenizar esse quadro social no seu cotidiano, buscando no alhures um pouco mais de sua autonomia através do trabalho nos roçados das áreas mais arejadas à retirada do gado para os agrestes, além da esperança de construir uma vida melhor onde parecem. Migrar era torna-se sujeito, tomar em suas mãos o verbo de sua história.

Os processos migratórios durante as secas do Norte não são aspectos estanques, isto é, análises socialmente naturalizadas, presentes nos discursos oficiais da história da região, mas construções variadas a partir das experiências e memória dos sertanejos inseridos nelas. Portanto, a passagem do XIX mostrará outras formas de *lutas imediatas* dos subalternos no seu cotidiano das grandes secas no Rio Grande do Norte – 1877, 1889 e 1904 –, fazendo de suas ações uma tessitura diversificada e resistente frente aos mecanismos de controle e ordenamento governamentais. Se nas grandes secas passadas o cenário rural – as áreas arejadas e agrestes – era ainda o principal espaço da migração dos retirantes pelos territórios da capitania e, depois, província, por conseguinte as grandes cidades, locais de centros administrativos e financeiros próximas ao litoral, entram no segundo quartel dos oitocentos como os novos espaços para o êxodo dos agricultores pobres do alto sertão em períodos de estiagens prolongadas. Nessas cidades, os retirantes vivenciaram outras expressões de lutas imediatas para além da prática de deslocar-se, abrindo caminhos para outras formas de agenciamento nessas secas, pois encontraram novas relações sociais e de exploração pelas autoridades e membros das comissões de socorros públicos.

## 2.2 Do Alto Sertão ao litoral: migração para as cidades do Rio Grande do Norte na seca de 1877-1879

No jornal *Brado Conservador*<sup>90</sup> da cidade de Assú na província do Rio Grande do Norte era publicada a matéria “*Clamores do Sertão*”. No dia 13 de abril de 1877 era registrado que os agricultores do centro perderam as esperanças de inverno e colheita para esse ano, além de obrigados a abandonarem seus gados e viver com recursos esgotados. “Da Imperatriz, Pao dos Ferros, Apody, Seridó e lugares adjacentes, são assaz contristadoras as notícias que, a cada passo, nos chegam [...]. Tal é o estado deplorável a que se vem reduzidos os habitantes daquele lado do nosso sertão”. Várias famílias do centro, acuadas pela fome “já tem para aqui emigrado em demanda da grande lagoã – Piató – que, a exemplo de outros anos, e abundante de peixe como é, lhes oferece os meios indispensáveis de subsistência, toda vez que não lhes falte a farinha, para cuja compra já lhes falecem os recursos”<sup>91</sup>. O *Jornal de Assú* começa a receber e publicar em seus números cartas de outras vilas e cidades da província, narrando sobre o contexto aterrador da seca. Em Sant`Anna do Mattos, uma missiva traz a impressão triste e assombrosa da seca que se vai “dia a dia desenvolvendo aos nossos olhos com seu cortejo imenso de ventanias e ardores. Nessa freguesia já tem havido grandes e consideráveis prejuízos no gado; e, se a Providência não nos acudir com sua misericórdia, o sertão passará por uma crise exterminadora”<sup>92</sup>.

A família sertaneja, ou seja, retirante, é o sujeito coletivo que se desloca do alto sertão para o litoral, a procura de socorros públicos nos centros administrativos das cidades. Descritas recorrentemente nos jornais do Rio Grande do Norte, elas foram os atores sociais das grandes secas do final do oitocentos. Na cidade de Mossoró no dia 13 de julho de 1877 escreveram no *Correio do Norte*.

[...] É sob a mais dolorosa impressão motivada pelos gemidos dos infelizes victimas dos tremendos rigores da secca que se declarou definitivamente no sertão desta desventurada província e suas visinhas, que me dirijo a V. para narrar-lhe circunstanciadamente as scenas calamitosas que todos os dias se dão, e de que são testemunhas os filhos desta terra, uma das mais esperançosas desta província. [...] Estamos persuadidos de que na capital se

<sup>90</sup> O jornal *Brado Conservador* (1876-1890) era órgão do partido conservador na cidade de Assú, de propriedade do coronel Antonio Soares de Macedo. Ele comprou o prelo do jornal Mossoroense, que estava suspenso em 1876, e começou a publicar suas edições. FERNANDES, Luiz. *A Imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832-1908*. Natal: Typ. A República, 1908.

<sup>91</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Brado Conservador*. Ano II. Nº 26. Cidade de Assú. 1877. p. 01.

<sup>92</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Brado Conservador*. Ano II. Nº 27. Cidade de Assú. 1877. p. 02.

ignora que cada árvore aqui é uma casa, à cuja sombra se abrigam *duas ou mais famílias*, isto, porém, é uma verdade. O número desses pobres infelizes já monta à cinco mil e tantos, que reunidos aos desvalidos, filhos aqui do lugar, elevam-se a seis mil; este é o cálculo mais aproximado, o qual altera-se todos os dias em consequência das continuadas *caravanas de famílias que chegam do alto sertão*. [...] Esta cidade representa um teatro, cujas cenas são a fome e a nudez. Cada pé de pau, como já dissemos, é uma casa, e em cada uma dessas casas vêm-se 12, 16 e mais pessoas, umas com tantas tangas, outras do sexo frágil cobertas com fragmentos de roupas velhas e com camisas de homem, e outras, infelizmente, nem isso têm! Este quadro horrórico que vai aqui pintado, garantimos que não é exagerado, e nem pode ser desde que aqui estão *refugiados muitos habitantes do Ceará e principalmente da Parahyba, que reunidos aos filhos desvalidos desta província, têm feito a consternação deste logar*. (grifos nossos)<sup>93</sup>.

A cidade de Mossoró foi um ponto de passagem e permanência, onde muitas famílias sertanejas do alto sertão das províncias do norte foram cobrar das autoridades governamentais uma forma de assistência nessa crise. Essa jornada por estradas carroçais e caminhos antigos, conhecidos secularmente pelo processo de povoamento, não deixava de ser uma trajetória árdua para essas caravanas de agricultores pobres. Um casal viajava à procura da cidade, mas viu, “com dor no coração e os olhos arrasados de lágrimas, três filhinhos, menores de seis anos, morrerem desastrosamente com os craneos esmigalhados – fatal consequência de uma queda, que por sobre umas pedras lhe dera um boi em que vinham montados!”<sup>94</sup>.

A família retirante é uma categoria móvel; expressão de agenciamento social, não apenas em resposta ao deslocamento, mas pelos rearranjos que encontraram durante sua experiência de sobrevivência nas secas. Contingentes familiares existiram nas mais diversas formações e organização nucleares. Viúvas, mulheres abandonadas e com filhos, laços de parentesco como primo(a)s, tio(a)s, avós e agregados dão uma ideia das organizações familiares constituídas na migração, um processo condicionado pelas relações sociais na esfera econômica, política e cultural. Por outro lado, enxergar essas famílias também passa pelas lentes da sensibilidade e solidariedade de suas ações nessas secas, atos esses não “reativos” à fome, miséria e opressão, mas sobre a reflexão de sua própria experiência como sujeito. Um caso relevante foi o do retirante “José David” na mesma cidade, onde estava à procura de vender seu machado ao contribuinte do jornal *Correio do Norte*, para ajudar sua família naquele lugar.

<sup>93</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Correio do Norte*. Rio Grande do Norte. Ano I. Nº 15. 1877. p. 03.

<sup>94</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Correio do Norte*. Rio Grande do Norte. Ano I. Nº 15. 1877. p. 03.

“Sr. Nas vossas mãos está a minha salvação e de minha família que se compõe de 12 pessoas!” Como assim? Perguntamos-lhe << Comprai-me este machado>> (e apresentou o instrumento). É somente isto que o salva? Perguntamos-lhe de novo. “É sim>> Respondeu-nos o pobre. << Pois bem, não seja esta a duvida, conduza o machado e diga ao dono que venha a nossa casa receber a importância; antes disto, porém, redarguimos, declare-nos o motivo por que diz que a sua felicidade está nesse machado. “Com elle tiro a carnaúba, com a carnaúba mato a fome de meus inocentes filhos e da minha boa mulher – os entes a quem mais amo neste mundo -, e assim fica constituída a minha felicidade e ventura”<sup>95</sup>.

A discussão sobre a família sertaneja ou retirante na grande seca de 1877 é abordada pelo historiador Gerald M. Greenfield quando avalia algumas características salientes e padrões gerais de comportamento comum dos migrantes. A força da unidade familiar surge nas fontes do período, como jornais, relatórios públicos e processos, que, “comumente, não se reportam a retirantes individuais, mas sim a famílias. [...] Aparentemente, a família mostrou-se uma instituição duradoura e importante na luta pela sobrevivência”<sup>96</sup>. Os jornais continuam a reportar o drama e o comportamento dos retirantes à procura de cidades mais povoadas e das elites provinciais. Da cidade de Mossoró se diz que

[...] que algumas *creanças já tem padecido a fome em caminho do alto sertão para aquella cidade e que famílias inteiras em completa debandada e confusão vagueiam pelas ruas implorando socorro. Na casa da câmara, onde este se distribue por parte do governo, agglomera-se um povo imenso e todos os dias cresce a onda dos infelizes, que ali procuram os meios de salvação. De cinco a seis mil pessoas calcula-se o número dos emigrantes chegados aquella cidade; igual numero existe na villa do Ceará-Mirim! Cada arvore, que ainda conserva alguma folhagem, serve de tecto a uma dessas miseráveis famílias. Em Pau dos Ferros tem se dado scenas igualmente contristadoras. [...] Tudo é miséria e fome. As ruas e estradas cobrem-se de famílias, compostas de velhos, moços e creanças, em estado de nudez, lívidas de fome, com os pés ensanguentados pela marcha forçada, e prostradas de cansaço e fadiga. (grifos nossos)<sup>97</sup>.*

As câmaras municipais eram os primeiros locais escolhidos pelas comissões de socorros públicos para a distribuição dos gêneros alimentícios aos retirantes. Esse espaço congregava, desde o período colonial, ao menos na teoria, as leis e normas de regulamentação da sociedade pelo poder régio em várias esferas sociais. Entretanto, no oitocentos, sua

<sup>95</sup> *Idem.* Ano I. Nº 15. 1877. p. 03.

<sup>96</sup> GREENFIELD, Gerald M. *O comportamento dos migrantes e as atitudes das elites durante a grande seca do Nordeste: 1877-1879.* Caderno de Estudos Sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Instituto de Pesquisas Sociais (Caderno de Estudos Sociais; vol. 5, nº2), 1989, p. 225-226.

<sup>97</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Correio do Norte.* Rio Grande do Norte. Ano I, N. 4, 1877. p. 04.

autonomia foi modificada pelo advento do império e suas medidas “centralizadoras”, apesar de que na prática ainda reunia uma série de funções administrativas nas vilas e cidades das províncias<sup>98</sup>. Juliana Teixeira discorre acerca desses papéis assumidos pelas municipalidades.

Durante todo Brasil Império, competiu às municipalidades cuidar da saúde pública e polícia administrativa das vilas e cidades. Isso significava zelar pelo alinhamento, limpeza e iluminação de ruas, cais e praças; conservar e reparar edifícios e prisões públicas, assim como estradas, caminhos, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes e poços; prover e deliberar sobre a economia e asseio dos currais e matadouros públicos; estabelecer cemitérios fora das igrejas; prevenir e reprimir a divagação dos loucos, embriagados e animais ferozes; impedir injúrias e obscenidades contra a moral pública e vozerias nas ruas; proteger os criadores de gado dos empregados dos Registros, dos marchantes e mercadores deste gênero; prover sobre a comodidade das feiras e mercados, abundância e salubridade de todos os mantimentos e outros objetos expostos à venda pública; providenciar a balança de ver o peso e padrões de todos os pesos e medidas para se regularem as aferições; autorizar espetáculos públicos; cuidar do estabelecimento e conservação das casas de caridade; dar providência à vacinação de crianças e adultos; inspecionar as escolas de primeiras letras e o destino dos órfãos pobres<sup>99</sup>.

A câmara municipal ainda era uma das principais instituições de poder próxima ao cotidiano dos sertanejos, pois acabava influenciando diretamente suas vidas pelas competências assumidas no século XIX. Assim, não era estranho que muitos dos retirantes

---

<sup>98</sup> Não podemos aferir que a municipalidade sofreu “menos” ou “mais” com o processo político de centralização no século XIX no Rio Grande do Norte, mas que as câmaras eram lugares importantes para a mediação entre as relações do governo e população sobre vários assuntos políticos, econômicos e culturais. Para Sérgio Germano Aguiar, de acordo com o Art. 167, Cap. II da Constituição do Império de 1824, “em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas que para o futuro se criassem, haveria Câmaras, às quais competia o governo econômico e municipal das cidades e vilas. Foi através deste artigo que o Senado da Câmara de Natal passou à Câmara Municipal do Natal. Estas Câmaras eram eletivas e compostas do número de vereadores que a lei designava, e o que obtivesse maior número de votos seria presidente. O exercício de suas funções municipais, formação das suas posturas policiais, aplicação das suas rendas, e todas as suas particulares e úteis atribuições eram decretadas por uma lei regulamentar”. Embora historiadores locais digam que a mudança do Senado à Câmara Municipal tenha ocorrido em 1824 pela Constituição, “somente com a Lei de 1º de Outubro de 1828, foram criadas em cada cidade e vila do império as Câmaras Municipais. Esta Lei, chamada Regimentos das Câmaras Municipais do Império foi Lei Orgânica dos municípios durante todo o império até 1891, antes dela, os municípios eram regidos pelas Ordenações do Reino. Segundo a Lei de 1º de Outubro de 1828, as Câmaras das cidades eram compostas de nove membros, e as vilas de sete, e de um secretário. A eleição era feita de quatro em quatro anos, no dia sete de Setembro, em todas as paróquias dos respectivos termos das cidades, ou vila nos lugares, que as Câmaras designarem, e que quinze dias antes anunciaram por editais afixados nas portas principais das ditas províncias” AGUIAR, Sérgio Germano. *De Senado da Câmara à Câmara Municipal de Natal: transformações e permanências*. UFRN, 2000. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2000, p. 33. Para saber mais sobre a criação das municipalidades, sua administração e arquitetura no Rio Grande do Norte ver TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *O poder municipal e as casas de câmara e cadeia: semelhanças e especificidades do caso potiguar*. Natal, RN: EDUFRN, 2012. 274 p.

<sup>99</sup> SOUZA, Juliana Teixeira. *As municipalidades e o Império*. O caso do Rio Grande do Norte (1830-1840). SAECULUM, Revista de História [27]. João Pessoa: 2011, p 235.

fossem ao seu enalço cobrando suas funções administrativas, uma forma direta de exercer seu direito aos socorros públicos em períodos de calamidades, instituída na constituição, *Leis e Decisões de Governo do Império do Brasil de 1822 a 1834*<sup>100</sup>. A regulamentação dos gêneros alimentícios pelas câmaras era uma prática efetuada no período colonial como forma de preservar a ordem social, principalmente em épocas de escassez de farinha, o principal alimento da época. O cargo de *almotacé* foi criado para fiscalizar a produção, garantindo a subsistência da população<sup>101</sup>. O crescimento de uma economia e ideologia liberais a nível mundial regularia as atividades comerciais do império brasileiro no oitocentos, paulatinamente mudando essa relação de seguridade social entre o poder central e seus cidadãos. Embora os excluídos dessa cidadania, ou seja, as classes populares, cobrassem uma postura paternalista de proteção do Estado via municipalidades, pois essa “racionalização” da economia era experimentada como uma expropriação de um direito costumeiro pelos indivíduos.

A cidade de Macau era outro ponto escolhido pelas caravanas de retirantes nessa seca de 1877 no Rio Grande do Norte. Por uma carta enviada para o *Correio do Norte* do dia 18 de outubro do corrente, assinada por “Pinho” do *Correio de Assú*, temos uma descrição da migração de famílias sertanejas para aquele ponto da província e sua situação. Sr. Redactor...

[...] – Consterna o coração o afflictivo quadro, que desenha esta calamidade, diante do considerável numero de retirantes, que por aqui tem affluido. Não permitimos a duvida, de que possa existir ponto algum na província, que acumule tantos infelizes! A cada canto da cidade, a cada sombra de arvore, e até mesmo nos alpendres das casas habitadas pelos particulares, e doloroso vêr-se apinhados essas victimas do infortúnio, cercadas dos filhinhos, cujo sorriso inocente não transunde o fel da desgraça que os oprime! O grito de dor e angustia, exalados por esses irmãos flagelados, tem encontrado acho nos corações macauenses. [...] *Procedem à distribuição dos socorros diariamente, e só assim podem eles acudir à todos os indigentes, que se multiplicam cada vez mais pelo numero dos que, á falta de recursos, pelo mau estado dos caminhos, afluem das freguesias circunvizinhas, isto é, do Assú, Angicos e Sant Anna do Mattos.* [...] Há bem poucos dias, fomos testemunha de uma scena cheia de dor, mas rica de sentimentos! Cahio extenuada de fome a duas léguas distante desta cidade, uma família composta de seis pessoas. Não se fez esperar a comissão de seu zelo

<sup>100</sup> A origem dos Socorros Públicos está na constituição do Império Brasileiro em 1824. O Ato Adicional de 1834, em seu artigo 10º, estipulava a competência das Assembleias Legislativas para legislar sobre as casas de socorros públicos, conventos etc. O Governo Central remetia ajuda através de gêneros alimentícios, medicamentos e fazendas em decorrência dos episódios de carestia geral como as grandes secas e surtos epidêmicos. Ver SOUZA, Juliana Teixeira. *Deveres do Estado em tempos de carestia* (Rio de Janeiro, 1850-1860). Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. n. 6, 2012, p. 61-78. SOUZA, Simone Elias. *Os “Socorros Públicos” no Império do Brasil 1822 a 1834*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – UNESP –, 2007.

<sup>101</sup> LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco C. T. da. *História da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 120-125.



incansável. Doze homens, conduzindo três redes, partiram em demanda do lugar, e horas depois chegaram essas victimas, cujo aspecto fazia brotar lagrimas do coração. (grifos nossos)<sup>102</sup>.

A aglomeração de famílias retirantes nas cidades de Macau e Mossoró mostra sua apropriação da malha urbana para sobreviverem nessa seca. A província do Rio Grande do Norte possuía três portos que a ligavam com outras províncias do Império, através das rotas de cabotagem nacional. Esses eram nas cidades de Natal, Macau e Mossoró (Barra de Mossoró e Areia Branca). Os gêneros alimentícios mandados pelo governo central saíam dos portos de Pernambuco para as províncias mais afetadas pela estiagem, como a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará<sup>103</sup>. As grandes cidades litorâneas eram o escopo das milhares de famílias de agricultores pobres que sabiam o destino dos socorros públicos do governo, pois, além de possuírem uma rede de portos e navegação, também ligavam as rotas comerciais pelas estradas para o alto sertão. Assim, é compreensível a mobilidade dos retirantes das freguesias circunvizinhas para as cidades de Macau e Mossoró. Porém, muitas famílias do alto sertão resistiam nos seus lares aos rigores da seca de 1877.

O presidente da província, Dr. Tolentino de Carvalho, na ação de socorrer as populações dos lugares mais longínquos do Rio Grande do Norte, nomeou uma comissão composta pelo Dr. José Alves da Silva, e os capitães José Mariano da Costa Nunes e Brysillo Leão Saraiva, a fim de que se encarregassem do transporte por terra dos gêneros alimentícios, “visto como, por falta absoluta de condução, só tinham sido enviados socorros pelos vapores da companhia costeira para Pao dos Ferros, Maioridade, Angicos e Sant`Anna do Mattos”, mas consta-se que a comissão já fez seguir a primeira remessa “para a cidade de Jardim, ponto escolhido para o deposito dos mantimentos, que tem de ser distribuídos naquela comarca do Seridó”<sup>104</sup>. O correspondente da cidade de Natal para o jornal *Diário de Pernambuco* escreve

---

<sup>102</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Correio do Norte*. Rio Grande do Norte. Ano I. Nº 8. 1877, p.04.

<sup>103</sup> [...] Recife, 25 de Fevereiro de 1878 – Exm. Sr. Venho apresentar a V. Exc. As informações que anualmente costumo prestar acerca do cumprimento do contrato existente entre o governo provincial e a Companhia Pernambucana de Navegação costeira a vapor. Durante o anno findo cumpro a Companhia as suas obrigações, e, além disto, prestou ao governo valioso auxilio, conduzindo gratuitamente para todos os portos de sua escala gêneros e outros socorrros para as victimas da secca, tanto desta província como das limitripes [...]. Os portos de escala dos vapores continuam a ser os seguintes: Parahyba, Natal, Macão, Mossoró, Aracaty, Ceará, Acaracú, Granja e Amarração. Na linha do Sul: Maceió, Penedo e Aracajú CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatório com o exm sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, 1º vice-presidente Passou ao exm.sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda presidente efectivo à administração desta província a 20 de maio de 1878*. Pernambuco. Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos. 1878. p. 42-43.

<sup>104</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LIII. Nº 121, 1877, p.02.

no dia primeiro de junho que pelo vapor costeiro “serão remetidos gêneros para o Assu e Mossoró, tendo partido no dia 29 de Maio um comboio de 38 cargas para o Jardim, já havendo antes seguido para aquella cidade outro de 32.”<sup>105</sup> Na freguesia de Pau dos Ferros, situada na região do alto oeste da província, já se recebiam os primeiros fluxos de famílias sertanejas de outros centros alcançados pela seca. Um quadro demonstrativo foi feito pela comissão de socorros daquela comarca e publicado pelo jornal *O Conservador*<sup>106</sup>. Nele, famílias do Ceará e Paraíba começam a deslocarem-se para o território do Rio Grande do Norte.

Quadro 2 - Distribuição de socorros públicos na cidade de Pau dos Ferros em 1877

<i>Tempo em que forão distribuídos.</i>	<i>Números das Famílias Socorridas</i>	<i>Número das Pessoas.</i>	<i>Observações</i>
<i>Em Maio...</i>	97	573	Dentre as pessoas que forão socorridas estão Incluídas 63 famílias com 415 pessoas Pertencentes as províncias do Ceará e Parahyba.
<i>Em Junho...</i>	937	5.285	
<i>Em Julho...</i>	210	1.136	
<i>Total</i>	1.280	6.994	

Fonte: Quadro demonstrativo das pessoas a quem tem sido distribuídos os gêneros remetidos a comissão de socorros da comarca de Páo dos Ferros, a contar de 26 de Maio a 9 de julho de 1877, extrahido das relações que acompanharão os ofícios do respectivo juiz de direito de 10 e 26 de junho do mesmo mez de julho. BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *O Conservador*. Rio Grande do Norte. Ano IX, Nº 325, 7 de agosto de 1877, p.03.

Em três meses de distribuição de gêneros alimentícios, a população adventícia chegava a quase 7.000 pessoas na cidade de Pau dos Ferros. Esse número não iria manter-se, pois as verbas dos socorros seriam cortadas para as povoações do alto sertão, concentrando-se nas cidades do litoral, ocasionando a migração das famílias retirantes dessa comarca para as cidades de Macau, Mossoró e a capital cearense, Fortaleza. São inúmeras as razões para o

<sup>105</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LIII. Nº 126, 1877, p. 02.

<sup>106</sup> *O Conservador* (1869-1889). Jornal de propriedade do coronel e chefe do partido conservador, Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara. Seus principais redatores eram Dr. Francisco Gomes da Silva, Henrique Leopoldo Soares da Camara, padre João Manuel de Carvalho e o major Joaquim Guilherme de Souza Caldas. Ver, FERNANDES, Luiz. *A Imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832-1908*. Op. Cit.

agrupamento dos milhares de sertanejos nessas áreas limítrofes nas duas províncias. O repertório de escolhas poderia variar desde os acessos pelas estradas e rotas marítimas entre cidades como Aracati e Mossoró, como pelo fato da província do Ceará concentrar os maiores recursos de socorros públicos na sua capital durante essa seca de 1877. Portanto, as estratégias da mobilidade retirante com certeza filtravam suas escolhas pelas variáveis encontradas no próprio processo de travessia e redes de informações entre esses lugares. Mas as regiões próximas à cidade de Natal também eram locais para o êxodo de algumas famílias.

A parte leste da província também receberia caravanas de sertanejos pobres. A vila do Ceará-Mirim, região próxima de áreas frescas e engenhos de cana-de-açúcar, era o ponto mais próximo da capital do Rio Grande do Norte e que reuniu grande número de famílias retirantes, prontamente precisando de auxílio dos socorros públicos. Constando-lhe por

[...] comunicação recebida do Dr. Juiz de direito da comarca do Ceará-Mirim, que para ali tem affluído avultado numero de emigrantes, os quaes estão prestes a perecer a fome apezar da caridade particular, que se há manifestado em grande escala. S. Exc. Com aquella atividade e zelo que lhe reconhecem, recomendou a comissão encarregada nesta capital de promover o transporte por terra, dos gêneros destinados aos pontos centraes da província, que fizessem seguir immediatamente para aquella villa um comboyo conduzindo o resto dos mantimentos enviados para aqui pelo governo imperial, afim de ser distribuído com as infelizes victimas da secca, cometendo esse trabalho a uma comissão composta do referido juiz de direito, do respectivo juiz municipal, do ver. Vigário da freguesia, do presidente da câmara e do delegado de polícia<sup>107</sup>.

Porém, em julho do corrente, as ordens dadas pelo presidente da província Dr. Tolentino Carvalho para as comissões das comarcas do alto sertão eram para que a classe indigente procurasse o quanto antes retirar-se para o agreste e áreas mais povoadas do Rio Grande do Norte, facilitando, assim, as ações de socorros e assistência do governo. A seca continua

[...] a ser a preocupação geral. Cada dia que se passa vem agravar mais a calamitosa situação em que nos achamos. De quase todos as partes chegam noticias aterradoras, de que esse terrível flagelo vai-se manifestando com intensidade, principalmente nos altos sertões, onde existem lugares inteiramente abandonados. Todos procuram os centros populosos e de maiores recursos, afim de não soffrerem os rigores da fome e da miséria. [...] Receiando que, a continuar a secca com rigor até hoje conhecido, torna-se impossível o transporte de gêneros alimentícios aos pontos centraes da província, pela falta absoluta de animaes para a conducção necessária, tomou

---

<sup>107</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LIII. Nº 144, 1877, p. 02.

o digno administrador a acertada providencia de recomendar às comissões de socorros das comarcas de Pao dos Ferros, Maioridade, Seridó, Jardim, Apody e Assú, *que persuadam aos desfavorecidos da fortuna da conveniência de retirarem-se quanto antes para o litoral e agreste, afim de não serem victimas de privações, que se poderão evitar [...]*<sup>108</sup>. (grifos nossos).

Com a orientação provincial pelos comissionados para o deslocamento direcionado para o litoral, não demoraria para que as vilas e cidades como Ceará-Mirim, Macau e Mossoró, recebessem grande concentração de sertanejos no segundo semestre de 1877. A imigração é imensa, “principalmente para os municípios do Ceará-Mirim e Mossoró, onde existem centenas de pobres famintos expostos aos rigores do sol, e tendo unicamente por abrigo a sombra de pequenas arvores, que não os isenta das intempéries do tempo”<sup>109</sup>. Na cidade de Macau o quadro de migração continua a crescer com a seca. De mãos dadas estão “– a esguia fome, a esquelética nudez, a pallida doença; e isto reproduzido em centenaes de emigrantes que todos os dias vão chegando do alto sertão, faz que Macáo, se pareça uma terra estranha, pátria da indigência, “refugium peccatorum”. Famílias inteiras percorrem as ruas desta cidade dia e noite. A comissão de socorros, através das estatísticas do membro e promotor Dr. Vicente Simões Pereira Lemos, registra que o “numero total de famílias socorridas até hoje é de 3.800, e que estas famílias se compõe de 11,732 pessoas: destas 4, 589 se acham dentro da cidade de Macáo, representados por 735 familias”<sup>110</sup>. Infelizmente não foi possível encontrar na pesquisa documentos como fichas e nomes das milhares de famílias sertanejas, por causa da ação do tempo e dos homens nos arquivos, salvo algumas exceções que iremos tratar, porém, trabalhamos com os rastros deixados por esses sujeitos nas fontes, procurando urdir suas ações e experiências do deslocar nessa seca.

No relatório do vice-presidente da província, Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro, de seis de março de 1878, no tópico “*Tranquilidade Pública*” é apontado a concentração e fluxo da migração sertaneja para alguns pontos da província, possivelmente, ocasionado pela centralização dos socorros públicos naquelas áreas. “Não obstante as grandes aglomerações de povos nas cidades de Mossoró e Macau e na villa do Ceará-Mirim, aglomerações motivadas pela constante emigração das victimas da secca que ali vierão

<sup>108</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LIII. Nº 161. 1877, p. 02.

<sup>109</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LIII. Nº 171. 1877, p. 02.

<sup>110</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LIII. Nº 285. 1877, p. 02-03.

procurar allivio”<sup>111</sup>. Apesar de segmentos da imprensa norte rio grandense informarem que as comissões de socorros estavam trabalhando para não faltar gêneros alimentícios para os retirantes, alguns ofícios do ministério da justiça mostram outra realidade para algumas famílias sertanejas nessas localidades, como é o caso do espancamento pelo vigário e membro da comissão de socorros da cidade de Macau, José Joaquim Fernandes, ao filho do retirante Felix José Maria na manhã do dia 27 de abril de 1878. O inferido Felix José Maria

declarou que por ora retirante na cidade de Macau; que apresentou a Repartição de Polícia para pedir providencias contra o facto criminoso praticado em seu filho, Vicente Alves de Lima pelo vigário [sic] José Joaquim Fernandes na manhã do dia 27 de Abril ultimo: Que naquela manhã achando elle com filho e mulher cahidos de fome mandou aquelle filho esmolar o pão da caridade. [...] ocasião dirigindo-se o mencionado vigário para a sua casa onde se distribui os socorros do governo para ahi também se dirigiu o dito com [sic.] seu filho que pediu ao vigário uma esmola e não sendo atendido, do muro supplicou, que o mesmo vigário enfurecendo-se, tomou um pao desfechou sobre a cabeça do dito seu filho uma bordoadada que quebrou lhe a testa e o lançou por terra banhado em sangue; na hora o citado vigário tratou de banhar a ferida e não podendo estancar a sangria, mandou um individuo que dali chegando, curou a ferida; que nesta mesma ocasião o vigário mandou lavar a camisa do paciente, para encobrir os vestígios de sua perversidade e encaminhado a camisa bem limpa, deu ao mesmo paciente quatro vitens, para lava-la de novo<sup>112</sup>.

Uma estratégia de sobrevivência utilizada por muitas famílias de retirantes foi a ação de pedir esmolas, isto é, a caridade, seja a particulares como a funcionários públicos das cidades e vilas, pois os gêneros do governo não chegavam para todos nessa seca, além de a fome estar sempre presente para os sertanejos que, espalhados pelos arrabaldes e malha urbana, procuravam despertar o altruísmo da população<sup>113</sup>. Mas o que se destaca no episódio é

<sup>111</sup>CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. Ministério da Justiça. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. José Nicoláo Tolentino de Carvalho, presidente da província, passou a administração dele, ao 1º vice-presidente, Exm. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro; em 06 de Março de 1878*. Rio Grande do Norte: Typ. do “Correio do Natal”, 1878, p. 01.

<sup>112</sup> *Despacho do Rio Grande do Norte, 08-30-78, Espancamento feito em Macau na pessoa de Vicente Alves de Lima pelo vigário José Joaquim Fernandes*. Additamento. 3º Secção, Nº 520. BR AN RIO, Série Justiça. Ij1299. Sp.

<sup>113</sup> A caridade para os pobres, inclusive na prática cristã, vai transformando-se quando as cidades tornam-se grandes centros populacionais no século XIX, gerando problemas sociais, e novas relações de comportamentos com os miseráveis. A caridade desinteressada, a insegurança e o medo das classes pobres serão aspectos presentes no espaço urbano, como também novas formas de controle sobre essa massa de miseráveis. Assim, as secas trarão essas mudanças de atitudes e condições entre governantes, cidadãos e retirantes. Sobre os pobres na historiografia como sujeitos e objeto de pesquisa, GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700*. Trad. Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. GUIMARÃES, Alberto Passos. *As Classes Perigosas: Banditismo Urbano e Rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. MOLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

a procura de aparato judiciário pelo retirante José Maria a seu filho, vítima do vigário da freguesia. Essa que demorou a concretizar-se, além de sofrer perseguições pelos homens da lei na cidade. Sua família estava ameaçada.

Que no dia seguinte levou o dito filho em uma rede a casa do delegado, Nicoláu Vieira a que este, sem tomar conhecimento do facto, maltratou-o, e que o mesmo delegado [sic.] que o indigente [sic.] que trataria de seu filho, lhe tinha o pedido que nada fizesse a respeito do facto, que prejudicaria ao vigário e que elle [sic.], José Maria teria dinheiro, alimentação e tudo mais que precisa-se para dali se retirar-se com sua família. Que no dia seguinte o juiz municipal Antunes mandou chamal-o e lhe fez as mesmas promessas, uma vez que elle não procurasse mais justiça, [sic.] que na volta receberia do vigário bons [sic.]. Que o vigário no dia seguinte ao do crime dirigiu-se para a capital daquela Província; que seu filho esteve vinte e dois dias com a ferida aberta; que nenhuma paga recebeu, pois, logo que seu filho, restabeleceu-se, voltarão-se todos contra elle e sua família a ponto de empenharem-se para que não lhe fossem prestados socorros públicos, dos quaes somente aproveitou-se dias depois por empenho do juiz de Direito da comarca<sup>114</sup>.

Buscar aparato judiciário era uma tarefa difícil, ainda mais num lugar desconhecido e sem redes de sociabilidades, logo, tornava-se uma atitude arriscada, como enfrentou a família de José Maria. No auto de perguntas do inquérito feito ao retirante mostra-se que parentes do mesmo vigário, “filhos de Balthazar ameaçarão a elle respondente, dizendo-lhe, que agora era que pensava que reconhecesse que era um pobre retirante e que num instante podia-se fazel-o desaparecer”<sup>115</sup>. Felix José Maria tinha 47 anos, filho de Felix José de Souza, já falecido, casado e natural de São José de Piranhas, Província da Paraíba. Era agricultor e, por ora, retirante na cidade de Macau no Rio Grande do Norte. No inquérito, respondeu que o motivo de comparecer a repartição era “para pedir providencias contra o facto criminoso praticado na pessoa de seu filho, Vicente Alves de Limma, de desoito anos de idade, pelo Reverendo Vigario, Parocho, José Joaquim Fernandes”<sup>116</sup>. O descumprimento do acordado pelas autoridades de Macau em ajudar seu filho com recursos e as futuras ameaças à sua família pelos parentes do vigário e comissão de socorros, não fez parar Félix José Maria de procurar justiça ao fato criminoso e, mesmo nessas circunstâncias, suas ações chegaram ao conhecimento do juiz de direito da comarca e ao chefe de polícia interino, Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves. Não sabemos o final do episódio da família de retirantes

<sup>114</sup> *Despacho do Rio Grande do Norte, 08-30-78, Espancamento....* Aditamento. 3º Secção, Nº 520. BR AN RIO, Série Justiça. Ij<sup>1</sup>299. Sp.

<sup>115</sup> *Palacio da Provincia do Rio grande do Norte 13 de Agosto de 1878.* 2º Secção. Nº 27. BR AN RIO, Série Justiça. Ij<sup>1</sup>299. Sp.

<sup>116</sup> *Palacio da Provincia do Rio grande do Norte 13 de Agosto de 1878.* 2º Secção. Nº 27. BR AN RIO, Série Justiça. Ij<sup>1</sup>299. Sp.

da Paraíba, apenas que o padre “confessou o crime, embora procurou-se attenual-o, pela mesma gravidade que lhe presta”, e que o delegado “foi demethido a bem do serviço publico, e que o Promotor Publico, a quem foi remetido o dito auto [sic.] estava então de licença”<sup>117</sup>.

Pensando numa possibilidade de trajeto terrestre dessa família, saindo de São José de Piranhas até a cidade de Macau, temos uma ideia de como outros retirantes enfrentaram longas marchas a procura de locais mais arejados e estratégicos para sua sobrevivência, além de visualizar um lampejo de suas escolhas no processo de deslocamento. Entre essas duas cidades, numa olhar geográfico hodierno, são em média 365 a 377 km que, percorridos a pé, poderiam levar entre 74 a 76 horas, uma média de três dias no mínimo, claro que não contando aqui a probabilidade do deslocamento marítimo, se tivessem embarcado na Paraíba. Porém, mesmo não sendo valores exatos de distância, pois entrariam na equação os fatores do cansaço, pausas, e demais dificuldades encontradas por essa família, o relevante ainda é compreender as rotas escolhidas e criadas pelos retirantes das províncias do Norte na seca de 1877. Os nortes-rios-grandenses e paraibanos, moradores das áreas limítrofes com as províncias do Ceará e Pernambuco, vão migrar para as cidades e vilas desses lugares criando um fluxo contínuo entre esses territórios. Assim, não era somente as famílias cearenses que se deslocavam para outros lugares durante as grandes estiagens da passagem do XIX. Fortaleza e Recife serão alguns dos espaços que receberam vários outros sertanejos como veremos neste trabalho.

Mas a aglomeração das famílias, aliada à fome extrema e insalubridade, ocasionou uma série de epidemias nas cidades como, por exemplo, Macau e Mossoró, elevando o número de mortes nos três anos de seca. As doenças foram um fator no desarranjo familiar, pois ceifavam as crianças, velhos, mulheres e homens. No relatório feito pelo chefe de polícia da província ao vice-presidente Manoel Januario Bezerra Montenegro, em 31 de dezembro de 1878, temos uma ideia do quadro da salubridade e organização das autoridades na cidade de Mossoró. O coração se constrange

[...] é preciso abrir luta com o próprio espirito para encarar o quadro de horrores= A peste de bexigas continua na sua devastação fazendo de 100 a 130 victimas por dia= Da estatística, que tenho presente que mandei proceder pelas competentes autoridades, consta que existem em Mossoró 21: 902 emigrantes, comprehendidos 5: 516 *accommettidos de varíola, e em pequeno numero de outras enfermidades= Existem na cidade de Mossoró 5 casas de caridade, onde os variolosos estão atulhados, uma casa onde são recolhidas as mulheres affectadas além de 2 recolhimento de órfãos, e órfãs=* Todas as casas de caridade são regidas por um administrador, um

<sup>117</sup> *Op. Cit.* BR AN RIO, Série Justiça. Ij<sup>1</sup>299. Sp.

ajudante, tendo cada uma uma cozinheira, além de um pessoal de 81 indivíduos para os serviços internos de todas= São espaçosas e extensas, medindo de 9 a 11 metros de frente e de 25 a 42 de fundo; cada uma com pequena ambulância= Além desses empregados, todas as casas de caridade estão sob a direção de um Director Geral, Ricardo Pereira de Sant`Anna.<sup>118</sup> (grifos nossos).

A varíola, bexiga e outras enfermidades causadas pela inanição foram doenças que acompanharam os retirantes nas províncias do Norte, sendo responsáveis diretas pela mudança da unidade familiar sertaneja. No fragmento acima, a divisão das casas de caridade para homens, mulheres e órfãos doentes mostra a possibilidade de rearranjos familiares decorrentes ao crescente número de mortes na cidade de Mossoró. Na pesquisa de Ana Karine Martins Garcia acompanhamos os discursos e práticas de modernização pelas autoridades do Ceará à cidade de Fortaleza durante a seca de 1877, quando o ordenamento social dos retirantes ocasionou transformações na malha urbana, inclusive sobre a égide da salubridade e processo de higienização. Os abarracamentos criados pelos poderes públicos e comissões de socorros na periferia da cidade, alojando os retirantes e organizando o controle dos gêneros alimentícios, vieram a enfrentar problemas acerca de doenças e insalubridade, fato que levaria ao crescente número de óbitos na capital cearense<sup>119</sup>. A preocupação dos presidentes de províncias do Norte com a salubridade pública nas grandes cidades e vilas atingidas pela migração em massa de sertanejos alinhava-se ao discurso higienista moderno e sua relação direta com a arquitetura e urbanismo, traço presente no processo de secularização das cidades no século XIX<sup>120</sup>.

Lugares como Ceará-Mirim, Macau e Mossoró não eram espaços urbanos “desenvolvidos”. Eram aglomerações humanas que estavam ainda em processo de aformoseamento. Muitas delas, como a cidade de Mossoró, iriam sofrer transformações no seu espaço em decorrência dos trabalhos nas obras de melhoramento materiais pelos retirantes

---

<sup>118</sup> *Palacio da Presidencia do Rio Grande do Norte, 13 de janeiro de 1879*. Arquivo Nacional. Série Interior. Ijij<sup>9</sup> 212. p. 168.

<sup>119</sup> GARCIA, Ana Karine Martins. *Sombra da Pobreza na Cidade do Sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. São Paulo, 2006, 208f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006. Sobre a descrição da mortalidade dos retirantes na cidade de Fortaleza na seca de 1877, PATROCÍNIO, José do. *Os retirantes*. São Paulo: Editora Três, 1973. THEÓFILO, Rodolpho. *História das Secas no Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

<sup>120</sup> Sobre as transformações dos hábitos, costumes e aparelhos do tecido urbano no Rio Grande do Norte no oitocentos, SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó. Séculos XIX e XX*. Goiás, 2011. 301f. Tese (Doutorado) em História, UFGO, 2011. TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal/RN: EDUFRN, 2009, p. 532.



durante essa seca, adquirindo prédios como cemitério, câmara municipal, mercado e logradouros<sup>121</sup>. O que temos aqui é um quadro de migração para cidades e vilas de médio porte populacional, mas que possuíam força política e econômica na província do Rio Grande do Norte através dos portos, em Mossoró e Macau, e vales de engenhos, no Ceará-Mirim. Entretanto, não deixaram de contabilizar casos de epidemias e morticínio no cotidiano citadino. De alguns “pontos do interior e litoral recebi comunicação de achar-se grassando a varíola e outras moléstias, por exemplo no termo do Jardim, São José do Mipibú, Ceará-Mirim, Macáu e Mossoró”<sup>122</sup>. A narrativa no relatório do vice-presidente Manoel Montenegro sobre a seca, com quase três anos, traz imagens aterradoras da aglomeração de sertanejos na cidade de Mossoró. Uma miséria geral e despovoamento da região centro-oeste da província.

Todas as povoações, muitas villas e algumas cidades do interior desta província estão quase inteiramente abandonadas, por causa da horrorosa sêcca, que vai para trez annos tem assolado [...]. De Mossoró por exemplo a seguinte: Que, sendo hoje aquella cidade o receptáculo maior das diversas torrentes de miseráveis, que vem do centro, contém uma população nunca inferior à 80 mil almas. Entre estas pode-se afirmar, sem medo de errar, que 20 mil pelo menos são velhos, crianças, e inválidos de todas as idades, que habitam, por assim dizer, no campo, nus e famintos, quaes múmias que tivessem vindo ao mundo só para atestar, que músculos são dispensáveis à vida, toda a vez que não faltem ao homem pelle, nervos e ossos. Além disso existem diversos estabelecimentos de caridade, taes como hospitais e casas de órfãos que (calcula-se conterem para mais de 4 a 5 mil doentes e órfãos na maior parte maltrapilhos e famintos), fora o resto da população, que, estando robusta, não pode todavia deixar de ser socorrida por algum tempo, desde que não tem meios de atravessar os sertões, para procurar o agreste, onde mais recursos se encontra, quer esses meios se refiram à alimento, quer ao transporte<sup>123</sup>.

O abandono dos sertões pelas populações do centro da Paraíba e do Rio Grande do Norte para os territórios das comarcas de Macau e Mossoró mostra-se uma das rotas mais praticadas pelos retirantes nesses três anos de seca. Empórios comerciais da região e com

---

<sup>121</sup> Trabalho que discute a formação do espaço social e urbano de Mossoró nas grandes secas de 1877, 1904 e 1915 é MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *“A produção de Flagelo”*: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915) / Francisco Ramon de Matos Maciel. – 2013. 222 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2013.

<sup>122</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *“Salubridade Pública”* In: *Relatorio com que instalou a assemblea legislativa provincial do Rio Grande do Norte, no dia 4 de Dezembro de 1878, o 1º vice-presidente o exm.sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro*. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife. 1879, p.07.

<sup>123</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *“Secca”*. In: *Relatorio com que instalou a assemblea legislativa provincial do Rio Grande do Norte, no dia 4 de Dezembro de 1878, o 1º vice-presidente o exm.sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro*. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife. 1879, p.11.

forte influência política, essas cidades e seus portos tornaram-se locais estratégicos para os sertanejos alcançarem os poderes públicos do Governo. No último ano de seca a província continuava a receber consideráveis retirantes da Paraíba que, na procura de auxílios do império, tomavam rumo para as vilas e cidades fronteiriças entre Rio Grande do Norte e Ceará. O presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado escreveu em seu relatório que o fator da distância entre a capital da Paraíba, com seu alto sertão, foi um aspecto importante para que os retirantes paraibanos seguissem para as cidades que concentraram verbas dos socorros públicos como Aracati e Mossoró.

[...] Mossoró que desde 1877 foi o receptáculo da população dos sertões desta província e da província da Parahyba, continuou a manter elevadíssimo numero de emigrantes, e ainda hoje conta para mais de quarenta e cinco mil pessoas, sendo cerca de desoito mil procedentes da ultima província. A grande distancia que separa a capital das povoações do alto sertão, libertou o Governo da Parahyba da árdua tarefa de levar socorros a sua zona tão distante, e reduzio consideravelmente naquela província o numero dos necessitados. No Rio Grande do Norte e na Parahyba a secca flagelou principalmente o sertão, deixando o agreste em condições muito mais favoráveis. A cidade da Parahyba tem a felicidade de estar collocada a cem e mais legoas de distancia da parte flagelada da província, ficando esta parte a 40, 50 e 60 legoas de Mossoró e do Aracaty. Dos sertões da província da Parahyba, os que não vieram para Mossoró e Macau foram para o Aracaty<sup>124</sup>. (grifos nossos).

Milhares de retirantes apropriavam-se não apenas da frágil malha urbana desses locais, mas dos campos e vegetações dos territórios das municipalidades criando neles suas choupanas, palhoças e abrigos improvisados para sobreviver durante a estiagem. Um episódio ocorrido nas mediações da cidade de Mossoró, acerca das habitações dos sertanejos no dia 8 de janeiro de 1879, mostra a fragilidade em que encontravam-se essas famílias.

Para aumentar a afflicção ou afflicto appareceu no dia 8 deste mez, as 2 horas da tarde, um medonho incêndio que consumia umas 250 choupanas. E os retirantes mostraram-se impassíveis com a presença das chamas. Se não fossem as providencias dadas pelo farmacêutico Herculano e pelo Alferes Manuel Rodrigues Pessoa, commandante do destacamento ali estacionado seriam de momento mais de 2000 palhoças onde se abrigão aquelles infelizes.

---

<sup>124</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. "Soccorros Publicos" In: *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, presidente da província, abriu a 2º sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 27 de Outubro de 1879*. Typ. do Correio do Natal. 1880, p. 08.

Com o exemplo desses dois cidadãos, outras pessoas se empenharão na extinção do incêndio, e não houve a lastimar morte alguma<sup>125</sup>.

Entender as escolhas dos locais de habitação das famílias retirantes é um mister de suas necessidades, vivências e conflitos no espaço das cidades e seus limites nessa seca, pois “ao pensar as construções de palhas é compreender os processos das diversas experiências dos retirantes no ambiente urbano”, mas que também serve aos interesses do poder público, “cujas pretensões eram o ordenamento do espaço urbano e o afastamento da população emigrante do convívio com os cidadãos”<sup>126</sup>. As milhares de famílias sertanejas que migraram para as cidades e vilas de Macau, Mossoró e Ceará-Mirim tiveram experiências diversas na apropriação do tecido urbano, pois, afinal, esses locais acabaram aumentando drasticamente seus níveis populacionais. Como vimos, somente Mossoró cresceu entre 45 a 80 mil habitantes nos três anos de seca, muito acima dos dados estatísticos do censo de 1872, que registrou uma média geral de 8.000 almas<sup>127</sup>. Diferente de Fortaleza, onde a capital apresentava um tecido urbano e índice populacional bem superior às cidades do Rio Grande do Norte<sup>128</sup>, era difícil conceber um ordenamento socioespacial eficaz sobre os retirantes, apesar das tentativas existentes das autoridades.

Um episódio interessante ocorreu na cidade de Mossoró no ano de 1879, registrado na sessão de três de maio na câmara municipal. Alguns retirantes e populares estavam construindo na rua do mercado público algumas palhoças e casebres a fim de praticarem algum comércio, porém, a fiscalização veio a tomar providências contra esse fato, de tal modo, o fiscal da cidade ficou encarregado de retirar

[...] um avultado numero de casas, cabanas e mapalhas, feitas em colunas de paus e cobertas de esteiras que por uma abulava pratica os retirantes e alguns da cidade tinham plantado naqueles patos com o fim de ali comprarem e venderem [...]. (*Essas cabanas, grifo nosso*) não só do impaxamento e obstrução, donde pode nascer miasmas e outros males endêmicos do país, como também serve de um deslute e decoração a cidade<sup>129</sup>.

<sup>125</sup> *Palácio da Presidência do Rio Grande do Norte, 13 de Janeiro de 1879*. Arquivo Nacional. Série Interior. Ij9 212, p. 168-169.

<sup>126</sup> GARCIA, Ana Karine Martins. *Op. Cit.*, p. 70,71 e 71.

<sup>127</sup> No censo de 1872 a cidade de Macau possuía 3912 e Assú 8891, enquanto a região do vale do Ceará-Mirim, nas freguesias de São Gonçalo e Extremos, respectivamente 11.415 e 18.064 habitantes. Consultar: BRASIL, *Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da população do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1873-1876, 11º V. (Rio Grande do Norte).

<sup>128</sup> No censo de 1872, a área central da cidade de Fortaleza, na província do Ceará, tinha 21.372 habitantes contra os 8.917 da capital do Rio Grande do Norte, a cidade de Natal.

<sup>129</sup> OLIVEIRA, A. M; BATISTA NETO, Joaquim. (Orgs). *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1879-1880)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 1.130, 2000, p. 20.

Abrir pontos e casas comerciais na cidade deveria passar pela compra e aprovação de petições na câmara, entretanto, essas leis municipais não impediram os retirantes e populares de burlarem as normas. Apesar de não sabermos quanto tempo estiveram nos arredores do mercado, essas casas e cabanas poderiam ter durado mais de um ano da seca, já que o ofício era de maio de 1879. Mesmo com o discurso de salubridade pública e estética das autoridades de Mossoró, alguns retirantes ousavam de várias formas ocuparem o espaço citadino. Por outro lado, muitos outros habitavam os campos e povoações próximas da entrada dos portos, nos lugares Barra de Mossoró, Ilha de Mossoró e Areia Branca<sup>130</sup>. Nesses locais, “encontrados nas piscosas águas da maré e do mar [...], muitas famílias procedentes do alto sertão fixaram-se no povoado e completaram o desmatamento da ilha construindo casas de palhas e de taipa. [...] a seca de 1877 a 1879 levou a Ilha (localidade da cidade de Mossoró próxima a Areia Branca) um grande número de retirantes que destruíram totalmente a mata existente na ilha, construindo palhoças”<sup>131</sup>. Em 13 de janeiro de 1879, o relatório do chefe de polícia da província descreve que existem na “Areia Branca, barra de Mossoró, distante do porto dez léguas, para onde só se pode chegar em pequenos barcos e onde estão hoje dois mil e quinhentos retirantes, existe um lazareto, onde são recolhidos os varilosos e tratados”<sup>132</sup>. As famílias retirantes do alto sertão mostravam-se capazes de se adaptarem ao clima e terreno do litoral na busca de conduzir suas vidas durante a seca, afinal, trazem na experiência das *lutas imediatas* sua capacidade de construir habitações passageiras e organização através do trabalho coletivo.

Na sessão de 25 de novembro de 1878 a câmara municipal de Mossoró escreve um ofício para Carlos Leôncio de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios do Império, informando o estado da cidade sobre a migração das famílias retirantes para aquela freguesia. A fome e a nudez “foram-lhes companheias inseparáveis nesse caminhar de longos e penosos dias. Dos centros desta Província, Paraíba, Ceará e Pernambuco milhares de indigentes aqui

---

<sup>130</sup> A Barra de Mossoró é um local onde existia um porto para navios de porte médio, podendo descarregar e tomar seus carregamentos. Muitas embarcações e vapores estrangeiros o visitavam anualmente. Tanto a Barra o porto possui uma distância de sete léguas com a cidade de Mossoró. A mesma possui ainda o “Porto da Ilha”, que por uma gamboa navegável, saindo do povoado de Areia Branca, fica a uma distância de uma légua da cidade. É considerado o movimento diário entre a ilha e a cidade. NOBRE, Manoel Ferreira. *Mossoró em 1876*. In: Breve Notícia sobre o Rio Grande do Norte. 2º Ed. Rio de Janeiro: Porgetti, 1971. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, Vol. 438, 1986, p. 11,12, e 13.

<sup>131</sup> MEDEIROS, Luiz Fausto de. *Minhas memórias de Areia Branca*. Mossoró/RN: Coleção Mossoroense, 1977, p. 28.

<sup>132</sup> *Palácio da Presidência do Rio Grande do Norte, 13 de Janeiro de 1879*. Arquivo Nacional. Série Interior. Ij9 212, p. 171.

vieram amparar-se sob a mão protetora do Governo”<sup>133</sup>. A cidade de Mossoró, Macau e Assú foram alguns dos principais locais escolhidos pelos sertanejos do alto sertão dessas províncias do Norte. A influência geográfica, administrativa e econômica, além da proximidade dos principais portos da região, tornava esses locais o chamariz para as famílias retirantes. O conhecimento dos antigos caminhos do gado e feiras que ligavam cidades do centro ao litoral estava também no repertório de migração dos sertanejos, estradas essas que começariam a crescer na década de 1870, a partir das intervenções das autoridades provinciais. Logo, caminhos ligando cidades como Mossoró a vilas do alto sertão e Seridó, como São Miguel e Triunfo, eram uma preocupação dos governantes.

1873 – A lei n. 662 de 12 de julho, autorizou o Presidente da Província a despende a quantia necessária para a abertura de uma estrada que ligue a cidade de Mossoró à serra de S. Miguel com uma ramificação para a cidade da Imperatriz. 1875 – A lei n. 757, de 2 de setembro autorizou o Presidente da Província a despende até a quantia de 4: 000\$ com uma estrada que ligue a cidade de Mossoró à villa do Triumpho<sup>134</sup>.

A comissão de socorros públicos da cidade de Assú, com uma população de 8.877 almas, encontrou no seu espaço várias famílias sertanejas precisando de amparo do governo; dentre os muitos filhos da terra encontravam-se também de outras freguesias do Rio Grande do Norte, além de grupos oriundos das províncias do Ceará e Paraíba. Em duas distribuições de gêneros alimentícios ocorridas em dezembro de 1877, o jornal local *Brado Conservador* registrou a origem e o número de famílias residentes na comarca de Assú.

1º distribuição. Do dia 2 a 5 de Dezembro de 1877 distribuiu-se farinha e milho por 595 chefes de família, com 3.486 pessoas= ao todo 4081 pessoas= sendo 3201 do Assú= 253 do Campo Grande= 149 do Catolé= 147 do Seridó= 96 do Mossoró= 91 de Imperatriz= 58 de S. Miguel do Jucurutú= 25 de Páu dos Ferros= 15 de Cajazeiras= 10 do Apody= 10 de Souza= 9 do Aracaty= 8 de Pombal= 5 de Caraúbas= 4 de Lavras. 2º distribuição. Do dia 11 a 14 distribuiu-se farinha, milho, feijão e arroz por 723 chefes de família, com 4099 pessoas= ao todo 4822 pessoas, sendo: 3811 do Assú= 373 de Campo Grande= 152 de Catolé= 147 de Seridó= 99 de Imperatriz= 81 de Mossoró= 51 de S. Miguel do Jucurutú= 44 de Páu dos Ferros= 17 do Apody= 9 de Pereiro= 9 do Aracaty= 8 de Souza= 8 de Pombal= 4 de Lavras. Na 2º distribuição deu a comissão de socorros desta cidade gêneros a

<sup>133</sup> OLIVEIRA, A, M (Org.) *Atas da Câmara Municipal de Mossoró* (1878). Mossoró/RN: Coleção Mossoroense, Série “B”, Vol. 1175, 1992, p. 35.

<sup>134</sup> “*Repertório das Leis Estaduaes referentes aos Municipios.*” In: Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte. Natal: Atelier Typ. M. Victorino & C. Vol. X, Nº I e II, 1912, p. 239 e 242. LABIM: Laboratório de Imagens- Digitalização de Documentos Históricos. UFRN. Site: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/jsptui/handle/123456789/1> Acesso 26 de fevereiro de 2018.

mais de 15 famílias com 108 pessoas, que passaram por aqui em direção à cidade de Macáu. (Grifos nossos)<sup>135</sup>.

Essas cidades registradas pela comissão de Assú – Aracati, Pereiro, Souza, Pombal e Lavras – das províncias do Ceará e Paraíba, são freguesias limítrofes com o Rio Grande do Norte e, comparando-se a distância entre as capitais dessas províncias, era mais próximo chegar a cidade de Assú, Macau e Mossoró para as famílias retirantes. Nesse arrolamento a quantidade de retirantes do Ceará e Paraíba era ínfima em dados quantitativos, entre 18 e 20, respectivamente, em um universo de 3.486 pessoas. Todavia, não podemos reduzir as escolhas apenas pelo fator geográfico, pois muitas outras características entravam no processo de deslocar-se dos sertanejos, traços que, infelizmente, não podemos alcançar, “o deslocamento não acontecia de uma única maneira, e sofria a interferência direta do lugar social e das pessoas do grupo. Outras vezes a variação era em função da parcela da família que se deslocava”<sup>136</sup>. Por outro lado, o conhecimento das estradas, o acesso aos portos e a melhor proximidade com os poderes públicos, foram traços relevantes no rol de alternativas e escolhas das famílias que migraram para o território do Rio Grande do Norte.

Os norte rio grandenses e paraibanos também se deslocaram para a província do Ceará na seca de 1877-79. Cidades como Aracati e Fortaleza chegaram a receber muitas famílias alojadas em sua malha urbana. Espalhadas em abarracamentos organizados pelas comissões de socorros públicos nas periferias da capital cearense, poderemos compreender o processo de migração retirante muito mais como episódios locais, senão como um amálgama das populações dos sertões do Norte, vivendo e compartilhando experiências no contexto da seca de 1877.

### **2.3 A cidade abarracada: famílias retirantes do norte na cidade de Fortaleza (1877-1879)**

O deslocamento para a cidade de Fortaleza pelos retirantes do Rio Grande do Norte e Paraíba dava-se em grande medida pelas estradas que ligavam as duas províncias, ainda que em algumas das vezes também por navios saídos dos portos de Macau, Mossoró e Aracati. “O

---

<sup>135</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Comissão de Socorros”. In: *Brado Conservador*. Assú, Ano II, Nº 54, 1877, p. 02.

<sup>136</sup> JÚNIOR VIEIRA, Antonio Otaviano. *Op. Cit.* 2004, p. 47.

*Retirante*<sup>137</sup>, jornal criado para as vítimas da seca em Fortaleza, noticiou no dia oito de julho de 1877 que na barçaça “Natalense chegaram de Mossoró 169 infelizes que, acoçados pela fome, deixaram aquellas plagas e vieram procurar nestas um allívio aos seus soffrimentos”. Um desses retirantes desembarcou morto, “e 168 em estado lastimável; famintos e cobertos de repugnantes trapos”<sup>138</sup>. Na publicação de 19 de agosto do corrente vieram de Mossoró pela mesma barçaça, “207 emigrantes, que, prestes a succumbirem de fome, acceitaram o generoso offercimento do prestante cidadão Francisco Tertuliano d`Albuquerque, de mandal-os trazer a esta capital onde aquelles infelizes acreditavam haver trabalho”<sup>139</sup>. Porém, os portos não eram os únicos locais de entradas para a capital cearense. As páginas do jornal “*O Cearense*”<sup>140</sup> de 15 de agosto de 1877 descrevem a chegada de famílias retirantes do interior do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Nestes 3 dias tem entrado nesta capital de vários pontos desta e das províncias da Parahiba e Rio Grande do Norte, cerca de 800 emigrantes, que vem accasados da fome. Entre os foragidos há famílias distinctas, as quaes a calamidade, que tudo assoberba, atirou nos horrores da miséria. Faz compaixão o estado desses infelizes. Moças brancas, cobertas de andrajos, pés ensanguentados pelas marchas forçadas, a pelle requeimada por um sol abrasador e quase inanidas, pobre homens conduzindo 2 e 3 crenças aos hombros e em tipoias, num percurso de 80 a 100 leguas. Infelizes mulheres, com os filhinhos conchegados ao colo, a expirarem de fome, porque já não encontram no seio reequido de desventurada mãe em que amamentar-se, tudo isso é doloroso, é pungente!<sup>141</sup>

Em Fortaleza, com a crescente migração de sertanejos foram “construídos abarracamentos nos limites da cidade, a sota-vento para que os ares não trouxessem para o interior da urbe os miasmas que, acreditavam-se, eram exalados pelos retirantes”, pela condição de aglomeração e dos cadáveres em decomposição. Todavia, nos longos meses decorridos entre 1878 e 1880, “havia pelos diversos abarracamentos espalhados pelos subúrbios de Fortaleza centenas de turmas de trabalhadores ocupados em construir, limpar, carregar, cozinhar, vigiar e executar as tantas outras diversas tarefas”, essas que constituíam o

<sup>137</sup> O jornal “*O Retirante*” (1877-1878) era de propriedade do Sr. Francisco Perdigão. Tinha como redator Luiz de Miranda, da tipografia Imparcial e o impressor Suitberto Padilha.

<sup>138</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Retirantes” In: *O Retirante*. Fortaleza. Ano I, N. 3º, 1877, p. 05.

<sup>139</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Emigrantes”. In: *O Retirante*. Fortaleza. Ano I, N. 9º, 1877, p. 02.

<sup>140</sup> *O Cearense* (1846-1891), pertencia ao Partido Liberal do Ceará. Saindo primeiramente pela Imprensa Nacional, de Barbosa, Tipografia de Paiva & Cia, fez forte oposição ao partido Conservador, inclusive no ano de 1878. Seus proprietários eram Luis Vasconcelos e João Evangelista.

<sup>141</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Emigrantes”. In: *O Cearense*. Fortaleza. Ano XXXI, N 68º, 1877, p. 03.

cotidiano de trabalho dos “proletários das secas durante os tempos de estiagem”<sup>142</sup>. Pensados pelas autoridades como forma de racionalizar a distribuição de gêneros alimentícios e utilização da mão de obra retirante em obras públicas, os abarracamentos foram divididos em distritos no território municipal, onde cada um possuía sua administração e responsáveis pela comissão de socorros públicos. No relatório entregue pelo desembargador Caetano Estellita ao João José Ferreira D’Aguiar, presidente da província do Ceará, encontra-se referência aos abarracamentos.

[...] com relação aos emigrantes, que se recolham à Capital, regularizei os serviços necessários à sua recepção, - alojamento, socorros e tratamento. Nomeei à cidadãos prestimosos a quem incumbi especialmente da distribuição dos socorros, mandando construir abarracamentos nas imediações da cidade, onde são recolhidos pelos membros das comissões domiciliares. [...] Para melhor direção do serviço e distribuição dos socorros devidos aos emigrantes, que aqui estão permanecendo, separei-os em cinco districtos. O 1º districto no lugar – Meirelles -, a cargo do Dr. Henrique Theberege, com uma população de 4480, representando 747 famílias em 128 barracas feitas de madeira e palha, estando outras famílias recolhidas em casinhas particulares. O 2º districto está confiado a direção do alferes Joaquim Nogueira de Holanda Lima, e compreende os abarracamentos do Pajehú, Alto de Pimenta, São Luiz, Estradas de Mecejana e do major Thomaz, e bairro do Livramento, o qual acha-se dividido em dous, denominados – Pajehú e Alto da Pimenta, - sendo este confiado à direção do capitão Raymundo Seralin dos Anjos Jatahy. Todos esses abarracamentos contem uma população de 14129 emigrantes, habitando palhoças, que se acham construídas. O 3º districto com uma população arrolada de 15700 almas foi necessário dividil-o em dous, denominados – abarracamentos de São Sebastião e Calçamento – O 1º a cargo do capitão Antonio dos Santos Neves, e o 2º confiado ao Dr. Metton de Franco Alencar. O 4º districto é dirigido pelo farmacêutico João Francisco Sampaio, e demora nos lugares – Tijubana – e – Morro do Moinho – com uma população de 8046. O 5º districto está confiado ao tenente Felipe de Araujo Sampaio, e denomina-se – Lagoa Secca -, o qual contem 116 famílias de indigentes com 576 pessoas. Os emigrantes são socorridos diariamente pelos seus directores, sendo para notar a ordem, disciplina e morigeração, que há entre eles<sup>143</sup>.

A administração e organização dos distritos e barracas foram mudando ao longo dos três anos de seca, seja pela intervenção dos presidentes de província que assumiram, como também pelas mudanças nos membros da comissão de socorros. Mas nosso enfoque é encontrar a presença das famílias retirantes do Rio Grande do Norte e Paraíba nesses abrigos do governo, entendendo o processo de migração sertaneja como uma confluência de

<sup>142</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Op. Cit.*, p. 108 e 162.

<sup>143</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatório com que o Ex<sup>a</sup> Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Ex. Sr. Conselheiro João José Ferreira D’Aguiar, presidente da mesma província em o dia 23 de novembro de 1877*. Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877, p. 21.



experiências que transpassa fronteiras e limites provinciais. No resumo do mapa geral dos indigentes no abarracamento “*Volta Seca*” em 25 de setembro de 1878 os vestígios começam a surgir.

Quadro 3 – Retirantes naturais da província do Rio Grande do Norte

<i>Númer o de Famíli as</i>	<i>Natura=C idade</i>	<i>Mascu lino</i>	<i>Femin ino</i>	<i>Cas ado</i>	<i>Solte iro</i>	<i>Solte ira</i>	<i>Viú vo</i>	<i>Viú va</i>	<i>Váli dos</i>	<i>Inváli dos</i>	<i>Tot al</i>
1	<i>Catolé do Rocha</i>	1	1		1					1	2
22	<i>Pau dos Feros</i>	40	43	9	4		3	6	35	5	83
2	<i>Serra do Machado</i>	4	8	1				1	2	2	12
5	<i>Santa Maria</i>	10	6	2	1	1		1	5	5	16

Fonte: *Comissão de Socorro do 10 Districto, Lagoa Secca, em 9 de Outubro de 1878. O Conselheiro Manoel Francisco. Resumo do Mapa Geral dos indigentes neste abarracamento, de conformidade à circular da Presidencia de 25 de Setembro próximo passado. Nº 2º. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. BR APEC CSP. 1879-1889. Caixa: 08.*

Uma análise do quadro mostra que as 30 famílias contabilizavam em 113 indivíduos. Os homens eram, no geral, 65, e mulheres 58. Os casados eram 12, com registro de 3 viúvos e 6 solteiros, enquanto o número de viúvas era 8. Dos braços válidos para o trabalho, 42 e inválidos, 13. O maior número de famílias era da cidade de Pau dos Ferros<sup>144</sup>. A quantidade de crianças e velhos dessas famílias não aparece no quadro, mas, subtraindo-se o número total de indivíduos pelos 42 braços válidos, temos o valor de 101, que poderiam corresponder a

<sup>144</sup> Pelo censo de 1872, a população girava em torno de 19.635, uma das maiores da província.

esses sujeitos. Interessante é a família de Catolé do Rocha, um homem foi registrado como solteiro e um dentre eles estava inválido, podendo, assim, serem irmãos ou parentes consanguíneos. Os múltiplos arranjos familiares através do quadro oferecem várias interpretações da organização familiar dos sertanejos do Rio Grande do Norte e os pontos de partida desses grupos na província. Muitas famílias também vieram da Paraíba e encontravam-se no abarracamento Lagoa Seca.

Quadro 4 - Retirantes naturais da província da Paraíba

<i>Núm ero de Famí lias</i>	<i>Natu ra= Cida de</i>	<i>Mascu lino</i>	<i>Femi nino</i>	<i>Cas ado</i>	<i>Solte iro</i>	<i>Solte ira</i>	<i>Viú vo</i>	<i>Viú va</i>	<i>Váli dos</i>	<i>Invá lido s</i>	<i>Tota l</i>
1	<i>Casa jeira</i>	3	3	1					3		10
23	<i>Rio do Peixe</i>	55	16	12	4	2	2	3	47	8	149
17	<i>São Migu el</i>	38	27	8	5	1	3		19	18	119
4	<i>São Lour enço</i>	12	6	1	1			2	4	8	34

Fonte: *Comissão de Socorro do 10 Districto, Lagoa Secca, em 9 de Outubro de 1878. O Conselheiro Manoel Francisco. Resumo do Mapa Geral dos indigentes neste abarracamento, de conformidade à circular da Presidencia de 25 de Setembro próximo passado. N.º 2.º.* Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. BR APEC CSP. 1879-1889. Caixa: 08.

As 45 famílias da província da Paraíba somavam no total de 312 indivíduos. Rio do Peixe foi de onde mais grupos retiraram-se, contendo 149 pessoas, e teve também o maior número de braços válidos para o trabalho, cerca de 50. Enquanto no Rio Grande do Norte a diferença numérica de homens e mulheres era pouca, nas famílias paraibanas a preponderância era a masculina. Um fato curioso dos quadros é o possível erro acerca das cidades Serra do Machado e São Miguel. A primeira seria localizada na província do Ceará, na região central, e a segunda no Rio Grande do Norte, na região do alto sertão. Talvez tenha

ocorrido algum engano no momento de registrar as procedências das famílias retirantes pelo administrador do abarracamento de Lagoa Seca. O que nos leva acreditar que Serra do Machado seria na verdade a Serra do Martins, situada na região do Oeste da província, pois, assim como a cidade de Pau dos Ferros, está próxima da “Chapada do Apodi”, uma formação montanhosa localizada na divisa entre as províncias do Rio Grande do Norte e do Ceará. Já para a vila de São Miguel não se tem alguma explicação do por que ela está registrada como sendo da província da Paraíba, pois ela está situada mais próxima do Ceará, porém, sua localização é o alto sertão norte rio grandense.

No abarracamento do 11º distrito do comissário Joaquim Nogueira Hollanda Lima temos o seguinte quadro dos retirantes naturais da Paraíba e Rio Grande do Norte que foram para a cidade de Fortaleza.

Católé do Rocha= número de famílias 5, casados 8, solteiros 16, viúvo 1, homens 12, mulheres 13, válidos 24, inválidos 1. Total de 25 pessoas. Serra do Martins= número de famílias 12, casados 18, solteiros 55, viúvos 9, homens 33, mulheres 43, válidos 76, inválidos 1, total de pessoas 76. S. Miguel= número de famílias 14, casados 16, solteiros 52, viúvos 4, homens 37, mulheres 35, válidos 72, total de pessoas 72. Luiz Gomes= número de famílias 4, casados 6, solteiros 14, Viúvo 1, homens 10, mulheres 11, válidos 21. Total de 21 pessoas. Porto Alegre= número de famílias 1, casados 2, solteiros 4, homens 2, mulheres 4, válidos 6. Total de 6 pessoas. Apody= número de famílias 2, casados 2, solteiros 6, viúvo 1, homens 4, mulheres 5, válidos 9. Total de 9 pessoas. Pau dos Ferros= número de famílias 10, casados 18, solteiros 49, viúvo 1, homens 31, mulheres 37, válidos 67, inválidos 1. Total de 68 pessoas.<sup>145</sup>

Nesse arrolamento, com 272 indivíduos, novos locais de procedência das famílias retirantes do Rio Grande do Norte surgem, como as cidades do Apodi, São Miguel, Serra do Martins, Luiz Gomes e Porto Alegre. A presença de solteiros e viúvos era um traço marcante para os arranjos familiares nesse distrito, onde, provavelmente, estavam os filhos, filhas e parentes consanguíneos. Comparando-se esse abarracamento com o de *Lagoa Seca*, praticamente todos os membros das famílias estavam válidos para o trabalho. Sobre a mão de obra retirante como um dos mecanismos de controle e ordenamento, no arrolamento do 2º distrito de *S. Luiz e Aldeota*, a população válida e inválida estava dividida da seguinte forma,

---

<sup>145</sup> Informações tiradas do *Quadro demonstrativo dos Emigrantes abarracados no 11º Districto desde 15 de março à 30 de setembro de 1878. Comissário Joaquim Nogueira Hollanda Lima*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos 1877-1880. BR APEC CSP, Caixa 07A.

Quadro 5 - 2º Distrito de São Luiz e Aldeota

<i>Naturalidade</i>	<i>Idade de 12 a 25</i>	<i>Idade de 25 a 40</i>	<i>Total</i>
<i>Ceará</i>	2184	728	2.912
<i>Rio Grande do Norte</i>	183	61	244
<i>Parahyba</i>	57	19	76

Fonte: Quadro criado a partir do *Quadro estatístico da população válida e inválida existente no 2º districto de S. Luis e Aldêiota em 15 de Março de 1878. Fortaleza, 15 de março de 1878, O commissario Antonio Gonçalves da Justa Araujo. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos 1877-1880. BR APEC CSP, Caixa 07A.*

As informações do Quadro 5 mostram como a quantidade de sertanejos jovens, entre 12 a 25 anos, era a principal mão de obra e de maior número no 2º distrito de Joaquim Nogueira Holanda Lima, embora existisse uma considerável força de trabalho dos adultos de até 40 anos. Cearenses, paraibanos e norte rio grandenses compartilhavam o cotidiano dos abarracamentos na cidade de Fortaleza nessa seca de 1877. O labor nas obras públicas como construções de estradas, ferrovias, logradouros e demais atividades criadas para ocupar os retirantes serviam de controle e racionalização dos gêneros alimentícios pelas comissões de socorros, como também no ordenamento das milhares de famílias dos sertões do Norte. Por exemplo, nos retirantes abarracados em Arronches (atual Parangaba), pela lista do Sr. Solon da Costa e Silva, membro da comissão de socorros, existiam 363 famílias com 2.070 pessoas. Os homens válidos “acham-se ocupados nas obras do azylo de alienados, escavação da lagoa da Parangaba, abertura de roçados, etc. As famílias são das seguintes procedências: [...] Rio Grande do Norte 22, [...] Parahyba 10”<sup>146</sup>. A presença dos sertanejos de outras províncias perdurou durante os três anos de seca, aumentando consideravelmente o número de famílias abarracadas na cidade de Fortaleza, como no caso do 6º distrito em 15 de junho de 1878.

Catolé do Rocha= 24 famílias, 18 casados, 3 solteiros, 3 viúvos, 66 filhos, total de 90 pessoas. Pau dos Ferros= 353 famílias, 111 casados, 90 solteiros, 137 viúvos, 1670 filhos, total de 2008 pessoas. Rio do Peixe= 64 famílias, 34 casados, 15 solteiros, 15 viúvos, 129 filhos, total de 193 pessoas. S. Miguel= 208 famílias, 108 casados, 40 solteiros, 60 viúvos, 615 filhos, total

<sup>146</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Imigrantes de Arrouches” In: *O Cearense*. Fortaleza. Ano XXXII, N 96º, 1877, p. 02.

de 823 pessoas. Serra de Martins= 33 famílias, 25 casados, 4 solteiros, 7 viúvos, 82 filhos, total de 116 pessoas<sup>147</sup>.

A soma dos abarracados da Paraíba e do Rio Grande do Norte chegava a 3.130 pessoas em meados do ano de 1878. Um valor que mudaria drasticamente na redução dos retirantes um ano após, no novo mapa demonstrativo da população do 6º distrito: “Pau dos Ferros, Martins – 63 famílias, 14 homens, 120 mulheres, 66 meninos, 58 meninas, total 258. Mossoró, Pereiro – 80 famílias, 15 homens, 99 mulheres, 71 meninos, 67 meninas, total 252”<sup>148</sup>. As razões para essa alteração não estão registradas nos mapeamentos e ofícios das comissões de socorros, porém, apostamos que as mortes, abandonos e migração foram aspectos para a formação desse quadro no 6º distrito, como nos demais da cidade. O jornal *Diário de Pernambuco* também publicava em suas edições na capital Recife, através dos seus correspondentes no Ceará, algumas estatísticas do arrolamento das famílias retirantes nos distritos de Fortaleza.

No período decorrido de 5 a 11 do corrente foram socorridos pelo commissario do 1º districto, Dr. Henrique Theberge, 363 famílias compostas de 2.090 pessoas. Do dia 5 a 12 do corrente chegaram ao 2º districto, a cargo do Sr. Joaquim Nogueira, e foram convenientemente alojadas 119 famílias com 511 pessoas, das seguintes procedências: [...] Rio Grande do Norte 8, [...] Parahyba 2. [...] Durante a semana passada entraram no 4º districto, a cargo do Sr. João Sampaio 153 famílias com 833 pessoas das seguintes procedências: [...] Rio Grande do Norte 23<sup>149</sup>.

A presença de famílias norte rio grandenses e paraibanas estava em todos os distritos da capital cearense. Na estrada de Pacatuba, no 3º distrito, as 466 famílias com 1.930 pessoas que receberam socorros públicos em 1877, eram das procedências do “[...] Rio Grande do Norte 29f. com 174 p. [...] Parahyba 13f. com 86 p. [...] Pernambuco 1f. com 10 p.”<sup>150</sup>. A imprensa do Ceará também procurava publicar em suas matérias os arrolamentos das famílias retirantes que chegavam aos abarracamentos no ano de 1877. Em Pajeú, a cargo do Sr. Joaquim Nogueira Sampaio, “estão aboletados 150 famílias, compostas de 780 pessoas. Dos

<sup>147</sup> *Quadro demonstrativo das famílias abarracadas no 6º Districto, á cargo do Im. Capitão Vicente Alvez Maia.* Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. 1877-1879. BR APEC CSP. Caixa 18, Localidades Diversas.

<sup>148</sup> *Mapa demonstrativo das famílias emigrantes Abarracadas no 6º Districto da Fortaleza.* Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. 1879-1889. BR APEC CSP. Caixa 08.

<sup>149</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Ceará” In: *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LIII, N. 243º, 1877, p. 03-04.

<sup>150</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Ceará” In: *Diário de Pernambuco*. Ano LIII, N. 254º, 1877, p. 02.

chefes dessas famílias são 93 homens e 57 mulheres; 95 casados, 39 viúvos e 16 solteiros; assim discriminados pelas localidades donde emigram: [...] Parahyba 5, Rio Grande do Norte 6”<sup>151</sup>. “*O Cearense*” procurou registrar as estatísticas dos distritos de Fortaleza no segundo semestre de 1877, quando eram repassadas as informações pelos membros das comissões de socorros, como na publicação de 10 de agosto acerca do distrito do Sr. João Francisco Sampaio, onde existem “215 famílias compostas de 1279 pessoas, cujas procedências são: [...] província do Rio Grande do Norte 106, [...] província da Parahyba 42”. No 2º e 4º distrito havia um total de 541 famílias com 2.868 pessoas, faltando ainda a estatística dos outros dois, não fornecidos pelos diretores, assim, “pode calcular-se em cerca de 6.000 os emigrantes que tem buscado esta capital. Esse nº tende a aumentar muito, porque diariamente entram caravanas dos sertões desta e das províncias da Parahiba e Rio Grande do Norte”<sup>152</sup>. Nos meses de outubro a novembro podemos ter uma noção do número de famílias retirantes publicados pelo mesmo jornal.

Quadro 6 - Retirantes naturais da Paraíba e Rio Grande do Norte no 2º, 3º e 4º distritos da cidade de Fortaleza (1877)

<i>Abarracamentos de Fortaleza</i>	<i>Rio Grande do Norte</i>	<i>Paraíba</i>
<i>2º Distrito (Sr. Joaquim Nogueira)</i>	40	32
<i>3º Distrito (Capitão Santos Neves)</i>	120	64
<i>4º Distrito (Sr. João Sampaio)</i>	85	6
<i>Total de Famílias</i>	245	102

Fonte: Quadro da entrada de retirantes entre os meses de outubro e novembro de 1877, feito através das publicações das matérias “*Imigrantes*” pelo jornal “*O Cearense*”, do ano de XXXII, números 88, 89, 92, 93 e 95. In: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Cearense*. 1877.

Embora não se pudesse descobrir o valor exato de indivíduos nessas 347 famílias ao todo, essa cifra ajuda na compreensão de como a capital cearense transformou-se numa opção de migração para muitos retirantes das áreas atingidas pela estiagem nas províncias da Paraíba

<sup>151</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Emigrantes” In: *O Cearense*. Fortaleza. Ano XXXI. N. 65º, 1877, p. 02.

<sup>152</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Emigrantes” In: *O Cearense*. Fortaleza. Ano XXXI. N. 69º, 1877, p. 04.

e Rio Grande do Norte. Os arranjos e rearranjos das famílias eram crescentes nos abarracamentos: à medida que se deslocavam em longas distâncias enfrentando o cotidiano de privações, insalubridade e trabalhos forçados, muitas acabaram perdendo filhos, maridos, esposas e parentes, principalmente no período final da seca. No mapa do administrador do abarracamento do *Cocó*, Christavão Santiago da Rocha, em 11 de julho de 1879, podemos encontrar um crescente número de chefes de famílias entre homens e mulheres viúvas, entre paraibanos e norte rio grandenses.

Quadro 7 - Abarracamento do Cocó

<i>Nº das Famílias.</i>	<i>Nomes</i>	<i>Est</i>	<i>Proc</i>	<i>Nomes Pessoas.</i>	<i>Idade</i>	<i>Mas.</i>	<i>Fem.</i>	<i>Vál.</i>	<i>In vá</i>	<i>Tot al</i>
54	Francisc-o Filho	V.	RN	Manoel, Francelina, Maria, Mastiniano	14, 5, 13, 8	2	3	5		5
67	Agostinho Vieira	V.	PB	Antonia, Candida, Maria, Francisco	59, 30, 16, 26	2	3	5		5
71	Candida Maria J.	V.	PB	Manoel José	18, 17	2	1	3		3
73	Agostinho Felis B.	V.	PB	Maria	13	1	1	2		3
74	Roza Umbelin.	V.	PB	Maria, Anna	18,18		3	3		3
76	Marianna Thereza.	V.	PB	Maria	14		2	2		2
77	M. Joanna. Nasc.	V.	PB	José	12	1	1	2		2
79	Marianna Costa	V	PB	Manoel, Francisca,	20, 22,	2	2	4		4

				José.	24					
81	Irineuma	V.	PB				1	1		1
86	Felix Ferreira Nasc.	V.	RN	Agostinho	6	2		2		2
95	Maria. F. Conceiç.	V.	RN	Ignes, Manoel, Maria	6, 4, 12	1	3	4		4
96	Gonçalo J. da Silva.	V	RN	Ignes, Francisca, Avellino, Sebastião, Guilher.	15, 6, 3, 12, 10	4	2	6		6
117	Valourino Souza	V.	RN	Pedro, Vicente	15, 24	3		3		3
131	José Candido	V.	PB	Francisca, José, Maria, Joaquina, Maria, Antonio.	66, 16, 12, 6, 12, 5	4	3	6	1	7
159	Joaquim J. de S. Anna.	V.	RN	Lurinda, G.	15, 20	1	2	2	1	3

Fonte: Quadro extraído do *Mappa das famílias indigentes que existe em meu abarracamento no Cocó; a meu cargo, Fortaleza, 11 de julho de 1879, administrador do Cocó, Christovão Santiago da Rocha*. BR APEC CSP, Fortaleza 1879-1889. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades Diversas.

As seis famílias do Rio Grande do Norte e as nove da Paraíba no abarracamento do *Cocó* representam um microcosmo no universo dos milhares de retirantes que tiveram sua unidade familiar transformada pela seca de 1877. Homens e mulheres assumiram o papel de chefes de família nos distritos espalhados na cidade de Fortaleza, onde, ao lado de seus filhos, filhas e parentes, eram braços válidos para as obras de melhoramento materiais na capital cearense. No abarracamento *Boa Esperança* do 1º distrito, a relação nominal dos que



receberam socorros públicos em 22 de setembro de 1879, também mostra um quadro parecido com o bairro *Cocó*.

Quadro 8 - Abarracamento Boa Esperança

<i>Nº da Família</i>	<i>Nome</i>	<i>Estado</i>	<i>Número de Pessoas</i>	<i>Procedência</i>	<i>Total</i>
261	Joanna Maria da Conceição.	Viúva.	2	Pau dos Ferros/RN	3
284	Rita Maria da Conceição	Viúva	7	Luiz Gomes/RN	8
305	Maria José da Conceição	Viúva	6	Pau dos Ferros/RN	7
320	Joaquim Germiniano	Orfão	2	Apodi/RN	3
500	Joaquina F. Lima	Viúva	4	Pombal/PB	5
523	José C. Maciel	Viúvo	6	Catolé do Rocha/PB	7
524	Leonilia C.	Viúva	5	Catolé do Rocha/PB	6
525	Joanna Maria de O.	Órfã	4	Catolé do Rocha/PB	5
526	Ernestina Maria d. O.	Órfã	1	Catolé do Rocha/PB	2
607	Francisca de Paula do E. Santo	Viúva	1	Apodi/RN	2
615	Maria E. M. Azevedo	Viúva	5	Pombal/PB	6
617	Francisca M. da Conceição	Viúva	9	Catolé do Rocha/PB	10
618	Thereza Maria de Jesus	Viúva	8	Catolé do Rocha/PB	9

Fonte: Quadro extraído da *Relação nominal das pessoas, cujas famílias receberam socorros do Estado no 1º Districto do abarracamento denominado "Boa Esperança", desta cidade. Nº 8º. 22 setembro de 1879. BR*

APEC CSP, Fortaleza 1879-1889. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades Diversas.

A preponderância era de chefes de famílias mulheres no abarracamento “*Boa Esperança*”, entre os retirantes da Paraíba e Rio Grande do Norte, mostrando, assim, o protagonismo feminino nas formas de organização e agenciamento que essas famílias desenvolveriam na seca de 1877. Um aspecto relevante é a presença de órfãos registrados (Joaquim, Joanna e Ernestina) como responsáveis pelas suas famílias, provavelmente, irmãos e irmãs de menor idade. Todavia, as configurações familiares criadas pelas condições de confinamento, doença e trabalho na cidade de Fortaleza fizeram das famílias retirantes sujeitos coletivos dispostos a enfrentarem as dificuldades em grupo, pois muitos viam nos laços familiares uma estratégia de sobrevivência, além de perceberem que, através dela, eram capazes de conseguir com mais facilidade assistência governamental do que estando sozinhas. Portanto, os papéis das mulheres retirantes adquiriram relevância, não que não existissem anteriormente, quando elas assumiam a liderança da família com os efeitos do processo de desarranjo familiar, fazendo delas as responsáveis diretas pela subsistência de seus filhos e familiares inválidos.

Entretanto, havia retirantes ausentes de suas famílias, geralmente homens que acabaram migrando sozinhos para a cidade de Fortaleza, conquanto não existisse um padrão específico na ação de deslocar-se e, às vezes, mulheres e filhos eram deixados<sup>153</sup>. Dois casos interessantes foram os de dois sertanejos, um de Pernambuco e outro do Rio Grande do Norte. Ambos tentavam adquirir passagens de navios para seus lugares de origem, através dos membros das comissões de socorros, e esses, ao presidente da província do Ceará.

Joaquim Rebouças de Moraes, natural da província do Rio Grande do Norte, desejado ir para o seio de sua família e não tendo meios com que pague uma passagem de convés, pede a V. Ex.<sup>a</sup> que se [sic] favorecer-lhe o que pede. [...] Estevão José Vieira, emigrante, não tendo recursos para [sic] transportar-se para a cidade de Recife, onde mora, requer a V. Ex.<sup>a</sup> que se

<sup>153</sup> Esse tipo de deslocamento era, na maioria das vezes masculino, e fazia parte da vida familiar de várias regiões brasileiras. O homem partia e deixava a mulher com os filhos. O que nesses casos poderia acontecer [...] era o fato desses homens servirem como batedores para a família. Eles se deslocavam sozinhos, e com isso ganhavam facilidade para andarem e não sujeitavam a família às aguras do “desconhecido”, localizavam áreas que tivessem condições melhores de alimentação e voltavam para apanhar o resto dos familiares. [...] Em outros casos, os homens partiam e nunca mais voltavam, ou quando voltavam encontravam seus parentes mortos. Não existia um padrão único de deslocamento das famílias sertanejas diante da seca. JÚNIOR VIEIRA, Antonio Otaviano. *Op. Cit.*, p. 49-50.

[sic] de conceder lhe passagem até ali no vapor costeiro pernambucano, que está no porto desta capital de viagem para dita cidade<sup>154</sup>.

A seca “se estabelecia enquanto componente da formação e reformação de grupos familiares” que, apesar da inconstância de um único padrão de migração, o deslocamento era a principal estratégia adotada durante as estiagens e isso “poderia gerar domicílios provisórios e uma reconstrução dos arranjos familiares”<sup>155</sup>. Assim, essas famílias retirantes inseriram no seu repertório de migração, além das áreas arejadas e agreste, as grandes cidades e centros administrativos das províncias do Norte, como Fortaleza, Aracati e Mossoró, na seca de 1877. Encontraram nos múltiplos arranjos familiares uma estratégia para pressionar os poderes públicos, reivindicando seu direito aos socorros em tempos de crise. Em abarracamentos e serviços de obras governamentais, mulheres e homens chefes de família, com suas proles e parentes, compartilhavam o cotidiano de labor, insalubridade e ordenamento social na capital cearense, destarte, a experiência de migração sertaneja transpassava as fronteiras provinciais e socioculturais colocando lado a lado sertanejos pobres dos centros das províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Todavia, as atitudes de proteção aos pobres pelo governo modificaram-se principalmente com a presença massiva dos retirantes nas cidades, tomando traços de controle e disciplinamento das famílias sertanejas, “restringindo a moradia, trabalho e a circulação dentro do espaço urbano”. As cidades incorporaram ainda mais “um sentido real e imaginário – o de centro de assistência aos pobres refugiados”. Assim, os retirantes aprenderam “rapidamente este trajeto, incorporam-no às suas estratégias de sobrevivência no semiárido; e, em vista disso, cada vez mais a cidade torna-se o cenário primordial da seca, com a presença constante dos famintos em suas ruas”. Essas novas atitudes e condicionamentos com a seca de 1877, isto é, modos de relacionamentos no espaço urbano, trabalhos em obras públicas, disciplina e caridade, “se incorporam ao arsenal de opções que o sertanejo tem à sua disposição dentro dos modelos sociais em que transita, transformando-se em experiências concretas de vida”<sup>156</sup>. Por outro lado, a experiência de migração não ocorreu apenas por terra para as famílias paraibanas e norte rio grandenses, muito menos restringidas ao território da província do Ceará. Nas secas de 1889 e 1904 teremos um deslocamento em massa desses sertanejos para outras áreas do país, ou seja, as regiões do extremo Norte e Sul. Nessa

<sup>154</sup> *Ilm.º Exm.º Sr. Presidente da Província. Palacio do Governo do Ceará, 17 de Dezembro de 1879. Fortaleza, em 21 de Abril de 1879, Estevão José Vieira.* BR APEC CSP, Fortaleza 1879-1889. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades Diversas, SP.

<sup>155</sup> JÚNIOR VIEIRA, Antonio Otaviano. *Op. Cit.* p. 50.

<sup>156</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Op. Cit.*, p. 51 e 53.

travessia, algumas hospedarias de imigração serão espaços que reunirão temporariamente as famílias de agricultores pobres, assim como suas vivências, essas, intrínsecas no processo de migração durante as secas do Norte.

### 3 UMA ESPERA PARA O ALHURES: RETIRANTES DO NORTE NAS HOSPEDARIAS DE EMIGRANTES DO CEARÁ E RIO DE JANEIRO (1889)

Quando se discute a temática da migração retirante nas grandes secas da região Norte na passagem do XIX, o viés de interpretação fatalista acaba adquirindo um papel importante nas narrativas históricas<sup>157</sup>. A própria seca torna-se o sujeito principal, que, responsável pela crise na lavoura de subsistência, faz com que os agricultores pobres deixem seus lares à procura de auxílios em outras terras, ofuscando os problemas sociais do mundo rural na formação do Brasil. Essa literatura retirou dos sertanejos (grupos humanos que habitam o interior dos territórios provinciais) sua condição de sujeitos, ou seja, atores sociais com ações, escolhas e projetos próprios dentro do emaranhado de relações humanas existentes no contexto de crise hídrica e estrutura agrária. Outro aspecto “ofuscado” na literatura sobre a migração sertaneja é a presença de retirantes das províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba, por exemplo. Poucos trabalhos abordam a experiência do deslocamento das famílias sertanejas nesses locais, chegando a crer que apenas os cearenses foram os principais a vivenciarem as grandes secas do oitocentos<sup>158</sup>. Ainda que a província/Estado do Ceará fosse a mais atingida pelo drama da estiagem – fome, doenças, morte, migração – durante décadas no século XIX e XX, não podemos deixar de compreender outras realidades, contextos com suas experiências e singularidades, além das relações de similitude com todas as áreas do semiárido, principalmente quando nossa perspectiva é uma história social dos debaixo. De tal modo, a questão do deslocamento durante a seca torna-se uma confluência de experiências, zonas de contato de várias famílias sertanejos da região Norte nesse *fin-de-siècle*.

Essas observações prévias – ações do sujeito, alteridade espacial e confluência de experiências (zonas de contato<sup>159</sup>) – são aspectos importantes para o desenvolvimento metodológico sobre o processo de migração retirante nesse contexto abordado. De um lado,

<sup>157</sup> GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Op. Cit.*

<sup>158</sup> Uma literatura que discute um pouco sobre as grandes secas e a migração sertaneja no Rio Grande do Norte e Pernambuco são BRITO, João Fernando Barreto de. *Colônia Agrícola Sinimbú: entre a regularidade do espaço projetado e os violentos confrontos do espaço vivido* (Rio Grande do Norte, 1850-1880). Natal, RN, Dissertação (mestrado), UFRN, PPGH, 2015. 189f. GREENFIELD, Gerald M. *O comportamento dos migrantes e as atitudes das elites durante a grande seca do Nordeste: 1877-1879*. Caderno de Estudos Sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Instituto de Pesquisas Sociais (Caderno de Estudos Sociais; vol. 5, nº2), 1989. MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *“A produção de Flagelo”: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915)*. 2013. 222 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2013. MEDEIROS FILHO, João, SOUZA, Itamar de. *Os degradados filhos da seca*. Uma análise sócio-política das secas do Nordeste. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

<sup>159</sup> PRATT, Marie Louises. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Editora EDUSC, 1999.

temos uma categoria importante para problematizar sobre o processo de migração concebido pelas forças governamentais aos homens em condição de mobilidade: os *territórios da espera*. Esses seriam dispositivos territoriais e administrativos, espaços liminares criados e desenvolvidos pelas classes dominantes para o acolhimento, controle, triagem e distribuição de grupos em situação de deslocamento como, por exemplo, os imigrantes europeus. Outrossim, será importante essa noção para analisarmos a condição de acomodação e alojamento das famílias retirantes a partir da política das Hospedarias de Imigração no Brasil<sup>160</sup>.

No primeiro capítulo, as habitações improvisadas – barracos, choupanas, etc. – pelos retirantes e comissionados foram alguns dos primeiros territórios da espera dos retirantes nas grandes cidades durante a seca de 1877. Nesses lugares enxergamos os desarranjos e organização familiar dos sertanejos como fatores do processo de travessia para alhures naquela grande seca. Entretanto, a migração como forma de agenciamento dos sertanejos pobres em tempos de calamidade revelará novas experiências de êxodo provisório nas secas do final dos oitocentos. Assim, as Hospedarias de Imigração foram parte dos novos cenários das lutas imediatas e lugares de passagens (e espera) que os retirantes do Rio Grande do Norte encontraram naquele momento.

Nesse diálogo o capítulo foi pensado também no olhar de uma *história social da espera*, isto é, “de uma história atenta ao que acontece nos momentos e lugares em que os homens em deslocamento esperam: por motivos técnicos, administrativos, políticos ou mesmo climáticos”<sup>161</sup>. Portanto, pensar intrinsecamente a migração de famílias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, as experiências em trânsito e os espaços criados provisoriamente na tentativa de organizar a multidão indigente para o trabalho e racionalização dos socorros, é iluminar a compreensão sobre as ações, estratégias e escolhas dos retirantes aliadas às políticas públicas de migração e ordenamento nas grandes secas. Sobre a emigração e introdução de cearenses em outras áreas nesse contexto, alguns apontamentos são relevantes.

Paulo Cesar Gonçalves discorreu que uma grande mobilidade de sertanejos do Ceará ocorreu para a região de São Paulo nos anos de secas de 1877, 1889 e 1900. Desde o desenvolvimento da cafeeira, essa região atraiu vários tipos de pessoas como fazendeiros

<sup>160</sup> VIDAL, Laurent. *Sociétés, mobilités déplacements: les territoires de l'attente*. *Revue Urbanisme*, Paris, n.384, p.87-90. mai.-jun. 2012. \_\_\_\_\_. *Cidades em espera, sociedades em espera no Brasil colonial: alguns desafios metodológicos*. In: Fridman, Fania; Abreu, Maurício (Org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. p.53-62. 2010.

<sup>161</sup> CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. *Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, p. 02. Disponível em: < <http://www.scielo.br/hcsm> >.

de Minas Gerais e Rio de Janeiro, homens livres pobres de todo país, além de escravizados transferidos compulsoriamente e libertos, todos, independentemente do lugar de origem, estão inclusos na matemática que quantificou essa migração, sendo que parte significativa dos que chegaram nos períodos de grande estiagem era composta também por sertanejos, “especialmente do Ceará”<sup>162</sup>. A grande aglomeração de retirantes nas cidades litorâneas, além das verbas acionadas para os socorros como alimentação, assistência médica e trabalhos nas obras públicas, foi fundamental às despesas para o abrigo, alimentação e transporte dos migrantes da região Norte para outros lugares pelo governo central. Assim o intercurso dos governos central e provincial/estadual na organização e financiamento dos movimentos migratórios dos sertanejos entrou como um conjunto de estratégias para o controle da multidão e sua conversão em mão de obra para outras regiões do país. Essas ações institucionais nos períodos de seca, contaram com dispositivos de recepção dos trabalhadores estrangeiros, as chamadas hospedarias de imigração, além dos elementos modernos como as ferrovias e frotas de vapores que serviram para incorporar as famílias retirantes na lavoura do Rio de Janeiro e São Paulo<sup>163</sup>.

A historiadora Viviane Lima Moraes estudou a migração de mão de obra de retirantes da província do Ceará para a região Sul do império, praticamente para a cafeicultura paulista nas grandes secas do final do século XIX. Nos anos de 1877-1879 a Inspetoria Geral de Terras e Colonização iniciou modificações na Hospedaria de Imigrantes para acomodar o fluxo contínuo de pessoas. Desse modo, a rota Sul de migração interna estava vinculada a projetos nacionais de seleção de trabalhadores que viria a substituir a mão de obra escravizada das lavouras do café na década de 1870. Assim, a província de São Paulo surgiu como uma das principais receptoras dos emigrantes nacionais. Os retirantes cearenses chegavam muitas vezes pelos portos de Santos e do Rio de Janeiro, mas também ocorriam rotas internas que eram estimuladas pelos chamados “agenciadores”. Esses sujeitos eram agentes contratados pelos latifundiários para arregimentar trabalhadores na Hospedaria de Imigração, portos da província e em outros lugares. Para a autora, essa prática foi fundamental para o sucesso da migração na cafeicultura paulista. Viviane Moraes também analisou uma segunda leva de emigração cearense no governo do presidente Caio Prado na seca de 1888-1889, no qual

<sup>162</sup> GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, p. 123-124.

<sup>163</sup> “Nos anos de 1878 e 1879, a precariedade marcou essa organização – especialmente em relações às condições de alojamento. Nos períodos posteriores (1888-1889 e 1900-1901), o governo paulista utilizou-se da estrutura destinada a receber e recrutar o grande número de imigrantes europeus para, conjuntamente, alojar e encaminhar à lavoura cafeeira os braços egressos do norte do país”. GONÇALVES, Paulo Cesar. *Op. Cit.* p. 177.

foram criadas políticas de migração na província do Ceará e uma Hospedaria de Imigração na cidade de Fortaleza<sup>164</sup>.

A historiadora Maria Verónica Secreto argumenta que no final do século XIX, para aliviar o horror que causava a classe dominante a presença dos retirantes esfarrapados, famintos, sujos e doentes, foi organizado um sistema de migração com passagens custeadas pelo Império. Os destinos ofertados para os sertanejos eram São Paulo, Pará, Maranhão e Amazonas, sendo os três últimos os mais procurados pelos retirantes. Também que não se tratou de uma “migração espontânea”, já que as passagens dos sertanejos foram pagas pelos Ministérios de Agricultura e do Império. Os que embarcaram para São Paulo, uma vez chegados ao porto de Santos, foram internalizados nas fazendas cafeeiras através de mecanismos montados para receber os trabalhadores imigrantes: “Hotel de Imigrantes, passagens da Estrada de Ferro, contratos antecipados”<sup>165</sup>. Para a historiadora, o medo da multidão de famintos foi o que levou a classe dominante do Ceará abrir as comportas do fluxo migratório nas secas de 1877 e 1889. À movimentação de retirantes à procura de assistência multiplicaram-se os conflitos e tensões na cidade de Fortaleza durante as secas de 1877 e 1889. A aglomeração de sertanejos pobres no espaço urbano à espera de uma solução rápida resulta em uma espécie de “negociação”<sup>166</sup> com os poderes públicos, pois é através da pressão, por meio da figura da multidão, que os retirantes conseguem negociar suas demandas imediatas, entre essas, as passagens de navios para o Norte e o Sul. Assim, a migração de nordestinos é um “fenômeno social recorrente na história do Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Não seria errado pensar no Ceará como provedora de trabalhadores”<sup>167</sup>.

Entretanto, ainda existe a interpretação sobre a migração apenas pelos fatores socioeconômicos e climáticos na segunda metade do oitocentos. Itamar de Souza e João Medeiros Filhos argumentam que a seca, aliada à estrutura agrária, “tem feito do agricultor pobre nordestino um agente de constante diáspora”. Mas essa migração para outras regiões acaba assumindo um papel “forçado” sobre os sujeitos, pois esta “emigração forçada, verdadeiro êxodo, se realiza em diversas etapas e, conforme a conjuntura local e nacional, ela

---

<sup>164</sup> MORAIS, Viviane L. *Razões e Destinos da Migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do Século XIX*. São Paulo: PUC/PPGHS/ Dissertação de Mestrado em História Social, 2003. \_\_\_\_\_ . *Agenciamento e agenciadores da emigração: a inserção dos trabalhadores cearenses na lavoura cafeeira (século XIX)*. História – Revista Eletrônica do Arquivo Público de São Paulo, nº 41, São Paulo, 2010.

<sup>165</sup> SECRETO, Maria Verónica. *Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do século XIX*. Trajetos. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003, p. 49.

<sup>166</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Op. Cit.*

<sup>167</sup> SECRETO, Maria Verónica. *Ceará, a fábrica de trabalhadores...*, p. 52.



toma rumos bem diferentes”<sup>168</sup>. Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux discorrem que os índices de migração para outros Estados e províncias registrados nos períodos de 1872-1890 e 1950-1960 não podem unicamente ser justificados pelas diferenças regionais de renda. Até aqui, válido o raciocínio. Entretanto, ponderam que, nesses casos, “um fator externo – ou seja, as rigorosas secas – agiu como um poderoso fator de pressão nessa região durante esses dois períodos”. Para os autores, o padrão de migração interna de 1872 a 1900 “está intimamente ligado ao desenvolvimento social, político e econômico do século dezenove no Brasil e deve ser discutido com relação aos problemas de escravidão, imigração, desenvolvimento da cultura do café no sul e exploração da borracha no Norte”. Assim, nesse contexto o Norte conheceu um “fluxo significativo de migração negativa de 1872 a 1890 devido aos desastrosos efeitos das rigorosas secas de 1877 a 1880. Evidentemente, a qualidade seletiva dos migrantes sob essas circunstâncias caiu consideravelmente”<sup>169</sup>. Todavia, o que é comum a esses autores é enxergar o fenômeno das secas apenas como um fator climático, externo a toda ordem social e das relações de poder estruturantes do mundo agrário da região Norte, além de não introduzir a ação, escolha e vontade humanas nos padrões da microanálise sobre a migração, no qual o viés de desenvolvimento social, político e econômico ainda está no altar de leitura acerca do fenômeno da mobilidade populacional dos sertanejos no oitocentos.

Na contracorrente pretendemos, a partir de um jogo de escala do macro e micro, enxergar as ações, escolhas e experiências das famílias retirantes da Paraíba e do Rio Grande do Norte no processo de migração para o Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro, ocorridas nos anos de 1889 e 1904, períodos de grandes secas no semiárido nordestino, numa interface com as políticas de controle social e deslocamento, organizadas pelo poder governamental<sup>170</sup>. Para analisar essa relação, as hospedarias de imigração foram espaços liminares que ofereceram a possibilidade de costurar e seguir as linhas das trajetórias de famílias sertanejas para o alhures. Entretanto, esses *territórios da espera*, ou melhor, dispositivos de internalização de imigrantes europeus, estavam mais presentes naquelas províncias/Estados, assim, nossa urdidura da travessia dos retirantes vestirá consideravelmente esses locais na passagem do XIX.

<sup>168</sup> MEDEIROS FILHO, João, SOUZA, Itamar de. *Os Degredados Filhos da Seca*. Uma análise sócio-política das secas do Nordeste. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 09 e 56.

<sup>169</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe, RENAUX, Maria Luiza. *Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes*. In: História da Vida Privada no Brasil. Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 18 e 23.

<sup>170</sup> Entendemos a migração como um processo de deslocamento que os fatores tempo e espaço são contíguos, variando de acordo com as ações, escolhas e condicionamentos que o emigrado está vivenciando. Portanto, lugares de passagem, fixação e espera são elementos importantes para analisar a experiência e narrativa da própria migração de homens, mulheres, velhos e crianças.

### 3.1 A Hospedaria Geral de Imigração de Fortaleza: entreposto da migração de sertanejos na seca de 1889

No dia 23 de março de 1889 na cidade do Príncipe (atual Caicó) muitas famílias de retirantes vindas do Catolé do Rocha (Paraíba) e outras da cidade de Imperatriz (atual Martins) atravessaram a cidade à procura dos brejos e litoral para escapar da seca<sup>171</sup> que durava mais de um ano nas províncias do Norte. Nesse contexto do final do Império, as grandes cidades litorâneas vão apresentar uma política pública de deslocamento dos retirantes para outras regiões do Brasil, lugares que demandavam braços, principalmente baratos, para a lavoura cafeeira e extração da borracha. Nessas ações administrativas, foram criadas hospedarias para imigrantes e uma rede de transporte subsidiado para milhares de sertanejos que procuravam os socorros públicos. Assim, a migração para outras províncias, de famílias do Rio Grande do Norte e da Paraíba, foi uma realidade na seca de 1889. Diferente do contexto de 1877, onde, dificilmente encontramos, embora não descartemos essa opção, vestígios de deslocamento para as regiões do extremo Norte e Sul, agora se fazem presentes esses locais no repertório de estratégias de deslocamento dos sertanejos. Entretanto, uma resposta a essa questão da migração está relacionada aos estudos das condições que a engendraram, das transformações destas mesmas condições e da convergência dessas transformações nesse tempo-espaço<sup>172</sup>, pois, assim, é possível uma compreensão dos arranjos encontrados nesse momento.

Nos caminhos e estradas que levam até a cidade de Mossoró e litoral do Rio Grande do Norte começa o êxodo das famílias sertanejas do alto sertão. Aquele ponto limítrofe com a província do Ceará manterá um considerado fluxo de retirantes ao longo da seca de 1889. As correspondências do interior publicadas pelos jornais desenham cenas que pareciam repetir o drama de 1877. “De todos os pontos do sertão, são pessimas as noticias que nos chegam, e de algum lugares sabemos que tem emigrado grande parte da população, procurando refugio nos pontos do agreste”, embora é forçoso escrever que “os indícios são todos, de que vamos atravessar uma quadra difícil e presenciar as mesmas scenas de horrores dos anos de 77 a 79 [...]”. Da cidade de Mossoró tem chegado avisos por telegramas da “câmara municipal,

---

<sup>171</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Retirantes”. *O Povo*. Seridó-Príncipe. Ano I, Nº 3, 1889, p. 03.

<sup>172</sup> Apropriamo-nos da abordagem acerca da imigração e do imigrante de Abdelmalek Sayad para analisar o processo e trajetórias da migração interna e condição de alteridade do retirante nortista nesse contexto. Consultar SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Muracho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 14-15.

vigário da freguesia e juiz de direito da comarca, mostrando a necessidade de socorros, para grande numero de emigrantes, que para ali tem affluído”<sup>173</sup>. As autoridades públicas mossoroenses são as primeiras a ressaltar o medo da multidão de sertanejos no espaço urbano naquele momento e a cobrarem medidas rápidas do governo quanto aos socorros. No dia 30 de janeiro de 1889 foi expedido pelo Ministério do Império ao presidente da província do Rio Grande do Norte, o Sr. Dr. José Marcelino de Rosa e Silva<sup>174</sup>, o seguinte aviso.

[...] De posse do officio n. 16 de 12 do corrente mez, que acompanha a cópia de um telegrama da mesma data, expedido a essa presidência pela Camara Municipal e commercio de Mossoró, representando sobre a urgente necessidade de socorrer os famintos que, flagelados pela secca, afluem para aquele porto, declaro a V. Exc. Que tendo ouvido os representantes da província do Ceará onde a calamidade tem assumido maiores proporções, ficou assentado como regra geral que não se dessem socorros em esmolas, mas em salários em obras de utilidade pública, e que só em ultimo caso os retirantes validos, que desejassem sahir para outras províncias prestassem os presidentes passagens gratuitas nos vapores das companhias costeiras ou nos que fossem destinados pelo governo geral a esse serviço. Como, porém, na actual emergência muito há que seceiar da aglomeração de grande numero de indivíduos em pontos pouco salutaes do litoral, que facilmente se converterão em focos epidêmicos, convem que V. Exc.<sup>a</sup> verifique se os retirantes existentes na referida cidade podem, sem inconvenientes, ser dirigidos para essa capital ou qualquer zona ainda não atingida pelo flagello onde o seu trabalho seja devidamente aproveitado. Se entretanto, convencer-se V. Exc.<sup>a</sup> da necessidade, para evitar maior mal, de facilitar a retirada para fora da província, autoriso-o a fazel-o, e nesta data ordeno, por telegrama ao presidente do Ceará providencie afim de que os vapores fretados para o transporte de retirantes daquela procedência e que tiveram calado para entrar nos portos de Mossoró e Natal, façam escala por essa província, tomando a seu bordo as pessoas que quizerem e estiverem menos casos de receber este socorro [...] Deus guarde a V. Exc.<sup>a</sup> A Ferreira Vianna<sup>175</sup>.

As estratégias dos governos central e provinciais sobre a aglomeração dos retirantes na cidade de Mossoró e demais região de fronteira eram duas: utilizar a mão de obra sertaneja válida nas obras públicas e transportá-los para outras áreas e províncias via vapores costeiros. Apesar da primeira representar a oportunidade de conversão dos agricultores pobres em

<sup>173</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Interior”. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LXV, nº 28, 1889, p. 03.

<sup>174</sup> José Marcelino de Rosa e Silva nasceu em Recife no dia 2 de junho de 1856, falecendo na mesma cidade em 1939. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1877. Ingressou no Partido Conservador nas décadas finais do Império. Por influência do seu partido, presidiu a província do Rio Grande do Norte entre 14 de outubro de 1888 a 14 de Maio de 1889. Site: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SILVA,%20Jos%C3%A9%20Marcelino%20da%20Rosa.pdf>>.

<sup>175</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Socorros a famintos”. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LXV, nº 37, 1889, p. 03.

trabalhadores nas obras de melhoramento material da província, ou seja, fixar esse sujeito por tempo determinado, a segunda revela-se uma política de migração e trabalho para as famílias sertanejas assumirem em outros lugares do Império. Essa estratégia faz com que o retirante do Norte assumia novos tipos de relações pensadas acerca do trabalho e introdução de estrangeiros no Brasil, a partir da segunda metade do XIX, pois ambos iriam vivenciar os mesmos dispositivos de internalização criados pelo governo, isto é, deslocamento através de navios e ferrovias, acolhimento por meio das hospedarias de imigração e contratos para serem inseridos nas lavouras e indústria da região Sul.

Mas a crise na lavoura e a falta de chuvas já vinha manifestando-se a partir de maio de 1888 nos sertões do Rio Grande do Norte, tendo ampliado seu quadro no primeiro semestre do corrente. O jornal da província *Gazeta de Natal*<sup>176</sup> publica as notícias de cartas do interior e litoral sobre a migração de famílias pobres e de fazendeiros com seus rebanhos de criação para outros locais mais arejados; “as fazendas sem água, os gados sem pastagem e a população mais pobre sem meio para sobreviver!”, a miséria de “centenas de famílias que começam a emigrar”, e criadores tratam de retirar os seus “gados, afim de salvarem maior prejuízo, atento o estado de magreza em que eles se acham”. Para Macaíba, Ceará-Mirim e outros pontos do litoral “já se têm retirado muitas famílias, que, na impossibilidade de continuar no sertão à falta de meios de subsistência, vem refugiar-se nesses lugares onde mais facilmente poderão encontrar algum refrigério”<sup>177</sup>. As autoridades de cidades como Macau, Mossoró e Caraúbas continuam remetendo cartas e notícias para o jornal sobre a situação da seca e o quadro que estava constituindo-se para o ano de 1889<sup>178</sup>.

[...] Alguns retirantes com famílias já vão chegando aqui, não falando de centenas de emigrantes que, tendo deixado suas famílias sequidão, procuram aqui o serviço nas salinas, e lá vão levar o pão aos infelizes famintos que os esperam na maior ansiedade, faça ideia!<sup>179</sup>

[...] A classe dos trabalhadores, agrícolas e criadores aglomeram-se sem achar uma ocupação, donde aufiram lucros, embora pequenos, mas que podessem ocorrer as instantes necessidades de suas famílias. Não tendo

<sup>176</sup> O *Gazeta de Natal* (1888-1890) publicava-se como órgão conservador, e defendia os ideais do partido ao lado do jornal *Correio de Natal*. Tinha como redatores Manuel Porphirio de Oliveira Santos e Antonio de Amorim Garcia. FERNANDES, Luiz. *Op. Cit.* 1908, p. 43-44.

<sup>177</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “A Secca”. *Gazeta de Natal*. Rio Grande do Norte. Ano I, nº 37, 1888, p. 01-02.

<sup>178</sup> O direcionamento de pressões políticas das vilas e cidades para à sede da Província em Natal sobre a seca, também ocorreu nos anos de 1877-1879. Essas questões serão abordadas nos capítulos seguintes, quando assuntos como a organização coletiva dos retirantes e as preocupações com a ordem e segurança pública na província serão pontos de destaques para algumas autoridades no Rio Grande do Norte.

<sup>179</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Macaú” In: *Gazeta do Natal*. Rio Grande do Norte. Ano I, nº 59, 1888, p. 02.

havido chuvas, nenhum meio de vida encontra o povo, que acossado pela fome procura as mattas em busca de alguma caça, macambira, xique-xique, carnaúba, etc; recurso triste de quem não tem outro para não deixar escapar a vida<sup>180</sup>.

Achamo-nos a braços com a calamidade da secca, sendo para notar que é agora que o mal começa a acentuar-se e a produzir todas as suas lamentáveis consequências! As cacimbas “toparam”, não houve legumes, os rebanhos definham, os gêneros alimentícios sobem de preço, e a febre, em sua marcha luctuosa, zomba da humanidade! A população desvalida está de olhos fixos no Exm. Sr. Presidente da província, único recurso que tem, e o verdadeiro arrimo para sua situação<sup>181</sup>.

A procura de ocupações em atividades extrativas do litoral, como as das salinas da região de Macau e Mossoró, a caça e a alimentação da flora nativa para a sobrevivência familiar, foram algumas das medidas protocoladas pelos retirantes que migraram do alto sertão, além de começarem a pôr “olhos fixos” sobre as ações esperadas do presidente da província acerca das medidas de auxílios à população. A imprensa cearense também noticiou o deslocamento de grupos do Rio Grande do Norte e Paraíba para seu território que, juntos com os agricultores pobres dessa província, iriam procurar a cidade de Fortaleza quando a situação se tornasse crítica, principalmente no primeiro semestre de 1889. A falta de inverno manifestou-se nas comarcas centrais do “Rio Grande do Norte e Parahyba, cujas populações ordinariamente correm para o Cariry como primeira estação do seu êxodo”, do qual resultam as grandes “ondas de emigrantes que dali vêm inundar a capital quando os recursos locais se extinguem, e que na crise actual, cedo já começam a mover-se”<sup>182</sup>. De telegramas de Fortaleza para a Corte, em meados de 1888, há notícia de que “habitantes da vizinha província do Rio Grande do Norte, assolados pela secca, começam a emigrar para aqui, tendo alguns deles chegado à capital destituídos de recursos”<sup>183</sup>. A migração de sertanejos das províncias vizinhas do Ceará não era apenas feita via litoral e portos das cidades de Macau, Mossoró e Natal, mas seu percurso ainda aglutinava uma estratégia de rastrear o agreste e áreas serranas onde, escassos os meios de autonomia do trabalho da terra, continuavam suas trajetórias muitas vezes para os centros urbanos.

<sup>180</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Mossoró” In: *Gazeta do Natal*. Rio Grande do Norte. Ano I, nº 84, 1888, p. 03.

<sup>181</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Caraúbas” In: *Gazeta do Natal*. Rio Grande do Norte. Ano I, nº 95, 1888, p.01.

<sup>182</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Pedro II*. Ceará. Ano 48, nº 47, 1888, p. 01.

<sup>183</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XIV, nº 152, 1888, p. 02.

A cidade de Fortaleza foi um dos principais pontos do litoral escolhidos pelos retirantes nortistas para buscar auxílio do governo nessa última grande seca no final do Império. A província conseguiu, no nível das relações de poder político-econômico, reunir condições financeiras e estratégicas para criar uma hospedaria de imigração que receberia milhares de famílias do Ceará e algumas do Rio Grande do Norte. No relatório do Ministro do Império, Antônio Ferreira Vianna<sup>184</sup>, encontra-se referência à organização do estabelecimento pelo governo da província do Ceará, em 17 de abril do corrente.

[...] Para acudir eficazmente as exigências deste delicado e difícil trabalho, foi fundado a Hospedaria Geral de Imigração, destinado a alojar e manter, até o momento do embarque, os que sem meios de subsistência na província tinham de abandonar-a para ir buscar a vida e o conforto em outros lugares menos infelizes, onde a existência lhes pudesse correr mais doce e mais fácil. A hospedaria foi estabelecida de acordo com as múltiplas necessidades do serviço, a que se destinava, tendo-se em vista, tanto quanto permitiu a urgência das circunstâncias, a possível comodidade, hygiene e conforto das numerosas famílias indigentes que a ella vinham recolher-se. A direção do estabelecimento foi confiada ao capitão Manoel Thomé Cordeiro, do 11º batalhão de infantaria, oficial da melhor nota, sendo este auxiliado, nas árduas obrigações a seu cargo, por funcionários em numero estritamente necessário ao serviço. Para acolhimento, alistamento, e embarque dos emigrantes foram expedidas instrucções, de acordo com as exigências de tão difícil trabalho e com a máxima economia dos dinheiros do Estado, instrucções que, antes de tudo, colocavam o emigrante cearense acima da condição do mendigo vagabundo, dando-lhe o caracter de trabalhador deslocado por circunstancias superiores.<sup>185</sup>

A Hospedaria Geral de Imigração de Fortaleza procurava seguir o modelo até então feito pelos outros estabelecimentos de imigrantes, como o das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. A criação desses territórios da espera possuía uma linguagem espacial, funcional e universal que buscava a qualificação dos corpos dos novos trabalhadores, pois eram concebidos para o acolhimento, registro, filtração e, por último, distribuição da mão de obra eficiente, seja nacional ou estrangeira<sup>186</sup>. Na hospedaria de Fortaleza os retirantes chegavam de vários pontos do interior do Ceará e também do Rio Grande do Norte; lá eram submetidos a exames físicos, refeições e aposentos, esperando os vapores com destino às províncias do

<sup>184</sup> Antônio Ferreira Viana (1833-1903) foi um magistrado, jornalista e político brasileiro. Assumiu cargos na política como deputado, presidente de municipalidade, ministro da justiça e do império. Consultar PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens illustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

<sup>185</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatório apresentado a assemblea geral legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do império Antonio Leoncio Vianna*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1889, p. 102.

<sup>186</sup> Para uma literatura que aborda a criação das hospedarias e sua relação com os imigrantes no Brasil, ARRUDA, José Jobson de. ET al. *De Colonos a Imigrantes*. I(E)migração portuguesa para o Brasil. São Paulo: Alameda, 2013, 602p. MATOS, Maria Izilda S. de. et al. *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru/SP: Edusc, 2008.

Norte e Centro-Sul. A Hospedaria iniciou suas atividades em janeiro, no espaço do Asilo de Mendicidade<sup>187</sup>, indo até o final de abril de 1889 quando foi transferida para um prédio mais espaçoso na Praça Fernandes Vieira<sup>188</sup>, e para melhorar o serviço sanitário foi contratado o Dr. Pedro Augusto Borges<sup>189</sup>. A Santa Casa de Misericórdia assumiu a responsabilidade de hospitalizar e fornecer medicamentos aos retirantes enfermos que chegavam na Hospedaria Geral de Imigração durante o primeiro semestre de 1889 na cidade de Fortaleza. Na sessão ordinária do dia 17 de janeiro encontra-se referência à administração sobre os sertanejos vindos da hospedaria para a Santa Casa.

Presentes os Srs. Vice-Provedor Barão d'Aratanha, Procurador Geral dr. Virgílio de Moraes e mordomos – Manoel Theophilo, Capitão Paulino Barroso, Monsenhor José Albano, José Candido e Joaquim Feijó, havendo numero, abre-se a sessão. [...] Um officio, nº 264, datado de hoje, pelo qual S. Exc. o sr. Presidente da Província recomenda, para conveniente regularidade do serviço de escripturação na hospedaria geral de emigração, se providenciou no sentido de ser a presidência informada da alta ou óbito, que tenham nos hospitais desta Santa Caza os emigrantes que para as respectivas enfermarias forem remetidos, procedentes da referida hospedaria inteirada. Outro officio, nº 226, também de hoje datado, pelo o mesmo Exm. Presidente da província faz sciente que, conforme foi estabelecido verbalmente entre S. Exc. e o sr. Vice Provedor por parte da Santa Casa, fica arbitrada em 800 réis diários a subvenção para tratamento dos emigrantes que, de ordem do medico da hospedaria de emigração, baixarem os hospitais de misericórdia, por cujo conta correção os medicamentos precisos, que igualmente se fará fornecer a requisição do medico respectivo medicamentos que se tornarem necessários na mesma hospedaria, sendo os seus preços regulados pelos da tabela por que são ministrados às praças do exercito, recommendando por essa ocasião que se faça organizar contas semanaes das despesas effectuadas, não só com tratamento, mas também

<sup>187</sup> No dia 22 de setembro de 1877 o presidente da província do Ceará, Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, recebeu um donativo de 10 mil réis, e alguns terrenos em frente para as ruas do Colégio das Órfãs, Leopoldina, Solidade e Aurora, pelo Barão de Ibiapaba, que desejava naquele momento de seca, abrigar os retirantes e classes desfavorecidas, a construção de um Asilo de Mendicidade. Os serviços tiveram início com a força de trabalho dos próprios retirantes, mas o prédio foi apenas concluído em 1889, e logo depois, através do jogo político das elites locais, tornou-se a Escola Militar de Fortaleza. Ver, BEZERRA DE MENEZES, Antônio. Descrição da cidade de Fortaleza. *Introdução e notas de Raimundo Girão*. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

<sup>188</sup> A praça Fernandes Vieira localizava-se no bairro Jacarecanga, entre a Ruas Guilherme Rocha, Oto de Alencar e Avenida Philomeno Gomes. Em 1881 era chamada por praça Jacarecanga, mas no mesmo ano, por proposta do vereador Joaquim Nogueira, em homenagem ao Dr. Miguel Fernandes Vieira (bacharel, senador, jornalista e 1º chefe de Polícia do Ceará), passa a se chamar de Praça Senador Fernandes Vieira. Em 1960 o logradouro teve uma mudança de nome pela prefeitura municipal, sendo chamada agora de Praça Gustavo Barroso. Consultar CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1990.

<sup>189</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta do Norte*. Fortaleza. Ano IX, nº 100, 1889, p. 01.

com o fornecimento dos medicamentos, remetendo-as a presidência para mandar satisfazer-as pela Thesouraria de Fazenda – Inteirada<sup>190</sup>.

A Hospedaria foi criada na presidência de Antônio Caio da Silva Prado (1853-1889) no Ceará. Nascido em São Paulo em uma família abastada e conservadora da região, estudou engenharia na França e logo depois formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Era irmão do Ministro da Agricultura Antônio Prado. Ele assumiu a província do Ceará no dia 21 de abril de 1888. A imprensa local, inclusive o jornal *O Cearense*, começa uma oposição ao seu governo, principalmente pelas dificuldades políticas encontradas como, por exemplo, a entrega de postos oficiais do governo a correligionários e a chegada dos problemas sociais decorrentes da seca de 1888 na cidade de Fortaleza. Sobre a estiagem, as verbas dos socorros públicos aos retirantes e classes desfavorecidas desenvolveram-se através de trabalhos de açudagem, como na cidade de Quixadá, prolongação de estradas de ferro em Baturité, e uma política de migração em massa para outras províncias do Império. Essa última foi o escopo principal de seus opositores no atual governo. O jornal *Cearense*, órgão liberal da província, irá fazer vários ataques à criação da hospedaria, alegando que sua funcionalidade servia a interesses pessoais do presidente que enfocava na migração para a região Centro-Sul, nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A imprensa de situação, como a *Constituição e Pedro II*, ao contrário dos jornais liberais da capital, produzirá matérias defendendo a migração como último recurso, infelizmente necessário contra a seca, e que a região Sul do Brasil estava oferecendo maiores oportunidades de trabalho e condições no processo de deslocamento enquanto introdução dos sertanejos do Ceará. A matéria “A emigração para o Sul” discorre alguns desses argumentos daquele momento.

A abundancia de recursos naturaes que se encontram nas províncias do Pará e Amazonas, onde muitos conseguiram fazer fortuna n'outros tempos, começa a escassear progressivamente e temos um exemplo bastante expressos nas difficuldades com que o commercio está lutando actualmente ali. E não ha outro trabalho além da indústria extractiva, que, como se sabe, está em constante oscilação de baixas que se não podem prever. Junte-se a tudo isso as intempéries do clima e ver-se-á que a leva de retirantes para o norte é um erro administrativo que cabe a imprensa combater com toda a vehemencia. Dar-se-á o mesmo no sul? (...) A imigração cearense dispõe das mesmas vantagens que o governo concede aos estrangeiros, e a contar no Rio de Janeiro, onde se tem estabelecido casas de hospedagens para os emigrantes, começam eles a fruir regalias que não encontram no Pará. (...) Voltem ou não voltem, é preferível conservál-os, embora domiciliados por

---

<sup>190</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta do Norte*. Fortaleza. Ano IX, nº 25, 1889, p. 02.



toda a vida, onde tenham meios de subsistência, a expol-os aos perigos de climas perpetuamente saturados de epidemias fataes<sup>191</sup>.

A desqualificação do processo de inserção nas províncias do Amazonas e Pará, através dos fatores clima, crise econômica e industrial, era uma estratégia do governo de Caio Prado para combater seus opositores naquela seca. A propaganda positiva sobre a migração para o Sul era mostrar as vantagens que os cearenses teriam em dispor dos mesmos dispositivos governamentais de internalização dos emigrantes chegados ao Brasil. A imprensa conservadora culpava também as paixões e sentimentalismo “patriótico” que os grupos liberais estavam utilizando para sensibilizar seus (e)leitores no processo de desterro de seus patrícios. A corrente emigratória dos cearenses

[...] para as províncias do Sul, é uma medida que nos parece digna de acurado estudo, por parte da imprensa desta capital, sob o ponto de vista mais desinteressado e criterioso que se pode conceber [...]. Deixando de parte todo o sentimentalismo patriótico, que as vezes degenera em culposo egoísmo, é mister encarar com máxima impossibilidade, com frieza de animo inquebrantável, esse êxodo a que somos rigorosamente forçados de tempos a tempos por um capricho cruel da natureza. [...] Declarar contra esse ou aquelle acto do poder publico que tenha por objeto o interesse popular, sem consultar a razão e a justiça, não é certamente elevar a argumentação ao ponto de seriedade em que é necessário colocar todas as discussões graves<sup>192</sup>.

O jornal *Constituição*<sup>193</sup> mostrava-se como o baluarte da ação e propaganda da migração direcionada ao Sul do Império nesta seca de 1888-9 no governo de Caio Prado, tendo seu rival na figura do órgão liberal *Cearense*, contrário à política de migração do governo central e provincial. Essa disputa corresponde mais aos arranjos da esfera política, partidária e ideológica que esses grupos estavam vivenciando para conseguir entrar ou manter-se no poder do que a uma preocupação de fato com o destino dos sertanejos que migraram sob aquelas condições. Ana Carla Fernandes discorre que os espaços de luta dos jornais como *Cearense*, *Pedro II* e a *Constituição* para produzir seus (e)leitores foi mediada por sentimentos partidários, planos de governo e contendas entre liberais e conservadores,

<sup>191</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Constituição*. Fortaleza. Ano XXVI, nº 8, 1889, p.02.

<sup>192</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Constituição*. Fortaleza. Ano XXVI, nº 8, 1889, p.02.

<sup>193</sup> Jornal ligado ao partido conservador, foi fundado em 1872 num período de crescente economia da cotonicultura no Ceará. Criado em formato simples, foi mudando para *standard*. Era impresso na Tipografia Industrial com uma periodicidade diária, tendo quatro páginas e um editorial básico, com pequenos e esporádicos artigos, anúncios e notícias.

deixando a grande parte da população de fora ou como peça no tabuleiro do jogo representativo. As ações liberais

[...]passaram a ser impressas de forma mais contundente, a partir da segunda metade do século XIX, apoiadas na “necessidade” de aformosear a cidade, de manter os corpos sadios em ruas limpas, de vigiar e regenerar a sociedade, de vislumbrar o progresso e a civilização “iminente”, não em favor da maioria necessitada, mas da minoria de bacharéis interessados nos cargos públicos, distribuídos conforme os resultados das eleições para presidentes da província cearense, disputas entre representantes liberais e conservadores<sup>194</sup>.

Tendo em vista tanto as intenções político-econômicas dos opositores quanto as da posição do governo acerca da migração dos retirantes, o jornal *Cearense* publicará matérias alegando que os sertanejos preferem migrar para a região Norte, e que o tratamento da Hospedaria Geral de Emigração não correspondia à propaganda do presidente Caio Prado nos jornais.

Continuamos a combater a emigração forçada para o Sul convecidos, como estamos, de que a única que nos convem é a que se dirige para o Norte. É compadecidos da sorte daquelles que victimas da fome veem-se obrigados a sujeitar-se a inqualificável imposição de um governo sem confiança, sem critério, sem justiça; de um governo que sem respeitar a constituição e mais leis do Império tolhe a própria liberdade individual, não cumprimos mais que o dever que nos impõe a dignidade de cearense. Lendo o *Diario official* de 20 de Dezembro do anno passado, encontramos um telegrama expedido daqui, pelo Sr. Caio, a 19 do mesmo mez, que termina nestes termos: “continua a affluencia de imigrantes, já procuram de preferencia os portos do Sul” É horroroso! O sr. Caio não perde mais o desgraçado vezo de adulterar os factos!<sup>195</sup>

O jornal descreve que a migração estava sendo forçada para a região Sul pelo governo e que os sertanejos não tinham o direito de liberdade individual garantidos na Constituição imperial, além do próprio presidente estar adulterando os fatos ocorridos nos documentos oficiais. Contrárias às saídas dos sertanejos para o Sul, as elites agrárias, ou parte delas, temiam pela perda definitiva dos trabalhadores. Elas contavam com a esperança de “retorno dos cearenses que partiam para o norte do país, pois haveria então já se estabelecido com essa

<sup>194</sup> FERNANDES, Ana Carla S. *Imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição da segunda metade do século XIX*. 2004, 206f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História. Fortaleza, 2004, p. 44.

<sup>195</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Cearense*. Fortaleza. Ano XLIII. Nº 12, 1889, p. 01.

região uma rede de contatos que facilitaria em tese o retorno dos trabalhadores após a seca”. Diferentemente para o Sul, que acreditavam, “representar o fim de qualquer esperança de retorno”<sup>196</sup>.

As disputas entre as regiões Norte e Sul acerca do destino da migração estavam estampadas nos jornais e círculos políticos naquele período. O Sul, mais especificamente o trabalho na lavoura cafeeira, aparecia no imaginário de alguns grupos como uma oportunidade de “escravização” dos retirantes que migrassem para aquela região, através dos rigores do trabalho braçal que iriam encontrar, feitos ainda pela mão de obra escravizada, além dos problemas do clima e a distância para sua terra natal. Esse medo da migração para o Sul também apareceu na imprensa provincial durante a seca de 1877, a “lavoura do café está entregue exclusivamente ao trabalho machinal de escravos, muitos desses infelizes vindos daqui”. É um trabalho pesadíssimo; “e até direi, cruel, ora os emigrantes que não se quiserem prestar a isso em que irão se empregar? E depois, a distancia, e diferença de clima, as enfermidades e o mais que devo calar?”<sup>197</sup>. Por outro lado, nessa disputa havia a questão dos agenciadores na cidade de Fortaleza que organizavam trabalhadores para a região do extremo Norte do Império. O romance *Aldeota* de Jader de Carvalho (1963) apresenta essa questão através da personagem “Chicô”, que migrou com sua esposa para o Amazonas devido ao sonho de prosperidade pela borracha e pela situação das secas no Ceará<sup>198</sup>. Portanto, existia uma rede de pessoas que arregimentava trabalhadores para os serviços da extração da borracha e colônias agrícolas como de povoamento no extremo Norte<sup>199</sup>, mas devemos considerar nessas implicações entre quais rotas tomar a importância dos migrantes enquanto “participes na conformação dos deslocamentos”, considerando-se também as “implicações de suas ações, em diálogo com a variedade de outros fatores conjugados na trama das travessias”.<sup>200</sup> Portanto, mesmo com uma forte propaganda do presidente da província para as rotas do Sul, considerável número de retirantes vai escolher o caminho oposto.

A exposição das práticas do governo de Caio Prado não se encerra pelo órgão liberal de imprensa. Na mesma matéria o jornal descreve uma cena de embarque dos retirantes da Hospedaria Geral de Emigração no vapor americano *Finance* no porto da cidade de Fortaleza.

<sup>196</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Op. Cit.* p. 115.

<sup>197</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Emigração para São Paulo. In: *Cearense*. 16/12/1877, p. 03.

<sup>198</sup> CARVALHO, Jader. *Aldeota*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. 1ª Edição data de 1963.

<sup>199</sup> Consultar o texto de CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem Sina, Nem Acaso: a tessitura das migrações entre a província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Fortaleza/Ceará, 2011. 244fls. Dissertação (Mestrado) – UFC, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2011.

<sup>200</sup> CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem Sina, Nem Acaso: a tessitura das migrações entre a província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*, p. 72.

A descrição do estado físico das famílias sertanejas e sua condição de embarque contradizem com as regalias e tratamentos que os mesmos receberiam caso estrangeiros europeus, apontadas anteriormente pelo jornal a *Constituição*.

[...] Para provar que os emigrantes não preferem o Sul e que, ao contrário, querem todos seguir para o Norte vamos descrever uma scena de embarque, passada, há bem poucos dias, em nosso porto e que comoveu aos mais duros corações. [...] Eram mais ou menos 5½ horas da tarde, e o vapor *Finance*, da companhia americana, largado o ferro em nosso porto, balouçava-se nas inquietas ondas. Vinha buscar nossos míseros irmãos para atiral-os nas fazendas do Sul. [...] *No asylo onde estavam guardados os proscroptos da miséria anunciou-se a chagada do vapor! As victimas foram dispostas em filas para seguir, immediatamente, caminho do desterro! [...] e uma onde de infelizes, triste, silenciosa, escoltada por soldados, qual os condemnados de Fernando, descia do asylo à praia! [...] Os homens pálidos, sucumbidos, não preferiam palavra; as mulheres, desalinhados os cabelos, traziam ao collo as criancinhas; e as donzelas, rubras as faces de pudor, seminuas, com alguns trapos apenas para impedir a inteira nudez, deixavam antever as formas correctas onde a natureza esculpia a perfeição!!!* E caminhava o horroroso cortejo de miséria! E caminhava sempre! Depois chegaram ao ponto do embarque, onde as lanchas que os deviam transportar para a bordo os esperavam já. [...] *Deu-se começo do embarque! Foram mettidos numa das lanchas, cerca de 200 pessoas – a lotação estava completa! A voz terrível – larga! – um estremecimento geral correu por todos os infelizes, ia-se consumir o sacrifício, ima deixar a pátria querida, talvez para nunca mais vel-a! Foi nesse momento angustioso que uma pobre mulher, que trazia conchegado ao coração um embrulho, desvendando-o, deixou aparecer clara e vivamente uma imagem da virgem. E ajoelhando-se ante a santa Imagem, com os braços estendidos para a terra, proferiu uma prece! [...] As lagrimas até então secas naqueles sombrios olhares jorraram espontâneas em quase todas as physinomias, e a imagem da virgem, no tumular silencioso, passou de mãos em mãos! [...]*<sup>201</sup>. (grifos nossos).

As formas de inserção do retirante nos mesmos dispositivos de internalização dos trabalhadores europeus a partir das hospedarias de emigração do governo imperial eram realidades “semelhantes” à da cidade de Fortaleza, porém, possuíam suas diferenças, se comparadas a outras províncias do Sul. Primeiro que os grupos oligárquicos locais não investiram e nem tinham capital para fomentar uma política migratória regular de patricios e estrangeiros; e segundo que a concentração de propriedade, ou melhor, escassez de terra, compensava ao fazendeiro, que segurava uma mão de obra barata de agricultores pobres trabalhando em suas terras ociosas, mesmo que de forma sazonal. Peter Eisenberg, por exemplo, analisou a inabilidade da província de Pernambuco para atrair imigrantes e fixá-los

---

<sup>201</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Cearense*. Fortaleza. Ano XLIII, nº 12, 1889, p. 01.

na agricultura na segunda metade do XIX, por três vias de fatores de relevância desigual, que eram o “clima, escassez de terras e prosperidade relativa”. Assim, os níveis diferentes de prosperidade entre Pernambuco e São Paulo contribuíram mais do que quaisquer outros fatores para que “a imigração europeia no Brasil se concentrasse no Centro-Sul. [...] A recusa dos senhores de engenho do Norte em agir da mesma maneira foi provavelmente resultado de considerações como a pouca acumulação de capital e o tamanho do mercado local”<sup>202</sup>. Mas também apontou que

[...] os imigrantes estrangeiros talvez não fossem os incrementos mais importantes para a população paulista. [...] Milhares de brasileiros deixaram o Nordeste e outras regiões periféricas para procurar sua fortuna no Centro-Sul, e esses tipos agressivos e flexíveis também devem ter desempenhado papéis essenciais no processo de industrialização. Tanto imigrantes europeus quanto migrantes nativos constituíram investimentos importantes de capital humano no Centro-Sul. A ausência de movimentos iguais para o Nordeste resultou da estagnação da indústria açucareira e ajuda a entender como e por que essa região ficou atrás quando o Brasil entrou no século XX<sup>203</sup>.

A observação de Peter Eisenberg acerca dos olhares de latifundiários paulistas sobre o braço do trabalhador nacional ao desenvolvimento industrial da região Centro-Sul era um atenuante presente nesse processo de migração, seja ela espontânea ou subsidiada, no segundo quartel do XIX e início do XX. Algo que podemos enxergar também em grupos políticos da província do Ceará e do Ministério da Agricultura, nesse contexto da seca de 1888/1889. Todavia, o autor, discutindo acerca do trabalhador livre na mentalidade dos fazendeiros dos Congressos Agrícolas de 1878, enxergava neles uma importante mão de obra para a grande lavoura de exportação, apesar da concordância a respeito de sua ociosidade e da falta de braços existente no Centro-Sul. Enquanto na Zona da Mata e as regiões dos engenhos a sazonalidade do trabalhador sertanejo era o fator de entrave para a economia, principalmente pelo difícil período de perdas de posição nos mercados internacionais do açúcar e do algodão, a partir de 1870<sup>204</sup>. Entretanto, todos os latifundiários sabiam da relevância de buscar estratégias para a passagem do trabalho cativo para o livre, mesmo existindo-se as diferenças políticas e regionais, portanto, a questão da “mão-de-obra e das relações de trabalho, as

---

<sup>202</sup> EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil. Séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora UNICAMP, 1989, p. 73.

<sup>203</sup> EISENBERG, Peter. *Op. Cit.* 1989, p. 74-75.

<sup>204</sup> Ver os capítulos *A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878* e *A questão da mão-de-obra nos Congressos Agrícolas de 1878* em: EISENBERG, Peter. *Op. Cit.* 1989.

opiniões de proprietários no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista, assim como na zona cafeeira do Sul e na zona açucareira no Nordeste, tendiam a coincidir”<sup>205</sup>.

O empenho da política de migração do presidente Caio Prado com certeza estava relacionado ao seu irmão, Antônio da Silva Prado (1840-1929). Antônio Prado era Ministro da Agricultura e reconhecido pela sua trajetória política em prol da imigração estrangeira, desenvolvimento da lavoura cafeeira e industrialização na província de São Paulo. Ele fora deputado na legislatura de 1886-1889, e ainda no posto de Ministro da Agricultura, em dois de julho, ao lado de seu outro irmão, Martinho da Silva Prado Júnior (1843-1906), e de grandes fazendeiros paulistas, criou a Sociedade Promotora de Imigração, amparada na lei provincial de 28 de outubro de 1885. No ano de 1887, representando a mesma entidade, seu irmão embarcou para a Itália para resolver questões referentes a emigração de trabalhadores italianos do porto de Gênova para São Paulo, e nesse mesmo período foi criado pelo poder provincial a Hospedaria de Imigrantes<sup>206</sup>. Quando vemos os esforços do presidente Caio Prado ao implantar a Hospedaria Geral de Emigração na província do Ceará, a partir de sua perspectiva político-familiar, não é estranho encontrar em seu governo incentivos e orientações dos irmãos paulistas na tentativa de redirecionar a força de trabalho dos sertanejos do Norte para a região Centro-Sul, ou até mesmo pensar a migração como dispositivo de combate à seca.

Nessa dialética de práticas e discursos contra ou a favor da Hospedaria de Emigração na cidade de Fortaleza, as famílias retirantes não deixariam de procurar por esse recurso na capital cearense durante a seca de 1889 e, mesmo que o fluxo condicionado fosse para a região Sul do Império, muitos acabaram optando por seguirem para a região Norte. Um dos rizomas dessa travessia era a cidade de Mossoró. O administrador da mesa de rendas, Francisco Gurgel de Oliveira, foi o responsável pela lista das famílias retirantes que embarcaram através das verbas dos socorros públicos com destino à capital cearense e demais regiões do Império. Nos ofícios remetidos ao presidente da província do Ceará encontra-se referência da quantidade de passageiros e o destino escolhido pelos mesmos no primeiro semestre de 1889.

Tenho a honra de remeter incluso a V. Ex.<sup>a</sup> a lista [sic] dos emigrantes indigentes que *seguem para o Pará e Amazonas* conforme nos determinou o Exmo. Presidente desta Província. Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Illm. Exmo. Sr. Dr. Antonio Caio da Silva Prado. M. D. Presidente da Provincia do Ceará. [...]

<sup>205</sup> EISENBERG, Peter. *Op. Cit.* 1989, p. 181.

<sup>206</sup> RIBEIRO, Antônio Sérgio. *Antônio Prado*. In. CPDOC. Fgv.br.

Barra de Mossoró 14 de Maio de 1889 – 271 filhos, 40 crianças, total com adultos 488 passageiros<sup>207</sup>.

Tenho a honra de remeter incluso a V. Ex.<sup>a</sup> a lista constante dos indigentes em numero de 346 que seguem no vapor “Pirapama” *com destino a diversas províncias* conforme me ordenou o Exmo. Presidente desta Província. Deus Guarde a V. Exa. Ilm.<sup>o</sup>. Exm. Sr. Conselheiro Americo Millitão de Freitas Guimarães[...] Barra de Mossoró 31 de Maio de 1889, Francisco Gurgel. 200 filhos, 27 crianças, total todos= 346<sup>208</sup>.

Tenho a honra de remeter a V. Ex.<sup>a</sup> a inclusa lista dos indigentes em numero de 265, inclusive 18 crianças que seguem no vapor Jaguaribe *com destino as províncias do Norte*, conforme me ordenou o Exmo. Presidente desta Província. [...] 139 filhos, 18 crianças, total de passageiros=265<sup>209</sup>.

Percebemos nos ofícios como os presidentes da província do Ceará e Rio Grande do Norte estavam mantendo relações políticas sobre a questão da migração de retirantes na cidade de Mossoró para outros portos da região Norte, como Amazonas e Pará. Assim, o deslocamento orquestrado pela governabilidade, por meio de vapores fretados, era uma forma de controle e ordenamento dos “indesejáveis” apinhados nas cidades próximas do litoral, como Mossoró e Macau. Nesta última, no dia 13 de maio, seguindo as ordens do presidente da província do Rio Grande do Norte, também embarcaram no vapor “Jaguaribe com destino ao Ceará 51 emigrantes”. O embarque foi feito pelo “Dr. Barata, juiz de Direito da Comarca, [...] conduzido o ilustrado magistrado com o maior zelo e paciência em tão árdua e penosa comissão”. Remetidos ao presidente do Ceará, vão “ali os nossos desterrados indicar a província que escolhem para escapar a morte pela fome! Triste contingência”<sup>210</sup>.

Como não havia uma estrutura governamental “sistematizada” para a política de migração no Rio Grande do Norte, muitas famílias retirantes acabavam seguindo para a província do Ceará, pois lá se concentravam esses dispositivos na figura da hospedaria e das companhias marítimas, prontas para receberem e levarem os sertanejos para alhures. Entretanto, frisamos que o deslocamento subsidiado era uma das estratégias das famílias retirantes nessa seca de 1889, que ainda contavam também com outros recursos, inclusive, os caminhos e estradas de ligação dos sertões do Norte. A Hospedaria de Imigração em Fortaleza era um território e lugar de espera para os retirantes, um ponto importante na decisão de

<sup>207</sup> *Mesa de Rendas Provinciaes de Mossoró 14 de Maio de 1889*. FUNDO: Governo da Província do Ceará. Grupo: Hospedaria Geral de Emigração. Série: Relação de Emigrantes Subsérie relação de embarque com destino ao Sul, Norte e do interior para a capital. 1888-1889. Local: Fortaleza, Camocim, Manduá, Acaraú, Aracati e Mossoró. Caixa 02.

<sup>208</sup> *Mesa de Rendas Provinciaes de Mossoró 31 de maio de 1889*. Op. Cit. 1889.

<sup>209</sup> *Mesa de Rendas Provinciaes de Mossoró 12 de junho de 1889*. Op. Cit. 1889.

<sup>210</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “*Emigrantes Embarcados*”. O Macauense. Ano 3, nº 48, 1889, p. 03.

embarcarem para a região Sul ou Norte e, como estamos percebendo nas fontes, apesar de todo o esforço da política de migração para o Centro-Sul, a maioria dos sertanejos estava escolhendo o extremo Norte.

Também podemos observar um pouco da estrutura familiar sertaneja e de seus rearranjos quando embarcaram nos vapores do Rio Grande do Norte para a cidade de Fortaleza, esses mistos de adultos, solteiros, viúvo(a)s, órfãos, filho(a)s, crianças pequenas e parentes consanguíneos. Na lista de passageiros da Barra de Mossoró do dia 17 de abril, os agenciamentos familiares são diversos como o do retirante “Antonio de Gois Nogueira, casado, conduzindo uma netta e um sobrinho”, num total de quatro pessoas com destino ao Amazonas. Também seguiu para essa província “Antonio Felipe de Oliveira, solteiro, conduzindo 4 irmãos órfãos”, num total de cinco, ou até o exemplo de “Benvindo e Thereza, menores”<sup>211</sup> que seguiam sozinhos para o Pará. A responsabilidade com parentes consanguíneos, afetiva ou legalmente, era uma forma de manter certa unidade familiar sertaneja. Uma dependência recíproca que traduzir-se-ia em relações de apoio mútuo e cooperação, muito úteis nos novos espaços vivenciados no processo de emigração. A seguir temos um quadro do número de casados, solteiros e viúvos dos 163 passageiros do vapor *Jaguaribe*.

Quadro 9 - Estado civil dos retirantes naturais do Rio Grande do Norte

<i>CASADOS</i>	<i>SOLTEIROS</i>	<i>VIÚVO(A)S</i>
29	21	05

Fonte: Quadro construído pela “Lista dos Indigentes que seguem para o Ceará por conta do Governo no vapor *Jaguaribe*”. *Mesa de Rendias Provincias de Mossoró 14 de Maio de 1889*. FUNDO: Governo da Província do Ceará. Grupo: Hospedaria Geral de Emigração. Série: Relação de Emigrantes Subsérie relação de embarque com destino ao Sul, Norte e do interior para a capital. 1888-1889. Local: Fortaleza, Camocim, Manduá, Acaraú, Aracati e Mossoró. Caixa 02.

O número de solteiros embarcados é relativamente considerável, comparando-se ao de casados, entre os passageiros do vapor *Jaguaribe*. Se defendermos que a unidade familiar é uma estratégia para os retirantes encontrarem apoio recíproco, ou até segurança na contratação de serviços, privilegiado pelos agentes do governo, os solteiros também fizeram parte da mão de obra que migrou para as regiões do Centro-Sul e Norte do Império. A

<sup>211</sup> “Lista dos Indigentes que seguem para o Ceará por conta do Governo no vapor *Jaguaribe*”. *Mesa de Rendias Provincias de Mossoró 14 de Maio de 1889*. FUNDO: Governo da Província do Ceará. Grupo: Hospedaria Geral de Emigração. Série: Relação de Emigrantes Subsérie relação de embarque com destino ao Sul, Norte e do interior para a capital. 1888-1889. Local: Fortaleza, Camocim, Manduá, Acaraú, Aracati e Mossoró. Caixa 02.



presença de mulheres chefes de famílias ainda surge na ausência do marido nos registros que, muitas vezes, estava ligada à sua condição de viúva. “Maria Claudiana da Conceição, viúva”, com três filhos, embarcou no *Jaguaribe* com destino a província do Ceará. “Maria Joaquina da Conceição, viúva, 2 filhos” e “Raimunda Maria do Espírito Santo”<sup>212</sup>, viúva e sozinha, viajavam para a província do Amazonas. Apesar disso, a migração familiar não era apenas organização masculina, casos como de “Bertulera Felicia da Conceição e sua filha Josefa Maria da Conceição”, que achando-se sem amparo e proteção na província do Ceará nessa seca de 1888, pediam passagens do governo, a fim de “se transportarem para a província da Parahiba onde têm marido e filhos pequenos”<sup>213</sup>. Assim, o agenciamento familiar encontrado no embarque de navios e vapores está repleto de configurações que revelam uma diversidade de organização das famílias no mundo rural oitocentista, onde as figuras masculina e feminina revesavam sua liderança e posição nos períodos de grandes crises e estiagens.

Se a política de migração sertaneja no Rio Grande do Norte, através de vapores com destino ao Ceará e depois para alhures, foi uma articulação das autoridades provinciais, a Hospedaria Geral de Emigração desempenhou um papel de “organização” da travessia dos retirantes para as regiões Norte e Sul do Império. Essa racionalidade sobre o deslocamento sertanejo pode ser analisada a partir das instruções para o serviço de imigração na província do Ceará nessa seca de 1888-9.

Art. 1º Para o serviço geral de emigração da província do Ceará fica estabelecida uma Hospedaria de Emigração do Ceará, destinada a receber e dar agasalho e alimentação, até 10 dias, não contando o dia de chegada, aos imigrantes que deixarem a província, com passagens gratis do Estado, em consequencia da secca.

‘§’ 1º O praso de 10 dias poderá ser excedido no caso de moléstia provada, força maior em concessão do governo da província.

‘§’ 2º O mesmo prazo findará desde que os imigrantes houver sido designado o vapor em que deseja embarcar, não se permitindo a permanência na hospedaria aquelle que houver faltado ao embarque.

‘§’ 3º O emigrante que deixar a Hospedaria ou dela for despedido, em nenhum caso será admittido.

Art. 2º Não são permitidas na Hospedaria as visitas, salvo licença [...]

<sup>212</sup> “Lista dos Indigentes que seguem para o Ceará por conta do Governo no vapor *Jaguaribe*”. *Op. Cit.*

<sup>213</sup> *Ilmo. Exmo. Sr. Presidente da Província, Caio da Silva Prado, 11-12-88. Nº 39. BR APEC CSP. 1879-1889. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades com a letra F.*

Art. 3º A Hospedaria de Emigração abrirá-se as 6 horas da manhã para fechar as 6 horas da tarde [...] <sup>214</sup>

A Hospedaria como um território da espera organiza-se como um espaço liminar para as famílias sertanejas serem preparadas para embarcarem para outras províncias do Império. A organização interna da instituição, como a duração de permanência, alimentação, agasalho, salubridade e demais regras existentes na instrução provincial sobre o serviço de migração, nos fornece um cenário da política de migração implantada no governo de Caio Prado, porém, edificada com auxílios externos do Ministério da Agricultura e latifundiários do eixo Centro-Sul, estes interessados na mão de obra dos retirantes do Norte. Contudo, mesmo na organização da hospedaria de Fortaleza podemos ter lampejos das ações e escolhas dos sertanejos da província do Rio Grande do Norte sobre seu processo de deslocamento na seca de 1889. O jornal local *Gazeta do Norte* publicará matérias acerca do movimento de hóspedes retirantes e seus destinos de embarque no primeiro semestre do corrente na instituição. Nessas publicações eram discriminadas as famílias eliminadas, por recusarem-se a embarcar, como também os seus destinos.

Instalada a Hospedaria no dia 1 de janeiro findo, nesse dia começou o alistamento de emigrantes para o norte e sul do Império. Durante o mez deram entrada 1.137 famílias com 5.219 pessoas. Destas embarcaram: Para o Sul 903 fam. com 4.376 pessoas. Sendo: Para o E. Santo 238 << 1.203 << S. Paulo 284 << 1.505 << R. de Jan. 381 << 1.668 [...] Embarcaram para o Norte a saber: 51 << 200 << Para Maranhão 1 << 9 << o Pará 16 << 13 << Manáos 43 << 128. [...] Foram eliminadas por se recusarem embarcar 96 << 145 <sup>215</sup>.

Os registros de janeiro a fevereiro oferecem uma ideia dos locais de escolha (condicionada) e resistência das famílias retirantes de embarcarem para outros lugares. Mesmo sendo um espaço de permanência de dez dias, a crescente procura das famílias sertanejas para a hospedaria foi efetuando-se no primeiro semestre, principalmente pela concentração das verbas socorros públicos à instituição e política de migração, estratégia oficial que era compreendida pelos retirantes. Para quem estava na miséria, conseguir moradia e alimentação temporárias mostrava-se uma grande vantagem. Aqui, já “a mendicidade tem tomado proporções assustadoras, a Hospedaria de Emigração regorgita, todos os dias entram

<sup>214</sup> *Instrução Provincial para o serviço geral de imigração da província do Ceará*. BR APEC CSP. 1879-1889. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades com a letra F.

<sup>215</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta do Norte*. Fortaleza. Ano IX. Nº 60. 1889, p. 01.

pela cidade extensas caravanas de retirantes”<sup>216</sup>. O jornal liberal *Gazeta do Norte* publica em oito de julho o levantamento da administração e movimento do primeiro semestre na hospedaria. Na matéria encontra-se referência às famílias retirantes da província do Rio Grande do Norte.

Quadro 10 – Registro dos retirantes na Hospedaria de Imigração na cidade de Fortaleza (1889)

<i>Durante o semestre de janeiro a junho transitaram pela Hospedaria</i>	<i>Famílias</i>	<i>Pessoas</i>
	4.055	20.622
Embarcaram para o sul	1.649	7.853
Embarcaram para o norte	1.998	11.180
Foram eliminadas	260	690
Falleceram		179
Ficaram	148	720
Destes emigrantes pertencem ao Rio Grande do Norte, enviados pelo presidente daquela província, em diferentes datas	268	1.294
Embarcaram para o norte	221	1.294
Embarcaram para o sul	11	56
Foram eliminadas	30	72
Falleceram		09
Passaram para julho	06	31
Foi o seguinte o destino que tiveram esses emigrantes		
Para o Sul		
Parahyba	03	06
Pernambuco	30	107
Alagoas	04	21
Bahia	417	1.999
Rio de Janeiro	842	3.848
São Paulo	339	1.808
Minas Gerais	03	12
Santa Catharina	01	02

<sup>216</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta do Norte*. Fortaleza. Ano IX. Nº 63. 1889, p. 01.

Somma	1.649	7.853
Para o norte		
Piauí	02	10
Maranhão	78	538
Pará	561	3.303
Amazonas	1.358	7.329
Somma	1.999	11.180

Fonte: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta do Norte*. Fortaleza. Ano X. Nº 146. 1889, p. 01.

As 268 famílias enviadas pelo presidente do Rio Grande do Norte para a hospedaria de emigrantes preferiram, em sua grande maioria (1.294 pessoas), embarcar para as províncias do extremo Norte mais do que para a região Centro-Sul (56 pessoas). Não sabemos as razões detalhadas dessa escolha, embora os fatores como os agenciadores de trabalhadores para a extração da borracha e a promessa de enriquecimento rápido, a experiência anterior de migração para esses territórios ou, até mesmo, a ideia de maior facilidade para retornar as suas terras de origem, estavam no cabedal de escolhas dos retirantes norte rio grandenses e, porque não dizer, dos demais retirantes. A decisão de não migrar, ou eliminados pela instituição, também foi um dado presente na cifra (72 pessoas). Pela publicação do jornal, as províncias do Amazonas e Pará constituem-se as mais visadas pelas famílias retirantes, somando um valor de 10.632 pessoas. Em contrapartida, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo foram as que reuniram maiores números de sertanejos que migraram para o Centro-Sul do Império, uma somatória de 7.646 indivíduos. Esses dados não contradizem a propaganda de migração forçada para as províncias do Sul pelo jornal *Cearense*, opositores do governo de Caio Prado, ainda que sua política de deslocamento criasse rearranjos nos trajetos subsidiados pelo governo central, ampliando a migração para outras províncias onde se buscava uma reserva de força de trabalho além dos braços dos imigrantes europeus.

Entretanto, a pressão dos opositores em publicar críticas à organização da Hospedaria Geral de Emigração, igualmente desencadeou medidas que “assegurassem” as escolhas de embarque das famílias retirantes para onde desejassem, já que a opinião pública da cidade de Fortaleza observava de perto a situação em que o presidente encontrava-se no governo do Ceará.

No mesmo número do *Gazeta do Norte* temos uma descrição das atividades, finanças e organização das famílias retirantes na hospedaria. Mesmo numa condição de espera os

sertanejos não estavam anulados ou inertes, mas inseridos em vários tipos de relações sociais e afetivas na instituição. A despesa realizada no mesmo semestre com “a alimentação de 20.622 emigrantes elevou-se a 47.208.685 réis, inclusive os vencimentos do pessoal administrativo”. Foram entregues cerca de 167.255 rações, regulando a média de 275 réis. “Deduzida a quantia de 6.956.980 réis, despendida com alimentação e vestuário distribuídos as 1.294 pessoas, vindas do Rio Grande do Norte, temos que gastou-se com os emigrantes cearenses somente 40.251.696 réis”. Durante o semestre foram celebrados na hospedaria “4 casamentos e administrados o sacramento do batismo a cerca de 250 crianças”. O Sr. bispo diocesano também “administrou o sacramento da confirmação a 300 pessoas”. A alimentação dos emigrantes consta de “carne verde e secca, e farinha; bacalhau e feijão as sextas-feiras; bolachas, arroz amido, assucar, leite, galinha e vinho do porto, destribue-se diariamente as crianças e enfermos”. Distribui-se também, no ato de serem alistados, “a fazenda necessária, conforme o numero de pessoas da família, e igualmente o sabão preciso para lavarem a roupa. Para limpeza e acceio do estabelecimento fazem-se faxinas interna e externamente 3 e 4 vezes por dia”. Existe um médico contratado para visitar e receitar “os doentes duas vezes por dia, obrigado a acudir a qualquer chamado extraordinário, um enfermeiro encarregado de aplicar os medicamentos, que são aviados na pharmacia da Santa Casa de Misericordia”. A requisição do capitão Manoel Thomé Cordeiro, “inspector da Hospedaria há ali, desde sua fundação, uma força de 12 praças do 11º batalhão de infantaria, para policiar o estabelecimento e dirigir o serviço das faxinas. Os princípios de moralidade são naquela Hospedaria rigorosamente mantidos”<sup>217</sup>.

O cotidiano das famílias retirantes passava por uma vigilância de seus comportamentos (a presença do 11º batalhão de infantaria), salubridade (médico, enfermeiro, faxineiros), higiene pessoal (sabão para lavar suas roupas) e compromissos afetivos e religiosos (casamento, batismo e crisma). Assim, o tratamento dos retirantes na Hospedaria Geral mostrava-se preocupado em sanar os males da alma e do corpo através de dispositivos administrativos implantados no lugar, pois precisavam converter os indigentes em trabalhadores aptos para os serviços que lhes esperavam nas outras regiões do Império. Entretanto, o presidente Caio Prado veio a falecer, decorrente de uma epidemia de febre amarela em 25 de maio de 1889 na cidade de Fortaleza. Com efeito, a hospedaria e política de migração vão perdendo rigor com outros presidentes que assumiram a província no segundo semestre. O relatório do senador Henrique Francisco d'Ávila, filiado ao partido liberal,

---

<sup>217</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta do Norte*. Fortaleza. Ano X. Nº 146. 1889, p. 01.

assumindo a província no dia 10 de julho a 11 de outubro, mostra uma postura crítica aos recursos destinados à migração dos retirantes da administração de Caio Prado.

[...] No orçamento que ides elaborar, sem duvida que adaptareis os impostos a situação actual da província, e regularisareis os serviços desorganizados pela secca, fome e despovoamento, que tem flagelado e enfraquecido a província, de modo a não agravarem eles a situação já tão precária da indústria e fortuna da província. Deliberei não conceder passagem por conta do Estado aos retirantes para sahirem da província. Fora dela, eles não vão entregar-se ao trabalho, para o qual chegão impossibilitados aos vários pontos do Império para onde se dirigem, não só pela sua prostracção physica e moral, como pela necessidade de aclimatação, de modo que vivem exclusivamente do socorro e esmola que lhes ministra a caridade do governo e dos particulares, exhibindo o triste e vergonhoso espectaculo dos bohemios, que infestão as nossas grandes cidades. Além disto, com os retirantes que sahem da província, o Estado despense muito maior quantia do que as distribuídas pelos que se conservão na província, sem levar em conta a grande, a enorme mortalidade resultante do êxodo, sobre tudo em crianças, que é realmente assombrosa, elevando-se a quase totalidade dellas!<sup>218</sup>

Na visão do presidente Henrique Francisco d'Ávila, a migração dos retirantes não levaria trabalhadores dispostos aos serviços das grandes cidades imperiais, ao contrário, reuniria uma multidão de boêmios, vadios e mendigos a viverem da caridade pública e particular e que, além dos altos custos subsidiados pelo governo, a mortalidade infantil era uma constante no processo de migração sertaneja. Era preciso fixar os sertanejos em seus lugares de origem retirando-lhes a escolha de migrar em períodos de escassez de alimentos, principalmente quando as suas rotas destinavam às grandes cidades como Fortaleza, no Ceará<sup>219</sup>. Os meses de funcionamento da Hospedaria Geral de Emigração não impediu o fluxo de famílias retirantes à capital cearense, mas ordenou seu acesso a uma política de migração e trabalho em outras regiões do Império. Todavia, o Centro-Sul surgiu como uma opção ao lado da já conhecida rota do extremo Norte, por meio dos dispositivos de internalização da mão de obra estrangeira, nos quais as hospedarias cumpriam esse papel de seleção, preparação e contrato do futuro trabalhador nacional. Assim, o que queremos dizer é que a região Centro-

<sup>218</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor conselheiro Henrique D'Ávila senador do império e presidente do Ceará passou a administração desta província ao Excelentíssimo Senhor...* Fortaleza: Typographia Econômica, 1889, p. 08.

<sup>219</sup> Existem alguns textos que abordam a questão do confinamento de retirantes no interior do Ceará, em espécies de “campos de concentração”, por parte dos poderes públicos nas secas de 1915 e 1932, para evitar o contato entre cidadãos da capital e sertanejos pobres. Ver, NEVES, Frederico de Castro. *Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)*. S. Paulo: Rev. Bras. de Hist., v. 15, nº 29, 1995, p. 93-122. RIOS, Kênia, Souza. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 144 p.

Sul reaproveitou os aparelhos de internalização, no caso, as Hospedarias de Imigrantes, para receber uma mão de obra nacional nos períodos de crise de abastecimento em algumas províncias do Norte, como Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; o que não foi “encontrado”, no caso, nas Hospedarias de Imigração no Amazonas, Maranhão e Pará, nessa seca de 1888-1889, além de poucos vestígios ainda sobre os retirantes norte rio grandenses<sup>220</sup>.

Os retirantes desembarcados no extremo Norte aparentemente eram destinados às colônias agrícolas existentes ou para áreas pouco povoadas às margens das estradas de ferro, não passando necessariamente por um dispositivo de internalização em seu novo lugar de habitação, como as Hospedarias de Imigração para os trabalhadores estrangeiros. No Pará, as colônias da região de Bragantina, por exemplo, assumiam “um importante papel especialmente aquelas criadas ou efetivamente povoadas, a partir da ascensão do regime republicano”. Colônias como a do Araripe, criada em 1886 “mas povoada a partir de 1889, por retirantes cearenses, depois de fracassada a tentativa de se instalar naquele local imigrantes europeus”, foram núcleos agrícolas importantes no final do século XIX. Deste modo, a instalação dos migrantes nacionais em terras paraenses surgiu naquele contexto como “uma solução para o problema de mão-de-obra que a província se encontrava, uma vez que a preocupação dos agentes públicos naquele momento estava muito mais voltada para a quantidade de trabalhadores que propriamente com a qualidade técnica”. Assim, a instalação dos migrantes cearenses na Colônia Araripe foi determinada pelo governo provincial ao engenheiro de obras públicas para abertura de uma paralela ao norte da estrada de ferro de Bragança. Logo, a solução para o problema da “falta de povoamento nas margens da estrada de ferro parecia vir mesmo com os migrantes cearenses”<sup>221</sup>.

Todavia, até esses retirantes chegarem aos núcleos agrícolas e locais de trabalho, sua situação poderia apresentar-se como um verdadeiro drama. Assim, eram comuns cenas descritas como no jornal *Diário de Belém* em 21 de fevereiro de 1889.

---

<sup>220</sup> Para uma literatura acerca das Hospedarias de Imigração e trabalhadores estrangeiros no extremo Norte consultar: CARVALHO, Marcos Antônio de. A hospedaria de imigrantes do Outeiro em Belém do Pará: um mosaico em construção. In: SOUZA, Fernando de ET ALL. (Org.). *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. 1ªed. Porto: Cepese, 2014, v., 198-217. \_\_\_\_\_ . *Bebendo Açai, Comendo Bacalhau: perfil e práticas de sociabilidades lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*. Porto/Portugal, 2011, 294fl. Tese (Doutorado) em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. MAGALHÃES, Marcelo Vieira. *Sírios e Libaneses na cidade de São Luís (1885-1930): entre táticas e representações*. Fortaleza/Ceará: UECE, 2009, 124fl. Dissertação (Mestrado) em História e Cultura no PPGH da Universidade Estadual do Ceará, 2009.

<sup>221</sup> SANTOS, Francinaldo Souza dos. *Ações Colonizadoras em Descompasso: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará*. UFPA, 2016. Dissertação (Mestrado) no PPGH da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2016, p. 90, 133 e 134.

A nossa população testemunhou o doloroso espetáculo, que o trapiche da recebedoria provincial oferecia hontem por ocasião do desembarque dos retirantes cearenses de bordo do vapor inglez Augustine. *Cerca de 663 desgraçados, corridos pela fome e miséria de sua terra, achavam-se hontem, famintos, sem destino, agglomerados no referido trapiche, expostos à chuva e ao sol abrasador de nosso clima.* Vimos uma creança de tenra idade, de nome Cecília, filha de Joaquim Francisco do Nascimento, agonisante nos braços descarnados de sua mais desgraçada mãe, Damiana Cruz, em cujo semblante notava-se a dôr. [...] Outra família, composta de 8 filhos menores, todos esfarrapados e famintos, de Felismino José Belmiro, achava-se prostrada no corredor do trapiche pela febre que a atacava<sup>222</sup>.

O governo não tomou nenhuma providencia a respeito; até as 2 horas da tarde, inda esses infelizes não tinham comido alguma coisa. *Nos corredores do trapiche ficam 114, por os demais viram-se obrigados a percorrer a cidade, esmolando a caridade pública*<sup>223</sup>. (grifos nossos).

Nesse episódio do desembarque de retirantes no vapor Augustine em Belém, a falta de agentes do governo para recebê-los e de um local adequado para hospedá-los provisoriamente foi uma realidade nos primeiros meses de 1889. Jogados à sua própria sorte, alguns esperam no próprio trapiche alguma orientação e destino das autoridades, enquanto outros buscam pela cidade a caridade pública. É importante percebermos como esse período de espera do retirante é o seu momento de refletir sobre as escolhas tomadas e avaliar a situação em que se encontra no processo de migração. Esperar pela visita e orientação de comissionados do governo, vivendo em uma situação de miséria, ou arriscar na mendicância em uma cidade e região desconhecidas, são alguns dos dilemas que os retirantes encontravam em sua diáspora.

Algumas das experiências de espera no processo de emigração das famílias retirantes do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte não foram apenas a Hospedaria Geral de Emigração de Fortaleza. Se o deslocamento a pé ainda era presente, mostrando a autonomia do sertanejo e sua sabedoria das rotas terrestres, a escolha e condicionamento da utilização de vapores fretados pelo governo também entraram no repertório de estratégias de mobilidade nas secas. Mesmo sendo a região Norte a mais almejada na migração das famílias norte rio grandenses, foi na cidade do Rio de Janeiro que encontramos o fio condutor que costurava as trajetórias desses grupos no trajeto para o alhures. Saindo daquela província para a Hospedaria Geral de Emigrantes no Ceará ou, até mesmo, de outros portos do Norte com passagens pagas pelo governo imperial, embarcavam com destino ao Rio de Janeiro que, também, tinha uma hospedaria esperando-lhes, situada no Morro da Saúde. É a partir desse estabelecimento e das

<sup>222</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Quadro Horroroso”. In: *Diário de Belém (PA)*. Anno XXII, nº 45, 23 de fevereiro de 1889, p. 01.

<sup>223</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “O Exodo Cearense”. In: *Diário de Belém (PA)*. Anno XXII, nº 45, 23 de fevereiro de 1889, p.01.



matérias de jornais do Rio de Janeiro que encontramos os momentos de espera e socializações a que foram submetidos os retirantes na travessia.

### 3.2 Sertanejos do Norte na Hospedaria Morro da Saúde no Rio de Janeiro (1889)

A americana Julia Keys chegou à cidade do Rio de Janeiro na noite de 16 de maio de 1867, contemplando as montanhas e luzes da Corte do Brasil. Sua recepção junto aos demais emigrantes dos Estados Unidos foi gentil e generosa na Casa da Saúde. Na hospedaria foram alimentados e protegidos às custas do governo durante sua estadia. A casa era um pouco menos que um palácio, com piso de mármore, e a maioria dos quartos tinha tetos com afrescos e dourados, além de paredes lindamente forradas. Estaleiros de flores dispostos de forma saborosa com bancos de mármore debaixo de mandris cobertos de vinha e imponentes palmeiras em fileira surgiam quando se atravessava o grande portão de ferro da hospedaria. Depois de dois dias chegou o navio *Steamship N. America* de New York com cerca de trezentos emigrantes, aumentando a circulação da Casa da Saúde. Alguns brasileiros visitaram curiosos os americanos hospedados, apesar da situação desconcertante, mas também interessante. O imperador visitou pessoalmente e declarou-se satisfeito com a presença dos americanos nas terras brasileiras. No terreno da propriedade ainda havia uma capela ao lado do prédio principal, ao qual Julia e os emigrantes tinham livre acesso. Eles entravam de maneira respeitosa e faziam observações a todo tempo dentro do lugar sagrado, principalmente aos aglomerados de suspensas imagens de cera de vários membros do corpo humano, representando as porções doentes das pessoas afligidas aliadas às orações aos santos, trazendo uma cura para todas as doenças. Ainda uma grande laje de mármore com inscrição estava no chão bem ao centro da capela. Dizia-se que era o túmulo do primeiro dono do palacete<sup>224</sup>.

A narrativa do diário de Julia L. Keys relata a chegada de norte-americanos confederados, vencidos na Guerra de Secessão, que a partir de 1865 vieram para o Brasil. Derrotados em sua pátria nas lutas político-econômicas e causa escravista, foram recebidos pelo império brasileiro, um dos últimos a resistir às lutas da abolição. O historiador Gerald Horne discorre que o Sul dos Estados Unidos, no pós-Guerra Civil, não era um lugar agradável “para quem tinha amor pelo tráfico de escravos africanos”. Porém, a persistência da

---

<sup>224</sup> KEYES Julia L. *Our Life, in Brazil*. The alabama historical quarterly. Peter a. Brannon, *Editor*. Published by the State Department of Archives and History Vol. 28 Nos. 3 and 4. FALL and WINTER. 1966, p. 94, 95 e 142.

escravidão africana na América Latina “continuou a oferecer uma base para os remanescentes do Sul escravista e seus aliados”. Para muitos confederados, viver ao lado de suas antigas propriedades era algo desagradável e insuportável, por isso, “arrumaram sua bagagem e se mudaram para um aliado da derrotada CSA (Estados Confederados da América), onde a escravidão prosseguia – e prosseguiria até 1888: o Brasil”. Em média, é provável que mais de dez mil confederados migraram dos Estados Unidos. Duas questões estavam interligadas aos motivos dessa migração: “ódio ao governo federal e desejo de dar prosseguimento à escravidão africana”<sup>225</sup>. Mas, o que costura a trajetória de Julia Keys e os confederados aos sertanejos do Norte, são a agulha e linha do bordado tecido na Hospedaria Casa da Saúde e a política de imigração na seca de 1889.

Devemos considerar que essa política, na segunda metade do oitocentos, não estava apenas preocupada em melhorar as formas de relações de trabalho capitalistas, mas também de implantar ações de branqueamento da população, como também a necessidade de uma nação mais civilizada, aos moldes europeus. Essas duas facetas não estiveram ausentes nos esforços da governabilidade e latifundiários sobre a imigração de estrangeiros ao Brasil<sup>226</sup>.

A historiadora Maria Wissenbach convida-nos a pensar o contexto de pós-abolição na construção das trajetórias sociais dos ex-cativos, mestiços e homens livres, enquanto “movimentos singulares, vivenciados nos limites do que era possível, mas com base em escolhas e valores próprios”<sup>227</sup>, pois, a pecha de desqualificações atribuídas pelas elites governantes deslegitimam as experiências antecedentes, sentidos de liberdade e noções de organização social desses sujeitos. Assim a conjuntura histórica do final do XIX propiciou a mistura entre populações livres e pobres, amplos movimentos de populações, e incremento de formações sociais que tinham algo em comum: despossuídos de terra.

A intensidade das misturas étnicas que as ocorreram expressou-se em infundáveis denominações que, ao mesmo tempo que indicavam as múltiplas possibilidades de cruzamentos, diziam respeito às particularidades regionais, adequavam-se a diferentes modo de vida em diferentes meios geográficos: os termos caipira, caboclo, sertanejo, caipora, cafuzo, catrumano, tabaréu,

<sup>225</sup> HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 170-171.

<sup>226</sup> Sobre essa questão consultar, AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites — século XIX* / Celia Maria Marinho de Azeredo; prefácio de Peter Eisenberg — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)* / Thomas E. Skidmore ; tradução Donaldson M. Garschagen ; prefácio Lília Moritz Schwarcz. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

<sup>227</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, A. Fernando. SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 52.

curiboca, mumbava, paroara etc. foram referidos a grupos sociais que, no geral, residiam ou trabalhavam em terra alheia, como agregados, moradores ou arrendatários, sem se fixar por muito tempo<sup>228</sup>.

Não ter uma propriedade rural parecia oferecer uma condição de mobilidade, a transumância necessária da sobrevivência de agricultores pobres; decerto, uma maleabilidade necessária para escapar dos rigores da fome, exploração, mandonismo, alistamentos forçados e violência no latifúndio brasileiro. Assim, a mobilidade estruturava-se nos seus modos de vida e na posse exígua de bens desses contingentes de homens e mulheres do campo. Portanto, refletir as experiências de contato e laços sociais em torno da migração de retirantes do Norte para a cidade do Rio de Janeiro na seca de 1889 é uma tarefa de narração a contrapelo, seja no ponto de vista de seus projetos, quanto do controle governamental. Logo, os sertanejos surgem nas relações assimétricas de força, entre suas escolhas e sujeições, reciprocidades desiguais que invadem o contexto das migrações, mas que podem ser compreendidas nos espaços em que transitam e esperam. A Hospedaria do Morro da Saúde foi um desses lugares.

A Hospedaria de Imigrantes do Morro da Saúde foi criada no dia 26 de março de 1867 por consequência do arrendamento dos prédios de José Rodrigues Ferreira, através do Ministério da Agricultura, e tinha uma capacidade para 400 pessoas. Sua criação fez com que as hospedarias da Praia Formosa e a da Rua da Imperatriz, ambas particulares, fossem substituídas pela da Saúde, numa administração imperial. Nesses primeiros anos ela recebeu muitos imigrantes americanos, como escreveu Julia Keys em seu diário de anotações. Em 1876, a hospedaria sofreu com uma infestação de febre amarela, obrigando a administração a fechá-la e alugar alojamentos em Mendes, Barra do Pirahy, e na Colônia de Porto Real, no interior da província do Rio de Janeiro. Passado o surto epidêmico, ela foi reaberta no ano seguinte, mas, novamente, foi fechada em 1881, levando os imigrantes a serem alojados em um navio do Ministério de Guerra fundeado na Baía de Guanabara, ou transportados para a província de São Paulo<sup>229</sup>. Sua reabertura veio a acontecer quando milhares de famílias sertanejas do Norte desembarcavam na cidade do Rio de Janeiro, decorrentes da migração na seca de 1888-9, e a crescente procura de mão de obra pelos senhores de terra fluminenses.

O vapor americano *Fiance* chegou no dia 5 de abril trazendo para a corte do Rio de Janeiro cerca de 932 emigrantes cearenses, os quais foram alojados na ilha de Santa Barbara.

---

<sup>228</sup> WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Op. Cit.* 1998, p. 56.

<sup>229</sup> REZNIK, Luis. FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Hospedaria de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*. História. São Paulo. V. 33º, n. 1, 2014, p. 240-241.

A procura desses trabalhadores tem aumentado consideravelmente e os pedidos de lavradores, nesse sentido, são tantos que, se por ventura houvesse mais “hospedarias da Saúde, daquela ilha e da barra do Pirahy, quatro mil retirantes ainda assim não seria fácil ao chefe de internação corresponder as solicitações de braços do Ceará, diariamente feitas a S. Ex. por muitos proprietários agrícolas”. Logo com a chegada do vapor americano, vários fazendeiros e outros representantes de pessoas idôneas choveram para contratar trabalhadores nas hospedarias, o que não conseguiram, pois, como é de práxis, a “necessidade da matrícula, distribuição de roupas e alimentos aos cearenses e em consideração ao cansaço que devem ter pela travessia feita, devendo-se-lhes, portanto, repouso por tempo suficiente, a restauração das forças abatidas”<sup>230</sup>.

A requisição de braços sertanejos cearenses nas hospedarias do Rio de Janeiro ampliou-se no primeiro semestre de 1889, principalmente pela política de migração do presidente da província Caio Prado. Os latifundiários da região pareciam estar a favor da inserção da mão de obra das famílias sertanejas nas suas lavouras de café, situadas no vale do Paraíba e regiões limítrofes, atividade econômica de exportação que estava perdendo espaço para a província de São Paulo desde 1883<sup>231</sup>.

Os jornais da corte periodicamente publicam matérias intituladas “imigrantes cearenses”, referentes aos retirantes que desembarcavam no porto do Rio de Janeiro pelas companhias de vapores e que depois eram instalados provisoriamente nas hospedarias da cidade. Nesses registros é possível traçar curtos itinerários que os sertanejos vivenciaram até serem contratados pelos fazendeiros do Sul. A descrição a seguir do jornal *Gazeta de Notícias*<sup>232</sup> é acerca dos retirantes cearenses instalados na recente e inaugurada hospedaria Morro da Saúde. Seguem hoje para uma das fazendas do Senhor Conde de Moreira, no Cruzeiro, S. Paulo, “21 imigrantes cearenses, que se achavam na hospedaria ultimamente inaugurada à rua da Saude. [...]” Os doentes, que são raríssimos, são “imediatamente transportados para o hospital, desde que o mau estado de saúde é reconhecido”. Para esse

<sup>230</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XV. Nº 98. 1889, p. 01.

<sup>231</sup> Em 1883, a produção de café de São Paulo “se igualou à do Rio pela primeira vez; três anos mais tarde, após dez anos de crescimento, ultrapassou a do Rio. O Porto do Rio de Janeiro perdeu sua liderança para o Porto de Santos como o principal porto exportador e do total do comércio exterior, passando para o segundo lugar”. PEREIRA, M. J. F. C. *História ambiental do café no Rio de Janeiro - Século XIX - Uma análise de desenvolvimento sustentável*. In: XXIII Simpósio Nacional de História 2005, Londrina: Guerra e Paz, 2005, p. 05.

<sup>232</sup> O Jornal carioca foi “fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo. Introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas, chegando a ser um dos principais jornais da capital federal durante a República Velha”. CARONE, E. República velha; ENTREV. FLORES, O. << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>>>. Acesso em 27 de Abril de 2018.

serviço ofereceu-se o Sr. Dr. Mello Braga; “e por indicação do Sr. Inspector geral de hygiene, que foi a hospedaria, visita diariamente o estabelecimento o delegado Dr. Dermaval da Fonseca. Não houve até agora reclamação alguma dos cearenses ali alojados”. A comida é de boa qualidade e abundante, “servida a horas convenientes; tem havido sempre alimentação especial para as crianças; foi distribuído sabão em quantidade para lavagem de roupas, o prédio está convenientemente iluminado a gaz”, há pessoal suficiente para manter o asseio, disciplina e guarda da hospedaria, “de onde o embarque para o interior é feito com rapidez e sem cansaço, pela proximidade do edifício da estação marítima da Gambôa”. Até hoje tem chegado do Ceará “pouco mais de 1.200 immigrants pelos vapores “Manaos”, “Espírito-Santo” e “Maranhao”. Estão todos collocados, a maioria na lavoura e um pequeno numero no serviço domestico”<sup>233</sup>.

O cotidiano dos retirantes na hospedaria da Saúde parecia manter padrões similares ao da cidade de Fortaleza. O serviço de hygiene e salubridade estava aos cuidados do Dr. Mello Braga, funcionários e do hospital; a segurança, ao delegado Dr. Fonseca. Os sertanejos também eram submetidos a horários específicos de alimentação, e as crianças, uma nutrição especial periodicamente, além dos retirantes serem responsáveis pelo asseio e lavagem de suas roupas. A diferença da hospedaria da Saúde seria sua proximidade da estação Marítima da Gamboa, agilizando-se a condução dos imigrantes sertanejos para outras áreas, e a distância do estabelecimento para o centro da cidade do Rio de Janeiro, pois, em Fortaleza, a hospedaria ficava dentro do espaço urbano, não evitando a aglomeração de retirantes. Mas a funcionalidade central da hospedaria da Saúde era organizar o processo de internação e contratação das famílias sertanejas para o trabalho nas lavouras do Rio de Janeiro e de outras províncias, como São Paulo, pois a procura de braços pelos fazendeiros estava sendo frequente no prédio<sup>234</sup>.

A imigração subsidiada de sertanejos do Ceará, do final de 1888 ao primeiro semestre de 1889, demonstra as alianças políticas da governabilidade central e províncias durante essa seca no Norte. O Ministério da Agricultura, fazendeiros do Centro-Sul e presidentes de províncias, desenvolveram dispositivos capazes de controlar e ordenar os retirantes para o trabalho na lavoura de exportação do café num contexto de pós-abolição e tensões políticas. Esses aparelhos estavam representados na figura dos vapores marítimos, estradas de ferro e

---

<sup>233</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XIV. Nº 342. 1888, p. 01.

<sup>234</sup> Exemplo foi o contrato dos 21 cearenses para uma das fazendas do Conde de Moreira na província de São Paulo. Joaquim José Moreira Lima (1842-1926) foi um militar e fazendeiro da cidade de Lorena, próximo do Vale do Paraíba. Ganhou o título de conde no dia sete de maio de 1887.

hospedarias de emigrantes, mecanismos modernos de internalização de estrangeiros no território nacional, mas reapropriados na migração dos retirantes do Norte. Sua articulação evidencia os esforços da política de deslocamento.

[...] A contar de setembro, dia 19, até hoje, 3 de novembro, tem sido concedidas 1.011 passagens gratuitas a retirantes, *para o norte e para o sul do império*. Já tem sido entregues pela agencia respectiva 813 dessas passagens, pagas pelo ministério da agricultura. O valor das passagens pagas importa em 18:120\$000. *Dessas passagens, 573 foram para o Maranhão, Pará e Amazonas, importando em 12:640\$, e 240 para o sul do império, importando em 6:480\$000. Estas 240 passagens são aproveitadas por outros tantos retirantes, que embarcaram hoje no vapor “Manaos” com destino ao Rio de Janeiro e S. Paulo.* Todo esse serviço, que tem sido grandemente trabalhoso, do recebimento e despacho das petições, da entrega de passes, do transporte de terra para bordo, da accommodation no vapor, etc. tem sido superintendido pessoalmente e do modo o mais rigoroso pelo Sr. Dr. Caio Prado, presidente da província<sup>235</sup>. (grifos nossos)

As escolhas dos sertanejos de migrar para as regiões do Norte e Sul acabavam muitas vezes em tensões nos pontos de embarque. Na cidade de Mossoró, por exemplo, tem afluído grande número de retirantes a procura de passagens, “preferindo a maior parte emigrar para o sul. Alguns indivíduos turbulentos tem provocado sérios conflitos materiaes, procurando tornar obrigatória a emigração para o norte”. O presidente da província fez seguir para aquela localidade o chefe de polícia, “a quem foi dada recomendação especial para manter a liberdade do emigrante na escolha de um destino”<sup>236</sup>. Pelo fragmento, surge uma espécie de repressão dos retirantes que escolheram embarcar para o Sul. Essa coerção poderia ter sido feita por agenciadores de latifundiários do extremo Norte, mas não conseguimos encontrar indícios de tal prática<sup>237</sup>. Interessante é que na Hospedaria de Imigração do Ceará a maioria dos retirantes norte rio grandenses embarcou para as províncias do Amazonas e Pará. Contudo, nosso objetivo aqui é analisar as travessias e ponto de espera dos sertanejos a partir das hospedarias de imigrantes, assim, só foi possível costurar pequenas trajetórias dos retirantes do Rio Grande do Norte para a região Centro-Sul.

A “diáspora sertaneja”, parafraseando, Tyrone Cândido, era a saída de milhares de retirantes fugindo da fome e condição de miséria a que se viam reduzidos nos centros das

<sup>235</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XIV. Nº 309. 1888, p. 01.

<sup>236</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XV. Nº 84. 1889, p. 01.

<sup>237</sup> No próximo capítulo foi possível encontrar vestígios da ação desses sujeitos na cidade de Mossoró na seca de 1904.

províncias atingidas pelas secas. Sua dispersão alcançava cidades como São Luiz, Belém, Manaus, Vitória, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, respeitando o repertório de ações e estratégias adquiridas nas emigrações da passagem do XIX. Igualmente, a procura de passagens de vapores costeiros – convertidos nas verbas dos socorros públicos – deve ser compreendida na perspectiva de pressão dos sertanejos aos aparelhos e agentes da governabilidade e não somente no ponto de vista unilateral, isto é, da política de controle social nos períodos de secas, pois, chegados a outros lugares, os retirantes desarticulavam as tentativas de ordenamento, seguiam adiante, penetrando “outros sertões até encontrar ocupações em colônias agrícolas, seringais, fazendas produtoras de café ou outros estabelecimentos rurais. De Norte a Sul, esta diáspora sertaneja desenharia um amplo leque a cobrir uma grande parcela do território nacional”<sup>238</sup>. Desse modo, essas trajetórias eram compartilhadas algumas vezes entre vários sertanejos dos sertões do Norte do império.

As zonas de contato entre os sertanejos do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte tinham vários cruzamentos no processo de migração para alhures, e podemos afirmar que os vapores e hospedarias eram alguns dos locais de interseção desses sujeitos. Esse encontro começou a ser perceptível no movimento de emigrantes do Norte que chegavam à cidade do Rio de Janeiro no segundo semestre de 1889.

Procedentes do norte do Império chegaram ontem, pelo paquete nacional “Pernambucano”, 79 retirantes, dos quaes 59 do Ceará, 15 do Rio Grande do Norte e 14 da Parahyba. Desembarcados pelo encarregado desse serviço, foram alojados na hospedaria da saúde, onde lhes foi distribuída roupa que precisavam. Das turmas recolhidas nesse alojamento e na ilha de Santa Barbara, seguiam 12, com empregos diferentes, para a ilha do Governador, e 25 tiveram colocação nesta cidade<sup>239</sup>. (grifos nossos).

As companhias de vapores nacionais e as Hospedarias da Saúde e Ilha de Santa Barbara foram os dispositivos de internalização dos sertanejos do Norte na província e cidade do Rio de Janeiro no ano de 1889. Nesses territórios da espera, os retirantes compartilhavam entre si a experiência de organização e preparo de seus corpos para os serviços a serem contratados pelos fazendeiros da região. Contudo, sua condição de espera não anulava as relações de afetividade e sociabilidade nesses espaços. Na matéria “emigrantes cearenses”, publicada no dia 4 de julho pelo jornal *Gazeta de Notícias*, narra um episódio relevante de casamento entre os retirantes.

---

<sup>238</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Op. Cit.* p. 97.

<sup>239</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XV. Nº 194. 1889, p. 02.

[...] No dia 30 do passado realizou-se na igreja de Santa Rita, o casamento da retirante Jovina Maria da Conceição, natural do Ceará, com o parahybano Manuel José Pereira da Silva, oficiando na cerimonia o Rev. Dr. Urbano da Silva Monte, servindo de testemunhas o srs. J. F. Regazzi e Ovídio de Menezes, empregados do serviço de internação. O enxoval de noiva foi generosamente oferecido pelo Sr. Barão do Rio Bonito. Hontem chegou do norte o paquete nacional “Espírito Santo” com 34 emigrantes, dos quaes 9 do Ceará, 21 do Rio Grande do Norte e 4 da Parahyba. Foram todos alojados na hospedaria da Saúde, sendo-lhes distribuída a roupa de que necessita<sup>240</sup>. (grifos nossos).

O casamento do casal sertanejo, a utilização da igreja da hospedaria e a presença de seus funcionários na cerimônia, mostra a complexidade das relações humanas desenvolvidas nas fronteiras socioculturais da migração. Até 21 de agosto “celebrou-se na matriz de Santa Rita o casamento de duas Cearenses, servindo de padrinhos os Snr. Ovidio de Menezes, Carlos Alves e Albano Correia de Mesquita”<sup>241</sup>, todos funcionários da hospedaria da Saúde. Diante das inúmeras experiências de contato nas travessias, os retirantes criavam laços de solidariedade “desde os primeiros percursos até chegarem a uma vila próxima ou, como para a maioria, até algum centro litorâneo”, sem descartar, ainda, os espaços liminares onde foram confinados, como colônias e hospedarias. Eles rearranjavam nas “trajetórias os antigos referenciais comunitários, acrescentando novos elementos de identidade ao lidar com pessoas até então desconhecidas, em lugares e situações inusitados”, depois, as novas “formações de grupo iam se configurando, assim como se desfaziam”<sup>242</sup> pelo seu constante movimento.

O discurso jornalístico do *Gazeta de Notícias* sobre a imigração retirante vai construir sua imagem sob a figura do sertanejo cearense. Essa representação dos poderes públicos tenta unificar grupos sertanejos distintos e de origem territorial diferentes numa mesma configuração social móvel, sendo que os efeitos da estiagem alcançam várias províncias da região Norte, mais na sua totalidade o Ceará. Essa questão pode ser compreendida na busca dos sertanejos da Paraíba e Rio Grande do Norte, principalmente das áreas de fronteira com a província cearense, aos socorros públicos do governo. Afinal, aquela conseguia reunir maiores “ações” de combate às secas pelas influências e relações político-econômicas do que outras da região. Mas, para as famílias sertanejas em constante diáspora, a princípio, pouco

<sup>240</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XV. Nº 185. 1889, p. 01.

<sup>241</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Retirantes”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 65, nº 232, 1889, p. 01.

<sup>242</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Op. Cit.* p, 104.



importaria para quem estariam cobrando o direito aos socorros públicos, pois todos respondiam ao governo central e ao imperador.

Todavia, as publicações intituladas “imigrantes cearenses”, ainda trazem a experiência compartilhada de migração entre sertanejos do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Pelo vapor nacional Maranhão “chegaram do norte 40 imigrantes, procedentes da Parahyba, Ceará e Rio Grande do Norte, sendo recolhidos à hospedaria da Saúde, onde receberam as roupas de que precisavam, fazendo-lhes o Sr. Dr. Mello Braga a respectiva inspeção de saúde”. Durante a semana finda, o movimento de saída foi o seguinte: “para a estação de Tocantins 25, Corte 7, Mauá 3 e Nitheroy 4. O Sr. Dr. Moura Brasil esteve hontem no alojamento, e ahi operou um retirante que sofria de catarata”.<sup>243</sup> Chegaram do Norte pelo vapor nacional Alagoas “23 retirantes do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba, os quaes foram alojados na hospedaria da Saúde, onde receberam as roupas de que necessitavam e a visita medica do Sr. Dr. Mello Braga”. O movimento de saída, durante a ultima quinzena, foi o seguinte: “Corte 5, Cascadura 5, Mauá 3, Nictheroy 7”<sup>244</sup>. Pelo vapor nacional Pernambuco, chegado do norte no dia 22 do corrente, “veiu uma nova turma de retirantes dos Estados do Ceará, Parahyba e Rio-Grande do Norte, sendo alojada na hospedaria da Saude, onde, conforme o costume, receberam roupas e a competente visita do medico do alojamento, Dr. Mello Braga”. O movimento de saída durante a semana corrente foi: “Corte 10, Nictheroy 5, Mauá 6, estação barão de Cotegipe 20, estação do Commercio 5, estação Cascadura 6, estado de S. Paulo 11”. Sabe-se que o Barão do Rio Bonito, a comunicar aos fazendeiros de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, além de outros Estados, “que na hospedaria há pessoal para a lavoura, devendo os interessados enviar à administração da Saúde os pedidos de famílias que por ventura precisem para seus estabelecimentos ruraes<sup>245</sup>.

A rotina e protocolo dos retirantes chegados a Hospedaria da Saúde seguiam padrões comuns de internalização. Primeiro, desembarcavam no porto da Gamboa e seguiam em direção ao prédio no morro. Seu alojamento, conforme a prática, era receber as fazendas necessárias e uma visita médica pelo Dr. Mello Braga, além do sabão para as roupas e asseio. Passados alguns dias para o restabelecimento das forças, o processo de contratação para os trabalhos era efetuado pela administração, como também o controle do movimento de saída dos imigrantes até seu destino de emprego na lavoura e outros serviços. Entre esses locais

<sup>243</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XV. Nº 298. 1889, p. 01.

<sup>244</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XV. Nº 309. 1889, p. 02.

<sup>245</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano XV. Nº333. 1889, p. 01.

estavam os lugares próximos da cidade do Rio de Janeiro, estação Cascadura e Niterói, e áreas limítrofes com Minas Gerais, como a cidade de Mauá, e a província de São Paulo. Os serviços de imigração dos retirantes do Norte terminariam somente no dia 31 de Maio, sendo fechada a hospedaria da Saúde e dispensados Francisco de Paula Ney, encarregado do serviço de desembarque dos sertanejos, Heitor Ferreira França, auxiliar geral, Thomaz Alves de Souza, enfermeiro, e A. de Costa e Silva, escriturário do estabelecimento<sup>246</sup>.

Vapores e hospedarias, criações de uma época revestida com a flâmula do progresso técnico-científico, eram responsáveis por inserir homens pobres do mundo rural brasileiro em uma linguagem moderna sobre o trabalhador, seu corpo e tempo de labor, isto é, respeitando a lógica social do capital. As relações contratuais de trabalho eram mediadas pelos administradores da hospedaria, via interesses de latifundiários locais, os quais procuravam novos braços para suas fazendas num contexto recente de pós-abolição. Esses territórios da espera, ou melhor, hospedarias de imigrantes onde se recebiam milhares de retirantes na seca de 1888-1889, em suas funcionalidades correlacionavam-se aos arranjos políticos e econômicos das elites das regiões Norte e Sul que, paulatinamente, assumindo posturas dos novos ideários de trabalho, buscavam no agricultor sertanejo ainda preservar padrões conservadores do universo rural, já que os imigrantes europeus buscavam e eram incentivados a conquistar suas propriedades. O historiador Laurent Vidal discorre que as hospedarias, nesse contexto do XIX, são como “dispositivos inventados para o acolhimento dos emigrantes-imigrantes no território, a hospedaria cumpre um papel fundamental: o enxerto de um novo elemento ao corpo da nação”. Assim, a hospedaria cuida da “passagem dos corpos individuais dos emigrantes (com suas histórias múltiplas, seus vários projetos) ao corpo coletivo dos imigrantes. Listados, catalogados, enquadrados, eles compõem uma nova categoria social<sup>247</sup>”.

Na passagem do Império para a República, as elites norte rio grandenses mostram outras preocupações administrativas que fariam parte da organização da classe e campo do poder após a seca de 1889. A década de 1880 é marcada com as primeiras profissões de fé republicana na Assembleia e o aparecimento de várias colunas republicanas nos órgãos da imprensa monarquista, inclusive liberal. Numa sociedade rural e patriarcal da época, “os princípios republicanos mais tradicionais – “liberdade, igualdade e fraternidade” – foram transformados pelos novos donos do Rio Grande do Norte oligárquico em uma prática política pautada pela coerção, pela desigualdade e pelo nepotismo”, logo, conceitos abstratos de

---

<sup>246</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 68, nº 152, 1890, p. 01.

<sup>247</sup> CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. *Op. Cit.* p. 17.

“soberania popular ou governo do povo, predominavam as relações de parentesco e amizade características dessa sociedade de compadrio”. Por outro lado, um dos aspectos históricos do movimento republicano nacional – o federalismo – “encontrou campo fértil para florescer no Rio Grande do Norte, onde desde o Império era forte um discurso queixoso contra o descaso do poder central pela esquecida e pobre “pátria potiguar”. Assim essa sensação levou grande parte da elite política local, “civilista por excelência, a se chocar várias vezes com os senhores do Brasil republicano – primeiro com os militares, depois com os presidentes paulistas – e deu sobrevida a um discurso nostálgico a favor da monarquia déspota”<sup>248</sup>.

Na esfera econômica, a criação do gado e a agricultura de cana-de-açúcar começam a se retrair nas últimas décadas do século XIX, devido ao aumento dos preços internacionais do açúcar de beterraba e pela dizimação dos rebanhos pelas grandes secas. Esses fatores ocasionaram a fixação da cotonicultura como a principal atividade do sertão do Seridó e o nascente mercado têxtil nas próximas décadas. A indústria salineira na região oeste abastecia os mercados de Pernambuco e do Centro-Sul, desenvolvendo uma boa escala industrial nas cidades de Mossoró, Macau e Areia Branca, após 1886. Todavia, ainda sentia problemas de subaproveitamento e monopólio do imposto do sal, por empresas do Rio de Janeiro, até meados de 1915<sup>249</sup>. Com esse perfil econômico, a atividade comercial era uma das mais importantes no Rio Grande do Norte no final dos oitocentos. Os centros comerciais no litoral e da zona da mata eram as cidades de Natal, Canguaretama, São José do Mipibu e Macaíba. No agreste, a cidade Angicos assumia a liderança, enquanto na região oeste e sertão, Mossoró, Macau, Assú e Caicó, respectivamente. No ano de 1889 existiam, até aquele momento, cinco casas importadoras e exportadoras, duas na cidade de Mossoró e três na capital e litoral oriental<sup>250</sup>.

A maior força de trabalho rural, muito antes de 1888, já era composta de uma mão de obra “livre”, em regime de meação ou de parceria, não-assalariada em sua grande parte. Uma população que não deixou de diminuir devido à mortandade pelas grandes secas e migração nessas décadas finais. Esses trabalhadores rurais pobres eram vistos pela elite norte rio

---

<sup>248</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2016, p. 14.

<sup>249</sup> MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *Filhos do Sal: operários e camponeses frente à crise econômica em Mossoró (1900-1906)*. In: MENDES, F.F.; FONTELES NETO, F.L.; LIINS, L.F. T. S. *História Social e História Cultural de Mossoró: Métodos e Possibilidades*. Mossoró, Vingt-Un Rosado, 2009. (Coleção Mossoroense, Série C; v.1556).

<sup>250</sup> A`RBOCZ, István I. C. *Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Universitária/UFRN, 1986. TAKEYA, Denise Monteiro. *Um Outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1890-1915)*. Fortaleza: ETENE/BNB, 1985. SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Senado Federal, 1989.

grandense como “indolentes”, “preguiçosos” e “vagabundos”, e propostas para sanar esses problemas como o “trabalho obrigatório”, por exemplo, passaram a ocupar um espaço cada vez maior nos programas partidários de monarquistas e republicanos logo após a abolição. Assim, uma economia frágil e dependente de uma sociedade agrária e patriarcal fornecia o pano de fundo para a política norte rio grandense no final dos oitocentos. Deste modo, os partidos eram mais um “ajuntamento de parentes, compadres, agregados e clientes do que instituições representativas de setores sociais determinados, com programas definidos e soluções para os problemas da província e do país”<sup>251</sup>.

Portanto, não existia muita “diferença” acerca da passagem do contexto imperial para o republicano na esfera política e social. Afinal, excetuando-se as mudanças com a abolição, as relações clientelista, patriarcal e patrimonialista aliadas às oligarquias e grupos de latifundiários oriundos dos antigos partidos e regiões da província vão ocupar, sob a égide republicana, o poder administrativo do Rio Grande do Norte nas próximas décadas, enquanto os camponeses pobres e sem direitos a posse de terras ainda continuaram com seus serviços de mão de obra barata, sazonal e sem proteção em tempos de calamidade pelos grandes fazendeiros da zona da mata ao sertão do Seridó. Esses últimos vão explorar ainda mais esses sertanejos na produção da cotonicultura em grande escala no mercado nacional e para o exterior.

Mais de uma década depois de 1889, outra seca voltaria a acontecer na região Norte do país, alcançando os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, prolongando seus efeitos de crise social até 1904, principalmente no território do Rio Grande do Norte. A diáspora sertaneja entra novamente em cena. Uma grande onda de retirantes segue para as cidades de Mossoró e Natal procurando os socorros públicos do governo federal. Diante da impossibilidade de o governo ocupar as famílias sertanejas em obras de melhoramento na capital e interior do estado, uma política sistemática de migração começa na tentativa de desafogar o espaço urbano da multidão de miseráveis dos sertões. As trajetórias dos retirantes vão alcançar, outra vez, a região Centro-Sul do país, onde as hospedarias de imigração das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro se farão presentes no processo de internalização das famílias sertanejas. A articulação dos poderes municipal, estadual e federal no Rio Grande do Norte segue duas políticas de combate à seca em 1904: ocupar um número significativo de sertanejos em trabalhos de aformoseamento na capital, e a imigração subsidiada para outros

---

<sup>251</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República...*, 2016, p. 33 e 49.

estados da federação, como alternativa de salvar da fome e miséria milhares de retirantes. É nesta última que a trama tece seu enredo.

#### **4 DO ALTO SERTÃO A HOSPEDARIAS OUTRA VEZ: MIGRAÇÃO SERTANEJA NO AMAZONAS, RIO GRANDE DO NORTE, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO (1904)**

No capítulo anterior, acompanhamos o processo de migração dos retirantes do Rio Grande do Norte a partir de suas experiências nas Hospedarias de Imigração nas cidades de Fortaleza e Rio de Janeiro, durante a seca de 1888-1889. Territórios da espera criados pelos poderes públicos e particulares com a finalidade de internalização dos migrantes estrangeiros e nacionais com destino ao trabalho e colonização, as hospedarias foram espaços de intermediação para novos valores, normas e práticas para os sujeitos em trânsito, antes mesmo de entrarem em outras terras desconhecidas. Na travessia de milhares de retirantes durante as grandes secas, as rotas para o Norte e Centro-Sul do Império surgiram como alternativa para se deslocarem, porém, em alguns casos, foi necessária a experiência das hospedarias para poderem conseguir chegar a seus destinos, como foi o caso da Hospedaria de Imigração da cidade de Fortaleza e da Ilha das Flores no Rio de Janeiro. Entretanto, passados mais de uma década daquela seca e, agora no contexto político republicano, os sertanejos pobres do sertão viram-se no mesmo dilema de migração no início do século XX.

No primeiro momento desse capítulo, analisaremos a migração de retirantes do alto sertão para as cidades litorâneas durante a seca de 1904, no Rio Grande do Norte, e seu drama ao chegar a cidades como Natal e Mossoró e não conseguir socorros públicos e trabalho, levando-os a escolher migrarem para o extremo Norte pelos navios fretados pelo Governo. Na segunda parte, nossa narrativa procurou construir pequenas trajetórias e experiências de retirantes norte rio grandenses que decidiram seguir viagem para o Centro-Sul, passando pelas Hospedarias de Imigração nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, para então serem escolhidos como trabalhadores agrícolas de café nas fazendas de latifundiários da região.

##### **4.1 Do Alto Sertão ao litoral outra vez: migração de norte-rio-grandenses para o litoral e extremo Norte na seca de 1904**

No último domingo, dia 10 de janeiro, atravessaram pela cidade de Mossoró em “viagem de emigração para o norte um grupo de 40 homens, chefiados por um preto que cavalgava na frente, indo os de mais a pé”. Passavam agitando chapéus e lenços em sinal de despedida. Entre eles um tocava harmonium (acordeom) e alguns “caminhavam em passo cadenciado como quem dançava acompanhando as notas do instrumento”. Uns vinte daqueles

homens foram “arrebanhados pela ribeira do Upanema, antigo município de Campo Grande; outros o foram neste município de Mossoró”. O homem que os conduzia chamava-se “Antonio Mathias e vem especialmente do Marajó, no Amazonas, para contractar colonos no Rio Grande do Norte”, contando previamente com o êxito da empresa, devido a confiança depositada nos seus bons auxiliares que são “a secca e o abandono oficial a que está entregue a população”<sup>252</sup>.

Antônio Mathias é um exemplo de agenciador de trabalhadores sertanejos da região do Marajó, no Amazonas, que em períodos de crise de abastecimento surgia para arregimentar mão de obra no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A evasão de mão de obra, como um grande problema para a agricultura do Estado, “é constante em todas as mensagens de governadores do período e se apresenta, nessas fontes, sempre como decorrência de um fenômeno natural – a seca”. Assim, ao justificar dessa forma o êxodo populacional, “o discurso apela constantemente para o fato de que por ocasião das secas, avolumava-se a corrente emigratória que dirigia-se para os seringais da Amazônia”<sup>253</sup>. Entretanto, a migração não ocorria apenas em momentos de crise hídrica no sertão norte rio grandense como alegam os governadores. Ela apresentava-se de forma regular na passagem do século XIX. Esse fator era impulsionado pelos grupos de agenciadores, que segundo Tavares de Lyra, “por ocasião das secas – e mesmo sem elas – era um fato normal o aparecimento de pessoas que percorriam o Estado a aliciar trabalhadores, acenando-lhes com vantagens imaginárias nos seringais da Amazônia”. Logo, todos os meios de “sedução eram empregados, a começar por adiantamentos para viagens e segurança de rápida fortuna”<sup>254</sup>. Na estatística da migração no Estado, entre os anos de 1895 a 1909 pode-se notar a presença dessa migração em anos normais de inverno, como também sua maximização na seca de 1904.

---

<sup>252</sup> “Emigração Forçada”. *O Commercio de Mossoró*. Mossoró. Ano I, nº 1, p. 01.

<sup>253</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. LIMA, Henrique Machado F. *História político-administrativa da agricultura do RN – 1892/1930*. Natal: Ed. Universitária/UFRN, 1987, p. 20.

<sup>254</sup> LYRA, Tavares de. *O Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia. 1912, p. 146-147.

Quadro 11 - Migração de norte-rio-grandenses para o extremo Norte (1895-1909)

<i>Anos</i>	<i>Emigrantes</i>
1895	594
1896	1.017
1897	3.352
1898	3.833
1899	3.936
1900	3.360
1901	2.266
1902	1.037
1903	1.781
1904	12.082
1905	3.400
1906	2.148
1907	4.564
1908	2.394
1909	4.345
<i>Total</i>	50.109

Fonte: Estatística da emigração do Estado – de 1895 a 1909, fornecida pela chefatura de polícia do Estado, segundo Pereira da Silva, R. – Estudos e Trabalhos relativos aos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, outubro de 1910. Ministério da Viação e Obras Públicas, Inspeção de Obras Contra as Secas – Publicações nº. 12, Série I, E. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, p. 147-148. In: TAKEYA, Denise Monteiro. LIMA, Henrique Machado F. *História político-administrativa da agricultura do RN – 1892/1930*. Natal: Ed. Universitária/UFRN, 1987.

A narrativa do jornal *Commercio de Mossoró*<sup>255</sup> acerca da emigração de sertanejos do Rio Grande do Norte no início de 1904 é justificada por três elementos: a seca, abandono governamental e a procura de trabalhadores pelos latifundiários de outras regiões. Sobre o título de “emigração forçada” o redator Bento Praxedes publicará as notícias referentes ao deslocamento em massa de sertanejos pela política de migração promovida entre os governadores Alberto Maranhão, Tavares de Lyra e apoio dos poderes da União. Na verdade, uma parcela das elites do Rio Grande do Norte, principalmente da região oeste, estava tentando angariar recursos federais para o combate à seca no estado. Uma luta que traduzia-se

<sup>255</sup> Órgão do comércio, indústria e lavoura. Propriedade do capitão João Carlos Wanderley, comerciante e residente da cidade de Macau. Seu principal redator e diretor foi Bento Praxedes, com colaboração do Dr. Felipe Guerra, padre Pedro Paulino e Martins de Vasconcelos (futuro redator do jornal Nordeste em 1916). FERNANDES, Luiz. *Op. Cit.* p. 45.



em criar obras de açudagem e estradas de ferro, convertendo os retirantes em operários da construção pública e, ao mesmo tempo, salvando-os da condição de miséria, fome, e desterro<sup>256</sup>. Mesmo com pressões das elites estatais, essas obras federais de combate à seca não vigoraram nesse ano de 1904, seguindo apenas estudos prévios de açudagem no território. Sua concretização viria em meados de 1909, com a criação do IOCS. Itamar de Souza e Medeiros Filho discorre

Somente no Governo de Rodrigues Alves foi que a lei orçamentária destinou uma parcela ao combate às secas. Em decorrência disso, o Ministro Lauro Müller criou três comissões: a de “Açudes e Irrigação”, com sede no Ceará, chefiada pelo engenheiro Piquet Carneiro; a de “Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas”, comandada pelo engenheiro Sampaio Correia, finalmente, a “Comissão de Perfuração de Poços”, que funcionou sob a responsabilidade do Dr. Pereira Reis. Estas últimas foram sediadas no Rio Grande do Norte. [...] Em 1906, no Governo Afonso Pena, as três comissões foram reduzidas a uma só denominada “Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Secas”. Este órgão teve vida efêmera, pois o Ministro Miguel Calmon o suprimiu, restaurando a Comissão de Açudes e Irrigação. Estes órgãos realizaram, na prática, muito pouco, restringindo-se a estudar açudes na Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Neste último Estado, estudaram também a drenagem de alguns vales úmidos. Verdade é que foi somente no Governo Nilo Peçanha que o poder público federal saiu do marasmo em que vinha se arrastando mediante a criação da “Inspetoria de Obras Contra as Secas” (IOCS) pelo Decreto nº 7.619, de 21 de Outubro de 1909<sup>257</sup>.

O marasmo federal dos órgãos de combate à seca não atingiu os setores responsáveis pela migração dos sertanejos do Rio Grande do Norte. Ao contrário, as verbas de passagens, navios disponíveis para a região do extremo Norte e os dispositivos de internalização dos retirantes, isto é, as hospedarias de imigração em São Paulo e Rio de Janeiro, seguiam firmes e fortes durante o ano de 1904. Na mensagem do governador Tavares de Lyra ao congresso legislativo em 14 de julho, pode-se perceber as ações de seca efetivadas até aquele momento no Estado.

[...] conhecedor, pela lição cruel da experiência, da situação afflictiva que nos aguardava, o então Governador – declarados os primeiros efeitos da crise – dirigiu-se ao exm. Sr. Presidente da República e à representação federal, solicitando providências que tolhessem a sua marcha desvatadora.

<sup>256</sup> Sobre as disputas políticas sobre a implantação de ferrovias e açudes no território do Rio Grande do Norte, RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos Caminhos de Água aos Caminhos de Ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820 – 1920)*. Natal, RN, 2006, 180f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

<sup>257</sup> MEDEIROS FILHO, João. SOUZA, Itamar de. *Op. Cit.* p. 68-69.

Dessas providencias, as que poderiam ser immediatas, eram o soccorro directo e o transporte para outros Estados, porque, além de não haver consignação orçamentaria para serviços em que fossem aproveitados os retirantes, não tínhamos, infelizmente, estudos sobre estradas de ferro e açudes, únicas obras que podendo atenuar a intensidade de novas calamidades – ofereciam ocupação, de momento, a milhares de pessoas; e semelhantes medidas não correspondiam às vistas da administração estadual: a primeira – o soccorro directo – por improductivo não podia ser adoptado se não em caso extremo; e a segunda devia ser adiada para quando falhassem, de modo absoluto, quaisquer outros recursos, como succedeu mais tarde. [...] O Exmo. Sr. Rodrigues Alves, cumprindo promessa anteriormente feita, atendeu ao pedido, concordando com o honrado Ministro da Viação em nomear uma comissão de que é chefe o ilustre Dr. Sampaio Correia, [...]. Além da nomeação da comissão que devia projectar e realizar serviços de indiscutível utilidade para o Estado, outras providencias foram postas em pratica. E delas temos conhecimento pela mensagem com que o meu antecessor me passou a administração: “Os ilustres ministros do interior e da indústria abriram pequenos créditos para passagens de emigrantes voluntários que não podessem encontrar trabalho no Estado e para a construção de pequenas obras de auxilio aos indigentes, no intuito de aliviarem de alguma forma a acção do operoso engenheiro chefe da comissão incumbida das obras principaes; auctorizando para isso o digno engenheiro do melhoramento do porto a dispender 35.000\$000 e pondo à disposição do governo a quantia de 25.000\$000. A concessão de passagens e o inicio de trabalhos contribuíram para a aglomerar nesta capital milhares de indigentes. Ao assumir o governo, a situação era esta: a secca declarada em todo o Estado; tesouro sem numerário, em resultado de seus lamentáveis efeitos; e a população deslocando-se, em grandes levas, para o litoral<sup>258</sup>.

Se a política de trabalho em obras urbanas e a concessão de passagens aos retirantes foram as responsáveis pelo grande fluxo de famílias sertanejas para a capital e cidades litorâneas, na interpretação de Tavares de Lyra, esse quadro ainda assim não amenizaria as críticas da imprensa sobre o desterro da população do Estado, principalmente a da região do alto sertão do Rio Grande do Norte. A denúncia do jornal *Commercio de Mossoró* acerca da emigração forçada para alhures se fez presente ao longo do ano. Pelo vapor do dia 17 de fevereiro seguiam “17 desses emigrantes; para o próximo costeiro esperando amanhã dos portos do norte já estão requisitados mais de 300 passagens para homens, mulheres e meninos, famílias pobres que seguem ao acaso”, expulsadas pela inclemência da “secca e a falta absoluta de trabalho”<sup>259</sup>. A procura de passagens fretadas pelos retirantes aumentava no primeiro semestre do corrente; periodicamente saíam dos portos de Mossoró famílias sertanejas com destino ao Norte e Sul. As rotas terrestres do sertão para o estado do Ceará

<sup>258</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da primeira sessão da quinta legislatura a 14 de Julho de 1904 pelo governador Augusto Tavares de Lyra, acompanhada dos relatórios apresentados pelos chefes dos diversos ramos do serviço publico*. Natal: Typ. A República, 1905, p. 10-11.

<sup>259</sup> “Emigração Forçada”. *O Commercio de Mossoró*. Mossoró. Ano I, nº 7, p. 02.

também eram feitas pelos retirantes, ainda existindo indivíduos arregimentando braços para trabalhar na região Norte.

[...] Pelo “Jabotão” que zarpou do porto de Areia Branca no dia 3 deste mês embarcaram 394 emigrantes com destino ao norte e sul da Republica, e pelo “Una” que passou a 19 vindo do norte seguiam 325 desses infelizes brasileiros que com lagrimas de pesar e contristamento deixam a sua terra e as suas gentes para entregarem-se ao fado de um destino cruel. Pelos caminhos do sertão conduzem a capital do Ceará seguem muitas outras que ali vão tomar os paquetes da linha do norte. No dia 13 deste seguiu da Villa de Caraúbas, por terra, para Fortaleza, o Major Benvenuto Simões, conduzindo cerca de 50 rapazes dalli e do Apody, dos mais aptos para o serviço<sup>260</sup>.

As notícias dos correspondentes do interior do Estado transcrevem a situação das famílias sertanejas em completa condição de miséria, migrando para a cidade de Mossoró e à procura de velhos locais arejados como os Cariris da Paraíba e Ceará. Por passagem em Pau dos Ferros e Serra de Martins, José de Paula e Rodolfo Fernandes, respectivamente, descrevem o contexto de seca nessas paragens para o redator Bento Praxedes.

[...] Tem sido enorme a emigração deste e de outros pontos do Estado, e o que mais doe é essa pobre gente que abandonada o lar sem, sequer um destino certo, si se enteroga a onde vão, respondem com lagrimas: - morrer por ahi em fora. 24 de março.

[...] Acabo de chegar do sertão do Estado e como voltei triste e acabrunhado! [...] Em que estado fui encontrar a serra do Martins, outrora tão verde, rica de uma fauna soberba e de uma flora variada! As arvores têm morrido, as fructeiras secado! A população flagelada batia em retirada para esta cidade, onde tem chegado e chegam aos bandos, diariamente. [...] Familias inteiras, que emigram para os Caryrys, têm se acabado<sup>261</sup>.

A seca manifestou-se rigorosa em meados de 1903 nos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O governador Alberto Maranhão telegrafou para representantes na Câmara e Senado sobre a situação. “Numerosos famintos buscam o litoral, onde a deficiência de meios impossibilita amparal-os. Aquelles aos quaes restavam minguados recursos, expatriaram-se para o extremo norte, confiando ao acesso a sorte miseranda”<sup>262</sup>. As famílias sertanejas residentes nas fronteiras dos Estados já vinham desde 1901 enfrentando as

<sup>260</sup> “Emigração Forçada”. *O Commercio de Mossoró*. Mossoró. Ano I, nº 11, p. 02.

<sup>261</sup> “Pau dos Ferros”, “Martins”. *O Commercio de Mossoró*. Ano I, nº 12, p. 02-03.

<sup>262</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Ano III, nº 793, 1903, p.01.

dificuldades de recursos e falta de água para a lavoura de subsistência. Porém, a passagem de 1903 a 1904 intensificou ainda mais a situação nessas áreas. “Contra as normas da natureza, a seca este anno é particular aos vales Apody – Penoma e Piranhas, no Rio Grande do Norte, continuando neste sentido pelos sertões da Parahyba e valle superior de Jaguaribe, no Ceará”<sup>263</sup>. A discussão sobre como combater os efeitos sociais da seca, inclusive a migração, era através da criação de obras federais nesses territórios, afeição das elites locais para modernizar a região e suas propriedades. Na carta publicada no jornal *Correio da Manhã*, da cidade do Rio de Janeiro, uma “victima” escreve a solução de enfrentar a seca no Rio Grande do Norte.

[...] O remédio para evitar o êxodo consiste em proporcionar trabalhos com a possível urgência a essas populações victimadas, sob a forma de construção de estradas, que ao mesmo tempo salva os sertanejos de tamanha calamidade, fixa no solo os elementos para prosperidade futura, desenvolvendo as riquezas naturaes, que nenhum outro Estado possui em maior quantidade. É o momento da União agir constitucionalmente. O Estado do Rio Grande do Norte tem para oferecer ao trafego permanente produto de primeira necessidade, cuja renda dará para cobrir toda e qualquer despeza feita nesta emergência. O sal exportado de Macau e Mossoró, naquele estado, é valorizado 80, 40, 50 e mais vezes no interior da Parahyba, alto Ceará, Pernambuco, Piauhy, Bahia, Minas, Mato-Grosso e Goyaz. Assim, pois quem dispõe de tal receita bem merece da União que desenvolva o seu commercio no interesse da renda própria<sup>264</sup>.

A estratégia de pressão ao Governo da União para o investimento em obras públicas, como estradas de ferro e grandes açudes, foram presentes nos discursos e práticas das elites na passagem do século XIX. Esses aspectos não “fixaram” sertanejos do Ceará nas obras de prolongamento da estrada de ferro de Baturité, e nem absorveu a totalidade dos retirantes na cidade de Fortaleza, durante as secas de 1877 e 1888, por exemplo.<sup>265</sup> Essa não-fixação correspondia a muitas razões, como a falta de recursos financeiros no período de pós-seca

<sup>263</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Ano III, nº 799, 1903, p.02.

<sup>264</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Ano III, nº 799, 1903, p.02

<sup>265</sup> Para uma literatura acerca das relações de trabalho de retirantes nas grandes secas, CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas” os engenheiros civis e as obras públicas: Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) e a construção do açude Tucunduba (1909-1919)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1906)*. Fortaleza, 2012. 200f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Pós Graduação em História. 2012. SILVA, Wendell Guedes da. *A todo vapor! Formação de trabalhadores na estrada de ferro de Baturité (1877-1880)*. 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, 2013.

nessas obras e o abandono dos retirantes com a volta das chuvas no sertão. Uma parcela significativa trabalhou nas obras ferroviárias e de açudagem no Ceará, transformando-se em uma categoria móvel de trabalhadores, os proletários das secas. Porém, esses serviços não evitaram a emigração para outras províncias e Estados, como bem pensavam as elites do Rio Grande do Norte na seca de 1904, afinal, não enxergavam as escolhas dos retirantes ao deslocar-se e tampouco a estrutura de exploração rural que elas mesmas (re)produziam.

A preocupação com o êxodo dos sertanejos ainda se fazia constante nos jornais do Estado. Na região oeste, o *Commercio de Mossoró* era um dos representantes da oposição. Sendo um órgão do comércio, indústria e lavoura, as publicações sobre a emigração dos sertanejos eram uma preocupação da falta de braços para a agricultura no Rio Grande do Norte nos anos futuros. De sete de dezembro do ano findo, até 29 de maio de 1904, o número de emigrantes chegou a 6.564, sendo 4.939 com destino para o Norte e 1.625 para o Sul da República. O porto de Mossoró contribuiu com cerca de 2.000 retirantes, embarcados para a cidade de Natal, nos vapores costeiros da Companhia Pernambucana nesse primeiro semestre.

S. Francisco 16 de Fevereiro de 1904 -----	18
Jaboatão 03 de Março-----	394
Uma -----	320
Jaboatão 01 de Abril -----	277
S. Francisco 15 -----	473
Beberibe 02 de Maio -----	430
Total-----	1.912 <sup>266</sup>

Na viagem pelo vapor *Itaqui*, com destino ao Norte, seguiram 495 retirantes no dia 22 de junho. O alistamento para essa emigração era cerca de 800 passageiros, mas a “população expatria-se tão a contra gosto, segue tão contrariada, que apenas chegaram ao porto para embarcar 495. [...] Eleva-se agora a 3.507 o numero dos expatriados só pelo porto de Mossoró”<sup>267</sup>. A desistência dos sertanejos está presente nos momentos de embarque nos navios fretados do governo, pois, como vimos na Hospedaria Geral de Emigração de Fortaleza, alguns recusavam migrar para outras regiões. Todavia, não comparecer no dia marcado da viagem era uma forma de resistência dos retirantes. Portanto, a escolha deve ser formulada à luz das relações sociais da migração durante as secas, igualmente diante de um

<sup>266</sup> “Emigração Forçada”. *O Commercio de Mossoró*. Mossoró. Ano I, nº 19, 1904, p. 01-02.

<sup>267</sup> “Emigração Forçada”. *O Commercio de Mossoró*. Mossoró. Ano I, nº 23, 1904, p. 02-03.

contexto que lhe condiciona a tomar caminhos a contragosto e diversos. Contudo, essa recusa de emigrar causaria incômodos às elites urbanas de Natal, pois a cidade abrigaria por mais tempo a multidão de famintos no seu espaço urbano, além das verbas já gastas aos fretes de navios. Não demoraria surgir ações de repressão aos retirantes desertores.

NATAL, 25. [...] Os agentes do governo estão maltratando barbaramente aqui os retirantes, obrigando-os a se retirarem desta capital porque recusam embarcar. NATAL, 26. O “Itaqui” levou do porto de Mossoró 1.100 emigrantes para o Norte. O governo fretou aqui um trem expresso afim de levar os retirantes do interior. A polícia está obrigando o embarque afim de evacuar a capital. NATAL, 5. O “Manaos” levou 144 imigrantes e o “Itabyran”, que sahiu hoje, levou para o Norte 800. Alguns alistados recusaram-se a embarcar, no qual foram obrigados pela polícia<sup>268</sup>.

No relatório do secretário Henrique Castriciano encontra-se a justificativa legal da emigração: a falta de recursos da União e Estado aos milhares de retirantes do Rio Grande do Norte, no governo de Alberto Maranhão, em 1903. Essas passagens cessar-se-iam somente mediante trabalhos de combate à seca que empregassem a mão de obra sertaneja, uma vez que, apinhados na capital, a ameaça à ordem e salubridade pública era uma demanda urgente para as elites urbanas. Logo entre morrer de fome e migrar, a última foi colocada em prática.

E, como se levantassem algumas voses protestando contra o êxodo que se tornava uma necessidade, em vista de não ter podido o Governo da União enviar os recursos necessários à cerca de cem mil famintos, o Sr. Ministro do Interior, Exm. Dr. J. J. Seabra, consultou o Dr. Governador sobre a conveniência de ser ou não mantida a ordem relativa ao transporte de emigrantes. O Exm. Dr. Alberto Maranhão respondeu nos seguintes termos: Exm. Ministro Interior. Grato gentileza telegramma V. Exa. cumpre-me asseverar que só pedi ordens passagens após reiteradas solicitações emprego retirantes serviços úteis, mediante salário próprio prover-lhes: subsistencia. Entre morte fatal pela fome e expatriação, não hesitei requisitar transporte, instado infelizes baldos quaesquer recursos. As ultimas providencias patrioticamente adoptadas, sentido minorarem calamitosos effeitos secca, concorrerão, estou certo, attenuar grandemente corrente emigratoria. Doloroso êxodo centenas braços valiosos compromette seriamente desenvolvimento agrícola. Entretanto, não convém suspensão imediata ordem passagens, antes estejam organizados trabalhos proporcionem salário famintos que continuam affluir diariamente Capital, outros pontos littoral, porque augmentaria actuaes difficuldades<sup>269</sup>.

<sup>268</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 1078, 1079 e 1089. 1904, p. 02.

<sup>269</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. Relatório apresentado ao Exm. Dr. Augusto Tavares de Lyra pelo Secretario do Governo Henrique Castriciano, 1904. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da primeira sessão da quinta legislatura a 14 de Julho de 1904 pelo governador Augusto Tavares de Lyra, acompanhada*

Diante da corrente migratória de retirantes à procura de socorros e passagens do governo, o número de emigrantes até o dia 30 de junho de 1904 atingiu pelos portos do Estado, um total de 15.647, sendo 12.684 para o Norte e 2.963 para o Sul. “Calculando com os que seguiram por terra para o Ceará, Brejos da Parahyba e Caryris e os que tem vindo para Natal e Mossoró, onde continuam a chegar diariamente, não é inferior a 50.000 pessoas o número de flagelados que se deslocam até esta data”<sup>270</sup>. No segundo semestre do corrente, o jornal *Commercio de Mossoró* publicou matérias de experiências trágicas da emigração de sertanejos para o Norte do país. Com o título “frutos da emigração”, Bento Praxedes receberá notícias e cartas de seus informantes, acerca de famílias que perderam parentes nos Estados do Pará e Amazonas, decorrente da migração para aqueles lugares.

[...] A snra. Maria do Valle, popular e conhecidíssima parteira nesta cidade, teve o desgosto de receber noticias do falecimento de sua filha Anna Miranda e achar-se o seu neto Manoel Miranda, filho desta gravemente doente e de haver enlouquecido a mulher do mesmo Manuel Miranda que foi recolhida ao asylo em Manáos. Falleceram também o sr. Antonio da Costa, que exercia a profissão de mestre de barçaça em Areia Branca, sua mulher, uma filha e dois netos. No Pará faleceu o snr. Francisco Pacó e em Manáos duas filhas do snr. Cincinato Gomes Brazil, ficando este gravemente enfermo<sup>271</sup>.

Chegaram do Pará o jovem Cinato Wanderley e o snr. Capitão José Lopes Bastos, que trouxe em sua companhia dous sobrinhos órfãos de desventurada mae que chegou ao extremo infortúnio de suicídio. Falleceu naquela cidade a menor Izabel, filha do snr. João de Souza Cavalcante. No Amazonas faleceram duas netas do major Galdino, uma filha do snr. Julio Praxedes e outra do snr. Francisco das Chagas que tinha seguido em companhia de sua avó dona Benta Bella Benevides. Falleceram em Manaos a mulher e um filho do snr. Cincinato Gomes Brazil, continuando este gravemente enfermo<sup>272</sup>.

As notícias trágicas de familiares que migraram e faleceram pareciam ser de famílias conhecidas na cidade de Mossoró, o que nos leva a pensar que não foram apenas agricultores pobres que retiraram-se do alto sertão mas, também, moradores urbanos que estavam enfrentando dificuldades com a crise desencadeada pela estiagem. Todavia, a morte de

---

*dos relatórios apresentados pelos chefes dos diversos ramos do serviço publico.* Natal: Typ. A República, 1905, p. 15-16.

<sup>270</sup> “Emigração forçada”. *O Commercio de Mossoró*. Mossoró. Ano I, nº 32, 1904, p. 02.

<sup>271</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Fructos da Emigração”. *Commercio de Mossoró*. Mossoró. Ano I, nº 30, 1904, p. 03.

<sup>272</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Fructos da Emigração”. *Commercio de Mossoró*. Mossoró. Ano I, nº 32, 1904, p. 03.

esposas, netos e filhos, mostram os desarranjos familiares decorrentes do processo de migração.

Ainda sobre as formas de organização familiar na diáspora sertaneja, é interessante a narrativa da carta de Mafaldo d'Oliveira ao redator Bento Praxedes a respeito do casal Camilo Antonio de Albuquerque e Ignacia Thereza da Conceição.

[...] Mezes decorridos, Ignacia sentiu os primeiros indícios da maternidade, e Camilo mais que dantes compreendeu a necessidade de desvelar-se por sua família e procurar, pelo trabalho, os meios de poder rodeal-a de todo o conforto possível. Pela primeira vez atravessou o espirito a lembrança do Amazonas. A sua terra é tão pobre... e agora que se acha a braços com o flagello da secca, não tem sequer trabalho ou ocupação útil em que o pobre possa ganhar honestamente o salario indispensável a sua subsistência. [...] Partiu se o Camillo, deixando o coração repartido pela terra de seus pais, pelos entes queridos do seu amor. Ignacia chorou muito e só tinha para consolal-a quando mais pezares a vexavam a esperança do regresso do seu amado esposo. Chegando o tempo da maternidade, teve uma linda creança que tinha da mãe os olhos azues, e era do pae o retrato vivo. Camillo soube desse acontecimento feliz e redobrou os golpes a seringueira que lhe pagava em borracha as agruras das saudades que sentia dos seus. [...] Um dia amanheceu doente: o corpo preso ao leito recusava levantar-se, pesavam-lhe as pernas que tão outrora o conduziam ao trabalho. Era a malária que lhe tinha invadido o organismo: enfermara. Uma ideia sinistra atravessou-lhe o espirito e antes que acabasse ali aquella existência apressou-se em tomar passagem para sua terra. [...] Chega afinal ao porto de desembarque da sua viagem marítima, mas em tal estado de abatimento e fraqueza que não pode empreender a viagem terrestre que o devia conduzir a casa. [...] Em meio do caminho soube que já não vivia o esposo amado, e a dor, o pranto, a viuvez e o lucto retrataram-se-lhe no semblante. É esta a historia comum aos Rio Grandenses do Norte nas crises das grandes secas e todos os dias a vemos repetida por milhares de patrícios aos quaes sucedem essas aventuras que vão se reproduzindo como lendas de um povo desgraçado. Camillo era filho legitimo de Antonio Francisco Evangelista e D. Maria Thereza, naturaes do Campo Grande, casou-se a 29 de setembro do anno passado, seguiu para o norte em Abril deste anno e faleceu na villa de Areia Branca a 27 de Outubro ultimo. Esta sepultado no pequeno cemitério da povoação de Grossos<sup>273</sup>.

A história do casal sertanejo de Campo Grande serviu para reforçar os perigos da emigração para outras áreas do país nas grandes secas, aonde essa aventura custaria a vida de várias famílias que partiam na busca de trabalhos. A matéria também procurou sensibilizar seus leitores sobre as ações do governo diante do desterro da população, uma realidade que não estava agradando segmentos das elites do Rio Grande do Norte. Assim, a emigração era

---

<sup>273</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. "Infelizes Esposos". *Commercio de Mossoró*. Mossoró. Ano I, nº 40, 1904, p. 01-02.



vista pelas autoridades como uma fatalidade, um destino cruel, flagelo sobre os agricultores nos períodos de seca.

No Estado do Amazonas foi possível encontrar alguns vestígios da situação dos retirantes naturais do Rio Grande do Norte naquele ano de 1904. No *Jornal do Commercio*, o correspondente da cidade de Natal narra a situação calamitosa dos sertanejos pobres naquele Estado e seu provável embarque para os territórios amazônicos. Cobra dos poderes públicos a “conservação deles (retirantes) em determinado lugar, facilitando-lhes todos os recursos de hygiene, em benefício da população”. Como não seria agradável “ver nossos patrícios ora flagelados pela secca que devasta os sertões do Norte, esmolando andrajosos pelas ruas, em grandes levas exhibidoras da miséria que os acossa”<sup>274</sup>. Apesar de essa matéria ser do final de março, ainda não começaria o desembarque em massa dos retirantes nos Estados do extremo Norte. Todavia, as reclamações de maus tratos e péssimas condições acerca dos transportes marítimos começavam a surgir.

É infundável o rosário de queixas contra o Novo Lloyd. [...] Além das faltas graves por essa empresa commettidos e que tem echoado de norte a sul nos jornaes, há agora um deshumano traço de pouca atenção revelado por ella no transporte de retirantes acossados pelo flagelo da secca. *A bordo dos vapores dessa empresa, os infelizes tem encontrado um prolongamento de sua miséria, no bojo desses paquetes uma quase sepultura aberta, em que curtindo o amargor do afastamento do torrão nativo, onde o sol escalda e a agua minguá, sentem ainda o tormento do máo trato e o supplicio do desconforto*<sup>275</sup>. (grifos nossos).

A situação dos retirantes do Rio Grande do Norte parecia tornar-se incerta ao chegarem ao Estado do Amazonas, e sua situação de miséria e fragilidade física crescia ainda mais nos dias de travessia pelos vapores nacionais e internacionais. Muitos sertanejos viraram indigentes pelas ruas de Manaus, enquanto outros foram encontrando trabalho em serviços diversos ao longo do ano de 1904. O cemitério São João Batista, em seus registros de sepultamento e obituário publicados pelo *Jornal do Commercio*, nos permite enxergar indícios de famílias norte rio grandenses que se encontravam em situação de pobreza e nas quais acabaram falecendo alguns de seus membros em decorrência das doenças infecciosas, debilidade do organismo e por sua condição de miséria naquela capital. O quadro a seguir constrói um panorama do perfil desses retirantes migrados.

<sup>274</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Echos do Dia”- A Seca. In: *Jornal do Commercio (AM)*. Ano I, nº 73, 25 de março, 1904, p. 01.

<sup>275</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Echos do Dia” – O Novo Lloyd. In: *Jornal do Commercio (AM)*. Ano I, nº 100, 27 de abril de 1904, p. 01.

Quadro 12 – Indigentes naturais do Rio Grande do Norte sepultados no cemitério São João Batista na cidade de Manaus em 1904

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Filiação</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Causa da Morte</i>
Maria de Souza	4 meses	Theotonio de Souza Bezerra		Enterocolite
Manoel Leandro Ribeiro	88 anos	Leandro Ribeiro	Solteiro	Febre Palustre
José de Moraes Pinto	41 anos	Ignorado	Solteiro	Impaludismo
Liberato do Nascimento	11 anos	Liberato do Nascimento		Febre Palustre
Antonio de Sant`Anna	19 anos	Antonio José Gonçalves		Beriberi
Francisco de Souza	11 anos	José de Souza		Dysentheris
Maria Mello	3 anos	Servolo Mello		Sem Assistência Médica
Paulino Gomes de Oliveira			Solteiro	Impaludismo
Ignácio Ferreira de Souza	36 anos	Ignorada	Casado	Sem Assistência Médica
Ubeldina Rosa de Moraes	30 anos	Ubalduino Moraes	Casada	Impaludismo
Josepha Maria Bezerra	28	Ignorada	Casada	Febre Palustre
Raymundo Belem	20 anos	Emydio Ferreira Mattos	Solteiro	Cachexia Palustre
Luiz Antonio	28 anos	Ignorada		Febre Palustre
Antonio	13 meses	Antonio da Silveira		Athrsepsia
Francisco Pedro do Nascimento	4 meses	Ignorada		Bronchite Capilar

Francisco	10 meses	Francisca Maria da Conceição		Intercolite
João Vicente Rodrigues	25 anos	Vicente Rodrigues da Cruz		Beriberi
Manuel Isidoro de Araujo	20 anos	Manuel Jorge da Silva	Solteiro	Beriberi
Joanna Ignacia de Albuquerque	18 anos	Antonia Ignacia de Luz	Solteira	Bronchite Asthmatica
Maria Mello	8 anos	Servalo Mello		Sem Assistência Médica
Salvilina Maria da Conceição	13 anos	Joaquim P. de Medeiro		Sem Assistência Médica
Arthur Baptista de Sant'Anna	20 anos	João Baptista de Sant'Anna	Solteiro	Febre Palustre
Antonia Serafina	40 anos	Serafina de Souza	Solteira	Impaludismo
Maria Fernandes de Araujo	25 anos	Ignorada	Casada	Beriberi
Severina Ferreira de Costa	1 ano e seis meses	Manoel Ferreira		Verme Intestinal
Eufrausina Maria da Conceição	16 anos			

Fonte: Quadro construído pela matéria "Obituário" da HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Jornal do Commercio (AM)*, Ano I, nº 152, 161, 162, 172, 176, 179, 181, 201, 203, 207, 236, 314, e 492 do ano de 1904.

A maioria dos sepultamentos era de jovens e crianças no cemitério São João Batista, em Manaus. Também existiram alguns casados e solteiros de ambos os sexos que compõem o quadro do obituário. Todos foram registrados como indigentes, o que nos leva a acreditar que muitas dessas famílias se encontravam em situação de penúria pela capital do Amazonas. Os que faleceram sem assistência médica demonstram como poderia ser difícil viver sob aquelas

condições em novos lugares e totalmente desassistidos. Todavia, alguns desses retirantes arranjavam algum trabalho em serviços na agricultura e obras públicas nos Estados do extremo Norte. No Pará, por exemplo, cearenses e norte rio grandenses trabalhavam lado a lado em alguns serviços. A corrente migratória confluía muitas trajetórias de sertanejos, mas, infelizmente, levava-os a compartilharem algumas tragédias como aconteceu em Catú no dia 24 de março de 1904.

Os trabalhadores estavam ocupados na colocação de tubos do encanamento d'água numa valla que liga os igarapés Utinga e Catú. A essa hora foi descido o ultimo tubo numa valla de seis metros de profundidade e então os trabalhadores José Gomes, Manoel de Lima, Raymundo Bandeira e Lourenço Silva, procuravam ajustar o tubo que acabava de descer, quando o capataz, sentindo mover-se o solo sob os seus pés, gritou-lhes que subissem. O aviso foi tardio e deu-se a desgraça. A valla fechou-se rapidamente sobre José Gomes e Manoel Lima, que morreram asphyxiados pela grande massa, logrando escapar com vida Raymundo Bandeira e Lourenço Silva, salvos pela acção dos companheiros e por não ter sobre eles desabado a terra. O primeiro saíu bastante ferido e o segundo recebeu leves ferimentos. Quando se retirou os cadáveres foram encontrados de pé, na posição em que ficaram soterrados e conduzidos para o necrotério municipal. *José Gomes era rio grandense do norte, de 25 annos de idade, solteiro, Manoel de Lima era cearense, de 30 annos e viúvo. Parece que a causa do lamentável factó é o ser o terreno cortado de igarapés e riachos*<sup>276</sup>. (grifos nossos).

Os mundos do trabalho para os migrantes sertanejos eram territórios perigosos, pois deixavam formas de exploração no alto sertão e sujeitavam-se a outras de dominação em terras desconhecidas. Por outro lado, também construíram suas relações de cooperação e solidariedade nesses espaços e, igualmente, de afetividades em alguns casos, como o de Joaquim José de Oliveira e Maria Carolina de Jesus que pretendem casar-se. “Ele filho legitimo de João José Cavalcanti e de dona Silveira Ferreira d'Oliveira, com 23 annos de idade, dizendo ser natural do Rio Grande do Norte e residente de Manáos”. Ela filha de “Francisco José da Silva e dona Josepha Maria da Conceição, com 16 annos de idade, dizendo ser natural do Ceará. Apresentaram os documentos exigidos pela lei”<sup>277</sup>. Mesmo em situações desfavoráveis, na maioria dos casos, não podemos perder a perspectiva de que algumas dessas famílias alcançam outras matizes do discurso oficial, sejam elas a favor ou contra a migração nessa seca de 1904. Com tonalidades de esperança e resiliência ao buscar um lugar para sobreviver e continuar a vida, retirar-se vira sinônimo de segurar seu destino com as próprias

<sup>276</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Cartas do Pará – Belém”. In: *Jornal do Commercio (AM)*. Ano I, nº 76, 29 de março de 1904, p. 01.

<sup>277</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Juizo de casamentos”. In: *Jornal do Commercio (AM)*. Ano I, nº 65, 16 de março de 1904, p.04.

mãos. Desse modo, no próximo tópico construímos algumas trajetórias dos embarcados nos vapores para o Centro-Sul, onde vão deparar-se com a internação rápida na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores no Rio de Janeiro; depois, transportados através de ferrovias que levam até a Hospedaria de Imigrantes em São Paulo, sendo novamente alojados e alimentados, esperando a administração finalizar os contratos de trabalho nas fazendas de café da região paulista.

#### **4.2 A hospedaria da imigração e Ilha das Flores: zonas de contato sertanejas na seca de 1904**

José Tertuliano ou Tertuliano Francisco d'Anjos, de 27 ou 28 anos, desembarcou na cidade do Rio de Janeiro junto com sua esposa Joanna, 24 anos, e de uma filha chamada Maria, de um ano ou cinco meses de idade, na Hospedaria da Ilha das Flores. Sua permanência no lugar foi rápida. Chegado do navio “Maranhão”, vindo da cidade de Natal no Rio Grande do Norte, entrou no dia 4 de março na hospedaria, mas no dia seguinte foram transportados ao Porto de Santos e, de lá, para a Hospedaria de Imigração de São Paulo<sup>278</sup>. A diferença de informações sobre o retirante Tertuliano no registro de matrícula das hospedarias pode sugerir várias interpretações. Uma delas seria uma desconfiança do próprio Tertuliano em ceder informações exatas sobre sua família aos escriturários das instituições de imigração, ou mesmo um erro em registrar os dados pessoais de dezenas de sertanejos chegados no mesmo dia na hospedaria.

No livro de matrícula da Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo, existem mais subsídios da família de Tertuliano. Exemplo: sua origem era a cidade de Assú, no estado do Rio Grande do Norte. O fazendeiro que contratou seu serviço era o Dr. J. Eugenio Amaral, grande latifundiário do Estado de São Paulo, e seu destino final, de acordo com a administração da hospedaria, seria a Estação de Araquá<sup>279</sup>. Próxima a essa estação estaria a fazenda de café California, no município de São Manoel do Paraíso. Ela possuía 320 alqueires, 300.000 pés de café, e uma colheita anual de 30.000 arrobas na primeira década do século XX<sup>280</sup>. Possivelmente, Tertuliano e sua família foram trabalhar nessa propriedade do fazendeiro José Eugênio do Amaral Souza. Mas sua aparição não foi apenas nos livros de

<sup>278</sup> *Hospedaria Ilha das Flores*. Rio de Janeiro. 1904. Navio Maranhão. BR RJANRIO OB.O.EPE, HIF. 94 – registro da entrada dos imigrantes: hospedaria da ilha das flores – Dossiê. Arquivo Nacional.

<sup>279</sup> *Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 192. Família 63.480. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>280</sup> LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no século XX*. Sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Lloyd's Greater Britian. Publishing Company LTD, 1913.

matrículas das hospedarias de imigrantes. Na sua chegada ao Rio de Janeiro, acabou dando uma entrevista para um jornalista da Tribuna, ao lado de outros retirantes vindos do mesmo navio, narrando o contexto vivido na cidade de Natal no Rio Grande do Norte. O jornal *Commercio de São Paulo* publicou trechos da matéria.

A Tribuna publicou hoje a entrevista que um dos seus redactores teve com alguns retirantes do Norte, vindos a bordo do vapor Maranhão. Aquelles infelizes narraram horrores da situação no Rio Grande do Norte, onde, além de flagello de sêcca, do supplicio da fome e da sede que os martyrisavam, eram esbordoados e maltratados pelos poderosos da terra. Referiram dolorosos casos de defloramentos e casamentos forçados, para os quaes só encontraram a indiferença dos poderes públicos. Os retirantes accusam o governador do Estado, por não ter este tomado nenhuma providencia em beneficio da classe desprotegida. O retirante Tertuliano Francisco dos Anjos referiu o seguinte facto: em certa ocasião três sertanejos que se achavam ao relento, na capital, vendo passar o governador, pediram-lhe uma esmola. Este deu a um dos pedintes uma moeda de 100 réis; a outro disse: - Vá furtar, seu bode!, e a outro terceiro respondeu: - Vá tirar carangueijo no mangue. Os gêneros alimentícios subiram extraordinariamente o preço. A carne secca que custava 1\$400 o kilo, passou a vender-se a 2\$; o alqueire de farinha de 1\$600 subiu a 2\$, e uma cuia de feijão, custa 2\$500<sup>281</sup>. (grifo nosso).

A narrativa do retirante Tertuliano na cidade de Natal reforça a ideia sobre as dificuldades encontradas pelas famílias sertanejas ao chegarem aos centros urbanos, ou seja, maus tratos, indiferença e abandono pela governabilidade. Assim, migrar-se torna para os retirantes uma ação de resistência para transformar sua condição de miséria nas secas do Norte. As figuras públicas da capital do Rio Grande do Norte não foram poupadas na entrevista concedidas ao jornal pelos sertanejos: elas foram descritas como verdadeiros algozes dos pobres na cidade. O retirante “João André disse horrores do major Raymundo Figueira, ricasso e influencia política, considerando-o como o carrasco dos pobres”<sup>282</sup>. A segurança da distância é um elemento importante nas acusações dos sertanejos às autoridades de Natal nessa seca de 1904, pois se o anonimato é um aspecto das armas dos fracos, expor-se diante de um jornal das capitais do Rio de Janeiro-São Paulo é uma ação direta com propósito de atingir seus alvos, isto é, a imagem do governador e políticos citadinos. O jornal *Correio Paulistano* no dia 8 de março divulgou a chegada de Tertuliano e demais retirantes, no vapor

<sup>281</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo. Ano XII, nº 3593, 1904, p. 02.

<sup>282</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo. Ano XII, nº 3593, 1904, p. 02.

Maranhão, vindos do Rio Grande do Norte, e sua internalização na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.

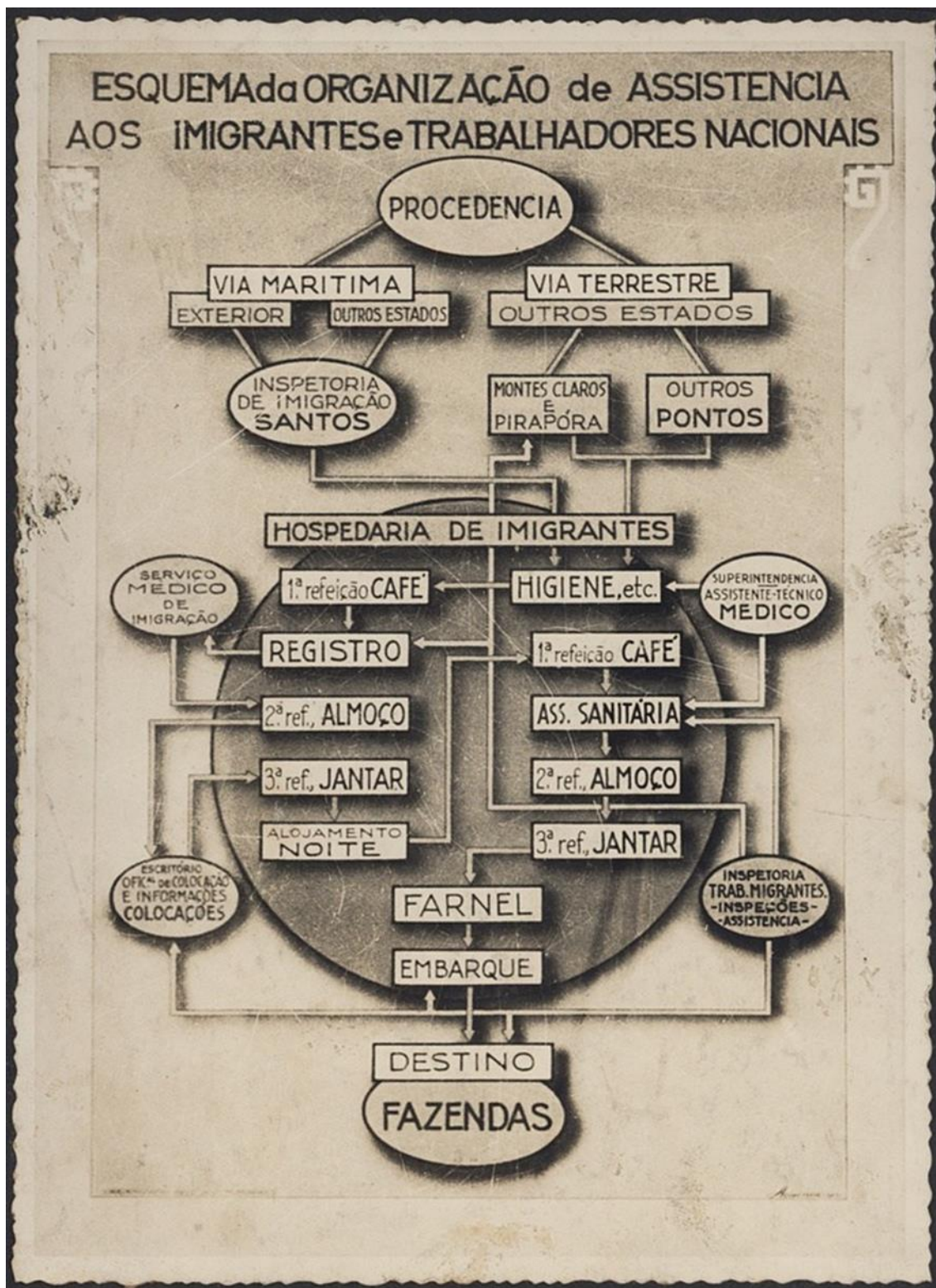
[...] Os retirantes que aqui chegaram são todos procedentes do Natal e arredores. Os do sertão virão em outras levas. No dia 26 do mez passado, embarcaram naquela capital 232 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, a bordo do navio “Maranhão”, com destino ao Rio de Janeiro, onde chegaram sexta-feira passada. Desses retirantes, 171 resolveram vir para S. Paulo, aqui chegando sábado à noite, pela Estrada de Ferro Central. Nessa mesma noite foram recolhidos à Hospedaria de Immigrantes e ali devidamente alojados. Chegaram fatigadíssimos os pobres retirantes, sendo-lhes servido abundante jantar logo depois de terem dado entrada na Hospedaria. O aspecto desses homens cauza uma impressão dolorosa, traçando se nos na imaginação um quadro tristíssimo em relação aos que lá ainda se acham, a braços com a secca e com a fome. Sujos, esfarrapados, com faces encovadas, uma simples vista de olhos sobre essa gente, basta para poder avaliar-se o quanto hão sofrido no ingrato torrão de que acabam de separar-se. Quase todos os imigrantes foram hontem contratados por diversos fazendeiros. Mostram-se animados e muito esperançados. Apenas uns 18 ou 20 estão ainda sem destino, e, entre estes, cinco homens que, por doentes, se acham recolhidos à enfermaria da Immigração, desde o dia da chegada. [...] As famílias são em numero de 26, havendo 38 homens que não se fizeram acompanhar das famílias<sup>283</sup>.

O deslocamento das 26 famílias sertanejas – um total de 171 retirantes – da Ilha das Flores através da estrada de ferro central até a Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo, mostra a situação fatigante dos sujeitos em condição de espera nessa seca. Nesses territórios racionalizados pelos poderes públicos e particulares, os retirantes são colocados a experimentar novas atitudes com relação ao tempo, corpo e trabalho. A imagem das etapas de internalização dos emigrantes nacionais e estrangeiros demonstra esse nível de organização a que foram concebidos e submetidos – procedência, registro na inspetoria de imigração de Santos (via marítima), Montes Claros e Pirapóra (via estradas), hospedagem na Hospedaria de Imigrantes, visita médica e técnica, refeições diárias, contratos, embarque e destino das fazendas do Estado.

---

<sup>283</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Correio Paulistano*. São Paulo. Ano 28, nº 14571, 1904, p. 01.

Imagem 2 – Esquema de serviços da Hospedaria de Imigrantes, 1920



Fonte: *Esquema de serviços da hospedaria de imigrantes, 1920* (Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo).

Se na seca de 1889, a estadia na hospedaria de Fortaleza poderia durar 10 dias antes de embarcarem ao Rio de Janeiro, e lá ficando mais alguns dias na hospedaria do Morro da



Saúde esperando contratos dos fazendeiros da região, agora a rapidez do processo de emigração era diferente. Se o corpo fragilizado dos sertanejos nunca fora uma preocupação recorrente dos poderes públicos de outrora, sua internalização acelerada a partir de vapores, hospedarias e ferrovias, não mudaria nessa seca de 1904, pois sua funcionalidade era inserí-los o quanto antes no trabalho da lavoura. As famílias sertanejas ainda eram contratadas, com maior frequência pelos latifundiários do Centro-Sul, embora ocorressem casos de separação de seus membros – exemplo dos 38 homens que não fizeram acompanhar das famílias – rearranjando a unidade familiar dos retirantes. A seguir temos um quadro do número de casados, casados/só, solteiros e viúvos dos sertanejos do vapor Maranhão.

Quadro 13 – Registro civil de retirantes naturais do Rio Grande do Norte na Hospedaria de Imigração em 1904

<i>CASADOS</i>	24
<i>CASADOS/SÓ</i>	09 (01 MULHER)
<i>SOLTEIROS</i>	26 (01 MULHER)
<i>VIÚVOS</i>	03

Fonte: Quadro construído pelos registros da Matrícula de Imigrantes 1904. Livro 073. Página 189-193. Família 63.020-63.650. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Os números do Quadro ajudam na compreensão da organização dos escriturários da Hospedaria da Imigração, como também das formações sociais dos retirantes do Rio Grande do Norte que vieram no vapor Maranhão do porto de Natal. O número de solteiros foi expressivo comparado aos grupos de casados registrados. Entre os 26 solteiros na hospedaria, temos a retirante Generoza Maria da Conceição, agricultora de 33 anos, possui uma filha de nome Francisca, e as duas são da cidade do Ceará-Mirim. Seu contrato na hospedaria foi com o fazendeiro Joaquim M. Cunha Bueno e seu destino era a fazenda Buenopolis, que ficava próxima a estação do mesmo nome<sup>284</sup>. A Hospedaria de Imigração contava com vários ramais próximos de linhas ferroviárias, como os da Companhia de Estrada de Ferro Paulista e Mogiana, que atendiam ampla região de fazendas de exportação do café<sup>285</sup>. Não era de se

<sup>284</sup> *Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 192. Família 63.550. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>285</sup> À medida que o café penetrou no interior do Estado de São Paulo, a estrada de ferro o acompanhou. Em 1868 era organizada a Companhia de Estrada de Ferro Paulista que ligava Jundiaí a Campinas e a partir de sua construção, fazendeiros com propriedades em Limeira e Rio Claro, interessados no comércio e transporte do café, ampliaram esta estrada até o Vale do Mogi-Guaçu. De Campinas saía outra estrada, a Mogiana, cuja fundação data de 1872, tendo como objetivo atender os cafeicultores de Mogi-Mirim e Amparo. [...] Assim

estranhar essa logística, já que os milhares de emigrantes estrangeiros seriam empregados nas mesmas fazendas dos cafeicultores paulistas; decerto, as famílias sertanejas também seguiriam a lógica do processo de internalização da hospedaria.

O caso da retirante Generosa Maria da Conceição, registrada como chefe de família e casada, não foi o único a mostrar a independência das mulheres em relação a figura do marido. A sertaneja Maria Francisca Espirito Santo, 22 anos, solteira, cozinheira e procedente da cidade de Assú, no Rio Grande do Norte<sup>286</sup>, também demonstra o desenraizamento feminino da presença masculina na condução de suas vidas. Mesmo sendo casos isolados, é pertinente a existência dessas experiências femininas nas trajetórias da migração dos sertanejos do Norte para outros lugares.

Os viúvos chefes de família, registrados na hospedaria, geralmente traziam parentes consanguíneos no agenciamento familiar das emigrações, como o exemplo de Antonio Bandeira, 60 anos, agricultor e procedente de Pedra Branca, litoral do Rio Grande do Norte, que trouxe sua filha Joanna de 22 anos, casada com Simplício, de 25, e sua neta Joanna de 4 anos<sup>287</sup>. Mas, hospedados no prédio da imigração, havia quem seguisse viagem sozinho: eram Manoel Quirino, 40 anos, sapateiro, e João Baptista d'Andrade, 28 anos, agricultor<sup>288</sup>. Embora relativamente novos, talvez não tivessem filhos e parentes acompanhando-os na viagem para o Sul, ou ainda há a possibilidade de terem abandonado-os nos portos de Natal e Rio de Janeiro. As estratégias para sobreviver, (in)dependentes de familiares, era um fator que se reconfigurava conforme o contexto da travessia, ou antes dela, para os sertanejos nas secas do Norte.

Entre os grupos casados com mais de 5 membros, existia a presença de uma família retirante da Paraíba, entre os sertanejos do Rio Grande do Norte. Seu chefe era Francisco

---

está ferroviária com sua extensa linha, passou pouco a pouco a adquirir uma série de ramais ligando as fazendas às estações, atendendo assim aos interesses e conveniências dos fazendeiros. Os ramais, tanto da Paulista como da Mogiana, situavam-se próximos às fazendas pertencentes a pessoas influentes da região, alguns ramais até atravessavam propriedades e contavam com estações no seu interior. A fazenda Boa Vista, de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira ligava distante dois quilômetros da estação do ramal Jatahy da Companhia Mogiana. Próxima à estação Guataparã da Estrada de Ferro Paulista ficava a fazenda Santa Olímpia, de Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira, Já a fazenda Dumont Coffee Co empresa inglesa, possuía uma linha própria que fazia o serviço de quatro trens de passageiros por semana e um trem de carga por dia. A fazenda Buenópolis de Joaquim da Cunha Bueno ficava próxima à estação do mesmo nome. Duas das fazendas de Arthur Diederichsen distavam quatro quilômetros da estação Cravinhos e outra situava-se perto da estação Sertãozinho. GARCIA, Maria Angélica Momenso. *A cafeicultura e a expansão do capitalismo*. Revista Econ. Pesqui. Araçatuba, v. 1, nº 1, 1999, p. 08-09.

<sup>286</sup> *Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 193. Família 63.640. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>287</sup> *Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 190. Família 63.100. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>288</sup> *Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 191-192. Família 63.240-63.560. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Gomes da Silva, 46 anos, agricultor. Sua família era composta por sua mulher Francisca, 30, Antonio, 19, filho, Manoel, 12, filho, Maria, 10, filha, Conceição, 8, filha, Joaquim, 7, filho, Joanna, 5, filha, e José, 9 meses, filho, todos da cidade de Bananeiras<sup>289</sup>. A família de João Francisco, 28, agricultor, procedente da Vila de Touro, litoral do Rio Grande do Norte, também era agenciada entre parentes e agregados. Sua mulher era Maria, 25 anos, e suas filhas eram Antonia, 10, Sebastiana, 8, Maria, 7, Maria, 6, e um filho de 2 anos, chamado Francisco. Com eles, vieram no vapor a cunhada Maria, 25, e o cunhado Manoel, 20, além da sogra Joanna, de 50 anos e viúva<sup>290</sup>. A escolha de emigrar com todos familiares ainda era uma estratégia dos retirantes, principalmente em longas distâncias, onde buscavam novas vidas e novos lugares. Apesar da migração, a família era preservada.

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro não foram os únicos a receberem emigrantes da seca no ano de 1904. Minas Gerais, ou melhor, Juiz de Fora, também possuía uma Hospedaria de Imigração chamada Horta Barbosa, criada em 1889, onde recebia imigrantes europeus até início do século XX<sup>291</sup>. Localizada entre áreas de fronteira com os dois estados, além de linhas e ramais de estradas de ferro ligando as duas cidades, os retirantes desembarcados na hospedaria da Ilha das Flores, ainda no mês de março, foram transferidos para o prédio da imigração em Juiz de Fora. Os sertanejos deram entrada na hospedaria do Rio de Janeiro nos dias 12 e 29 de março, nos vapores Planeta e Brazil, respectivamente, e saíram com destino à Horta Barbosa nos dias 13 e 30 do corrente.

Manoel [sic.] dos Santos, 40, casado, Mariana, 35, casada, Maria, 12, João, 10, [sic.], 3/ José de Oliveira, 28, casado/ Raimunda, 30, casada, Josepha, 4, [sic.], 3/ Manoel Pedro, 38, casado, [sic.], 34, casada, Ignacio, 4, Ignacio, 3, Antonio Thomaz de Souza, 3 mezes/ [sic.], 45, casado, José, 31, casado, Francisca, 18, João, 15, Luiz, 12, Bernadino de Oliveira, 10/ Maria, 35, casada, Thereza, 30, Antonia, 12, Maria, 10, Manoel, 7, José Vicente Ferreira 3, Maria, 2, João, 18, Joaquim Ronaldo, 16/ Izabel, 42, casada, Joaquim Campos, 24, Manoel Alves, 4, José Campos, 12, Ezequiel Silva, 18, Jesuino de Oliveira, 19/ José B. 38, casado, Antonia [sic.], 25, casada, Maria Vectoria, 15, Francisco Costa, 15, Antonio Pedro da Silva, 19/ Manoel

<sup>289</sup> *Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 191. Família 63.230. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>290</sup> *Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 190. Família 63.110. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>291</sup> A Hospedaria Horta Barbosa foi inaugurada no ano de 1889 no local “Tapera”, na região de Juiz de Fora. Ficava próxima da estação ferroviária de Mariano Procópio, que ligava-se a cidade do Rio de Janeiro. A expansão cafeeira do Vale do Rio Paraíba também se expande áreas limítrofes com a zona da mata de Minas Gerais. Assim, começa uma política de imigração e colonização italiana e europeia, no final do XIX a início do XX, principalmente, na procura de desenvolvimento material e branqueamento da população na região. Consultar, OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. “Imigração e industrialização”: os italianos em Juiz de Fora – MG (1888 – 1920)”. In: BONI, Luis A. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

Barbosa, [sic.], casado, Manoel Souza, [sic.], casado, Manoel nascimento, 18/ Antonia do Nascimento, 40, casada, João B. Ferreira, 25, Maria, [sic.]/ Joana Maria Conceição, 38, casada, Maria, 18, Josepha, 6, Antonio, 3, Joaquim, 8, Roza, 12<sup>292</sup> .

[sic.] Costa, 20, Manoel Nascimento, 20, casado, José [sic.], 4/ Manoel dos Santos, 31, casado, Manoel Araujo, 18, [sic.] Silva, 20, Antonio [sic.], 20/ Francisco Mariano, 18, [sic.] Carneiro, 20, Joaquim vasconcelos, 28, casado/ Antonio Cruz, 22, Francisco Ant. Nascimento, 32, casado, Candida, 29, casada, Manoel, 8, Angelina, 3, Juvenal, 6/ José Xavier, 26, casado, Maria, 27, casada, Firmina, 1, Antonio, 5/ Pedro Cunha, 19, Francisco Cunha, 15, Christianno Dantas, 51, viúvo, [sic.], 21, Manoel, 15, Maria, 19, Maria, 4, Manoel, 2, João Fernandes Lima, 36, casado/ Anna, 25, José, 6, [sic.], 5, Maria, 3, Sebastião, 21, Izabel, 18, Pedro Leão, 19, Anna 14, Joaquim, 10, [sic.], 9, Francisco, 8, [sic.], 6, Valdemiro, 5, Rosa, 4, [sic.], 3, Antonio, 2, [sic.], 1 mez/ Ignez, 51, Raymunda Luiza, 35, Joana, [sic.], Francisca, 16, Manoel, 15, [sic.], 6<sup>293</sup> .

O jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro noticiou no dia 29 de março que devem chegar “hoje à noite a esta capital, a bordo do paquete Brasil, mais 113 emigrantes do Rio Grande do Norte, com destino ao Estado de Minas Geraes. Continua, portanto, o êxodo dos nossos desventurados irmãos do Norte, acossados pela fome”<sup>294</sup>. A escolha dos estados onde estariam as hospedarias e contratos de trabalho era feita com antecedência pelas autoridades políticas e fazendeiros do Centro-Sul, assim, não eram consultadas as famílias sertanejas, deixando-as a “mercê” dos arranjos políticos dos órgãos da imigração, antes mesmo de desembarcarem no Rio de Janeiro. A rapidez com a qual eram registrados na Ilha das Flores e logo em seguida transportados pelas ferrovias interestaduais até as hospedarias da Imigração de São Paulo e Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, revela os interesses da internalização dos retirantes, isto é, uma mão de obra barata que assumiria o quanto antes os serviços da lavoura cafeeira nessa região do país. O correspondente do jornal *Correio da Manhã* na cidade de Juiz de Fora visitou a instalação dos sertanejos na hospedaria, e de lá registrou as condições físicas que os retirantes estavam enfrentando na sua jornada à procura de um lugar.

Em companhia do dr. Nava, diretor de hygiene nesta cidade, fui hontem visitar os retirantes do Norte, alojados no vasto e bem situado edifício da Imigração. A maior parte da leva de infelizes que ali se achavam, já tinha nessa mesma manhã, embarcado na próxima estação de Mariano Procopio para diversos pontos, contractados por fazendeiros que lhes prometeram

<sup>292</sup> *Hospedaria Ilha das Flores*. Rio de Janeiro. 1904. Navio Planeta. BR RJANRIO OB.O.EPE, HIF. 94 – registro da entrada dos imigrantes: hospedaria da ilha das flores – Dossiê. Arquivo Nacional.

<sup>293</sup> *Hospedaria Ilha das Flores*. Rio de Janeiro. 1904. Navio Brazil. BR RJANRIO OB.O.EPE, HIF. 94 – registro da entrada dos imigrantes: hospedaria da ilha das flores – Dossiê. Arquivo Nacional.

<sup>294</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Correio do Amanhã*. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 1028, 1904, p. 01.

trabalho. Tendo cessado de há muito a imigração italiana, o edifício de Mariano Procópio desde então se conservava inútil, mantendo ali apenas o governo estadual o respectivo administrador e o antigo cozinheiro, que com sua família cuida da limpeza e conservação do edifício. No momento que chegamos, o administrador tinha ido acompanhar os retirantes à estação, e foi guiados pelo cozinheiro que começamos a nossa visita. O prédio, mantido, alias, em boas condições pelo actual administrador, precisa de pintura e de alguns reparos poucos dispendiosos. Vimos a cosinha com uma bateria de imensos caldeirões, que só em parte imccionavam agora para cozinhar o alimento dos retirantes do Norte: vimos a dispensa, onde nos foram mostrados os gêneros de seu consumo – carne secca, feijão preto e muatinho, arroz, batatas e farinha de mandioca, que os retirantes preferem a tudo para comer com a carne; vimos o colossal refeitório, a cujas extensas e numerosas mesas se podem sentar no mesmo tempo 1.200 pessoas. Sobre essas mesas notavam-se os vestígios da refeição matinal servida aos indigentes que chegaram por ultimo<sup>295</sup>.

A descrição da narrativa do jornalista mostra uma hospedaria de imigração já desativada em Juiz de Fora, mas que ainda era mantida para casos eventuais, por um administrador e funcionários. O prédio ainda mostrava-se adequado a hospedar um número significativo de pessoas, entretanto, merecia reformas internas e acabamento. Sua localização próxima à estação ferroviária revela a trilha a pé feita pelo diretor e sertanejos, com destino às propriedades dos fazendeiros da região. Os vestígios de alimentação no refeitório e dispensa, deixaram a impressão do cotidiano alimentar dos retirantes que chegavam e saíam da hospedaria. A narrativa sobre as famílias sertanejas também surge na observação do correspondente do mesmo jornal.

[...] Eram cerca de setenta, crianças e mulheres na maior parte. Contristador o quadro que apresentavam esses náufragos da miséria, destroços humanos impelidos até ali pela fatalidade da natureza e de cumplicidade com a indiferença cruel dos homens que nos governam. Estendidos promiscuamente sobre as topoas que lhes serviam de leito, silenciosos e pensativos, resignados e maltrapilhos, os desgraçados nos olhavam com uma expressão de animaes escoraçados e submissos. Era mau o estado sanitário do alojamento, as creanças, sobretudo, estavam todas doentes, algumas gravemente. E que creanças, Deus do céu! Lividas, rachiticas, barrigudas, com um ar tirste de metter dó! Sobre uma das tarimbas, um desgraçadinho, consumido pella diarreia, com a pelle sobre os ossos, tinha apenas de vivo os grandes olhos negros e soffredores. Em baixo, numa rede minúscula, pendurada aos pés do leito, uma creança de mezes ardia em febre e agitava de quando em quando, convulsivamente, as mãos tinha descarnadas. Os adultos estavam na maior parte resfriados – encatharados como eles diziam – devido a baixa recente de temperatura nesta cidade. Sabendo que um de nós

---

<sup>295</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 1028, 1904, p. 01.

era médico, os retirantes nos cercaram, cada qual trazendo o seu doentinho ou pedindo um remédio para os próprios achaques<sup>296</sup>.

O estado físico das crianças na hospedaria mostra as privações que sofreram na cidade de Natal antes mesmo de embarcarem para o Rio de Janeiro, e que viria a piorar pela longa travessia até Minas Gerais. Os adultos não estavam diferentes de suas proles, pois também estavam doentes e exaustos. Ao invés de camas e lençóis limpos, as redes de dormir e cobertas eram seus leitos, todos apinhados no mesmo espaço, sem divisão de sexo e idade.

[...] Enquanto o meu companheiro examinava as crianças doentes, eu prestava ouvindo a este expressivo diálogo: - Voce se preparem pra ir tudo pro buraco! Disse um caboclo, mostrando num sorriso os dentes despoutados a faca. – Deixe lá home, que a gente não é de fica no mundo pra semente! Respondeu uma rapariga ruiva, a rir, acaletando nos braços o filhinho. [...] Dirigi a palavra a um cabra escuro, de idade indecifrável, olhos vivos e nariz chato. – Quantas pessoas tem a família? – Quinze, seu douto. E com um gesto mostrou-me toda a sua prole, cuja parecença com elle atestava bem a sua origem. Não havia um só retirante preto; o mais escuro era o pae dessa grande família que me fez lembrar a do Accioly, no Ceará. Todos mestiços de diversas nuanças, caboclos puros e brancos, de olhos claros e cabelos louros, vimos crianças que pareciam alemãs. [...] Chegando ao pateo do estabelecimento encontramos-nos com o administrador o Sr. Francisco Emílio de Souza, que voltava da estação acompanhado do dr. Carlos Prestes, diretor do serviço de imigração e colonização, e do jornalista Bernado Arocira. Em companhia destes visitamos as mais dependências do estabelecimento – os alojamentos não ocupados, os excelentes aposentos em que funcionavam as enfermarias, a secretaria, a pharmacia vasia, com o vasilhame guardado nos armários, a rouparia com os colchões e cobertos empilhados, a estufa para desinfecção, tudo bem conservado e pronto a servir quando o estrangeiro abrir seus portos a emigração para nosso país ou quando novos flagelados impelirem para aqui em massa o resto das populações do Norte<sup>297</sup>.

A internalização dos retirantes no prédio da imigração em Juiz de Fora foi através da precarização da administração local. Se os cuidados sanitários e físicos eram uma das características das hospedarias da imigração, em Mariano Procópio deixava tudo a desejar. Os setenta sertanejos em péssimas condições de saúde, sem cuidados médicos e farmacêuticos, trazem na narrativa do jornal as experiências traumáticas de emigrarem para a região Centro-Sul, numa política de migração que dizia-se organizada e sistematizada pelo Governo. Os

<sup>296</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 1028, 1904, p. 01.

<sup>297</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 1028, 1904, p. 01-02.

alojamentos, fazendas e colchões não utilizados, guardados nas outras dependências do prédio, revelam o tratamento diferenciado para os retirantes do Norte nesse contexto. A desativação da hospedaria de imigração de Minas Gerais sofria um processo de rugosidade territorial<sup>298</sup>. Se outrora serviu para a internalização de imigrantes europeus no final dos oitocentos, agora, precariamente, alojava famílias sertanejas que migraram da região Norte na seca de 1904. A cada mês do primeiro semestre chegavam pela Companhia Marítima Nacional mais sertanejos do porto de Natal.

No dia 19 de abril desembarcaram no porto da cidade do Rio de Janeiro os retirantes que viam do Rio Grande do Norte pelo navio Maranhão, para serem alojados na hospedaria Ilha das Flores e, depois, seguiriam para o prédio de imigração no Estado de São Paulo. O correspondente do *Jornal do Brasil* estava presente no momento de chegada dos sertanejos, podendo ele conversar rapidamente com alguns dos passageiros e narrar em primeira mão o desembarque das famílias do Norte.

[...] Logo que o Maranhão fundeou no ancoradouro de S. Bento, próximo a ponte do escriptorio da Campanhia Novo Llyod Brasileiro, esteve a bordo um dos nossos companheiros, que conversou com alguns retirantes. [...] Partiram do Natal no dia 12 do corrente. Um dos retirantes disse ao representante do *Jornal do Brasil* que a bordo foram bem tratados, sendo a viagem penosa devido a aglomeração de passageiros de prós. Disse mais que não há absolutamente meios de subsistência para a pobreza no Rio Grande do Norte, onde os homens se oferecem para trabalhar de sol a sol por 400 réis e mesmo assim não encontram trabalho. Pouco depois do meio dia começou a ser feito o transbordados infelizes retirantes, que passaram do Maranhão para um batelão da Inspectoria Geral de Emigração. A carga, composta de caixas com alguns trapos, era depositada em uma catraia da mesma inspectoria. Os retirantes desciam pela escada do portaló de bombordo, onde um empregado de bordo procedia a contagem dos que iam sahindo, serviço este feito sob fiscalização dos funcionários da emigração, srs. Arthur Ferreira e napoleão Smith. Cerca de 2 horas da tarde as duas embarcações, rebocadas por uma lancha de Companhia da Navegação Costeira, foram para a Ilha das Flores, na qual os retirantes ficarão dous ou três dias, para repousarem. Depois seguiram para S. Paulo e para outros Estados, á procura de trabalho. Por ordem do sr. ministro do Interior, na Ilha das Flores, foi dada roupa de agasalho as crianças e aos adultos, mais necessitados. Entre um passageiro do Maranhão e um visitante do navio, houve a bordo uma conversa que foi ouvida pelo nosso companheiro. A ser verdade o assunto dessa conversa, merece ella a atenção do governo. Diz o passageiro que com os retirantes embarcaram no Natal diversos cavalheiros que, com alguma proteção, conseguiram entrar na lista destes, dizendo que vinham para o Rio de Janeiro procurar trabalho. Muitos destes, porém,

---

<sup>298</sup> As rugosidades referem-se quando as funções das formas materiais, dispostas no território, são refuncionalizadas, isto é, passam a ter funções diferentes, e essa antiga forma, passa para uma nova função, correspondendo, a própria dinâmica socioespacial. Consultar, SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Editora Edusp: São Paulo, 2006.

ficaram nos portos intermediários e outros, ao chegar o Maranhão a este porto, deixaram rapidamente o navio, para não se entenderem com os funcionários da Imigração<sup>299</sup>.

O desembarque dos retirantes na cidade do Rio de Janeiro era preenchido por tempos de espera. Viajavam em vapores lotados por muitos dias, suportavam duas horas de fiscalização ao chegarem ao porto e, depois, eram transportados através de lanchas para a hospedaria da Ilha das Flores, onde novamente faziam suas matrículas. A descrição acerca das dificuldades de encontrar trabalho e sobrevivência para as classes pobres no Estado faziam parte do discurso dos sertanejos ao jornalista da capital. Migrar traduzia-se na chance de mudar sua situação, tocando a vida em outro lugar. Entretanto, essa trajetória constituía-se como incerta, ríspida e árdua para as famílias sertanejas, afinal, a alteridade existente nas relações sociais das zonas de contato (sujeitos, instituições, espaços e padrões normativos) configura-se em acordos, conflitos e novas sociabilidades em conformidade ao contexto e suas experiências. Também é relevante na matéria a denúncia da emigração de não “retirantes”, isto é, indivíduos protegidos na cidade de Natal que conseguiram embarcar para o Rio de Janeiro à procura de trabalho. No registro de matrícula da Hospedaria da Imigração, em São Paulo, entre dezenas de sertanejos agricultores, encontramos sujeitos com profissões diferentes no alojamento.

Antônio Francisco, Só, 17, Solteiro, Oleiro. Manoel Francisco da Rocha, Só, 20, Solteiro, Oleiro. Adelino José da Costa, Chefe, 40, Casado, Estrada de Ferro, Joana, 30, Mulher, Genoino, 14, Filho. Miguel Nazario, Chefe, 65, Casado, Estrada de Ferro, Alexandrina, 39, Mulher, João, 18, Filho, Maria, 8, Filha, Maria, 1, Filha<sup>300</sup>.

A profissão desses passageiros não demonstra diretamente se foram eles quem entraram às custas das verbas de socorros públicos aos retirantes. Ter ofícios ligados a fábricas de cerâmica e estradas de ferro mostra também a peleja dos trabalhadores de outros ramos no contexto de crise econômica, ampliada pela seca de 1904 no espaço urbano de Natal. Porém, os agricultores de outras áreas encontram mais dificuldades em construir uma relação com os responsáveis pelos fretes de vapores e membros da comissão de socorros, uma desvantagem que os cidadãos não teriam a priori. Apesar das fontes não deixarem indícios

<sup>299</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano XIV, nº 111, 1904, p. 02.

<sup>300</sup> *Matrícula de Imigrantes 1904*. Navio Maranhão 22/04/1904. Livro 073. Página 217-218. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.



das formas de distribuição das passagens no porto de Natal, podemos inferir que as disputas para conseguir as mesmas envolviam famílias sertanejas e populares naquele contexto. Mais um aspecto interessante dos retirantes registrados na hospedaria no dia 22 de abril foi a presença de agregados nas unidades familiares.

Luiz Soares de Lima, chefe, 32, casado, agricultor, Jovina, 33, mulher, Francisco, 4, filho, Julia, 3, filha, Josepha, 3 mezes, filha, *Manoel, 20, Agregado, Valdevino, 28, Agregado*. José Paulino, 28, chefe, casado, agricultor, Francisca, 25, mulher, Manoel, 5, filho, João, 9 mezes, filho, Elvira, 4, filha, *Avelino, 16, agregado, Antonio, 18, agregado*. Francolino Fernandes, chefe, 20, casado, agricultor, Antonia, 21, mulher, Maria, 1, filha, *Antonio, 15, agregado, Antonio, 20, agregado*<sup>301</sup>. (grifos nossos)

Para Kátia M. de Queirós Mattoso, a família “nuclear” – pai, mãe e filhos – apareceria tardiamente na sociedade brasileira. Durante os séculos XVI-XIX, a família do tipo patriarcal reunia na figura do *pater familias*, os tios, tias, sobrinhos, irmãos, solteiros, primos distantes, bastardos, afilhados e ainda os agregados. Estes últimos eram sujeitos livres e alforriados, homens brancos, mestiços e pobres, que viviam da tutela familiar e eram considerados membros em seu meio. Muitos serviam para a proteção e segurança das propriedades e fazendeiros<sup>302</sup>. A interpretação de Kátia Mattoso está relacionada aos arranjos familiares da família patriarcal, correspondendo aos grandes fazendeiros ou pessoas de cabedais que mantinham relações de dependências recíprocas e desiguais com os sujeitos subalternos. Por outro lado, alguns sertanejos também pareciam possuir formas de agenciamento de pessoas agregadas na sua unidade familiar. Diferente da categoria de *pater familias*, as relações entre sujeitos subalternos no mundo rural consubstanciavam outras expressões de dependências recíprocas, onde a ideia de *compadrio*<sup>303</sup>, talvez, estaria mais próxima de suas realidades socioculturais.

Até aqui vimos como a categoria de família e seus agenciamentos estiveram presentes no processo de travessia dos retirantes, no contato com outros lugares, sujeitos e realidades na

<sup>301</sup> *Matrícula de Imigrantes 1904*. Navio Maranhão 22/04/1904. Livro 073. Página 215, 216 e 218. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>302</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil: século XVI-XIX*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

<sup>303</sup> Stephen Gudeman e Stuart Schwartz discorrem que a categoria de *compadrio* na sociedade escravocrata no Brasil do século XVIII pode ser interpretada pelo viés funcional e religioso. O *compadrio* como uma forma protecionista e dever moral em um contexto específico, e o uso religioso através do batismo, como um sistema de relações regulamentadas que reinterpretaram essa forma de acordo em condições históricas e estruturais. Assim, essa vertente de interpretação do *compadrio*, carrega um significado social e cultural para os que dela participam e se expressam. GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. "Purgando o Pecado Original: *compadrio* e batismo de escravos na Bahia no século XVIII". In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos Sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

seca de 1904. Apesar da existência de sertanejos que emigraram sozinhos, a organização de famílias rearranjava-se a partir dos condicionamentos vivenciados no espaço social, tornando-se uma estratégia para os sertanejos, pois a política de socorros ainda voltava suas atenções para a unidade familiar. Por outro lado, os laços afetivos e sensíveis também tomaram parte ao longo dessa estratégia funcional de migração, afinal, a presença de parentes, era sua ligação mais próxima em terras desconhecidas. O caso da retirante, Emília Augusta da Fonseca, é exemplar.

Perseguida pela terrível secca que flagela o seu Estado natal, Rio Grande do Norte, no dia 21 de março último embarcou para esta capital, a bordo do paquete Planeta, a sra. D. Emília Augusta da Fonseca, que, durante a viagem, tomou conhecimento com Julia de Tal, vinda de Manáos. Chegadas a esta capital, Emília entregou a Julia uma sua filha menor, de nome Maria Laura, que, juntamente com Julia, desapareceu, sem que até hoje seja conhecido o paradeiro das duas. Diante disso, aquella senhora, que em vão tem percorrido vários logares, veio hontem ao Jornal do Brasil pedir que chamemos a atenção das autoridades competentes, a fim de que seja encontrada a referida menor. D. Emilia Fonseca reside na casa n. 16 do becco João José, na Saúde<sup>304</sup>.

A história da retirante Emília Fonseca traz algumas observações importantes acerca do processo de emigração nas secas. Durante a viagem de navio que saiu do porto da cidade de Natal, Emília manteve contato com Julia, vinda de Manaus, no mesmo vapor. Chegadas ao Rio de Janeiro, Emília entregou uma de suas filhas menores a Julia. A ação de passar a guarda da criança a uma desconhecida pode ser interpretada no sentido de proteger a criança, momentaneamente, enquanto ela conseguiria encontrar algum lugar para estabelecer-se com as demais filhas na capital. Por outro lado, a saga em busca de sua filha desaparecida mostra os laços afetivos constituídos dentro de sua família, na qual era relevante manter essa união. Felizmente, apresentou-se ao delegado da 3ª circunscrição urbana, “d. Julia Maria Vieira, a qual declarou a referida autoridade de que tinha em seu poder uma menina, de nome Maria Laura a qual lhe fora entregue por d. Emilia Augusta da Fonseca vinda no mez de março ultimo, no vapor paquete”. O motivo de sua ida a delegacia foi “ter lido no Jornal do Brasil uma notícia na qual a mãe da referida menor dizia ignorar o seu paradeiro”<sup>305</sup>.

Nem sempre as histórias do processo de migração sertaneja durante as secas são contos felizes. O sonho de encontrar trabalho e moradia no Centro-Sul transforma-se em

<sup>304</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano XIV, nº 140, 1904, p. 02.

<sup>305</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano XIV, nº 141, 1904, p. 02.

narrativas aterradoras, onde famílias sertanejas são maltratadas pelos latifundiários e novamente deslocam-se à procura de um novo começo em terras desconhecidas.

[...] Em estado verdadeiramente deplorável chegou hontem a São Carlos do Pinhal uma família composta de uma mulher de 40 annos de idade e quatro filhos menores, natural do Rio Grande do Norte, de onde fugiu trucidada pela secca, sendo seduzida para S. Paulo. No centro de immigração da capital foi essa desgraçada família contratada para uma fazenda, situada na comarca de Ribeirão Bonito, onde trabalhou por espaço de muitos mezes, sem receber um real, sendo por fim expulsos, por terem reclamado salario! Estranhos na terra e abandonados na estrada, aquelles que esperavam encontrar em S. Paulo certa compensação ao clima inclemente de seu Estado natal, tiveram que vencer a pé a enorme distancia de 12 leguas, sem pão e sem abrigo, para refugiarem-se nesta cidade<sup>306</sup>.

Na cidade do Rio de Janeiro, alguns retirantes pareciam encontrar trabalho nas obras de construção da Avenida Central<sup>307</sup>, como Enéas Martins de Queiroz, além dos serviços agrícolas das fazendas da região. Ele tinha sido acusado de um crime na chácara da rua S. Clemente nº108, residência do Sr. Barão de Lucena. Ele teria dado uma facada no indivíduo Dr. Trajano Chacon e José de Lucena. Continuaram as diligências pela polícia da 18ª circunscrição nas obras da Avenida Central, pois o “gatuno sanguinário” teria deixado cair na chácara um chapéu de feltro inscrito dentro “2ª sessão Avenida Central”. O vigia Emílio Eune reconheceu ser o chapéu que seu companheiro e vigia Enéas Augusto Pinheiro Câmara utilizava. “Esse individuo foi preso, às 4 horas da tarde, na rua Sete de Setembro, pelo inspector Virgillio Ferreira, acompanhando dos guardas civis destacados na 18ª delegacia”. Ele negou a autoria do crime e declarou chamar-se “Enéas Martins de Queiroz”. O vigia que estava armado de um punhal quando foi preso, “declarou ser natural do Estado do Rio Grande do Norte, casado, de 46 annos de idade, vigia na segunda secção de obras da Avenida Central e morador à rua Frei Caneca n. 396. É de cor branca, cabelo e bigode curtos e pretos”. Os dois sujeitos escoriados na chácara, aos quais Enéas foi apresentado na delegacia, “disseram ser o

<sup>306</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano XV, nº 68, 1905, p. 02.

<sup>307</sup> A Reforma Urbana da Avenida Central foi empreendida no Rio de Janeiro (capital do Brasil), durante a presidência de Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, entre os anos de 1902 e 1906. É nesse contexto também que ocorrerá no ano de 1904 a chamada “Revolta da Vacina”. Sobre esses episódios consultar: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: Mentis insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003.

seu typo o do gatuno que os feriu, não afirmando, porém, reconhecê-lo”<sup>308</sup>. Casos como de Enéas Queiroz e da mãe retirante da fazenda de Ribeirão Bonito representam um pouco da dimensão de se viver no universo citadino e rural do Centro-Sul, lugares não somente novos, mas com outras relações sociais, ritmos, costumes e arrivismo.

A imigração subsidiada manteve-se quase completamente paralisada no estado de São Paulo no ano de 1903. Foi expedido um decreto fixando em 5.000 o número de imigrantes a introduzir na lavoura cafeeira no ano de 1904. Até 31 de Dezembro foram marcando os respectivos preços das passagens dos navios. Estes 5.000 e mais os 1.840 retirantes do Norte, transportados à custa da União até São Paulo, durante o período de seca nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte no ano passado, perfizeram o número de 7.005 imigrantes subsidiados chagados em 1904<sup>309</sup>. Os 1.840 brasileiros eram retirantes do estado do Rio Grande do Norte, sendo 296 o número de famílias, e 207 os de indivíduos solteiros. Desses imigrantes, seguiram para a lavoura do Estado 1.756, ficaram na capital paulista 43, regressaram para outros estados 9, e faleceram 32<sup>310</sup>. Na imagem a seguir, temos o quadro demonstrativo dos emigrantes que saíram dos portos das cidades de Natal e Mossoró, para diversos portos do Norte e Sul do país, entre os dias 7 de dezembro de 1903 a 13 de junho de 1904. No Rio de Janeiro desembarcaram 2.696 pessoas, enquanto em Manaus e Pará, 1.369 e 9.410, respectivamente. A partir dos dados na região Centro-Sul, o Estado de São Paulo foi que mais recebeu retirantes do Rio Grande do Norte na seca de 1904.

---

<sup>308</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Gatuno Sanguinario”. In: *Jornal do Paiz*. Rio de Janeiro. Ano XIV, nº 234, 21 de agosto de 1904, p. 07.

<sup>309</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriça, presidente do estado pelo Dr. Carlos Botelho, secretário da agricultura. Ano de 1904*. S. Paulo: Typ. Brazil de Carlos Gerke, 1905, p. 116.

<sup>310</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado a 7 de Abril de 1905 pelo presidente de São Paulo Dr. Jorge Tibiriça*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1905, p. 35.



imprensa do período. O político Eloy de Souza<sup>311</sup>, em suas conferências na cidade de Lages-RN, na década de 1920, discorreu sobre o desfalque das populações dos sertões do Norte nas grandes secas. Durante a seca de 1877, morreram cerca de 600 mil pessoas, entre as províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. E as migrações também eram presentes nesse contexto. Em 1904, somente pelo porto de Natal, embarcaram para o extremo Norte e Sul mais de 22 mil pessoas. A capital chegou a ter uma aglomeração de 5 mil sertanejos ou mais, além das cidades de Macau e Mossoró. Dos que foram para o extremo Norte a maior parte morreu; “e muitos dos que voltaram aqui chegaram quase tão miseráveis como daqui tinham partido”. Dos que emigraram para a região Sul, “creio que nenhum ficou lá, tendo acontecido que um deles veio de S. Paulo a pé por falta de recursos” e, aqui chegando, interpelado porque voltara para o sertão seco, “respondeu fleugmesticamente que não era terra de gente uma terra onde não se comia farinha, não se dormia em rêde e não se falava brasileiro”<sup>312</sup>.

No próximo capítulo estudaremos as relações de conflitos, tensões e solidariedades em outra forma de territorialização do poder sobre os sertanejos do Norte na seca de 1877: as Colônias Agrícolas. Pensadas para acolher grande número de famílias de agricultores pobres em terras devolutas ou arrendadas, os sertanejos, através da disciplina, moralidade e trabalho racional, desenvolveriam uma lavoura autônoma de subsistência e pequena atividade comercial, a qual seria administrada por agentes da governabilidade. As Colônias Agrícolas analisadas foram criadas no período da grande seca de 1877-1880, nas províncias do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Sua diferença, comparando-se aos núcleos agrários como Benevides no Pará, será sua constituição a partir de retirantes do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, ou seja, os tipos sociais dos sertões desses territórios. Assim, as colônias Sinimbu (RN) e Socorro (PE), surgem como zonas de contato e territórios de espera das mais variadas famílias na diáspora sertaneja durante uma das piores secas do XIX.

---

<sup>311</sup> Eloy Castriciano de Souza nasceu no dia 4 de março de 1873, na cidade do Recife/PE. Formou-se na Faculdade de Direito de Recife, e logo depois, foi para a cidade de Macaíba no Rio Grande do Norte, onde já residiu com sua mãe na infância. Sua carreira política começou quando apoiou o governo oligárquico de Pedro Velho, destacando-se no espaço político potiguar. Foi Deputado Estadual e Federal em vários mandatos, além de participar ativamente nas discussões políticas sobre as secas, programa de açudagem e ferrovias nos estados do nordeste. Para saber mais, FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. *ELOY DE SOUZA: uma interpretação sobre o nordeste e os dilemas das secas*. 2009. 405 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

<sup>312</sup> SOUZA, Eloy de. Conferência em Lages-RN. In: *Memória da Seca*. Coleção Mossoroense. Vol. CXXXIV, 1980, p. 10.

## **5 AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS SOCORRO E SINIMBU: ORDENAMENTO, FAMÍLIA, E MISÉRIA NA MIGRAÇÃO DE RETIRANTES NAS PROVÍNCIAS DE PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO NORTE (1878-1880)**

A migração dos sertanejos do Rio Grande do Norte, como os demais do alto sertão do Ceará, Paraíba e Pernambuco, descobriu no deslocamento formas de agenciamento que se reconfiguravam a cada nova experiência nos lugares de espera, nas grandes secas do final dos oitocentos. A família, uma de suas primeiras formas de organização, acabou sofrendo desarranjos no processo de diáspora, ocasionando uma reorganização da unidade familiar nos territórios que ocupavam em suas trajetórias pelas províncias do Norte e do Sul do Império. Através da ação coletiva, os sertanejos vão descobrir solidariedade e formas cotidianas de resistência, uma força plural capaz de pressionar os aparelhos de controle, ordenamento e privação do Governo imperial e provincial, seja nos abarracamentos nas grandes cidades, hospedarias de imigração, colônias agrícolas, ou quaisquer espaços concebidos para reordenar a multidão de retirantes durante as grandes secas. Por outro lado, esses sujeitos se apropriaram desses territórios, estabelecendo com as autoridades e poder público formas de diálogo e espaços para seus interesses, demandas e escolhas.

Neste capítulo acompanhamos a migração de retirantes do alto sertão para as províncias de Pernambuco e Rio Grande do Norte, mais especificamente para as colônias agrícolas do Socorro e Sinimbu. Esses lugares de espera – colônias agrícolas – foram pensados para a conversão de sertanejos em colonos durante a seca de 1877-1879, com a intenção de ocuparem terras devolutas (a maioria das vezes) do Império e produzirem uma agricultura de subsistência racional. Muitas delas não tiveram êxito em seus objetivos, assim como uma durabilidade considerada, ocorrendo vários problemas internos e externos como a má administração dos diretores, desvios de verbas, e conflitos entre retirantes e funcionários. A escolha das colônias Socorro (PE) e Sinimbu (RN) foi exatamente por reunirem esses e demais aspectos organizacionais, além de serem espaços onde podemos perceber a presença de famílias migradas não só do Rio Grande do Norte, mas também do Ceará, Paraíba e Pernambuco, reforçando a ideia que a migração nas grandes secas foi uma experiência coletiva de vários sertanejos do alto sertão das províncias do Norte. Entretanto, é necessário abordamos um pouco do contexto da criação das colônias agrícolas e da política de colonização na segunda metade do século XIX e algumas categorias de análise que iremos utilizar nesse capítulo.

A colonização era um aspecto presente na vida política do Brasil no período imperial. Com força especial nas décadas imediatamente posteriores à independência, as migrações planejadas desempenharam papel relevante na questão de permitir que as elites políticas definissem uma série de áreas de políticas eficazes para a consolidação da soberania nacional, a preservação da integridade territorial e a organização dos mercados internos e de exploração. Assim, a colonização, como geralmente se assinalava, como planejamento e execução de migrações “livres”, era um processo versátil, “envolvendo o transporte e o assentamento de uma série de diferentes populações, desde grupos indígenas ou degredados até militares de baixa patente e migrantes estrangeiros”.<sup>313</sup>

A política de fundação dos núcleos coloniais apresenta-se, em sua grande maioria na historiografia, para as províncias do Sul do Império. Autores como Emília Viotti, Maria Thereza Petrone, Paula Beiguelman, Pierre Monbeig e Caio Prado Júnior se prenderam a uma análise estrutural dos interesses da grande lavoura e política de imigração do Estado-Nação e República.<sup>314</sup> Para Lucia Amaral Ferlini e Elizabeth Fillipini, são raras as abordagens que exploram a busca de soluções do problema de abastecimento das fazendas e áreas urbanas na criação dos núcleos agrícolas, por exemplo, em São Paulo. Para alguns autores, as colônias surgiam como “iscas” de atração do imigrante europeu como reservatório de mão de obra para a grande lavoura. Todavia, a estruturação da pequena propriedade ocorreu em São Paulo “em função da cafeicultura de exportação, e a política de colonização, realizada concomitantemente à de imigração, foi feita considerando a necessidade, em larga escala, do trabalhador estrangeiro”.<sup>315</sup> Igualmente, essas pesquisas que analisaram os núcleos coloniais na segunda metade dos oitocentos têm notado o surgimento das experiências de utilização da mão de obra livre, mas não de uma dependência direta com a escravidão, ou seja, que as colônias teriam sua fundação para subsidiar pendências não atendidas pelo próprio sistema escravocrata, principalmente nos últimos anos do Império brasileiro.

Fator importante para a política de colonização e imigração foi a própria criação da Lei de Terras, em 1850, e regulamentada em 1854 através do Decreto nº. 1318 de 30 de

---

<sup>313</sup> MELÉNDEZ, José Juan Pérez. *Reconsiderando a política de colonização no Brasil imperial: os anos da Regência e o mundo externo*. Revista Brasileira de História. São Paulo, V.34, nº68, 2014, p. 36.

<sup>314</sup> COSTA, Emília Viotti de. *Da senzala à colônia*. 3º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. PETRONE, M. Thereza S. “Imigração”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1888-1930)*. 3º Ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 93-113. BEIGUELMAN, Paula. *Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. 2º Ed. São Paulo: Pioneira, 1975. MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Trad. Port. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. JÚNIOR PRADO, Caio. *Evolução Política do Brasil*. 9º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

<sup>315</sup> FERLINI, Vera Lucia Amaral, FILLIPINI, Elizabeth. *Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica*. Revista Brasileira de História. São Paulo, V.13, nº 25/26, 1993, p.124-125.



janeiro, e a Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581), promulgada no dia quatro de setembro de 1850, que almejava a proibição do tráfico de escravizados. A primeira definiu a significação de terras devolutas e aboliu a gratuidade de lotes agrícolas aos colonos, estabelecendo como único título de posse a compra. Criou também a Repartição Geral das Terras Públicas, que teve a seu cargo a delimitação, divisão e proteção das terras devolutas e a promoção da colonização nacional e estrangeira.<sup>316</sup> A segunda Lei iniciou alguns dos problemas institucionais ao sistema escravocrata, apesar do forte comércio interprovincial que ocorreria a partir da década de 1870, principalmente no período da grande seca de 1877, e o crescimento da cafeicultura no Sul.<sup>317</sup> Alegando a falta de braços para alguns setores da grande lavoura, as políticas de colonização e contrato de homens livres, nacionais ou estrangeiros, farão parte das estratégias de arregimentação de trabalhadores pelas elites latifundiárias de Norte a Sul no último quartel do século XIX.<sup>318</sup>

Os Congressos Agrícolas no Rio de Janeiro e em Recife também influenciaram diretamente a política de imigração e colonização no ano de 1878.<sup>319</sup> Apesar de ocorrerem nos meses de julho e outubro, período posterior à criação das colônias aqui analisadas, os Congressos trazem questões relevantes sobre a política imperial acerca da lavoura. Os assuntos tratados na corte do Rio de Janeiro giraram em torno de medidas para enfrentar a questão da falta de braços, a ausência de créditos e investimentos, redução dos impostos e tributos cobrados, fomento das tecnologias agrícolas e educação rural; ações que desencadeariam nas políticas de imigração e colonização no Sul do Império. Entretanto, esse Congresso não agradou parte das elites rurais do Norte, inclusive da Bahia e Pernambuco, pela ausência das províncias quanto a centralização da grande lavoura do Sul. A reação foi criar outro Congresso em outubro na capital pernambucana, com forte cunho regionalista, assim como de oposição às intenções de favorecimento aos cafeicultores pelo ministro João Vieira Lins C. de Sinimbu. Reuniram-se latifundiários de Pernambuco, produtores de açúcar e

<sup>316</sup> IOTTI, Luiza Horn (org). *Imigração e Colonização*. I: Imigração e colonização: legislação de 1747-1915. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 07.

<sup>317</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, 299p.

<sup>318</sup> Sobre o assunto consultar, EISENBERG, Peter L. *O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX: sugestões para uma pesquisa*. In: \_\_\_\_\_. L. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX. Campinas, Unicamp, 1989, p.223-45. FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

<sup>319</sup> Sobre os dois congressos consultar, BARROCA, Antônio V. da S. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*. Edição Fac-Similar Comemorativa do Primeiro Centenário do Congresso Agrícola do Recife. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco: Recife, 1978. *Congresso Agrícola*. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. "Introdução" de José Murilo de Carvalho. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1988. SIMÃO, André Luciano. *Congressos Agrícolas de 1878: um retrato do reformismo ao final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas, 2001.

algodão, e vieram representantes das províncias de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte. A justificativa da criação do Congresso foi a alegação de que o governo imperial havia excluído as províncias do Norte nos planos da grande lavoura e que mostrava-se disposto a ficar ao lado dos cafeicultores do Sul. Todavia, seus objetivos também eram “conhecer da matéria contida no questionário que acompanhou o acto do governo imperial e de outros que com relação ao braço nacional sem emprego por efeito da sêcca podem interessar a agricultura da província”.<sup>320</sup> Assim, o objetivo do Congresso de Recife foi cobrar do Estado melhorias estruturais para os engenhos através de investimentos em novas tecnologias de produção do açúcar e modernização dessa área, a criação de engenhos centrais e também discutir o emprego da mão de obra retirante na seca, mobilizando-a para o trabalho nas lavouras e obras públicas. Em muitas províncias atingidas pela seca, com os créditos liberados pelo Império, se buscava a conversão dos retirantes em trabalhadores de obras de melhoramentos materiais. Por outro lado, a política de colonização não foi um projeto muito eficaz para algumas províncias do Norte durante a seca de 1877/79.

Na província da Bahia a colonização agrícola iniciou-se em 1818, mesmo ano em que muitas outras foram estabelecidas no país. Da mesma forma, essas colônias foram fundadas por cessão gratuita de terras em região desocupada no sul da província, com objetivo de povoamento dos territórios. Mas, a partir de 1850, no entanto, a política de colonização ganhou nova feição. Dessa feita, “foram estabelecidas tanto colônias nacionais como estrangeiras, objetivando solucionar a falta de braços, alegado pelas autoridades provinciais e proveniente da abolição do tráfico de escravos”.<sup>321</sup>

No ano de 1857, na presidência de João Vieira Lins Cansação de Sinimbu, foi criada a maior parte desses núcleos agrícolas. Nesse ano foram estabelecidas as colônias Sinimbu, Nacional do Rio de Contas, Salto do Rio Pardo e Nacional Agrícola. Uma década depois foi retomado o processo de colonização por trabalhadores nacionais, sendo criada, em 1867, a Colônia Comandatuba. Em 1870 foi criada a Colônia Cachoeira e, em 1877, a Jequiçá.<sup>322</sup>

Henrique Lyra assinala que a colônia Jequiçá foi provavelmente criada durante a grande seca de 1877 e era formada por migrantes cearenses chegados à Bahia. Esse núcleo agrícola foi estabelecido no local denominado Engenho Jequiçá em terras que haviam pertencido ao Coronel Hygino Pires Gomes, no sul da província, e dirigida pelo frei Carlos

<sup>320</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. *Hemeroteca Digital*. Jornal do Recife. Pernambuco. Anno XXI, n. 151, 5 de julho de 1878, p. 01.

<sup>321</sup> LYRA, Henrique Jorge B. *Colonos e Colônias*. Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Salvador/BA, 1982. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, 1982, p. 08.

<sup>322</sup> LYRA, Henrique Jorge B. *Op. Cit.*, 1982, p. 82.

Maria, da ordem dos capuchinhos. A quase total ausência de informações sobre essa colônia, como descreve Henrique Lyra, levou-o a crer que sua criação foi no sentido de retirar da capital da província o contingente de retirantes cearenses que, certamente, poderiam gerar um problema social, jogando-os em terras despovoadas no sul em “lugares menos perigosos à tranquilidade pública”.<sup>323</sup>

A historiadora Graciele Rodrigues Gonçalves comenta que na seca de 1877/1879 os retirantes funcionaram como uma espécie de mão de obra encarregada de iniciar os primeiros passos na abertura de novas fronteiras agrícolas.

Seja no sul da Bahia; tentando ocupar o espaço que pertencia aos aldeamentos indígenas, seja na despovoada província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, ainda era carente de população e seu território pouco explorado. Descortinaram novas paisagens, derrubando as matas e plantando as primeiras culturas até que novos colonizadores, com recursos e voltados a uma produção regulada por interesses comerciais, vendo a terra enquanto uma oportunidade de investimento forçaram os antigos migrantes ou a uma nova retirada ou a se transformarem em trabalhadores assalariados. As expectativas de consolidação da pequena propriedade, sustentando-se com culturas voltadas à subsistência e uma pequena produção a ser comercializada, têm fim com o fracasso da política voltada a colonização nacional e com a ascensão de grandes proprietários nestas áreas até então pouco exploradas.<sup>324</sup>

Ocorreram muitos casos parecidos na utilização da força de trabalho dos retirantes em colônias agrícolas no extremo Norte do Império. Francivaldo Alves Nunes diz que a implantação de colônias agrícolas no Amazonas e Pará deve ser compreendida como estratégia de ocupação desses territórios e, também, diante da política de imigração e transição do trabalho escravo para o livre nessas regiões. Assim, seu estudo sobre a colônia Benevides, na província do Pará, mostra como aquele núcleo agrícola representou um espaço de produção para o abastecimento do mercado interno, assim como a conquista e ocupação de áreas predominantes de floresta. Nesse caso, a colonização no extremo Norte se constituiu como “elementos fundamentais para trazer o desenvolvimento agrícola, uma vez que, se por um lado poderia abastecer os grandes centros urbanos da região, por outro terá a função de promover o desmatamento e a ocupação de grandes áreas de florestas”.<sup>325</sup>

---

<sup>323</sup> LYRA, Henrique Jorge B. Op. Cit., 1982, p. 117 e 118.

<sup>324</sup> GONÇALVES, Graciele Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX*. (Sociedade e Política). Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador/BA, 2000, p. 113.

<sup>325</sup> NUNES, Francivaldo Alves. *Núcleos coloniais e agricultura na Amazônia Imperial*; uso e ocupação da terra. Revista Espaço Acadêmico. Nº 100 – Mensal – setembro de 2009. Especial, Ano IX. ISSN 1519.6186, p. 71.

Para o autor, conhecer o processo de implantação dos núcleos coloniais implicaria em compreender os significados construídos acerca da agricultura durante esses programas. Assim sendo, exigiria analisar os interesses por trás das normas que determinavam as “formas de ocupação, os critérios de escolhas dessas áreas, os locais destinados às atividades agrícolas, os tipos de plantio, sementes, tamanho dos terrenos, os critérios para distribuição dos lotes e as exigências para permanência nas áreas de colonização”. Esses interesses devem ser concebidos em relação com os valores e significados atribuídos pelos próprios colonos. Portanto, sua perspectiva é a de que as ações desses sujeitos no interior das colônias agrícolas “não devem ser pensados de forma isolada da legislação criada em torno dos programas de colonização, mas se constituirá em oposição, ou não, aos limites impostos pelas autoridades, dependendo dos interesses de cada grupo”.<sup>326</sup>

Edson Holanda Lima Barboza afirma que um dos últimos pólos de recepção de migrantes foi a província do Amazonas, a maior unidade em extensão territorial do Império, mas com carência de trabalhadores para as atividades agrícolas e extrativistas. Sua pesquisa analisa a diáspora cearense no período da grande seca de 1877, e que a expectativa não era necessariamente a exploração da borracha, pois muitos retirantes “buscavam oportunidades em atividades tradicionais, tais como a produção agrícola ou o trabalho em obras públicas”. Logo, o “isolamento foi um dos últimos recursos quando outras possibilidades lhes foram sendo negadas”.<sup>327</sup> Nos portos de chegada, os retirantes eram recebidos e utilizados como mão de obra para melhoramentos materiais, núcleos agrícolas e seringais. Apesar disso, os desembarques e desvios de verbas esgotaram a capacidade de assistência das províncias que recebiam os retirantes cearenses, causando uma série de conflitos e tensões nas sedes provinciais, como as capitais Belém e Manaus. Um exemplo foi a Colônia Maracajú, localizada na periferia de Manaus, povoação que recebeu maior contingente de retirantes no Amazonas durante a seca de 1877/1879. Da mesma forma que a Colônia Benevides, no Pará, ela foi “planejada pela administração provincial amazonense como centro de produção agrícola da província, para suprir a carência de abastecimento alimentar de sua sede”. Porém, ambos os núcleos coloniais foram “palco de conflitos, e a proximidade em relação à capital também produziu desconforto aos gestores”.<sup>328</sup>

---

<sup>326</sup> NUNES, Francivaldo Alves. *A Semente da Colonização: um estudo sobre a colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)*. Belém, 2008. Dissertação (Mestrado) – UFPA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008, p. 17-18.

<sup>327</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. *Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 35, nº 70, 2015, p. 132.

<sup>328</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. *Op. Cit.*, p. 134.

Os trabalhos de Barboza e Nunes são importantes para a nossa perspectiva, pois ambos apresentam uma abordagem que relaciona a formação dos núcleos coloniais a partir de seus objetivos políticos, econômicos e sociais pelas autoridades das províncias do Amazonas e Pará, como também enxergam o papel do colono – nesse caso, retirantes cearenses – na construção desses espaços para a lavoura de subsistência e abastecimento das capitais, além de suas ações, organizações, e conflitos existentes com a legislação das colônias e seus gestores, tudo isso sem perder de vista o amplo processo de migração interna, ocorrido no contexto da seca de 1877/1879.

No entanto, é com Raymundo Laranjeiras que encontramos uma definição adequada sobre a categoria de colonização para nosso trabalho. Para o autor, a colonização se define como “programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organização pública, visando à colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados” e, ao mesmo tempo, “o desenvolvimento de atividades de auxílios, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais”.<sup>329</sup> Assim, para o autor, a colonização tem o sentido de ocupação territorial combinado com a ideia de desenvolvimento de uma atividade econômica.

Por isso há que pressupor o esforço de estabelecer em algumas áreas certos grupos de pessoas, quando, então, duas espécies de contingentes distinguem dois tipos de ocupação: 1) ocupação do território por imigrantes, pessoas físicas estrangeiras; 2) ocupação do território por nacionais, que se instalam em regiões onde não nasceram, mas que permanecem em seu próprio país”. A partir desses tipos de ocupação, colonizar seria o ato de ocupar território, de modo racional. Colonização seria o processo correspondente de povoamento com seletividade para realizar a exploração econômica do solo.<sup>330</sup>

São salutares as ideias do autor quando vamos analisar a trajetória dos retirantes e a fundação das colônias agrícolas Socorro (PE) e Sinimbu (RN). Sua ocupação foi por nacionais – sertanejos migrantes do Norte – em terras devolutas da província e num contexto de crise social e econômica – a seca –; assim, compreender a migração dos retirantes e sua ocupação provisória nesses núcleos agrícolas organizados pelas forças públicas do Império com objetivos de exploração de recursos da terra, é entender as redes de poderes, discursos e experiências que se entrelaçam entre retirantes, diretores coloniais e autoridades. Através

---

<sup>329</sup> LARANJEIRAS, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 3 e 4.

<sup>330</sup> GREGOR, Valdir. “Colonização”. In: MOTTA, Marcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 100-101.

desse rizoma de ações, vontades e escolhas dos sujeitos, poderemos entender melhor o processo de migração e agenciamento das famílias norte rio grandenses para outras espacialidades durante as grandes secas escapando de um viés fatalista e dos efeitos de uma causalidade sem um campo de possibilidades, aspectos ainda presentes nas interpretações acerca dos homens em deslocamento na história.

A criação dos núcleos agrícolas estava relacionada ao planejamento de reformas do Império, que projetava o fomento da grande lavoura com liberação de linhas de crédito para as atividades vinculadas ao universo rural no Brasil. Essas reformas acabaram implantando uma série de colônias agrícolas pelo território nacional que, todavia, representaram muito mais do que a tentativa de desenvolvimento da lavoura de exportação e a inserção das províncias no plano de transformações na agricultura, através da absorção de uma força de trabalho imigrante; elas revelaram-se também, principalmente durante a grande seca de 1877, como estratégias de controle, deslocamento e isolamento, ao menos temporário, de milhares de pessoas, grande parte indesejável, nos espaços das cidades litorâneas e capitais da região Norte. No relatório do ministro e conselheiro dos Negócios do Estado, Carlos Leôncio de Carvalho,<sup>331</sup> encontramos alguns dos argumentos para a fundação das colônias agrícolas e a utilização da multidão retirante para alguns dos presidentes de províncias: a ocupação dos braços ociosos em serviços de obras públicas e núcleos coloniais, com a diminuição dos gastos com os socorros públicos. Na prática discursiva, fica evidente a intencionalidade de ordenação dos sertanejos pobres em territórios administrados pelas autoridades.

No intuito de conseguir o duplo fim de ter os retirantes sujeitos ao trabalho moralizador e pacífico e de aliviar os cofres públicos dos encargos originados da seca e agravados pela ociosidade, resolveram diversos Presidentes *empregar os mesmos retirantes em alguns serviços de obras publicas e reunil-os em certos pontos mais apropriados à lavoura, formando nucelos coloniaes. Por esse meio foram creados as colônias: De Santa Isabel, na província do Amazonas, à margem do rio Tarumamery, duas horas de viagem a vapor da capital, e a de Maracajú ao norte da mesma capital. A primeira destas colônias foi fundada com 40 familias, comostas de 231 pessoas, e a segunda com 129, composta de 647 pessoas. De Benevides, na província do Pará, situada na estrada de Bragança; e de Caeté e de Santarem,*

---

<sup>331</sup> Carlos Leôncio de Carvalho (1847-1912) foi “Filho do Dr. Carlos Antonio de Carvalho, nasceu 110 Rio de Janeiro a 18 de junho de 1847. Doutor em direito pela faculdade de S. Paulo, foi nomeado lente substituto em 1871 e cathedratico da mesma faculdade em junho de 1881. Chamado potra ocupar a pasta dos negocios do imperio no gabinete de 15 de janeiro de 1878, foi eleito deputado pela provincia de S. Paulo na legislatura deste anno a 1881. Foi o iuiciador da liberdade do ensino nas faculdades do imperio, pondo em execução a respectiva reforma, assim como da exposição pedagogica etrectuada em 1883, em cujo congresso serviu o cargo de secretario; é presidente da associação propagadora dos cursos nocturnos”. BLAKE, Doutor Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. V. 2 (C-F). Biblioteca Digital da Câmara, 1893, p. 82. Site: < <http://bd.camara.leg.br>>. Acessado em dois de março de 2020.

todas com 12.438 retirantes. Do Limoeiro, no termo de Turyassú, província do Maranhão. *De Sinimbu, na do Rio Grande do Norte. Do Socorro, na de Pernambuco.* De S. Francisco, na das Alagôas. De Jequiriça, na Bahia, fundada com 703 retirantes, sob a direção do capuchinho frei Estevão de Hungria. Algumas dessas colônias tiveram pouca duração [...].<sup>332</sup> (grifos nossos).

Assim, nesse capítulo, analisamos a formação dos núcleos coloniais de Socorro e Sinimbu, respectivamente, das províncias de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Essas colônias, cada uma com suas particularidades de organização, duração e funcionamento, oferecem a possibilidade de entendermos as origens das famílias retirantes e seus desarranjos no processo de diáspora, suas atividades e serviços prestados a esses núcleos e os diálogos e as pressões dos diretores e dos funcionários; além dos conflitos e formas cotidianas de resistências diante dos instrumentos disciplinadores no interior desses espaços fundamentados pelos poderes do Estado-Nação. Portanto, cabe-nos novamente a perspectiva de uma história social da espera na tentativa de correlacionar as experiências socioculturais dos sujeitos em trânsito e seus momentos de pausa no deslocamento, instantes estes nos quais, muitas vezes, serão sujeitados a tornarem-se outros indivíduos – no caso específico, colonos –, a partir dos aparelhos ordenadores criados durante a seca de 1877/1879; mas, também, a não sujeitarem-se a essas mesmas forças.

### **5.1 A Colônia Agrícola Socorro: migração, família e trabalho na província de Pernambuco (1878-1880)**

A migração de retirantes do interior das províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, deslocava-se para territórios como os de Pernambuco e Alagoas nessa seca de 1877. O engenheiro Theodoro Sampaio, em sua viagem no Rio São Francisco a Chapada Diamantina, nos anos de 1879-80, escreveu em seu relato que no porto de Piranhas, na província de Alagoas, havia muita gente na região. “O mulhério era extraordinário, e isso se explicava pelo afluxo dos retirantes do alto sertão que a secca prolongada expellira dos seus lares”. A população masculina estava espalhada ao longo da “linha férrea em trabalhos de construcção, enquanto o elemento feminino e as crianças, permaneciam na sede onde se lhes distribuía em mantimentos parte do salario ganho por seus paes e maridos empregados nos serviços da

---

<sup>332</sup> “Sêcca do Norte”. In: BRASIL. *Relatorio apresentado à assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Império, conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878, p. 119. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Acessado em 20 de fevereiro de 2020.

estrada”. As moradias eram poucas para o contingente de retirantes. “Improvisaram-se ranchos de palha, pequenas tendas fechadas com esteiras, tudo quanto era possível imaginar-se para agasalhar a população excedente ou adventícia”<sup>333</sup>.

De Ingazeira de Afogados (PE), uma carta foi enviada para o correspondente do *Jornal do Recife*, no dia 14 de maio, dizendo que o número de “emigrantes ou retirantes, que aqui passam todos os dias vindos já de cima e já do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba, é extraordinário”. Além de numerosos, “andam em bandos de centenaes, rotos, nus e famintos”.<sup>334</sup> O êxodo não era feito somente pelas estradas interprovinciais; algumas famílias de retirantes começaram a chegar também pela costa marítima para a cidade de Recife. Nos vapores “Coruripe e Ipojuca, chegaram ao nosso porto 344 retirantes, sendo: 101 de Maceió, 49 de Aracaty, 60 do Acaraú, 9 de Mossoró e 122 de Natal”. Assim, a diáspora sertaneja do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, apontava para a possibilidade de sobrevivência em outras províncias do Norte, principalmente a de Pernambuco, um dos principais centros políticos e comerciais do Império.

A cidade de Recife e as áreas mais férteis do agreste pernambucano eram o escopo de milhares de famílias do alto sertão nessa seca de 1877. Além de a capital ser um centro administrativo e econômico relevante para as províncias do Norte, concentrava sua força política através da Comissão Central dos Socorros Públicos do Norte.<sup>335</sup> Por outro lado, os brejos e locais do agreste, principalmente os territórios da produção da cana de açúcar, eram também espaços privilegiados pela migração dos retirantes.<sup>336</sup> Os que chegavam pelas estradas ou desembarcavam no porto seguiam ou eram conduzidos pela comissão de socorros públicos “para Palmares com destino à colônia Socorro, para onde temos continuado a mandar os que existem nos alojamentos de Santo Amaro e Tamarineira”.<sup>337</sup> Como forma de retirar grande parcela da população adventícia na capital que estava vivendo em alojamentos e áreas periféricas nos primeiros meses da grande seca, a criação da colônia agrícola Socorro,

---

<sup>333</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina*: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas, 1905. p. 15-16. Disponível em: [http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio\\_1905\\_rio](http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1905_rio). Acesso no dia 27 de fevereiro de 2020.

<sup>334</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. “Ingazeira de Afogados”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XX, nº 119, sexta-feira 25 de maio de 1877, p. 01.

<sup>335</sup> Sobre a cidade de Recife e Comissão Central de Socorros na seca de 1877-79 conferir: GREENFIELD, Gerald M. *The Realies of images*, Imperial Brazil and the Great Drought, Philadelphia, American Philosophical Soceity, 2002.

<sup>336</sup> Sobre o espaço geográfico de Pernambuco consultar: ANDRADE, Manuel Correia de. *A Pecuária no Agreste Pernambucano*. Tese apresentada para provimento da Cátedra de Geografia Econômica, Recife, Universidade do Recife, 1961.

<sup>337</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Comissão Central de Socorros” In: *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Anno LIV, nº 103, Segunda-feira, 6 de maio de 1878, p. 02.



próxima a vila de Palmares, foi uma estratégia das elites que, ao mesmo tempo, desafogava a cidade do contingente de sertanejos quando convertia e ordenava os serviços de obras públicas e agrícolas nos núcleos coloniais mais afastados da sede.

Edson Silva discorre que a Colônia Socorro foi fundada em 1878 pelo presidente da província, com a autorização do Governo Imperial, em terras consideradas devolutas na localidade do Riacho do Mato, área de aldeamento indígena.<sup>338</sup> A presença dos retirantes provocou conflitos com os índios, que tiveram suas plantações invadidas, como denunciava uma liderança local, Manoel Valentim dos Santos:<sup>339</sup> eles “se apoderão violentamente das lavouras”.<sup>340</sup> A colônia foi extinta em 1880 e, nos primeiros anos do período republicano, as terras devolutas do Riacho do Mato foram objeto de disputas entre o Governo Federal, a Câmara de Água Preta e o Governo do Estado de Pernambuco, que pretendia vendê-las a terceiros.<sup>341</sup>

A região do Riacho do Mato era conhecida por sua alta fertilidade, sendo “margeada pelo rio Una e por vários riachos, com o Jacuípe-mirim e o Taquara”. No período de inverno, com as fortes chuvas torrenciais “os caminhos se tornavam intransitáveis, causando grandes transtornos aos viajantes mais desavisados”. Era, então, um território propício ao “cultivo de algodão, cana de açúcar e café. Dali também se extraíam madeiras e se faziam pequenos roçados”.<sup>342</sup> Logo, era uma área de extremo valor para as autoridades provinciais criarem núcleos agrícolas e melhoramentos materiais durante aquela seca.

No relatório presidencial de Adelino Antônio de Luna Freire, de 15 de fevereiro de 1878, no dia seis de janeiro o presidente mandou adiar até segunda deliberação a venda, em hasta pública, dos lotes de terras situadas no “extinto aldeamento do Riacho do Mato, autorizado pelo aviso do ministério da agricultura, commercio e obras publicas, de 12 de novembro do anno passado, com o fim de fundar ali uma colônia agrícola com os retirantes que em grande numero tem affluído”.<sup>343</sup> No começo de abril de 1878, a imprensa anunciava o

---

<sup>338</sup> Riacho do Mato correspondia a terras devolutas do atual município de Jaqueira/Pernambuco.

<sup>339</sup> Agricultor, Manuel Valentin era casado com a também agricultora Maria da Penha. Em 1868 tinha 41 anos e ela 24, possuindo o casal casa e lavouras. Eram pais de uma filha e dois filhos. Ver, SILVA, Edson. “*Uma guerra civil de 12 anos*”: mobilizações indígenas na zona da mata sul de Pernambuco, na segunda metade do século XIX. Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio. De 8 a 11 de agosto de 2016. Instituto Multidisciplinar, UFRJ, Campus Nova Iguaçu, p. 01.

<sup>340</sup> SILVA, Edson. *Op. C it.*, p. 05.

<sup>341</sup> SILVA, Edson. *Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público*. Revista de Estudos e Pesquisa. FUNAI, Brasília, v. 3, nº1/2, 2006, p. 187.

<sup>342</sup> DANTAS, Mariana Albuquerque. *Do aldeamento do Riacho do Mato a Colônia Socorro: defesa de terras e aprendizado político dos indígenas de Pernambuco (1860-1880)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, nº 77, 2018, p.86.

<sup>343</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Terras Publicas” In: *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Anno LIV, nº59, 1878, p. 01.

início das ordens de fundação da colônia agrícola nas terras do Riacho do Mato, no município de Palmares, como também sua principal função: ocupar os braços sertanejos para o trabalho agrícola e afastá-los dos arrabaldes da cidade de Recife.

Informe há dias anunciamos, S. Exc. o Sr. Dr. Vice presidente de província, previamente autorizado pelo governo provincial, acaba de expedir as ordens e dar todas as providencias necessárias para o estabelecimento de uma colônia agrícola, composta de emigrantes, nas terras publicas do Riacho do Matto, do município de Palmares. Depois de se entender com a comissão central de socorros e com o dr. Diretor interino da repartição de obras públicas, S. Exe. fez seguir para as referidas terras o pessoal indispensável para dirigir a construção de ranchos, e bem assim uma pessoa habilitada para indicar os lotes de terras demarcadas e desocupadas, em que devem ser estabelecidos os emigrantes, recomendando á comissão central a remersa de gêneros alimentícios, instrumentos agrícolas e sementes para as plantações. Além disso, S. Exe., obteve do prefeito de Penha a necessária permissão para que o revdm. *Frei Cassiano de Comachio, membro da ordem dos capuchinhos, vá dirigir os emigrantes, utilizando-os nos trabalhos da colônia.* Todas essas medidas estão em vias de execução, e deixa a grata esperança de que brevemente será uma realidade a referida colônia, cujo primeiro resultado *será afastar das imediações da cidade de Recife grande parte da população indigente, que, corrida pela secca, aqui se acha agglomerada*<sup>344</sup>. (grifos nossos).

O engenheiro responsável pela criação da Colônia Socorro foi Luiz José da Silva, o mesmo que fora responsável pelo loteamento dos aldeamentos de Pernambuco, após o processo de extinção na década de 1870. Na sua carta ao presidente da província, no dia 10 de abril do corrente, escreve que a desapropriação dos terrenos contíguos ao “extincto aldeamento do Riacho do Matto, denominado Tabocas e Tombador, os quaes adquiridos e juntos aos nacionais existentes no logar Páo Brazil, darão uma área suficiente para o estabelecimento de grande numero de retirantes”.<sup>345</sup> O engenheiro também fez parte do quadro de funcionários que participaram do momento de fundação do núcleo agrícola. No relatório do diretor frei Cassiano de Comachio, do dia 30 de abril, consta uma descrição pormenorizada de como foi o movimento de criação, os primeiros dias de trabalho e a ocupação da terra na Colônia Agrícola Socorro. As informações do relatório são importantes para percebermos como as primeiras famílias de retirantes e funcionários da colônia vão estabelecendo suas relações de poder nesse novo território de espera na seca de 1877/79.

<sup>344</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. Colonia de Emigrantes. In: *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Anno LIV, nº 79, Sexta-feira dia 5 de abril, p. 02.

<sup>345</sup> FREIRE, A. A. de Luna. *Continuação do estudo Colônia Socorro*. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, n.49, 1896, p. 39.

Saiu da estação das Cinco Pontas em Recife, às 14 horas do dia cinco de abril de 1878, a primeira turma de emigrantes, composta de 387 pessoas, e os membros nomeados para a direção dos trabalhos de fundação da colônia. Desembarcaram “às 3 horas da tarde do mesmo dia na estação do Una; ahi feito o reconhecimento das famílias por apelo nominal dos chefes, foi-se distribuindo a primeira ração constante de carne e farinha”. Seguiram depois para o engenho Japaranduba, onde foram acolhidos pela D. Francisca, com os sinais cristãos da caridade. Ao amanhecer do dia seis, continuaram a jornada ao lado de alguns cavaleiros e o juiz municipal de Palmares, “animado-nos e ao peregrinante povo acoroçados homens, sustentando mulheres e creanças que feridos pela longa viagem seus inocentes peizinhos, a grande custo e com muita demora podião vencer o caminho”. Passaram pelos engenhos Capricho e Pereira, onde houve a segunda distribuição de alimentos, e pernотaram no engenho Freixeiras. No dia seguinte, andaram menos de duas horas até chegar às terras de tombados, lugar apontado pelo engenheiro Dr. Silva para estabelecer o centro de operação da colônia. Porém, o engenheiro não previu que o dito lugar, além de não poder recolher “demarcados números de emigrantes que engrossado sem causar sentido prejuízo ao proprietário do terreno não se oferecia favorável saúde, mas antes sujeito a pensões inconvenientes que renunciarão após os primeiros dias de nossa estada acola”.<sup>346</sup> Logo, o diretor frei Comachio foi pessoalmente examinar diversos pontos que não foram apontados pelos estudos, até encontrar um lugar adequado para a caravana.

Entre eles julguei possuir asseguradas proporções o lugar denominado = sertãozinho= nelle firmei esta belecso centro da colônia, e montamos toda pressa as indispensávees acomodações, para lá nos dirigimos com toda caravana em 15 de abril de 1878. O lugar satisfaz completamente, é uma assentada espaçosa, situada em cima de outeiros, correndo pelos pez dos outeiros dous riachos de aguas excelentes, *sendo um a nascente do = Riacho do Matto= e outro seo confluyente, o ar é saudável, e o clima fresco, ahi nos estabelecemos, e edificarão-se casas e ranchos allem de um grande barracão para enfermaria e agasalho de famílias desvalidas. 74 familias estão já de posse de seos respectivos lotes de terra os que lhes são distribuídos, onde alguns tem já se estabelecido, e farão suas plantações; os mais em numero de 2.564, se conservão neste centro ocupados em trabalhos da colônia, e tanto estes, como aquelles fornece sustento. O numero total eleva-se a 3.013. Cumpre declarar que muitos não querem sujeitar-se ao trabalho ordenado ou manifestando disposição desordeira, despedirão-se, ou forão despedidos*<sup>347</sup>. (grifo nosso)

<sup>346</sup> BR APEJE, *Colônia Agrícola Socorro, 1878 a 1880*. CD 4. p. 08 e 09.

<sup>347</sup> BR APEJE, *Colônia Agrícola Socorro, 1878 a 1880*. CD 4. p. 10.

Levou praticamente dez dias para que a comissão da colônia agrícola e as famílias retirantes achassem um local mais “adequado” para começarem os serviços de construção do núcleo colonial e a distribuição dos primeiros lotes de terra. Estes terrenos estavam situados nas planícies altas e de clima fresco da localidade de Riacho do Mato, onde a paisagem abria também espaços para muitos engenhos de coronéis da região de Palmares, além dos antigos moradores do aldeamento indígena. Importante frisar o número crescente de retirantes que chegavam a cada dia no núcleo agrícola; no começo da jornada era uma turma de 387 pessoas, que aumentou para uma quantia de três mil, ao final de abril. O engenheiro Luiz José da Silva mandou fazer um novo arrolamento dos retirantes no dia 10 de abril, como também daqueles que “dirigindo-se para esta capital, sabendo da ida de seus desgraçados irmãos, a estes se tem reunido; elevando-se seu numero até esta data a setecentos, havendo o excesso de tresentos e vinte e cinco sobre os embarcados no dia 5 na estação das Cinco Pontas”.<sup>348</sup> Um exemplo claro de como os deslocamentos dos sertanejos migrados, muitas vezes, seguiam a direção que as verbas dos socorros públicos eram destinadas pela comissão central, isto é, para as colônias agrícolas e locais de trabalho.

O diretor também se mostrou um administrador rígido ao comentar que muitos retirantes foram despedidos ou retiraram-se por conta própria, pois não se sujeitaram à organização do trabalho na colônia, ou por apresentarem disposição “desordeira”. É interessante apontar nesse trecho a escolha de alguns desses retirantes a não sujeitarem-se às regras de trabalho e conduta concebidas pela direção da colônia como aceitáveis, mesmo diante da possibilidade de punições e expulsões do núcleo agrícola. No relatório do diretor, ainda encontram-se mais informações sobre os primeiros serviços de construção da colônia.

Não se apresenta mais serviços, porque faltou ferramentas com quanto que dispondo de 800 trabalhadores, apenas existem 80 foices, 100 machados e outras tantas enxadas; claro está, que enquanto uns trabalhão, outros esperão perdendo assim tempo de serviço. Os trabalhos que se executarão do dia 15 até esta data são 262 ranchos uniformes regulamente alinhados e numerados, constituindo quatro ruas que destinguise-hão pelos seguintes nomes, 1º de S. Francisco, 2º do Socorro. Formando a primeira rua este nome, para pretender fazer a capella no fim dela, a 3º rua terá o nome de 15 de Abril (época da chegada) a 4º rua Pedro 2º, um grande barracão com 24 vãos para enfermaria e para agasalhar quem vem chegando, uma casa de oração, reedificação de uma casa para a botica, e uma grande para deposito e residência do diretor e mais empregados da comissão. O distribuidor dos lotes tem cumprido seu dever; e não tem produzido maior resultado, como podia desejar-se, em vista do seu serviço exigir cavalgadura, pois torna-se

---

<sup>348</sup> FREIRE, A. A. de Luna. *Continuação do estudo Colônia Socorro*. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, n.49, 1896, p. 39.

extenso e não é possível fazer-lo a pé como tem feito até o presente por necessidade exigida pela natureza do trabalho.<sup>349</sup>

O diretor descreve a formação da aglomeração humana e o espaço físico da colônia. A toponímia das ruas é definida pelos nomes santos, dia da fundação e do Imperador. Os ranchos, o barracão, a casa grande com armazém, foram algumas das primeiras estruturas da colônia, mas, depois de alguns meses, edificaram um colégio, uma capela, uma enfermaria e cemitério. A distribuição dos lotes para as famílias retirantes era feita pelo funcionário Antônio da S<sup>a</sup> Braga que, até o dia 30 de abril do corrente, tinha estabelecido nas terras uma média de 439 pessoas. Nos mapas criados pela direção da colônia para a distribuição das terras podemos fazer um arrolamento de quantas famílias de retirantes do Rio Grande do Norte, e suas localidades de origem, encontravam-se presentes até aquela data no núcleo agrícola, como também a quantidade de sertanejos das províncias do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Quadro 14 – Quantidade de retirantes colonos pelas províncias do Norte na Colônia Socorro (Abril de 1878)

Província	Número de Pessoas
Rio Grande do Norte	28
Ceará	113
Paraíba	140
Pernambuco	168
Total	439

Fonte: *Mapa das famílias dos emigrados estabelecidos nos lotes de terra da Colonia Socorro*. BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 12 a 14.

O número de famílias do Rio Grande do Norte será sempre o menor dentre os demais grupos de retirantes na distribuição dos lotes da Colônia Socorro. As localidades e organização familiar dos sertanejos migrados do Rio Grande do Norte encontram-se da seguinte maneira nesse primeiro mapa de distribuição das terras.

*Pau dos ferros*, Vicente Pereira Guamin, 48 anos, casado, Mathild da Silva Oliveira, 48 anos, 04 filhos menores. *Poço Limpo*, Manoel Bento Bezerra, 23 anos, casado, Antonia Maria da Conceição, 22 anos, 01 filho menor. *Potengi*, José E. de Mesquita, 30 anos, casado, Maria Francisca Neves, 30

<sup>349</sup> BR APEJE, *Colônia Agrícola Socorro*, 1878 a 1880. CD 4, p. 10 e 11.

anos, 06 filhos menores. *Caicó*, José Joaquim de Souza, 39 anos, viúvo, 01 filho maior, 01 filho menor, 01 agregado. *Luiz Gomez*, José Barbosa de Paiva, 40 anos, casado, Avelina Francelina A. Divino, 39 anos, 01 filho maior, 02 filhos menores. *Assú*, Manoel Soares de Lima, 24 anos, casado, Francisca Maria da Conceição, 18 anos, 01 filho menor<sup>350</sup>. (grifo nosso).

Os primeiros nortes rio grandenses que conseguiram os lotes de terras na Colônia Socorro mostram uma organização familiar diversificada, com casados, viúvos e filhos menores de idade. As localidades de origem também apontam aspectos interessantes. A família de Manoel Bento Bezerra, por exemplo, veio de Poço Limpo (atual município de Ielmo Marinho), que se localiza na região do agreste norte rio grandense, à margem do Rio Potengi. Já as famílias de José Barbosa de Paiva, José Joaquim de Souza e Vicente Pereira Guamim são das localidades mais afastadas do interior, chamado alto oeste, respectivamente Luiz Gomez, Caicó e Pau dos Ferros, regiões limítrofes com outras províncias e áreas do semiárido nordestino. A família de Manoel Soares de Lima veio do município de Assú, localizado no Oeste, próximo a Macau e Mossoró, epicentros de aglomerações de retirantes no Rio Grande do Norte, além de possuírem portos para o embarque e desembarque na província.

No levantamento da distribuição dos lotes, até o dia primeiro de maio de 1878, na Colônia Socorro, o número de famílias assentadas subiu para 576, chegando à cifra total de 2.920 pessoas. O quadro a seguir traz a quantidade de todos os retirantes por cada província.

Quadro 15 – Quantidade de retirantes colonos pelas províncias do Norte na Colônia Socorro (Abril a primeiro de Maio de 1878)

Províncias	Número de Pessoas
Rio Grande do Norte	204
Ceará	645
Paraíba	893
Pernambuco	1.171
Sergipe	07
Total	2.920

Fonte: *Mappa das famílias residentes na Colonia Agricola – Socorro – até 01 de Maio de 1878*. BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 15 a 34.

<sup>350</sup> *Mappa das famílias dos emigrados estabelecidos nos lotes de terra da Colonia Socorro*. BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 12 a 14.

As províncias da Paraíba e Pernambuco são as que mais concentraram os retirantes assentados nas terras do núcleo agrícola. Em compensação, aumentou consideravelmente em apenas alguns dias o número de famílias oriundas do Ceará e do Rio Grande do Norte, como também de Sergipe. O próprio funcionário da distribuição registra que, além dos que “aparecem por este mappa, existem nesta colônia muitas outras famílias e indivíduos que não se pode ainda apontar a este mappa no alistamento”.<sup>351</sup> Todavia, a disputa por um pedaço de terra poderia ser uma realidade diante de tanta aglomeração de pessoas no local. Assim, imaginar o trajeto que muitos desses retirantes tomaram para chegar à Colônia Socorro é um exercício complexo, pois são inúmeros as possibilidades, escolhas e os condicionamentos que esses grupos viveram. As estradas de terra interprovinciais, os vapores e as ferrovias são algumas das probabilidades encontradas nessa diáspora sertaneja.

Por outro lado, alguns dos emigrados já se encontravam na capital, vindos do alto sertão e portos marítimos do Norte. Assim, a tarefa desempenhada pela Comissão Central de Socorros era realocar uma parcela dessa multidão sertaneja para a vila de Palmares e ao núcleo agrícola no Riacho do Mato. Como narra o diretor em seu relatório, eles saíam na estação de trem em Recife até chegar ao povoado do Una e precisavam andar alguns dias para chegar ao seu destino. Nesse arrolamento também surgem alguns novos locais de origem e organização familiar dos retirantes da província do Rio Grande do Norte.

*Apodi*, João Francisco do Nascimento, 24 anos, casado, 02 filhos. *Patú*, Vicente Lucas de Moura, 36 anos, casado, 04 filhos. *Macahiba*, [sic.] Gomes Faria, 50 anos, 01 agregado. *Traíri*, José [sic.] de Guedes, 35 anos, casado, 07 filhos. *Serra do Martins*, Francisco Cavalcante de Moura, 32 anos, casado, 03 filhos. *Martins*, Vicente Ferreira da Silva, 22 anos, casado, 01 filho. *Trairy*, Manoel Francisco Dias, 47 anos, casado, 08 filhos. *Ceará-Mirim*, Luis Ferreira de Lima, 32 anos, casado, 08 filhos. *Parellhas*, Trajano [sic.] dos Santos, 34 anos, casado, 02 filhos. *Natal*, Miguel de Souza Leite, 31 anos, casado, 04 filhos. *Fernando Pedrosa*, Manoel [sic.] do Nascimento, 32 anos, casado, 01 filho. *Sant. Anna*, Manoel Felipe [sic.], 31 anos, casado, 01 agregado. *Campo Grande*, Manoel Maria de [sic.], casado, 01 filho. *Campo Grande*, Bernardo José de [sic.], 27, casado, 01 filho. *Serra de Martins*, José [sic.] de Maria, 39 anos, casado, 02 filhos. *São Miguel*, Antonio Leite da Silva, casado, 25 anos. *Pau dos Ferros*, Vicente Ferreira de Paula, 24 anos, solteiro, 02 agregados. *Pau dos Ferros*, Sebastiana Tertuliana da [sic.], viúva, 30 anos, 01 filho. *São Miguel*, Antonio José [sic.], 20 anos, casado, 01 filho. *Apodi*, Guilherme [sic.], 33 anos, casado, 06

---

<sup>351</sup> *Mappa das familias residentes na Colonia Agricola – Socorro – até 01 de maio de 1878*. BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 34.

filhos. *Pau dos Ferros*, Izabel Maria da Conceição, *viúva*, 50 anos, 03 filhos.<sup>352</sup> (grifos nossos)

Essas novas famílias assentadas já revelam uma diversidade na organização e desarranjo familiar entre os retirantes do Rio Grande do Norte no seu primeiro mês de fundação da Colônia Socorro. A presença de indivíduos agregados, por exemplo, era uma realidade para alguns grupos de retirantes como as famílias de Vicente Ferreira de Paula, Manoel Felipe e Gomes Faria, assim como o surgimento de viúvas chefes de família, como Izabel Maria da Conceição e Sebastiana Tertuliana, ambas da cidade de Pau dos Ferros. A faixa etária dos retirantes chefes de família girava em torno dos vinte a cinquenta anos de idade no arrolamento desses assentados até o mês de maio de 1878. Sobre seus locais de origem, revelam-se novas possibilidades de trajetórias entre caminhos de terra e mar para chegarem à Colônia Socorro em Palmares. São cidades, vilas e povoações das regiões do alto oeste, centro-oeste e litoral da província do Rio Grande do Norte; localidades que os retirantes deixaram para arriscar a sobrevivência no alhures, como estão representadas na imagem abaixo.<sup>353</sup>

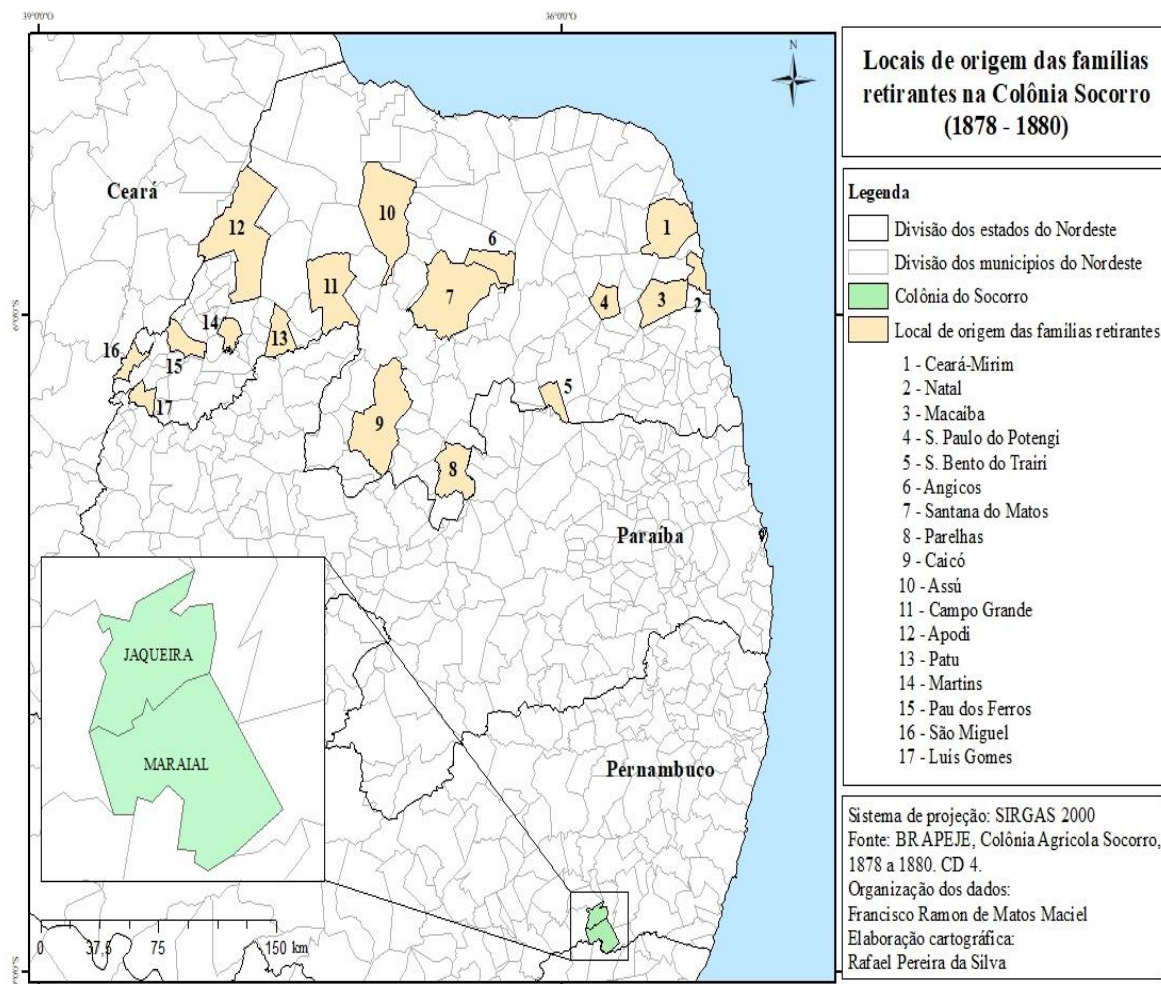
---

<sup>352</sup> *Mappa das familias residentes na Colonia Agricola – Socorro – até 01 de maio de 1878*. BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 15 a 30.

<sup>353</sup> Um fato curioso é não ter registros da cidade de Mossoró e Macau, ambas, epicentros de aglomeração sertaneja nessa seca. Por outro lado, os dois locais possuíam portos na província, onde provavelmente os retirantes poderiam ter chegado a Recife por via marítima.



Imagem 4 – Locais de origem das famílias retirantes na Colônia Socorro (1878-1880)



Fonte: BRAPEJE, Colônia Agrícola Socorro, 1878 a 1880, CD 4.

No relatório do diretor frei Comachio, de 15 de janeiro de 1880, encontra-se o último mapa da distribuição de terras aos retirantes existentes até o dia 30 de setembro de 1879. O distribuidor dos lotes, Antonio da Silva Braga, comenta que muitas famílias de emigrantes “achão-se situados nos lotes de terras, não constando deste mappa por terem desejado de se retirarem” e que existem ainda nos lotes de terras “empregados em trabalhos agrícolas 206 indigentes chefes de família, cujo contem o número de 1012 pessoas”.<sup>354</sup> Para uma colônia agrícola que chegou a ter mais de 8.000 pessoas, 1.012 era ainda um número considerável de retirantes no período final de seu funcionamento. Mas o que chama a atenção no registro do funcionário foi o desejo de muitas famílias de abandonarem seus lotes de terra e os trabalhos

<sup>354</sup> *Mappa nominal dos emigrantes com quem forão distribuídos lotes de terras na Colonia Socorro constante do pessoal existente até o dia 30 de setembro de 1879.* BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 133.

no núcleo agrícola, revelando como, para os retirantes, aquele espaço era algo provisório - uma espera nessa seca -, para que, na melhor oportunidade, pudessem voltar aos seus antigos locais de origem. Esse aspecto pode ser revelado em uma carta do diretor no dia 17 de agosto de 1878, falando sobre a desistência dos retirantes de serem colonos agrícolas assim como o empenho de outros a ocupar tal cargo.

Em virtude das notícias satisfactorias provenientes dos diversos sertões, muitos retirados que se comessarão no acompanhamento sem estabelecerem em lotes, regressaram para lá onde pertencião; e muitos ainda, que se achão nas mesmas circustancias, estão se despondo para tomarem a mesma direção; alguns também que estavam estabelecidos em lotes, quer por motivos de doenças, quer por suas vontade espontânea, seguirão o mesmo destino de apostar na sua terra natal, embora deixassem suas plantações; forão porem substituídos por outros na posse e trabalhos agrícolas dos respectivos lotes. Julgo não dever obstar, mas antes favorecer o regresso dos refugiados nesta colônia, sempre permanecerão muitos, se não todos aquelles que estão ou forem-se estabelecendo em lotes de terra, com estes é que poderá formar verdadeiramente a Colonia Agrícola, governada por um regulamento especial, mediante instrucções e experiências próprias, e pessoal habilitado e pratico dos diferentes ramos em que se aproveita, por que se desenvolve com bons resultados a agricultura<sup>355</sup>.

Uma vida regulada, ordenada e disciplinada, pensada e colocada em prática pela figura do diretor e de seus funcionários na Colônia Agrícola Socorro não poderia agradar a longo prazo algumas das famílias de sertanejos de outras províncias, as quais, provavelmente, acostumados com outros padrões de atividades ligadas ao universo rural de dependência (jornaleiro, meeiro, parceiro, etc.), poderiam achar um tanto quanto estranhas as relações de trabalho a partir de uma administração rígida pela presença do frei, funcionários e praças da polícia. Além dos incontáveis fatores subjetivos e o desejo de retornarem para seus antigos lares - algo que nunca iremos saber -, embora algumas notícias e boatos de chuvas no alto sertão fossem alguns dos principais motivos para o regresso.

Em alguns ofícios do diretor da colônia encontram-se pedidos oficiais de retirantes e suas famílias para deixar o núcleo agrícola, como é o caso do colono Petronillo da Costa de Oliveira que, sozinho, e “a seu pedido, vai retirado desta colônia para sua terra. Tem bom comportamento”.<sup>356</sup> Outros, não conhecendo a região, provavelmente, vindos de muito longe, acabavam precisando da orientação de um guia local ou membro da comissão de socorros para continuar sua diáspora, como é o caso de um guia “para os retirados Francisco Pinheiro Dantas, Bernardino Xavier da Costa, Martim J. Bizerra da Silva, Antonio Joaquim, Antonio

<sup>355</sup> BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 68.

<sup>356</sup> BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, SP.

Francisco e suas famílias seguirem para Palmares receberem destino da Comissão de Socorros<sup>357</sup>. Portanto, o abandono do trabalho e das terras era uma realidade maciça na Colônia Socorro, até pelo fato de não haver distribuição de propriedades para todos os retirantes que lá estavam. Destarte, havia os pedidos das famílias sertanejas de retirarem-se para frei Comachio e, como sua deliberação oficial e ajuda de guias locais mostra-se uma forma de segurança para esses retirantes, não estariam jogados à sua própria sorte em terras desconhecidas da província de Pernambuco.

Entretanto, algumas famílias nortes rio grandenses ainda estavam vivendo nas terras demarcadas da Colônia Socorro nos meses finais de 1879, escolhendo uma vida de agricultores colonos.

Lagoa Tapada, Candido José Baptista, 40 anos, viúvo, 06 familiares, lote de terra no dia 03 de março de 1879. Pattu, Francisco Cariolano de Moura, 30 anos, casado, lote de terra de 07 de janeiro de 1879. Pattu, João Pereira da Silva, 18 anos, solteiro, 08 familiares, lote de terra de 14 de janeiro de 1879. Luiz Gomes, Joaquim Francisco da Silva, 47 anos, casado, 07 familiares. Potengy, [sic.] Antonio de Mesquita, 31 anos, casado, 07 familiares, lote de terra em 01 de fevereiro de 1879. Seridó, José Gonzaga da Fonseca, 32 anos, casado, 04 familiares, lote em 20 de fevereiro de 1879. Thahiry, José Magno de Queiroz, 36 anos, casado, 02 familiares, lote em 31 de maio de 1878. Panellas, Manoel Paulino do Nascimento, 33 anos, casado, 01 familiar. Poço Limpo, Manoel Bento Bezerra, 24 anos, casado, 02 familiares, lote em 15 de abril de 1878. Pau dos Ferros, Vicente Candido da Silva, 54 anos, casado, 05 familiares, lote em 15 de maio de 1878<sup>358</sup>.

Dessas onze famílias, os mais antigos, que estão desde a fundação, são Manoel Bento Bezerra, de Poço Limpo (atual Ielmo Marinho), Vicente Candido da Silva, de Pau dos Ferros, Manoel Paulino do Nascimento, de Panelas (atual cidade de Bom Jesus) e Joaquim Francisco da Silva, de Luiz Gomes. O primeiro entrou com um filho menor e, nesse último arrolamento de setembro de 1879, encontram-se registrados dois familiares – provavelmente sua esposa engravidou nesse período morando na colônia. Sobre os demais não encontramos informações, pois eles conseguiram seus lotes nos dias 15 e 16 de maio de 1878, dias depois dos outros mapas da distribuição analisados até aqui. Entretanto, todos mostram que de retirantes da seca tornaram-se colonos e agricultores na Colônia do Socorro. Não se sabe do restante das famílias que conseguiram os lotes no ano de 1879, se tinham chegado

<sup>357</sup> BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 70.

<sup>358</sup> *Mappa nominal dos emigrantes com quem forão distribuídos lotes de terras na Colonia Socorro constante do pessoal existente até o dia 30 de setembro de 1879*. BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 126 a 133.

recentemente ao núcleo agrícola ou estavam esperando outras famílias abandonarem seus lotes para poderem ocupar, como já havia ocorrido com muitos retirantes apontados pelo funcionário da distribuição de terras. No mesmo relatório do diretor, do dia 15 de janeiro de 1880, encontra-se referência do abandono dos sertanejos.

Esta Direcção dispensa seus cuidados a um numero de cerca de 3.000 pessoas. Lotes de terras forão distribuídos com 206 familias, todas retiradas dos sertões desta e das províncias da Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte e em maior número da do Ceará. Empregão-se essas famílias na agricultura e plantação de mandioca, milho, feijão, canna, fumo, etc. Trabalhão com a maior satisfação porque reconhecem a vantagem real que resulta de seus suores. [...] *Nos mesmos lotes existem muitas famílias de moradores que tendo declarado a intenção de se retirarem assim que as circunstancias o permittir não são considerados como colonos.* (grifos nossos).

A presença de sertanejos das quatro províncias do Norte ainda era uma constância no último ano de existência da colônia, como escreveu frei Comachio. A agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão, cana, fumo, etc.) era uma das formas de tirar seu sustento, mas não a única, pois outros “dedicão suas diligencias ao commercio, que embora em pequena escala, apresenta-se com tudo sempre animado e lisonjeiro”; para essa comodidade, “construiu-se um amplo barracão onde em dia de sábado recolhem-se os povos para fazerem sua feira, o que realiza-se sempre na melhor ordem, justiça e boa harmonia”. Algumas casas comerciais “suficientemente fornecidas o sustentão e satisfagem as mais urgentes necessidades de todos”.<sup>359</sup> Assim, uma economia sertaneja era criada pelos moradores, circulava entre a colônia nos dias de feira e alimentava o fornecimento de casas comerciais pelas redondezas e no município de Palmares.

Mas os serviços nas obras de melhoramentos materiais também eram frequentes para os colonos e retirantes, principalmente os trabalhos nas estradas de rodagem: “Nosso principal cuidado foi abrir caminhos através estas fechadas mattas. De grande importância é a estrada que [sic.] em comunicação estes mesmos lugares com a cidade de Palmares, distando uns 40 kilometroz”. Os trabalhos de construção dessa estrada de rodagem iniciaram-se no dia 14 de junho de 1878 e completaram-se nos últimos dias do mês de dezembro de 1879. O relatório informa ainda que, “sobre a direção da Colonia executaram-se 24 kilometros da referida estrada, dirigindo o resto a Comunicação Especial de Soccorros de Palmarez”. Em todos os trabalhos, “empregarão-se especialmente os retirados victimas da secca, mediante modicoz

---

<sup>359</sup> BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 119.

salários que receberão parte em dinheiro e parte em gênero alimentícios”.<sup>360</sup> No relatório do diretor da Colônia Socorro existe uma relação nominal dos retirantes empregados nos serviços da estrada, em 31 de outubro de 1878. Separamos a seguir as famílias da província do Rio Grande do Norte contratadas nesses trabalhos.

Cósmo Pereira da Costa, solteiro, São Miguel. Vicente Ferreira, casado, 03 familiares, São Miguel. Jovino José Moreno, solteiro, Cabaceiras. Alexandrino E. Mendonça, 04 familiares, Jardim. Gaspar Barbosa da Silva, solteiro, 05 familiares, [sic.]. José Gonsaga da Fonseca, casado, 03 familiares. Manoel Pereira da [sic.], casado, 02 familiares, [sic.], Manoel Francisco da Costa, casado, 01 familiar, [sic.]. Felix P. da Silva, casado, 02 familiares, Apodi.<sup>361</sup>

A presença de solteiros e casados nos serviços de construção da estrada de rodagem, ao lado do labor nos lotes da Colônia Socorro, revela as relações de trabalho e a conversão dos retirantes em trabalhadores de obras públicas e colonos agrícolas nessa seca de 1878. O núcleo agrícola representava, assim, os anseios das elites locais em desenvolver estradas que ligassem seu interior, facilitando o escoamento de mercadorias e pessoas para vários pontos da província, como também uma forma de reaproveitar os braços dos sertanejos, organizando a distribuição de gêneros e pagamentos das diárias a partir dos serviços prestados à direção da colônia e à comissão de socorros de Palmares.

Outra questão que está relacionada aos arranjos familiares pelo processo de migração até a Colônia Socorro pelos retirantes é o crescente número de mulheres chefes de famílias. Como afirma o relatório, “faz parte também do pessoal da colônia, um numero crescido de viúvas desvalidas, cujos maridos aqui fallecerão em consequência dos sofrimentos a que andarão sujeitos em suas longas viagens, victimas da secca”. Em sua grande maioria, “são das outras províncias acarregadas de filhos órfãos”, que “recebem sustento da colônia mediante serviços que prestão, proporcionado a suas forças”.<sup>362</sup> No relatório da Comissão Central de Socorros registrou-se que havia “muitos retirantes doentes que não podem tomar parte nesses trabalhos e mais de 60 viúvas desvalidas com suas famílias”.<sup>363</sup>

<sup>360</sup> BR APEJE, *Colônia Socorro*, 1878 a 1880, CD 4, p. 123 e 124.

<sup>361</sup> *Quadro nº 01. Relação nominal das pessoas empregadas nos serviços da estrada e acompanhamento da colônia Agrícola Socorro em 31 de Outubro de 1878*. BR APEJE, *Colônia Socorro*, 1878 a 1880, CD 4, p. 80.

<sup>362</sup> BR APEJE, *Colônia Socorro*, 1878 a 1880, CD 4, p. 119.

<sup>363</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório da Comissão Central de Socorros aos Indigentes Victimadas da Secca. Pernambuco. Typ. Manoel Figueira de Faria & Filhos, 1879, p. 22.

Na vila de Palmares, onde chegou-se a calcular cerca de 20.000 pessoas que aglomeravam-se vindas do centro de Pernambuco e de outras províncias, o número de mulheres chefes de família registrado pela Comissão Central de Socorros nos alojamentos e serviços de obras públicas era bastante significativo. Em 31 de julho, verifica-se que haviam saído do alojamento 7.269 retirantes, ficando o número reduzido a 11.484, assim distribuídos: entre “trabalhadores e suas familias 7.540; inválidos e suas familias 303; viúvas, solteiras e mulheres abandonadas e suas familias 3.641”.<sup>364</sup> Essa (re)configuração da unidade familiar ocasionada pelo abandono e morte dos maridos levou a várias mulheres retirantes a assumirem os papéis de provedoras exclusivas de suas famílias nesta seca de 1877, ainda que seu papel na labuta diária fosse uma realidade para todas elas em qualquer período. Assim, ao lado de seus filhos e parentes, elas não deixaram de trabalhar nas obras públicas em Palmares e nas atividades agrícolas da colônia,<sup>365</sup> “proporcionado a suas forças”, como escreveu o diretor frei Comachio em seu relatório. A forma escolhida pelas autoridades para distribuir os gêneros alimentícios era mediante trabalho, ainda que elas fossem consideradas “desvalidas”. O fato de os desvalidos serem mulheres ou crianças “para as autoridades não era motivo suficiente para classifica-los como ‘inválidos’ e, portanto, dispensá-los do trabalho, devido à demanda que havia de mão de obra”.<sup>366</sup>

Sobre a migração de retirantes e a condição dos considerados inválidos na província do Ceará nesta seca de 1877, para José W. Freitas Souza, na compreensão das elites e do governo provincial os “desvalidos” eram todos aqueles desprovidos de condições de se manter economicamente sem assistência dos poderes públicos. Com isso, “durante a seca e devido à conjuntura de desorganização da agricultura e da pecuária, que impactava diretamente sobre o setor de subsistência, todo sertanejo migrante era considerado um desvalido”. Por outro lado, com a eliminação dos abarracamentos criados na capital cearense após a grande seca, entrava em funcionamento uma subcategoria social de desvalido – os inválidos. Esse grupo era “formado basicamente por mulheres, viúvas e órfãos, considerados incapazes de proverem o próprio sustento material. Por esse motivo, eles eram excluídos da

---

<sup>364</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents. Relatório da Comissão Central de Socorros aos Indigentes Victimadas da Secca*. Pernambuco. Typ. Manoel Figueira de Faria & Filhos, 1879, p. 14.

<sup>365</sup> Sobre os trabalhos desempenhados pelos retirantes seus “serviços foram aproveitados em obras importantíssimas como as estradas de Palmares à Bonito e a Colonia Socorro, nos melhoramentos feitos na villa e ultimamente na ponte sobre o rio Una”. *Relatório da Comissão Central de Socorros aos Indigentes Victimadas da Secca*. Pernambuco. Typ. Manoel Figueira de Faria & Filhos, 1879, p. 14.

<sup>366</sup> SOUZA, José Weyne Freitas. *Secas e socorros públicos no Ceará*. Doença, pobreza e violência (1877-1932). Projeto História, São Paulo, nº 52, Jan./Abr. 2015, p. 194-195.

ordem geral do retorno ao sertão, tolerando-se sua permanência na cidade de Fortaleza”.<sup>367</sup> Essa permanência das mulheres retirantes ao final da seca na capital da província do Ceará pode ser repensada para o caso da Colônia Socorro, pois era também aceita e tolerada pela direção a permanência de viúvas e seus familiares, embora prestassem alguns serviços ao estabelecimento.

Mas não eram apenas as mulheres desvalidas que recebiam alguma assistência no núcleo agrícola; o colégio construído na Colônia Socorro também recebeu crianças norte rio grandenses que acabaram ficando órfãs durante essa seca. O mapa geral da direção de órfãos no relatório do diretor acusa os nomes dos menores, as idades, as datas de entrada no colégio e os nomes dos pais falecidos.

[sic.] Maria de Jesus, 16 anos, Fernanda Maria de Jesus, 14 anos, [sic.] Maria de Jesus, 8 anos. Entrada de 02 de dezembro de 1878. Pais falecidos Jorge Nunes de Araujo e Anna Maria. Alexandrina Leopoldina d’Oliveira, 18 anos, Anna Florentina da Conceição, 16 anos. Entrada 02 de fevereiro de 1879. Pais falecidos José Ferreira e Maria [sic.]. Joana Souza da Silva, 08 anos, Josepha Maria da Conceição, 04 anos. Entrada 02 de fevereiro de 1879. Pais falecidos Pedro e Josepha. Maria Thereza de Jesus, 10 anos. Entrada 20 de março de 1879. Pais falecidos Jorge Nunes de Araujo e Anna Maria.<sup>368</sup>

O diretor ainda fez com que fossem recolhidos alguns órfãos na Colônia Orfanológica Izabel, onde estavam se educando tantas outras, e foi “distribuindo com diversas famílias capazes, não achando porem conveniência para amparar os órfãos”. Assim, viu-se na “necessidade de recolhê-las em uma casa que de proposito e com os necessários commodos mandei construir e procurar pessoas habilitadas para lhes confiar a criação e educação das referidas órfãos”.<sup>369</sup> Em uma carta de quatro de novembro de 1878, destinada ao presidente da província, frei Comachio mandou recolher ao Estabelecimento Orfanológico de Izabel, os menores “Manoel Jeronimo, Joaquim Ferreira Borges e José Ferreira Borges, orphãos desvalidos cujos paes fallecerão nesta Colonia Socorro, por apresentarem bom comportamento, índole dócil, e disposições para aprenderem”. Em idênticas condições achavam-se os menores “Antonio Ferreira Lima, José Ferreira Lima, João Ribeiro de Souza e Antonio Pinheiro de Lavras”, cuja mãe encontrava-se “sobrecarregada de numerosa família,

<sup>367</sup> SOUZA, José Weyne Freitas. *Op. Cit.*, 2015, p. 199-200.

<sup>368</sup> *Mappa geral da direção e dos órfãos recolhidos ao Collegio de Nossa Senhora do Socorro da Colonia Socorro*. BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 141.

<sup>369</sup> BR APEJE, *Colônia Socorro*, 1878 a 1880, CD 4, p. 121.

pelo que em vista da informação junta do [sic.] Director daquela colônia requero de V<sup>o</sup> Ex.<sup>a</sup> que se digne conceder admissão deles no mencionado estabelecimento”.<sup>370</sup>

Algumas colônias agrícolas foram criadas no Brasil na década de 70 do século XIX com a intenção de acolher uma grande parcela de órfãos de ambos os sexos, assim como “de evitar que fossem conduzidos para o caminho da ociosidade, da prostituição, do crime e do furto, cujos hábitos julgavam proceder dos não instruídos”.<sup>371</sup> No discurso de fundação da Colônia Cristina, no contexto final da grande seca de 1877/1879, o presidente da província do Ceará menciona a Colônia Izabel, criada na província de Pernambuco, na década de 1870, cujos resultados foram desejáveis para as autoridades, principalmente no momento da seca. Assim, não eram estranhas as ações do diretor da Colônia Socorro em promover os cuidados e destinos da orfandade existente no núcleo agrícola, já que era uma política que ocorria nos órgãos públicos do Império, como o era também pela caridade, filantropia e religiosidade de alguns grupos<sup>372</sup>.

Entender os caminhos da migração de famílias norte rio grandenses e de outras províncias do Norte até chegarem à Colônia Socorro, em Pernambuco, faz parte de uma grande transformação no arranjo familiar dos sertanejos, pois sua organização interna enfrentava novas reconfigurações quando os pais faleciam, as mães eram abandonadas ou tornavam-se viúvas, abrindo, dessa forma, uma rede de agenciamentos para que esses grupos pudessem sobreviver, seja a partir da mão de obra em serviços dos socorros públicos, no próprio núcleo agrícola ou pela assistência da caridade religiosa e filantropia de algumas elites. Portanto, estudar uma história da formação da família nos grupos subalternos é apontar para a possibilidade da existência de formas concretas e alternativas de organização familiar,

<sup>370</sup> BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 72.

<sup>371</sup> MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *A educação pela caridade no império em Fortaleza – O abrigo de órfãos na Colônia Cristina*. ANPUH-XXII. Simpósio Nacional de História. João Pessoa/PB, 2003, p. 02.

<sup>372</sup> A historiadora Maria Luiza Marcílio discorre sobre as políticas imperiais para os estabelecimentos de educação de órfãos e de caridade na segunda metade do século XIX, que em sua “quase totalidade das autoridades das capitais de provinciais, preocupadas com o desamparo das meninas órfãs e expostas, tratou de criar um estabelecimento para sua proteção. Grande número dessas entidades foi criado na década de 1850. [...] A administração desses novos estabelecimentos, em sua maioria, foi confiada às irmãs de caridade de São Vicente de Paula. As primeiras religiosas, vindas de Paris, no início da década de 1850, logo, procuraram inaugurar uma nova forma de administrar esses recolhimentos, instituindo a disciplina, os horários rígidos, a educação formal e profissionalizante, as regras mínimas de higiene. [...] A partir da segunda metade do século XIX, o sistema de internamento das meninas passou a cuidar da educação elementar e da educação profissional, além da formação moral e cívica. Por vezes, incluía-se o ensino de matérias próprias da educação das elites (como o ensino de francês, de alemão, de piano, de canto, de desenho, etc.) As aulas eram ministradas por uma única professora. [...] As meninas deveriam ser preparadas para o mundo do trabalho que as esperava. Portanto, já havia dois sistemas bem distintos de ensino: o das elites, que visava ao preparo das meninas para serem mulheres ilustradas, mães de família bem preparadas e com o domínio das boas maneiras adotadas pela burguesia; e o ensino popular, que procurava tornar as meninas “úteis a si e a sociedade”, boas donas de casa ou aias e criadas bem treinadas, além de serem dóceis e disciplinadas para o mundo do trabalho”. MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 177.



alternativas ao modelo de família patriarcal brasileira sobre a qual as análises deixam escapar muitas vezes a diferença, reduzindo outros agenciamentos e configurações a um mesmo molde e ponto central de interpretação.<sup>373</sup>

A preocupação com a ordem pública foi também um dos objetivos centrais das elites da província de Pernambuco durante essa seca de 1877/1879. Uma multidão de retirantes famintos de vários pontos do alto sertão mostrava-se uma ameaça para a propriedade privada e para os órgãos públicos da capital e das vilas, apinhadas cada vez mais de indivíduos desconhecidos. Mas essa pressão demográfica das camadas populares correspondia muitas vezes aos anseios de assistência e proteção nesse momento de crise. Assim, através de um discurso oculto<sup>374</sup>, esses grupos subordinados conseguiam pressionar as autoridades para conseguirem atender, ao menos em parte, seus interesses e objetivos nesse contexto de miséria.

Todavia, é relevante assinalar que não podemos sempre interpretar a reação dos retirantes como respostas diretas ao ordenamento social pelos instrumentos de poder; pelo contrário, são esses últimos que são reações às ações da multidão sertaneja nesse espaço social da grande seca. Portanto, é devolver o protagonismo das ações aos retirantes e, no mesmo curso, compreender as estratégias de dominação das elites sobre os sertanejos, como também as respostas dos últimos a essa política e poder oficial. Trata-se de uma história da atuação camponesa em seus próprios termos, “onde as revoltas situam-se dentro de um sistema de relações que nos permite vê-las não como simples ‘reações’, como geralmente foi feito, mas como uma ação complexa que tem sua própria coerência interna”.<sup>375</sup>

Na Colônia Socorro, a ordem pública era um aspecto que deveria ser preservado e condutas indesejadas deveriam ser cortadas pela raiz. Em comunicação remetida ao chefe de polícia, em 10 de julho de 1878, o diretor frei Comachio dizia que Alexandre José de Queiroz foi “preso por pertubardor da ordem publica no acompameno desta colônia” e, achando-se ela

---

<sup>373</sup> Para uma leitura da formação da família brasileira em sua pluralidade histórica, CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira". In: ARANTES, Antonio Augusto et al. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 15-42.

<sup>374</sup> Para o sociólogo James C. Scott, todos “os grupos subordinados criam, a partir de sua experiência de sofrimento, um ‘discurso oculto’ que representa uma crítica do poder expressa nas costas dos dominadores [...] O discurso oculto é, pois, conotativo no sentido em que consiste em enunciados, gestos e práticas que, tendo lugar fora da cena, confirmam, contraditam ou inflectem aquilo que aparece no discurso público”. Assim, podemos conceber “o discurso oculto como um domínio político em que se procura impor, num ambiente fortemente adverso, certas formas de conduta e resistência nas relações dos grupos dominantes. Em suma, seria mais exacto conceber o discurso oculto como uma condição, mais do que um substituto, da resistência prática”. SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Discursos Ocultos. Lisboa: Terra Livre, 2013, p. 19, 31 e 263.

<sup>375</sup> FONTANA, Josep. Por uma História de Todos. In: *A História dos Homens*. São Paulo: EDUSC Editora, 2004, p. 443.

“ameaçada de riscos pela aglomeração que há na mesma, de oito a nove mil emigrados, muitos dos quaes manifestam tendências provocadoras e compromethantes da ordem publica”, a fim de acautelar qualquer “alteração e distúrbio, peço a V. Ex.<sup>aa</sup> que expeça ordens para ser reforçado com mais dois praças o destacamento desta Colônia Socorro, e ser enviado um oficial para comandar”.<sup>376</sup> Nas mensagens publicadas no *Diário de Pernambuco*, da Comissão Central de Socorros, surge o medo generalizado da multidão de retirantes e de uma das formas de pressão sobre os dominantes: os rumores. Os membros da Comissão de Socorros percebem que “são diversos os inconvenientes e perigos que vão resultando da conservação dos retirantes em Palmares” e que, principalmente, “a pressão em que tem ultimamente estado os habitantes daquela villa pelo *receio e notícias de saques*”; eles concluem que a “agglomeração de povo ali, no projeto de fundação de colônias, único que no estado actual nos parece preferível, são factos que não convém desprezar”.<sup>377</sup> O pânico da população de Palmares em razão dos prováveis saques pelos retirantes residentes na vila e na colônia pode ser visto por telegramas do juiz de direito dessa comarca nos dias nove e onze de maio de 1878, no jornal *A Província*.

Um telegrama de Catende, comunicando haver seguido para esta villa um grupo de homens, acompanhando o corpo do súbdito portuguez José Francisco da Silva, administrador da empresa do prolongamento da via-ferrea, assassinado entre Catende e a Colonia Isabel, telegrama aqui recebido a meia noite, e mal interpretado, deu lugar a que os habitantes desta villa passaram o resto da noite sob o terror pânico e em alarme, visto como já se dizia há dias entre a população, que a vila seria atacada e saqueada. O socego acha-se restabelecido; contudo considero conveniente o aumento da força destacada, afim de tranquilizar de todo durante a noite o animo desses habitantes. Em 11 de maio – o socego publico continua, porem os ânimos estão prevenidos, pois augmenta diariamente o numero dos retirantes do centro e da colônia<sup>378</sup>. (grifos nossos)

Para James C. Scott, os rumores são uma poderosa forma de comunicação anônima que pode servir a interesses particulares. Eles prosperam quando acontecimentos de importância vital para os interesses das pessoas “ocorrem sem que haja informação fidedigna – apenas informação ambígua e duvidosa – disponível sobre os mesmos”. Nessas circunstancias, se espera que as pessoas “mantenham ouvidos aguçados e que reproduzam avidamente quaisquer notícias de que tomem conhecimento”. Assim, em situações que

<sup>376</sup> BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 63.

<sup>377</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Comissão Central de Socorros”. In: *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Ano LIV. Nº 113. Sexta-feira 17 de maio de 1878, p. 02.

<sup>378</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “A Secca”. In: *A Província*. Pernambuco. Ano VII. nº 1371. Quarta-feira 15 de maio de 1878, p. 01.

representam perigo de morte, “como a guerra, as epidemias, a falta de alimentos ou as rebeliões contam-se entre os espaços sociais mais propícios à difusão de rumores”. Logo, a transmissão oral dos rumores “possibilita um processo de elaboração, distorção e exagero tão difuso e coletivo que não permite discernir qualquer autor identificável”, e a sua rapidez de propagação é assombrosa, devendo-se, em parte, “à lógica meramente matemática do fenômeno da mensagem em cadeia”.<sup>379</sup>

Os rumores criados na vila de Palmares sobre os saques de retirantes ali aglomerados e nas remediações da Colônia Socorro revelam formas sutis de pressão sobre os dirigentes e a comissão de socorros, com vistas a reforçar a segurança e destinar mais gêneros alimentícios. Assim, não apenas uma forma de se comunicar sob o manto do anonimato e proteção, o rumor também funciona como “veículo das ansiedades e aspirações que não podem ser abertamente assumidas pelos seus difusores”.<sup>380</sup> Portanto, a ação dos rumores pelos sertanejos ou pela população – algo que não podemos saber quem começou – evitaria prováveis ações e conflitos diretos com a ordem pública nessa seca, ainda que, por outro lado, pode ser um termômetro das tensões existentes naquele espaço. No mesmo mês de maio de 1878 na comarca de Bom Jardim, no ofício do promotor público José Maurício de Torres Temporal ao presidente da província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, encontra-se o medo de ataques de retirantes aglomerados, pelas notícias espalhadas naquele lugar. Ao invés de pedidos de socorros públicos, eram solicitados maior segurança e força armada para a localidade.

Grande é o perigo em que se acham os habitantes desta comarca por causa da grande quantidade de retirantes que se têm reunido em diversas partes das mesmas, por causa da grande seca e do pequeno Destacamento de doze praças que aqui existe e que não poderá resistir algum ataque, que se espera seja dado nesta vila, atento às notícias espalhadas nestes últimos dias, a ponto de estarem os mesmos habitantes tão sobressaltados que querem deixarem-na por causa da falta de segurança em que se acham, e as autoridades desta comarca a fim de não virem-na deserta resolveram armar os mesmos habitantes a fim de rondarem toda noite, até que Vossa Excelência se digne de enviar força suficiente que possa repelir qualquer ataque que pode trazer funestas conseqüências. Assim, pois, em vista da grande necessidade de garantias para estes habitantes peço a Vossa Excelência que se digne morador com a maior brevidade praças suficientes que possam garantir uma grande comarca, como é esta<sup>381</sup>.

<sup>379</sup> SCOTT, James C. *Op. Cit.* p. 204-205.

<sup>380</sup> SCOTT, James C. *Op. Cit.* p. 206.

<sup>381</sup> APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A tragédia da fome no sertão. Transcrições de documentos manuscritos PJ 11 (1877-1878), vol. XXI. *Ofício do promotor público José Maurício de Torres*

Nesse tópico, acompanhamos a trajetória dos retirantes e suas escolhas de permanecerem ou não na colônia agrícola da vila de Palmares, nas terras do Riacho do Mato. Muitas dessas famílias vieram de regiões diversas da província do Rio Grande do Norte, seguindo a pé pelas estradas de terra, ou através de vapores marítimos e ferrovias, até chegarem ao núcleo colonial; depois de alguns meses, retornaram para sua terra natal. Nesse território da espera, alguns tornaram-se colonos e conseguiram seus lotes de terra para trabalharem no campo, enquanto outros não sujeitaram-se às normas e ordens da direção do núcleo agrícola e seguiram para alhures. As tensões causadas pelo medo da multidão através dos rumores e notícias de ataques e saques, em comarcas como Palmares, Bom Jardim e na própria colônia, podem ser interpretadas como estratégias anônimas dos sertanejos para alertarem as autoridades locais para a situação dos socorros públicos naqueles lugares, muito embora acabasse reforçando a segurança e patrulhamento contra os próprios retirantes, convertendo-se em uma questão de ordem pública na província de Pernambuco. No próximo tópico, abordaremos a experiência desastrosa de fundação e organização da Colônia Agrícola Sinimbu, no Rio Grande do Norte, e analisaremos um episódio de motim e confronto entre os retirantes colonos e funcionários do núcleo agrícola. Assim, esses territórios da espera na seca tornam-se também espaços para formas de agenciamento e ações coletivas mais diretas pelos grupos emigrados, envolvendo uma solidariedade e senso de justiça popular entre as famílias de retirantes.

## **5.2 A Colônia Agrícola Sinimbu: abandono, descaso e corrupção na província do Rio Grande do Norte (1878)**

O ministro João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (1810-1906) da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, influenciado pelos paradigmas da ciência e filosofia evolucionista europeia, aliado à preocupação interna sobre a questão do controle do trabalho e da ameaça representada pelas “massas ociosas”, privilegiou o estímulo ao trabalho, opondo-se à caridade durante a seca de 1877/1879. Assim, assegurar oportunidade de trabalho para retirantes nessa seca tornou-se um aspecto central de sua política<sup>382</sup>. Entre as iniciativas, como o gasto maciço em obras públicas através de estradas, ferrovias e açudes, a ideia do reassentamento de sertanejos a partir da criação de núcleos

---

*Temporal, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Bom Jardim, 20 de maio de 1878, fls. 439/439v.*

<sup>382</sup> GREENFIELD, Gerald Michel. A questão “Sinimbu” e a politicagem da grande seca no Rio Grande do Norte. Caderno de História - UFRN, v.3/4, nº2/1. Natal: UFRN/EDUFRN – Editora da UFRN, 1998.

agrícolas teve forte apelo na época. A perspectiva era criar nos retirantes e futuros colonos sua própria subsistência, inculcando neles uma ética do trabalho. Através do trabalho as massas ganhariam o aperfeiçoamento moral, enquanto a própria nação alcançaria o progresso material. A maioria das províncias do Norte passou pela experiência das colônias agrícolas, mas quase todas fracassaram<sup>383</sup>.

Das tentativas malogradas, o núcleo agrícola Sinimbu,<sup>384</sup> na província do Rio Grande do Norte, encontrava-se em um terreno elevado a “algumas braças de distância da margem esquerda do rio – mudo ou caratán -, que despeja suas águas na lagoa de Extremoz entre a villa deste nome e a do Ceará-mirim, à légua e meia de uma e outra”.<sup>385</sup> Sua fundação ocorreu quando era presidente da província Eliseu de Souza Martins,<sup>386</sup> do Partido Liberal. Recém-nomeado, no mês de abril de 1878, Eliseu encontrou, além das pressões da grande seca, uma situação política complicada no Rio Grande do Norte. A poderosa engrenagem política conservadora se fortaleceu após uma década no poder. Dada a natureza política da magistratura, virtualmente todos os juízes, procuradores, postos no tesouro público e demais cargos eram de ou foram indicados pelos conservadores<sup>387</sup>. Assim, o presidente entrou na província como um vigoroso, mas inexperiente jogador, num jogo político em curso há anos. Entretanto, ele não se ligou fortemente a nenhuma facção provincial e os chefes políticos norte rio grandenses realizavam manobras para conquistá-lo nesse ínterim, iniciativa essa que levou a um desgaste, ocasionando um combate político em seu curto governo.

Assim sendo, Eliseu de Souza Martins estava tentando fortalecer seu próprio poder e organizar seu território denunciando as comissões de socorros e magistrados na província, “[...] demitindo funcionários e ocupando os cargos com seu próprio pessoal, uma prática consagrada no Brasil Imperial, ironicamente chamada de derrubada”.

---

<sup>383</sup> GREENFIELD, Gerald Michel. *Op. Cit.*

<sup>384</sup> Para saber mais acerca das estratégias políticas de criação, organização, funcionamento e conflitos da colônia Sinimbu, como a discussão da política das colônias agrícolas na seca de 1877-1879, consultar BRITO, João Fernando Barreto de. *Colônia Agrícola Sinimbu: entre a regularidade do espaço projetado e os violentos confrontos do espaço vivido* (Rio Grande do Norte, 1850-1880). Natal, RN, Dissertação (mestrado), UFRN, PPGH, 2015. 189f.

<sup>385</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório com que instalou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878. O 1º vice-presidente o exm. Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife 47 – Rua do Imperador – 1879, p. 07.

<sup>386</sup> “Piauiense. Bacharel e Doutor pela Faculdade de Direito do Recife em 1866 e 1873. Político em evidência desde a monarquia. Presidente do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo de 1878 a 1880. Inteligência viva. Grande saber jurídico.” Segundo a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 210, 1953, p. 31. Disponível em: < [www.ihgb.org.br/trf\\_arq.php?r=rihgb1951volume0210.pdf](http://www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb1951volume0210.pdf) >. Acessado em 05 de março de 2020.

<sup>387</sup> GREENFIELD, Gerald Michel. *Op. Cit.*

A Colônia Sinimbu representou o outro lado dessa mesma prática. Eliseu propôs a colônia como “o único meio de chamar o povo ao trabalho”. Ele também notou que reunindo retirantes de vários lugares da província, a colônia evitava a necessidade de muitas comissões de auxílio. Assim, demitindo comissões financeiras e estabilizando a colônia, Eliseu puniu seus inimigos e distribuiu abertamente benefícios para seus amigos.<sup>388</sup>

A situação agravou-se quando o próprio presidente entrou em tensões com Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante e José Moreira Brandão Castelo Branco,<sup>389</sup> dois experientes políticos do Partido Liberal norte rio grandense, conhecedores da realidade provincial. Ambos compreenderam que Eliseu procurava reforçar seu poder através do controle do auxílio à seca, como também observaram que a colônia agrícola prometia ser a única e mais lucrativa chance de clientelismo no Rio Grande do Norte. Entretanto, eles aspiravam indicar algum de seus próprios aliados na região para o cargo de diretor da colônia, fato que não se concretizou devido a nomeação do português que conhecera em Pernambuco, Arsênio Celestino Pimentel, pelo próprio Eliseu Martins para a direção do núcleo agrícola, sendo este desconhecido dos dois líderes liberais. Esse erro fatal provocou um rompimento irrevogável com Amaro e Moreira<sup>390</sup>.

O presidente Eliseu Martins, no dia 31 de maio de 1878, nomeou “Arsenio Celestino Pimentel administrador da colonia de socorro Sinimbú, com a gratificação mensal de dusetos mil reis, e mais, que desde o 1º junho deste anno acha-se ele a frente d’aquelle estabelecimento”, estando ele “autorizado a condusir e faser o frete dos generos para a colonia – a gratificação de dusetos mil reis mensaes sem ser paga pela verba ‘socorros publicos’ a cargo do ministro do Império”.<sup>391</sup> O diretor Arsênio Pimentel conseguiu reunir um poder

<sup>388</sup> GREENFIELD, Gerald Michel. *Op. Cit.*

<sup>389</sup> Conforme Gerald Michel Greenfield, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante é “natural de Pernambuco, veio para o Rio Grande do Norte em 1848, depois de ser titular bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Ele se tornou um firme aliado de João Valentino Dantas Pinagé, um influente Conservador no distrito de Maioridade que possuía fortes laços no oeste do sertão da província. Um matrimônio afortunado numa família influente assegurou a Amaro uma base eleitoral independente. Juntos, os dois homens chefiaram uma facção Conservadora até a morte de Pinagé, em 1862. Amaro inicialmente tornou-se um juiz, devotando-se, mais tarde, à prática do Direito e, acima de tudo, à política. Ele serviu inúmeras vezes na Assembleia Provincial, e prestou largos serviços na Câmara dos Deputados. Abdicando de suas origens Conservadoras, Amaro tornou-se um proeminente Liberal da província.” GREENFIELD, Gerald Michel. A questão “Sinimbu” e a politicagem da grande seca no Rio Grande do Norte. Caderno de História - UFRN, v.3/4, nº2/1. Natal: UFRN/EDUFRN – Editora da UFRN, 1998, p. 12-13. José Moreira Brandão Castelo Branco foi filho de “Antonio Pitta Brandão, nasceu no Rio Grande do Norte a 4 de setembro de 1828 e faleceu na capital do mesmo estado a 16 de junho de 1895, quando ahi se tratava de sua eleição para governador. Bacharel em direito, foi por varias vezes deputado á assembléa provincial durante a monarchia e deputado geral em mais de uma legislatura.” BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 5, 1899, p. 102-103.

<sup>390</sup> GREENFIELD, Gerald Michel. *Op. Cit.*

<sup>391</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. *1º Secção – Palacio da Presidência do Rio Grande do Norte, 1º de Julho de 1878*. Série Interior. Pasta IJJ<sup>o</sup>212, p. 68.

discricionário dentro da colônia Sinimbu. Era o responsável direto por toda a administração, desde o fornecimento dos gêneros aos castigos sobre os retirantes. Ele próprio se encarregou de agrupar a população adventícia para fundar o núcleo agrícola no dia primeiro de junho, reunindo a população retirante que se “achara no lugar – Corôa – á margem esquerda do rio Salgado em frente d’esta Capital, a conduziria para o sitio em que se acha assentada a referida Colonia, e ahi começou a fazer derrubadas de mattos, ordenando o levantamento de palhoças”.<sup>392</sup> O presidente Eliseu Martins enviou uma carta a Arsênio Pimentel, datada de 28 de Maio de 1878, dois dias antes da nomeação do futuro diretor da colônia, com algumas orientações. Como algumas finalidades da colônia, ele enumera:

1º conduzirá para a Colônia os “indigentes que estão abundantemente na Corôa, acceitando também aquelles que se lhe apresentarem no intuito de ali fixarem sua residência para empregando-se nos trabalhos agrícolas”, que como for mais conveniente, distribuindo desde “legoa terrena em lotes para cada um retirante em família e na proporção de suas forças, podendo entretanto empregar todos os colonos em comum, ou serviços que forem de interesse geral”. 2º promoverá imediatamente a construção de um “armazém para o recolhimento dos generos destinados a alimentação dos colonos, sendo seu dever fazer sua residencia, e mais outra casa que sirva de hospital aos doentes” de qual o tratamento ficará encarregado, “tirando d’entro os colonos os que forem necessárias as doenças, não só do armazém como do hospital”. 3º obrigará a cada “colono em familia, fazer uma chopana onde se abringam e nessa construcção fará observar as regras que a hygiene aconselha”. 4º procederá ao alistamento de todos os “colonos tomando o nome de cada um e pessoas da família”. 5º fará a distribuição dos “generos por dia ou feriados, mais ou menos largos, segundo julgar mais conveniente”. 6º não consentirá absolutamente em “comércio algum na Colonia, de pessôas estranhas, para evitar que os Colonos trafiquem com os generos que lhe forem distribuidos, obstando por todos os meios e nas de bebidas alcoolicas”. 7º a policia da Colônia Sinimbu fica lhe “pertencendo, podendo empregar nesses serviços os colonos que por sua conducta e bons habitos, se mostrarem capazes, apresentando-os a esta Presidencia, para apostumamente prover a criação de inspectores de quarteirão”; porém, pode requisitar a intervenção das autoridades locais, “quando julgar necessario, e só então será permittida as mesmas autoridades intervirem em negocios da Colonia, de onde deve Vm<sup>a</sup> arredar todas as pressôas que lhe forem estranhas”. 8º confiando no seu critério e prudência, costumes humanitários de que tem dado sempre provas, “esta Presidencia deixa ao seu prudente arbitrio, tomar as

---

<sup>392</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 52.

medidas necessarias para manter a bôa ordem na Colonia e regularidade de seus trabalhos”. 9º fica o diretor autorizado a “fornecer aos colonos a ferramenta para seu trabalho, empregando entretanto os meios para que ella não seja extraviada”. 10º para o suprimento da Colônia Sinimbu fica o diretor autorizado a “fazer pedidos quer de generos, medicamentos, quer de ferragem, dirigindo-se a esta Presidencia ou a Commissão Central de transporte, conforme for o objecto da sua requisição, podendo-se igualmente contratar os fretes pelo transporte d’aqui para a Colonia”. 11º logo que o terreno esteja convenientemente preparado, “deverá requisitar a remessa de sementes para plantar”. 12º em qualquer emergência para cuja solução não “estejão comprehendidas meidades nestas instruncções, Vm<sup>a</sup> tommando aquellas que a urgencia das circumstancias por ventura aconselhem, se designará immediatamente a esta província”. 13º por último, em quando “não for possivel fornecer aos Colonos a vestimenta necessaria Vm<sup>a</sup> distribuirá por entre elles os saccos em que vão os generos, para sejam aproveitados em roupa”<sup>393</sup>.

As orientações não foram tomadas a sério pelo diretor da colônia, nem mesmo pelos seus outros dois substitutos, que encontraram o núcleo agrícola em estado precário e mal administrado<sup>394</sup>. Em relatório de inspeção, pelo vice-presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro<sup>395</sup>, sobre a Colônia Sinimbu, no mês de outubro, encontram-se inúmeras irregularidades que contradizem os rumos que deveriam ter tomado o núcleo agrícola, principalmente, baseando-se nas orientações e exigências do presidente Eliseu de Souza Martins. No aspecto das habitações e salubridade dos colonos, podemos ter uma noção por essa descrição a seguir.

As casas da Colônia Agrícola Sinimbú são tão acanhadas que mal se pode “comprender que sejam destinadas para a habitação de seres humanos. [...]”. São montadas “sem ordem nem allento, a maior parte por entre árvores que ás vezes fazem parte de sua construção, formando um intrincado labirinto em que é difficillimo, senão impossivel, distinguir uma só ou espaço que mereça este nome”. O aspecto que apresenta-se este “conjunto de miseras possilgas, contrasta a quem pela primeira vez lhes lança um golpe de vista”, e o estado repugnante pelas “circumstancias que os rodeião, que sem um grande esforço da vontade ninguem a ellas se aproxima. São tão immundas, quão immundos são os habitantes que dentro d’ellas formigão, cobertos de andrajosos e de grossa camada de poeira”<sup>396</sup>.

<sup>393</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 69, 70 e 71.

<sup>394</sup> Os outros dois diretores da colônia foram José Martiniano da Costa Monteiro e Vestremundo Arthemio Coelho.

<sup>395</sup> Os membros dessa comissão de inspeção eram: Menezes Joaquim Barboza Tinôco – José Félix da Silveira Varella – Francisco Bezerra Cavanti Rocha Maracajá e o secretario oficial maior, Francisco Gomes da Rocha Fagundes. ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p.66.

<sup>396</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 52.



A figura de Arsênio Pimentel era constantemente atacada pelos opositores de Eliseu Martins, estendendo-se aos correspondentes da imprensa de outras províncias. No *Jornal de Recife* aparece uma matéria acerca dos muitos cargos exercidos pelo diretor da Colônia Sinimbu e suas irresponsabilidades com a vida dos sertanejos colonos. Se perguntarem quem é o médico da colônia “que despacha receitas em larga escala; quem é enfermeiro de innumeros doentes alhi accomettidos de graves e complicadas moléstias”; quem é o despenseiro ou fornecedor das rações diárias, “reponder-se-ha sem hesitações que é o mesmo Sr. Arsenio, o unico que na opiniao do homem são e regenerador desta terra infeccionada de geral corrupção póde desempenhar com zelo e patriotismo aquelle cargo”, que demanda força moral e abnegação, “de que bem poucos seriam capazes! Sim o Sr. Arsenio reune em si todos os papeis: não ha na provincia pessoal ideoneo para lugares de tanta confiança”. As fabulosas somas gastadas em pura perda com a sustentação dessa colônia, “de que até hoje nenhum fructo se colheu e nem se colherá em tempo algum, são a mas inequivoca, prova dessa pungente verdade. E é assim que S. Exc. pretende fazer a felicidade de seus governados, unico alvo de sua missão nesta terra de beocios [...]”<sup>397</sup>.

As críticas dos jornais não eram tão infundadas nem apenas intrigas da oposição ao presidente do Rio Grande do Norte. Se o projeto de Eliseu Souza Martins era o de que a administração do diretor Arsênio Pimentel encontrasse sucesso na Colônia Sinimbu, ele estava na contramão das suas intenções. Sem plano de habitações adequadas e salubridade desejável, os retirantes eram apinhados em condições precárias de existência, abrindo as portas para os mais variados riscos de doenças. Logo no relatório de inspeção, diz que “nem se attendeo a nenhum preceito para a conservação da saúde na Colonia, pelo contrario tudo alli devia concorrer para damnifical-a”. As matérias putrificadas amostradas em torno das “estreitas cabandas, as aguas impuras de que usavão, as comidas insalubres, erão outras tantas causas que se juntarão aos miasmas deleterios que se exalão do proximo alagadiço, para a permanencia das moelstias e consequente mortandade”<sup>398</sup>. Entretanto, os desmandos não pararam nas questões de salubridade e moradias.

No relatório sobre a Colônia Sinimbu acerca das “Roupas, Ferramenta, Gêneros, e Medicamentos”, a quantidade de gêneros remetidos “consta o quadro junto sob o nº 11 eleva se a 13:579 volumes, 6:146 dos quaes seguirão no mez de Setembro”. O número de peças de

---

<sup>397</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Anno LIV, n. 237, 15 de outubro de 1878, p. 04.

<sup>398</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 58.

roupas feitas “remetidas principalmente no mez de Agosto e constante do mesmo quadro, chega a 10:654”. Assim, eram de esperar que “se encontrasse nos armazéns da Colonia grandes quantidades d’ellas *uma vez que nunca se distribuirão segundo affirmão muitos colonos dando se apenas uma ou outra peça a algum do peito do Director*”. Contudo, quando chegou o 2º Escriurário d’Alfandega, encarregado de tomar do que ainda existisse, “somente pôde arrecadar nove fardos e quinze saccas de estôpa, cheios d’ellas, como se vê do inventario a que procedô. Também foi insignificante a quantidade de generos que encontrou”. Sobre as medicações, a despesa feita foi considerável “e parece que, não tendo mas tido bastante applicação, como se deprehe de do que ácima se disse, devião ainda existir em grande quantidade”, pelo menos os que foram remetidos em 26 de setembro constantes, “não forão porem encontrados senão os que constão do referido inventario sob nº 12, o que faz suppôr ter havido grande desperdicio ou estravio dos mesmos”<sup>399</sup>. Pelo visto, a prática de furto e desvio de objetos do núcleo agrícola pelo diretor e pessoas próximas a ele era uma realidade denunciada por alguns retirantes ao inspetor do relatório. No quadro a seguir consta o inventário dos objetos e gêneros alimentos destinados pelos recursos da comissão de socorros públicos, entre os meses de junho a setembro de 1878, pela presidência do Rio Grande do Norte a Colônia Sinimbu.

Quadro 16 – Demonstrativo dos gêneros alimentícios, fazendas e ferragens da Colônia Sinimbu (1878)

Gêneros	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL
Farinha	979	2:074	1:794	4:796	9:643
Milho	38	317	6	6	364
Arroz	22	126	51	274	473
Feijão	36	189	118	928	1:271
Charque	227	391	394	480	1:492
Bacalhaó	20	33	18	262	333
Somma	1:322	3:130	2:381	6:746	13:579
Ferragens					
Fouces	320	-	-	-	320
Machados	199	-	-	-	199
Somma	519	-	-	-	519
Fazendas					
Calças de brim pardo	-	-	2:021	-	2:021

<sup>399</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 60.

Ditas do dito liso	-	-	137	-	137
Vestidos de chita	-	-	1:919	-	1:919
Camisas de algodão	200	-	2:454	-	2:654
Bluzas de oxforte	-	-	504	-	504
Ditas brim pano liso	-	-	454	-	454
Ditas algodão trançado azul	-	-	674	-	674
Timões de chita para meninos	-	-	1:891	-	1:891
Calças de algodão	100	-	-	-	100
Somma	300	-	10:354	-	10:654

Fonte: Quadro construído a partir do “*Quadro demonstrativo dos generos alimenticios, fazendas e ferragens, remetidas por esta Comissão de ordem official da Presidencia da Provincia á Colonia ‘Sinimbu’ a comissar do dia 13 de Junho ultimo [1878] a 30 de Setembro passado [1878]*”. ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>o</sup>212, p. 78.

O quadro demonstrativo oferece uma ideia das compras, gastos e circulação dos alimentos, fazendas e utensílios para o trabalho agrícola em quatro meses de existência da Colônia Sinimbu. Nos meses de junho e julho, os colonos retirantes “receberam” apenas as camisas e calças de algodão remetidas pela comissão de socorros, enquanto acessórios como vestidos e timões para meninos chegariam ao mês de setembro. Os objetos para o trabalho eram apenas foices e machados que totalizavam 519 unidades. Para uma população que aproximou-se de nove mil colonos, a quantidade desses itens mostrava-se inferior ao contingente de sertanejos. Os gêneros alimentícios demonstram que a maior ração diária nesses quatro meses foi a farinha (9.643 sacas), enquanto a proteína animal variava entre carne de charque (1.492) e bacalhau (333), enquanto a vegetal era representada pelo feijão (1.271). Porém, diante do número de colonos retirantes, a quantidade não era suficiente para uma alimentação balanceada de nutrientes, além dos casos de extravio e furtos de mercadorias pelos funcionários e diretor do núcleo agrícola como aparecem nas denúncias no relatório de inspeção; desse modo, não era de se espantar a alta mortalidade que ocorreu nesse pouco tempo.

Infelizmente não podemos ter uma noção exata das famílias de retirantes e seus locais de origem na Colônia Sinimbu. O pouco e mau registro dos seus diretores não tornou possível encontrar nos livros de arrolamento tais informações dos sertanejos e seus arranjos familiares<sup>400</sup>. Entretanto, temos um lampejo de que ao menos um terço dos retirantes era das regiões próximas a capital Natal. Sobre o arrolamento dos habitantes da Colônia Sinimbu, em data de nove de outubro, na qual foi terminado o trabalho de alistamento, no relatório de inspeção “diz que existem arrolados 6006 indivíduos. O número aproximado de fogos, incluindo cerca de 200. Construção 1200”. Um terço, ou um pouco mais, da população alistada é “composta de indivíduos que residiam em Extremoz, Ceará-mirim e mais arredores, e que affluiram à Colonia levados pela esmola mania cominante de certo tempo a esta data”<sup>401</sup>. Destarte, uma considerada parte dos colonos era de sertanejos dessa região da província do Rio Grande do Norte e que, provavelmente deixados à mingua pelos latifundiários que não arcaram com a subsistência das famílias nos serviços que prestavam em suas terras, findaram, assim, a tornarem-se indigentes nessa seca. Por outro lado, a outra parte da população de colonos parecia ser de retirantes de terras mais distantes da província, apesar de não podermos confirmar com veracidade essa afirmação.

Sobre as atividades agrícolas, o inspetor discorre que não existiu nenhuma vantagem nos trabalhos nas terras da Colônia Sinimbu, pois praticamente não existiram, e não ocorreu a devida preocupação do administrador em desenvolver, juntamente com os colonos retirantes, uma agricultura sistematizada e de subsistência para a manutenção dos moradores do núcleo agrícola durante essa grande seca.

Si tivesse havido um trabalho organizado e se feito em tempo plantações suficientes, estariam hoje os colonos tirando do seu producto grande parte de sua alimentação. Não lhes faltou sem duvida terreno proprio para a cultura de todos os legumes e cereaes que produzem em nossa zona. Allí está as terras de onde que é se melhor possível, segundo o voto este de alguns agricultores, e alagadiços, pául virgem, que com quando não tinha celebrado das principaes terras do Ceará mirim, todavia por conta se á creditado-se

---

<sup>400</sup> No tópico “Escripturação da Colonia” do relatório de inspeção encontra-se o seguinte registro. “A comissão encontrou apenas quatro livros, sem termo de abertura nem de encerramento, (?) quaes não tem as folhas numeradas, contendo algumas rolações de nomes borradas e não acabadas assim como algumas listas que parecem dos moradores de cada quarteirão. Em um dos livros se nota duas rolações apenas principiadas, uma de nomes por ordem alfabética, e outra indicando o número de pessoas de cada família. No livro que parece ser o que primeiro servio e ao qual falta as seis primeiras folhas, se observa a folha 44, sob o título – ferramenta – uma lista não concluída, cujo destino era talvez indicar quantos e quaes instrumentos se distribuirão e os nomes dos colonos que as ‘receberão. Com esta escripturação é impossível saber se corrião os negócios da colônia, que gêneros e objetos alimentarão e que fim tiveram”. ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p.59. Na dissertação de João Fernando Barreto de Brito. *Op. Cit.*, o autor discorre que alguns documentos do núcleo agrícola foram destruídos pelo primeiro diretor Arsênio Pimentel.

<sup>401</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 67.

como a outras plantações, decompondo-se com largueza e labores e fadigas de esforçados agricultores. Não carecia de muito esforço e amanhã d'este terreno, bastaria abrirem-se vallas de esgoto para dessecal-o e tornal-o apto para a cultura. Assim porem não se fez e os resultados colhidos, nos quatro mezes de existencia que tem a Colonia, são inteiramente nullas, tendo por conseguinte sido despendidas para perda de Dinheiros do Estado<sup>402</sup>.

Não obstante, um dos grandes problemas destacados pelos colonos retirantes ao inspetor em seu relatório sobre a colônia era acerca dos furtos. No tópico “transportes”, depois que Arsênio Pimentel assumiu, no dia 16 de junho, o cargo que era ocupado pelo capitão José Getúlio Teixeira de Moura, após desavenças deste com o diretor, desde então “em diante tornou se impossível proceder á mais ligeira fiscalização por quanto sendo Arsenio ao mesmo tempo conductor, Director e Medico da Colonia, e não existindo n'ella escripturação”, não existindo meios de se verificar se ao “governo e mais objetos por eles recebidos nesta Capital e medicamentos constantes de seus pedidos erão realmente entregues na Colonia, intactos e perfeitos, e distribuídos com probidade e justiça”. Essa confusão de serviços tão distintos e que “a bôa razão aconselha que não sejam desempenhados pela mesma pessoa, são em resultado o condemnavel extravio dos gêneros, com detrimento d'aquelles a quem erão destinados e dos dinheiros do Estado”; pois grande parte dos fretes era pago com os próprios gêneros conduzidos, “a principio mediante ajuste prévio, e ultimamente a arbítrio dos conductores, os quaes só entregavão os volumes depois de haverem tirado d'elles a quantidade que lhes aprazia, a titulo de seu pagamento”<sup>403</sup>.

Uma rede de comissionados e funcionários da colônia estava envolvida com os casos de extravio de gêneros, fazendas e outros objetos remetidos a Sinimbu. Os boatos dos colonos retirantes e outras pessoas no relatório de estudo e inspeção do núcleo agrícola constrói uma ideia de como essa era uma ação costumeira do diretor Arsênio Pimentel e seus entrepostos. “O furto na Colonia Sininbú não éra um crime, era um meio licito de adquirir, que ninguém tinha escrupulo de praticar”; marcadamente, nos últimos dias da administração de Arsênio Pimentel desenvolveu-se com tanto “escandalo que, pode se dizer, bem longe estão da realidade as terriveis accusações que a voz publica formulava contra os que tinham a seu cargo a direcção d'aquelle estabelecimento, que por fim se havia transformado em verdadeira cova de caco”. Custa-se a acreditar nas imprudências com que se apropriavam dos “generos de socorros aquelles mesmos a quem cabia o vigoroso dever de velar sobre sua conservação

---

<sup>402</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 64.

<sup>403</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 60.

e de impedir o seu extravio. = Antonio Quebra Canella, os capatazes do Director, os proprios conductores, portiavão em vergonhosas subtracções”<sup>404</sup>.

Interrogando o primeiro colono que se encontrou acerca do destino que se dava aos gêneros e roupas que chegavam, “elle confirmará os factos que vão ser expostos. Não éra só a propriedade do Governo sobre que se lançava a mão, era tambem a propriedade praticada”. Depois que Arsênio Pimentel foi posto em liberdade, pelo episódio do conflito no dia 16 de julho, “mandou cercar a casa de Lourenço Café, sahirão de dentro do armazém vinte e cinco saccas de farinha que forão recolhidas a deversas casas, inclusive a do colono Manoel Lourenço”. Durante o tempo em que o armazém esteve sem porta, mal o novo diretor começava a dormir que “peciptava-se os soldados e tirava-se generos, que iam ser vendidos na Villa do Cearámirim”. O preposto deixado pelo diretor Arsênio Pimentel, o chamado “Antonio quebra-canella”, levou para o núcleo agrícola, “sua amazia, uma mulher de nome Francisca, a quem se rendia na Colonia o mais profundo acatamento”. Esta mulher recebia todos os dias de manhã e de tarde as “saccas de generos, e vendendo a uns e dando a outros, as distribuia, conforme lhe aprazia, com diversas pessôas, que as levavão a Ceará mirim e outros lugares. Por mais de um mez durou esse esbanjamento”. Outro indivíduo chamado José Canella “furtou de uma ves seis saccas de farinha e com o producto dos diversos furtos pôde comprar uma égoa e muitas obras de ouro”<sup>405</sup>.

Os colonos retirantes afirmam que na casa de “Antonio Bregeiro se encontrou [sic.] no valor de seis centos mil reis. Francisco Grosso aquelle mesmo que no dia 15 de Julho atirou sobre os colonnos, com o producto de suas rapinas estabeleceo uma venda em S. Gonçalo”. O sujeito José Cardoso, que remetia os “generos que furtava para seu sogro Antonio Rodrigues, morador nas Cacimbas, só de uma ves chamou a si quatorze saccas, a titulo de distribuil-as com os moradores de seu quarteirão, os quaes nada receberão”, e que Manoel Picanti comprou “cavallo e estabeleceo casa de negócio á custa dos genero da Colonia”. A denúncia de alguns conductores dos víveres e fazendas remetidas a Sinimbu também encontrou espaço nas vozes das testemunhas retirantes. Um que era conhecido “por Veado e conductor das cargas da concubina de Quebra-Canella furtou tanto que pôde comprar um cavallo por oitenta mil reis, não obstante ter chegado a Colonia em tal estado de nudes que apenas trazia uma tanga de estopa”. Pode-se citar ainda, dentre os muitos que se apoderaram sem direito dos gêneros de socorros, “Manoel Lourenço, Francisco Mathias, um tal Horacio, Joaquim de

---

<sup>404</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 61.

<sup>405</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p.62.

Sant'Anna, Manoel Caboclo, e finalmente Francisco Nogueira e Ricarte, ambos também conductores da referida concubina”<sup>406</sup>.

As acusações de furto dos gêneros alimentícios também eram praticadas por indivíduos que não residiam na Colônia Sinimbu e que possuíam casas de negócio nas redondezas. Era assim que Miguel de Paulo, “mercador no Ceará mirim, apparecia frequentemente na mesma Colonia, ou mandava um seu cunhado conhecido por mestre André, e quando voltava, levava com sigo pelo menos tres ou quatro cargas de generos” entregues pelo seu irmão Antônio de Paula com o consentimento de Quebra-Canella, “que ás vezes as entregava com sua própria mão”. Durante muito tempo foi a colônia “inteira testemunha desses furtos, os quais se procurava a principio encobrir, com algumas razões, embóra inaceitáveis”. Ultimamente, porém, não se “teve mais reserva nem medida: furtou-se á luz do dia, a cada qual tratou de aproveitar o quanto pôde das circumstancias para locupletar-se”. Desta feita, o referido Antônio de Paula, que exercia a função de escrivão da colônia, “tendo corrido a elle, no dia 5 do corrente, a noticia de que ia uma força d’esta Capital, preparou quatorze cargas de generos, dos quaes fazia parte um caixão de fazendas, e as mandou entregar ao mencionado seu irmão Miguel de Paula”. Estando Antônio de Paula de posse das chaves do armazém, mandou tirar no dia seis pelas dez horas da manha “sessenta saccas de farinha que arrumou junto ao mesmo a vista de todos, e fez-la conduzir para o olho d’agua do chapeo, de quando dizem, protextando que irão destinadas ao pagamento da quantia de duzentos mil reis, provenientes de fretes de generos”. Por esse mesmo tempo transportaram-se “[sic.] e farinha para as casas do cabo Manoel Alexandre, commandante do destacamento, de Joaquim de Sant’Anna, conhecido por vento velhoço, de José Canella e de Antonio Bregeiro”, que se aproveitando da noite na colônia, “encheo de roupa as mallas e dous sacos”. O preto José Raymundo procurou embargar “a sahida de um comboio de nove cargas de farinha, mas foi impedido por Francisco Menino que lhe pôs uma pistóla nos peitos, e obrigado a final a ceder, porque o referido cabo relaxou a ordem que havia caso de se tomar a farinha furtada”<sup>407</sup>.

Mas o verdadeiro culpado das práticas de furtos pelas testemunhas do relatório era sempre o diretor Arsênio Celestino Pimentel. O principal responsável por esse descalabro e esbanjamento não pode deixar de ser o “Director Arsenio, já por que não é possivel admittir-se que ignorasse o que se passava visto como ao chegar a Colonia no dia 6 do corrente, apenas recolheo-se ao armazaem, começarão a sahir volumes para todas as partes”, entre eles, oito

---

<sup>406</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p.62.

<sup>407</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 62.

cargas de gêneros que “Francisco Menino levou para Ceará mirim afim de aumentar um negocio que lá tem sua mão”. E conta-se entre os retirantes que, depois de ser demitido, dirigia uma carta a Quebra-Canella “aconselhando-o que distribuísse os gêneros de valor a torto e a direito, afim de que novo Director nada encontrasse na Colonia, e já finalmente por que ele próprio dava exemplos que autorizavão o reprovado procedimento dos Colonos”. Assim, como um grande número de “Colonos que a Comissão ouviu, confirmão a veracidade de tudo quanto fica exposto. Não escapa por certo aquelle Director á acusações com mesma natureza. Ninguém ignora na Colonia que ele pagava os fretes dos gêneros com os mesmos gêneros”<sup>408</sup>.

Por outro lado, as ações de furtos escancaradas não eram permitidas fora do círculo de proximidade com o diretor da Colônia Sinimbu. A punição e retaliação era o destino de seus praticantes. “Não só que admira é que elle, ao passo que praticava semelhantes actos, submettesse a durissimos castigos os que suspeitava culpados de furto, ai apanhava tendo ainda em mão os objetos furtados”. Narra-se a este respeito no relatório o “supplicio que sufferão quatro cargueiros suspeitos, os quaes forão procurados por ordem sua pelo facto de haverem sido encontrados com generos dos que conduzião”. Para o inspetor, o saque tinha sido “irrigido em direito, em virtude da autorização do Director da Colonia. Não forão poucas as victimas d’esse violento direito exercido já pelos colonos e já pelos soldados do destacamento”. Com o pretexto de evitar-se a entrada de tudo quanto pudesse ser necessária à saúde dos colonos, “postarão-se piquetes nas estradas que ali conduzem, os quaes apossavão-se do que levavão as pessoas que passavão, espancando-as, se offerecião resistência”. O coletor interino do Ceará-mirim, José Pedro de Carvalho, “foi testimha occullar de um facto desta natureza praticado contra Joaquim Manoel Campello, a quem tomavão os soldados as provisões que levava para seu pai”<sup>409</sup>.

O cotidiano de privações, a insalubridade e os furtos dos gêneros dos socorros públicos pelo seu diretor, funcionários e terceiros, mostram-se um aterrador contexto encontrado pelos retirantes na Colônia Sinimbu em apenas quatro meses de sua existência. Mesmo considerado “um meio lícito de adquirir” pelos inspetores da comissão em seu relatório, o furto não deveria ser praticado pela maioria dos retirantes, ainda que incentivado pelos exemplos da administração do núcleo agrícola, pois as penalizações aplicadas eram severas. Não era de se estranhar as denúncias ao inspetor acerca dos desmandos ocorridos em Sinimbu, como também explicaria em parte as razões para os retirantes entrarem em conflito a

---

<sup>408</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 63.

<sup>409</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 63.



qualquer momento com seu administrador, por exemplo, como o caso que ocorreu no dia 16 de julho, em decorrência de uma tentativa de furto de arroz no armazém por uma criança e que acabou sendo espancada pelo diretor Arsênio Pimentel, ocasionando em seguida uma luta armada entre ele, seus guardas e os colonos retirantes<sup>410</sup>.

Na conclusão do relatório ao presidente Montenegro, a comissão não esconde a insatisfação do que foi a Colônia Sinimbu: a ausência de toda ordem, segurança e fiscalização, aliada à péssima escolha do diretor que não incentivava nem apoiava os colonos para o espírito do trabalho moralizador, deixando uma vasta terra improdutiva e dispersando-se uma multidão de sertanejos que poderiam tornar-se um perigo para a região.

Certas circunstancias, que de antemão annunciarão a fatal desmoralização a que devia chegar aquelle estabelecimento, são sem duvida contra tantos censos que grandemente contribuirão para a esterilidade dos resultados.= Essas circunstancias, que por certo não escapão ao criteriados pensar de V. Exc.<sup>a</sup>, no entender da Comunicação, não só a falta de segurança e de ordem em tudo quanto dizia respeito a Colonia, e a ausencia de toda fiscalização, mas ainda a infeliz e dezastrôza escolha do Director que se lhe fêz, e o poder illimitado de que foi investido.= Uma vez arrolladas essas causas, não é difficil melhorar-se aquelles povos pelo trabalho, unico meio efficaz de levantá-los do entorpecimento e abjecção que os esmagão, fazendo passar através de sua intelligencia um raio de luz, e será licito esperar conseguir-se algumas vantagens que compensem os despendios realizados.= Dando-se uma recuperação segura e bem dirigida, obrigando-se-os, pelo conselho e pelo exemplo de moralidade, a perderem os máus habitos contrahidos, de inuteis que óra são, forma-se-hão homens com um valor proprio, conscios de sua dignidade e uteis a si e á sociedade. = O trabalho e só o trabalho tem a virtude de produzir tais transformações. = Além d'esta vantagem do melhoramento de tantos infelizes votados a miseria e a perdição, acresce que ficarão aproveitadas todas aquellas terras ate hoje incultas, debelladas as insalubridades do clima<sup>411</sup>.

O fechamento da Colônia Agrícola Sinimbu pelo vice-presidente Montenegro e sua comissão acabou sendo uma estratégia da elite política local para converter aqueles colonos em trabalhadores de obras públicas e serviços gerais na província, especialmente para a região dos engenhos do vale do Ceará-Mirim. Na conclusão, o relatório já indicava que o fechamento do estabelecimento agrícola não seria um grande mal se os retirantes encontrassem outra ocupação como mão de obra, pois assim não correriam os riscos de assaltos e ações em massa os proprietários rurais da região.

---

<sup>410</sup> Analisaremos esse evento no próximo capítulo da tese.

<sup>411</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 65-66.

A extinção da Colonia, ou a dispersão dos povos que alli se achão seria uma medida muitos respeitos inconveniente, que se traduziria em um grande mal, si não se lhes desse uma occupação.= Sofrerião elles, e impellidos pela necessidade de subsistência se lançarião sobre a propriedade alheia, soffrerião os agricultores de toda a zona, cultivada do Vale do Ceará mirim, os quais terião de ver suas lavouras pilhadas e consumidas, soffreria por conseguinte a Provincia, cujas rendas experimentarião por isso consideravel diminuição e soffreria finalmente a [sic.] geral, porque teria de nutrir em seu seio milhares de homens perdidos e habituados á pilhagem, sem ter meios de os corrigir e prevenir so seus crimes<sup>412</sup>

No jornal *Correio de Natal* traz uma longa matéria da passagem de Montenegro e sua comissão na respectiva colônia que, além de averiguar a situação da mesma, aproveita ainda para visitar algumas autoridades, principalmente fazendeiros e donos de engenhos da região.

Assim, no dia dois do corrente, em companhia do deputado Dr. Moreira Brandão, chefe de policia Dr. Costa Miranda, juiz de direito Dr. Morato, deputado provincial João Tiburcio Junior e o engenheiro inglês Jason Rigby, além do seu ajudante de ordens, capitão Urbano e do chefe de secção de sua secretaria, Manoel Pereira de Azevedo, “sahio desta capital para a povoação de Extremoz, onde permotou em casa do digno subdelegado Joaquim José de Carvalho Pinto. No dia seguinte pela manhã [...], dirigio-se para o lugar da extinta colônia”, onde demorou-se mais de duas horas, “ouvindo os emigrantes que ainda ali restavão e procurando remediar as suas precisões mais urgentes”. Seguiram depois para a vila do Ceará-Mirim, “tomou a casa do Sr. Mathias, muito digno juiz municipal do termo, onde esteve com os companheiros de jornada [...]”. No dia quatro, o Exmo. Sr. Vice-presidente e seus companheiros “forão percorrer o canal denominado Bandera, até a frente do engenho União, donde voltaram para S. Francisco, rica propriedade do Sr. Barão que ofereceu aos ilustres hospedes um esplendido almoço”. À tarde, foram todos para o engenho Ilha Bela, pertencente ao Sr. Tenente Coronel José Félix, sendo acompanhados pelos Srs. Alexandre Varella e Dr. Barros, que os seguiram ainda até o engenho Guaporé do Sr. Dr. Vicente Ignacio, “sendo em um a outro tratados com os mais significativas demonstraões de apreço”. No quinto dia voltaram todos para vila, onde se demorarão até à tarde do dia seis, em “que partirão para Macahyba, vindo para esta capital”. Convencido profundamente de que o lugar “em que fora situada a Colonia Sinimbú, não se prestava ao fim que fora destinado, confirmou-se na opinião de que a extinção da mesma colônia era uma necessidade apresendível e que seria um gravíssimo erro restabelecela”<sup>413</sup>.

<sup>412</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Interior. Pasta IJJ<sup>9</sup>212, p. 66.

<sup>413</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Digressão Presidencial” In: *Correio de Natal*. Rio Grande do Norte. Ano I, N. 4, Sábado 9 de Novembro de 1878, p. 01 e 02.

Além dos serviços determinados, o vice-presidente autorizou a limpeza do canal “que mandou alargar e afundar em algumas partes, encarregando a direção do serviço ao honrado tenente coronel José Félix, e destinando para tal fim mil sacas de farinha, assim como o produto do imposto especial sobre engenhos”. Autorizou também a abertura do rio “Maxaranguape, nomeando uma comissão para administrar o trabalho”. Aprovou, finalmente, a “fundação de um hospital na vila, contractando para isto o medico Dr. Joaquim Antão de Sena”. Estas ações de incontestável acerto e utilidade, ao passo que “pesa maior parte tem de produzir importantes melhoramentos para a lavoura, serão remédio eficaz para os males que afligem a população desvalida, flagelada pela fome e moléstias reinantes”. Assim, a ida do vice-presidente foi de “vantajosos resultados, e com ele nos congratulamos por ter atendido as justas reclamações dos mais importantes cidadãos do município”<sup>414</sup>.

Portanto, é explícito o desejo das autoridades na extinção da Colônia Sinimbu e a realocação dos colonos retirantes para os serviços de abertura de rios, construções de prédios públicos e obras gerais na vila do Ceará-Mirim, além disso, como frisa o vice-presidente Machado, “*ter atendido as justas reclamações dos mais importantes cidadãos do município*”. Assim, com o fechamento do núcleo agrícola, provavelmente, essa mão de obra seria remanejada para os serviços de melhoramentos materiais da região e das atividades agrícolas nas fazendas de engenho, como eram almejados pelos grupos políticos e proprietários rurais desde o princípio do ano de 1878 nesta seca.

Na segunda parte desse trabalho – Trajetórias de Resistências –, discutiremos como as correntes da migração e seus momentos de espera também causaram formas de ações coletivas e diretas pelos retirantes na província do Rio Grande do Norte e nas circunvizinhas, nessas grandes secas no final do século XIX. Essas práticas são entendidas como um conjunto de repertório de ações dos sertanejos no seu próprio entendimento do que seria uma política popular, paralela tanto às leis e normas governamentais quanto às econômicas nesse contexto de crise social catalisada pelas grandes secas e, igualmente, pelos antecedentes e memórias das lutas e movimentos populares do Brasil oitocentos. Será importante destacar também a presença e protagonismo de mulheres retirantes em alguns dos episódios de ações em massa na Paraíba e Rio Grande do Norte, como grupos de mulheres cooperando ao lado de seus parceiros em conflitos diretos, a multidões majoritariamente femininas, enfrentando e pressionando os poderes públicos. Assim, os territórios da espera para os retirantes nessas secas, longe de serem apenas usos temporários das autoridades para controlar, explorar e

---

<sup>414</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Digressão Presidencial” In: *Correio de Natal*. Rio Grande do Norte. Ano I, N. 4, Sábado 9 de Novembro de 1878, p. 01 e 02.

ordenar indivíduos, além é claro da construção de possíveis afetividades, desarranjos e organizações familiares, são também espaços propícios para formas de agenciamentos fugidios mais agressivos e conflituosos, uma vez que, no universo simbólico do homem rural, quando se envolvem a alimentação, a saúde e a sobrevivência familiar, dentre os demais aspectos da subsistência, a fome mostra-se um agente condicionador dos limites de sua paciência para com os instrumentos governamentais.

**SEGUNDA PARTE -  
TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA  
“OU FARINHA OU REVOLUÇÃO!”**

## 6 “DESTA HORDA SEM DEUS NEM LEI”: AÇÕES EM MASSA DE RETIRANTES NAS PROVÍNCIAS DO NORTE (1877-1879)

O presidente Eliseu de Souza Martins, da província do Rio Grande do Norte, escreveu uma carta ao presidente de Pernambuco no dia 25 de março de 1878, comentando que o número de retirantes aglomerados nas cidades do Ceará-Mirim, Macau e Mossoró, elevava-se a mais de cem mil pessoas. A mortalidade crescia à proporção da falta absoluta de gêneros dos socorros públicos; mas, a grande preocupação de Eliseu Martins era pela fraqueza dos destacamentos de polícia na província diante dos ataques a pessoas e propriedades, além dos graves atos de violências praticados em alguns lugares. Assim, “dirigo-me ao Governo pedindo providencias, mas é para receio que a explosão tenha lugar antes que mais me sejam dadas”<sup>415</sup>.

O medo da multidão de retirantes pelas autoridades não era uma característica isolada na província do Rio Grande do Norte, ao contrário, encontrava-se nas correspondências entre os presidentes e nos jornais e documentos oficiais do Ceará, Paraíba e Pernambuco, durante as grandes secas do final do XIX. O ataque à propriedade privada e aos gêneros do governo, ou até mesmo o agenciamento de retirantes com criminosos de lei em momentos de crise de abastecimento, eram fatos que cresciam e multiplicavam-se em várias províncias do Norte, a partir da seca de 1877/79. Assim, a migração como um recurso da sobrevivência dos milhares de sertanejos do alto sertão trazia em seu bojo um repertório de ações populares nesse último quartel do século. Uma cultura e tradição de protestos das camadas subalternas que encontravam sua força e legitimidade nas ações coletivas e nas formas silenciadas da resistência cotidiana. Não era para tanto, já que a década de 1870 foi um caldeirão de motins e sedições, como os episódios do quebra-quilos e dos rasga-listas, antecedentes importantes para uma memória coletiva de protestos populares, assim como o pânico das ações da multidão pelas autoridades provinciais.

A revolta dos rasga-listas, ou a guerra das mulheres, foi um movimento popular na província do Ceará no ano de 1875 e que teve sua principal motivação a rejeição do decreto 5886, de setembro de 1874, que estabelecia novas regras para o recrutamento militar. Pela nova lei, o recrutamento passaria a ser feito a partir de sorteios, para que se chegassem ao fim os favorecimentos clientelísticos praticados nas conscrições do Império. Assim, esse movimento tinha o objetivo de inutilizar os papéis do alistamento militar, mas também

---

<sup>415</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO JORDÃO EMERENCIANO/BR APEJE. *Coleção Correspondências entre os Presidentes de Província*, PP 53, p. 279.

envolvia uma série de preocupações das populações rurais sobre a política de recrutamento, atingindo várias vilas e cidades do interior do Ceará<sup>416</sup>.

Esse mesmo movimento foi caracterizado como uma extensão da revolta do quebra-quilos posto que, entre os anos de 1874 e 1875, várias sedições populares ocorreram nas províncias do Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A rejeição à nova lei de recrutamento já estava presente no movimento, mas existia um caráter mais complexo, que reivindicava o fim dos “impostos do chão”, a abolição do novo sistema decimal de pesos e medidas, assim como uma forte aversão à maçonaria. Todavia, o quebra-quilos foi antes de tudo uma “espécie de reação das populações pobres livres contra um surto de modernização que naquele momento se processava, e que se expressava num conjunto de medidas de caráter racionalizador”. Este processo, comandado pelos setores das elites agrárias e burocracia estatal, alterava aspectos significativos da vida cotidiana das camadas pobres rurais e urbanas. Assim, essas populações, informadas por um “conjunto de valores que sedimentava o seu mundo tradicional, se viram na contingência de, através de uma ação coletiva, redefinir o rumo dos acontecimentos, não sendo, portanto, um simples movimento reativo contra a fome e a miséria”<sup>417</sup>. Portanto, esses dois episódios devem ser inseridos dentro de uma perspectiva da tradição de protesto popular, tradição essa que foi se construindo ao longo do tempo.

Entretanto, a historiografia sobre esses movimentos populares não interpreta a sua organização como episódios de “motins clássicos da fome” no Brasil dos oitocentos, apesar de não negar elementos articuladores nos mesmos. Pelo contrário, procura enxergar outras relações mais complexas envolvendo a política popular, burocracia imperial e as leis de mercado. O conceito de economia moral utilizado pelo historiador E. P. Thompson para analisar os motins da fome envolvendo os camponeses ingleses e as mudanças nas leis de mercado não daria conta de interpretar sozinho a realidade dos acontecimentos ocorridos no quebra-quilos e rasga-listas, ou, até mesmo, no episódio de motim de 1858 na cidade de Salvador (BA), onde uma multidão enfurecida gritava palavras de ordem “carne sem osso, farinha sem caroço”, expondo sua insatisfação para com as autoridades sobre o preço da carne e sua má qualidade em decorrência de mudanças nas leis pelo governo provincial<sup>418</sup>. Acerca

---

<sup>416</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Rasga-Listas no Ceará: aspectos de uma sedição sertaneja*. Trajetos. Revista de História da UFC, v. 6, n. 11, 2008, p. 26.

<sup>417</sup> LIMA, Luciano Mendonça. Quebra-Quilos: uma revolta popular na periferia do Império. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 469. Para saber mais sobre o Quebra-Quilos, consultar SECRETO, María Verónica. *(Des)medidos – A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

<sup>418</sup> Sobre o episódio, ver: REIS, João José. AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “*Carne sem osso e farinha sem caroço*”: motim de 1858 contra a carestia na Bahia. Revista de História, nº 135, FFLCH-USP, 1996, pp. 133-159.

desse episódio de carestia na Bahia, para João José Reis a disputa contrastava, de um lado, por um olhar intervencionista ou regulador do mercado, assim como a postura paternalista entre as relações entre governo e povo na figura da câmara municipal e, do outro, se erguia o liberalismo de mercado, no qual a lei da oferta e da procura regularia os preços aos consumidores, e que as trocas comerciais não deveriam seguir preceitos moralistas pelas posturas políticas liberais do governo. Todavia, para o autor, seria insuficiente entender esse movimento apenas nos termos de uma disputa entre a economia moral da Câmara Municipal, de um lado, e a economia política do governo provincial, do outro, pois o povo rebelde contava “com a proteção da câmara, mas acreditava que também podia protegê-la. Essa relação de reciprocidade refletia um processo complexo de vivência da cidadania, no sentido de construção política dos interesses dos habitantes livres de Salvador”<sup>419</sup>.

O que pretendemos demonstrar nesse capítulo é que os episódios de ações em massa nas grandes secas das províncias do Norte possuem uma chave de interpretação importante através do conceito de economia moral da multidão, porém, esta precisa ser articulada com outras categorias de análises, problemáticas e especificidades dos contextos histórico-sociais estudados, pois não eram um simples “motim da fome” em sua concepção clássica. Trabalhos já citados como o dos historiadores Frederico de Castro Neves, Tyrone Apollo Pontes Cândido e Lara Vanessa de Castro Ferreira, são relevantes na compreensão de uma cultura política e popular das massas e da formação de um novo tipo de trabalhadores retirantes nas grandes secas do Ceará no final do século XIX e na primeira metade do XX.

A experiência da migração e dos trabalhos em obras públicas pelos sertanejos pobres foi importantíssima para criarem uma tradição de protestos ao longo do tempo, os quais utilizaram, como principal recurso de reivindicação do direito à assistência governamental, as ações em massa de homens e mulheres. Logo, o conceito de economia moral foi reconfigurado pelos autores para uma realidade econômica e sociocultural em que o sertanejo cearense encontrava-se naquele momento de carestia. Nossa posição não se distancia, porém, temos outras questões em balanço para uma história social dos retirantes nas secas.

Observamos que as ações diretas dos sertanejos e outras formas de organização em massa são um fenômeno social que rompeu fronteiras provinciais e identitárias, pois é possível encontrá-las em vários lugares, ocorrendo, quase que simultaneamente, essas mesmas práticas nos períodos das grandes secas da região Norte. Todavia, o conceito de economia

---

<sup>419</sup> REIS, João José. Quem manda em Salvador? Governo local e conflito social na greve de 1857 e no protesto de 1858 na Bahia. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 444.



moral será mais bem utilizado quando se compreende o caráter *desterritorializado* das ações diretas dos retirantes existente em vários locais diferentes, o que não são estritamente os espaços dos armazéns de gêneros e mercado público, mas toda uma série de territórios que eles ocupam e produzem durante as secas, como as obras públicas, colônias agrícolas, abarracamentos, e propriedades particulares no campo e nas cidades, por exemplo. Por isso, ele está intimamente ligado ao processo e à experiência da migração. Outro arranjo importante é a dimensão de noções de *justiça social, equidade e reciprocidade* na visão dos retirantes, isto é, uma *esfera do político*. Não se tratava apenas do que era “economicamente correto” para os pobres em tempos de escassez, mas, sim de uma esfera política popular composta de um conjunto de valores, direitos, costumes e tradições que garantia sua subsistência e que, se ameaçada em seus limites, teriam os protestos sociais como uma das respostas às autoridades governamentais. Logo, propomos então articular a ideia de uma *economia moral revisada*<sup>420</sup> pelo historiador E. P. Thompson com uma *ética da subsistência*<sup>421</sup> do antropólogo James C. Scott.

O primeiro, respondendo as críticas sobre seu ensaio acerca dos motins da fome, discorre claramente que o seu objeto de estudo era a cultura política – tradições, costumes, superstições, expectativas – dos trabalhadores envolvidos em ações no mercado e as relações (às vezes negociações) entre a multidão e os governantes, mas, que correspondiam a resultados válidos apenas para aquele contexto específico da Inglaterra do século XVIII, não podendo ser transportadas para outras realidades, pois as respostas à fome são diferenciadas nos contextos histórico-sociais analisados. Seu método foi reconstruir o modelo “paternalista de mercado de alimentos, dotado de expressão institucional protetora e de rotinas de emergência em tempos de escassez, que derivava em parte das antigas políticas de abastecimento e regulação de mercado”, e que mostrou que em tempos de preços elevados e de penúria, “a multidão podia, com uma vigorosa ação direta, impor ao mercado um controle protetor e a regulação dos preços, reivindicando às vezes uma legitimidade derivada do modelo paternalista”<sup>422</sup>. Assim, a ação direta nesses episódios, taxada do termo canhestro de motim, faria parte de uma cultura política, de “um padrão sofisticado de comportamento

---

<sup>420</sup> THOMPSON, E.P. A economia moral revisitada. In: *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>421</sup> As ideias sobre uma ética da subsistência encontram-se em SCOTT, James C. *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London, Yale University Press, 1977.

<sup>422</sup> THOMPSON, E. P. *Op. Cit.*, p. 204.

coletivo, é uma alternativa coletiva as estratégias individualistas ou familiares de sobrevivência”<sup>423</sup>.

James C. Scott, ao estudar os camponeses asiáticos e suas formas de resistência cotidiana nas primeiras décadas do século XX elabora uma economia moral com um sentido mais amplo, levando em conta uma ética de subsistência e senso de justiça que permeia as relações recíprocas na comunidade camponesa. Assim, a noção ampliada de economia moral incluiria as reciprocidades e trocas comunitárias, obrigações mútuas (um termo que não implica igualdade de responsabilidades), laços de dependência, deveres e direitos sociais, ética de subsistência, direito de viver e senso de justiça. Esses seriam alguns dos elementos que compõem a economia moral de Scott, “bem como seus desdobramentos nas relações de poder no cotidiano vivido, em que os camponeses arrumam estratégias para resistir a dominação, manejando essa economia moral na tentativa de defender seus interesses”<sup>424</sup>.

Mesmo estando o conceito ampliado, não se pressupõe que todos esses aspectos estejam presentes nos momentos de revolta e conflitos envolvendo os retirantes. Porém, os traços de um senso de justiça e uma ética da subsistência são características fortes em alguns episódios de ações em massa. Para James Scott, o medo da falta de alimentos, abastecimento e fome generalizada criaram na cultura política camponesa uma espécie de ética de subsistência, isto é, um padrão normativo de comportamento entre pessoas em igual situação de carência e de marginalidade. A ética da subsistência originou-se nas práticas econômicas e nas transformações da sociedade camponesa frente ao capitalismo. Logo, James Scott mostra que este é um “padrão face aos quais as exigências excessivas dos proprietários de terra e dos governantes são avaliadas”. Portanto, a ética da subsistência tem a ver com o “relacionamento dos camponeses com as instituições ao seu redor, e com suas noções de justiça e equidade”<sup>425</sup>, assim, uma dimensão normativa e moral se entrelaça a uma questão de economia campesina que, em períodos de exploração e rebeliões, não gira em torno somente de uma questão de salários, mas de “uma questão de justiça social, de direitos e obrigações e, de reciprocidade na visão camponesa”<sup>426</sup>.

---

<sup>423</sup> THOMPSON, E. P. *Op. Cit.*, p. 208.

<sup>424</sup> SCHENATO, V.C. *Economia Moral e Resistências Cotidianas no Camponato: Uma leitura a partir de E.P. Thompson e James Scott*. In: I CONFERENCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 2010, NATAL - RN. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010, p. 04-05.

<sup>425</sup> CASTILHO, M. W. V. DE. *O conceito de ética da subsistência camponesa em Scott e sua aplicação à realidade de duas comunidades rurais do Nordeste brasileiro*. *Interethnic@ - Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, v. 3, n. 2, p. 1-10, 20 dez. 2013, p. 01.

<sup>426</sup> CASTILHO, M. W. V. DE. *Op. Cit.*, p. 05.

Para Karl Monsma, a existência de uma ética da subsistência entre os camponeses do sudeste asiático estudados por James Scott no século XX implica a uma “responsabilidade da aldeia pela sobrevivência dos seus membros e, especialmente, o dever dos ricos e poderosos de aliviar a exploração dos pobres ou até subvencioná-los em tempos difíceis”. Para Scott, essas garantias tradicionais foram minadas pelo “aumento da população, que cresceu o poder dos donos de terras, pela comercialização da agricultura, que expôs os camponeses às flutuações do mercado internacional e quebrou os laços pessoais entre eles e as elites, e pelo estado colonial”, que abonou a propriedade dos governantes locais, abrandando sua dependência das suas clientelas “e impôs impostos fixos, não levando em conta o que sobrava para os camponeses comerem”<sup>427</sup>. Todavia, durante as crises de subsistências os camponeses rebelavam-se contra a violação desses direitos tradicionais pelas elites e pelo estado colonial.

Contudo, a ética da subsistência proposta por James C. Scott também não consegue sozinha interpretar a complexidade envolvendo o teatro do poder entre dominantes e dominados. Logo, o próprio autor, em seus outros dois livros sobre a dominação e a arte da resistência no cotidiano de camponeses e demais grupos subalternos, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance* (Armas dos fracos: formas cotidianas da resistência camponesa) e *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts* (A dominação e as artes da resistência: transcritos escondidos)<sup>428</sup>, desenvolveu conceitos e categorias que seriam recursos relevantes com sua noção ampliada de economia moral, ou mesmo de uma ética da subsistência. Assim, não eram apenas em formas de ação direta como protestos e revoltas que o campesinato reivindicaria seus direitos, noções de justiça e reciprocidade, mas também através de uma tessitura de resistência fora dos olhares dominantes em seu próprio cotidiano de exploração.

Trazendo algumas dessas discussões para o âmbito dos retirantes da seca, Frederico de Castro Neves utiliza-se da noção de *discurso oculto* de James Scott e *economia moral* de E. P. Thompson para pensar as ações coletivas dos sertanejos no Ceará na seca de 1877/1880. A partir da ideia de um *monarquismo ingênuo*, os retirantes, através de uma forma de justiça popular baseada na compreensão sobre o destino das verbas para os socorros públicos propostos pelo Imperador para amenizar a miséria dos pobres, interpretavam que os alimentos recolhidos em armazéns particulares ou em depósitos estatais deveriam, segundo a ótica

---

<sup>427</sup> MONSMA, K. James C. *Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica*. In: BIB, RJ, nº 49, 1º sem. de 2000, p. 2-3.

<sup>428</sup> SCOTT James C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press. 1985. \_\_\_\_\_. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Conn.: Yale University Press. 1990.

popular, “ser distribuídos gratuita e indiscriminadamente entre os pobres necessitados”, porém, estes eram estocados e vendidos, ou distribuídos quando estavam já estragados, beneficiando uma parcela de intermediários comissionados pelo governo local. Assim, as “irregularidades eram certamente notadas pelos retirantes, que perceberam também que somente a ação autônoma e direta poderia enfrentar a situação de dismantelo social e político”<sup>429</sup>.

Apesar disso, quando presos, os retirantes revelavam o discurso oculto que invertia os padrões do paternalismo monárquico. Defendendo-se das acusações de roubo de gêneros, afirmavam que “tudo era do Rei e por consequência lhes pertencia”. Essa argumentação associada à fome reforçava o vínculo dos pobres com o Imperador, mas, por outro lado, “legitimava as ações populares que protagonizavam invasões e saques a mercados de alimentos”<sup>430</sup>. Assim sendo, a lei que protege a propriedade estaria subordinada às normas culturais dos sertanejos pobres que demonizavam o comerciante desonesto e o próprio Estado, que não distribuía os víveres para satisfazer as necessidades dos retirantes.

Por conseguinte, Frederico de Castro Neves discorre que dessa forma,

Os próprios pobres percebem-se autorizados a ultrapassar a barreira da subordinação, organizando-se em pequenos grupos para atacar armazéns e outras instituições, onde estavam estocados os alimentos. Não só a fome é saciada com os saques e roubos, mas também os camponeses impõem uma noção de justiça que criminaliza autoridades e comerciantes que negociam com a miséria do povo, em momentos de extrema necessidade [...]. Na versão camponesa do “monarquismo ingênuo”, por um lado, o Imperador não estava ciente das arbitrariedades cometidas em seu nome e, por outro lado, as propriedades reais poderiam ser apropriadas pelo povo na medida de sua necessidade. Se a monarquia não foi diretamente questionada pelas ações das multidões de camponeses, as formas hegemônicas de subordinação dos pobres a uma sociedade marcada pela desigualdade estrutural foram significativamente abaladas<sup>431</sup>.

Pelo exposto até agora, as contribuições do conceito de economia moral revisitada de E. P. Thompson e ética da subsistência de James C. Scott vão amparar a interpretação das ações tanto diretas como indiretas dos retirantes em seu cotidiano nas grandes secas do final do século XIX. Noções como justiça popular, reciprocidade, costumes, e direitos dos pobres são traços nucleares para se compreender o alargamento teórico e metodológico da própria

---

<sup>429</sup> NEVES, Frederico de Castro. *O discurso oculto dos retirantes das secas*. Raízes, v. 33, n°2, jul-dez/2013, p. 71.

<sup>430</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Op. Cit.*, p. 72.

<sup>431</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Op. Cit.*, p. 72.

economia moral nos episódios de carestia e escassez de alimentos, dos quais as camadas populares e camponesas, a nível mundial, vêm enfrentando há séculos pelas pressões do capitalismo e Estado burocrático moderno. Entretanto, a perspectiva não é reduzi-las ao âmbito das reações contra essas imposições das leis de mercado e instituições modernas, mas enxergá-las como protagonistas de suas ações e escolhas no próprio passado e sua conjuntura. Desse modo, metodologicamente, leva-nos a trabalhar outras posturas para entender esse sujeito que muitas vezes emerge na coletividade.

Dipesh Chakrabarty tece comentários metodológicos importantes sobre como escrever uma história subalterna a partir de narrativas sobre a multidão como sujeito coletivo ou, melhor dizendo, a forma de “agenciamento que é necessariamente fugidio e real, arcaico e moderno, a um tempo”. Para o autor, o historiador das massas só pode trabalhar situando-se no seu limiar, na procura de uma genealogia das “massas políticas” que se distancie ao máximo de uma abordagem de individuação desse coletivo. Assim, a “própria natureza do agenciamento colectivo, que está por detrás da ação popular, furta-se ao seu alcance”<sup>432</sup>. Discorrendo sobre o historiador Ranajit Guha, o mesmo não enxergou o sujeito coletivo – o camponês colonial na Índia – seguindo um modelo do indivíduo, ou correspondente a uma unidade; esse sujeito surgia de modo conjuntural. Também repudiou a ideia desenvolvimentista do “torna-se político” de alguns historiadores da década de 1960, como Eric Hobsbawm<sup>433</sup>. O camponês ou o subalterno eram políticos desde o primeiro instante em que se haviam rebelado contra as instituições da governação colonial. Assim, alguns historiadores das práticas coletivas cometeram alguns equívocos ao usarem um individualismo metodológico que se alinha à disciplina histórica pelas práticas do Estado ou das elites, isto é, retiram os indivíduos do coletivo, com o “propósito de interrogá-los e de determinar sua responsabilidade e punição”. É compreensível que a operacionalidade do poder disciplinar das instituições modernas produz um arquivo que o historiador pode minar em suas análises. No entanto, o modo de individuação é central para os poderes disciplinares da polícia e tribunal trabalharem, pois individualiza-se para controlar. Mas essa abordagem seria a correta, metodologicamente, para “alcançar” uma natureza do fenômeno da multidão? Acreditamos que não, pois,

---

<sup>432</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In. DIAS, Peixe Bruno, NEVES, José (org.) *A Política dos Muitos*. Povo, classes, multidão. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 300, 304 e 305.

<sup>433</sup> Sobre essa discussão ver, HOBBSAW, E. J. *Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução de Nice Rissone. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1970, 244p.

Dada a sua própria natureza, este acto de dissolver um colectivo numa coleção – ou numa soma de indivíduos é incapaz de reconhecer a prova de um agenciamento que é genuinamente colectivo. Os membros de uma “multidão” sentem-se frequentemente autorizados ou legitimados na sua acção precisamente porque outros estão envolvidos em simultâneo no mesmo acto. Tais colectividades, que emergem de modo meramente fugaz e em situações particulares, têm modos de se referir a si mesmos, mas a polícia e o tribunal são constitucionalmente surdos a estes enunciados. Do ponto de vista da polícia ou da lei, as colectividades dificilmente são responsabilizadas por um “crime” ou condenadas por muito tempo<sup>434</sup>.

Através das observações de Dipesh Chakrabarty procuramos um modo de compreender o sujeito coletivo nas fontes documentais como um agente político, criado na combinação de acontecimentos ou eventos numa dada situação e circunstância, e que a natureza do fenómeno da multidão é um agenciamento que é legitimamente coletivo, portanto, fugidío para os aparelhos disciplinares da lei, mas que pode ser analisado, por seus rastros deixados em sua ação. Assim, entendemos que esses aportes metodológicos, articulados com as noções de economia moral e ética da subsistência, podem oferecer uma interpretação vasta das ações em massa de retirantes na grande seca de 1877/1879.

### **6.1 O Medo da multidão: ações em massa, criminosos e retirantes nas províncias do Norte na seca de 1877-1879**

A cidade de Aracati, depois da capital Fortaleza, foi um dos principais locais que receberam uma onda de migração dos retirantes do alto sertão para a província do Ceará na seca de 1877. Já se elevava, escrevia a comissão de socorros públicos de Aracati, a mais de “quarenta mil o numero de emigrantes indigentes que resistem nesta cidade, em tais circunstancias, torna-se de necessidade absoluta que esta comissão receba continuamente gêneros em quantidade suficiente para socorro de tão grande numero de indivíduos”<sup>435</sup>. A cidade era um ponto estratégico para milhares de retirantes em suas escolhas de deslocamento nessa seca, seja pela proximidade com a província do Rio Grande do Norte, principalmente da cidade de Mossoró, outro ponto de aglomeração, seja por possuir também um porto que recebia vapores e navios de todos os lugares, oferecendo a possibilidade de migração via cabotagem.

---

<sup>434</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. *Op. Cit.*, p. 228.

<sup>435</sup> BR APEC CSP. *Aracati, 1878. Comissão de socorros. Ofícios expedidos. Relação de Indigentes. Relações de Órfãos*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa 02. Localidades com a letra A.

Mas o problema alegado pelas comissões, não era apenas a falta de gêneros alimentícios, também o eram os episódios de tentativas de arrombamento e saque de armazéns do governo e particulares pelos retirantes. Em ofício do capitão Júlio Cesar da Fonseca, do dia 24 de julho, declarou-se que no dia 16 do corrente, “por ocasião de um grande tumulto em que um grupo armado de machados, pás e tijolos pretendia arrombar o Armazem aonde se acharão o gênero do Governo”<sup>436</sup>. As comissões de socorros vão mandar recorrentes cartas para a presidência com o intuito de melhorar a força policial a fim de garantir a ordem, o respeito às leis e direitos individuais e de propriedade na cidade de Aracati, em decorrência do aumento de indivíduos que tem trazido alguma perturbação à ordem pública. Numa correspondência de nove de dezembro de 1877 a comissão escreveu que, ainda ontem, “por volta das dez horas do dia, cerca de oitocentos ou mais homens assaltarão o mercado publico com o fim de roubarem o que ahi havia exposto a venda”, não tendo conseguido por ter encontrado resistência da parte dos que “se vião ameaçados de serem espoliados de sua propriedade. Estes e outros factos revelão que se acha ameaçada a propriedade individual, assim como disposicções da parte desses indivíduos para novos commethimentos de tal ordem”<sup>437</sup>.

O medo da multidão pelos comissionados e autoridades locais ofusca nas fontes oficiais a ação direta como práticas legitimadas por uma ética da subsistência e economia moral dos retirantes, que encontrando-se em um contexto de penúria e “escassez” de gêneros na cidade, tomavam para si a responsabilidade da distribuição, a partir dos saques à propriedade particular ou governamental. Esses episódios de saques e roubos vão surgir em várias vilas e cidades da província do Ceará durante a seca de 1877/79. O correspondente do *Jornal do Recife* da província de Pernambuco publica várias notícias de ações de roubo e saque de cargas, por grupos de indivíduos e retirantes no dia primeiro de março de 1878. Na cidade de Icó, de volta da capital para a fazenda Umary, Joaquim José de Souza e um escravo do coronel Francisco Manoel Dias, “foram roubados em caminho por Vicente de Souza Lima e outros, que, mascarados e armados, tomaram-lhes a força uma carga de gêneros alimentícios”. Na vila da União, a 26 de outubro de 1877, um grupo de homens armados “accommetteu o armazém de socorros públicos, arrombou as portas e roubou 64 saccos de gêneros”. No lugar chamado Oiticica, foi roubada por um “grupo de indivíduos os gêneros que eram destinados à comissão de socorros de Baturite”. Na cidade de S. Bernardo foi arrombada a “casa que serve ali de armazém dos socorros públicos, sendo roubados 5 saccos

---

<sup>436</sup> BR APEC CSP. Fundo: Governo da Província. *Comissão de Socorros Públicos*. Caixa 02. Localidades com a letra A.

<sup>437</sup> BR APEC CSP. *Aracati, 1878. Comissão de socorros. Ofícios expedidos. Relação de Indigentes. Relações de Órfãos*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa 02. Localidades com a letra A.

vasios e um arroz”<sup>438</sup>. E mais casos não cessavam no interior da província, publicados pelo jornal.

No lugar Guayuba, do termo de Pacatuba, um grupo armado atacou os dous comboeiros que dormiam ali e roubaram-lhe seis sacos de gêneros que iam para a comissão de socorros públicos do Acarape e alguns particulares. No lugar Agua-Verde, do mesmo termo, um grupo de homens e mulheres roubou vários sacos de gêneros que iam para a comissão de socorros de Baturité e os distribuíram entre si. Na Tucunduba foram arrombadas as portas do deposito de viveres, na ocasião de ser interrompida a sua distribuição pelo respectivo membro, professor Manoel Pereira da Costa e roubados por alguns indivíduos todos os gêneros encontrados naquele deposito, constando de 15 saccos de farinha, 2 ditos de arroz, 7 ditos de milho, 4 barricas de bacalháo e 2 atados de carne<sup>439</sup>.

Analisando todos esses episódios podemos perceber alguns padrões análogos e fugidios de ação coletiva dos retirantes. Em alguns casos os grupos arrombavam os armazéns que possuíam os gêneros das comissões de socorros, mas também os de indivíduos particulares. Grande parte da multidão estava armada nos episódios, apesar de não indicar muitas vezes se as armas portadas eram brancas ou de fogo. Alguns dos roubos ocorriam também aos transportes de gêneros ainda em deslocamento nas estradas que ligavam o interior a capital cearense. A multidão não era composta em sua maioria por homens, a presença de mulheres também poderia ocorrer em alguns episódios de saques. Em alguns casos, os gêneros eram distribuídos entre os retirantes no mesmo local que em que acontecia o ataque da multidão. E, por último, não era difícil encontrar os amotinados escondendo sua identidade atrás de máscaras ou por outras formas de anonimato, como a própria força da multidão. Entretanto, esses casos narrados foram considerados de “sucesso”, pois conseguiram minar o conflito direto entre os retirantes e a força pública; mas nem sempre era assim, como mostra uma carta do major Chrisanto, em 28 de março de 1878, ao correspondente do jornal *Diário de Pernambuco*.

Isto por cá vai mal. Hontem, os retirantes, que se mostram insaciáveis, arrombaram as portas do armazém onde se acham os gêneros do governo, e tiraram 11 saccos de farinha e porção de carne, gêneros estes que estavam destinados para o pagamento dos trabalhadores. Felizmente acudio logo a força com o delegado à frente, e facilmente pode conter os turbulentos,

<sup>438</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Ceará”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI, nº50, sexta-feira 01 de março de 1878, p. 02.

<sup>439</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Ceará”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI, nº50, sexta-feira 01 de março de 1878, p. 02.



ficando no conflito apenas feridos 2 soldados e alguns retirantes. Os ferimentos são leves<sup>440</sup>.

O trabalho dos retirantes nas obras de melhoramentos materiais e na construção da ferrovia de Baturité era uma das formas de distribuição dos gêneros alimentícios pelas comissões de socorros da cidade de Fortaleza. Assim, uma grande parcela acabava não recebendo os víveres do governo por não estarem nas listas de trabalhadores e por serem considerados “inválidos” pelas comissões, além do fato de que muitos trabalhadores de obras públicas não recebiam em dia seu gênero e, quando ganhavam, vinham estragados ou em péssimas condições. Logo, não é difícil compreender o senso de justiça popular entre os retirantes que se organizavam para arrombar os depósitos de víveres, e os riscos do conflito direto com a força pública por não concordarem com o sistema de distribuição dos alimentos pelas comissões de socorros, o qual deixava dezenas a morrer de fome enquanto uma pequena parcela tinha acesso.

Para uma ética da subsistência, a questão do direito à vida era uma barreira que as autoridades corriam o risco ao cruzar, pois, afastados do uso da terra e do acesso aos seus produtos, os retirantes precisavam de relações protetoras para os riscos de sobrevivência durante a seca. E, destarte ameaçado esse direito à subsistência, as ações coletivas, revoltas e outras formas de resistência eram acionadas pelos retirantes na tentativa de lembrar as autoridades de seu descumprimento com as obrigações mútuas entre dominantes e subordinados. Como discorre E. P. Thompson, é igualmente ao mesmo tempo, “os limites que os fracos podem impor ao poder”<sup>441</sup>.

Nas vilas e cidades do interior de Pernambuco a situação não diferia tanto do contexto cearense. Os roubos, furtos e violência estavam espalhados em vários territórios daquela província. No dia 29 de setembro de 1877, na comarca de Exu, alguns indivíduos moradores das terras do Tenente Coronel Inácio Caetano de Alencar Rodovalho, no dia 8 do corrente “apareceram na vila, armados de faca e cacetes ameaçando a comissão de socorros, a fim de receberem dinheiro e gêneros e que de volta, no dia seguinte, mataram publicamente três reses, que não lhes pertenciam, e as dividiram entre si”<sup>442</sup>. As ameaças aos membros comissionados eram uma forma de confrontar abertamente o poder instituído durante a seca, mostrando publicamente suas insatisfações com a política de socorros. Mas o relevante do

---

<sup>440</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Conflicto em Pacatuba”. In: *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Anno LIV, nº 80, seis de abril de 1878, p. 02.

<sup>441</sup> THOMPSON, E. P. *Op. Cit.*, p. 260.

<sup>442</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO JORDÃO EMERENCIANO/BR APEJE. *Coleção Correspondências entre os Presidentes de Província*, PP 53, p. 258.

fragmento é a possibilidade da quebra das relações de proteção paternalistas entre o coronel Inácio Caetano e os moradores de suas terras. Não existindo a mínima garantia de sua subsistência na propriedade onde trabalham, os moradores não se intimidaram em ameaçar a comissão de socorros para receberem alimentos e auxílios, como também de matar e distribuírem entre si publicamente as três reses. É provável ainda que as ações visíveis para o público de Exu dessem um caráter legitimador dos atos praticados em nome da fome e da falta de assistência pelas autoridades locais, porém, as últimas acabavam cobrando mais ordem e segurança ao governo provincial.

Nas cartas e ofícios dos promotores públicos encontra-se uma forma de agenciamento coletivo dos retirantes nessa seca de 1877, isto é, a organização com grupos de bandidos e criminosos da justiça nos casos de furto e roubo na província de Pernambuco. No ofício do promotor público Juventino Policarpo Alves Lima para o presidente da província, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, no termo do Brejo da Madre de Deus, em 20 de janeiro de 1879, escreveu.

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência a situação triste e deplorável em que se acha esta comarca. Nos distritos e povoações, organizam-se, a título de retirantes, coutos de assassinos e ladrões, que, não satisfeitos de roubarem e destruírem tudo quanto encontram, levam a sua audácia ao ponto de pessoalmente afrontarem as autoridades policiais destas localidades. O célebre Tenente Bandeira, criminoso de morte na província da Paraíba, e processado aqui nesta comarca por crime de furto, acha-se nas imediações desta vila, acompanhado de um número considerável de facínoras e roubadores, assolando os gados vacum e cavalari dos proprietários. Cidadãos respeitáveis correm à vila para pedir garantias para as suas pessoas e propriedades, e, entretanto, as autoridades nenhuma providência podem dar, visto não haver força, nem ao menos para guarnecer a cadeia, que nenhuma segurança oferece<sup>443</sup>.

Para a justiça pernambucana, a organização de assassinos e ladrões sobre a égide de retirantes em várias localidades estava se tornando recorrente naquela seca, causando pânico às elites locais e de propriedades, que clamavam por mais segurança. A liderança desses grupos de facínoras e ladrões para a maioria dos oficiais da justiça era, muitas vezes, centrada na figura de um criminoso experiente que arregimentava outros sujeitos em tempos de

---

<sup>443</sup> APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A inspeção das cadeias públicas. Transcrições de documentos manuscritos PJ 12 (1879), vol. XXII. *Ofício do promotor público Juventino Policarpo Alves Lima, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, Brejo, 20 de janeiro de 1879. Vide o do Chefe de Polícia número 143 de 31 de janeiro.* Fls. 53/54.

calamidade pública, como aparece no Ofício do promotor público Manoel Francisco do Nascimento Sobreira.

Há dois meses, mais ou menos, deram-se nesta cidade alguns casos de roubos e tentativa em estabelecimentos comerciais, casos que felizmente se não reproduziram devido a medidas tomadas pela polícia, embora, *ainda não se pudesse descobrir os seus atores*. Presentemente fala-se na existência de *um grupo capitaneado por José Talhado que em ocasiões incertas aparece em diferentes lugares desta comarca*, empregando-se no furto de cavalos<sup>444</sup>. (grifos nossos)

Esse olhar dos homens da lei configura-se problemático pelo fato de tentar reduzir o agenciamento ao nível de organização individual, de alguém que encabeça todas as ações e responsabilidades do próprio grupo, portanto, deixa escapar questões relevantes sobre a construção da coletividade como um fenômeno social, além de não enxergar as escolhas e decisões dos retirantes de participarem da formação desse agenciamento. Como lembra Dipesh Chakrabarty, acerca da funcionalidade da justiça, “pode facilmente ver-se que o modo de individuação em questão era central para o poder disciplinar da polícia e do tribunal operarem. Este tipo de poder, como se sabe através de Foucault, individualiza para controlar”<sup>445</sup>. Talvez um dos principais motivos da agência dos retirantes a criminosos poderia ser justamente o *modus operandi* da própria justiça, que volta sua atenção maior às cabeças do bando do que na coletividade em si, deixando, assim, mais livres os retirantes da perseguição dos homens da lei quando eles deixassem a vida de crimes.

É importante assinalar que entendemos essa relação entre retirantes e criminosos da justiça como parte do universo do banditismo rural presente em momentos de crise socioeconômica e que tem seu processo histórico desde o período da colonização do território e, também o uso da violência e bandoleirismo como elementos presentes no cotidiano do ciclo do gado nos sertões do Norte. Portanto, diferente da concepção de banditismo social do historiador Eric Hobsbawm<sup>446</sup>, apesar da aproximação de que o fenômeno tornar-se-ia

<sup>444</sup> APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A tragédia da fome no sertão. Transcrições de documentos manuscritos PJ 11 (1877-1878), vol. XXI. *Ofício do promotor público Manoel Francisco do Nascimento Sobreira, para o presidente da província Francisco de Assis Oliveira Maciel. Goiana, 6 de dezembro de 1877*. Fls. 317/318.

<sup>445</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In: DIAS, Peixe Bruno, NEVES, José (org.) *A Política dos Muitos. Povo, classes, multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 298.

<sup>446</sup> O termo foi usado para referir-se a um conjunto diferenciado de bandidos que “atuaram nas comunidades rurais e foram por elas reconhecidos como heróis e paladinos da justiça”. O banditismo social seria uma forma primitiva de protesto social organizado; “um fenômeno pré-político, e sua força estaria em proporção inversa da força dos movimentos revolucionários agrários organizados” MOTTA, Marcia (org.). “Banditismo Social”. In: *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 53-54.

epidêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica. Assim, o banditismo rural surgiria no entrelaçamento dos “poderes político e econômico, juntamente com a engrenagem jurídica e policial, num ambiente fundiário claramente distorcido e desequilibrado”, e que por certo teve “um peso significativo na formação social e psicológica do bandoleirismo agrestino e sertanejo”. Porém, o sistema econômico brasileiro e a estrutura agrária do sertão no período imperial e republicano, “por si só, não podem ser considerados as únicas explicações para o fenômeno”<sup>447</sup>, devendo-se levar em consideração outras conjecturas e circunstâncias<sup>448</sup>.

Por outro lado, surge uma resposta do poder judicial sobre os motivos que levariam os retirantes a abandonar nos grupos de bandoleiros, ou para roubar e furtarem, isto é, o desespero da fome nessa seca.

O estado de miséria em que se acha o povo destes sertões arrastados pela seca faz crer que não puderam manter-se com aquela precaução que exige o mal que ora nos aflige. Excelentíssimo Senhor limítrofe a esta província está a do Ceará, onde, distante daqui seis léguas, na cidade do Crato, Barbalho e vila do Jardim chegam todos os dias os centos de sacos com o fim de salvar as pobres vítimas das garras de tão perigoso inimigo que há três anos assola nestes sertões. Posso afirmar a Vossa Excelência, sem medo de ser desmentido que a maior parte dos furtos praticados nesta comarca é devido à fome em que se acha este infeliz povo, pois nos tempos [...] era fenômeno quando se ouvia falar em um ladrão. Sem mais uma esperança de salvação formada nos recursos da terra, e de seus habitantes, se Vossa Excelência não socorrer de alguma forma, verá o quadro mais horrível que se pode imaginar<sup>449</sup>.

A fome não poderia ser a única responsável para justificar as práticas de furtos e outras ações em massa entre as populações pobres do campo. Como lembra-nos E. P. Thompson e Frederico de Castro Neves, ela foi interpretada como uma resposta esporádica e irracional dos camponeses a uma situação de penúria em que se encontravam. Entretanto, existiam protocolos sociais e culturais, uma racionalização e entendimento das pessoas que passavam por alguma necessidade sobre qualquer prática que tomassem. Thompson

---

<sup>447</sup> PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os Cangaceiros*: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29.

<sup>448</sup> Para uma literatura que aborde a temática do banditismo rural na história do Brasil consultar, BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A derradeira gesta*: Lampião e Nazareno guerreando no sertão. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2000. FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol*: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5 ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

<sup>449</sup> APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A inspeção das cadeias públicas. Transcrições de documentos manuscritos PJ 12 (1879), vol. XXI I. *Ofício do promotor público Joaquim José Ribeiro, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda*. Ouricuri, 16 de abril de 1879. Fl.232/233.

argumenta que a rebelião e a sedição é uma resposta de algum grupo frente a uma crise, mas que não está no raio de ação de alguns indivíduos o poder de amotinar-se. Podem existir alternativas “como petições em massa junto às autoridades, jejuns, sacrifícios e orações, inspeções até as casas dos riscos ou a migração de aldeias inteiras”. Assim, as formas de ações coletivas geralmente são uma resposta racional que não ocorre entre os indefesos ou sem esperança, “mas entre aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder para tomar os víveres de que precisam quando os preços vão às alturas, os empregos desaparecem e eles veem o seu suprimento de alimentos básicos ser exportado”<sup>450</sup>. Destarte, voltando aos casos de furtos e roubos, seria provável que os retirantes encontrassem alguma espécie de “proteção” no anonimato, seja tanto por parte da prática isolada quanto da agência com grupos de bandidos, afinal, era difícil serem identificados, como mostra o ofício do promotor público João Abraur da Cunha, na Vila do Ouricuri, em 15 de junho de 1878.

Constando-me que no distrito da Gameleira, desta comarca, se acha reunido um grupo de salteadores, vindo da Comarca de Tacaratu, e que ali andam publicamente transitam até na feira da Gameleira, vendendo carne do gado que matam publicamente dando um grande prejuízo aos fazendeiros daquele distrito, atacando aos habitantes para não só roubarem os gêneros alimentícios que alguns têm adquiridos com grande sacrifício, como também para roubarem algum dinheiro que encontram. Outrossim, dizendo tais salteadores que pretendem vir desta vila, fazer um grande roubo e matar a algumas pessoas. *Este grupo consta de 50 a 60 pessoas quase todos criminosos.* À vista, pois, do exposto, que é fatorial, rogo a Vossa Excelência, que se digne de providenciar no sentido de sanar todos males que possa acontecer fazendo também com que seja aumentado o Destacamento desta vila, que é pequeno e não pode bater-se com um *grupo de 50 a 60 criminosos, que todos os dias aumenta*<sup>451</sup>. (grifos nossos)

A informação de “quase todos criminosos” e “que todos os dias aumenta” revela como a agência com grupos de bandidos era uma estratégia viável para alguns sertanejos pobres na seca de 1877. O anonimato por trás da coletividade, aliado aos benefícios de fazer parte de grupos de salteadores, aumentava as chances de obterem gêneros e recursos, frutos dos assaltos nas vilas e cidades, além do fato da própria segurança individual, pois muitas das comarcas do interior não possuíam uma força de destacamento policial para peitar de frente uma multidão de mais de 60 homens, muitas vezes, armada. Não era à toa que andavam

<sup>450</sup> THOMPSON. E. P. *Op. Cit.*, p. 206-207.

<sup>451</sup> APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A tragédia da fome no sertão. Transcrições de documentos manuscritos PJ 11 (1877-1878), vol. XXI. *Ofício do promotor público João Abraur da Cunha, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Recife, 15 de junho de 1878.* Fl.459.

livremente, chegando a vender carne bovina entre a população de Gameleira, Tacaratu e Ouricuri, deixando os comerciantes e fazendeiros enraivecidos por estarem perdendo seus lucros.

Na comarca de Flores não seria diferente, não fosse a rede de proteção que os grupos de criminosos encontravam entre alguns cidadãos da região. “O furto e o roubo nos gados que ainda restam nas roças que escaparam, são em grandes escalas, e não já somente para matar a fome, mas por espírito de malfazer e até para negócio”. A força pública persegue incessantemente os criminosos que infestam a comarca e as estradas; “mas, balda muitas vezes seus esforços, porque homens, que se dizem de certa importância social, esquecidos do que devem a si e a sociedade em cujo grêmio vivem acercam-se dos criminosos os mais façanhudos”, pelem-nos, desviam-nos da caçada legal e “dificultam-na por todos os meios; alguns como dizem com ou sem fundamento, lançam mãos de criminosos para se garantirem contra outros criminosos!”<sup>452</sup>. Era comum que alguns fazendeiros tivessem foragidos da justiça em suas redes de poder locais, pois era uma força à disposição se precisassem utilizar do uso da violência para disputas políticas ou confrontos de outra natureza. Por conseguinte, era uma ajuda mútua, pois, em certos casos, esses homens de posição deveriam auxiliar esses grupos criminosos quando fosse necessário.

Na província de Alagoas, por telegrama da comissão de socorros de Pernambuco na cidade de Piranhas, ao vice-presidente, constou-se que “vários comboios, que conduziam viveres para Tacaratú, haviam sido atacados por homens armados”; e por outros telegramas da comissão de socorros, das autoridades judiciárias e do Presidente da Câmara Municipal de Pão de Açúcar, consta-se que “os emigrantes ameaçavam de saque a essa cidade, logo que se acabassem os alimentos fornecidos pelo Governo”<sup>453</sup>. Na cidade de Propriá escreveram ao jornal *Paulo Afonso*, gazeta da cidade de Penedo, que “acha-se ameaçada de ser saqueada pelos emigrantes da Colonia do Porto Real do Collegio”. O chefe do bando apareceu “ultimamente aqui de passeio com outros e convenientemente armados, fizeram debandar os soldados do destacamento que se achavam no quartel”. Propalou os mesmos de “atacar primeiramente o commercio e as pessoas mais abastadas”. Consta-se que essas ameaças seriam pelo interesse do presidente da província em dissolver a colônia de Porto Real do

<sup>452</sup> APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A tragédia da fome no sertão. Transcrições de documentos manuscritos PJ 11 (1877-1878), vol. XXI *Ofício do promotor público Pergentino Saraiva de Araújo Galvão, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Flores, 23 de agosto de 1878.* Fl.511\512.

<sup>453</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da província das Alagoas, passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. Dr. Thomaz do Bom-Fim Espindola, 1º vice-presidente em 11 de março de 1878. Maceio: Typ. do Liberal, 1878, p. 04.

Colégio, “mandando-os para os trabalhos da via férrea de Paulo Afonso, e por tal motivo eles querem lançar mão dos meios que usavam no sertão”<sup>454</sup>.

Em Itabaiana, na província de Sergipe, um ofício dirigido ao promotor público noticia dos “receios de que ainda se acha a possuída a população dessa villa de ser assaltada pelo grupo de retirantes malfeitores”, solicitando a preservação da força de linha pelo comando do alferes Felix Barreto Muniz Telles, “para garantia da mesma população e da Simão Dias, onde também existiu sérios receios de invasão”<sup>455</sup>. Além dos boatos de ameaças de saques e invasões, as alianças com criminosos e grupos de assaltantes parecia ser uma estratégia encontrada em várias províncias do Norte pelos retirantes. Tyrone Cândido discorre que,

Essa associação entre retirantes e assaltantes podia ser perigosa, mas rendia aos sertanejos um considerável maior poder de ação em saques a depósitos, sobretudo em centros mais bem protegidos como eram Mossoró e Aracati. Contando com homens armados e destemidos, os salteadores jogavam com informações cruzadas, ameaçavam por meio de recados a autoridades como juizes, coletores de impostos, administradores de mesas de rendas, inspetores de quarteirão, comandantes de tropas, ou seja, aquela gente responsável pelas armas e pelo dinheiro, principais objetos dos butins. Em tempos de seca, do ponto de vista dos criminosos, incluir flagelados nos grupos de assalto era uma boa maneira de confundir os soldados e quem sabe até evitar as contraofensivas com armas de fogo<sup>456</sup>.

O que podemos analisar até agora é que existia uma compreensão da justiça sobre os assaltos e furtos dos grupos de bandidos que era justificada ou maximizada pelo contexto da fome durante essa seca de 1877/1879, mas que não era legitimada pelas condições de carestia, porque, diferentes dos saques esporádicos de retirantes aos armazéns de socorros públicos e particulares, os grupos de criminosos passavam dos limites do poder constituído, tornando-se uma força paralela e constante nos sertões. Outro atributo era o caráter nômade dos bandos de criminosos. Muitos deles precisavam se deslocar entre várias localidades, e até províncias limítrofes, para conseguirem efetuar seus assaltos ou fugirem da força pública, e ainda mantinham uma rede de proteção em algumas fazendas de coronéis das regiões. Todavia, não estamos afirmando que exista uma relação direta entre a formação de grupos de bandidos com uma ética da subsistência e economia moral dos camponeses pobres, apesar dos subsídios da ação direta e anonimato desses grupos em alguns episódios; mas, que o agenciamento dos

<sup>454</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI, nº 287, 13 de dezembro de 1878, p. 01.

<sup>455</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *Jornal de Sergipe*. Aracaju. Anno XIV, nº 49, 29 de abril de 1879, p. 01.

<sup>456</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Op. Cit.*, p. 305.

retirantes com esses bandos, nas circunstâncias em que se encontravam no cotidiano da seca, isto é, a fome, a penúria, a falta de assistência e desigualdades, mostrava-se uma estratégia de sobrevivência à sua disposição mesmo que bastante perigosa naquele contexto e, como aponta Tyrone Cândido, os próprios criminosos também colhiam vantagens com a agência de retirantes em seus grupos de assaltos, seja no enfrentamento com a força pública, ou seja pela força do medo da multidão em seus bandos.

Na província da Paraíba, os furtos e roubos estavam espalhados nas áreas do litoral, agreste e alto sertão pelos retirantes e grupos de bandidos. Na capital, escreveram para o correspondente do *Jornal de Recife* que o número de emigrantes não é inferior a 20.000. Toda essa gente esfarrapada, sem encontrar recursos para viver, sofrendo os horrores da fome e miséria, “já começaram a atacar a propriedade, invadindo em numero considerável alguns engenhos e propriedades rurais tirando à força o que nelas encontram, devastando as lavouras, que restam, estragando canaviais, e saqueando casas”. Entre esses bandos andam “homens ladinos, e resolutos que organizam estes ataques, reunidos também a alguma gente da terra, e premeditam outros”<sup>457</sup>. Apesar das fontes tratarem os retirantes como incapazes de organizarem essas ações de furto e roubo, estando os criminosos sempre à sua frente, elas trazem a interpretação de ajuda mútua entre bandidos da justiça e sertanejos pobres nessa seca de 1877. Os dois vão aparecer quase sempre juntos nas preocupações das autoridades e proprietários rurais, como numa carta dos comerciantes de Alagoa do Monteiro dirigida ao presidente da província da Paraíba, “pedindo providencias que lhes garanta a vida e a propriedade ameaçadas, dizem eles, pela onda crescidíssima de famintos e malfeitores, que enfestavam o lugar”<sup>458</sup>. Em Bananeiras, comunicam que se “não fosse tanto furto em breve estariam os brejos em bom estado”. Na comarca de Areia noticia-se que estão morrendo muitas pessoas, andrajosas e famintas, pelos cantos da localidade e que na “falta absoluta dos gêneros do governo, o povo atira-se as plantações de particulares, que sofrem grandes prejuízos”<sup>459</sup>.

Podemos colocar as práticas de furtos e roubos como formas de resistência cotidiana dos retirantes em uma perspectiva a partir de James C. Scott, na medida em que elas se “tornam um padrão consistente, embora não coordenado, estamos lidando com resistência”. Para os camponeses do vilarejo de Sedeka, no sudeste asiático, James C. Scott discorre que o

<sup>457</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Parahyba do Norte”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI. Nº 73, sexta-feira, 29 de março de 1878, p. 02.

<sup>458</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Parahyba”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI. Nº 99, quarta-feira 01 de maio de 1878, p. 02.

<sup>459</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Parahyba”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI. Nº 166, terça-feira 23 de julho de 1878, p. 01.



furto no campo é em si mesmo irrelevante, ainda que possa se tornar um aspecto essencial de determinado modelo de relação de classe, sendo quase que uma “marca permanente das comunidades agrárias estratificadas em todos os momentos e lugares em que o estado e seus agentes são insuficientes para controlá-lo, tomando mesmo uma dimensão de luta na qual os direitos de propriedade são contestados”<sup>460</sup>.

Na verdade, o autor enxerga nessas práticas uma indissociação entre autointeresse e resistência dos grupos de camponeses do sudeste asiático que, fazendo um paralelo com os retirantes da seca, é compreensível o desejo da família de sobreviver, garantindo a segurança física, suprimento de alimentos e uma alguma renda monetária, identificando, todavia, a fonte de sua resistência às demandas dos agentes do Império e grandes fazendeiros. Assim, ignorar o “elemento de auto-interesse na resistência camponesa é ignorar o contexto determinado não apenas da política camponesa, mas da política da maioria das classes subalternas”<sup>461</sup>. Portanto, em um contexto da alta dos preços dos gêneros alimentícios no comércio, desamparo dos fazendeiros aos seus trabalhadores do campo, a falta generalizada de chuvas, bem como a concentração de água e terra, além, é claro, dos desmandos das verbas dos socorros públicos, não seria difícil compreendermos que para alguns retirantes os furtos e roubos seriam uma forma de apropriação de como os recursos realmente deveriam ser repartidos às camadas pobres em tempos de crise. Por isso, a relevância de entender essas práticas como formas de resistência no cotidiano da seca que começam, inclusive, com as necessidades materiais dos indivíduos<sup>462</sup>.

Se existirem dúvidas ainda sobre a agência de retirantes com bandidos e suas trocas mútuas de benefícios durante a seca, é interessante o relato de uma carta da vila de Ingazeira do dia 26 de julho de 1878, na província de Pernambuco, acerca da tentativa de capturar um bando de criminosos que atuava entre Ingazeira e a vila de Monteiro, na província da Parahyba.

Com o fim de batel-o partio daqui o capitão do corpo de polícia Frederico Velloso da Silveira com soldados do seu destacamento e dirigio-se para a villa do Monteiro, na vizinha província da Parahyba, onde chegou no dia 20 e ali combinado com o delegado de polícia, que supunha estar o chefe do bando, Adolpho Rosa, por alcunha o Meia-Noite, entrincheirado na Serra do Brejinho, dalli distante seis légua, onde já tinha sido cercado, não podendo

<sup>460</sup> SCOTT, James C. *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*. Raízes. Vol. 21, nº 01, Jan-Jun, 2002, p. 21 e 27.

<sup>461</sup> SCOTT, James C. *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*., p. 27.

<sup>462</sup> Como escreve o autor, uma “vantagem do conceito de resistência que começa com necessidades materiais de auto-interesse é que ele avança em apreender que “classe” é, primeiramente, uma experiência dos próprios atores históricos”. SCOTT, James C. *Op. Cit.*, p. 28.

ser preso porque fora diminuta a força para tomar todas as veredas, e pelo mesmo motivo não atacaram a sua trincheira, deliberaram ir buscar a fera no seu antro, e reunidos mais algumas pessoas armadas, para aquelle lugar, partiram no dia seguinte, chegando a serra as 10 horas da noite, onde, depois de tomado todos os caminhos, acamparam esperando pelo imediato. Ao amanhecer de 22 forçaram as primeiras trincheiras dando apenas os bandidos seis tiros, que tiveram resposta igual, avançando os soldados por uma garganta de pedra até a gruta que servia de alojamento aos malfeitores. Acharam ahi grande numero de malas vazias, utensílios de cozinhas, couros seccos de gado, e um preto que disse ser escravo do tenente Pedrosa<sup>463</sup>.

O deslocamento e esconderijo de bandidos eram necessários para os grupos realizarem com mais êxito e segurança suas ações de roubo e saques às vilas das duas províncias. Geralmente eram em locais altos como serrotes, e em grutas de pedras fechadas nas matas, oferecendo tanto uma boa vista de quem se aproximava do acampamento quanto o difícil acesso para os desconhecidos da região. O escravo encontrado estava ferido em decorrência dos disparos de dentro da gruta, mas, mesmo assim, foi interrogado pela força pública, dizendo que seus companheiros tinham fugido quando avistaram os soldados. Ele não “quis jamais declarar quem eles eram e nem porque caminho desconhecido haviam tomado”. Sobre o chefe do grupo, disse que “já ali não estava desde o dia do primeiro cerco, tendo-se retirado porque lhe haviam descoberto o esconderijo”<sup>464</sup>. Horas depois, descobriu-se por um informante que poderiam estar alguns dos criminosos em um conjunto de casas da serra onde moravam alguns familiares do Adolpho Rosa, chefe do bando. Chegando à localidade, ela estava praticamente abandonada, mas a força pública continuou a procura de indícios do grupo, quando,

Cercando-se, porém, uma outra casa, e cujos fundos davam para o lado das trincheiras, foi nella encontrada a mulher de Adolpho, o chefe do bando, grande numero de cangalhas, muitas malas, couros seccos de gado, e avultada porção de carne secca. [...] A mulher de Adolpho foi conduzida presa com o escravo encontrado ferido na serra, e também a mulher de um retirante, que se havia agregado ao séquito dos bandidos, o qual fora depois também agarrado, já perto desta villa<sup>465</sup>. (grifos nossos)

O agenciamento de retirantes em grupos de assaltantes não eram episódios isolados, pareciam estar presentes e tornando-se um padrão em várias províncias que estavam

<sup>463</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Os bandidos de Ingazeira”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI. Nº 184, terça-feira 13 de agosto de 1878, p. 01.

<sup>464</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Os bandidos de Ingazeira”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI. Nº 184, terça-feira 13 de agosto de 1878, p. 01.

<sup>465</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Os bandidos de Ingazeira”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI. Nº 184, terça-feira 13 de agosto de 1878, p. 01.

convivendo com a migração em massa de sertanejos pobres do alto sertão. Era uma estratégia e forma de resistência no cotidiano dessa seca, embora não praticado em sua grande maioria por todos, como nos casos de furtos à lavoura de particulares, mas estava relacionado ao autointeresse de alguns retirantes de conseguirem sobreviver e prosperar naquele contexto de penúria. No fragmento da fonte, revela-se que não eram apenas retirantes solteiros que se agregavam nesses grupos de bandidos, mas ocorria a possibilidade de homens de família escolher participar, até porque os próprios criminosos da justiça também possuíam famílias. Assim, esses familiares ocasionalmente ficavam protegidos em locais estratégicos para que periodicamente os bandidos pudessem voltar depois de seus assaltos e terem um espaço seguro para a divisão dos recursos de sua pilhagem, como mostra os vários objetos encontrados no esconderijo da gruta e na casa de Adolpho Rosa.

A organização de diligências policiais entre os presidentes das províncias era a saída mais eficaz para conseguir capturar os grupos de criminosos que transitavam entre as regiões limítrofes das mesmas. O presidente da Paraíba escreve para o de Pernambuco, em 25 de julho de 1878, que convida “facilitar as diligências que as autoridades publicas do termo de Magao do Monteiro tem de proceder para captura de um grupo criminosos, vindo do di Ingazeiras dessa Provincia” e que no lugar “mocó” daquele termo praticou diversos roubos”. Pelas datas próximas e os locais indicados, provavelmente deveria ser o grupo de Adolpho Rosa, chefe dos salteadores que escapou das forças policiais da Paraíba e Pernambuco no dia 22 de julho de 1878. Mas essas ações conjuntas entre os presidentes e forças públicas vinham acontecendo no primeiro ano da seca em 1877, como mostra uma correspondência do presidente da província da Paraíba para o de Pernambuco em 21 de dezembro.

Fiz hontem seguir para os sertões desta província um deslocamento volante composto de trinta praças de linha com um oficial, a fim de proceder activamente a perseguição dos criminosos que vagueam por aquelles logares ou nelles se acham hamisades, pertencentes assim esta, como a essa província. O que tenho a honra de comunicar a V. Ex.<sup>aa</sup> rogando-lhe se digne de expedir suas ordens para que a dita força possa [sic.] quando for preciso em territórios dessa província e seja eficazmente ouviliado, nas diligencias que empreendem, pelas forças estacionadas nos mesmos territórios e pelas autoridades respectivas. Iguaes providencias tendo eu expedido as autoridades e destacamentos parahybanos com relação as diligencias emprendidas pelas forças e autoridades pernambucanas<sup>466</sup>.

---

<sup>466</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO JORDÃO EMERENCIANO/BR APEJE. *Coleção Correspondências entre os Presidentes de Província*, PP 53, p. 221.

A ordem pública não estava ameaçada apenas nas cidades litorâneas para onde a maior parte da migração retirante do alto sertão se deslocou nessa seca. Segmento dela ainda resistiu nas vilas do interior ou áreas do agreste e brejos do Ceará, Pernambuco e Paraíba. Ainda assim, esses locais quando não tinham uma guarnição suficiente encontravam-se ameaçados pelos vários casos de roubos e furtos à propriedade pelos sertanejos pobres e, principalmente, pela formação e organização de novos e velhos bandos de criminosos que assolavam as regiões limítrofes. Entre os vários grupos que atuaram na década de 1870 estavam os Viriatos, Meirelles e Brilhantes. As notícias do interior do Rio Grande do Norte sobre bandos de salteadores e assassinos saqueando povoações como Luiz Gomes e São Miguel corriam pela imprensa e províncias. O bando dos Viriatos e Formigas, “que tudo roubaram, não respeitando nem a honra das pobres famílias”; aqueles criminosos são “homens de algum conhecimento, pois já tiveram fortuna, mas que se arruinaram e lançaram-se na carreira do crime, tendo já muitas mortes no costado”<sup>467</sup>. Por notícias de um oficial de justiça que saiu da cidade de Pau dos Ferros para as povoações assaltadas pelos criminosos Meirelles e Viriatos, ele relata a um correspondente do *Jornal do Recife* sobre o ataque a vila de Luiz Gomes.

No dia 14 do corrente chegou a esta villa, acompanhado de suas famílias, o cidadão Alvaro de Almeida Cavalcanti, Angelo Italiano, e outros que tinham sido avisados por parte dos grupos conhecidos pelos nomes de Meirelles e Viriato, de que naquele mesmo dia teriam de ir a suas casas, não só para saqueal-as, como também *para tomar severas contas ao primeiro, por ter ele oferecido alguma resistência ao grupo que assaltara a mesma povoação em um dois meses passados*. E de facto, no dia seguinte, *um grupo de mais de oitenta homens, todos armados, faz entrada solemne o povoado, arrebentaram as portas da casa de negócios do mencionado Italiano, tiram todos os objetos que lá existiam, dirigem-se a casa de Francisco Pereira de Souza, que se achava prostrado no leito da dor e dali carregam em animaes, que haviam previamente apanhado nos campos, todos os gêneros alimentícios que encontraram, dinheiro, joias, imagens, deixando apenas por esmola, cinco litros de farinha e igual porção de milho! Outras casas foram igualmente assaltadas*<sup>468</sup>. (grifos nossos)

Uma diferença nos motivos das ações diretas dos bandos de criminosos e da multidão de retirantes é a de que os últimos geralmente não conheciam as autoridades, comerciantes e comissionados dos lugares que seu êxodo atravessou, levando-se a crer que seus roubos e saques aos gêneros alimentícios seguiam uma lógica de uma economia moral e ética da

---

<sup>467</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Rio Grande do Norte”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI. Nº 134, quarta-feira 12 de junho de 1878, p. 01.

<sup>468</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Rio Grande do Norte”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI. Nº 142, sábado 22 de junho de 1878, p. 01.

subsistência, diferentemente dos grupos de bandidos que abriam espaço para outras características como são os casos de vingança e desavenças com indivíduos de algumas vilas, apesar de que o saque aos víveres ainda era um ensejo desses criminosos, principalmente num contexto de concentração e escassez de recursos ocasionado pela crise econômica durante a seca nos sertões. Por conseguinte, a força numérica – cerca de oitenta homens – era uma estratégia que ambos, bandidos e retirantes, utilizavam nas ações diretas e saques nos lugares onde, ordinariamente, possuíam uma força policial ínfima diante de dezenas de pessoas armadas, por isso apostamos que em certos assaltos, isto é, os mais arriscados envolvendo uma povoação inteira, era possível essa reciprocidade entre criminosos e retirantes para compor uma potente coletividade para amedrontar as autoridades.

Outro bandido da justiça que atuava nas províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte era Jesuíno Brillhante<sup>469</sup>. As cartas recebidas e as notícias de pessoas vindas do sertão da Paraíba descrevem o estado da província em decorrência da seca e dos ataques daquele criminoso e seu bando à segurança individual e propriedade. O salteador Jesuíno Brillhante “é quem domina ali, por dizer assim, percorrendo impernemente de um para outro ponto, roubando tudo o que encontra”. Ao próprio Governo tem ele “roubado mais de cem cargas de viveres remetidos para socorro da pobreza, que agonisa sob um sol abrasador, e ultimamente um fazendeiro, o sr. Luiz Antonio de Souza, que ia desta praça com um comboio de gêneros e fazendas”, foi ele atacado e roubado em tudo, “dando graças a Deus em o deixar ir com vida e a pé, pois até os cavalos lhe roubou osclerado”<sup>470</sup>. Escreveram da cidade de Souza que estão eles lutando com sérias dificuldades e risco de vida, “pois os criminosos e roubadores procuram tudo acabar, achando-se neste caso acima de todos o Jesuíno Brillhante”. Este indivíduo e seu bando “não só rouba os gados dos campos, como ate finta em quantias elevadas as suas victimas. Há poucos dias deu aqui uma surra em um correio publico”<sup>471</sup>. Em cartas recebidas do alto sertão ao *Jornal do Recife* se constava que um “grupo de sicários do séquito do celebre Jesuino Brillhante assaltara a fazenda Curvelho, no termo de catolé do

---

<sup>469</sup> Jesuíno Alves de Melo Calado (1844-1879) ou simplesmente Jesuíno Brillhante, foi considerado o primeiro cangaceiro do Nordeste. Nasceu no sítio Tuiuiu nas proximidades de Patu na província do Rio Grande do Norte. Foi agricultor e criador, até os vinte cinco anos. Tinha estatura baixa, era robusto e de pele clara, arruivado com olhos azuis. Era exímio atirador de bacamarte. Casou-se com uma prima, chamada Maria Carolina C. de Mello com quem teve cinco filhos. Morreu em uma emboscada na província do Rio Grande do Norte no ano de 1879. Para saber mais ver NONATO, Raimundo. *Jesuino Brillhante. O Cangaceiro romântico* (1844-1879). Terceira Edição. Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: [www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br).

<sup>470</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “O Sertão da Parahyba”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXII, nº 112, 16 de maio de 1879, p. 01.

<sup>471</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Diversas Notícias”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI, nº 261, quarta-feira, novembro de 1878, p. 01.

Rocha, e pertencente a Francisco Alves”, resultando desse assalto várias mortes, “ficando gravemente ferido um filho do mesmo Francisco Alves, estudante da Faculdade de Direito do Recife”<sup>472</sup>.

Tomamos os cuidados de não tratar esses episódios envolvendo grupos de bandidos e retirantes durante a seca de 1877/1879 como sendo um fator precípua do cangaceirismo, apesar de uma literatura relacionar essas questões das crises naturais e econômicas entre as décadas de 1880 a 1940 ao surgimento desse fenômeno<sup>473</sup>. Pensamos que alguns retirantes encontraram no banditismo um agenciamento e forma de resistência em um contexto de crise de subsistência no sertão e, reciprocamente, os próprios grupos de criminosos tiraram algumas vantagens, mas não que algum fenômeno social foi originado especificamente dessa relação. Para Luiz Bernardo Pericás (2010), o cangaço é uma modalidade de banditismo que se originou muito antes de qualquer crise “específica”. Portanto, algumas “crises podem ter aumentado as fileiras do cangaço. Mas a crise em si não é o fator primordial para o surgimento e a existência desse fenômeno”. É claro que se sabe da atuação de vários bandos nessas ocasiões de crises, mas muitos não atuavam diretamente apenas influenciados pelas condições climáticas. Apesar disso, os “fatores econômicos, políticos, meteorológicos e culturais, assim, se combinavam, se mesclavam em última instância”<sup>474</sup> para a criação do cangaço. Logo, para o autor, as secas ocasionaram muito mais o fenômeno da migração em massa e muito pouco contribuiu para o banditismo.

Todavia, não enxergamos a crise da seca de 1877 como responsável na criação de um novo banditismo nos sertões do Norte, até porque esse discurso do flagelo da seca como responsável por todos os males está presente no discurso oficial, mas, sim, percebemos a possibilidade de combinações de aspectos de uma tradição política sertaneja com traços existentes do próprio banditismo dos sertões que tinham em seus repertórios de ações as práticas coletivas as ameaças, roubos e furtos, e que no contexto dessa seca foram ampliadas e confluíram-se através das demandas de cada grupo. Apesar de que os motivos para as ações em massa dos camponeses pobres estivessem em grande parte legitimadas por uma economia moral e ética da subsistência, mais do que as razões dos criminosos na busca de um poder. Portanto, não podemos tratar, determinadamente, a relação dos grupos de criminosos com a multidão de retirantes, ou vice-versa, ocasionada por essa seca; pelo contrário, reforçamos que

---

<sup>472</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Parahyba”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXII, nº 36, quinta-feira, 13 de fevereiro de 1879, p. 01.

<sup>473</sup> Essas interpretações podem ser vistas em QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Duas cidades, 1977 e \_\_\_\_\_, *História do Cangaço*. São Paulo: Global, 1986.

<sup>474</sup> PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 140 e 150.

foi uma forma de agência numa espécie de ajuda mútua e recíproca, que ampliou o diálogo de uma cultura política popular com traços do banditismo presentes naquela década de 1870, até porque na memória social de motins, revoltas e revoluções no período imperial, esse agenciamento não era algo inédito<sup>475</sup>.

Por outro lado, a reação dos aparelhos repressores governamentais não procurava distinção de grupos em sua preocupação com a ordem pública e defesa da propriedade individual, pois, onde encontrassem uma multidão insurgente, era provável que um destacamento de linha estivesse ou fosse mandado imediatamente para o local, restabelecendo a ordem e enquadrando os amotinados em nome da lei. Para o poder constituído, todas as camadas pobres eram consideradas perigosas, ou propícias ao crime nessa seca de 1877/1879.

## 6.2 “Que mais parecem bestas feras”: ações em massa de retirantes na província do Rio Grande do Norte na seca de 1877-1879

Na cidade de Mossoró, moradores da localidade Barra<sup>476</sup> escreveram para o vice-presidente da província em quatro de novembro de 1878 sobre a terrível situação em que se encontravam com a multidão de retirantes naquele lugar. A correspondência dizia que os moradores “ameaçados em nossas propriedades e vidas por doze mil [sic.] que aqui se achão aglomerados, e que mais parecem bestas feras [sic.] há”. Os retirantes desta Barra, que até o presente momento conservaram-se mais ou menos respeitadores da lei e das autoridades, mas

---

<sup>475</sup> Sobre eventos dos quais misturavam-se homens livres, escravos e libertos com bandidos da justiça consultar, ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *A guerra dos bem-te-vis: a Balaiada na memória oral*. São Luiz: EdUFMA, 2008. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. SECRETO, Maria Verônica. *(Des)medidos: a revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011. DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2001.

<sup>476</sup> Manuel Ferreira Nobre faz referência no seu livro de 1877 sobre a cidade de Mossoró, e as localidades da “Barra de Mossoró” e o “Porto de Areia Branca”. A primeira é uma das mais “abrigadas e mais calmas do Norte do Brasil. Navios de todo porte podem descarregar e tomar seus carregamentos ali com muita economia e prontidão”. Tempestades são desconhecidas, além de o canal ser regular e livre de pedras. Enquanto seu porto “é um dos mais próximos da Europa. Muitas embarcações estrangeiras e vapores o visitam anualmente”. Até aquela data nunca recebeu melhoramento material, entretanto, “navios, calando 12 pés d’água, entram e saem francamente”. Tanto a Barra como o Porto possuem distância de sete léguas com a cidade de Mossoró. A mesma ainda possui o “Porto da Ilha”, que por uma gamboa navegável saindo de Areia Branca, fica a distância de uma légua da cidade. “Pequenas embarcações vão constantemente ao Porto da Ilha descarregar e tomar carregamentos, com muita facilidade. É considerável o movimento diário entre a ilha e a cidade”. Cem carros de bois levam as mercadorias e gêneros de produção da terra, “cada um desses carros conduz, de uma só vez, 16 a 18 sacos”, além de existir sempre no Porto da Ilha “três carruagens, conduzindo e reconduzindo passageiros, por preço cômodo”. NOBRE, Manoel Ferreira. Mossoró em 1876. In: *Breve Notícia sobre o Rio Grande do Norte: baseada nas leis, informações e fatos considerados na História Antiga e Moderna*. 2º Ed. Porgetti: Rio de Janeiro, 1971. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, Vol. 438, 1986, p. 11, 12 e 13. Assim podemos ter uma noção de como esses espaços eram importantes nas atividades econômicas da cidade, pois, eram os locais de fluxos de mercadorias, navios e vapores, além de serem próximas ao litoral, mostra-se uma tendência da migração sertaneja para essas paragens.

que a triste situação de miséria fez saírem pela primeira vez desta linha de proceder, “arrombando o armazém em que se depositarão os gêneros do Governo, de metade dos quaes se apoderarão entre scenas de verdadeira selvageria”, eles ontem mesmo invadirão, “armados, em numero de duzentos homens, esta localidade, dispostos a matar e roubar, nenhuma desgraça se dando, felizmente, graças ao onipresente, que permittio-nos houvesse ainda alguma farinha com que se lhes abrandasse a sanha”. Mas, não cessando suas ações, a multidão dirigiu-se “a uma barçaça ancorada no meio do rio e carregada com o resto da farinha que se salvaram do primeiro saque e dela apoderarão-se com violência e no meio do maior desenfreamento”. Depois não se limitaram a isso quando a farinha do Governo acabou, “e de facto claramente nos ameação já em nossas propriedades”. Assim, exigiam uma força policial respeitável para garantir as vidas e direitos das famílias naquela localidade, “contra a força brutal e asselvajada desta horda sem Deus nem lei, e cujos moveis principaes são, já não a fome que tome-lhe muito e lastimável o que sofre, mas sim o ócio, o crápula, afinal o desencadeamento de todos os vícios”<sup>477</sup>.

A diferença nesse episódio de saque aos gêneros alimentícios é que o mesmo não se restringiu ao armazém e seu entorno, como os das ameaças públicas de invasão, mas estendeu-se para as embarcações que trazem as mercadorias através do rio para a localidade da Barra. O transporte marítimo poderia ser mais seguro contra saques e roubos em alto-mar mas, quando este ancorava oferecia uma oportunidade, ainda que difícil, das ações coletivas dos retirantes sobre os gêneros, logo, outras estratégias de saque eram criadas, afinal, estavam próximos da água. Hoje torna-se “impossível subirem o rio embarcações com gêneros alimentícios [...], pois sejam propriedade publica ou particular, são assaltados nos pontos em que o rio oferece, são por esses facínoras, cujas linhas engrossão dia a dia”<sup>478</sup>.

Os saques às embarcações de gêneros também se davam nas imediações da cidade de Mossoró, como na povoação de Santo Antônio, outro ponto com via fluvial de transporte. No jornal da cidade de Assú, *Brado Conservador*, noticiou que na “noite de hontem para hoje os habitantes de S. Antonio accometteram uma barçaça que chega a aquelle porto com gêneros do Governo da Parahyba, e a poderam-se a fortiori de quarenta e quatro saccas com farinha”, dez das quais foram tomadas hoje pela madrugada pelo “Theodomiro com quatro retirantes que agora pela manha acabaram de chegar a esta cidade, trasendo presos e escoltados trez dos

---

<sup>477</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. IJJ<sup>o</sup>. 212, p. 92-93.

<sup>478</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. IJJ<sup>o</sup>, 212, p. 93.



salteadores”<sup>479</sup>. O rio Mossoró em boa parte de seu trajeto era navegável, portanto, a cidade possuía dois portos secundários, responsáveis pela circulação das mercadorias entre o espaço urbano e o porto central na localidade de Areia Branca. Esses portos eram o da Ilha e o porto de S. Antônio. O porto da Ilha ficava à margem esquerda do município de Mossoró, na ilha de dentro e à direita da cidade uma légua. O porto de Santo Antônio localizava-se à “margem esquerda do rio Mossoró e para oeste, em frente do porto da Ilha, é a povoação que originou da fazenda de gados S. Antonio, do Tenente-Coronel João Joaquim Guilherme”<sup>480</sup>. Logo, os retirantes não eram os únicos que praticavam os saques às mercadorias: a população indigente dos arrabaldes da cidade também estava sujeita a organizarem-se com os emigrados para realizarem os saques aos gêneros, afinal, a situação de escassez de alimentos afetava todas as camadas pobres. Mas os saques também ocorriam dentro do espaço urbano “onde existe um destacamento eles já derão saque ao mercado publico, os cambaios que ali se aproximão com gêneros, e achão-se ameaçados os armagens particulares”<sup>481</sup>.

Os conflitos entre retirantes e autoridades da cidade de Mossoró intensificaram-se em meados de outubro de 1878, quando o vice-presidente da província, Bezerra Montenegro, deliberou que os socorros públicos “seja exclusivamente para cegos, aleijados e doentes”, e que o restante dos retirantes deveria procurar trabalho nas obras públicas, “cujos serviços seriam pagos com aquelles gêneros, o que por certo não agradou a quem os recebia generosa e profundamente, sem trabalhar”<sup>482</sup>. A câmara municipal chegou a alertar ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Dr. Carlos Leôncio de Carvalho, da situação crítica que a cidade enfrentava, na sua sessão do dia 25 de novembro.

Havendo chegado ao nosso conhecimento que o Governo provincial resolvera, em observância ao Ev. Cir. Desse Ministério, datado de 14 de Outubro ultimamente findo, suspender a remessa de gêneros alimentícios para os indigentes desta localidade, flagelados pela seca, e não devendo esta Câmara mostra-se surda e indiferente aos repetidos clamores de tantos mil infelizes a quem a execução de semelhante providencia trará como consequência inevitável o desespero e morte, vem com o devido acatamento, em nome dessa porção da humanidade desvalida, trazer a respeitável presença de V. Excia. O quadro tétrico e angustiador que se desenha as vistas dos mossoroenses e daqueles a quem os rigores de uma esterilidade de

<sup>479</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “De Mossoró nos dizem”. In: *Brado Conservador*. Assú. Anno II. Nº 43, 14 de setembro de 1877, p. 03.

<sup>480</sup> LIMA, Nestor dos. *Três estudos mossoroenses*. Coleção Mossoroense. Fundação Guimarães Duque. Vol. CXC, 1992, p. 22.

<sup>481</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. IJJ<sup>9</sup>, 212, p. 93.

<sup>482</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório com que se Installou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879, p. 05.

vinte e nove meses arremessara para este lugar, no empenho extremo de salvar suas vidas e de suas desditosas famílias<sup>483</sup>.

A preocupação do presidente e vereadores da câmara municipal, além de sensibilizar sobre os riscos da mortalidade e crescimento da miséria com a retirada e redistribuição dos gêneros aos retirantes pelo Governo, seria também o aparecimento “de muitos á fome e a revolta dos que foram resistindo aos seus efeitos, perigando destarte a vida e propriedade de alheias”. Assim, graves e funestas perturbações na “ordem pública serão em suma outras tantas desgraças a que ninguém escapará. Grupos de salteadores se organizarão com maior rapidez e novos males virão agravar os já existentes”. Os pequenos episódios de “tumultos e ameaças se hão manifestado depois que soube-se do alvitre tomado pelo Governo, tem alarmado a população pacífica: os comerciantes e os proprietários, principalmente, presumemse ameaçados e sem eficazes garantias para suas pessoas e fortunas”, porque em tal caso seria “insuficiente o concurso da força publica para acudir a todos os pontos atacados e restabelecer a ordem e o socêgo<sup>484</sup>. A ordem pública, o respeito às leis e à segurança individual e de propriedade eram as preocupações dos comerciantes e elites locais de Mossoró com a ocorrência dos primeiros ensaios de tumultos causados pelas medidas de redistribuição dos gêneros. As autoridades enxergavam a força que a multidão retirante possuía caso seus interesses fossem atacados e, para sua compreensão, eles estavam sendo.

Para o vice-presidente Bezerra Montenegro, em seu relatório de 1878 acerca das comissões de socorros, estavam criando-se graves problemas de corrupção, que alguns comissionados procederam tão erradamente “que foi melhor supprimil-as, parecendo em taes casos mais conveniente abandonar tantos infelizes à fome”, do que deixar passar “que homens sem consciência, especulando com a miséria de nossos semelhantes e abusando da confiança do governo convertessem a caridade em fraudulenta ganacia”. Todavia, para o presidente foi “mister limitar os socorros a alguns lugares do litoral, sendo que ultimamente só há distribuição gratuita com cegos e doentes nas cidades de Macau e Mossoró”<sup>485</sup>. A especulação com a fome era uma triste realidade na cidade de Mossoró onde, praticamente, viu-se um

---

<sup>483</sup> OLIVEIRA, A. M; BATISTA NETO, Joaquim. (orgs.) *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1879-1880)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 1.130, 2000, p. 34.

<sup>484</sup> OLIVEIRA, A. M; BATISTA NETO, Joaquim. (orgs.) *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1879-1880)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 1.130, 2000, p. 35-36.

<sup>485</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório com que se Installou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879, p. 12.

crescimento de casas comerciais durante os três anos da seca<sup>486</sup>; entretanto, a redução e redistribuição dos gêneros não foi uma saída adequada para os milhares de sertanejos pobres que viam nessa medida um ataque à sua sobrevivência. Assim, em seu relatório, o vice-presidente escreve que o povo não acredita nas ordens ultimamente remetidas “e diz alto e bom som, ou farinha ou revolução!”.

Em data de 17 de novembro, véspera da distribuição ali, nada existia, nem do governo, nem dos particulares. O commercio ou antes alguns negociantes já resolveram não abrir mais seus estabelecimentos nos dias de distribuição e muitas famílias já tem suas portas fechadas, há muito tempo. A cada momento se espera um assalto aos estabelecimentos particulares, correndo boatos horríveis a tal respeito. Os retirantes já andam com armas de fogo preparadas nos lugares de distribuição: a faca e o cacete campeam pelas ruas publicamente á despeito mesmo dos esforços do alferes comandante do destacamento, que já tem tomado grande numero de taes armas. A população esta aterradissima, e seja não tem havido muita desgraças, deve-se á distinctos cavalleiros, a quem o povo ainda vai attendendo. Ali tudo faz crer, que a explosão será inevitável, se não continuarem as remessas dos socorros em grande escala<sup>487</sup>.

A explosão aconteceu primeiramente na localidade de Areia Branca, porto central da cidade de Mossoró, em relatório para a delegacia de polícia em nove de novembro de 1878. No dia primeiro do corrente, o administrador da mesa de rendas, Antônio Cypriano de Araújo Silva, teria declarado que “não havia distribuição de soccorros se não aos cegos e aleijados, armarão-se todos os retirantes em numero talvez de does ou três mil e tentaram arrombar o armazém em que se achavão depositados os gêneros destinados para soccorro”, o que não conseguiram por encontrarem resistência do administrador, de algumas outras pessoas e do tenente coronel João Chrysostomo Bezerra Cavalcante. Porém, no dia quatro, aproveitando-se os mesmos retirantes da ausência daquelas pessoas e força policial, tentaram de novo “arrombar o referido armazém, armados de faca e cacetes e dele tirarão cerca de duzentos (200) sacos de farinha, que distribuirão-na entre si”. Chegando a notícia do ocorrido, uma diligência policial foi enviada para o local, onde descobriram alguns autores do saque como “Joaquim Bernado Menezes, João Pereira da Silva, Antonio Joaquim de Freitas, Vicente [sic.]

<sup>486</sup> Sobre o crescimento das atividades comerciais no espaço urbano de Mossoró durante a seca de 1877-1879 consultar MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *“A produção do Flagelo”*: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915). 2013. Dissertação (Mestrado). UFRN. Centro de Humanidades, Letras e Artes. PPGH. 222f.

<sup>487</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório com que se Installou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879, p. 11.

e Manoel Baptista da Silva, os quaes achão-se recolhidos a cadeia desta cidade”. O medo dos ataques da multidão espalhou-se entre a população, comércio e autoridades da comarca. Em semelhante emergência resolveu-se aquartelar alguns paisanos para fazerem o serviço da polícia de Mossoró, visto que a força pública pelo seu número reduzido “não é bastante para guarnecer aquella cidade, onde também os ânimos dos mesmos retirantes achão-se exaltadíssimos, esperando-se a cada momento um ataque geral”<sup>488</sup>.

Os saques aos víveres do Governo eram muitas vezes, como o ocorrido neste episódio de Areia Branca, distribuídos entre os sertanejos que participavam da ação coletiva de arrombar os armazéns e no enfrentamento com a força policial. A política de distribuição popular, como frisado, era uma forma de economia moral que legitimava as atitudes dos retirantes nesse contexto de crise de abastecimento nessa seca de 1877, na qual o conflito aparece como um dos elementos de organização da cultura política dos sujeitos nesses eventos de motins e revoltas<sup>489</sup>.

Não satisfeitos com as ordens de distribuição dos socorros públicos, entendendo serem estas resoluções injustas do governo provincial, grande parte dos sertanejos viu ameaçada sua subsistência, além da ruptura da assistência paternalista que as classes dominantes deveriam oferecer aos pobres em tempos de crise. Mas o que espanta nesse evento é a quantidade de retirantes organizados ao ataque no armazém, uma média de dois a três mil indivíduos armados de faca e cacetes, como também a “rapidez” e “agilidade” da polícia de encontrar os líderes da multidão. Assim, era de se esperar os “ânimos exaltados” da população de Mossoró pelo perigo numérico dos sertanejos e, igualmente, dos próprios retirantes que iriam sofrer com as novas medidas de redistribuição.

Em uma viagem do chefe de polícia da província para averiguar e assegurar a tranquilidade pública nas cidades do Apodi, Macau e Mossoró, região oeste da província, em meados de janeiro de 1879, escreveu em seu relatório que os retirantes amotinados na cidade de Mossoró foram incitados por um indivíduo de nome Antônio Gomes.

---

<sup>488</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. IJJ<sup>9</sup>, 212, p. 111.

<sup>489</sup> Na tentativa de compreender a constituição da multidão como um sujeito político, Frederico de Castro Neves, examinou o processo histórico da formação dos conflitos que lhe deram origem, até que se estabelecesse uma “tradição” de ações diretas como mecanismos de pressão política pelos sertanejos pobres durante as secas do XIX ao XX. Esse processo demonstrou, ao contrário da interpretação da “visão espasmódica” da fome, uma compreensão generalizada e popular de que a distribuição da riqueza social deveria ser regulada, em momentos de crise, por um conjunto de regras morais, diferente das regras econômicas. A intervenção agenciada pela multidão nos mercados de alimentos e de trabalho mostra a presença de uma “economia moral” que orienta, motiva e, principalmente “legitima as ações da multidão”. NEVES, Frederico de Castro. *Op. Cit.*, p. 20.

[...] indaguei dos motivos da alteração da ordem publica e cheguei a providencia de que um individuo de nome Antonio Gomes, perdido na opinião publica, prevaleceu-se da escassês de socorros públicos e procurava convencer os retirantes que devião commetter qualquer atentado, perssuadio-os para irem a caza do farmacêutico Herculano vociferar e fazer alarme, e de feito-lhes para lá se dirigirão capitaneados por Gomes. Prudente o farmacêutico lhes [sic.] o seu procedimento e lhes afiançou que o Governo os não desampararia, atenta a dolorosa situação em que se virão colocados acalmarão-se. As autoridades procederam regulamente nesse emergência auxiliados pelo Alferes Pessôa que tem prestado bons serviços na manutenção da ordem publica. É preciso dizer a Sr. Ex.<sup>a</sup> que o retirante por si não se anime a praticar qualquer aggressão<sup>490</sup>.

Parecia que a força pública da cidade de Mossoró era competente em descobrir as “cabeças” das ações em massa dos retirantes ocorridas na passagem do ano de 1878 a 1879. Porém, o que chama nossa atenção são as práticas que antecedem os saques aos depósitos do Governo. Nesse episódio, os retirantes foram à casa do responsável da mesa de rendas e dos socorros públicos da cidade, o farmacêutico Herculano, para vociferar e fazer alarme de possíveis saques, se não tiverem alguma resposta da distribuição dos víveres pela comissão<sup>491</sup>. O ato em si foi interpretado pelo delegado de polícia como obra do indivíduo Antônio Gomes, pois era o responsável em capitanear os retirantes, estes últimos, na visão do delegado “por si não se anime a praticar qualquer aggressão”. Não questionamos a influência de Antônio Gomes nas ações dos retirantes, mas o fato da justiça enxergar a multidão como incapaz de agenciar-se, fazer escolhas próprias e assumir seus riscos. Novamente, corre-se o perigo da perspectiva de individuação de uma coletividade na análise histórica, deixando de interpretar a construção de um sujeito coletivo a partir de suas ações e organização em determinado contexto. Assim, responsabilizando-se apenas um ou mais indivíduos sugere que os demais não seriam capazes de entender a realidade à sua volta, como se o problema da escassez de alimentos e as novas ordens de distribuição dos gêneros não fossem percebidas pela maioria dos retirantes. Mas, voltando ao episódio, o ato dos retirantes de irem à casa do responsável pelos socorros públicos é uma forma de diálogo e pressão sobre as notícias dos gêneros do Governo, uma prática que pode sinalizar um ataque ou não pelos retirantes aos armazéns, dependendo, é claro, das respostas das autoridades. O farmacêutico foi feliz ao responder.

Na comarca vizinha de Macau, o juiz de direito, Olympio Manoel dos Santos Vidal, também escreve uma correspondência em quatro de novembro de 1878 para a presidência do

---

<sup>490</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. IJJ<sup>9</sup>, 212, p. 167.

<sup>491</sup> Dias depois, os retirantes em Areia Branca, iram fazer a mesma ação de irem à casa do responsável dos socorros públicos na localidade, para proferir ameaças e perguntas sobre os víveres do Governo, e depois vão sítiar sua residência. Veremos esse episódio no último capítulo.

governo relatando que existia naquela cidade “mais de mil retirantes, além de um numero igual e talvez superior nas circunvizinhanças dela e que na mesma se agglomerão nos dias designados pela Comissão para a distribuição dos socorros”, mas que espalhou-se a notícia das deliberações do Governo que “vierão ordens para que não fossem distribuídos socorros senão aos inválidos e doentes”. Destarte, os cidadãos residentes e comerciantes “receião que faltando os socorros esse numero crescido de infelizes, no auge da desesperação, que produz a fome, tentem por si prover-se do que lhes é indispensável, invadindo as casas e aponderando-se do que nellas encontrem”<sup>492</sup>. Não demorou muito para realizar-se a preocupação do juiz de direito da cidade de Macau. No relatório do presidente Manoel Bezerra Montenegro, encontra-se no tópico “tranquilidade pública” que, por diversas vezes, alguns grupos “em numero superior a duas mil pessoas, armadas de cacetes percorrem as ruas publicas da cidade, gritando em altas vozes, que os membros da comissão lhes hão de dar alimentos, saiam d’onde sahirem”, chegando-se ao ponto de “atacarem um dos comissários, que tinha em seu poder as chaves do armazém, em que se depositam os generos”<sup>493</sup>.

Na mesma viagem do delegado de polícia da província, muitos dias depois, ele registrou que encontrou a população em tranquilidade, uma divisão de trabalho entre os emigrantes válidos, “preparando estes duas longas estradas, que unem a cidade a dois pontos diversos do centro, um açude e fabricado grande quantidade de tijolos que devem ser applicados a capitação de uma cadeia, a construção de um cemitério”, trabalhos todos de importante utilidade pública, “e que concorrem para o desenvolvimento físico dos indigentes, recebendo como paga socorros públicos para tiral-as da ociosidade e a [sic.] outros vícios prejudiciais a si e à sociedade”<sup>494</sup>. Na passagem do chefe de polícia, parecia que na cidade de Macau foi retomado o controle da ordem pública, mesmo depois das novas ordens de distribuição dos gêneros alimentícios e episódios de conflito entre comissionados e retirantes. Entretanto, devemos levar em conta que, se as notícias de distribuições dos víveres circulavam entre os retirantes, mesmo não sendo ainda oficiais, não seria difícil que boatos da chegada do chefe de polícia não fossem ouvidos pelos os mesmos, decerto, acalmar os ânimos era uma estratégia dos sertanejos diante da real ameaça de repressão pelas forças do governo.

Mas as ações de saques não eram as únicas formas de práticas coletivas encontradas nessa seca de 1877/1879; os assaltos de bandos armados nas estradas também aconteciam. No

---

<sup>492</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. IJJ<sup>9</sup>, 212, p. 108.

<sup>493</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório com que installou a Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1.º vice-presidente, o exm. sr. dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 1879, p. 03.

<sup>494</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. IJJ<sup>9</sup>, 212, p. 167.

lugar denominado “Olho d’agua”, um “grupo de homens armados de faca e cacete atacou um dos carros que vinham do porto das oficinas para esta cidade de Macáu, para serem aqui distribuídos pelas victimas da secca”, e conseguiram roubar três das ditas sacas, sem que pudesse o carreiro Antonio Gregório “oppor-se a essa horda de salteadores, tanto mais quanto e achava nessa ocasião afastado de seus companheiros de viagem, que tinha tomado outro caminho”. No dia seguinte, no lugar “Poço Verde”, a três léguas de “Olho d’agua”, outro “grupo pretendia atacar os mesmos carros, trazendo de ante mão animaes, em que pudesse conduzir a farinha, que tinha em vista roubar,” mas que não conseguiram realizar em decorrência da resistência que encontraram do negociante Antonio José de Oliveira, residente da localidade, chegando depois “o inspector de quarteirão dos – Parelhas – Manoel Simeão de Moraes Barretto, que ao saber do facto que se dera no lugar – Olho d’agua – reunira 30 homens e fora ao encontro dos mesmos carros, acompanhando-os afim de defendel-os de outro assalto”<sup>495</sup>.

O jornal *Brado Conservador* da cidade de Assú divulgou uma notícia no dia 15 de abril de 1878, de que no lugar denominado Itú, na freguesia de Sant’Anna do Mattos, “foram assaltados diversas cargas de farinha do governo, que se destinavam a comissão de soccorros públicos da villa de Angicos, conseguindo os assaltantes apoderar-se de trinta e tantas saccas da mesma farinha”<sup>496</sup>. Ainda conseguiram prender dois salteadores pelo subdelegado do distrito de Várzea, Francisco Augusto Silveira Ribeiro, achando-se recolhidos na cadeia daquela cidade. Novamente frisamos que não se criou uma nova forma de banditismo, mas que foram ampliadas as ações criminosas em decorrência da crise de abastecimento. Todavia, alguns sertanejos organizaram-se em práticas de furtos e roubos, e alguns entraram nas fileiras do banditismo; porém, sua grande maioria não seguiu por esses caminhos, o que não quer dizer que estavam resignados.

O registro dos crimes de furto e roubo nos relatórios presidenciais entre os anos de 1873 a 1878 mostra um crescimento nos dois anos de seca no Rio Grande do Norte.

---

<sup>495</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. “Assalto e Roubo”. In: *Brado Conservador*. Assú. Ano III. Nº58, 14 de fevereiro de 1878, p. 02.

<sup>496</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. “Assalto”. In: *Brado Conservador*. Assú. Ano IV. Nº68, 15 de abril de 1879, p. 04.

Quadro 17 - Crimes de Roubo e Furto no Rio Grande do Norte (1873-1878)

<i>Anos</i>	<i>1873-1874</i>	<i>1874-1875</i>	<i>1875-1876</i>	<i>1876-1877</i>	<i>1877-1878</i>
<i>Furtos</i>	03	01	13	38	31
<i>Roubos</i>	04	01	02	04	13

Fonte: Quadro construído a partir das informações dos relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Norte, CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents.

O aumento dos casos de furtos e roubos nos dois primeiros anos de seca mostra-se uma soma significativa, comparando-se aos três anos anteriores da província. Claro que essas informações oficiais não retratam a realidade, portanto, provavelmente, existiram mais episódios em todos os períodos, inclusive nos anos da grande seca de 1877/1879. Apesar disso, o quadro oferece a chance de visualizarmos uma projeção do crescimento das ações coletivas e individuais de retirantes e criminosos da justiça nesse contexto. Por exemplo, os crimes de furtos, onde não há ameaça ou uso da violência, foram os que mais tiveram registros nos dois anos de seca e que provavelmente eram praticados às escondidas, mantendo-se assim a segurança por meio do anonimato. Já os roubos, geralmente eram ações diretas com uso de ameaças e violência física. Igualmente, duas técnicas distintas de atuação dos sujeitos nas fronteiras da lei.

James C. Scott chama-as de formas ou técnicas elementares de disfarce, ou seja, o discurso oculto, fora de cena, que os subalternos praticam nas suas relações cotidianas com as classes dominantes, evitando-se um confronto direto. Ele as divide em dois grupos: as que disfarçam a mensagem e as que disfarçam o mensageiro. Assim, “se quer a mensagem quer o mensageiro forem abertamente enunciados, estaremos no domínio da confrontação directa (e, provavelmente da rebelião)”<sup>497</sup>. No caso dos furtos temos o disfarce dos sujeitos pelo anonimato, isso quando não são pegos ou descobertos pelas forças públicas. Quanto aos roubos torna-se difícil, pois existe um confronto direto, desse modo o mensageiro está exposto; porém, nos casos de uma grande coletividade, como nos saques aos depósitos de gêneros pela multidão retirante, o anonimato do agenciamento pode ocultar seus mensageiros, mas, às vezes, não salvando as “cabeças” do motim. No registro dos crimes do dia 19 de setembro de 1877 até outubro de 1878, a cifra dos suspeitos de crime de roubo foi de 168, sendo capturados 36, isso no total de 13 casos registrados. Enquanto que dos 31 de furtos, a cifra de suspeitos foi de 64, e 53 os capturados<sup>498</sup>. A partir das informações, a probabilidade

<sup>497</sup> SCOTT, James C. *Op. Cit.*, p. 198.

<sup>498</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Relatório com que instalou a Assembléa Legislativa Prvvincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878, o 1º vice-presidente



de os roubos serem feitos através de grupos ou coletivos era bem maior, pois se dividíssemos os 168 suspeitos pelos 13 casos daria uma média de 12 indivíduos por ações de roubo registradas. Já os 31 casos de furtos e seus 64 suspeitos mostram que essa tática, seguindo a mesma lógica da equação, era praticada em média por dois sujeitos. Mas, é claro, isso tudo é apenas uma projeção das possíveis ações de sertanejos pobres e criminosos da justiça durante essa seca.

Um dos grandes episódios de saques na província do Rio Grande do Norte também ocorreu no espaço da Colônia Agrícola Sinimbu, tratada no capítulo anterior. Na noite do dia 15 de julho de 1878 os colonos retirantes cercaram o administrador Arsênio Pimentel e seus guardas na casa do armazém de gêneros, pois uma criança estava sendo castigada pelo diretor por causa de uma tentativa de furto de arroz no estabelecimento. Um confronto foi realizado, saindo dois retirantes alvejados por Arsênio Pimentel e um de seus capangas. O subdelegado de polícia da vila de Extremoz, Lourenço Fernandes Campos Café, chegou ao local dando voz de prisão ao diretor e a seus homens, a qual mostrou resistência à autoridade de Lourenço Café. O subdelegado foi então para a vila de Ceará-Mirim para buscar uma força pública e apoio da promotoria e chefe de polícia da comarca. Na manhã do outro dia, o diretor não mostrou resistência, sendo levado preso por Lourenço Café para a delegacia daquela vila. Assim, em seguida, os colonos retirantes realizaram um saque ao armazém da Colônia Sinimbu.

Segundo a visão do presidente da província, Eliseu Martins, o diretor da colônia estava sendo perseguido por seus opositores na região do Ceará-Mirim e pelo próprio subdelegado Café, uma autoridade política local que almejava o cargo de diretor do núcleo colonial. Eliseu Martins saiu em defesa de Arsênio Pimentel em comunicação confidencial ao Ministro da Justiça, apresentando-o como um homem responsável e que recusou o tráfico de gêneros alimentícios com fazendeiros locais, além de assinalar que tinha demitido Lourenço Café da comissão de socorros públicos de Extremoz e que, por causa disso, se juntou a políticos e fazendeiros da região para perturbar e destruir a colônia agrícola. Assim, tinha liderado um cerco de 100 homens armados e saqueou o estabelecimento, tendo levado preso seu diretor para a vila de Ceará-Mirim que, em conluio com o juiz municipal, arruinou a vida de Arsênio Pimentel<sup>499</sup>

---

Exm. Sr. Dr. Manoel Jenuario Bezerra Montenegro. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879, Anexo Mapa "A".

<sup>499</sup> GREENFIELD, Gerald. *Op. Cit.*

Pelo discurso oficial das fontes e pela historiografia, o saque dos retirantes parece resultado das desavenças entre o diretor da colônia agrícola, o comissário de polícia Lourenço Café, o promotor da vila de Ceará-Mirim e o presidente da província Eliseu de Souza Martins. Portanto, a dimensão política das ações dos colonos retirantes sobre o saque é diluída, ou se não nublada, entre o jogo de força das autoridades naquele evento. Precisamos, portanto, elucidar as múltiplas dimensões que o saque toma para os retirantes e seus possíveis significados naquele episódio, pois, somente assim, entenderemos o processo de sujeitar-se dos sertanejos pobres como um processo de construção política nessa seca de 1877. Os conceitos de economia moral e ética da subsistência entram como ferramentas fundamentais para análise do evento, afinal, amparam-se nos vestígios das fontes acerca das ações de roubo e saque dos colonos retirantes naquele contexto. Igualmente, as noções de justiça popular, defesa de direitos consuetudinários, reciprocidade, etc., surgem no episódio do saque ao armazém em meio a um conflito sobre os castigos físicos, restrições alimentares, crueldade com crianças e desvio de gêneros pelos agentes da colônia agrícola sobre os retirantes. E é sobre esses elementos que costuramos nossa narrativa sobre a formação dessa ação coletiva.

O retirante colono Joaquim Calisto Freire, testemunha no inquérito policial, disse que estando na noite do dia quinze perto do estabelecimento da Colônia “ouvira gritos e palmatoadas que erão dadas dentro da mesma em uma criança que alli fôra ter, e que estimulado pelo sentimento de compaixão convidara outros unidos a elle irem a aquele lugar evitar um semelhante castigo”. Seguindo ao local indicado, teve de presenciar o “mesmo castigo que se dava em consequencia de ter a mesma, criança furado uma das paredes do referido estabelecimento”<sup>500</sup>, com intuito de furtar um pouco de arroz. A tentativa de furto de arroz pela criança mostra-se uma chave de leitura importante do episódio de saque que vai se desenvolver logo após. A fome e a restrição alimentar entre os retirantes colonos era algo presente na administração de Arsênio Pimentel. Muitas vezes os gêneros demoravam a ser distribuídos pelo diretor e seus funcionários na colônia, portanto, o cotidiano da fome era uma realidade cruel. Em um relatório da comissão criada para estudar a colônia, pelo vice-presidente Montenegro em meados de outubro, narra-se as atitudes do diretor acerca dos gêneros aos retirantes.

Os gêneros que em tão larga profusão eram remetidos ao director da Colonia, se distribuíam com intervalo de 10, de 12 e até 20 dias, em diminutas quantidades, dando isso lugar a que morresse um grande numero de pessoas inanidas de fome. Acontecia frequentemente, que muitos desses

---

<sup>500</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Justiça. Pasta IJ<sup>1</sup>299, SP.

desgraçados, sentindo as convulsões precursoras da morte, transpassados das mais dolorosas angustias, vinham quaes múmias ou esqueletos ambulantes, encontrar-se as paredes do armazém a pedir com voz debilitada uma migalha de pão para debelar o mal que os corroía, e ali anoiteciam, sem receberem o mínimo socorro, e lentamente exalavam o ultimo suspiro<sup>501</sup>.

A tentativa de furto da criança ao fazer um buraco na parede do armazém para tirar um pouco de arroz no horário da noite é uma forma de resistência cotidiana que os retirantes encontravam e a que se arriscavam na Colônia Sinimbu. Provavelmente sentindo fome e passando necessidade, ela arriscou-se na ação de furtar algum alimento no armazém de gêneros, aproveitando-se da escuridão da noite e o fato de não chamar atenção pelo seu tamanho, mas que, infelizmente, foi descoberta pelo administrador, o qual não teve restrição em castigá-la com palmatórias. É nessa passagem do furto para a ação coletiva do saque onde reside uma economia moral dos retirantes colonos nesse episódio.

Tomados por um senso de justiça e solidariedade à criança, grande parte dos sertanejos correram ao local do armazém para ver o que estava acontecendo, como dissera outra testemunha no inquérito, João Evangelista do Nascimento, que “chegando a caza em que residia o director da dita colonia na noite d’aquelle dia, em consequencia do tumulto e voserias que ouvira alli, teve occasião de presenciar o conflicto de que se trata”; e que procurando como outros tirar do “poder de algumas pessôas que alli palmatoara uma criança, ouvira um tiro, o qual fora disfechado por Arsenio Celestino Pimentel mais outro depois por Francisco José”<sup>502</sup>.

A formação da multidão de colonos retirantes ocorreu através do ato de solidariedade em torno da criança espancada e do confronto que houve entre o diretor e o pai do menor, Manoel Pereira Moraes, que acabou levando um tiro ao tentar tirar das mãos de Arsênio Pimentel seu filho castigado. Naquele instante, o conflito foi ganhando outras dimensões para os sertanejos na noite do dia 15 de julho. Se o início do tumulto foi ocasionado pela solidariedade ao filho do colono Manoel Moraes, agora as ações coletivas voltavam-se para a figura do diretor e ao armazém de gêneros.

Todos os colonos sabiam que Arsênio Pimentel não fazia uma distribuição adequada de víveres na colônia, deixando muitos morrerem à míngua enquanto ele e seus homens furtavam e negociavam os gêneros alimentícios, como vimos no capítulo anterior. Assim, ao

---

<sup>501</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents. Relatório com que instalou a Assembléa Legislativa Prvvincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878, o 1º vice-presidente Exm. Sr. Dr. Manoel Jenuario Bezerra Montenegro*. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879, p. 10.

<sup>502</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Justiça. Pasta IJ<sup>1</sup>299, SP.

saberem que o diretor castigava uma criança por tentativa de furto no armazém de socorros, além de ter alvejado seu pai, um senso de justiça tomou a multidão de colonos retirantes que entenderam como censuráveis as atitudes do diretor, e que tinham chegado ao limite. Conseqüentemente, o saque era uma tradução da ação política e popular do que poderemos chamar de uma economia moral da multidão. Usamos a expressão no sentido de uma apologia das massas sobre o que elas compreendem como “corretas”, ou seja, moralmente aceitável e justo pela coletividade em um contexto histórico específico. Portanto, para o episódio de motim na Colônia Sinimbu aglutinam-se a defesa da criança castigada, a distribuição correta dos gêneros e o fim dos maus tratos aos colonos.

Um dos principais pontos de tensão entre os retirantes e a administração da colônia era, sem dúvidas, os maus tratos exercidos por Arsênio Pimentel e seus guardas sobre os colonos de Sinimbu. No relatório da comissão organizada pelo vice-presidente Manoel Montenegro, discorre que seu administrador deveria ter proporcionado através do trabalho os meios de subsistência para os retirantes, como também dar-lhes uma proteção que os amparasse e ser um educador que os dirigisse. Ao contrário, “porém, disso, eles encontraram um verdugo, que a palmatoria e ao chicote juntava a descompostura e o insulto”<sup>503</sup>. A questão da violência no comportamento de Arsênio Pimentel e seus capangas aos sertanejos é um traço presente nos depoimentos de algumas testemunhas no relatório da comissão criada pelo vice-presidente Manoel Montenegro. Essa violência e esses castigos eram praticados principalmente contra colonos afrodescendentes.

Luiz Pastorinho da Silva, retirante de Campo Grande, chegado à Colônia no dia 5 de julho, com 6 pessoas da família, e que ali ainda se acha, diz que viu um negro, por ter pedido socorro ao diretor, para se alimentar, sofrer o horrível castigo de ser amarrado a uma forquilha desde as 10 horas da manhã até as 4 da tarde, depois de ter recebido umas pancadas no peito, que lhe applicará com o pão o mesmo director. Acrescenta, que á esse mesmo tempo, tendo entrado na casa do armazém um rapaz, também de cor negra, e procurado apanhar caroços de farinha, que se achava derramado, foi imediatamente agarrado por ordem do director, o qual lançando mão de uma taboa de barril, o espancou até deital-o fora do armazém, proferido contra ele os mais terríveis improperios. [...] Maria Ventura da Anunciação, natural de Alagoa, nova, viúva de Lino José do Nascimento, residente na Colônia desde seu começo, assim como por Manoel Florencio de Cunha e outros colonos. – Essa mesma mulher conta a seu turno, por ter ouvido a um tal Antonio Luiz,

---

<sup>503</sup>CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Colônia Sinimbu”. In: Relatório com que instalou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878 o 1 vice-presidente, o exm.sr.dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco. Typ. Do Jornal do Recife, 1879, p. 09.

testemunha ocular, que outro negro sem que se saiba qual o seu crime, foi amarrado pelos pés de cabeça para baixo, e faleceu no fim de 4 dias!<sup>504</sup>.

A violência praticada pelo diretor Arsênio Pimentel mostra que as principais vítimas eram os colonos negros. A inserção social dos libertos no mundo rural não estava apenas voltada para a região Sudeste, como também em outros territórios, pois os conflitos e tensões marcavam um cotidiano de brutalidade e exploração nas condições de trabalho na passagem do Império a República<sup>505</sup>. Assim, “enterrar a palmatória e o vergalho podia fazer pouco sentido para os libertos, se o homem que os usara continuasse a dar as ordens”<sup>506</sup>. Todavia, para os retirantes em seus depoimentos, eram castigos demasiado cruéis para os colonos que, em sua grande maioria, eram miscigenados e afrodescendentes vindos do alto sertão. Destarte, as narrativas sobre as ações violentas do diretor da colônia dão indícios da indignação coletiva por tais atos, pautados exclusivamente pela vontade sádica de Arsênio Pimentel, e mostram seu desejo de preservar os padrões de deferência entre eles e seus subordinados, principalmente os colonos negros.

No entanto, os castigos se estenderam também a todos na Colônia Sinimbu. O relatório da comissão refere, ainda, que um colono de nome Pedro Severino foi “mettido em quadrado por Antonio Bezerra Cavalcante, por alcunha – Quebra-Canella – preposto do diretor, e surrado descomunalmente por diversos indivíduos da confiança deste, somente porque dissera, que todos os distribuidores dos gêneros eram ladrões”<sup>507</sup>. O colono Manoel Pereira, pai da criança espancada, também narra no inquérito que os maus tratos eram frequentes; “tem castigado com palmatoadas diversos colonos, atando os com cordas a uma forquilha sendo esses castigos praticados em homens, mulheres e meninos”, sendo que os guardas de segurança dos quais sempre está “cercado o administrador auxilião a amarrar as ditas pessoas, sendo o castigo praticado pelo administrador”<sup>508</sup>. A testemunha Joaquim

---

<sup>504</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. “Colônia Sinimbú”. In: Relatório com que instalou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878 o 1 vice-presidente, o exm.sr.dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco. Typ. Do Jornal do Recife, 1879, p. 09 e 10.

<sup>505</sup> Sobre o contexto sociocultural, político econômico e relações de trabalho no pós-abolição ver GOMES, Flávio dos Santos. CUNHA, Olívia Maria Gomes de. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 452p.

<sup>506</sup> RIOS, Ana Maria. MATTOS, Hebe Maria. Para além das senzalas: campeonato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: GOMES, Flávio dos Santos. CUNHA, Olívia Maria Gomes de. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 60

<sup>507</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. “Colônia Sinimbú”. In: Relatório com que instalou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878 o 1 vice-presidente, o exm.sr.dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco. Typ. Do Jornal do Recife, 1879, p. 09.

<sup>508</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Justiça. Pasta IJ<sup>1</sup>299, SP.

Calisto Freire igualmente descreveu que “erão tratados maliceiramente, já com relação a razão minguada que d’elle receberão, já finalmente pelo modo desabrido por que erão castigados com bollos e amarrações em um dos esteios da casa”<sup>509</sup>. Portanto, os maus tratos foram um aspecto importante para justificar o cerco dos retirantes ao diretor Arsênio Pimentel no armazém de socorros, pois o cotidiano dos castigos, aliado aos desmandos dos gêneros alimentícios, legitimariam as ações coletivas dos sujeitos. Assim, um agenciamento que começou por questões familiares tomou proporções morais e políticas para os sertanejos colonos.

Na leitura do episódio para o diretor, “tudo aquillo era um acto precipitado de uma parte dos colonos anarchizados ou tentativa de arrombamento ou incendio a caza para roubarem os generos ali recolhidos”. A sublevação começou pouco “mais ou menos pelas dez horas da noite dormindo, e sendo subito acordado se levanta e ouve os gritos de acuda que estão arrombando e encadiando a caza, ao que o respondente disse defendão a porta”, não obstante, as “forças e machadadas fossem as centenas a tiradas sobre a cabeça dos que defendião a entrada, havendo-se conseguido deffender tudo não só pelos que deffendião o interino da casa como os que deffendião o exterior, visto que os colonos uma parte era favorável”. E a outra em companhia de muitos “habitantes que não fazião parte da Colonia resultando desta conflageração alguns feridos quer dos deffensôres, quer dos aggressores não podendo elle respondente verificar as feridas se não dos deffensores aos quaez applicou o competente remédio”<sup>510</sup>.

Obviamente, na versão do diretor não apareceria a questão dos castigos a uma criança por tentativa de furto de comida do armazém e o confronto com o pai do menor, resultado desse fato, mas revela em partes como a multidão se organizou para atacar Arsênio Pimentel e seus guardas. Logo, os sertanejos reuniram-se para salvar uma criança castigada pelas mãos do diretor e reparar os danos causados pelos maus tratos, como também para saquear os víveres dentro do armazém da colônia, muitos deles extraviados em larga escala pelo administrador e funcionários.

Sobre o episódio, o *Jornal do Recife* publicou uma correspondência proveniente de Ceará-Mirim, datada de 16 de julho, um dia após do conflito.

Hontem, a meia noite, constou por communicação do subdelegado de policia da povoação de Extremoz que na mesma noute o subdito portuguez Arsenio

---

<sup>509</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Justiça. Pasta IJ<sup>1</sup>299, SP.

<sup>510</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Justiça. Pasta IJ<sup>1</sup>299, SP.

Celestino Pimentel, administrador da colônia Sinimbú, auxiliado por alguns de seus guarda costas, assassinara a trez colonos. Na comunicação que o subdelegado dirigira ao delegado de policia deste termo, pediu aquella autoridade auxilio para effectuar as prisões dos criminosos, os quaes se achavam debaixo do cerco, e perseguidos pelo clamor publico, entretanto que empregavam resistencia a mais formal. O Sr. Manoel Teixeira da Fonseca Silva, 1º supplente do delegado de policia, em exercicio, fez seguir immediatamente para aquella localidade uma força de linha e 11 praças e tomou outras providencias. Hoje, ás 11 horas a manhã, voltou a força conduzindo presos os delinquentes, os quaes ficam recolhidos á cadeia desta villa, para serem processados pelo facto grave que praticaram<sup>511</sup>.

As primeiras notícias sobre o episódio ainda mostravam-se nebulosas quanto aos detalhes que vão surgindo. A base da informação é de que ocorreu um conflito entre a direção e retirantes colonos, com algumas vítimas fatais entre os últimos, logo, armou-se um cerco contra Arsênio Pimentel e seus homens pela multidão de sertanejos. Em seguida, o subdelegado de Extremoz recorre à ajuda do primeiro suplente de delegado da vila de Ceará-Mirim, o qual mandou uma força de onze pessoas para prender Arsênio e seus guardas no dia seguinte, conseguindo conduzi-los presos para aquela vila. Esta mesma edição do jornal publicou, em resposta, outra versão do episódio, envolvendo indivíduos que agiam contra a figura do diretor e sua administração na Colônia. Segue-se que,

Um grave attentado teve lugar naquella colônia ás 10 horas da noite do dia 15 deste, sendo o estabelecimento ou casa de deposito dos generos do governo, onde pernoitava o respectivo director, atacado aquella hora por uma malta de colonos e pessoas estranhas da vizinhança, armadas de fources, machados e espingardas. Inopinadamente aggredido o director da colônia o Sr. Arsenio Celestino Pimentel, cercado da maior parte dos retirantes alli estabelecidos, defendeu-se como poudes, e por maiores que fossem seus esforços, não chegou a obstar que houvessem alguns ferimentos, entre os quaes dous graves, como fomos informados. A semelhante desordem infelizmente parece que não foi estranho ao subdelegado do lugar Lourenço Fernandes Campos Café, que foi demittido a bem do serviço publico apenas S. Exc. o Sr. Presidente e Dr. chefe de policia, souberam do facto<sup>512</sup>.

Nessa versão, bem mais próxima do relato do mesmo diretor, Arsênio Pimentel teria sido atacado pela multidão de colonos às dez horas da noite quando se encontrava no armazém de depósitos da colônia, lugar que faz de residência. Agredido e cercado, defendeu-se com armas de fogo contra os sediciosos retirantes, ferindo dois colonos gravemente.

<sup>511</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI, n. 172, 30 de julho de 1878, p.01.

<sup>512</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXI, n. 172, 30 de julho de 1878, p.01.

Chegou depois o subdelegado Lourenço Café para prender o diretor e seus guardas, não se importando com a desordem da multidão de colonos no local. Nessas duas versões da imprensa não aparecem alguns detalhes importantes, como a violência do diretor contra uma criança retirante naquela noite e os efeitos que essa ação causou entre os demais colonos da colônia. Além disso, não revela os antecedentes de mau comportamento de Arsênio Pimentel e seus guardas contra os retirantes de Sinimbu; por conseguinte, aspectos centrais para entendermos as ações dos colonos como manifestações políticas populares.

Em uma carta de 31 de julho para o Ministro da Justiça, Eliseu de Souza Martins saiu em defesa do diretor Arsênio Pimentel e novamente acusou o episódio de ser uma armadilha de seus inimigos políticos, inclusive Lourenço Café, para inviabilizar o funcionamento do núcleo agrícola.

O ataque contra a Colonia, está averiguado pelo Chefe de Policia interino, foi planejado pelo Subdelegado Lourenço Fernandes Campos Café, movido pela recusa constante de generos que lhe fazia o respectivo Director alliciando gente de fóra e mesmo de dentro da Colonia sob promessa de uma feral e larga distribuição, o que effectivamente poz em pratica apoderando-se do armazem logo depois da prisão do Director. [...] Mas Café, bem como seus protetores não desaminarão e por mais uma vez tentarão abalar o conceito que forma do Director da Colonia que alem de ser uma probidade inequivoca, de natural bomdoso, dedicado, reunia ainda a condição de medico da Colonia, pois que tendo estudado até o quarto anno na Universidade de Coimbra não abandonou o exercicio d'aquella profissão e aqui fazia competencia aos medicos. E não era só o Subdelegado Café que manifestava má vontade ao Director da Colonia, mais de vinte proprietários, senhores de engenhos, lavadores da vizinhança da Colonia no Valle do Ceará mirim tambem lhe votarão ogerisa pelo mesmo motivo, isto é pela recusa de generos pedidos em cartas que tenho em meo poder. D'ahi com conspiração a que estou autorisando para dizel-o, não era estranha á autoridade policial do Cearámirim, o 1º supllente do Delegado em exercicio<sup>513</sup>.

Na sua carta confidencial, a colônia teria sido atacada às dez e meia ou às onze horas da noite do dia 15 de julho. Café, “que demora d’ali perto compreceo não para intervir como lhe cumpria e apasiguar o conflicto”, colocando-se em favor e em garantia do estabelecimento do Governo, “mas para ordenar aos assaltantes aos gritos de ‘ou o marinheiro dá generos hoje ou morre’, que apertasse o cerco”, enquanto ele se dirigiu a Vila do Ceará-Mirim em busca de tropa e “onde foi finalmente acolhido e satisfeito, deixando-se ficar em casa a autoridade policial a quem recorre”. Regressou Lourenço Café à colônia às sete horas da manhã do dia 16, “mandou arrancar violentamente por dez praças o Director da Colonia e mais os seis

<sup>513</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Justiça, Pasta II<sup>1</sup>299, SP.



guardas do armazem e fez o que tinha promettido, isto é distribuiu os generos pelos assaltantes”. Até o momento, a tragédia que poderia ter sido “fatalissima si o respeito a consideração que para os colonos merece seu Director não os tivesse reunido em torno d’elle enorme diante de um grupo de mais de cem individuos armados de espingardas, fouces e machadas que procuravão escalar o deposito dos generos”<sup>514</sup>.

O saque, na versão do presidente Eliseu Martins, tinha sido na verdade uma distribuição do subdelegado Lourenço Café aos colonos amotinados, e tudo isso não passava de um golpe político à sua figura pública e ao trabalho do administrador da colônia. Essa interpretação nubla a presença dos retirantes no episódio enquanto sujeito político, além de reduzir suas ações coletivas a desavenças entre as autoridades, como meras peças de tabuleiro movidas pelos interesses das elites em conflito. Por outro lado, nossa posição é categórica em defender que, da tentativa de furto da criança até à formação de uma multidão para saquear os gêneros, assim como o próprio conflito direto com Arsênio Pimentel, estão relacionadas a uma economia moral dos pobres que foi testada pela postura do diretor ao passar dos limites permissíveis dos padrões de deferência e reciprocidade dos colonos, ou seja, os abusos físicos, desvios de gêneros e desamparo às famílias retirantes em Sinimbu.

Entretanto, o discurso de Eliseu Martins faz emergir um aspecto importante do evento e que está também no registro da imprensa: a não fuga dos colonos retirantes diante da presença do subdelegado e da força pública da vila de Martins, no dia 16 de julho. O que isso significaria? A presença da multidão varando a noite aquartelando o diretor e seus guardas no armazém, para algumas autoridades como o próprio Eliseu de Souza Martins, parecia ser obra de seus opositores políticos, entretanto, enxergamos de outra maneira o episódio. Para os colonos retirantes não estava em jogo apenas o saque aos gêneros mas também alguma forma de assegurar a prisão do diretor e seus homens, afinal, eles tinham alvejado dois sertanejos e feridos outros no confronto direto. Decerto, um senso de justiça também estava legitimando a presença da multidão ainda diante da autoridade do subdelegado Lourenço Café, pois, se eles não tivessem feito o cerco ao depósito, possivelmente Arsênio Pimentel e seus capangas teriam fugido do local ou acobertado as provas do crime na ausência do subdelegado e da força pública. Por isso, acreditamos que o saque ocorreu logo mais à prisão do diretor e de seus guardas, pois fazia parte do resultado e protocolo da ação coletiva dos retirantes testemunhar seus algozes serem levados à justiça, como também ter a segurança de realização do saque sem a presença das autoridades da lei no local.

---

<sup>514</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO, Série Justiça, Pasta II<sup>1</sup>299, SP.

Abordaremos no último capítulo as ações em massa dos sertanejos com o enfoque na participação de mulheres retirantes nas províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, durante as grandes secas da passagem do século XIX. A presença feminina sempre foi negligenciada pelo discurso oficial e contrainsurgente das documentações acerca dos retirantes, principalmente quando relacionados a eventos de conflito direto e ações coletivas; porém, elas estavam presentes em todas as formas de agenciamento e coletividade que experimentaram no processo de migração durante as secas. Assim, nossa proposta é trazê-las como protagonistas de ações coletivas e companheiras de luta ao lado de seus amigos e familiares, em um cotidiano de espera, penúria e exploração, mas também de solidariedade, resistência e revolta, dimensões essas que envolviam a todos os sertanejos migrados.

## **7 MARCHAS, INSULTOS E CACETADAS: AÇÕES EM MASSA DE MULHERES RETIRANTES NA PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE (1879-1889-1904)**

A experiência da migração não trouxe apenas vivências resignadas em lugares de espera para muitos sertanejos do alto sertão nas grandes secas da passagem do século XIX. Abarracamentos, hospedarias e colônias agrícolas foram espaços de afetos, solidariedade e resiliência para retirantes do Rio Grande do Norte e também de outras províncias no processo de diáspora pela sobrevivência nos territórios do Brasil. No capítulo anterior, vimos que as ações coletivas e estratégias de organização dos retirantes foram algumas das formas de acesso aos gêneros alimentícios dos socorros públicos, estes, muitas vezes inseridos em episódios de corrupção e fraudes. Assim, as práticas, como saques, furtos e articulações com fugitivos espalhavam-se entre muitas províncias do Norte durante a grande seca de 1877/1879. Contudo, o foco da constituição do sujeito coletivo acabou em uma narrativa panorâmica. Nosso objetivo agora é procurar as relações de gênero e cooperação das mulheres em eventos de ações coletivas e de outras formas de agenciamento, aprofundando a construção do sujeito coletivo e a evolução dos episódios de saque e ações em massa.

A participação de mulheres em revoltas populares não é novidade no Império, ao longo do século XIX. Podemos destacar os movimentos “Ronco da Abelha”, “Quebra-Quilos” e “Carne Sem Osso e Farinha Sem Caroço” como alguns dos episódios em que existiu a participação feminina nas sublevações de forma direta e indiretamente.<sup>515</sup> Nas duas primeiras, as quais estavam relacionadas às mudanças das leis imperiais como o registro civil, recrutamento, peso e medidas e imposto do chão, por exemplo, a ação coletiva das mulheres contra os agentes do governo se estendeu por várias províncias do Norte entre os anos de 1851-1852 e 1874-1875. No Quebra-Quilos, as mulheres, em diferentes lugares, entraram nas Igrejas onde estavam reunidas as juntas “encarregadas de elaborar as listas de homens recrutáveis e rasgaram todos os papéis e agrediam os notáveis locais que formavam as ditas juntas. Elas estavam dispostas a não perder seus homens – filhos, esposos, pais – e, para isso, precisaram tomar a iniciativa”. Assim, era comum nas “revoltas populares o papel ativo das mulheres como estratégia, visando a uma repressão menos dura”.<sup>516</sup>

Tyrone Cândido discorre que os movimentos dos rasga-listas na província do Ceará se alastraram por vários meses e regiões no ano de 1875. Ainda nesse ano, “um grupo de

<sup>515</sup> Sobre esses episódios, consultar, Mônica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, 570p.

<sup>516</sup> SECRETO, María Verónica. *(Des)medidos – A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011, p. 89.

mulheres de União (hoje Jaguaribana) lançou-se sobre a junta na igreja”. No dia 15 de agosto, no termo de Tamboril, “umas 50 mulheres, apelidadas pela imprensa de ‘valentes amazonas’, chegaram a arremessar um frade pela janela da paróquia”. Um número de cem homens apresentou-se na ocasião para “proteger as mulheres, mas conta que isso não foi preciso porque elas já eram ‘senhoras de situação’. Por três dias as ‘conquistadoras’ não arredaram o pé da matriz para que a junta não voltasse a se reunir”.<sup>517</sup> Para o historiador, os diferentes protestos aglutinaram tanto homens quanto mulheres, sendo que em alguns deles ficou evidente um papel de gênero bem definido no momento da ação. Assim, ao que parece,

[...] a participação das mulheres naquele momento ganhou notoriedade não somente porque a motivação dos protestos tocava especialmente a sensibilidade feminina, mas também a simples presença pública de mulheres tomando a frente em protestos coletivos populares, numa sociedade marcadamente patriarcal, despertava bastante atenção. Havia na história recente das mulheres sertanejas algumas experiências significativas quanto ao modo de lidar as instituições estatais que parecem levar a um melhor entendimento desse papel proeminente que elas assumiram nos protestos de 1875. Essas experiências estão relacionadas à função que as mulheres exerceram naquilo que podemos chamar de “economia moral do recrutamento”, principalmente nos anos de Guerra do Paraguai, quando se verificou uma crescente rejeição a essa instituição.<sup>518</sup>

Para Tyrone Cândido, a ideia do que seria considerado como socialmente aceitável pela população sertaneja acerca do recrutamento militar estava ligada também ao conceito de economia moral dos pobres, ou seja, deveria obedecer a determinados preceitos considerados justos pela cultura paternalista, logo, as mulheres foram mais sensíveis ao perceberem a ruptura desses princípios.<sup>519</sup> Essa noção, revisada por E. P. Thompson, ao lado da ética da subsistência de James C. Scott, serão duas ferramentas importantes para analisar a formação dos agenciamentos coletivos dos retirantes, inclusive sobre a atuação feminina nesses episódios. Contudo, precisamos considerar alguns aspectos históricos e metodológicos para abordar os estudos das mulheres nos eventos de protesto e revolta durante as grandes secas.

A historiadora Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues analisou processos criminais envolvendo mulheres (pobres, ricas, livres e escravizadas) e a violência na província do Mato

<sup>517</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Rasga-Listas no Ceará: aspectos de uma sedição sertaneja. *Trajetos*. Revista de História da UFC, v. 6, n. 11, 2008, p. 24.

<sup>518</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>519</sup> Sobre a ideia de economia moral do recrutamento militar e Guerra do Paraguai ver, MENDES, Fábio Faria. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). 1997.

Grosso, entre as décadas de 1830-1890.<sup>520</sup> Ela desvelou um universo regido pela dominação masculina e o culto da domesticidade como segmento da cultura patriarcal que, inclusive, permeava os instrumentos da Justiça, mostrando que a violência envolvendo mulheres também estava ligada a estes valores culturais. As análises do pensamento social brasileiro, como o de Gilberto Freyre, destacaram as teias da autoridade patriarcal e da tutela marital, subscrevendo os comportamentos femininos e suas identidades e dando lugar à produção do mito ou representação da domesticidade, assim servindo para determinar as funções que caberiam a cada um dos dois sexos em suas relações de trabalho, lazer e convivência. Todavia, o mito da “mulher subserviente, dócil e frágil justificou racionalmente, no século XIX, a divisão dos papéis sociais destinados a cada um dos sexos na organização da vida material, cultural e social”. Igualmente serviu para acentuar a manutenção do controle dos “comportamentos sociais e sexuais, sobretudo, nas sociedades capitalistas que se transformavam rapidamente”; contudo, esta mudança em quase nada “alterou o mito da mulher passiva e obediente, que permaneceu e continuou sendo empregado de forma conveniente para demarcar os usos sociais dos espaços públicos e privados aos homens e mulheres de todas as classes sociais”.<sup>521</sup>

Os apontamentos de Marinete Rodrigues são importantes na medida em que aspectos da representação ou ideia da mulher dócil surgem nos discursos oficiais, sendo confrontados com as ações coletivas nas ondas de protestos e revoltas das retirantes durante as grandes secas. O caráter da domesticidade sai de cena para entrar o uso da violência e conflito como expressões de uma política popular dessas mulheres. Portanto, isso revela que elas não eram apenas “vítimas de um sistema de dominação, elas também sabiam exercer o poder, eram dotadas de características que nada lembrava a docilidade, o recato, a fragilidade ou a delicadeza”, assim sendo, atuavam e decidiam mediante seus “próprios interesses e capacidades físicas, intelectuais e financeiras”. Por isso é importante observar que o poder não se concentrava apenas nos homens e autoridades, “ele fluía de pessoa para pessoa e era amplamente utilizado nas questões de violência, tornando-se mais visível em algumas tipologias do que em outras”.<sup>522</sup> Todavia, pensar as relações de poder na formação do sujeito coletivo é problematizar as relações de gênero no processo de construção de seus agenciamentos em determinado contexto sócio histórico.

---

<sup>520</sup> RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Mulheres, Violência e Justiça no Século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

<sup>521</sup> RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Op. Cit.*, p. 163.

<sup>522</sup> RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Op. Cit.*, p. 173.

Para o historiador E. P. Thompson, quem “começava os motins era, com bastante frequência, as mulheres”. Em inúmeros casos dos motins da fome na Inglaterra do século XVIII, a história era sempre a mesma: “as mulheres atacando um negociante impopular com as suas próprias batatas, ou combinando astuciosamente a fúria com o cálculo de que eram um pouco mais imunes do que os homens à retaliação”. Para o historiador, as mulheres camponesas eram as mais “envolvidas com as negociações face a face no mercado, as mais sensíveis ao significado dos preços, as mais experientes em detectar peso insuficiente ou qualidade inferior”. Assim, era mais provável que as mulheres muito frequentemente “precipitassem as ações espontâneas. Mas outras ações eram preparadas com mais cuidado”.<sup>523</sup> A partir disso, Thompson levanta uma questão importante sobre o papel central da mulher na *economia doméstica* no universo rural. Para uma sociedade marcada pelo paternalismo, os diferentes papéis de gênero “eram demarcados com firmeza, talvez com uma firmeza tanto maior porque a esfera de responsabilidade de cada sexo tinha o respeito do outro”.<sup>524</sup>

Na esfera pública da lei, da religião e da propriedade, a mulher estava certamente numa posição subalterna. Mas, na economia doméstica, os termos que precisamos empregar são “autoridade”, “valor” e “respeito”; talvez a paridade e a interdependência mútua de dois seres diferentes. Se as mulheres tinham especial proeminência nos motins da fome de regiões em que era forte a economia doméstica manufatureira, era em parte porque o seu papel nessa economia lhes assegurava autoridade e autoconfiança. Mas tal não se dava porque os papéis de gênero fossem quase indistinguíveis. [...] Elas eram, portanto, especialmente sensíveis ao preço e a qualidade das mercadorias, e as primeiras a terem de elaborar economias e estratégias de sobrevivência diante das ameaças de desabastecimento. Esse papel as tornava guardiãs da sobrevivência da família em pé de igualdade com os homens, que talvez ganhassem a maior parte da renda familiar.<sup>525</sup>

Levando essas observações para o contexto sócio-histórico das grandes secas no Brasil imperial, a agricultura familiar não estava dissociada da divisão do trabalho e de suas responsabilidades quanto às relações de gênero no espaço rural. As mulheres sertanejas eram parceiras nas atividades agrícolas e ainda responsáveis pela economia doméstica e cuidados com a família; essas relações eram construídas nos variados espaços do agreste e semiárido pelas camadas populares nas terras dos grandes fazendeiros.<sup>526</sup> A antropóloga Alba Maria

---

<sup>523</sup> THOMPSON, E. P. *Op. Cit.*, p. 183-184.

<sup>524</sup> THOMPSON, E. P. *Op. Cit.*, p. 246.

<sup>525</sup> THOMPSON, E. P. *Op. Cit.*, p. 247.

<sup>526</sup> Sobre esses aspectos ver ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

Zaluar também discutiu como ainda é presente nas comunidades pobres urbanas a direção do consumo doméstico pelas mulheres. O trabalho remunerado da mulher prende-se à ideia difundida relativa ao destino, no consumo familiar, da “renda auferida por cada membro, daquilo que é considerado como obrigações do homem e da mulher, no modo como eles constroem os papéis conjugais”. Todavia, essa concepção da divisão interna de responsabilidades, bem como a própria noção de reciprocidade, são elementos que parecem serem construídos ao longo do tempo, embora não fossem uma regra rígida numa sociedade patriarcal onde a presença de famílias solidárias<sup>527</sup> coexistia. Assim, esses aspectos são de suma importância para analisar os episódios de saques e ações coletivas de mulheres retirantes, afinal, em um contexto de carestia, desarranjo familiar e exploração da força de trabalho, desses valores culturais da esfera da economia doméstica e moral podem resultar elementos interessantes e conflituosos nas motivações do agenciamento coletivo feminino.

Outra observação importante que o historiador E. P. Thompson faz é a sobre a evolução dos motins da fome, isto é, as fases e desdobramentos que eles poderiam ocasionar e, nesse aspecto, o papel das mulheres era fundamental em alguns casos. Assim, um motim poderia passar por fases, por exemplo: “pode começar com ações de mulheres, receber a ajuda de homens e terminar apenas com homens”. A intenção do autor é ilustrar a evolução de uma multidão amotinada, que num “momento pode ser incitada por mulheres, passando depois a ser um conjunto de sexos e idades misturados, transformando-se então (quando o objetivo é o resgate e confronto) num grupo predominantemente masculino. Mas nada deve ser estereotipado”.<sup>528</sup> Essa questão é pertinente para a reflexão das ações em massa durante as grandes secas pois traz um conjunto de elementos que dialogam entre si, como o da possibilidade da cooperação entre mulheres e homens ao invés do monopólio de um sobre o outro nas sublevações, e no olhar cuidadoso do vocabulário utilizado nas fontes referindo-se aos agenciamentos coletivos, os quais muitas vezes são indeterminados quanto ao gênero nos episódios de saques.

Os historiadores George Rudé e Jean Delumeau também escreveram acerca da atuação das mulheres em momentos de revolta popular, como a Revolução Francesa<sup>529</sup>. George Rudé aponta a presença feminina em vários momentos de revoltas populares na França do século

<sup>527</sup> Essa noção está relacionada ao que Michele Perrot definiu como um grupo social formado através de determinadas características comuns, como, por exemplo, condição financeira, posição hierárquica, afetividade, sexo, crença, entre outros. Consultar em PERROT, Michele. *Dramas e conflitos familiares*. In: *História da vida privada*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>528</sup> THOMPSON, E. P. *Op. Cit.*, p. 239-240.

<sup>529</sup> Sobre a militância e agência desempenhada pelas mulheres no contexto da revolução consultar: MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e Perigosas: as mulheres na revolução Francesa*. São Paulo: Alameda, 2013, 370p.

XVIII. As mulheres desempenharam um papel destacado em muitas ocasiões, “como na marcha sobre Versalhes, em outubro de 1789, os motins da fome de 1792-3 e o levante final dos Sans-culottes, em maio de 1795 – quando os preços dos alimentos e outras questões relacionadas com a sobrevivência ocuparam o primeiro plano”.<sup>530</sup> O objetivo desse historiador era compreender a multidão como um fenômeno histórico vivo e multifacetado, analisando seus componentes e experiências a partir de seus contextos históricos. Em uma perspectiva da história das mentalidades, Jean Delumeau faz uma análise do imaginário através da construção cultural do medo no ocidente entre os séculos XII a XVIII. Numa genealogia sobre os discursos oficiais, a mulher passaria a ser uma preocupação e objeto de medo para a sociedade moderna.<sup>531</sup> Numa lógica milenar, a natureza feminina seria mais má ou mais leviana que a do homem, “mas que por diversos aspectos se torna mais dura ainda no começo da Idade Moderna, situa juridicamente o ‘segundo sexo’ em uma condição inferior”.<sup>532</sup> O autor também destaca o medo das mulheres camponesas pelas autoridades francesas nas rebeliões do verão de 1872 e os crimes da multidão; todavia, a partir daí “compreende-se melhor porque tão frequentemente as mulheres desempenharam um papel motor nas convulsões provocadas pela carestia e pela escassez de cereais. Elas defendiam, por uma espécie de reflexo biológico, a vida de seus filhos e a existência física do lar”.<sup>533</sup> Portanto, essa historiografia acerca dos levantes populares na Europa no século XVIII discutiu a presença feminina nos motins da fome e revoltas camponesas, bem como sua influência na organização das multidões frente aos avanços do capitalismo no espaço agrário.<sup>534</sup>

As mulheres vão paulatinamente ganhando espaço na historiografia quando são reconhecidas como atores sociais presentes nas transformações socioculturais e político-econômicas das sociedades. Entretanto, um problema se estabelece quando estamos trabalhando com a categoria de multidão ou sujeito coletivo. Esta não é a simples soma de indivíduos, como já frisado; pelo contrário, a organização humana é uma construção social, política e histórica; possui suas características de arranjo, duração e protocolos que estão situados em experiências vividas, isto é, em conformidade com as pressões, determinações e escolhas dos atores sociais em seus contextos. Logo, pensar a mulher retirante como segmento

<sup>530</sup> RUDÉ, George. *A Multidão na História*. Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 222.

<sup>531</sup> Ver o capítulo DELUMEAU, Jean. Os agentes de satã. III. A Mulher. A diabolização da mulher, e o discurso oficial sobre a mulher no final do século XVI e no começo do século XVII. In: *História do Medo no Ocidente (1300-18000)*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>532</sup> DELUMEAU, Jean. *Op. Cit.*, p. 502.

<sup>533</sup> DELUMEAU, Jean. *Op. Cit.*, p. 278-279.

<sup>534</sup> Outro livro importante sobre esses estudos é dos historiadores HOBBSBAWN, Eric. RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.



da coletividade é compreendê-la nos seus espaços de atuação e relação com os outros indivíduos, desnaturalizando suas representações nos discursos oficiais e eruditos como também problematizando sua construção a partir de uma leitura relacional entre seu sujeito e meio de representação do poder.<sup>535</sup>

Portanto, evidenciar as ações dessas mulheres retirantes não é importante apenas para entender os elementos da própria multidão e coletividade, mas também uma tarefa essencial na reconstrução da escrita da história, reconhecendo-as como sujeito político e histórico inseridas no processo social e nas relações sociais como um todo. Contrapomo-nos, como Maria Odila Leite da Silva, ao “pressuposto de uma condição feminina, idealidade a-histórica, [que] empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, onde exerceriam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história”<sup>536</sup> Este será o escopo analítico do capítulo.

### **7.1 As mulheres retirantes nas fotografias de um alemão: trabalho e protesto na seca de 1904 no Rio Grande do Norte**

Elas subiam a Rua da Ladeira, que ligava os bairros da Ribeira e da Cidade Alta, passando na Rua da Cruz, Junqueira Ayres, onde residia o então governador Tavares de Lyra. As mulheres retirantes não estavam sozinhas. Entre elas, podiam-se enxergar crianças e alguns homens, talvez companheiros e familiares. A multidão feminina de véu branco e saias longas espalhava-se na subida da Ladeira, perdendo-se de vista em um comprido corredor de pessoas apinhadas por toda a rua. Cidadãos curiosos assistiam nas calçadas e em suas casas o oceano de mulheres, crianças e homens retirantes, como o descuidado senhor de guarda-chuva que ficou parado mesmo em frente às lentes do fotógrafo. Essa multidão fazia uma caminhada como forma de protesto nas portas do solar do governador, exigindo providências pela situação de abandono e miséria pelas autoridades do Rio Grande do Norte que ofereciam

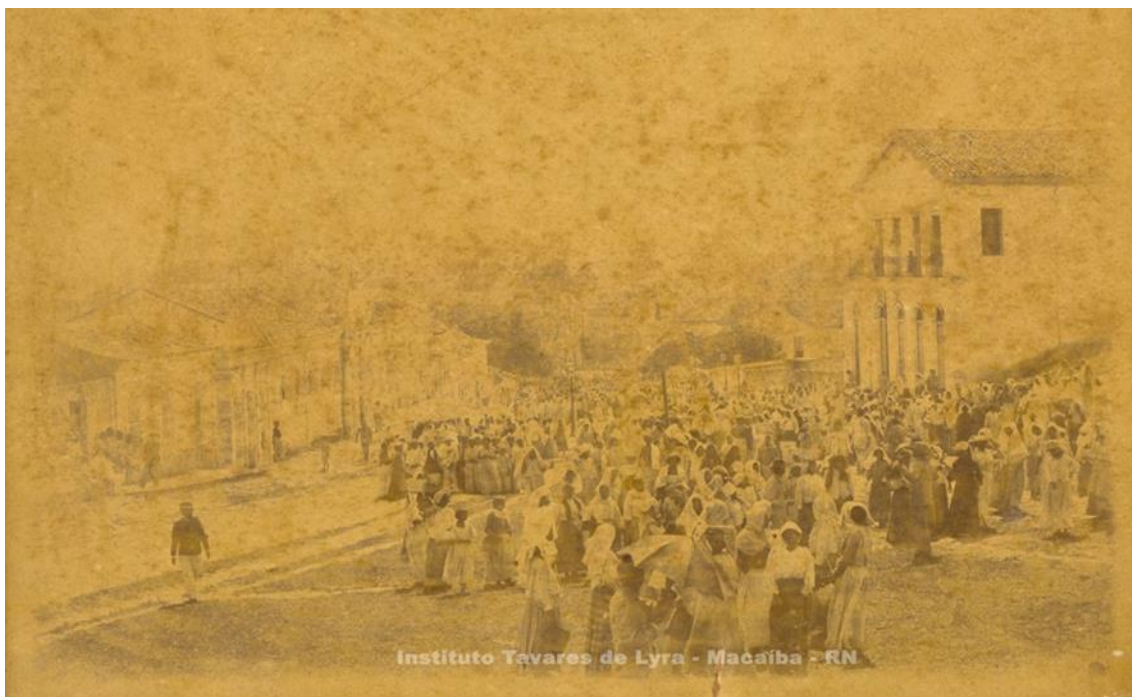
---

<sup>535</sup> A crítica feminista e pós-colonial sobre a mulher subalterna enfatiza a importância das questões de gênero na história, na política e na cultura, numa perspectiva interdisciplinar entre os campos como a Literatura, Sociologia, Antropologia e História. Consultar: BAHRI, Deepika. *Feminismo e/no Pós-colonialismo*. Estudos Feministas. Florianópolis: 21 (2), 336, 2013, p. 659-688; CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In: DIAS, Bruno Peixe. NEVES, José (Coord.). *A Política dos Muitos. Povo, classe e multidão*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010; SPIVAK, Gayatri C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 133p.

<sup>536</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 13.

àquela população de sertanejos parcos socorros públicos em obras de melhoramento da capital Natal e passagens de navio para os extremos Norte e Sul do Brasil.

Imagem 5: Marcha de mulheres retirantes na cidade de Natal/RN (1904)



Fonte: Foto de Bruno Max Bourgard, Natal-Rio Grande do Norte, 1904. Fonte: *Instituto Tavares de Lyra-Macaíba-Rio Grande do Norte*. Disponível em: <http://www.historiaegenealogia.com/2017/01/o-antigo-solar-do-governador-tavares-de.html>.

A cidade de Natal teve sua demanda de fotografias atendida pelos dois irmãos alemães Max e Bruno Bourgard, que chegaram ao Brasil pela capital pernambucana nas décadas finais dos oitocentos. Na capital seu ateliê localizava-se na Rua Treze de Maio, nº 38, atual Rua Princesa Isabel, no Bairro da Cidade Alta. Eles também possuíam estúdios na província da Paraíba, nas cidades de Campina Grande e na capital do Estado. Em 1897, a sociedade dos dois irmãos foi desfeita e Bruno Bourgard (1859-1930) passou a oferecer sozinho os seus trabalhos ao público de Natal e região. Na capital, o fotógrafo estabeleceu laços com o governador Alberto Maranhão, irmão do fundador do jornal *A República* onde, por anos, Bourgard fez sua propaganda. Em 1904, último ano do governo de Alberto Maranhão, o governador solicitou ao atelier o registro da capital do Estado. O caráter documental de fotografia “revela o objetivo de retratar a nova dinâmica que, com as ações sistematizadas pelo governo, em busca de uma cidade com salubridade e higiene, inicia-se nos espaços

urbanos de Natal”. Assim, o princípio ordenador de ideias e valores que se impunham “a época começava a tracejar a capital natalense, claro que de acordo com as possibilidades locais. As fotografias de Bourgard apontam o limite histórico da cidade colonial e o início do processo de modernização”<sup>537</sup>.

Se a intenção do pedido do governador a Bruno Bourgard para fotografar a cidade de Natal era mostrar o desenvolvimento da malha urbana da capital, através do trabalho da mão de obra retirante, acarretou, por outro lado, em fotografias que mostravam um cenário aterrador para essa população, principalmente quando algumas fotos foram divulgadas pelo jornal carioca *O Malho*, no mês de setembro de 1904, como forma de denúncia da realidade da seca no Rio Grande do Norte. Não podemos afirmar com veracidade se as fotografias eram realmente de Bruno Bourgard pois no jornal não aparece a referência do autor dos negativos, entretanto, acreditamos que pertence ao fotógrafo alemão, afinal, a primeira foto mostrada anteriormente, das mulheres retirantes, era de sua autoria e está atualmente no acervo Tavares de Lyra na cidade de Macaíba, além de terem sido tiradas no mesmo ano de 1904. Contudo, vamos discutir alguns métodos de abordagens da fotografia como fonte histórica para depois voltarmos à construção da narrativa.

Boris Kossoy argumenta que o indivíduo, a temática e a técnica específica são, em essência, os elementos fundamentais de todos os processos destinados à produção de imagens de qualquer espécie. A imagem do real retida pela fotografia, quando preservada ou reproduzida, “fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena”. A imagem fotográfica é o que resta do ocorrido, fragmento congelado de “uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo nuns instantes dos tempos”. Portanto, três componentes são essenciais para a realização de uma fotografia: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. São estes os “elementos constitutivos que lhe deram origem através de um processo, de um ciclo que se completou no momento em que o objeto teve sua imagem cristalizada na bidimensão do material sensível, num preciso e definido espaço e tempo”. Todavia, o resultado final, a fotografia, é, portanto, “resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia”<sup>538</sup>. Assim, são os componentes interligados – assunto, fotógrafo, tecnologia, espaço, tempo, fotografia – que

---

<sup>537</sup> SILVA, Sylvana Kelly Marques da. *Centelhas de uma cidade Turística nos cartões-postais de Jaeci Galvão (1940-1980)*. UFRN, 2012. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2012, p. 83-84.

<sup>538</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2º ed. Rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 36-37.

devem ser detectados nos estudos históricos, pois são processos que trazem uma unicidade em sua condição.

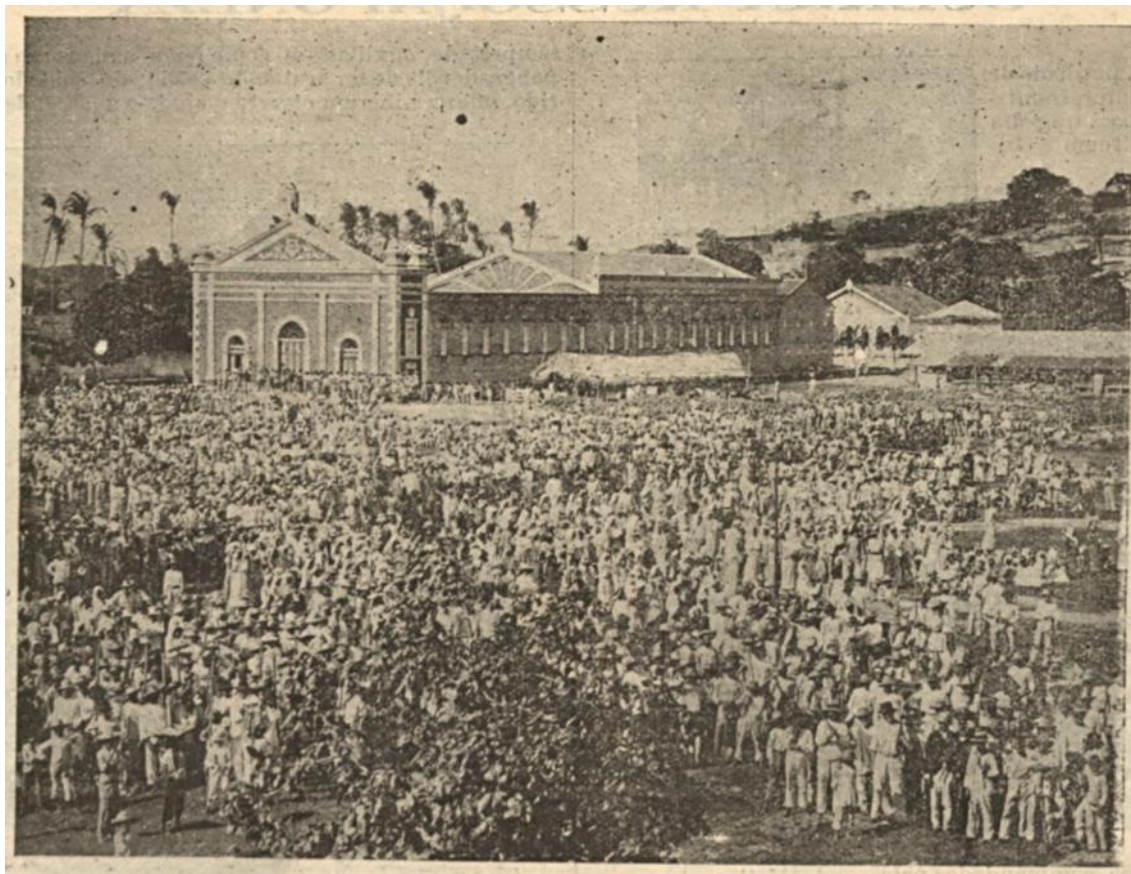
Maria Eliza Linhares Borges discorre que as imagens fotográficas devem ser vistas como fontes que informam acerca da cultura material de um determinado período histórico e de uma determinada cultura, e igualmente como de uma forma simbólica que atribui significados às representações e ao imaginário social. A imagem fotográfica é um elemento fixo. É produzida a partir de um “artefato físico-químico e pressupõe a existência de um referente”. É matéria que pode ser tocada e apalpada pelos indivíduos. Informa sobre os “cenários, as personagens e os acontecimentos de uma determinada cultura material”. A fotografia é dotada de uma “imensa variabilidade plástica, materializada por seus diferentes formatos e seus múltiplos enquadramentos. É fragmento congelado e datado”. Não diferente de outras imagens, ele também “pressupõe um jogo de inclusão e exclusão”. Parte de uma escolha e recorte e, como tal, “não apenas constitui uma representação do real, como também integra um sistema simbólico pautado por códigos oriundos da cultura que os produz”. Por outro lado, enquanto códigos culturais do fotógrafo deliberam a composição dos cenários fotográficos, “a velocidade da câmera pode captar fragmentos do real não previstos na idealização das poses, porque a chapa fotossensível capta a luz emanada do objeto fotografado, sem a intervenção humana”<sup>539</sup>.

Os apontamentos dos autores são relevantes quando nos deparamos com um conjunto de fotos de Bruno Bourgard, que não apenas representa um olhar do fotógrafo sobre o acontecimento e o referente em um determinado tempo e espaço, mas, também nas possibilidades de discursos e silêncios que a fotografia, como fonte histórica, pode nos oferecer, principalmente quando nosso foco é a representação do sujeito feminino e retirante. Se sua intenção e temática, a pedido do governador Alberto Maranhão, foi a de registrar as mudanças do espaço urbano na capital, suas lentes captaram essas transformações que ocorreram sobre um cenário de miséria e trabalho sobre as famílias retirantes espalhadas pela cidade de Natal em 1904. As próximas fotografias mostram homens e mulheres como mão de obra nos serviços públicos.

---

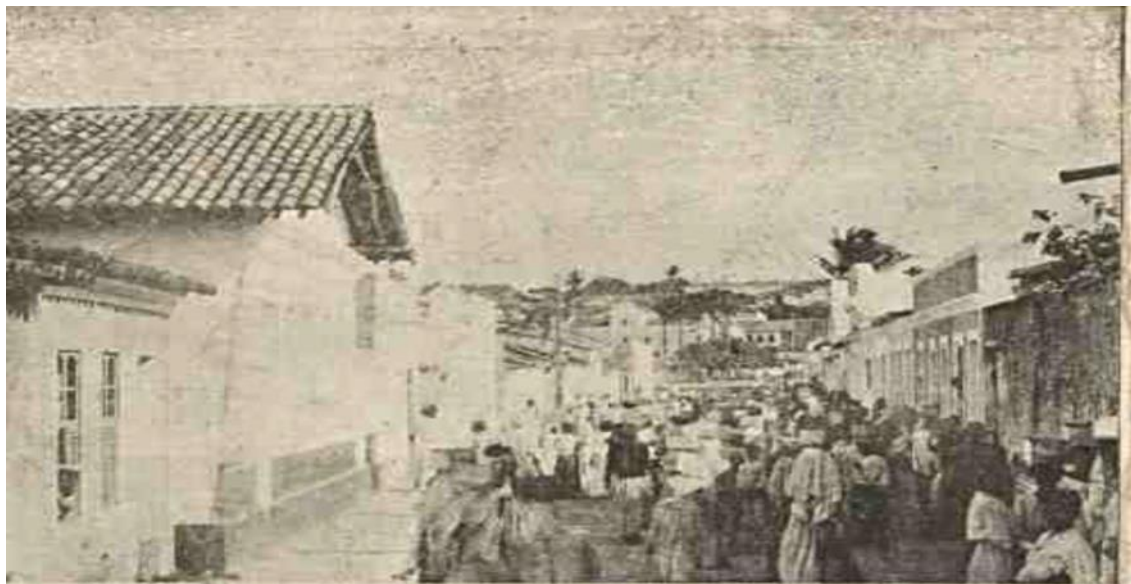
<sup>539</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 82-83.

Imagem 6 - “Os Horrores da Secca no Rio Grande do Norte”



Legenda: Na praça principal da capital do Rio Grande do Norte. Os flagelados partindo para os trabalhos públicos. HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 106, 24 de setembro de 1904, p. 16.

Imagem 7 - “O Flagello da Secca no Rio Grande do Norte”



*Legenda:* O trabalho que o governo dá aos flagelados pela seca no Rio Grande do Norte – As mulheres carregando areia. “E assim, periodicamente, volta a seca a assolar os sertões do norte, reproduzem-se as mesmas cenas de horror, sem que os gêneros desta forma façam mais alguma cousa que nomear comissões que nada adeantam e que só servem para engordar afilhados!” HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 104, 10 de setembro de 1904, p. 26.

Na primeira imagem observamos uma multidão mista de gêneros e idades nas proximidades do Teatro Carlos Gomes, praça central da capital. Ao lado da edificação do teatro parece existir uma construção improvisada de um barracão para os trabalhadores retirantes. Os mesmos estão espalhados em pé numa ampla área da praça, segurando suas ferramentas para mais um dia de labor. Pode-se perceber um grande número de mulheres através de seus véus brancos e longas saias, e um pequeno grupo delas sentadas ao lado esquerdo da fotografia, enquanto meninos e homens estão usando chapéus, calças e camisas, todos esperando o registro de Bruno Bourgard. Logo atrás do teatro elevam-se as dunas de areia com uma vegetação nativa, criando uma atmosfera de cidade litorânea do início do século XX.

No segundo retrato observa-se um grupo de mulheres carregando areia em alguma longa rua da cidade de Natal, provavelmente na área central da capital que estava passando pelas reformas a custo dos recursos governamentais dos socorros públicos. As mulheres novamente apresentam vestir longas saias, camisas e véus para se proteger dos raios solares. Sua grande maioria estava de costas para o fotógrafo seguindo a rotina laboral do serviço, enquanto um pequeno grupo, ao lado esquerdo da imagem, parecia fitar a lente da câmera, paradas e com alguma espécie de balde ou lata de areia na cabeça, um costume popular das mulheres carregarem objetos mais pesados no seu dia a dia.

Um aspecto importante nas fotografias do jornal carioca são as legendas e textos atribuídos às imagens publicadas. No retrato das mulheres trabalhando é perceptível o tom de denúncia sobre os recursos dos socorros e a inutilidade desses serviços das mulheres e dos demais retirantes que, ao invés de surtir efeitos desejáveis para a população amparada, em troca as verbas só engordam pessoas próximas, ou melhor, “afilhadas” do governo local. O governo federal, presidido por Rodrigues Alves, rematou o valor de cento e setenta e cinco contos de réis (175: 000.000) para o Rio Grande do Norte, uma forma de amenizar o problema da seca naquele ano de 1904. O atual governador Tavares de Lyra, genro de Alberto Maranhão, assumindo o cargo de seu sogro não se fez esperar e telegrafou ao presidente sobre a situação precária do Estado logo, pedindo auxílio financeiro. Rodrigues Alves respondeu o telegrama enviando verbas para a construção de açudes, poços e estradas de rodagem, como

também recursos para custear passagens voluntárias aos emigrantes. Todavia, os que não embarcaram nos vapores marítimos foram divididos em quatro comissões para servir de mão de obra nos melhoramentos materiais da capital. Um desses grupos participou do processo de desmatamento e da abertura de várias avenidas do bairro Cidade Nova<sup>540</sup>.

A historiadora Gabriela Fernandes Siqueira estudou o processo de construção do bairro Cidade Nova no início do século XX, o terceiro oficial da capital natalense, e também investigou o processo de apropriação e uso do patrimônio fundiário da capital, associando-o à atuação das redes de poder locais (1903-1929)<sup>541</sup>. Ela constatou que o “desvio de verba federal destinada a atenuar o problema dos flagelados da seca, o emprego de retirantes em obras particulares e a desapropriação desses flagelados de áreas de Cidade Nova”, pode nos mostrar como os governos de Tavares de Lyra e Alberto Maranhão atuavam de “forma patrimonialista e tentava fortalecer sua imagem em detrimento da exploração de determinada parte da sociedade local”. O jornal de oposição *Diário de Natal* publicou em abril de 1904 uma matéria destacando a “participação dos retirantes na construção da propriedade Solidão, residência de Pedro Velho”. O mesmo periódico trazia denúncias da utilização dos retirantes no “carregamento de materiais para a referida chácara e adjacências, bem como o emprego de burros do serviço do governo no carregamento de estacas de ferro destinados as obras públicas”. As acusações eram mais graves. Várias matérias do jornal, sobretudo as intituladas *Chronicas Acreanas, cartas do Acre e Telegramas do Acre*, que foram publicadas a partir de fevereiro do corrente, “criticavam esse processo de abertura de avenidas e de construção de grandes palacetes na região outrora habitada pelos retirantes e, sobretudo, denunciavam a participação desses retirantes nesse trabalho”. Todavia, esses sertanejos pobres eram expulsos da região em que tinham construídos suas choupanas “e ainda obrigados a participar da construção do bairro que foi a razão da derrubada de suas residências”<sup>542</sup>.

Quando a autora se refere às moradias dos retirantes é pelo fato de que a migração para a capital iniciou-se nos meses finais de 1903, chegando ao seu pico nos primeiros meses

<sup>540</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 2008, p. 320.

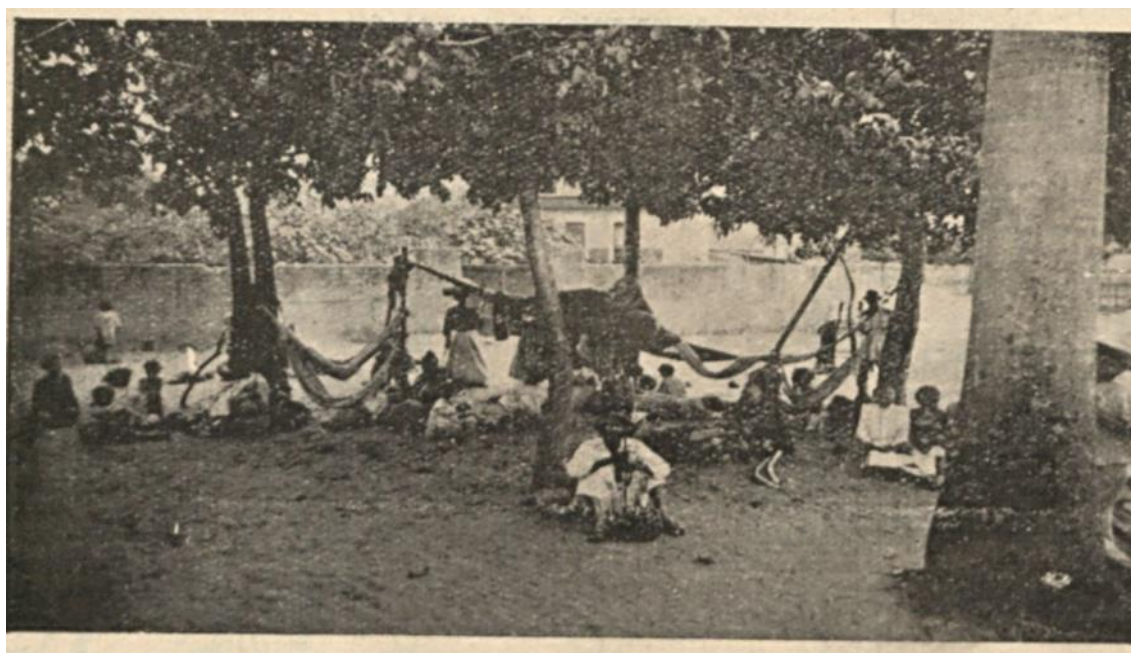
<sup>541</sup> SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Por uma “Cidade Nova”*: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2014. \_\_\_\_\_ . *Cidade, Terra e Jogo Social*: apropriação e uso do patrimônio fundiário natalense e seus impactos nas redes de poder locais (1903-1929). 2019. 488f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza/CE, 2019.

<sup>542</sup> SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Cidade Nova ou Cidade das Lágrimas?* a construção do terceiro bairro oficial de Natal no início do século XX. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.7, n. 1, jan/jun 2014, p. 71,72 e 73. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/14281>>. Acesso em 27 de março de 2020.

do ano vindouro. Essas moradias, provavelmente improvisadas pelos próprios sertanejos nas áreas espalhadas do que seria a construção do bairro Cidade Nova, sofreriam a intervenção dos projetos de aformoseamento urbano pelas autoridades na criação de novos logradouros e palacetes para as elites comerciais e políticas de Natal. Esses espaços apropriados pelos retirantes são o que chamamos de *territórios da espera* nas secas. Não são apenas espacialidades provisórias criadas pelos poderes governamentais, como os núcleos agrícolas e abarracamentos; os próprios sertanejos também se apropriam do tecido urbano improvisando habitações temporárias para suas famílias no aguardo ou na esperança de assistência pela caridade particular e autoridades.

Destarte, muitos construíam suas choupanas em locais afastadas e pouco habitadas das cidades ou até mesmo se aproveitavam de lugares assombreados nas praças centrais e perto dos serviços de obras públicas, afinal, estariam mais próximos da área urbana e, conseqüentemente, dos armazéns e residências dos agentes governamentais. Bruno Bourgard conseguiu fotografar alguns desses territórios da espera das famílias retirantes na cidade de Natal.

Imagem 8 - “Os Horrores da Secca no Rio Grande do Norte”



*Legenda:* Flagelados alojados debaixo das arvores. HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 106, 24 de setembro de 1904, p. 16.

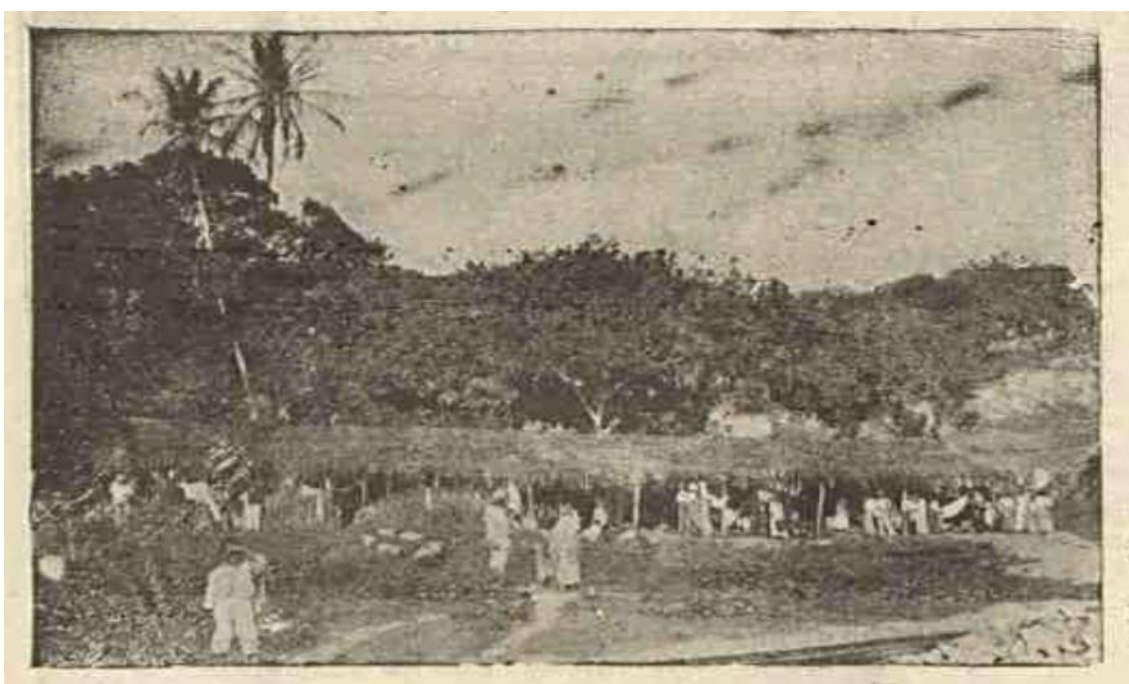


Imagem 9 – “Os Horrores da Secca no Rio Grande do Norte”



Legenda: Flagellados debaixo de um alpendre. HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 106, 24 de setembro de 1904, p. 06.

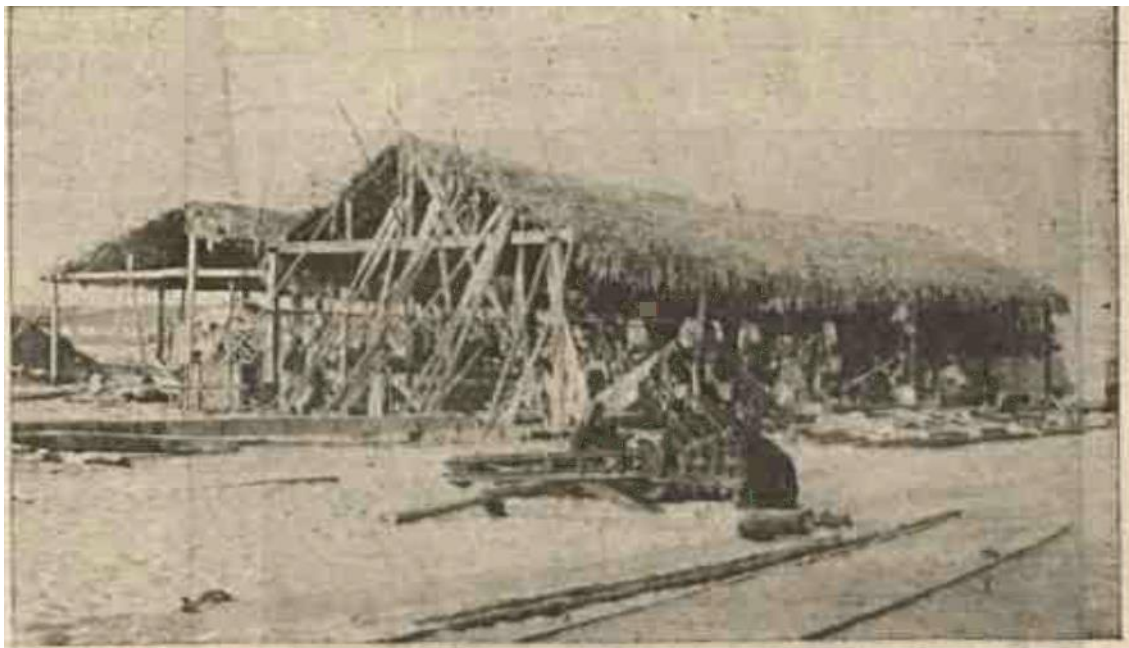
Imagem 10 – “O Flagello da Seca no Rio Grande do Norte”



Legenda: Os flagelados, recolhidos a um rancho de sapé construído na praça Augusto Severo. “Accossado pela secca no interior, morrendo a fome e sede pelos caminhos, os mais felizes conseguem chegar com vida a capital do Estado e dalli vão povoar as inhospitas regiões do Amazonas ou, sofrendo toda as misérias, aguardam que

Deus misericordioso lhes conceda a graça de tornarem a voltar para os lugares onde nasceram”. HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 104, 10 de setembro de 1904, p. 25.

Imagem 11 – “O Flagello da Seca no Rio Grande do Norte”



*Legenda: Os flagelados recolhidos ao barracão dos melhoramentos do porto. “Na capital do Estado vão se aboletando onde encontram um abrigo, as vezes, embaixo das árvores: nessa terrível perigrilhação, deixam pelos caminhos a honra das filhas, a vida dos entes mais caros, e raros voltam a ver as terras que tanto amam, não obstante ser ali impossível o viver”. HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 104, 10 de setembro de 1904, p. 25.*

As fotografias oferecem uma noção das moradias provisórias e locais de serviços dos retirantes na cidade de Natal na seca de 1904. Nas duas primeiras observamos homens, mulheres, crianças e pessoas idosas vivendo debaixo das sombras das árvores e em um alpendre de uma casa na capital. Tudo o mais improvisado, afinal, não possuía praticamente nada mais que além de suas roupas no corpo, nos melhores casos. A presença de idosos nas duas imagens sugere a ideia que, em sua grande maioria, permaneciam nesses lugares de espera, enquanto os outros familiares mais jovens e “aptos” ao trabalho assumiam os serviços nas obras públicas espalhadas pela Cidade Nova. Nas últimas fotografias a moradia também aparentava ser coletiva, pois era uma espécie de “ranchos” e “barracões” que estavam situados próximos às áreas de trabalho, como no porto da cidade e na Praça Augusto Severo.

Se nas primeiras fotos podemos ver poucas ou apenas uma família ocupando lugares assombreados de árvores e alpendres, a experiência de habitar coletivamente os ranchos e barracões nos traz a possibilidade dos retirantes se conhecerem, trocando suas narrativas de

migração e, também, criando laços afetivos e de solidariedade e por que não, igualmente o sentimento de conflito e revolta sobre os desmandos governamentais. Novamente as imagens estão acompanhadas de um texto jornalístico que traz o teor de denúncias sobre a situação dos retirantes, que vão desde suas perdas pessoais e morais no processo de migração até a cidade de Natal, como também a incerteza de seu futuro nas condições em que vivem na capital do Rio Grande do Norte. Assim, redator e fotógrafo criam um estilo jornalístico: o documentário ilustrado. Uma representação da realidade vai tomando o imaginário e sensibilidade a partir dos novos padrões discursivos ao público leitor.

Texto e imagem compunham a nova linguagem destinada a domesticar o espaço em diferentes metrópoles da Europa e das Américas. [...] Longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade. Mais que a palavra escrita, o desenho e a pintura, a pretensa objetividade da imagem fotográfica, veiculada nos jornais, não apenas informa o leitor – sobre datas, localização, nome de pessoas envolvidas nos acontecimentos – sobre as transformações do tempo curto, como também cria verdades a partir de fantasias do imaginário quase sempre produzido por frações da classe dominante<sup>543</sup>.

Através das fotografias de Bruno Bourgard criou-se uma narrativa urbana que não escondia os problemas sociais do processo de modernização de uma capital durante a migração dos retirantes em seu espaço. Se a pretensão era a de captar as transformações estruturais dos logradouros públicos, construção de palacetes e uma cidade mais salubre, isto é, os novos espaços para as elites republicanas natalenses, contrariamente seus negativos registraram a ambivalência do que é criar uma cidade moderna: a exploração da miséria e segregação dos mais pobres. Na passagem do XIX, muitos fotógrafos se dedicaram à produção de álbuns de cidades. Para além da estética, a montagem desses álbuns revelava a força de um padrão fotográfico da própria época. Interessado em adquirir “lucro com a venda do álbum o fotógrafo escolhia as imagens e costurava uma narrativa urbana capaz de tornar vendável o produto de sua criação. Em geral, a sequência de imagens dava ver uma cidade moderna, evoluída e quase sempre higienizada”<sup>544</sup>. Se Bruno Bourgard conseguiu recursos com algumas fotografias da paisagem urbana natalense, através do pedido do ex-governador Alberto Maranhão, ele também arrecadou alguma quantia de dinheiro por essas fotos publicadas pelo jornal carioca *O Malho*, mesmo que a intenção do periódico fosse a de

<sup>543</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. *Op. Cit.*, p. 69.

<sup>544</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. *Op. Cit.*, p. 84.

publicar “o flagelo da seca” no Rio Grande do Norte, como muito da imprensa sulista começou a fazer desde a grande seca de 1877/1789<sup>545</sup>.

Contudo, como fonte documental cheia de recortes, vozes e silêncios, mas, que a partir do olhar do historiador, adquire outras dimensões, as fotografias revelaram a presença feminina entre a coletividade de retirantes, seja no cotidiano dos serviços das obras públicas, seja ao lado de seus familiares nas marchas de protestos, evidenciando, assim, a existência de cooperação entre homens e mulheres naquele contexto, como também mostraram os territórios da espera – habitações improvisadas em árvores, alpendres de casas, ranchos e barracões – onde esses indivíduos estavam vivendo durante alguns meses na cidade de Natal, ou seja, espacialidades que em determinadas condições poderiam aproximar afetivamente e solidariamente milhares de retirantes vindos de vários lugares nessa seca de 1904.

Assim, esses lugares de moradia, como os espaços de trabalho nas secas, mostram-se fundamentais para se desenvolver um agenciamento coletivo entre os sertanejos sobre os episódios de exploração, corrupções e fraudes em torno dos gêneros alimentícios e o descumprimento dos pagamentos nos serviços de obras públicas e particulares na capital. Portanto, são nesses espaços sociais da seca que o discurso oculto dos retirantes surge e, igualmente, as ações diretas em massa. Como escreve James C. Scott, é nesse espaço social que uma subcultura de resistência ou de contestação dos costumes é resultante sempre da “solidariedade entre os subordinados”. Desse modo, os espaços sociais onde o discurso oculto se desenvolve são, em si mesmos, “uma realização de resistência, são conquistados e defendidos na face do poder”. Todavia, sofrendo as mesmas humilhações e sujeitos às mesmas condições de subordinação, os dominados têm um “interesse comum em criar um discurso conjunto de dignidade, de negação e de justiça, têm, além disso, um interesse comum em reservar um espaço social, ao abrigo da dominação, onde esse discurso oculto possa ser elaborado em relativa segurança”<sup>546</sup>.

Na primeira foto apresentada de Bruno Bourgard, vimos uma espécie de marcha das mulheres retirantes no Bairro da Cidade Nova, onde residia o atual governador Tavares de Lyra. Essa manifestação coletiva de protesto ocorreu, aparentemente, de forma pacífica entre os retirantes que, provavelmente, percebendo a presença do fotógrafo durante dias na capital registrando entre eles suas atividades de trabalho e condições de moradia, resolveram utilizar da oportunidade técnica e moderna da câmera fotográfica para captar a manifestação de

---

<sup>545</sup> Sobre esse assunto consultar: ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira, LOGATTO, Rosângela. *Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens da fotojornalismo na imprensa brasileira*. In: Anais da Biblioteca Nacional, v. 114 (1994). Rio de Janeiro, A Biblioteca, 1996.

<sup>546</sup> SCOTT, James C. *Op. Cit.*, p. 167 e 173.

insatisfação sobre a qual estavam vivendo na cidade de Natal. Comparando todas as outras fotos com a da marcha das mulheres é perceptível o caráter de ação e movimento dos retirantes em todo o cenário da fotografia: os olhares atentos dos cidadãos sobre o mar de gente subindo a ladeira, ao passo que nas outras imagens os sertanejos surgem enquadrados, quase congelados em suas tarefas laborais e pegos de surpresa pelas lentes de Bruno Bourgard; na outra, a espontaneidade é mais presente e viva nos retirantes. Entretanto, as ações em massa não ocorreram apenas de forma pacífica. E a imprensa publicaria alguns episódios mais violentos envolvendo retirantes e força pública no estado do Rio Grande do Norte.

## **7.2 “A necessidade não tem lei e com famintos não se brinca”: ações em massa, mulheres retirantes e conflitos nas secas da Paraíba e Rio Grande do Norte (1889-1904)**

Na cidade de Natal, no dia 25 de abril “bandos de mulheres famintas atacaram hoje o trapiche onde se fazia a descarga de farinha do vapor ‘Pernambuco’. Rasgaram muitos sacos que levaram, sendo preciso a força pública para garantir a descarga não maltratando os famintos”. A preocupação em não maltratar os retirantes talvez pudesse estar ligada à presença feminina no motim ou, até mesmo, aos olhares dos transeuntes ao presenciar a polícia espancando mulheres do povo a céu aberto. Mas a situação não estava tranquila em Natal há meses. As mortes na capital regulam a “10 e 15 pessoas diariamente. Cresce a miséria horrivelmente”.<sup>547</sup> No dia seguinte, continuaram os ataques dos retirantes ao desembarque de farinha no cais Deodoro, ocorrendo conflito entre sertanejos e força pública com ferimentos de ambos os lados. “Os homens e mulheres estão armados de faca e pedras. Os famintos foram a residência do governador querendo forçar a entrada e clamando, com grande vozeria, por socorros”. Houve também “outras investidas dos retirantes ao mercado público. O commercio fechou e a população esta sobresaltada. Há receios de maiores ataques indicados os cofres públicos”.<sup>548</sup>

Dias depois, o mesmo jornal relaciona os ataques dos retirantes em Natal ao desamparo e à indiferença do presidente Rodrigues Alves, e que os sertanejos são “levados aquellos extremos pela necessidade, que sobrepuja direto e moral, leis e costumes. Impelle-os a fome, a própria conservação, que os códigos de todas as nações, e acima deles as leis

<sup>547</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Rio Grande do Norte”. In: *Correio da Manhã*. RJ. Anno IV. Nº 1048. Terça-feira 26 de abril de 1904, p. 01.

<sup>548</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Rio Grande do Norte”. In: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Anno IV. Nº 1049. Quarta-feira 27 de abril de 1904, p. 01.

naturaes, inscrevem entre as justificativas de todos os crimes”. Além do mais, eliminou-lhes a razão os “padecimentos dos paes, da esposa, dos filhos, a debaterem-se nas anciãs da morte por lhes faltar alimento. Forçosamente hão de procurar, seja onde for, com que matem a fome e salvem a vida aos entes queridos”.<sup>549</sup>

Nesses eventos dos dias 25 e 26 de abril podemos observar a evolução e as características dos saques e das ações em massa dos retirantes. No primeiro dia, o alvo dos “bandos de mulheres” foi a farinha desembarcada no vapor Pernambuco, no cais do porto Deodoro. Aparentemente não houve conflito com a força pública. No dia seguinte, vemos a cooperação de homens e mulheres sertanejas em ações coletivas espalhadas pela cidade de Natal. O objetivo foi novamente a farinha no porto, mas, dessa vez, a polícia estava de prontidão, logo um conflito direto era inevitável. Não acabando por aí, uma multidão de retirantes deslocou-se até a residência do governador, chegando a quase forçar a entrada, para gritar por socorros públicos. E, por fim, as investidas finais dos retirantes chegaram ao mercado público deixando o comércio e população sobressaltados, além dos receios, talvez por rumores, de que novos ataques ocorreriam na capital.

Nesses episódios acompanhamos uma lógica de ações da multidão retirante. Primeiro, os grupos de mulheres conseguiram efetuar os saques sem maiores represálias, talvez por estarem sozinhas e pelo fator surpresa. Com o sucesso da ação, no dia seguinte os homens reúnem-se às mulheres em forma de cooperação para novamente saquear a farinha desembarcada, quiçá para levarem mais quantidades de sacos e garantirem que suas companheiras não fossem agredidas. Depois temos uma multidão em marcha até a residência de Tavares de Lyra para protestar e mostrar insatisfação pelo descaso do governo; e, por último, seus alvos foram o mercado público e o comércio da capital<sup>550</sup>.

Os motins não cessaram, e um dia depois “os infelizes varridos pela secca do interior do Rio Grande do Norte assaltam os viandantes das estradas, as casas da capital e a própria delegacia do Thesouro, que não foi poupada”<sup>551</sup>. Entretanto, essa ousadia de três dias seguidos de ataques teria uma reação por parte das autoridades governamentais. Seguiria para o Rio Grande do Norte um “grande contingente de praças do exercito, sob o comando do capitão do

<sup>549</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Governo Criminoso”. In: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Anno IV. Nº 1050, 28 de abril de 1904, p. 01.

<sup>550</sup> O pesquisador Itamar de Souza comentou que, em 1904, esses retirantes atacaram a firma comercial Mello & Companhia, sendo imediatamente reprimidos pela polícia. E dias depois atacaram uma lancha da firma comercial Alves & Companhia, que descarregava farinha no cais do porto Tavares de Lyra. Porém, o autor não apresentou fontes sobre essas informações. Consultar: SOUZA, Itamar de. *A República Velha do Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989, p. 320.

<sup>551</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “A Secca no Norte, miséria, horrores e fome. In: *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Nº 94, ano 80, 27 de abril de 1904, p. 01.

34º de infantaria Luiz Narciso de Barros Cavalcanti, afim de guarnecer a Alfandega daquele Estado, que acaba de ser atacada pelos famintos”.<sup>552</sup> Interessante ressaltar que esse rumor do ataque à delegacia do Tesouro já existia na imprensa local desde o dia 15 de abril, mas as autoridades não acreditavam. “A minha noticia sobre a ameaça dos famintos de ataque á delegacia teve por base local da imprensa de hoje. O delegado afirma ser ella inexacta”.<sup>553</sup>

Já discutimos aqui a estratégia do rumor como forma do discurso oculto dos retirantes durante as grandes secas, mas não destacamos como ele faz parte de uma cultura política dissidente dos grupos subalternos para enfrentar as faces do poder dominante. O rumor vem acompanhado de outro atributo importante no imaginário social: o medo da multidão. Assim, a "imaginação coletiva trabalhava sobre toda espécie de rumores”. Logo, o sentimento de insegurança, muitas vezes, “era mais vivido do que claramente consciente”. Em compensação, alguns medos mais precisos “e que nem sempre eram imaginários, frequentemente anunciavam as revoltas”. Seria quase impossível, tratando-se da civilização pré-industrial, “separar rumores e sedições, quaisquer que tenham sido as dimensões cronológicas e geográficas destas”. Em outros tempos, “em compensação, era difícil interromper os rumores. Pois muitos frequentemente obtinham crédito em todos os níveis da sociedade, inclusive nas esferas dirigentes”. As autoridades também não dispunham de meios de informação (apesar de o telégrafo ser usado como meio de comunicação mais rápida no final dos oitocentos, inclusive no Rio Grande do Norte) para tentar acalmar uma inquietação coletiva “por meio de uma clínica do rumor”.<sup>554</sup> No caso de Natal, mesmo que os rumores tenham chegado à imprensa local, não foram devidamente “ouvidos” pela força pública.

Alguns jornais locais, inclusive os de oposição, pareciam ter alguma relação direta com os retirantes acerca de assuntos políticos e jurídicos envolvendo os socorros públicos. O *Diário de Natal*, por exemplo, “publicou um enérgico artigo aconselhando os flagelados a não emigrarem”, afirmando “que o dr. presidente da República tem o rigoroso dever constitucional de mandar socorros as victimas da calamidade”. Por experiências de outras grandes secas do final dos oitocentos, não seria novidade a utilização da lei de socorros. Talvez pairassem dúvidas sobre as mudanças constitucionais, pois as camadas populares não eram convocadas para participar de discussões governamentais; por outro lado, isso não importava tanto nos assuntos acerca dos socorros públicos, afinal, suas ações coletivas e

---

<sup>552</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Para o Norte”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Nº 95. Ano XLVII. 28 de abril de 1904, p. 02.

<sup>553</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Rio Grande do Norte”. In: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Ano IV. Nº1038. Sábado 16 de abril de 1904, p. 01.

<sup>554</sup> DELUMEAU, Jean. *Op. Cit.*, p. 263, 264 e 265.

organizações utilizavam-se de outros códigos políticos e culturais, pautados na tradição, no costume e experiência.

Na cidade de Mossoró, na região oeste do estado, o clima de tensão não era diferente daquele da capital. Com muitos retirantes vindos do Ceará e cidades do interior, logo os saques em decorrência da falta de gêneros para os sertanejos pobres seriam uma realidade. “Milhares de retirantes sem pão começam a atacar os armazéns de viveres. O commercio receia que o saque se torne geral”.<sup>555</sup> Os telegramas emitidos desde a cidade percorrem os correspondentes da imprensa de outros estados da União. Em Mossoró, “contam os telegramas que inúmeros famintos agonizam pelas ruas”. Ao mesmo tempo, “já não trepidam em praticar extremas violências para matar a fome”. Assim, no dia 11 de fevereiro os retirantes “assaltaram armazéns de viveres e no dia 12 carros carregados de gêneros alimentícios”. Em vista disso, “o commercio, receioso de novos assaltos sugeridos pelo desespero, pediu urgentemente medidas de segurança ao governador do Estado e ao Federal”.<sup>556</sup>

A imprensa local também registrou as ações de furto e saque dos retirantes: “o povo infringiu os seus hábitos de reconhecida fieldade e praticou uma acção reprovada e criminosa, arrombando uma porta do armazém de cereas” dos sócios Vicente Motta & C. e Francisco Antônio M. de Miranda. Como resultado, foi “dalli roubado na noite do dia 11 para 12 do corrente 56 volumes de farinha, milho, arroz e café, únicos que restavam das vendas daquele dia”. O jornal conclama as autoridades a “empregar toda a sua atividade e vigilância afim de que não nos falte, em uma cidade policiada as necessárias garantias e segurança ao direito de propriedade”.<sup>557</sup> Dias depois, o mesmo jornal publica que “temos o desprazer de noticiar ataques e investidas de mulheres do povo aos carros de legumes que vem do Porto de S. Antonio para esta cidade”. Esses acontecimentos têm obrigado aos donos de armazéns a fazê-los “vigiar a noite por homens pagos para esse serviço e que de dia mandam em auxilio dos carros de cereais, ameaçados de depredações no caminho”.<sup>558</sup>

Parecia que as mulheres retirantes não tinham receio das investidas repressivas na maioria dos episódios de saques nesta seca de 1904. Geralmente, mas não podemos estereotipar, as ações em massa eram feitas sem a preocupação de se “esconder”. Elas

<sup>555</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Commercio de São Paulo*. São Paulo. Anno XII. Nº 3576. Quinta-feira, 18 de fevereiro de 1904, p.01.

<sup>556</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “A Secca”. In: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Anno IV. Nº 980. Quinta-feira, 18 de fevereiro de 1904, p. 01.

<sup>557</sup> COLEÇÃO MOSSOROENSE. *O Comércio de Mossoró*: n.01-17. 01.1904 a n.98-28. 01.1906 – Série “E” – n. 08. Mossoró: Ed Fac-Similar, 2002, p. 03.

<sup>558</sup> COLEÇÃO MOSSOROENSE. *O Comércio de Mossoró*: n.01-17. 01.1904 a n.98-28. 01.1906 – Série “E” – n. 08. Mossoró: Ed Fac-Similar, 2002, p. 01.



escolhiam os alvos e preparavam-se para o ataque direto, conseguindo saquear o que pudessem levar com suas forças. Talvez o motivo fosse a possibilidade de menores retaliações. Todavia, as ações diretas são diferentes da prática do furto coletivo que ocorreu nos armazéns de Mossoró. Praticado na calada da noite e com a mínima chance de serem descobertos, os retirantes tinham mais oportunidades de sucesso no furto, apesar de que levaria ao reforço da segurança dos armazéns nos dias seguintes.

A presença e a cooperação feminina nos movimentos de retirantes também ocorreram na província da Paraíba durante a seca de 1888/1889. As ameaças de saques ao comércio e a organização dos sertanejos em torno das questões dos gêneros alimentícios aconteciam em algumas cidades do interior da província. A correspondência do dia 13 de junho de 1889 do termo de Mamanguape evidencia que os “retirantes deixando de trabalhar por alguns dias, e, acoçados pela fome, ameaçaram á comissão de socorros públicos; premeditaram um saque aos particulares: tentaram igualmente uma revolta contra a propriedade alheia, induzida pelo instinto da fome”. A resposta das autoridades foi requisitar o delegado e comandante do destacamento de polícia, o Sr. Tenente Lydio Porto, “e assim se tem portado, achando-se este estado de causas serenado”.<sup>559</sup>

A maior intensidade de ações em massa dos retirantes na província da Paraíba registrados pela imprensa ocorreu entre os meses de junho a agosto de 1889, como mostra outra correspondência da cidade de Guarabira publicada pelo jornal. No último sábado, “a praça da Matriz estava completamente cheia de homens e mulheres. Aquelles marcharam para a casa do juiz de direito e pediram-lhe dinheiro, estas em gritos e assuadas diziam que a rainha lhes tinha mandado muito dinheiro e gêneros e os ricos estavam com eles, sem lhes querer dar”. Esse evento casa-se muito bem com o discurso oculto dos retirantes e sobre o que James C. Scott chamou de “monarquismo ingênuo”.<sup>560</sup> Por conseguinte, as mulheres procuravam legitimar suas ações (“gritos e assuadas”) na figura da rainha e na responsabilidade do monarca com seu povo, de socorrê-lo em tempos de calamidade.

O digno magistrado “sem força para repelir a agressão, compreendendo a dificuldade em que se achava e os habitantes desta cidade, falou ao povo, exprobando o seu procedimento criminoso”, e com palavras persuasivas acalmou a multidão, “offerecendo-lhes trabalho”. Porém, mais tarde alguns dos “grupos que não queriam trabalho se convidavam para atacar o

<sup>559</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Correspondências”. In: *Gazeta da Parahyba*. Paraíba. Anno II. Nº 324. 19 de julho de 1889, p.01.

<sup>560</sup> Frederico de Castro Neves utilizou-se dessa expressão de James C. Scott para analisar o discurso oculto dos retirantes acerca de suas ações coletivas nas grandes secas do Ceará. Seriam práticas populares de reverência e consentimento que são colocadas em ação pelos camponeses nas suas relações com reis, rainhas e príncipes, e que se estendiam, muitas vezes, aos governantes em geral. NEVES, Frederico de castro de. *Op. Cit.*, p. 69

comercio, matar o juiz de direito a quem atribuem, especialmente, - sua desgraça – gritando que não mais aceitariam salários pequenos – menos de dois cruzados!”. Todavia, o juiz “pôde armar de prompto com homens a vista dos quaes dispersou-se o povo, e com eles se tem mantido a ordem ameaçada”.<sup>561</sup> Nesse evento, a cooperação entre homens e mulheres do povo, ao pressionarem o juiz de direito da cidade, ocasionou diferentes respostas dos retirantes. Enquanto uns aceitaram as promessas de trabalho, outros não viram com bons olhos, pois sabiam que os salários não eram justos e, assim, saíram pela cidade ameaçando o comércio e até mesmo a vida do juiz de direito da comarca. Parece que a estratégia coletiva de “marcha” até as residências das autoridades competentes era uma prática recorrente nas ações em massa dos retirantes nas grandes secas.

O jornal da capital paraibana (na época, chamada de Parahyba do Norte), *Gazeta da Parahyba*, publicou, em alguns de seus números, episódios envolvendo homens e mulheres retirantes nessa seca do final do Império, principalmente relacionados com a fome e os socorros públicos. Todavia, o recém-nomeado presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa Júnior,<sup>562</sup> residente na capital da mesma, será por inúmeras vezes o alvo dos grupos de mulheres retirantes. Na edição do dia 30 de julho, noticia-se que o presidente “indo hontem ao Varadouro vio-se azuado com o cerco que lhe fizeram as mulheres retirantes, que tomaram S. Exc. por Francisco de Assis”.<sup>563</sup> O Varadouro era uma região comercial, onde situava-se o Porto do Capim, principal entrada de vapores e navios. Estava localizado na “Cidade Baixa” e atualmente é considerado um importante centro histórico da capital. Logo, percebe-se que os retirantes se aglomeravam ou procuravam transitar nas áreas próximas ao comércio da capital, pois era mais fácil conseguir esmolas ou pressionar as autoridades por socorros públicos, como foi o exemplo do cerco de mulheres.<sup>564</sup>

As mulheres retirantes não se dirigiam apenas às autoridades governamentais para conseguir os socorros públicos, através de cercos ou marchas pelas ruas; algumas utilizavam a imprensa local, muitas vezes a de oposição, no processo de denúncia sobre a miséria de suas famílias e como forma de cobrança aos responsáveis pelos auxílios. O caso da retirante

---

<sup>561</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Sublevação em Guarabira” In: *Gazeta da Parahyba*. Paraíba. Anno II. Nº 324, 19 de junho de 1889, p. 01.

<sup>562</sup> Francisco Luís da Gama Rosa Júnior (1851-1918). Nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em medicina em 1876, mas construiu sua carreira no jornalismo e na política.

<sup>563</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Commentava-se hontem”. In: *Gazeta da Parahyba*. Paraíba. Ano II. Nº 356. Terça-feira, 30 de julho de 1904, p. 03.

<sup>564</sup> No mesmo número do jornal relata-se que nesta cidade “hontem achava-se quase a falecer de inanição no Veradouro, mesmo em frente a porta do armazém de socorros (!) um retirante que foi socorrido pelo negociante Caetano Daniel de Carvalho”. HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “*A Fome*”. In: *Gazeta da Parahyba*. Paraíba. Anno II. Nº 356. Terça-feira, 30 de julho de 1904, p. 03.

Alexandrina Maria da Conceição é um exemplo. Ela foi ao escritório da redação do jornal narrar sua história e a situação em que se encontrava. “Para aqui viera de Serra Redonda com sua família, composta de marido, 4 filhos e uma sogra, e por ordem do Sr. Dr. Gama Rosa foram acomodados no sitio Cruz do Peixe”. Bem ou mal, ali iam vivendo “graças a generosidade das cozinheiras do hospital e ao serviço que ao mesmo prestava o seu marido”. Com as últimas chuvas caídas criou-se no seu marido, Joaquim Barbosa da Silva, “a esperança de voltar para seu torrão natal, e foi para a Serra Redonda a ver se as chuvas permitiam-lhe fazer plantações e vir neste caso buscar sua família”. Na ausência do marido, sua família passou pelas torturas da fome e maus tratos do diretor do hospital, o Sr. Major Francisco de Sá Pereira, a quem disse que “suplicou muitas vezes, de joelhos, uma esmola para os seus pobres filhinhos e sua velha sogra que morriam à fome e tudo foi baldado!”. O diretor nunca a atendeu e na última vez em que o “desespero levou-a ainda aos pés desse homem, deu-lhe ele tão grande empurrão que ella rolou no chão, provocando isto de uma sua companheira nomes injuriosos ao Sr. Diretor do hospital, que respondeu-lhe nos mesmos termos!” Poucos dias depois, voltou da Serra Redonda seu marido, estropeado e inanido, “e ella, sem recurso algum, já não sabe mais onde a levará o desespero da fome e miséria”. Ao final, o redator escreve ao presidente da província: “V. Exe. pode não acreditar nesta história, nós, porém, acreditamos, por que temos sobre V. Exe. uma vantagem: conhecemos o major Francisco de Sá Pereira e V. Exe. não o conhece; e o diretor do hospital da Cruz do Peixe é homem para essas empresas”.<sup>565</sup>

Esse relato, apesar das cenas tristes, traz uma série de questões que podemos abordar sobre o papel da mulher no cuidado da família e na economia doméstica. A retirante Alexandrina Maria dividia suas responsabilidades com a família (sogra e filhos) e com seu marido Joaquim Barbosa; mas, na ausência dele no abrigo e nos serviços do hospital da Cruz do Peixe, viu-se em maus lençóis diante do diretor da instituição, um homem perverso que deixava os retirantes passando fome. Interessante frisar as redes de solidariedades que Alexandrina construiu no estabelecimento, isto é, as cozinheiras com sua generosidade, e uma companheira retirante, que a defendeu. Com seu marido enfraquecido pelo deslocamento até Serra Redonda, ela praticamente viu-se só na responsabilidade de proteger sua família. No contexto de opressão instalado no hospital, teve a ideia de publicar sua história para que o jornal fizesse a denúncia para que o presidente Gama Rosa tomasse alguma providência. Não sabemos o desfecho do episódio, mas é salutar que, além de ações coletivas, os retirantes,

---

<sup>565</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Providencias, Sr. Dr. Gama Rosa!”. In: *Gazeta da Parahyba*. Paraíba. Ano II. Nº 355. Domingo, 28 de julho de 1889, p. 02.

inclusive as mulheres, achavam outros meios para exercerem pressão política sobre os dirigentes, no caso, a imprensa. E não foi apenas Alexandrina Maria da Conceição que faria isso nesta seca de 1889 na província da Paraíba.

No dia 30 de julho, um bando de mulheres seminuas e esfomeadas invadiu, às duas horas da tarde, o escritório do jornal e “pediram-nos que fossemos os seus interpretes perante o Exm. Sr. Dr. Gama Rosa afim de que as socorresse e não deixasse que ellas morressem à fome!”. A maior parte dessas mulheres “trasião ao collo inocentes e magras criancinhas de cujos rostos tinha desaparecido a meiguice da infância para ficar estampado o cunho sinistro da fome!”. Esse grupo de mulheres só os procurou para que pedissem “uma esmola ao delegado do governo imperial, erão em numero de trinta e tantas, acompanhadas de doze criancinhas, a maior parte de peito”, e afirmaram que alguns de seus outros filhos, doentes e esfomeados, “tinham ficado por ahi, por esses antros da miséria, onde ellas se abrigam. [...] É em nome dessas desgraçadas que nós nos dirigimos hoje ao Exm. Sr. Dr. Gama Rosa, pedindo-lhe que as socorra”.<sup>566</sup>

Diferentes das companheiras, outro grupo de mulheres retirantes, talvez por não esperar pela mediação da imprensa para conseguir os gêneros alimentícios, resolveu buscar outra saída mais direta. Assim, no mesmo dia, no Varadouro “um bando de mulheres famintas tentou arrombar o armazém de socorros públicos, e não conseguindo, atacaram os trabalhadores que estavam carregando para a terra [sic.] de uma barçaça”.<sup>567</sup> A estratégia de mediação através da imprensa local revela uma espécie de força de apoio no diálogo com as autoridades, já que essas, muitas vezes, faziam-se de surdas para com os sertanejos, como também se mostra um instrumento de denúncias dos retirantes sobre a situação de abandono na cidade. Logo, eles entendiam a função política e social que o jornalismo poderia acarretar quando a imprensa abria espaço para suas falas. Ainda assim, os retirantes não abririam mão de ações diretas e violentas, caso fosse preciso. E foi o que aconteceu nos dias seguintes na capital da Paraíba.

No dia dois de agosto, no Varadouro, as mulheres famintas “atacaram os homens que faziam a descarga de farinha para a Casa Santos Gomes & C<sup>a</sup>., e tomaram 12 saccas do disputado alimento”. Em seguida, dirigiu-se a “turba faminta aos depósitos do governo e começou a apedrejar as suas portas, mesmo nas barbas dos soldados de linha da policia”, na presença do presidente da província e do chefe de polícia que ali compareceram, sendo a força

<sup>566</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “A Fome”. In: *Gazeta da Parahyba*. Paraíba. Ano II. N°357. Quarta-feira, 31 de julho de 1889, p. 01.

<sup>567</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “A Fome”. In: *Gazeta da Parahyba*. Paraíba. Ano II. N°357. Quarta-feira, 31 de julho de 1889, p. 02.

comandada pelo tenente Lydio Porto. “Um outro bando de mulheres, se não o mesmo talvez, tinha pouco antes procurado defronte do palácio da presidência falar a força com Dr. Gama Rosa”, gritando em altos brados: “quem é o presidente? Apareça que queremos falar. Se não há presidente diga, e cousas iguaes”. A guarda do palácio teve a necessidade de “gritar as armas e calar bayonetas afim de conter esse bando desordeiro que, a pretexto da fome, vae diariamente perturbando o soccego público”. E o mesmo jornal que abriu espaço para as mulheres retirantes escreve que “em quanto a presidência da província não tomar promptas e enérgicas providencias que façam cessar este estado de cousas”.<sup>568</sup> No número seguinte da *Gazeta da Parahyba*, ainda criticava-se a ausência de medidas enérgicas sobre os bandos de mulheres retirantes pelas forças governamentais.

Felizmente o dia de hontem passou-se calmo, parecendo que o Sr. Dr. Gama Rosa descobroi afinal algum meio para conter e contentar a esse povo faminto. No motim de anteontem são unanimes as pessoas que o presenciaram em elogiar o procedimento do Sr. Dr. chefe de policia e do Sr. Tenente Lydio Porto, que com toda a calma e prudência conseguiram manter e restabelecer a ordem publica, e não consentiram que os soldados tocassem em uma só mulher. O Sr. Dr. chefe de policia consentio mesmo que as pobres famintas se apossassem das saccas de farinha, porque, dizia S. S, queria ver com seus próprios olhos esse desespero da fome! E S. S. vio-o!<sup>569</sup>

A evolução do saque e das ações em massa parecia construir uma lógica nessas secas de 1889 e 1904. Primeiro, um grupo de mulheres saqueava os víveres desembarcados no porto; segundo, uma multidão de retirantes marchava pelas ruas em direção à residência dos governantes gritando palavras de ordem, exigindo que aparecessem para conversar sobre os socorros públicos. Logo depois, com ou sem negociação favorável, a multidão dirigia-se para os armazéns de farinha do governo na tentativa de arrombá-los, ou para as áreas do comércio da cidade para novas ações de saques.

No episódio específico, o que se destaca é a presença ativa das mulheres em todas as fases da sublevação – ataques, negociação, contra-ataques – e a ausência de repressão da força policial.

No dia 22 de julho de 1889, na cidade de Natal, ocorreu um grave conflito entre os retirantes e a força pública no Bairro da Ribeira. Havia seis dias que não se pagava o salário dos trabalhadores retirantes. As vendas recusavam-se a vender a crédito o fornecimento dos

<sup>568</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “A Sublevação das mulheres”. In: *Gazeta da Parahyba*. Paraíba. Ano II. Nº360. Sábado, 03 de agosto de 1889, p. 01.

<sup>569</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “A Sublevação das mulheres”. In: *Gazeta da Parahyba*. Paraíba. Ano II. Nº361. Domingo, 04 de agosto de 1889, p. 01.

alimentos de primeira necessidade. Alguns sertanejos se “achavão impacientes, outros resmungavam com máo humor, os sucessivos adiamentos trazia-os desgostos e não [sic.] talvez imprudentes que disseram palavras de excitação”. Chegou a segunda-feira e anunciou-se o pagamento no horário noturno. A comissão verificou que o dinheiro que dispunha não daria para pagar integralmente a todos e propôs saldar três dos seis dias atrasados. Alguns retirantes aceitaram a proposta, mas outros “pozerão-se a reclamar, a princípio de língua, e depois com valentias mais sólidas e contundentes”.<sup>570</sup> A comissão encerrou o pagamento e ninguém recebeu praticamente nenhum salário.

Em resposta, os retirantes “jogaram algumas pedradas para a casa do commissario, e começou então o tumulto, que se transformou em um conflicto pela intervenção brutal de algumas praças de policia, espaldeirando o povo inerme”. A multidão corria por entre as ruas, e as “mulheres e creanças refugiaram-se nos estabelecimentos particulares, que os acolhiam, fechando suas portas com receio do conflicto”. Quando parecia serenada a tempestade, visto que os retirantes estavam se dispersando, “surge maior numero de praças, armadoras de espadas e refes, espancando barbaramente a quem encontrava e até as pobres mulheres e creanças! Foi uma scena selvagem e brutal, que causou geral indignação”. Mais tarde, o chefe de polícia interino percorria as ruas da cidade com um grande número de praças, ficando depois protegendo a casa do delegado de polícia, “a qual parecia um acampamento militar”.<sup>571</sup>

No dia seguinte a paciência dos trabalhadores retirantes passou por mais uma prova de fome, pois lhes disseram que não havia trabalhos, mas que receberiam os salários. “Conservando-se desanimados pelas calçadas e pela campina de Bom Jesus, sem turgir, nem mugir, muitos quietos e resignados, alimentando-se do sol brilhante e caustico deste dia esplendido, até que sejam chamados os feitores para receber o dinheiro”. Assim se passou o dia inteiro, e a noite ainda se “encontravão grupos por receber: dizem-nos que diversas turmas não receberão”. Numa calçada, um grupo de “30 mulheres, 2 dellas com creanças de peito, estacionarão sem comer desde pela manhã até 8 horas da noite quando não tinham ainda recebido o seu salário”. Nos dias 24, 25 e 26 não tinha trabalho no Bairro da Ribeira. Alguns retirantes “abandonarão a capital, desesperados de receber a diária atrasada, outros achão-se em lastimável estado de privações”.<sup>572</sup>

<sup>570</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “O Conflito do dia 22”. In: *A República*. Rio Grande do Norte. Anno 01. N° 05. 29 de julho de 1889, p. 02.

<sup>571</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Desordens”. In: *Gazeta do Natal*. Rio Grande do Norte. Anno II. N° 128. Sábado, 27 de julho de 1889, p.02.

<sup>572</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “O Conflito do dia 22”. In: *A República*. Rio Grande do Norte. Anno 01. N° 05. 29 de julho de 1889, p. 02.

Essa narrativa da imprensa local sobre o evento do dia 22 de julho reconstrói um pouco do cotidiano de privações, paciência e violência que os trabalhadores retirantes vivenciavam na capital da província do Rio Grande do Norte. Os serviços de melhoramentos materiais na cidade eram a única forma de conseguirem o auxílio dos socorros públicos e, mesmos cadastrados e trabalhando, faltavam verbas para pagar os salários que, basicamente, apenas lhes servia para comprar gêneros de primeira necessidade. As mulheres e crianças eram as que mais sofriam nesse contexto de miséria, principalmente se estivessem sem a cooperação de maridos ou familiares.

O apedrejamento dos armazéns, prédios e residências dos responsáveis pelos socorros públicos parecia ser uma estratégia de intimidação e indignação durante algum momento da evolução das ações em massa. Apesar de saírem feridos e sem salário naquela noite, os retirantes conseguiram uma vitória inusitada sobre o delegado de polícia e comissionado dos socorros: durante a rebelião, ele, “apoderando-se de um grande medo, atirou-se pelo quintal da casa a fora, as carreiras, e infelizmente teve de cair dentro de um barreiro, onde gritava: se sangue fede, estou ferido”.<sup>573</sup>

Os retirantes pareciam perceber durante esses eventos que as verbas destinadas aos pobres eram, de alguma forma, desviadas para outras finalidades. Em 1889, um outro elemento viria conferir aos socorros públicos novos significados: as eleições. A utilização dos gêneros como forma de angariar votos e comprar comissões nos distritos eleitorais parecia entrar nas relações de disputas políticas entre conservadores e republicanos na província, fato corriqueiro que a imprensa publicava no segundo semestre de 1889.

Nesta província, os socorros públicos distribuídos – em larga escala e em grandes somas – nos dois districtos eleitoraes, por ocasião do pleito de 31 de agosto, e notoramente accumulados, no segundo círculo, em mãos dos agentes e amigos do governo, por ocasião do segundo escrutínio, continuam a ser empregados em manejos eleitoraes na companhia que d enovo se aproxima-a eleição provincial. Será preciso dizer ainda, com a unção da verdade, que os socorros públicos para tudo têm servido, actualmente, menos para acudir a população faminta flagelada pela seca? Aos retirantes, de feito, não têm aproveitado.<sup>574</sup>

Telegramas de cidades do interior chegavam para denunciar tais práticas cometidas por comissionados e elites locais, como na comarca de Angicos no dia quatro de agosto.

<sup>573</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Scenas e factos”. In: *Gazeta do Natal*. Rio Grande do Norte. Anno II. Nº 128. Sábado, 27 de julho de 1889, p.04.

<sup>574</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Soccorros Publicos”. In: *Gazeta do Natal*. Rio Grande do Norte. Ano II. Nº 144, 1889, p. 01.

Até hoje ainda não deram principio aos trabalhos do açude. Dinheiros e gêneros nas mãos de José Theodoro que aguarda a proximidade das eleições afim de applical-os na compra de votos! Indigentes morrendo a fome. [...] A compressão, a violência e a corrupção, por parte dos agentes do poder publico, com o fim imoral de conquistar nas urnas o triumpho de seus candidatos, são factos assombrosos que se manifestam com a maior ostentação e cynismo.<sup>575</sup>

As comissões de socorros em várias partes da província igualmente estavam vendendo a farinha a preços elevados e de péssima qualidade para os trabalhadores retirantes nessa seca de 1889. Esse fato aparece em reclamações nas cidades de Macau, Mossoró e Macaíba.

De Mossoró recebemos o seguinte que transcrevemos sem commentário: Comissão comprando farinha a 200 reis o litro para os indigentes, quando o governo vende a 160! É que Alexandre Nogueira influencia liberal precisa vender 1.500 saccas! Escandalo!<sup>576</sup>. [...] A comissão de soccoros é explorada por um modo vergonhoso, e os commissários praticam as maiores estorções com os infelizes flagelados da seca. O presidente da commissão, o “bodequeiro” Zeca Caiador (José Alves da Silva)!!! ... é um dos fornecedores de gêneros aos miseráveis retirantes que estão alistados no serviço; este “monstrengo Zeca” obriga aos pobres a receber farinha de 180 reis ao litro quando o preço das outras vendas é de 160 réis.<sup>577</sup>

[...] Hoje sahiram daqui grandes comboios de farinha para os sertões do Seridó, de seiscentos a mil saccas! Andou por aqui um tal de capitão Pacífico, do Príncipe, com um sacco de patações, de casa em casa procurando trocar por pael (sedulas), e disse que levaria apenas a “bagatela” de 15 contos, e que seguiria mais dinheiro para outros pontos! Para aqui mandaram dinheiro e farinha para as obras da Igreja. Para Poço-Limpo foram 50 saccas de farinha: Para Pedra Branca, 60. Dizem que toda esta farinha foi pagar-se os votos dos “caraduras”. Aqui a bandalheira em negócios de farinha é grossa.<sup>578</sup>

Esses casos de corrupção e desvios de verbas dos socorros públicos em vários lugares da província acarretavam a falta de pagamento dos serviços nas obras públicas, assim como a demora no início desses trabalhos. Assim, como a distribuição não estava ocorrendo

<sup>575</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Angicos”. In: *Gazeta de Natal*. Rio Grande do Norte. Anno II. Nº 130. 10 de agosto de 1889, p. 02.

<sup>576</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Telegrammas”. In: *Gazeta de Natal*. Rio Grande do Norte. Anno II. Nº 126. Sábado 13 de julho de 1889, p. 02.

<sup>577</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Macáo”. In: *Gazeta de Natal*. Rio Grande do Norte. Anno II, Nº 133. Sexta-feira, 30 de agosto de 1889, p. 03.

<sup>578</sup> HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. “Macahiba”. In: *Gazeta de Natal*. Rio Grande do Norte. Anno II. Nº 136. Sábado, 21 de setembro de 1889, p. 04.



devidamente, aumentava-se a insatisfação dos retirantes pela situação de extrema miséria e pelo descumprimento das medidas de proteção aos pobres.

Não demoraria para que um grupo de mulheres armadas tomasse providências novamente. A cidade de Natal recebeu o seguinte telegrama de Mossoró: “Povo em desespero. Armazéns do governo cheios de farinha. Mulheres armadas de machados atacam depósitos, arrombam portas e tiram farinha. Comissão parece reservar socorros pagamentos de votos”<sup>579</sup>.

Para o redator do telegrama, não seria provável que o grupo de mulheres que arrombaram os armazéns de Mossoró tenha cometido tamanha violência pela exaltação dos “vinhos capitosos de algum banquete lauto: foi sem dúvida a alucinação da miséria, o desvario da fome que lhes armou o braço”. A matéria ainda diz que existiam alimentos em Mossoró: “havia talvez dinheiro, e naquela cidade bem pode existir alguma obra proveitosa em que se ocupassem os braços adventícios”.<sup>580</sup> No mesmo mês, dia dez de outubro, os retirantes “apertados pela fome atacaram o deposito de farinha que ali havia para socorros, e a distribuíram entre si”. A polícia chegou ao local e ocorreu um rápido confronto. Depois do evento, o comissionado Sr. Targino Nogueira “deliberou-se a socorrer o povo”; para ele, “a necessidade não tem lei, e com famintos não se brinca”.<sup>581</sup>

Da mesma cidade outros telegramas expedidos para a capital no primeiro semestre de 1889 também expressavam a preocupação com a multidão de retirantes, pois “que ali se achava em perigo a ordem publica pela aglomeração de cerca de 2 mil retirantes”. Segundo dizia-se, foram “taes e tão assustadoras as ameaças, que o commercio prudentemente resolveu fechar suas portas”.<sup>582</sup> A presidência da província enviou um chefe de polícia com 23 praças no intuito de averiguar a situação no local. Pelo que se consta, os retirantes exigiam trabalhos e socorros públicos.

No dia 11 de setembro, na cidade de Natal, um “grande numero de homens, mulheres e meninos (retirantes, indigentes) reunio-se na frente do palácio, pedindo ao sr. presidente providencias, pois estavam cahindo de fome”, e não lhes davam os “socorros, nem trabalho, e nem se lhes pagava seus salários”. A resposta foi dada pela força pública sobre a multidão

<sup>579</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *A República*. Rio Grande do Norte. Anno I. Nº 17. Segunda-feira, 21 de outubro de 1889, p. 01.

<sup>580</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *A República*. Rio Grande do Norte. Anno I. Nº 17. Segunda-feira, 21 de outubro de 1889, p. 01.

<sup>581</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “A Fome”. *O Povo*. Rio Grande do Norte. Ano I. Nº 35. Três de novembro de 1889, p. 03.

<sup>582</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Socorros Publicos”. In: *Gazeta de Natal*. Rio Grande do Norte. Ano II. Nº 113. 30 de março de 1889, p. 01.

reunida para “dispersar o povo, que foi ameaçado pelas janizaros da polícia”.<sup>583</sup> Na cidade do Príncipe (atual Caicó), o jornal republicano *O Povo* publicou na sua primeira edição que “muitos dos indigentes [...] tem vindo ao nosso escriptorio pedir-nos para interceder por eles perante o integro Governador do nosso Estado”.<sup>584</sup>

Os episódios de ações em massa narrados seguiram até agora uma espécie de economia moral e ética da subsistência pelos retirantes, afinal, os sertanejos estavam assegurando seu direito aos socorros públicos nessas secas através dos saques aos gêneros alimentícios, ao tempo em que a esfera cultural de reciprocidade, costume e justiça popular estava sendo descumprida pelas classes dominantes e seu papel de assistência em momentos de crise. Todavia, nesses conflitos e tensões, as mulheres retirantes desempenharam um papel proeminente na organização das ações coletivas, seja começando os saques ou cooperando ao lado de seus companheiros a partir do desenrolar e evolução das revoltas. Elas também, assim como demais retirantes, utilizaram-se da imprensa como mediadora no diálogo com as autoridades e como veículo de denúncia de funcionários das comissões de socorros públicos.

### **7.3 “Sedentas por sangue”: mulheres retirantes e o confronto de Areia Branca no Rio Grande do Norte (1879)**

No dia 27 de janeiro de 1879 na povoação de Areia Branca, município de Mossoró, ocorreu um grande conflito entre retirantes e força pública. Havia divergências entre membros da comissão de socorros públicos de Mossoró, daquela povoação e o alferes Francisco Moreira de Carvalho, alusiva a distribuição de gêneros aos retirantes. Temendo a popularidade que o alferes possuía junto aos sertanejos, resolveram os membros da comissão mandar prendê-lo. Com esse propósito, partiu de Mossoró, na manhã do mesmo dia, o alferes Manoel Rodrigues à frente de trinta praças para a povoação de Areia Branca, onde chegara por volta do meio dia. Acompanhado de grande número de retirantes, Carvalho resolve interceder em favor dos famintos enfrentando a força pública e recebe voz de prisão. Depois de uma ríspida troca de palavras, ouviram-se tiros seguidos por uma descarga pública. O povo investiu contra a força, tomando-lhe as armas. A força pública fez uma fuga precipitada,

---

<sup>583</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Socorros Publicos”. In: *Gazeta de Natal*. Rio Grande do Norte. Ano II. Nº 135. Sábado, 14 de setembro de 1889, p. 01.

<sup>584</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Pedido dos Indigentes”. *O Povo*. Rio Grande do Norte. Ano I. Nº01. Quatro de janeiro de 1890, p. 03.

ficando, porém, muitos mortos ou feridos estendidos no chão, inclusive o comandante Manoel Rodrigues. O mesmo aconteceu entre os populares, com mortos e feridos.<sup>585</sup>

No mesmo dia, entraram na cidade de Mossoró “os cadáveres do alferes e soldados, bem assim os feridos, causando esse fato em geral sensação não somente na cidade como em toda a província”. O medo da multidão de famintos cresce entre as autoridades locais e retiram-se de Mossoró para o Ceará, “receosos de qualquer ataque por parte dos retirantes, o presidente da comissão de socorros, capitão João Avelino Pereira de Vasconcelos e o médico dr. Henrique Leopoldo Soares da Câmara”, indo também para cidade de Natal “o farmacêutico Herculano Montenegro e Ricardo Pereira de Santana”. Dias depois aconteceria o desfecho do episódio. Chegando a notícia do embate à capital da província, o vice-presidente em exercício, Matias Antônio da Fonseca Morato, fez seguir para aquela povoação o Dr. Joaquim Tavares da Costa, chefe de polícia provincial acompanhado de 100 praças, tendo pedido auxílio aos presidentes das províncias do Ceará e de Pernambuco de onde vieram fortes contingentes do exército para Areia Branca. Ao chegar o chefe de polícia ao povoado de Areia Branca, alferes Francisco Moreira de Carvalho e um grupo de retirantes se entregam sem opor resistência. Depois das formalidades do inquérito, seguem presos para a cidade de Natal. No dia quatro de dezembro desse mesmo ano (1879) todos são submetidos a julgamento em Mossoró, quando conseguem a absolvição.<sup>586</sup>

Na historiografia local sobre esse evento específico existem muitos silêncios sobre a organização dos retirantes, principalmente acerca da atuação e presença das mulheres sertanejas. Quando analisamos as fontes da época como periódicos das províncias do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, e relatórios e mensagens dos presidentes de província, assim como os registros do inquérito do ministro e secretário de justiça Lyfayte Rodrigues

---

<sup>585</sup> SOUZA, Francisco Fausto de. *História de Mossoró*. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: < [www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br)>. Acesso em: 01 de dezembro de 2018, p. 117-118.

<sup>586</sup> SOUZA, Francisco Fausto de. *Op. Cit.*, p. 119. Francisco Fausto de Souza nasceu em Mossoró, no dia 19 de maio de 1861, mas foi no município de Areia Branca que construiu sua vida política. Foi presidente da intendência nos anos de 1911 a 1928, em seis legislaturas sucessivas, e prefeito da mesma cidade de 1929 a 8 de outubro de 1930, quando faleceu ano seguinte. Exerceu ainda o cargo de deputado estadual em seis legislaturas; além de maçom, foi abolicionista na campanha de 1883. Atuou como memorialista, pesquisador e genealogista da cidade de Mossoró. Lançou em vida o livro *Breve notícia sobre a vida do Padre Antônio Joaquim Rodrigues, vigário de Mossoró/RN (1844-1894)* e *Apontamentos Históricos da Freguesia de Mossoró, fundada pelo Sargento Mor Antônio de Souza Machado (1760-1772)*. Em sua narrativa, no livro *História de Mossoró*, sobre o confronto entre força pública, alferes Francisco Moreira de Carvalho e retirantes na seca de 1877, é ausente a presença das mulheres na formação do agenciamento coletivo.

Pereira, podemos enxergar a construção do agenciamento retirante e a participação das mulheres na evolução do conflito de 27 de janeiro de 1879.<sup>587</sup>

Nossa argumentação é a de que os retirantes, inclusive as mulheres, organizaram-se para conseguir seus gêneros alimentícios pelos serviços nas obras públicas e o direito de socorro aos inválidos. Entretanto, pela ausência dos alimentos e dificuldades de obtê-los, pela corrupção nas comissões e escândalos na Tesouraria provincial, além, é claro, pela repressão das autoridades locais de Mossoró, ocorreram o conflito com a polícia e os saques aos armazéns do governo. Também existem alguns elementos importantes a destacar sobre a análise esse episódio: a presença das mulheres no motim e o uso da violência nas ações lideradas por elas; as possíveis combinações entre as ações coletivas das mulheres e homens retirantes, quanto às suas diferenças e complementaridade; e, por fim, o discurso oficial construído acerca da presença feminina na sublevação de Areia Branca e cidade de Mossoró nas fontes documentais (relatórios, cartas, telegramas e jornais).

O evento do dia 27 de janeiro começou, na verdade, no dia 23, quando um grupo de retirantes faz um cerco à casa do administrador dos socorros naquela povoação, o Sr. João Avelino Pereira de Vasconcelos. O mesmo, “por que não encontrasse bons auxiliares para o ajudarem no serviço da distribuição, ou porque entendesse que esta devia ser feita somente na cidade de Mossoró”, tomou a deliberação de retirar-se para aquela cidade, “sem deixar na Areia Branca alguém que o substituísse”. O povo, acossado pela fome, procurou Francisco Moreira, “que por gênio popular servia ali de proteção a muitos emigrantes, com o fim de servir de medianeiro”. Na ausência de João Avelino, lembrou-se Francisco Moreira de ir ou mandar alguém entender-se com a esposa de Avelino, “reclamando providencias no sentido de mandar abrir o armazém para se acalmasse o animo do povo que, no desespero da fome já começava a sublevar-se”, ao que ela recusou, “dizendo que não tinha seu marido deixado ordem alguma a respeito das providencias que lhe eram pedidas, nada podia fazer”. Isto, contudo, foi bastante “para que o povo entendesse que devia tomar uma vindicta do encarregado da distribuição na pessoa de sua mulher, sitiando-lhe a casa, e dirigindo-lhe palavras insultuosas”.<sup>588</sup>

---

<sup>587</sup> Infelizmente, não encontramos o inquérito da justiça do réu Francisco Moreira de Carvalho no Arquivo Nacional e no Arquivo Público de Pernambuco. Também não conseguimos esse material no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, pois estão há alguns anos em processo de reforma de sua estrutura, inviabilizando, assim, pesquisas internas, apesar da parceria com o LABIM (Laboratório de Imagens - Digitalização de Documentos Históricos), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>588</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Mortes e Ferimentos”. In: *Brado Conservador*. Anno IV. Nº 65, Cidade de Assú, 21 de fevereiro de 1879, p. 02.

No relatório de Lafayette Pessoa existem partes do inquérito policial que discorre que Antônio Cypriano de Araújo e Silva, que então dirigia a mesa de rendas gerais de Mossoró, incumbira a Francisco Moreira de Carvalho “a construção de um pequeno açude, com o trabalho de retirantes, e mediante uma gratificação de 18 litros diários de farinha, quantidade posteriormente aumentada pelo administrador da mesa, João Avelino Pereira de Vasconcellos”. E, apesar da ausência de gêneros para socorros públicos, queria Francisco Moreira de Carvalho “que lhe fossem prestados, e neste intuito mandou pelas mulheres retirantes, no dia 23 de janeiro, cercar a casa do administrador João Avelino, na ausência deste, cuja família se pretendia reduzir a fome”. Entretanto, a pedido de “diversos cidadãos foi levantado o cerco, depois ultrajada a mesma família pelas pessoas que a sitiavam. Ciente do ocorrido, o administrador enviou 50 sacos de farinha que pode comprar em Mossoró, onde achava doente”<sup>589</sup>.

A matéria do jornal *Brado Conservador* e o trecho do inquérito policial acerca do início do episódio descrevem como os retirantes procuraram Francisco Moreira de Carvalho para servir de mediador com a comissão de socorros, com relação aos gêneros alimentícios que estavam em falta. Uma das estratégias encontradas foi enviar um grupo de mulheres à residência de João Avelino, responsável pelos víveres na povoação. Se, no início do cerco das mulheres retirantes, o objetivo seria saber o porquê da falta de gêneros pelo comissionado, logo em seguida uma multidão mista resolveu atacar a esposa de João Avelino, insultando-a e cercando ainda mais sua casa. Mesmo doente, João Avelino não deixou de enviar para os retirantes amotinados umas cinquenta sacas de farinha<sup>590</sup>, após saber do ocorrido em sua residência. Assim, a prática do cerco, uma estratégia comum da multidão para pressionar e negociar com as autoridades, tinha atingido seu propósito de conseguir alimento. Porém, os retirantes sofreriam com a repressão nos dias seguintes.<sup>591</sup>

João Avelino, ao que parece, mantinha boas relações com Francisco Moreira de Carvalho e com outras famílias de retirantes que prestavam serviços nas obras públicas e que

---

<sup>589</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Ministério da Justiça. Ministro Lafayette Rodrigues Pereira. Relatório do Ano de 1878 Apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura (Publicado em 1879). Inclui Anexos, p.04-05.

<sup>590</sup> “Já provei com documentos exuberantes, que, no dia 26 de janeiro, passei doente no porto de Santo Antonio, em casa de D. Joanna Francisca Cavalcanti, distante légua e meia da cidade”. BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Ao Publico”. In: *O Liberal*. Rio Grande do Norte. Anno V. Nº 24, 14 de junho de 1879, p. 03.

<sup>591</sup> João Avelino “tomara a providencia de mandar fornece-lhe alguma farinha e officiar ao delegado de policia e commandante do destacamento, alferes Manoel Rodrigues para tomar conhecimento dos factos. Moreira recebeu a farinha, suspendeu o cerco e protestou não voltar mais. No dia 26, porem, anunciam-se novos movimentos na Areia Branca: o administrador da meza de rendas manda para ali o delegado com a força pública”. BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Carnificina em Mossoró”. In: *Cearense*. Ceará. Anno XXXIII. Nº 15. Nove de fevereiro de 1879, p.03.

recebiam auxílios diretos e até diferenciados pelo administrador, como ele mesmo descreveu meses depois.

[...] foi uma das providências que tomei dar cartões marcando rações por 8 e 13 dias, as famílias que estavam no caso de serem socorridas, entre estas, que erão em grande numero, estavam de Vicente Peixoto que era numerosa, aquelle dei um cartão para 6 litros de farinha diariamente, carne e arroz, quando tinha, correspondente. Esse Broxado (*da cidade de São Miguel*) é cunhado de Francisco Moreira de carvalho, a quem dei igual cartão. O capitão José Pedro Pereira Fagundes é primo do Dr. Luiz Carlos, pai de numerosa família e paupérrimo, a quem dei igual cartão. [...] Entre outras famílias, nesse mesmo tempo, mandei dar a Sra. de Francisco Moreira de Carvalho umas saccas de farinha, meia de feijão, 20 litros de arroz e carne e a D. Rachel, sogra do ex administrador Araujo e Silva, 1 sacca de farinha, feijão, arroz e carne, e o mesmo fiz com outras famílias também necessitadas<sup>592</sup>.

Sabemos pouca coisa da trajetória de Francisco Moreira de Carvalho. Nascido em São Miguel, teria organizado um grupo de sessenta indivíduos para apresentarem-se na Corte como soldados para a Guerra do Paraguai, concedendo-lhe mais tarde o Governo Imperial a patente de Alferes. Ligado ao partido conservador na província do Rio Grande do Norte chegou a ser entusiasta abolicionista, a partir de 1883.<sup>593</sup> Entretanto, já na década de 1870, foi condenado pela justiça por crimes cometidos na cidade de Pau dos Ferros.<sup>594</sup>

A família de Francisco Moreira de Carvalho teria vindo da vila de São Miguel como retirantes nessa seca de 1877. Provavelmente fazia parte de grupos que possuíam algum cabedal e influência e que acabaram entrando em ruína nesses dois anos de estiagem. No relatório de Lafayette Rodrigues Pereira somos informados de que Francisco Moreira recebia diariamente 18 litros de farinha pela construção de um pequeno açude, além do cartão distribuído aos chefes de família, marcando os dias de pagamento das rações (8 a 13 dias), como também outros gêneros oferecidos a sua esposa, pelo próprio João Avelino<sup>595</sup>.

<sup>592</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Ao Publico”. In: *O Liberal*. Rio Grande do Norte. Anno V. Nº 24, 14 de junho de 1879, p. 03.

<sup>593</sup> NONATO, Raimundo. *Os Revoltosos de São Miguel – 1926*. 3º Ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Coleção Mossoroense, Série “C”, v. 1567, 2009, p. 19.

<sup>594</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. “Policia” In: Falla com que o exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª sessão da vigésima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, em 13 de julho de 1874. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1874, p. 12. BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Ministerio da Justiça”. *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XVIII. Nº 105. Segunda-feira, 10 de maio de 1875, p. 01.

<sup>595</sup> Em trechos de uma carta publicada pelo jornal *Correio de Natal* no dia sete de fevereiro de 1879, e divulgada pelo periódico *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, comenta que o episódio em Areia Branca teria um dos motivos a demissão de Francisco Moreira de Carvalho pelos auxílios nos socorros públicos na localidade: “Não se pense que este conflito, agora dado em Mossoró, teve somente por base a falta dos socorros à pobreza, não: o que principalmente lhe deu origem foi a demissão que João Avelino, de combinação com o tenente-

Essas distinções entre retirantes são importantes para percebermos as relações de poder existentes entre comissionados, elites locais e sertanejos pobres. Enquanto uns adquirem mais auxílios, outros vão sobrevivendo à mingua. Por outro lado, revela-se uma “empatia” e uma “solidariedade” de Francisco Moreira de Carvalho para com os demais retirantes que não estavam recebendo os salários. Para ele, a melhor estratégia era a organização e a cooperação entre todos naquele contexto. O que viria acontecer no enfrentamento com a força pública.

No dia 27 de janeiro, chegando a Areia Branca o alferes Rodrigues Pessoa com um contingente de praças a fim de manter a ordem pública e conduzir a referida família de João Avelino, “soube de diversos fatos criminosos e da marcha de Moreira, que resistiu à ordem de prisão”. Foi então que um “grupo de mulheres investio contra aquele oficial que empurrou-as com um bacamarte, recebendo dos saquezes de Moreira um tiro, que prostou moribundo”. Travou-se uma batalha sangrenta, resultando ficarem feridos as praças do destacamento e morrerem três soldados, um homem do grupo e posteriormente mais dois, sendo um no mesmo dia e outro dia depois. Tão repentino “foi o conflito que os soldados não puderam disparar as armas, que se encontraram carregadas. Um filho de Moreira, de nome Remigio, mandou matar a cacete um dos soldados que fugia para o quartel; mas uma das testemunhas intercedeu por ele”. Também se verificou nas fontes que a força pública, ao final, repelira “o grupo resistente, que se achava armado de facas, espingardas e cacetes, sendo capitaneado por Moreira de Carvalho, que golpeou com a espada o alferes moribundo”.<sup>596</sup>

Nessa descrição é notório o protagonismo das mulheres no enfrentamento direto e no uso da violência no motim, inclusive, não se intimidando com a presença do alferes Rodrigues Pessoa, lançando-se contra ele e seus guardas e desencadeando, logo em seguida, o confronto entre retirantes e a força pública. Assim, não era via de regra que as mulheres, nas sublevações violentas, estavam na retaguarda dos homens quando o confronto direto iniciava-se; como argumentou E. P. Thompson, não podemos estereotipar e generalizar os papéis de gênero nos motins, mas compreender sua constituição e evolução a partir de uma série de

---

coronel João Chrysostomo, e a instancias deste, deu a Moreira de S. Miguel, que aqui estava encarregado, pelo mesmo Avelino, de distribuir socorros aos necessitados, o que fazia a contento desses. [...] O João Chrysostomo é inimigo de Moreira, o qual chegou a convencer-se de que sua destituição da incumbecia em que se achava provinha do empenho de João Chrysostomo, de acordo com certos interesses de Avelino”. BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. Anno 58, nº 49, terça-feira, 18 de fevereiro de 1879, p.01.

<sup>596</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Ministério da Justiça. Ministro Lafayette Rodrigues Pereira. Relatório do Anno de 1878 Apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura (Publicado em 1879). Inclui Anexos, p.04-05.

ações de complementaridade, iniciativas e papéis construídos entre os dois sexos em cada contexto específico.

Outros jornais do Norte também narraram o episódio através de correspondências e telegramas recebidos. Neles, é destacada não só a figura de Francisco Moreira de Carvalho como líder dos retirantes, como também a presença das mulheres no momento do conflito direto.

A nossa liberdade, honra e vida estão em perigo. No dia 27 do corrente, pela manhã, seguindo em diligência desta cidade para a Barra de Mossoró o alferes Manoel Rodrigues Pessoa, com o fim de apaziguar os ânimos exaltados de *um grande numero de retirantes capitaneados pelo tenente Moreira, de S. Miguel*, e encontrando essa gente armada e disposta a entrar em combate, deu dito alferes voz de prisão a Moreira, mas este respondeu-lhe com um tiro de bacamarte, cahindo imediatamente morto o infeliz alferes. Os soldados, vendo seu chefe assassinado, fizeram uma descarga, conseguindo por fora de combate alguns dos scelerados de Moreira, porém, como estes eram grande numero, fizeram fogo por sua vez e mataram alguns soldados, ferindo outros. [...] *Um grande grupo de mulheres, também da gente de Moreira, cahiram como serpentes sobre os pobres soldados feridos, e a cacete e pedra contundiram-nos horivelmente*<sup>597</sup>. (grifo nosso)

O conflito, nessa descrição, começou quando a multidão retirante não obedeceu a voz de prisão de Manoel Rodrigues Pessoa, que foi atingido na presença de seus guardas. Mas o que chama a atenção é o uso da violência pelas mulheres retirantes sobre os soldados feridos pelos seus companheiros no início da revolta. Com cacetes e pedradas elas espancaram a força pública já fora de combate. Assim, uma estratégia de luta se constrói entre os retirantes nesse episódio: enquanto os homens armados descarregam suas balas sobre os soldados, as mulheres surgem com armas brancas para inutilizar ou matarem de vez a guarnição ferida.

Em outra narrativa do confronto publicada pela imprensa cearense, as mulheres retirantes estavam ocupando a vanguarda da multidão de sertanejos no dia 27.

[...] teve então lugar a explosão que se esperava, a grande carnificina, Moreira a frente de 2000 retirantes, *fazendo as mulheres ocupar a vanguarda, dirigiu-se a casa onde se achava aquartellada a força e atacou-a*. O alferes commandante dirigindo-se a Moreira, que se achava na rectaguarda dos sedisiosos a da-lhe vós de prisão; cahe porem varado por uma bala. *As mulheres, que pareciam sedentas de sangue, atiram-se ao infeliz e acabam de matal-o a cacetadas*. Moreira triunphante, insulta o cadáver da victima de sua ferocidade. *Depois de um horrível tiroteio cahem mortos 4 praças, 2 mulheres e 4 retirantes do grupo de Moreira, além de um*

<sup>597</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. Colaboração. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXII. Nº 48. Quinta-Feira 27 de Fevereiro de 1879, p. 02.



*grande número de feridos da parte a parte. Depois disso a villa ficou em alarme e a ordem publica seriamente compromettida. Notícias posteriores a estas dizem que Moreira, senhor da vila, atacara o armazém de socorros públicos e roubara todos os gêneros que nelle existiam.*<sup>598</sup> (grifo nosso).

Não saberemos se a estratégia das mulheres à frente da multidão de retirantes foi pensada por elas ou pelo próprio Francisco Moreira de Carvalho, para talvez não sofrerem algum tipo de ataque do destacamento de polícia; mas o que é importante é o regime de cooperação existente no conflito, ou seja, a atuação das mulheres retirantes, sertanejos e Francisco Moreira: as mulheres ocupando a liderança da multidão frente à força pública do alferes Manoel Rodrigues Pessoa enquanto Francisco Moreira de Carvalho estava na retaguarda, protegendo-se entre os demais retirantes armados. Quando explode o confronto em seguida, as mulheres descarregam sua fúria sobre o moribundo alferes Rodrigues e soldados alvejados. Assim, o conflito torna-se um misto de homens e mulheres contra a tropa enviada de Mossoró, onde as vítimas mostram-se compostas da seguinte forma: quatro praças, duas mulheres e quatro retirantes mortos.

A ausência da força pública, junto ao medo nas elites locais, foi um quadro pintado dias após o episódio de 27 de janeiro, como mostram os jornais vistos anteriormente; logo, os boatos de roubos, saques e distúrbios foram frequentes nesse meio tempo entre os retirantes da cidade de Mossoró e o do próprio grupo de Francisco Moreira, em Areia Branca. Igualmente, começa o processo de negociação das exigências da multidão retirante as autoridades públicas.

[...] Está tudo em abandono, e a cidade sem guarnição alguma. [...] Além dos acontecimentos da Barra, *também já por aqui vão aparecendo alguns roubos, tiros, cacetadas, etc.* [...] *Continuando as exigências de Moreira, que não quer só farinha para si e para os seus mil bandidos, e sim carne, arroz, café, assucar, etc., fugiram também na madrugada de hoje, 30 do corrente, o farmacêutico H. Montenegro, encarregado do serviço médico e membro da comissão de socorros, e o grande Sant`Anna, por não poderem satisfazer a Moreira e recuarem o bacamarte e a faca*<sup>599</sup>.

A fuga dos comissionados da cidade de Mossoró acarretou uma reunião no dia 30 de janeiro na casa do vigário Antônio Joaquim Rodrigues, com a participação de autoridades locais como José Alexandre Freire de Carvalho, Joaquim Bernardo de Sá Barreto, Antônio

<sup>598</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Carnificina em Mossoró”. In: *Cearense*. Ceará. Anno XXXIII. Nº 15. Nove de fevereiro de 1879, p.03.

<sup>599</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Collaboração”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXII. Nº 48. Quinta-Feira 27 de fevereiro de 1879, p. 02.

Filgueira Secunde e João Belizário da Silva Câmara, para “o fim de se tomar algumas medidas que possa prevenir o carrancudo futuro que ameaça essa cidade, e logo tratar-se de nomear uma junta provisória de cinco membros, para tomar a direcção dos soccorros”. A junta composta “espera-os não só a respeito de víveres para soccorrer as urgências da classe miserável, dignando-se igualmente de mandar pessoa habilitada que tome a direcção das distribuições” como de força que faça “respeitar as mesmas distribuições, e desassombrar ao cidadão pacífico”. Entretanto, essa comissão se vê na “estreita necessidade de comprar alguns víveres para ir suprimindo as maiores necessidades, e esta medida carece da aprovação de V. Ex.<sup>a</sup> a quem submisso por esta vez a pede”<sup>600</sup>. Mesmo assim, a junta formada pelas elites locais não conseguiu remediar a tempo a situação; desse modo, a procura dos presidentes das províncias do Ceará e de Pernambuco foi uma saída encontrada.

O presidente do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros, recebeu um telegrama enviado da cidade de Aracati no dia primeiro de fevereiro acerca dos fatos ocorridos em Areia Branca, contando que uma desordem foi promovida por “Francisco Moreira de Carvalho e por Jesuino com o seu grupo de malfeitores, que foi atacado e assassinado o comandante do destacamento e completamente aniquilado a força sob seu comando”, e que a ordem publica “corria grande perigo na cidade de Mossoró”. Dias depois, chegou à cidade o farmacêutico Dr. Henrique Câmara, trazendo em nova mensagem que “aquelles acontecimentos não concorreria Jesuino” e os distúrbios e assassinatos “tinham sido feitos pelos indigentes aglomerados na Areia Branca e capitaneados por Moreira em razão de não haverem sido attendidos pelo Administrador da Mesa de Rendas as exigencias de viveres”, acrescentando que Francisco Moreira de Carvalho “ameaçava atacar a cidade de Mossoró, e principalmente a vida do Administrador da Mesa de Rendas, pelo que este funcionario resolvia sahir daquela Cidade, e vir refugiar-se no Aracaty”, o que o mesmo fez em seguida, mas que depois de chegar “soubera que Moreira havia realizado a sua ameaça em relação a cidade de Mossoró assaltando nove depósitos de viveres e apoderando-se de tudo que neste encontrava”<sup>601</sup>.

Nesse telegrama ao presidente do Ceará não aparece menção da participação das mulheres retirantes no confronto de Areia Branca e nos possíveis saques à cidade de Mossoró. Entretanto, lê-se no *Diário de Pernambuco* um telegrama do vice-presidente em exercício no Rio Grande do Norte, Mathias Antônio da Fonseca Morato, dirigido ao presidente Dr. Adolf de Barros, de Pernambuco, onde declara achar-se restabelecido “o império da lei, e as

---

<sup>600</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. IJJ<sup>9</sup> 212, p. 184.

<sup>601</sup> ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Série Interior. IJJ<sup>9</sup> 212, p. 190.

autoridades procedem de forma a que se não reproduzam os factos ali havidos nos últimos dias”. Por outro lado, os rumores de saques à cidade de Mossoró, como disseram na província do Ceará, foram classificados como “infundados, apenas as mulheres, por falta de socorros tentaram fazer distúrbios”<sup>602</sup>.

Todavia, criminalizar e desqualificar as ações das mulheres retirantes nessa sublevação é uma estratégia presente em várias fontes e, sobretudo, no discurso da imprensa nortista. Acompanhamos até agora como a representação das mulheres na descrição do episódio pelos jornais (por exemplo, como “serpentes” e “sedentas de sangue”) procuram estereotipar suas ações coletivas diante de suas iniciativas no confronto violento com a força pública e, em seguida, ofuscar seu protagonismo nos episódios de motim, assim como construir uma imagem de que sozinhas não seriam capazes de efetuarem os saques como outras ações em massa na cidade de Mossoró e Areia Branca (“apenas as mulheres, por falta de socorros tentaram fazer distúrbios”), sendo necessária a liderança de Francisco Moreira de Carvalho e a presença de outros retirantes.

O jornal *Diário de Pernambuco* divulgou em suas páginas o desfecho do conflito do dia 27 de janeiro. À requisição dessa autoridade, “o exm. sr. presidente da província fez seguir, hontem a tarde, para o porto de Natal, no vapor Imperador, de propriedade do Exm.sr. Visconde do Livramento, 50 praças do 14º batalhão de infantaria de linha, e 29 de imperiais marinheiros”<sup>603</sup>. No dia 12 de fevereiro volta à capital Natal a diligência do chefe de polícia, Joaquim Tavares da Costa Miranda, responsável para sindicarem os acontecimentos na cidade de Mossoró. O magistrado teve,

[...] mais uma oportunidade para fazer triumphar a causa da justiça, procurando a punição dos autores de tão sanguinolento drama. Depois do inquérito, procedeu à formação da culpa, tendo pronunciado 21 pessoas, sendo 19 homens e duas mulheres, effectuando logo a prisão dos seguintes indivíduos: Francisco Moreira de Carvalho, Cypriano Rangel de Oliveira, João Cardoso de Mello, *Maria Alves de Jesus*, *Maria Francisca do Nascimento*, Francisco Cavalcante da Silva, Rogerio Bernado de Souza, Francisco Ferreira Maia e Antonio Francisco Borges, pronunciados nos artigos 294 segunda parte, 116 segunda parte, 193 e 205 do código criminal. Todos os capturados acham-se recolhidos a cadeia desta capital.<sup>604</sup> (grifos nossos)

<sup>602</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Rio Grande do Norte”. In: *O Cearense*. Ceará. Ano XXIII. Nº 22. 26 de fevereiro de 1879, p. 02.

<sup>603</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Rio Grande do Norte”. In: *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Anno LV. Nº 30. Quinta-feira, seis de fevereiro de 1879, p. 03.

<sup>604</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Rio Grande do Norte”. In: *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Anno IV. Nº 73. Sábado, 29 de maio de 1879, p. 02.

Os acusados foram indiciados pelos crimes de resistência, homicídio, ferimentos e outras ofensas físicas e ajuntamentos ilícitos pelo código criminal do império.<sup>605</sup> No inquérito policial transcrito pelo magistrado Lafayette Pereira em seu relatório, os acusados nesse processo pelo chefe da polícia provincial, o Sr. Costa Miranda, têm sua identificação completa, sendo: Francisco Moreira de Carvalho, Ludgero Bernado de Souza, Francisco Cavalcanti da Silva, Cypriano Rangel de Araujo, João Cardoso de Mello, Manoel Francisco Borges, Antonio Ferreira Maia, Maria Alves de Jesus, Regemiro de tal, Brandão de tal, José Antonio, Salvino de tal, José Pereira, Delfino Costa, Jeronymo de tal, Maximiano de tal, Agostinho Saborá, um velho cujo nome se ignora e a complice Maria Francisca do Nascimento<sup>606</sup>.

Passados alguns dias, em 26 de fevereiro o vice-presidente do Rio Grande do Norte envia uma carta ao presidente da província de Pernambuco, Dr. Adolf de Barros, agradecendo a cooperação do restabelecimento da ordem pública pelas tropas enviadas à cidade de Mossoró.

Achando-se felismente restabelecida a tranquilidade publica na cidade de Mossoró, para onde havia um dos meus antecessores feito seguir a força auxiliar que requisitara a V. Ex.<sup>a</sup> composta de cinquenta praças de linha e vinte de imperiais marinheiros, cumpre-me cientificar a V. Ex.<sup>a</sup> que nesta data acabo de expedir as convenientes ordens para que a dita força regre-se a essa província no primeiro vapor que para ahi houver de seguir. Prevaleço-me deste mesmo ensejo para agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> a sua valiosa cooperacção no prompto restabelecimento da ordem publica naquele ponto da província<sup>607</sup>.

Dias depois, em uma carta particular da cidade de Natal para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, no dia 18 de março, narrava que a opinião pública “aqui e principalmente em Mossoró, se manifesta em sentido favorável a Moreira, que é tido como cidadão prestimoso”, logo, fazendo recair a responsabilidade dos fatos sobre o “administrador de rendas geraes, sobre quem, peza graves acusações e que apenas sofrem a demissão do cargo”. Francisco Moreira de Carvalho quando soube que queriam prendê-lo, “foi entregar-se,

---

<sup>605</sup> Sobre os artigos e capítulos do código criminal do império de 1830 consultar: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm).

<sup>606</sup> CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Brazilian Government Documents*. Ministério da Justiça. Ministro Lafayette Rodrigues Pereira. Relatório do Anno de 1878 Apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura (Publicado em 1879). Inclui Anexos, p.04-05.

<sup>607</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO JORDÃO EMERENCIANO/BR APEJE. *Coleção Correspondências entre os Presidentes de Província*, PP 53, SP.

tornando-se portanto desnecessário o aparato de força, requisitada até da província vizinha”<sup>608</sup>.

Os acusados do conflito de 27 de janeiro entraram numa espécie de briga entre as autoridades da província. Alguns indivíduos como o juiz municipal de Mossoró, Dr. Manoel Hemetério Raposo de Melo, e o chefe de polícia da província, Costa Miranda, acusavam que Francisco Moreira de Carvalho e seu bando estavam tendo proteção oficial do governo, como na figura do conservador e presidente da intendência da cidade de Mossoró, Francisco Gurgel de Oliveira<sup>609</sup>. Ele responde a acusações do chefe de polícia Costa Miranda e do Dr. Hemetério sobre cartas confidenciais que lhe acusam de “protetor de facínoras”, principalmente pela absolvição dos indiciados no início de dezembro de 1879. Francisco Gurgel de Oliveira escreveu uma carta a seus opositores em 24 de dezembro, publicada no dia 31 pelo *Jornal de Recife*.

Tive a infelicidade de encontrar-me com ele (Dr. Manoel Hemetério Raposo de Melo), exercendo eu o cargo de juiz municipal suplente deste termo, e o choque, que eu supunha inevitável, não demorou em manifestar-te. Devendo responder ao jury o alferes Francisco Moreira de Carvalho e outros accusados pelos factos lamentáveis da Areia Branca à 27 de janeiro deste anno, aquelle doutor protelou por todos os meios o respectivo julgamento: - ora não queria convocar o jury no prazo da lei; ora adiava o julgamento sob os mais fúteis e insustentáveis fundamentos; ora fugindo calculada e vergonhosamente para a capital *com o fim de prejudicar os pobres homens e mulheres, que há tempos se achavam presos, e que, (nota-se bem) se haviam apresentado voluntariamente à prisão para tratarem de suas defesas! A absolvição plena do alferes Moreira e seus companheiros veio provar que o procedimento do juiz fujão só tinha assento no ódio, menos na razão e no direito. É que nunca falhou a justiça de Deus*<sup>610</sup>. (grifos nossos)

<sup>608</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Rio Grande do Norte”. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. Anno 58. Nº96. Domingo, seis de abril de 1879, p. 02.

<sup>609</sup> Francisco Gurgel de Oliveira nasceu em Caraúbas (RN) no dia 7 de setembro de 1848, filho de Antônio Francisco de Oliveira e de Quitéria Ferreira de São Luís. Em 24 de outubro de 1866 tornou-se genro do conselheiro Luís Gonzaga de Brito Guerra, barão do Assu, ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, ao casar-se com Maria dos Anjos de Brito Guerra, filha deste e de sua irmã, portanto sua sobrinha, então com 15 anos. Viúvo, voltaria a casar-se em 9 de outubro de 1880 com Apolônia Ferreira da Nóbrega, também filha de Luís Gonzaga com a segunda mulher, então com 14 anos, a quem batizara no mesmo dia de seu primeiro casamento. Presidente da intendência de Mossoró entre 1877 e 1880, e chefe político da região, alcunhado de “Cônsul do Sertão”, em 1878 tornou-se líder do Partido Conservador no Rio Grande do Norte, designado pelo fundador do partido na província, o padre Antônio Joaquim Rodrigues, do púlpito de sua igreja. Foi também sócio instalador da Sociedade Libertadora Mossoroense. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GURGEL.%20Francisco.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2020.

<sup>610</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Mossoró – Ao Governo e ao Público”. In: *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXII. Nº 300. Quarta-feira, 31 de dezembro de 1879, p. 02.

Nesses fragmentos expostos, mostra-se que Francisco Moreira de Carvalho e demais retirantes entregaram-se voluntariamente para a diligência enviada no mês de fevereiro, sobre a liderança do chefe de polícia Costa Miranda. Portanto, esse ato encerraria o grande conflito e as ações em massa, desencadeadas desde o dia 24 de janeiro até 12 de fevereiro de 1879.

Não sabemos se continuaram as ações diretas e outros tipos de organização retirante depois das prisões e da presença dos militares na cidade de Mossoró. Podemos inferir que os sucessos da multidão em episódios de ações coletivas vinham sempre acompanhados de novos carregamentos de farinha, segurança armada e, às vezes, mudanças de funcionários na comissão de socorros. O interessante é frisar que o agenciamento dos retirantes através das ações diretas como os cercos, as marchas, os saques e os confrontos violentos, como os que aconteceram na povoação de Areia Branca, não segue padrões definidos e acabados no tempo e espaço, mas está mais próximo de uma dimensão fugidia de controle dos seus participantes, como George Rudé argumenta:

Embora os motins tivessem tendência a seguir padrões tradicionais, mesmo o mais breve deles raramente surgirá já pronto. Até mesmo uma greve local, ou um motim da fome, ganharia força a partir de um começo modesto e teria pontos de partida, clímax e conclusão claramente definidos. [...] Em sua forma mais característica, o motim ou rebelião que cresceu desde um início relativamente pequeno num mercado, numa taberna, numa padaria, num açougue ou casa de vinhos, ou foi “deflagrado” por uma palavra ao acaso ou por um ato de provocação e, graças a isso, ou por outros meios, pode assumir uma dimensão e um impulso que ninguém, nem mesmo o mais experiente dos líderes, poderia ter planejado ou esperado<sup>611</sup>.

Em um olhar panorâmico sobre a presença feminina no episódio de Areia Branca e Mossoró, a mesma ganha destaque nos vários momentos em que a multidão resolveu dialogar, negociar e enfrentar as autoridades locais responsáveis pelo provimento dos socorros públicos. Sua presença no discurso oficial surge justamente do “estranhamento” das suas ações pela justiça imperial e imprensa nortista, impressionadas por encontrá-las ao lado de seus parceiros na multidão e, principalmente, pelo uso da violência como ferramenta de protesto. Insubmissas, elas insultaram, sitiaram, lutaram, saquearam, morreram, foram presas, julgadas e absolvidas, da mesma forma que seus companheiros retirantes. Evidenciar as ações dessas mulheres não é importante somente para entender os elementos da própria multidão e coletividade, também é uma tarefa essencial na reconstrução da escrita da história,

---

<sup>611</sup> RUDÉ, George. *Op. Cit.*, p. 260.

reconhecendo-as como sujeitos político e histórico inseridas no processo social e nas relações sociais como um todo.

Algo a ser destacado é que essas investidas de grupos de mulheres não ocorreram apenas em Areia Branca e Mossoró, isto é, não era um evento avulso nesse contexto da seca de 1877/1879. Na capital Natal, os retirantes estavam percebendo os problemas decorrentes das decisões do governo na compra e distribuição de gêneros alimentícios que deveriam servir como pagamentos por seus trabalhos nas obras públicas. De janeiro a fevereiro de 1879, as notícias das dívidas e embaraços administrativos da província estavam circulando entre os jornais e grupos políticos rivais na província; igualmente, um quadro de escassez e falta de verbas para os socorros públicos era evidente.

Fernanda Massarotto Dandaro e Renato Leite Marcondes argumentam que a grande seca parece ter gerado um “grande desembolso por parte do governo na forma de socorro público, que correspondeu a mais de 5 milhões em libras esterlinas” nas províncias do Norte do Império, e que entre os anos de 1878-1879 foram gastos uma média de 4 milhões que, além das despesas comuns, “ainda incluíam compra e aluguel de animais, alojamentos, instrumentos agrícolas e sementes e indenizações de estragos, sendo a despesa mais significativa a realizada com compra de alimentos”<sup>612</sup>. Prontamente, em função da seca de 1879, a província do Rio Grande do Norte tinha um dos repasses mais altos<sup>613</sup>. Possivelmente, esse ponto é um dos motivos da revolta dos retirantes em várias localidades como Mossoró, Macau e Natal, pois havia verba pública e existia muito gasto com compra de alimento, materiais de construção etc., mas havia também corrupção, desvio e esquemas fraudulentos.

No dia 13 de fevereiro o *Jornal do Recife* publicara um telegrama de Natal: “outro disparate, porém de consequências reais e muito graves, foi a ordem para o fechamento da tesouraria, que esteve privada durante nove dias de recolher rendas arrecadadas pelos coletores que vieram de longe prestar as contas do último trimestre”. Não se pagou a tropa ou funcionários gerais e todos passaram privações por não receberem seus ordenados, incluindo “os infelizes flagelados pela seca e que não podem resistir a fome, morreram por falta de socorros!!! O Dr. Montenegro segue agora para a corte, afim de escrever a tal respeito e defender-se, conduzindo para isso documentos importantíssimos”. O Dr. Morato, que passa a

---

<sup>612</sup> DANDARO, Fernanda Massarotto. MARCONDES, Renato Leite. *Obras Públicas no Contexto Regional: secas e gastos no Nordeste Brasileiro (1860-1940)*. Rev. Econ. NE/Fortaleza, v. 49, n.3, 2018, p. 123.

<sup>613</sup> Dandaro e Marcondes (2018), a partir dos dados dos relatórios do Ministro de Obras Públicas, mostram que os gastos em obras e socorros públicos, as províncias do Ceará e Rio Grande do Norte foram as que mais desembolsaram do cofre do Governo no período de 1877-1914. No Ceará, as obras foram em média 1.835.482\$ e os socorros 4.522.564\$. Já no Rio Grande do Norte, 948.337% e 1.089.530, respectivamente. DANDARO, Fernanda Massarotto; MARCONDES, Renato Leite. *Op. Cit.*, p. 123.

ocupar o cargo 1º vice-presidente, estava “passando pelas mesmas torturas que seu antecessor, visto como o escriturário do Tesouro não o leva em consideração”<sup>614</sup>.

A rápida presidência de Euclides Diocleciano de Albuquerque, entre os dias sete a quatorze de fevereiro de 1879, não deixou de registrar os desgastes dos cofres públicos e a situação dos retirantes na capital da província do Rio Grande do Norte.

Quando em dias do mez de fevereiro do anno passado assumia a administração da província na qualidade de seu 2 vice-presidente, encontrei cahido pelas ruas, extorcendo-se nos horrores da fome, *grupos de infelizes retirantes que não podião trabalhar, na maior parte mulheres e crianças, e que tinham procurado esta cidade em busca de socorros distribuídos pelo governo; ao mesmo tempo outros grupos desses infelizes, que tinham sido ocupados em obras publicas mediante salario, percorrião as ruas, agglomeravão-se em frente do palácio exigindo o salario resultado do seu trabalho e que até certa data era satisfeito com regularidade.* [...] Nesta ocasião fui informado por pessoas que estavam presentes e pelo encarregado de que no deposito não havia gêneros, visto como tendo o meu antecessor comprado 2.000 saccas de farinha para socorrer ao grande numero de indigentes, tinha o vendedor, que já havia começado a entregal-as, mandado que seu preposto nesta cidade parasse com a entrega. [...] Insisti para que ele sustentasse a venda que havia feito no tempo do meu antecessor que assegurava lhe mandaria fazer effectivo seu pagamento. Não quis annuir a esta proposta dizendo-me que o estado anarchico da tesouraria não dava garantia a pessoa alguma<sup>615</sup>. (grifos nossos)

A “falta de créditos”, a péssima administração e a corrupção das comissões de socorros públicos consequentemente prejudicaram o abastecimento dos gêneros alimentícios em vários pontos de concentração de retirantes na província do Rio Grande do Norte, como Areia Branca, Natal, Mossoró e Macau. No final de 1878, também se amplia a estratégia das autoridades de converterem os socorros públicos em “salários” para os trabalhos nas obras públicas e melhoramentos materiais efetuados pelos sertanejos na província. Assim, um quadro de insatisfações estava se compondo entre os retirantes contra as autoridades, pois mesmo “aceitando” a trabalhar nas obras de melhoramento material para receber os socorros, não estavam adquirindo sua alimentação como espécie de salário e muito menos as crianças e mulheres que, consideradas como grupos de inválidos que teriam o direito legal aos gêneros, também acabavam no labor dos serviços das obras públicas.

<sup>614</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXII. Nº 36. Quinta-feira, 13 de fevereiro de 1879, p. 01.

<sup>615</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. “Publicação Solicitada”. In: *O Liberal*. Rio Grande do Norte. Anno VI. Nº09. 21 de maio de 1880, p. 02.



Não demorou para que grupos de mulheres se organizassem para protestar e saquear os armazéns do governo na capital da província: “Ontem nesta capital as mulheres em número superior à 200, que haviam trabalhado nas obras públicas” e não receberam salário por culpa do comissário do tesouro, “foram aos armazéns do governo e os arrombaram, conduzindo algumas sacas de farinha, depois que andaram pelas ruas bradando contra o governo, que não queria pagar o seu trabalho!!! Quanta miséria!![...]”. Na noite seguinte houve um “segundo arrombamento dos armazéns pelas mulheres emigrantes, que no desespero da fome, conduziram apenas 9 sacas de farinha que o governo já comprou e o comissário do tesouro ainda não quis pagar”. Consta-se que o comissário havia se trancado na sua residência “para evitar que elas o atormentem. Retirando-se hoje o Dr. Chefe de polícia e ficando esta capital, quase sem força pública, é muito de reear graves acontecimentos muito breve, devendo pesar a culpa de tudo sobre o ministério”<sup>616</sup>.

As mulheres retirantes estavam organizadas em suas ações de saque aos armazéns enquanto também atormentavam a vida do comissário do tesouro da cidade de Natal, pois queriam o pagamento de seu trabalho nas obras públicas nesta seca de 1877-1879. Importante ressaltar a proximidade dos eventos ocorridos na povoação de Areia Branca e na cidade de Natal. Como as notícias espalhavam-se através de rumores entre vários segmentos da sociedade, não seria improvável que as ações coletivas das mulheres naquela localidade não influenciassem a multidão de retirantes que se encontrava em precária situação na capital.

Todavia, a fome não pode ser encarada como única e exclusiva chave de explicação aos episódios de saques, pelo contrário: existe uma prática política e cultural diluída na organização e na atitude dos sujeitos capaz de pressionar as estruturas de poder dos grupos dominantes. E as mulheres camponesas possuíam seus códigos e protocolos, como também motivações e responsabilidades mútuas com seus companheiros e familiares em contextos de privações. Como frisou E. P. Thompson, “talvez os pobres de ambos os sexos fossem parceiros melhores nos tempos difíceis do que supomos”. Quiçá os homens “tivessem papel mais proeminente nos motins da fome que as mulheres, talvez não”; mas existiam muitas mulheres envolvidas nesses motins, “às vezes lutando sozinhas, mais frequentemente no meio de confrontos mistos em que havia uma leal parceria de gênero”<sup>617</sup>.

A história das ações coletivas das mulheres retirantes nas grandes secas do final do dezenove está na contramão dos discursos e narrativas oficiais, de uma natureza dócil,

---

<sup>616</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. *Jornal do Recife*. Pernambuco. Anno XXII. Nº 36. Quinta-feira, 13 de fevereiro de 1879, p. 01.

<sup>617</sup> THOMPSON. E. P. *Op. Cit.*, p. 255-256.

apolítica e instável. Elas lutaram sozinhas como ao lado de seus companheiros pelo direito aos socorros públicos e sobre as injustiças dos comissionados, tudo isso para defender seus interesses e suas famílias da miséria. Organizaram-se em marchas, cercos, protestos e saques, e aliaram-se estrategicamente aos homens considerados bandidos pela justiça. Assim, a experiência da migração e agenciamento retirante é a narrativa de resiliências, solidariedade e parcerias, mas também resistência, entre mulheres e homens que se deslocavam rumo ao desconhecido na espera de um dia melhorar sua condição de vida, ou romper as correntes da resignação.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anos depois, na seca de 1958, a cidade de Natal continua a ser “invadida por levas de retirantes, vindas de Pedro Avelino, Taipu, Nova Cruz e outros municípios”. No interior do Rio Grande do Norte, “os bandos famintos já começaram a atacar caminhões de gêneros (como na estrada de Açú e Mossoró), a invadir feiras e a praticar outros gestos de desespero”. Os sertanejos nortes rio grandenses, em grandes grupos, “estão também rumando para a miragem do eldorado do sul”. Em vários municípios já começou o “deslocamento de levas de retirantes que se dirigem à procura de trabalho, para os Estados do sul do país”.<sup>618</sup> Os redatores do *Diário de Natal* relatam que, “durante o dia de ontem, tivemos oportunidade de observar a chegada a esta capital de vários caminhões, carregados de flagelados”.<sup>619</sup> Mas não era apenas a capital do Estado a rota de migração dos retirantes nessa seca. Na cidade de São Tomé, mais de “mil flagelados estão ameaçando saquear o comércio” se até o próximo sábado “não forem colocados cerca de quinhentos homens que chegaram àquela cidade em busca de trabalho”. Porém, as ameaças às autoridades também vieram de outras formas naquela cidade. Na porta do juiz de Direito daquele município, “amanheceu ontem uma carta, exigindo trabalho, reclamando contra os preços das mercadorias e da diária que vêm sendo paga pelo DNOCS”. Na carta, os retirantes dão um “prazo até sábado para o atendimento dos pedidos, sob pena de invasão do comércio”.<sup>620</sup> Pleiteiam também “os trabalhadores do DNOCS um aumento de salários, pois consideram insuficiente a importância diária de quarenta cruzeiros que estão recebendo atualmente.”<sup>621</sup>

As formas de negociações com os poderes públicos, através de ameaças de saques e outras ações coletivas, foram sofisticando-se cada vez mais com as experiências da migração em novas secas no século XX. Frederico de Castro Neves argumentou que foi na década de 1950 que consolidou-se a tradição de saques pelas ações da multidão de retirantes como uma expressão coletiva para pressionar as forças públicas no Ceará.<sup>622</sup> Portanto, quando lemos as notícias de migrações para as cidades de Natal e São Tomé (caminhões carregados de flagelados) e as formas de exigências às autoridades (cartas anônimas de ameaças) nessa seca

<sup>618</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Natal*. Rio Grande do Norte. Edição 5666, Terça-feira, 18 de março de 1958, p. 05.

<sup>619</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Natal*. Rio Grande do Norte. Edição 5672. Quarta-feira, 26 de março de 1958, p.09.

<sup>620</sup> Tribuna do Norte, 02 de abril de 1958. In: ALVES, Glênio de Azevedo. *Uma história da multidão: saques e outras ações de massa no Rio Grande do Norte (1877-1879 e 1958)*. Mossoró/RN: Queima Bucha, 2011, p. 37.

<sup>621</sup> BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO. Hemeroteca Digital. *Diário de Natal*. Rio Grande do Norte. Edição 5678. Quarta-feira, 02 de abril de 1958, p. 03.

<sup>622</sup> NEVES, Frederico de Castro. *Op. Cit.*

de 1958, percebe-se a nítida construção de um repertório de ações políticas e populares pelos retirantes, iniciada na passagem do XIX e sofisticada ao longo do século XX, através da experiência do deslocamento e organização nas grandes secas do Norte. Entretanto, nossa narrativa neste trabalho procurou apenas escrever o início dessa trajetória sertaneja no Rio Grande do Norte, e sabemos das lacunas deixadas nesse esforço de urdidura histórica. Por outro lado, é necessário nesse momento final destacar alguns elementos importantes de nossa tessitura.

Escolhemos contar essa história a partir de duas partes que não necessariamente se excluem, mas complementam-se no seu diálogo intrínseco. Elas foram as *Trajetórias de Resiliência e Resistência*.

Nas trajetórias de resiliência (“A gente não é de ficar no mundo pra semente!”), acompanhamos a capacidade dos retirantes de se adaptarem às mudanças ocasionadas pelo processo de migração. Suas *lutas imediatas* no universo de relações de exploração e desigualdade no campo, catalisadas pelas crises das secas, fazem com que se tornem sujeitos do seu próprio destino na medida em que escolhem sair de sua terra natal, ainda que provisoriamente, à procura de um lugar para tocar a vida, seja nas cidades litorâneas como nas capitais do Centro-Sul. Assim, mesmo no deslocamento, sendo este historicamente uma estratégia para os homens pobres do mundo rural na luta contra a opressão do latifúndio, esses sertanejos tornam-se um novo sujeito coletivo, o chamado *retirante das secas*, ganhando espaço no imaginário das autoridades, intelectuais e força pública na passagem dos oitocentos.

Para contar essa trajetória da migração retirante, utilizamos a abordagem de uma *história social da espera*. Nosso enfoque foi compreender a migração retirante entre um jogo de escalas sobre o repouso provisório e o tempo de espera (cronológico, psicológico, etc.) ocasionado por um intervalo dentro do próprio processo de deslocamento, algo comum vivido pelos sertanejos nessas grandes secas do final do XIX. Assim, analisamos a experiência dos sujeitos em trânsito através de espaços criados pelas forças públicas como formas de controle e ordenamento durante a passagem desses retirantes em vários lugares, principalmente nas grandes cidades próximas ao litoral. Esses territórios foram os abarracamentos, ranchos e palhoças improvisadas como forma de habitação e moradia nas cidades como Fortaleza, Mossoró e Natal; as hospedarias de imigração no Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro (Morro da Saúde) e, por último, as colônias agrícolas no Rio Grande do Norte (Sinimbu) e Pernambuco (Socorro).

Foi através desses espaços que podemos perceber algumas das formas de organização dos retirantes, e a primeira delas foi a partir da *instituição familiar*. Os arranjos e desarranjos familiares formam um tipo de agenciamento que milhares de sertanejos encontraram em suas trajetórias de migração durante os períodos de grandes secas no Norte. Várias famílias viram-se reorganizadas devido ao falecimento de membros e abandono parental durante seu êxodo e repouso provisório em vários lugares. Logo, observamos que a figura feminina vai surgindo como uma importante personagem para a manutenção e segurança da família retirante, diante desses desarranjos causados pela diáspora sertaneja. Seja nos abarracamentos, hospedarias e núcleos agrícolas, as mulheres tornam-se uma liderança essencial de suas famílias, protegendo seus filhos, parentes e agregados das dificuldades encontradas pela condição de miséria, como também são uma figura relevante em todo processo de resiliência retirante nessas secas.

Apesar de focarmos nosso ponto de partida na trajetória dos nortes rio grandenses do alto sertão para outras regiões do Brasil como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, não deixamos de enxergar que a experiência de migração durante as secas foi muitas vezes compartilhada (*zonas de contato*) nesses lugares de espera, por sertanejos oriundos do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Logo, entendemos que, em alguns momentos, a trajetória cruzada desses homens e mulheres pode ajudar a compreender a identidade fugidia e plástica do próprio conceito de *retirante* no final dos oitocentos, como um sujeito coletivo, construído pelas populações pobres dos sertões do Norte em seu próprio processo de deslocamento, organização e relações sociais por onde transitavam. Assim, surge até um contraponto ao conceito de *flagelado*, muito utilizado pelo discurso oficial para representar esses sertanejos como sujeitos sem escolhas e vontades, vítimas do castigo divino e da natureza hostil. Contudo, em meio a tantas narrativas aterradoras da migração retirante, podemos encontrar alguns episódios de afetos e solidariedades entre diversos sertanejos do norte, como casamentos, batismos e ajuda mútua nos territórios e lugares de espera durante essas secas.

Portanto, essa primeira parte procurou compreender a ação de retirada dos sertanejos como uma construção de sua trajetória de resiliência, sua adaptação a novos espaços e situações e como sua organização, inclusive a familiar, está relacionada a experiência de sua própria diáspora para o alhures.

A segunda parte da tese abordou o que chamamos de trajetórias de resistência (“Ou farinha, ou revolução!”), isto é, as ações e formas de agenciamento coletivo dos retirantes do Rio Grande do Norte, como também de outros lugares, sobre o poder governamental nas grandes secas do final do XIX (1877-1889-1904). Essas ações coletivas constituíram-se como formas de expressão política popular dos sertanejos ao negociar e pressionar as autoridades

acerca do direito aos socorros públicos em tempos de calamidade ao longo dessas secas. Desse modo, os retirantes estavam defendendo, através de uma economia moral e ética da subsistência dos pobres, não apenas o seu direito aos gêneros alimentícios, como também os seus costumes, senso de justiça e reciprocidade, aspectos descumpridos pelas classes dominantes e comissionados nesses momentos de crise.

Essas ações coletivas surgiram através de ameaças anônimas, boatos, roubos, furtos, alianças com foragidos da justiça, marchas públicas, cerco a residências de autoridades, saques em armazéns do governo, motins e confrontos diretos e violentos com a força pública das províncias do Ceará, Paraíba, Pernambuco e, principalmente, no Rio Grande do Norte. Todas essas expressões fazem parte da construção de um repertório de ações políticas populares (*uma infrapolítica das classes subalternas*) que, a cada experiência de uma nova seca, encontrava um rearranjo em seu conjunto de estratégias e formas de resistência frente às relações com os grupos dominantes nas grandes secas.

Um aspecto importante foi o protagonismo das mulheres retirantes em algumas narrativas de resistência através dessas expressões de agenciamento coletivo. Além de seu papel na organização familiar diante dos desarranjos parentais ocorridos pelo processo migratório, elas foram fundamentais na cooperação em motins e saques aos gêneros alimentícios, assim como nos conflitos violentos com as forças públicas. Sozinhas organizaram ações de cercos a residências de comissionados, marchas públicas na cidade de Natal e denúncias para a imprensa como formas de protesto aos descasos do governo sobre a situação de abandono dos retirantes. Portanto, se a presença feminina era uma constante em alguns episódios, como o “Ronco da Abelha”, os “Rasga-listas” e o “Carne Sem Osso e Farinha Sem Caroço”, as grandes secas na passagem dos oitocentos também revelam a organização e participação das mulheres retirantes nas sublevações populares acerca da insuficiência de abastecimento e socorros públicos para as camadas pobres da sociedade brasileira na região Norte.

Deste modo, a segunda parte do trabalho procurou compreender as formas de agenciamento coletivo dos retirantes principalmente em um contexto em que ainda não existiam instituições como a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada apenas a partir de 1909, mas quando ocorriam investimentos governamentais para açudagem, ferrovias e melhoramentos materiais, os quais entravam nas disputas e tensões de grupos políticos e oligárquicos do Rio Grande do Norte. Assim, as relações de trabalho, a conversão de retirantes em trabalhadores de obras públicas e sua exploração pela fome e sistema de

socorros pelas elites locais, é o pano de fundo para muitos dos episódios de organização e ações coletivas dos sertanejos durante essas secas.

Voltemos à pergunta central que conduziu a narrativa dessas trajetórias sertanejas: como ocorreram as formas de agenciamento e experiências dos retirantes norte rio grandenses no processo de migração nas grandes secas da passagem do XIX (1877-1889-1904)? Como eles construíram suas trajetórias, organizaram suas famílias e partiram para as ações coletivas nos contextos de deslocamento entre as cidades, hospedarias e colônias agrícolas?

As perguntas, de certo modo, já foram respondidas nestas páginas; todavia, não custa frisar que as formas de agenciamento e experiência dos retirantes norte rio grandenses no processo de migração ocorreram através dos desarranjos familiares, nas relações de afeto, solidariedade e cooperação, e no próprio cotidiano dos lugares de espera que eles vivenciaram, como os abarracamentos, hospedarias de imigração e núcleos agrícolas. Mas também estas se deram na organização coletiva para conseguirem seu direito aos socorros públicos em tempos de crise de abastecimento, a partir de um repertório de ações de protesto e conflito pautado numa cultura política e popular, construída pelas camadas subalternas ao longo dos oitocentos. Portanto, nosso enfoque foi discutir as formas de organização desse grupo subalterno móvel, além de entender seus protocolos de ações, formas de resistência e lutas cotidianas vividas durante os episódios de secas em cidades como Mossoró, Macau e Natal, e nas províncias do Ceará, Paraíba e Pernambuco, tornando-se um *fenômeno social de protesto desterritorializado*, graças à migração desses retirantes para vários lugares do Brasil.

A confluência das trajetórias de resiliência e resistência dos retirantes do Rio Grande do Norte, como nas demais províncias durante as grandes secas no final do dezenove, tornam-se narrativas de uma História Social do Trabalho e Migração, uma tessitura da vida de milhares de homens e mulheres pobres dos sertões que decidiram sujeitar-se ao desconhecido, ao inesperado, reorganizando-se no drama da miséria e, igualmente, unindo-se em alguns momentos para defender seu direito à existência e assistência, através de ações e agenciamentos coletivos. Uma história que foi reescrita por esses sertanejos ao longo do século XX.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. 1853-1924. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p.
- ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. 192p.
- AGUIAR, Sérgio Germano. *De Senado da Câmara à Câmara Municipal de Natal: transformações e permanências*. 2000. Monografia (Curso de História) – Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.
- ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. In: ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008. p. 232.
- ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.
- ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “*Falas de Astúcias e de Angustia*”: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877- 1922). 1988. 449 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe, RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 18 e 23.
- ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 36, 2012.
- ALVES, Glênio de Azevedo. *Uma história da multidão: saques e outras ações em massa no Rio Grande do Norte (1877-1879 e 1958)*. Mossoró: Queima Bucho, 2011. 64 p.
- ALVES, Joaquim. *História das secas: século XVII a XIX*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântra, 2003. 242 p.
- ALVES, Jeferson Cândido. *Tempos de angústia: seca e cotidiano nos sertões da província do Rio Grande do Norte – vila do príncipe, zona do Seridó*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.
- ALVES, Larissa da Silva Ferreira; DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; SOUZA, Gilton Sampaio. Dinâmicas urbano-regionais em territórios de fronteira interna. *Mercator*, Fortaleza, v. 17, e17003, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17003>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198422012018000100203&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198422012018000100203&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 3 ago. 2020.



ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira; LOGATTO, Rosângela. Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens da fotojornalismo na imprensa brasileira. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 114, p. 71-83, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. A produção do espaço norte-rio-grandense: “Clássicos do Rio Grande do Norte”. *Revista GeoInterações*, Assú, v. 1, n.2, p.101-123 jul./dez. 2017.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A pecuária no Agreste Pernambucano*. 1961. Tese (Provisão da Cátedra de Geografia Econômica) – Universidade do Recife, Recife, 1961.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

ARBOCZ, István I. C. *Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1986.

ARENDR, Hannah. *Walter Benjamin 1892-1940*. Paris: Ed. Allia, 2007.

ARRUDA, G. *Cidades e sertões: entre a história e memória*. Bauru: Edusc, 2000.

ARRUDA, José Jobson de *et al.* *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. 60 p.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21 n. 2, p. 336, 2013.

BARBOSA, I. C. *Sertão, um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado, 2000.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. 2013. Tese (Doutorado) – Pontifícia universidade católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 132, 2015.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A derradeira gesta: Lampião e Nazareno guerreando no sertão*. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2000.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1975.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BEZERRA DE MENEZES, Antônio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Edições UFC: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena. Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

BRITO, João Fernando Barreto de. *Colônia Agrícola Sinimbu: entre a regularidade do espaço projetado e os violentos confrontos do espaço vivido (Rio Grande do Norte, 1850-1880)*. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2016, p. 14.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. 2014. 352 f. Tese (Coutorado em História) – Departamento de História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo. Rasga-Listas no Ceará: aspectos de uma sedição sertaneja. Trajetos. *Revista de História da UFC*, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 26, 2008.

CAPANEMA, Guilherme Schüch de; GABAGLIA, Giacomo Raja. *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. *Nem Sina, Nem Acaso: a tessitura das migrações entre a província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFC, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARVALHO, Jader. *Aldeota*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. 1ª edição data de 1963.

CARVALHO, Marcos Antônio de. *A hospedaria de imigrantes do Outeiro em Belém do Pará: um mosaico em construção*. In: SOUZA, Fernando de ET ALL. (Org.). Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul. 1ªed. Porto: Cepese, 2014, v., 198-217.

CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo Açai, comendo bacalhau: perfil e práticas de sociabilidades lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*. Porto/Portugal. 2011. 294fl. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011.

CASTILHO, M. W. V. DE. O conceito de ética da subsistência camponesa em Scott e sua aplicação à realidade de duas comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Interethnic@: Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 1-10, 20 dez. 2013.

CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In: DIAS, Peixe Bruno, NEVES, José (org.). *A política dos muitos: povo, classes, multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2011. p. 300-305.

CHAVES, José O. de Souza. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 195-217, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira". In: ARANTES, Antonio Augusto *et al.* (org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 15-42.

COSTA, Emília Viotti de. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1990.

DANDARO, Fernanda Massarotto; MARCONDES, Renato Leite. Obras públicas no contexto regional: secas e gastos no Nordeste Brasileiro (1860-1940). *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 123, 2018.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. O papel das cidades (inter) médias para o desenvolvimento regional. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 24, v.1, p. 228-255, 2013.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Do aldeamento do Riacho do Mato a Colônia Socorro: defesa de terras e aprendizado político dos indígenas de Pernambuco (1860-1880). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 77, , p.862018.

DELUMEAU, Jean. Os agentes de satã: III. A Mulher. A diabolização da mulher, e o discurso oficial sobre a mulher no final do século XVI e no começo do século XVII. In: DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-18000)*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no Século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DUARTE, Mônica (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. 570 p.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Séc. XVIII e XIX. Campinas: Editora UNICAMP, 1989.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Sertões do Seridó*. Brasília, DF: Senado Federal, 1980.

FERLINI, Vera Lucia Amaral, FILLIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n. 25-26, p.124-125, 1993.

FERNANDES, Ana Carla S. *Imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição da segunda metade do século XIX*. 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FERREIA, Ângela Lúcia de Araújo; DANTAS, George A. F. *Os “indesejáveis” na Cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930)*. *Script Nova*, Barcelona, n. 94, p. 96, ago. 2001.

FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. *Eloy de Souza: uma interpretação sobre o nordeste e os dilemas das secas*. 2009. 405 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

FONTANA, Josep. Por uma história de todos. In: FONTANA, Josep. *A história dos homens*. São Paulo: EDUSC Editora, 2004. p. 443.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 50. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 2005.

GARCIA, Ana Karine Martins. *A sombra da pobreza na cidade do sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. 2006. 208 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. A cafeicultura e a expansão do capitalismo. *Revista Econ. Pesqui.*, Araçatuba, v. 1, n. 1, 1999, p. 08-09.

GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700*. Trad. Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GODINHO, Paula. *O Futuro é para sempre: experiência, expectativa e práticas possíveis*. Lisboa: Editora Através, 2017.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GONÇALVES, Graciele Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX: (Sociedade e Política)*. 2000. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador/BA, 2000, p. 113.

GREENFIELD, Gerald M. *O comportamento dos migrantes e as atitudes das elites durante a grande seca do Nordeste: 1877-1879*. Caderno de Estudos Sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Instituto de Pesquisas Sociais (Caderno de Estudos Sociais; vol. 5, nº2), 1989, p. 225-226.

GREENFIELD, Gerald M. *The realities of images: Imperial Brazil and the great drought*. Philadelphia: American Philosophical Society, 2002.

GREENFIELD, Gerald M. A questão “Sinimbu” e a politicagem da grande seca no Rio Grande do Norte. *Caderno de História - UFRN*, Natal, v. 3/4, n. 2/1, 1998.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos Sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. *Trabalhos para Discussão*, [s. l.], n. 111, 2001.

GUIMARÕES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

HOBBSBAWN, E. J. *Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1970. 244 p.

HOBBSBAWN, Eric; RUDÈ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 170-171.

IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização I: Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LARANJEIRAS, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEONARDI, V. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília, DF: Paralelo 15, 1996.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas” os engenheiros civis e as obras públicas: Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e a construção do açude Tucunduba (1909-1919)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. T. da. *História da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LYRA, Henrique Jorge B. *Colonos e colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MÂCEDO, Muirakitan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó - Século XVIII)*. Natal: Flor do Sal; EDUFRN, 2015.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *“A produção de flagelo”: a re-produção do espaço social da seca na Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, cidade de Mossoró (1877-1903-1915)*, 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *Da seca ao balaio: o retirante e sua inserção ao trabalho salineiro e obras públicas na cidade de Mossoró (1877-1920)*. Mossoró, Rio Grande do Norte, 2010, 82f. Monografia (Graduação em História na Universidade Estadual do Estado do Rio Grande do Norte), Mossoró, 2010.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *Filhos do Sal: operários e camponeses frente à crise econômica em Mossoró (1900-1906)*. In: MENDES, F.F.; FONTELES NETO, F.L.; LIINS, L.F. T. S. *História Social e História Cultural de Mossoró: Métodos e Possibilidades*. Mossoró, Vingt-Un Rosado, 2009. (Coleção Mossoroense, Série C, v. 1556).

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *A educação pela caridade no império em Fortaleza – O abrigo de órfãos na Colônia Cristina*. ANPUH-XXII. Simpósio Nacional de História. João Pessoa/PB, 2003, p. 02.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. *Sírios e Libaneses na cidade de São Luís (1885-1930): entre táticas e representações*. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado) em História e Cultura no PPGH da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MATOS, Maria Izilda S. de *et al.* *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil: século XVI-XIX*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MEDEIROS, Luiz Fausto de. *Minhas memórias de Areia Branca*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1977.

MEDEIROS FILHO, João, SOUZA, Itamar de. *Os Degredados Filhos da Seca*. Uma análise sócio-política das secas do Nordeste. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 09 e 56.

MELÉNDEZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil imperial: os anos da Regência e o mundo externo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº68, 2014, p. 36.

MELLO, Ceres Rodrigues. *O Sertão Nordestino na longa duração (Séc. XVI ao XIX)*. 1985. (Dissertação em História do Brasil) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 5 ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

MENDES, Fábio Faria. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MOLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Port. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

MONSMA, K. *James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica*. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 2-3, 1º sem. 2000.

MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1906)*. Fortaleza, 2012. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 4. ed. Natal, RN: Flor do Sal, 2015. p. 61.

MORAES, Kleiton de Sousa. *O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

MORAIS, Viviane Lima de. Agenciamento e agenciadores da emigração: a inserção dos trabalhadores cearenses na lavoura cafeeira (século XIX). *História: revista eletrônica do Arquivo Público de São Paulo*, São Paulo, n. 41, 2010.

MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e perigosas: as mulheres na revolução Francesa*. São Paulo: Alameda, 2013. 370 p.

MOTTA, Marcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995.

NEVES, Frederico de Castro. O discurso oculto dos retirantes das secas. *Raízes*, Campina Grande, v. 33, n. 2, p. 71, jul./dez. 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. Vitória da Conquista. *Politeia: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 156, 2003.

NEVES, Frederico de Castro. *Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

NONATO, Raimundo. *Memórias de um Retirante: minhas memórias do oeste potiguar*. 2. ed. Mossoró: Banco do Nordeste, 1987. (Coleção Mossoroense).

NONATO, Raimundo. *Jesuíno Brillhante. O cangaceiro romântico (1844-1879)*. 3. ed. [S. l.: s. n., 2020]. Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: [www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br). Acesso em: 3 ago 2020.

NUNES, Francivaldo Alves. Núcleos coloniais e agricultura na Amazônia Imperial: uso e ocupação da terra. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, ano 9, n. 100, p. 17, set. 2009. ISSN 1519.6186.

NONATO, Raimundo. *A Semente da Colonização: um estudo sobre a colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)*. Belém, 2008. Dissertação (Mestrado) – UFPA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008, p. 17-18.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. “Imigração e industrialização”: os italianos em Juiz de Fora – MG (1888 – 1920)”. In: BONI, Luis A. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.



PATROCÍNIO, José do. *Os retirantes*. São Paulo: Editora Três, 1973.

PEREIRA, M. J. F. C. História ambiental do café no Rio de Janeiro - Século XIX - Uma análise de desenvolvimento sustentável. In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. *Anais* [...]. Londrina: Guerra e Paz, 2005. p. 5.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERROT, Michelle. *Minha História Das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 190p.

PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PETRONE, M. Thereza S. “Imigração”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano; sociedade e instituições (1888-1930)*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 93-113.

POMPEU, Thomaz Sobrinho. *História das secas: século XX*. Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1953. 539 p.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

PRATT, Mary Louise. *A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora do foco*. Travessia, nº 38, 1999, p. 12-13.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: Edusc, 1999. 394 p.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas cidades, 1977.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do Cangaço*. São Paulo: Global, 1986.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, p. 133-159, 1996,

REZNIK, Luis. FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedaria de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 240-241, 2014.

RIOS, Kênia, Souza. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 144 p.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Mulheres, violência e justiça no Século XIX*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820 – 1920)*. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1991.

SÁBER, Aziz Nacib ab. *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 13-14, 1999.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó. Séculos XIX e XX*. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SANTOS, Francisnaldo Souza dos. *Ações colonizadoras em descompasso: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2016.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Edusp, 2006.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Tradução Pedro Serras Pereiro. Lisboa: Terra Livre, 2013.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 01, jan./jun. 2002

SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven: Yale University Press, 1977.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press. 1985.

SCOTT, James C. *Domination and the Arts of resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press. 1990.

SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil para análise histórica. Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCHENATO, V.C. Economia moral e resistências cotidianas no campesinato: uma leitura a partir de E.P. Thompson e James Scott. In: CONFERENCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. *Anais [...]*. Natal: [s. n.], 2010. p. 4-5.

SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SECRETO, Maria Verónica. *(Des)medidos: a revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SECRETO, Maria Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do século XIX. *Trajetos, Revista de História UFC*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 49, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003.

SILVA, Edson. “Uma guerra civil de 12 anos”: mobilizações indígenas na zona da mata sul de Pernambuco, na segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17., 2016, Nova Iguaçu. *Anais [...]*. Campus Nova Iguaçu: UFRJ, 2016. p. 1.

SILVA, Edson. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público. *Revista de Estudos e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 3, n. 1/2, p. 187, 2006.

SILVA, Jeovah Lucas. *Retirante e Trabalho: a seca de 1877-79 e o ideário de civilidade no Ceará*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 1, p. 112, 2001.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da. *Centelhas de uma cidade Turística nos cartões-postais de Jaeci Galvão (1940-1980)*. UFRN, 2012. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2012, p. 83-84.

SILVA, Wendell Guedes da. *A todo vapor! Formação de trabalhadores na estrada de ferro de Baturité (1877-1880)*. 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, 2013.

SIMÃO, André Luciano. *Congressos Agrícolas de 1878: um retrato do reformismo ao final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Por uma “Cidade Nova”*: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2014.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Cidade, terra e jogo social: apropriação e uso do patrimônio fundiário natalense e seus impactos nas redes de poder locais (1903-1929)*. 2019. 488f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza/CE, 2019.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. Cidade nova ou cidade das lágrimas?: a construção do terceiro bairro oficial de Natal no início do século XX. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 71-73, jan./jun. 2014. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/14281>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília, DF: Senado Federal, 1989.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 2008.

SOUZA, Juliana Teixeira. As municipalidades e o Império: o caso do Rio Grande do Norte (1830-1840). *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 27, p. 235, 2011.

SOUZA, Juliana Teixeira. Deveres do Estado em tempos de carestia (Rio de Janeiro, 1850-1860). *Revista do Arquivo Geral*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 61-78, 2012.

SOUZA, Simone Elias. *Os “Socorros Públicos” no Império do Brasil 1822 a 1834*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1890-1915)*. Fortaleza: ETENE/BNB, 1985.

TAKEYA, Denise Monteiro; LIMA, Henrique Machado F. *História político-administrativa da agricultura do RN – 1892/1930*. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1987.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAYLOR, Miles. As guinadas linguísticas na história social britânica. *História Social*, Campinas, n. 5, p. 77-90, 1998.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *O poder municipal e as casas de câmara e cadeia: semelhanças e especificidades do caso potiguar*. Natal: EDUFRN, 2012. 274 p.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal: EDUFRN, 2009.

TEÓFILO, Rodolfo. *A fome*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *História das secas no Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TILLY, Charles. *Popular contention in Great Britain, 1758-1834*. Cambridge: Harvard University Press, 1995. 517 p.

VIDAL, Laurent. Por uma história social da espera. In: VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)*. Tradução. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2008. p. 278-279.

VIDAL, Laurent. Sociétés, mobilités déplacements: les territoires de l'attente. *Revue Urbanisme*, Paris, n. 384, p. 87-90, 2012.

VIDAL, Laurent. Cidades em espera, sociedades em espera no Brasil colonial: alguns desafios metodológicos. In: FRIDMAN, Fania; ABREU, Maurício (org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 53-62.

VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Hucitec, 2004.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, A. Fernando. SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

## ANEXO A – FONTES CONSULTADAS

**1 Jornais** (Acervo Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional – Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) e Coleção Mossoroense/Fundação Guimarães Duque (Museu Lauro da Escócia – Mossoró/Rio Grande do Norte).

O Cearense (CE), 1879.

O Retirante (CE), 1877-1878.

Constituição (CE), 1888.

Pedro II (CE), 1888-1889.

Gazeta do Norte (CE), 1888-89.

Cearense (CE), 1877-1889.

A Província (PE), 1878.

Diário de Pernambuco (PE), 1877-1904.

Jornal do Recife (PE), 1877-1879.

A República (RN) 1889 e 1904.

Correio de Natal (RN), 1877-1879.

Correio do Norte (RN), 1877.

Diário de Natal (RN), 1904 e 1958.

Gazeta de Natal (RN), 1888-1889.

O Brado Conservador (RN), 1877-1880.

O Macauense (RN), 1889.

O Povo (RN), 1889.

O Liberal (RN), 1879.

O Conservador (RN), 1877.

Gazeta de Notícias (RJ), 1889.

Diário do Rio de Janeiro (RJ), 1888.

Diário de Belém (PA), 1889.

Jornal do Commercio (RJ), 1879, 1889-1890.

Correio da Manhã (RJ), 1903-1904.

Jornal do Commercio (AM), 1904.

O Commercio de São Paulo (SP), 1904.

Jornal do Brasil (RJ), 1904.

Jornal do Paiz (RJ), 1904.

Jornal de Sergipe (SE), 1879.

Gazeta da Parahyba (PB), 1889.

COLEÇÃO MOSSOROENSE. *O Comércio de Mossoró*: n.01-17. 01.1904 a n.98-28. 01.1906 – Série “E” – n. 08. Mossoró: Ed Fac-Similar, 2002, p. 03.

COLEÇÃO MOSSOROENSE. *O Comércio de Mossoró*: n.01-17. 01.1904 a n.98-28. 01.1906 – Série “E” – n. 08. Mossoró: Ed Fac-Similar, 2002, p. 01.

## **2 Falas, Mensagens e Relatórios dos Governadores, Ministros e Presidentes da Província**

– Disponível em: <https://www.crl.edu/>.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatorio apresentado à assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Império, conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878, p. 119.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatório com o exm sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, 1º vice-presidente Passou ao exm.sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda presidente efectivo à administração desta província a 20 de maio de 1878*. Pernambuco. Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos. 1878. p. 42-43.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Ministério da Justiça. Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. José Nicoláo Tolentino de Carvalho, presidente da província, passou a administração dele, ao 1º vice-presidente, Exm. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro; em 06 de Março de 1878*. Rio Grande do Norte: Typ. do “Correio do Natal”, 1878, p. 01.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. “Soccorros Publicos” In: *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, presidente da província, abriu a 2º sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 27 de Outubro de 1879*. Typ. do Correio do Natal. 1880, p. 08.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. “Salubridade Pública” In: *Relatorio com que instalou a assemblea legislativa provincial do Rio Grande do Norte, no dia 4 de Dezembro de 1878, o 1º vice-presidente o exm.sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro*. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife. 1879, p.07.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatório com que o Exª Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração*

da província do Ceará ao Ex. Sr. Conselheiro João José Ferreira D'Aguiar, presidente da mesma província em o dia 23 de novembro de 1877. Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877, p. 21.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor conselheiro Henrique D'Avila senador do império e presidente do Ceará passou a administração desta província ao Excelentíssimo Senhor...* Fortaleza: Typographia Econômica, 1889, p. 08.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatorio com que instalou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878. O 1º vice-presidente o exm. Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro.* Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife 47 – Rua do Imperador – 1879, p. 07.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da primeira sessão da quinta legislatura a 14 de Julho de 1904 pelo governador Augusto Tavares de Lyra, acompanhada dos relatórios apresentados pelos chefes dos diversos ramos do serviço publico.* Natal: Typ. A República, 1905, p. 10-11.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Ministério da Justiça.* Ministro Lafayette Rodrigues Pereira. *Relatorio do Anno de 1878 Apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura (Publicado em 1879).* Inclui Anexos, p.04-05.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. “Policia” In: *Falla com que o exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª sessão da vigésima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, em 13 de julho de 1874.* Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1874, p. 12.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da província das Alagoas, passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. Dr. Thomaz do Bom-Fim Espindola, 1º vice-presidente em 11 de março de 1878.* Maceio: Typ. do Liberal, 1878, p. 04.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriça, presidente do estado pelo Dr. Carlos Botelho, secretário da agricultura. Ano de 1904.* S. Paulo: Typ. Brazil de Carlos Gerke, 1905, p. 116.



CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Brazilian Government Documents. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado a 7 de Abril de 1905 pelo presidente de São Paulo Dr. Jorge Tibiriça*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1905, p. 35.

**3 Laboratório de Imagens – Digitalização de Documentos Históricos.** LABIM /Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922. “Repertório das Leis Estaduaes referentes aos Municipios.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte*. Natal: Atelier Typ. M. Victorino & C. Vol. X, Nº I e II, 1912, p. 239 e 242.

**4 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – BR RJANRIO.**

*Hospedaria Ilha das Flores*. Rio de Janeiro. 1904. Navio Maranhão. BR RJANRIO OB.O.EPE, HIF. 94 – registro da entrada dos imigrantes: hospedaria da ilha das flores – Dossiê. Arquivo Nacional.

*Hospedaria Ilha das Flores*. Rio de Janeiro. 1904. Navio Planeta. BR RJANRIO OB.O.EPE, HIF. 94 – registro da entrada dos imigrantes: hospedaria da ilha das flores – Dossiê. Arquivo Nacional.

*Hospedaria Ilha das Flores*. Rio de Janeiro. 1904. Navio Brazil. BR RJANRIO OB.O.EPE, HIF. 94 – registro da entrada dos imigrantes: hospedaria da ilha das flores – Dossiê. Arquivo Nacional.

BR AN RIO, Série Justiça. Ij<sup>1</sup>299. Sp.

BR AN RIO. Série Interior. Pasta Ijj<sup>9</sup>212, p. 68.

BR AN RIO, Série Interior. Ijj<sup>9</sup> 212. p. 168.

BR AN RIO, Série Interior. Ijj<sup>9</sup> 212, p. 168-169.

BR AN RIO, Série Interior. Ijj<sup>9</sup> 212, p. 171.

BR AN RIO. Série Interior. Ijj<sup>9</sup> 212, p. 184.

BR AN RIO. Série Interior. IJJ<sup>9</sup> 212, p. 190.

**5 Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.** Acesso em: <https://museudaimigracao.org.br/>

*Matrícula de Imigrantes 1904*. Navio Maranhão 22/04/1904. Livro 073. Página 217-218.

*Matrícula de Imigrantes 1904*. Navio Maranhão 22/04/1904. Livro 073. Página 215, 216 e 218.

*Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 192. Família 63.480.

*Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 192. Família 63.550.

*Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 193. Família 63.640.

*Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 190. Família 63.100.

*Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 191-192. Família 63.240-63.560.

*Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 191. Família 63.230.

*Matrícula de Imigrantes 1904*. Livro 073. Página 190. Família 63.110.

## **6 Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano/BR APEJE**

BR APEJE, *Colônia Agrícola Socorro*, 1878 a 1880. CD 4.

BR APEJE. *Coleção Correspondências entre os Presidentes de Província*, PP 53, p. 221.

BR APEJE. *Coleção Correspondências entre os Presidentes de Província*, PP 53, p. 258.

BR APEJE. *Coleção Correspondências entre os Presidentes de Província*, PP 53, p. 279.

BR APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A tragédia da fome no sertão. Transcrições de documentos manuscritos PJ (1877-1878), vol. XXI. *Ofício do promotor público José Maurício de Torres Temporal, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda*. Bom Jardim, 20 de maio de 1878, fls. 439/439v.

BR APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A inspeção das cadeias públicas. Transcrições de documentos manuscritos PJ 12 (1879), vol. XXII. *Ofício do promotor público Juventino Policarpo Alves Lima, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda*. Brejo, 20 de janeiro de 1879. Vide o do Chefe de Polícia número 143 de 31 de janeiro. Fls. 53/54.

BR APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A tragédia da fome no sertão. Transcrições de documentos manuscritos PJ 11 (1877-1878), vol. XXI *Ofício do promotor público Manoel Francisco do Nascimento Sobreira, para o presidente da província Francisco de Assis Oliveira Maciel*. Goiana, 6 de dezembro de 1877. Fls. 317/318.

BR APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A inspeção das cadeias públicas. Transcrições de documentos manuscritos PJ 12 (1877-1878), vol. XXII *Ofício do*

*promotor público Joaquim José Ribeiro, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda. Ouricuri, 16 de abril de 1879. Fl.232/233.*

BR APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A tragédia da fome no sertão. Transcrições de documentos manuscritos PJ 11 (1877-1878), vol. XXI *Ofício do promotor público João Abraur da Cunha, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Recife, 15 de junho de 1878. Fl.459.*

BR APEJE. Ministério Público de Pernambuco. Promotores Públicos. A tragédia da fome no sertão. Transcrições de documentos manuscritos PJ 11 (1877-1878), vol. XXI. *Ofício do promotor público Pergentino Saraiva de Araújo Galvão, para o presidente da província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Flores, 23 de agosto de 1878. Fl.511\512.*

## **7 Arquivo Público do Estado do Ceará - CEAPEC**

BR APEC CSP. *Mesa de Rendas Provinciaes de Mossoró 14 de Maio de 1889. FUNDO: Governo da Província do Ceará. Grupo: Hospedaria Geral de Emigração. Série: Relação de Emigrantes Subsérie relação de embarque com destino ao Sul, Norte e do interior para a capital. 1888-1889. Local: Fortaleza, Camocim, Manduá, Acaraú, Aracati e Mossoró. Caixa 02.*

BR APEC CSP. *Aracati, 1878. Comissão de socorros. Ofícios expedidos. Relação de Indigentes. Relações de Órfãos. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa 02. Localidades com a letra A.*

BR APEC CSP. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa 02. Localidades com a letra A.

BR APEC CSP. *“Lista dos Indigentes que seguem para o Ceará por conta do Governo no vapor Jaguaribe”.* Mesa de Rendas Provinciaes de Mossoró 14 de Maio de 1889. FUNDO: Governo da Província do Ceará. Grupo: Hospedaria Geral de Emigração. Série: Relação de Emigrantes Subsérie relação de embarque com destino ao Sul, Norte e do interior para a capital. 1888-1889. Local: Fortaleza, Camocim, Manduá, Acaraú, Aracati e Mossoró. Caixa 02.

BR APEC CSP. *Ilmo. Exmo. Sr. Presidente da Província, Caio da Silva Prado, 11-12-88. Nº 39. 1879-1889. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades com a letra F.*

BR APEC CSP. 1879-1889. *Instrucção Provincial para o serviço geral de imigração da província do Ceará*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades com a letra F.

BR APEC CSP. 1879-1889. *Ilm.º Exmº Sr. Presidente da Província. Palacio do Governo do Ceará, 17 de Dezembro de 1879. Fortaleza, em 21 de Abril de 1879, Estevão José Vieira*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades Diversas, SP.

BR APEC CSP. 1879-1889. *Comissão de Socorro do 10 Districto, Lagoa Secca, em 9 de Outubro de 1878. O Conselheiro Manoel Francisco. Resumo do Mapa Geral dos indigentes neste abarracamento, de conformidade à circular da Presidencia de 25 de Setembro próximo passado. Nº 2º*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08.

BR APEC CSP. 1879-1889. *Quadro demonstrativo dos Emigrantes abarracados no 11º Districto desde 15 de março à 30 de setembro de 1878. Commissário Joaquim Nogueira Hollanda Lima*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos 1877-1880. Caixa 07A.

BR APEC CSP. *Quadro estatístico da população valida e invalida existente no 2º districto de S. Luis e Aldêiota em 15 de Março de 1878. Fortaleza, 15 de março de 1878, O commissario Antonio Gonçalves da Justa Araujo*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos 1877-1880. Caixa 07A.

BR APEC CSP. *Quadro demonstrativo das famílias abarracadas no 6º Districto, á cargo do Im. Capitão Vicente Alvez Maia*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. 1877-1879. Caixa 18, Localidades Diversas.

BR APEC CSP. *Mappa demonstrativo das famílias emigrantes Abarracados no 6º Districto da Fortaleza*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. 1879-1889. Caixa 08.

BR APEC CSP. *Mappa das famílias indigentes que existe em meu abarracamento no Cocó; a meu cargo, Fortaleza, 11 de julho de 1879, administrador do Cocó, Christovão Santiago da Rocha*. Fortaleza 1879-1889. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades Diversas.

BR APEC CSP. *Relação nominal das pessoas, cujas famílias receberam socorros do Estado no 1º Districto do abarracamento denominado "Boa Esperança", desta cidade. Nº 8º. 22 setembro de 1879. Fortaleza 1879-1889*. Fundo: Governo da Província. Comissão de Socorros Públicos. Caixa: 08. Localidades Diversas.

## 8 Fotografias.

*Instituto Tavares de Lyra* - Macaíba - Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.historiae genealogia.com/2017/01/o-antigo-solar-do-governador-tavares-de.html>>.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 106, 24 de setembro de 1904, p. 16.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 104, 10 de setembro de 1904, p. 26.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 106, 24 de setembro de 1904, p. 16.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 106, 24 de setembro de 1904, p. 06.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 104, 10 de setembro de 1904, p. 25.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL/ RIO DE JANEIRO. *O Malho*. Rio de Janeiro. Anno III, Nº 104, 10 de setembro de 1904, p. 25.

## 9 Publicações Diversas

BARROCA, Antônio V. da S. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*. Edição Fac-Similar Comemorativa do Primeiro Centenário do Congresso Agrícola do Recife. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco: Recife, 1978. Congresso Agrícola. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. “Introdução” de José Murilo de Carvalho. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1988.

BLAKE, Doutor Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. V. 2 (C-F). Biblioteca Digital da Câmara, 1893, p. 82. Site: < <http://bd.camara.leg.br>>. Acessado em dois de março de 2020.

BRASIL, *Diretoria Geral de Estatística*. Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1873-1876, 11º V. (Rio Grande do Norte).

FERNANDES, Luiz. *A Imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832-1908*. Natal: Typ. A República, 1908.

- FREIRE, A. A. de Luna. *Continuação do estudo Colônia Socorro*. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, n.49, 1896, p. 39.
- GUERRA, Phelipe. GUERRA, Theophilo. *Seccas Contra a Secca*. 4º Ed. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 2004.
- KEYES Julia L. *Our Life, in Brazil*. The alabama historical quarterly. Peter a. Brannon, Editor. Published by the State Department of Archives and History Vol. 28 Nos. 3 and 4. FALL and WINTER. 1966, p. 94, 95 e 142.
- KOSTER, Henry. 1793-1820. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e prefácio de Luís da Câmara Cascudo; estudo introdutório e organização de Leonardo Dantas Silva; 11º ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2002, 2v.
- LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no século XX*. Sua história, seu povo, comércio, industrias e recursos. Lloyds Greater Britian. Publishing Company LTD, 1913.
- LYRA, Tavares de. *O Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia. 1912, p. 146-147.
- NOBRE, Manoel Ferreira. Mossoró em 1876. In: *Breve Notícia sobre o Rio Grande do Norte*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Porgetti, 1971. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, Vol. 438, 1986, p. 11,12, e 13.
- OLIVEIRA, A. M; BATISTA NETO, Joaquim. (Orgs). *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1879-1880)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 1.130, 2000, p. 20.
- OLIVEIRA, A, M (Org.) *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1878)*. Mossoró/RN: Coleção Mossoroense, Série “B”, Vol. 1175, 1992, p. 35.
- PEREIRA, Joaquim José. Memoria sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody da capitania do Rio Grande do Norte, da comarca da Parahiba de Pernambuco; onde se descrevem os meios de ocorrer a estes males futuros; etc., etc. Pelo Padre Joaquim José Pereira, que dirige ao Ilm<sup>a</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios ultramarinos, etc., etc. Anno 1798. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XX. Vol 20. Rio de janeiro: Kraus reprint, 1857.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens illustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 210, 1953, p. 31. Disponível em: < [www.ihgb.org.br/trf\\_arq.php?r=rihgb1951volume0210.pdf](http://www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb1951volume0210.pdf) >. Acessado em 05 de março de 2020.

SAMPAIO, Theodoro. *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina*: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas, 1905. p. 15-16. Disponível em: [http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio\\_1905\\_rio](http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1905_rio). Acesso no dia 27 de fevereiro de 2020.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 8º ed. Vol I. Rio de Janeiro: Editora Empreza Litterada Fluminense, 1890, p. 359.

SOUZA, Eloy de. Conferência em Lages-RN. In: *Memória da Seca*. Coleção Mossoroense. Vol. CXXXIV, 1980, p. 10.

TOLLENARE L. F. de. *Notas Dominicaes*. Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818. Parte relativa a pernambuco traduzida do manuscripto francez inédito por Alfredo de Carvalho Com um prefacio de M. de OLIVEIRA LIMA. RECIFE: Jornal do Recife.1905, p. 150.